

Catecismo Católico Popular

CATECISMO Católico Popular

POR

Francisco Spirago

Versão feita sobre a tradução francesa do Padre N. DELSOR

PELO

Dr. Artur Bivar

3.^a EDIÇÃO

SEGUNDA PARTE

1938

União Gráfica
R. de Santa Marta, 158
Lisboa

Nihil obstat

Olisipone, 11 Novembris 1938

Michael A. de Oliveira

Imprimatur

Olisipone, 12 Novembris 1938

† EM., Card. Patriarcha

Segunda parte do Catecismo

A. Os mandamentos da lei de Deus

1. Quais são os mandamentos (leis) que Deus nos deu?

Assim como Deus estabeleceu leis para os corpos celestes (Ps. CXLVIII, 6), também ditou os seus mandamentos aos homens.

Deus ditou seus mandamentos para nos tornar *temporal e eternamente felizes*.

Quando um pai proíbe a seu filho que toque numa arma de fogo só tem em vista o seu bem. O mesmo se dá com os mandamentos de Deus; «Deus nunca ordena coisa alguma que não seja para o maior bem daqueles a quem dá suas ordens» (S. Agost.). «Deus não ordena senão para nos conceder a graça de nos recompensar» (S. Paulino). A ordem de Deus, portanto, é já em si mesma uma graça (id.). Um sábio da antigüidade dizia: «Sem leis a humanidade não seria mais do que um rebanho de animais ferozes, entre os quais os mais fortes matariam e devorariam os mais fracos».

1. Deus imprimiu na alma de cada homem a lei natural, que dá as regras fundamentais das acções humanas.

Uma criança que nunca ouviu falar dos dez mandamentos da lei de Deus, sente-se a-pesar disso agitada, envergonhada, e perde o seu olhar límpido quando pratica uma acção má, como mentir, ou furtar, etc.; tem, portanto, consciência de ter procedido mal. Nota-se facto semelhante num *pagão* que, a-pesar-de nunca ter ou-

vido falar dos dez mandamentos da lei de Deus, se perturba e se torna receoso desde que pratica o mal, como, por exemplo, depois de roubar, matar, etc.. Também ele tem o sentimento de ter praticado uma acção má. Podemos concluir daí que o coração do homem tem em si uma **lei natural**. Esta lei não é escrita, mas *inata* (S. Ambrósio). Como a *andorinha* sabe por instinto como deve construir seu ninho, assim o homem sabe como deve proceder segundo a razão. S. Paulo declara que os pagãos conhecem pela natureza os seus deveres e que Deus, no *juízo*, os julgará segundo esta lei natural (Rom. II, 14, 16). «A tua lei, ó Deus, está inscrita em nossos corações e nada aí a poderá destruir» (S. Agost.). Esta lei pode ser momentaneamente obscurecida, mas não apagada (Tert.). Não existe pessoa que não tenha a lei natural gravada no seu coração (Cat. Rom.). A lei natural ensina-nos, primeiramente, as **regras morais** mais importantes, como, por exemplo, o culto que se deve prestar a Deus, os deveres para com nós mesmos e a obrigação de não fazermos aos outros o que não queremos que nos façam a nós, etc. Dessas regras de moral derivam, como consequências necessárias, os dez mandamentos de Deus (exceptuada a santidadação do *Sábado*). — A lei natural não consiste, portanto, numa série de verdades racionais, mas num mandamento divino, numa vontade imperativa de Deus que a nossa razão nos faz conhecer em cada caso especial. Este sentimento do dever é a consciência. (Ver adiante o n.º 4). Enganam-se, pois, os que confundem a razão com a lei.

Tendo os homens, em consequência do pecado, esquecido os princípios da lei natural, Deus *revelou-lhes* mais uma vez a sua vontade.

Perturbado e obscurecido o espírito dos homens por suas numerosas culpas e não podendo já distinguir o bem do mal, Deus revelou, explicou e completou a lei natural. Deus não estabeleceu, pois, uma nova lei, mas antes completou a que já existia (Cat. Rom.). Que reconhecimento não devemos a Deus por nos ter manifestado duplamente a sua vontade! (Cat. Rom.).

2. Deus revelou leis, particularmente os 10 mandamentos e os 2 mandamentos do amor,

para avivar na memória, explicar e completar a lei natural.

Deus revelou leis, isto é, falou aos homens e manifestou-lhes a sua vontade, como se vê nas relações de Deus com Moisés e na promulgação da lei sobre o Sinai. A lei **revelada** pertencem: I.^º A lei **ante-moisica**, que Deus ditou a Noé e a Abraão. A Noé proibiu Deus o comer carne que contivesse sangue (Gén. IX); a Abraão ordenou Deus a circuncisão (Gén. XVII, 11). II.^º A lei **moisaica** que Deus ditou aos Judeus por meio de Moisés. A esta pertencem: 1.^º o **Decálogo**; 2.^º as leis **rituais**; e 3.^º as leis **civis** dos Judeus. — 1.^º os 10 mandamentos de Deus não foram abolidos por Jesus Cristo, como ele mesmo diz (S. Mat. V, 17), mas apenas aperfeiçoados. 2.^º As leis **rituais** concernentes às oferendas, ao Templo, etc., foram abrogadas à morte de Jesus Cristo (decisão do Concílio de Jerusalém), porque estes usos do Ant. Test. não eram mais do que figuras do Salvador. Os mensageiros tornam-se inúteis quando aquél que é anunciado está presente (S. Leão M.). 3.^º As leis reguladoras das relações **civis** dos Judeus entre si só eram aplicáveis a eles. III. A lei **cristã** que contém os 2 mandamentos do amor, exige principalmente o exercício das obras de **misericórdia** (S. Mat. XXV, 35) e a **santificação interior** (S. Jo. IV, 24), ao passo que a lei judaica ligava mais importância às obras e cerimónias exteriores. A lei moisaica é gravada em tábuas de pedra, ao passo que os 2 mandamentos da caridade são gravados em nossos corações pelo Espírito Santo (Hebr. VIII, 10), isto é, o Espírito Santo ilumina a nossa inteligência, a-fim-de-nos-fazer-observar. As leis de outrora eram imperfeitas (Hebr. VII, 19), a de Cristo é perfeita, porque, observando-a, os homens atingem o fim mais elevado, que é a eternidade venturosa. A nova lei foi dada aos homens pelo **Filho de Deus**, ao passo que a lei moisaica, por causa da sua imperfeição, fôra dada a Moisés por meio dos anjos (Gál. II, 19).

3. Deus dita-nos também leis *pelos seus representantes* na terra, autoridades religiosas e civis. Chamam-se essas leis: leis da **Igreja** e do **Estado**.

A Igreja manda em nome de Cristo, porque Este disse a seus Apóstolos: «O que a vós ouve a mim ouve, o que a vós despreza a mim despreza» (S. Luc. X, 16). A autoridade civil tem também de Deus a sua força. S. Paulo diz que aquêle que se opõe à autoridade civil se opõe ao próprio Deus (Rom. XIII, 1). As leis religiosas são, por exemplo, os 5 mandamentos da Igreja; as leis civis, são por exemplo: a lei militar, o código penal, a lei sobre a imprensa, a lei sobre o direito de reunião, etc. Estas leis são ordenações conformes aos princípios da razão. A lei religiosa e a lei civil distinguem-se da lei divina (natural e revelada), porque as primeiras referem-se às nossas palavras e acções, e a segunda refere-se até aos nossos pensamentos e desejos (S. T. de Aq.).

Todavia as leis que nos são transmitidas pelos representantes de Deus não são **verdadeiras** leis senão quando *não estão em contradição* com a lei natural, nem com as *leis reveladas*.

Toda a lei contrária à lei de Deus é nula. Quando o imperador manda uma coisa e o seu ministro manda outra, deve-se obedecer ao imperador. É o que sucede aqui. Quando os representantes de Deus ordenam uma coisa que Deus proíbe: *Importa obedecer mais a Deus do que aos homens* (Act. Ap. V, 29) e recordar o procedimento dos 3 jovens na fornalha e o dos 7 irmãos Macabeus.

4. Do conhecimento da lei nasce a **consciência**, isto é, a ciência que nos faz conhecer se uma acção é permitida ou não.

A **razão** faz-nos notar, nos casos concretos em que devemos proceder, o que convém fazer segundo os preceitos conhecidos. A razão, por conseguinte, inculca-nos o conhecimento da lei e do nosso dever. Este conhecimento do dever é a **consciência**. A consciência é, portanto, uma actividade da *inteligência*. Como sabemos, ela impele também poderosamente a nossa vontade para o bem. E porque a nossa consciência nos torna atentos à vontade de Deus, muitos santos lhe chamaram a **Voz de Deus**. «A consciê-

cia é a voz de Deus que se manifesta como *legislador* e como *juiz*» (S. T. de Aq.).

A consciência revela-se da seguinte maneira: *antes* da acção, adverte e anima; *depois* da acção, tranqüiliza ou perturba, conforme a acção é boa ou má.

Caím e Judas foram agitados pelos temores da consciência. Um juiz humano pode às vezes deixar-se corromper ou ganhar por lisonjas, por insultos ou ameaças, mas o tribunal da consciência nunca (S. Jo. Cris.). A **consciência** é, portanto, **boa** ou **má**. A **boa** consciência dá alegria e expulsa a tristeza, como o sol dissipá as nuvens (S. Cris.). *Adoça tôdas as amarguras da vida; assemelha-se ao mel que não é só doce em si mesmo, mas adoça as bebidas mais amargas* (S. Agost.). O testemunho da boa consciência é um ósculo de paz no íntimo da alma. Sobretudo dá tranqüilidade na hora da morte; é o vestíbulo do céu (S. J. Cris.). *Uma boa consciência é um saúve travesseiro.* — A **má** consciência torna-nos carrancudos e agitados; é um verme saído da podridão do pecado (S. T. de Aq.) e que não morre (S. Marc. IX, 43). A **má** consciência envenena *tôdas as alegrias da vida; assemelha-se à espada de Dâmones suspensa de um cabelo por cima de sua cabeça e cuja vista o privava de todo e qualquer prazer.* O homem que tem **má** consciência assemelha-se a um condenado à morte que, a-pesar-de todos os prazeres que lhe concedem para as suas últimas horas, não consegue ser sinceramente feliz (S. Bern.). A **má** consciência manifesta-se muitas vezes até no exterior, no olhar sobretudo.

O homem pode ter consciência *delicada* ou consciência *embotada*.

A consciência **delicada** acusa as mínimas faltas; a consciência **embotada** apenas as maiores. Uma consciência delicada é como uma *balança de pesar ouro*, que revela a mínima poeira; a consciência embotada é uma *balança romana* que se inclina só com o peso de um quilo. Os santos tinham a consciência delicada; assustavam-se com a mínima ofensa a Deus. Os mundanos têm consciência embotada; notam apenas o que é pecado mortal manifesto. Ligam, todavia, grande importância a pequenos nadas; coarão mōscas e engolirão camelos (S. Mat. XXIII, 24). Um

homem de consciência delicada é um homem consciencioso; o de consciência embotada é um homem sem consciência.

O homem pode também ter uma consciência *larga* (relaxada) ou uma consciência *timorata* (escrupulosa).

Aquêle que tem uma consciência **larga** considera os maiores *pecados como permitidos*; tem por princípio: que uma vez não faz costume, que uma vez não se leva em conta, que errar é próprio dos homens, etc. A sua vida depravada não lhe deixa já escutar as censuras da consciência, assim como um homem que habita perto duma queda de água (ou perto dum caminho de ferro) se habitua a pouco e pouco ao rumor e dorme depois muito bem, a-pesar dêsse rumor (S. Vic. Ferr.). Aquêle, ao invés, que tem uma consciência **escrupulosa** considera até acções permitidas como proibidas. Um escrupuloso assemelha-se a um cavalo espantadiço que se assusta com a sombra de uma árvore ou de uma pedra, como se fosse um leão ou um tigre, e que expõe assim todo o tiro de cavalos a maior perigo. O escrupuloso imagina igualmente perigos onde os não há, e cai então facilmente na desobediência e no pecado (Scar.). O escrúpulo não provém ordinariamente da ignorância, mas de uma *sensibilidade doentia* que perturba a razão. «O fundo de todo o escrúpulo é o orgulho» (S. Fr. de Sal.). Todo o escrupuloso é tímido e por isso mesmo não pode tornar-se perfeito; assemelha-se a um soldado medroso que não tem a coragem de afrontar o inimigo e que entrega as armas antes do ataque. Um escrupuloso *não deve prender-se* com as suas dúvidas, porque estas são como o pez e o visco que tanto mais se pegam, quanto mais procuramos desapegá-los (Scar.). O escrupuloso deve desprezar os seus escrúpulos e fazer o contrário do que o escrúpulo lhe proíbe (S. Af.). Deve obedecer exactamente ao seu confessor, sem o que não se curará e arrisca-se a enlouquecer (S. Af.). O escrupuloso deve desconfiar do seu *juízo pessoal* e da sua maneira de encarar as coisas, e até renunciar de todo a ela. Assim desaparecerão estes escrúpulos que resultam as mais das vezes do orgulho e do apêgo teimoso às próprias ideias (Mar. Lat.). Aquêle que quere fazer grandes coisas para Deus, deve pôr cuidado em não ser pusilânime; se os Apóstolos o tivessem sido, não teriam nunca empreendido a conversão do mundo (S. In. Loi.).

Não se deve proceder contra a consciência, aliás comete-se uma falta.

A consciência não é mais do que a *lei, aplicada* aos casos concretos; aquêle que vai contra a sua consciência, procede contra a lei. S. Paulo diz que pecam aquêles que procedem contra a sua convicção (Rom. XIV, 23). Peca, por exemplo, quem na quinta-feira imagina que é sexta e, contudo, come carne voluntariamente. Pelo mesmo motivo, os heterodoxos que de boa fé estão persuadidos dos seus erros, não pecam por perseverar neles.

5. Os mandamentos de Deus não tiram de modo algum ao homem a *verdadeira liberdade*.

Tornam-no, ao invés, *independente das criaturas*, ao passo que o pecador cai numa escravidão vergonhosa; assemelha-se ao peixe caído no anzol. «Onde há o espírito do Senhor, aí há a liberdade» (II Cor. III, 17). *O pecado torna-nos escravos, a virtude liberta-nos.* Daí a divisa: «Deo servire regnare est» (*Servir a Deus é reinar*). Com efeito, a liberdade não consiste em poder fazer tudo o que nos apraz; a liberdade é limitada pelos direitos do próximo e consiste na faculdade de fazer tudo o que é lícito. Infelizmente em nossos dias abusa-se desta palavra «liberdade»; uns entendem por liberdade a licença, e chamam tiranía e despotismo aos embargos que as leis põem às suas más inclinações. Querem tornar-se independentes de Deus e de seus preceitos. O seu *liberalismo* tem por base o princípio: «Vivei sem respeito a Deus, como se Deus não existira. Legisrai neste sentido, educai assim a juventude, escrevei com este critério os jornais e os livros». Porém, esta ideia não merece o nome de amor à liberdade, mas de ateísmo. Outros querem a liberdade para si e a escravidão para os outros. Daí provém que há homens que se dizem *liberais* e que são, no fundo, de uma intolerância absoluta. Grillparzer diz com razão: «Aprende primeiro o que quere dizer liberdade, antes de escolher esta palavra como lema ou divisa, para que não só te não tornes escravo dos outros, mas para que os outros o não sejam de ti». Quem traz sempre a liberdade na bâca, costuma trazer longe dela o coração.

2. Os dois mandamentos do amor

1. Os dois mandamentos mais importantes são os dois mandamentos do amor, a saber: o do amor de Deus e o do amor do próximo, porque nestes dois se encerram todos os outros.

Um dia um escriba preguntou a Jesus Cristo qual era o primeiro de todos os mandamentos, e Jesus respondeu: **amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração** (com a vontade), **de toda a tua alma** (com a inteligência), **de todo o teu espírito** (com o sentimento), e **de todas as tuas forças** (nas tuas acções). **Este é o primeiro mandamento, e o segundo, semelhante ao primeiro, é: «Amarás ao teu próximo como a ti mesmo»** (S. Marc. XII, 30). Já no Antigo Testamento Deus havia recomendado nos mesmos termos (Deut. VI, 5) o amor de Deus, assim como o amor do próximo (Lev. XIX, 18). Os dois mandamentos do amor **encerram todos os outros**. Provém isto de que todas as forças da alma humana: a razão, o entendimento, a vontade e as acções são influenciadas e dirigidas por êles, **como se deduz das palavras de Cristo**. Como os ramos de uma árvore nascem de um tronco comum, assim os dois mandamentos do amor dão origem a todos os outros. Os outros mandamentos explicam simplesmente o que os do amor exigem. Jesus Cristo diz a êste propósito: «Dêstes dois mandamentos depende toda a lei e os profetas» (S. Mat. XXII, 40). Nas famílias, nas regiões, nos Estados e nos municípios, qualquer outra lei seria supérflua, se esta lei do amor fosse observada por toda a parte e por todos (Allioli).

O mandamento do *amor de Deus* encerra os quatro primeiros mandamentos do decálogo, e o do *amor do próximo* os outros 6, com o preceito de praticar obras de misericórdia.

Os **quatro** primeiros mandamentos referem-se a *Deus*. Como nosso soberano Senhor, Deus exige no seu 1.º mandamento *a adoração e a fidelidade*; no 2.º o *respeito*; no 3.º o *serviço*; no 4.º a *submissão* aos seus representantes

sobre a terra (1). Os outros seis mandamentos referem-se ao próximo e proíbem-nos o fazer-lhe dano na sua vida (5.º mand.), na sua inocência (6.º mand.), na sua propriedade (7.º mand.), na sua honra (8.º mand.), na sua família (9.º e 10.º mand.). A ordem de praticar as **obras de misericórdia**, suposta no juízo final (S. Mat. XXV, 31 e seg.), completa a segunda parte do Decálogo, que se refere ao amor do próximo, porque prescreve o assistir-lhe nas necessidades. — Jesus Cristo, aliás, dá claramente a conhecer, na sua resposta ao jovem rico, que os seis últimos mandamentos formam um todo, porque enumera os mandamentos relativos ao amor do próximo, começando por aquêle que proíbe matar (S. Mat. XIX, 18; S. Luc. XVIII, 20). S. Paulo também entende que do 5.º ao 10.º mandamento todos formam uma série de leis completa e metódica (Rom. XIII, 9).

2. Aquêle que possui o amor de Deus e do próximo, cumpre todos os preceitos e consegue a vida eterna.

Aquêle que observa os dois mandamentos do amor observa todos os outros, porque todos os mandamentos nêles se encerram. Eis por que S. Paulo diz: «A caridade é o complemento da lei» (Rom. XIII, 10). **Sem o amor de Deus e do próximo não há salvação.** S. João diz: «Aquêle que não ama permanece na morte» (S. Jo. III, 14). Aquêle que vive sem a caridade está morto (S. Fr. de S.). S. Paulo diz: «Se algum não ama a Nosso Senhor Jesus Cristo seja anátema» (I Cor. XVI, 22). Para caminhar são precisos *dois pés*; se queremos ir para o céu e chegar a Deus, é preciso o amor de Deus e do próximo (S. Agost.). A ave não pode elevar-se para o céu senão com duas asas, e nós não podemos fazer o mesmo senão com as duas asas do amor de Deus e do próximo. Os bem-aventurados no céu amam a Deus e amam-se uns aos outros; se nós queremos ir para o céu, é preciso começar desde já a amar a Deus e ao próximo. S. Agostinho diz a Deus: «Que é en-

(1) O quarto mandamento refere-se também ao próximo; pois os nossos pais e superiores, ao passo que representam a Deus, são também próximos a quem devemos toda a caridade e auxílio. Daí o ensinar-se nos catecismos portugueses que os últimos sete mandamentos pertencem ao «proveito do próximo».

tão o homem para que queitais ser dêle amado e o ameaçais com penas tão severas se vos não amar?»

3. A *faculdade* de amar a Deus e ao próximo é-nos concedida ao mesmo tempo que a graça santiificante.

Por nós mesmos, somos incapazes de amar a Deus sobre tôdas as coisas. Depois do pecado original, somos como uma *palmeira* transportada do seu país natal para o nosso; tenta produzir os seus frutos, mas é incapaz de produzir tâmaras maduras e agradáveis ao paladar: só o consegue num clima mais suave. O mesmo sucede com os nossos corações: bem quereriam amar a Deus, mas não têm força para isso; não podem chegar ao amor divino senão vivificados pela graça do alto (S. Fr. de S.). A vontade bem existe em mim, mas não chego, só por mim, a realizá-la (Rom. VII, 18). É sómente quando o Espírito Santo entra em nós pelo *baptismo* ou pela *penitência* que ele infunde em nós o amor de Deus. Daí as palavras de S. Paulo: «A caridade de Deus está derramada em nossos corações pelo **Espírito Santo** que nos foi dado» (Rom. V, 5). O amor do próximo entra em nossas almas ao mesmo tempo que o amor de Deus (S. Agost.). O amor de Deus e o do próximo não são mais do que um só e o mesmo amor, não diferem senão pelo objecto a que se referem. São duas correntes de água alimentadas pela mesma nascente, dois ramos duma mesma árvore. É por isso que Jesus Cristo *deu duas vezes o Espírito Santo* aos seus Apóstolos (a primeira quando soprou sobre êles, e a segunda no dia de Pentecostes), para que recebamos com o Espírito Santo o duplo amor de Deus e do próximo (S. Agost.). O Espírito Santo foi enviado do céu à terra: foi enviado, do céu, para que Deus fosse amado, à terra, para que o próximo o fosse (S. Honório).

4. O amor de Deus é *inseparável* do amor do próximo.

Como a semente contém a planta, assim o amor de Deus encerra o amor do próximo. Os dois mandamentos do amor são de tal modo feitos que **um não pode ser observado sem o outro** (S. Agost.). É por isso que a Sagrada Escritura não fala nunca senão de *um* mandamento

do amor, ora do de Deus, ora do do próximo, porque um encerra o outro (S. Agost.). Se alguém diz: «Eu amo a Deus», mas odeia o seu irmão, é um mentiroso (I S. João IV, 20). Aquêle que ama a Deus não pode odiar ao homem, e aquêle que odiar ao homem não pode amar a Deus (S. Jer.). A caridade, isto é, o amor de Deus, é benévole, nada inveja e de nada pensa mal (I Cor. XIII, 47). **O amor do próximo** é a melhor pedra de toque do amor de Deus. Aquêle que quere mal a seus semelhantes, ainda que seja a um só, que o odeia, lhe tem inveja ou lhe causa dano (quer na saúde, quer na inocência, quer nos haveres, quer na honra doméstica) e bem assim aquêle que não gosta de dar esmolas, esse não ama a Deus. As injustiças são uma prova de que não se possui o amor de Deus (S. Agost.). A inveja é a prova de que não possuímos o amor de Deus (S. Efrém).

3. O mandamento do amor de Deus

O homem por sua natureza sente uma certa complacência diante do que reconheceu ser bom e belo; esta complacência e o desejo de possuir esse objecto chama-se **o amor**. Como se vê, o amor é um acto da razão, do sentimento e da vontade ao mesmo tempo. Há um amor natural, por exemplo, o que os pais têm aos filhos, e um amor sensitivo ou sensual, que se agrada de uma pessoa ou de um objecto por certas qualidades efémeras. Mas o amor de Deus é um amor santo.

1. Devemos amar a Deus porque Jesus Cristo o ordena, porque Ele é o Ser mais belo e mais perfeito, porque nos ama e nos enche de benefícios.

Jesus Cristo manda amar a Deus: «Amarás o Senhor teu Deus, diz êle, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todas as tuas fôrças» (S. Marc. XII, 30). — Deus é o Ser mais belo; se as coisas terrestres são tão belas, qual deve ser a beleza de Deus que todas criou! (Sab. XIII, 3). Porque o que não se possui não se pode dar a outrem. Aquêle que empresta mil escudos, em primeiro lugar deve necessariamente tê-los, e além disso ter muito mais para poder dispensar tanto. Deve Deus ter, portanto,

no mais alto grau tôdas•as perfeições que admiramos nas criaturas. «A razão de amar a Deus é o próprio Deus» (S. Bern.). Deus atrai a si todos os corações e todos os espíritos pela sua soberana beleza e pela sua incompreensível bondade (S. Fr. de S.). — O amor de Deus por nós manifestou-se sobretudo em enviar seu próprio Filho à terra para nos salvar. O próprio Jesus Cristo diz: «Assim amou Deus ao mundo que lhe deu a seu Filho unigénito» (S. Jo. III, 16). Deus não enviou seu Filho como Rei da terra, mas sob forma de escravo, e não para que vivesse e morresse como os outros homens, mas para que vivesse em trabalhos e perseguições e morresse na cruz (Albano Stolz). Deus deu-nos um filho que amava infinitamente. Os pais amam tanto mais os filhos quanto menos filhos têm, com mais forte razão amam muito mais um filho único. Como devia sobretudo Deus amar o seu Filho único? E contudo sacrificou-o (Alb. Stolz). Suponhamos que um homem passeia à beira-mar com o seu filho e o seu servo; este por imprudência cai à água e o amo manda em seu socorro o filho, que o salva do perigo. Não é esta a mais bela prova de afeição do amo pelo servo? E este servo não pagará a seu amo afeição com afeição? O mesmo se deu com a obra da Redenção. Por isso S. Agostinho exclama: «Para salvar o escravo, vós, Senhor, destes o vosso Filho». Daí este conselho de S. João: «Ame-mos nós a Deus porque Deus nos amou primeiro» (I S. Jo. IV, 19). — Deus enche-nos incessantemente de **benefícios**: porque tudo que amamos d'Ele vem. Foi Ele quem nos deu a vida, a saúde, o alimento quotidiano, o vestuário, a habitação e tudo o mais. O que eu sou e o que eu tenho, ó Pai, por vós me foi dado. Toda a dádiva perfeita vem do alto, do pai das luzes (S. T. I, 17). Que tens tu, ó homem, que não hajas recebido? (I Cor. IV, 17). A posse ininterrupta destes bens impede-nos de os apreciar no seu valor. Por isso devemos muitas vezes considerar os que os não têm, por exemplo, os cegos, os enfermos, os necessitados; veremos então, por comparação, quanto somos felizes e os nossos corações se inflamarão mais no amor divino. Se, pois, amamos aquêle que nos dá um presente ou que nos ajuda nas necessidades, quanto mais devemos amar Aquêle que nos deu tudo o que somos e tudo o que temos, que destinou anjos para nos guardarem, que nos deu o sol, a lua e as estrelas como fachos, a terra como habitação, os elementos, as plantas, os animais como alimento e para nossa recreação (S.

Bern.). As crianças e mesmo alguns animais, como as cegonhas, amam aqueles que lhes deram o ser. Aquêle que não ama o seu Criador é, pois, pior que o animal. Basta a consideração do que Deus fez por nós, dando-nos a vida, para nos impor o dever de o amar sobre todas as coisas (S. Basil.).

2. Provaremos que amamos a Deus se o desejamos continuamente, se evitamos o que nos separa d'Ele, se trabalhamos por sua glória e se aceitamos com agrado o que vem de sua mão.

A criança ama o seu livro de estampas; pensa nêle muitas vezes, contempla-o com prazer, não o daria por nenhum preço, louva-o e é muito grata a quem lhe fez presente d'ele. Assim faz o homem que ama a Deus. É erro crer que o amor de Deus seja únicamente coisa de sentimento, uma certa satisfação e prazer de possuir a Deus; é, pelo contrário, um acto da inteligência e da vontade. O homem reconhece a Deus como supremo Bem e coloca-o acima de todas as criaturas (Acto da inteligência). A conseqüência desta apreciação é a aspiração a possuir êste supremo Bem, pela fuga do pecado e por uma vida agradável a Deus (Acto da vontade). O amor de Deus prova-se mais por acções do que por sentimentos (Maria Lat.). O amor de Deus não consiste em consolações sensíveis, aliás Nosso Senhor não teria amado a seu Pai quando esteve triste até à morte (S. Fr. de S.).

1. Aquêle que ama a Deus pensa nêle continuamente, apraz-se em falar e ouvir falar d'Ele.

O amor é a atração para um objecto com o desejo de se unir a ele. Daí resulta que se pensa continuamente no que se ama. É por isso que Jesus Cristo nos diz: «onde está o teu tesouro aí está também o teu coração» (S. Mat. VI, 21). A alma que ama a Deus eleva-se sem interrupção até Ele (S. Agost.). Aquêle que ama a Deus executa todos os seus trabalhos com **boa intenção** de o honrar. Assemelha-se a um navio que navega em diferentes direcções, mas cuja bússola indica sempre o norte (S.

Fr. de S.); ou aos corpos terrestres que são sempre atraídos para o centro da terra. Aquêle que ama a Deus recita durante o trabalho **orações jaculatórias**, por exemplo: Jesus, meu Deus, amo-vos sobre todas as coisas (Indulg. de 50 dias.) Tudo para maior glória de Deus (S. In.). Tudo para honra do meu Deus, para aumentar seus louvores e a sua glória (S. Clem. Hofbauer). Meu Deus é meu Tudo! (S. Fr. de Assis). — Aquêle que ama a Deus assemelha-se aos Anjos que gozam continuamente da vista de Deus (S. Boav.). Considerai como perdido todo o tempo que não empregardes em amar a Deus (S. Bern.). — Aquêle que ama a Deus **gosta de falar das coisas divinas**, porque a bôca fala da abundância do coração (S. Mat. XII, 34). A língua revela os desejos do coração, porque a bôca rouba ao coração seus pensamentos e manifesta-os (S. Efr.). Contudo as palavras de um homem inflamado do amor de Deus são muitas vezes acolhidas com ironia pelos seus semelhantes; a expressão d'este amor parece bárbara a quem não ama (S. Bern.). Aquêle que ama a Deus **apraz-se em ouvir falar d'ele**, daí as palavras de Jesus Cristo: «O que é de Deus ouve as palavras de Deus» (S. Jo. VIII, 47).

2. Quem ama a Deus foge do *pecado* e não apega seu coração aos bens e prazeres da terra.

Quem ama a Deus evita o pecado, que dêle o separa. «Se alguém me ama, diz Jesus Cristo, **guardará a minha palavra**» (S. Jo. XIV, 23). Aquêle que ama a Deus **treme ante a ofensa** a Deus, mas não diante do castigo; porque quem ama não tem nenhum castigo que recear. É por isso que S. João diz: «A caridade perfeita lança fora o temor» (I S. Jo. IV, 18). — Um homem que tem muito calor despe o casaco, e um homem inflamado do amor divino despoja-se do desejo dos bens e dos prazeres terrestres. A morte separa coisas sensíveis (S. Greg. M.). O amor divino e o amor do mundo não podem por conseguinte coexistir em nossa alma.

3. Quem ama a Deus trabalha com gôsto pela sua glória.

Se alguém compra um livro que lhe agrada, convida também os amigos a adquirí-lo, deseja a sua difusão. As-

sim faz quem ama a Deus; deseja que seja cada vez mais conhecido e amado dos homens. «O zêlo é efeito do amor. Quem não tem zêlo, não ama» (S. Agost.). Aquêle que ama a Deus *desgosta-se* e até se revolta quando os homens o ofendem: assim Moisés, na sua cólera, quebrou as tábuas da lei, à vista dos adoradores do bezerro de ouro (Êxodo XXXIII, 32). Pelo contrário, aquêle que a ama Deus goza de o ver glorificado (Fil. I, 18); faz todos os esforços possíveis para *reconduzir os transviados*. Que dificuldades não venceram os Apóstolos e os missionários para anunciar o S. Evangelho; que não fez uma Santa Mónica para converter seu filho S. Agostinho! É também o amor de Deus que inspira aos Anjos o desejo de salvar os homens; é esse mesmo amor que nos excita a rezar: «*Santificado seja o vosso nome!*»

4. Aquêle que ama a Deus *agradece-lhe* os seus benefícios e aceita de bom grado os sofrimentos que Ele lhe envia.

Uma carta de um amigo causa sempre prazer, qualquer que seja a fealdade do correio que no-la traz. Assim quem ama a Deus, aceita gostosamente o que Ele envia, benefícios ou sofrimentos. Depois de um **benefício** faz como Noé ao sair da arca (Gén. VIII), como o leproso curado (S. Luc. XVII, 16), como os três jovens na fornalha (Dan. III), e não como o corvo que não volta à arca e que esqueceu quem o havia alimentado (Gén. VIII, 6). Quem ama a Deus não esquece nem a oração da noite, nem as orações antes e depois da comida. *É necessário ser sempre grato, ainda pelo mais pequenino benefício.* A ingratidão é sempre sinal de baixeza de coração. — Devemos mesmo como Job (I, 21) aceitar de bom grado as **provações** que Deus nos envia. S. Paulo estava alegre a-pesar-de tôdas as suas tribulações (II Cor. VII, 4); os apóstolos e os mártires morreram com alegria, e Santa Teresa tinha por divisa: «Senhor, ou sofrer ou morrer!» «Um coração que ama Jesus, ama também a cruz» (S. Fr. de S.). Quanto maior é o nosso desejo de sofrer por Deus e ser humilhados, tanto maior também é o nosso amor por Ele; aquêle desejo é o sinal mais certo dêste fogo celeste (S. Vic. de P.). Aquêle que ama a Deus assemelha-se ao girassol que, mesmo nos dias sombrios, se volta para o sol (S. Fr. de S.). Pelo contrário, aquêle que não ama a Deus é um insensato que considera

tôdas as contrariedades desta vida como dirigidas *contra* êle pessoalmente (Sab. V, 21).

5. Quem ama a Deus ama também *ao seu próximo*.

Quem ama o Criador ama também as criaturas (I S. Jo. V, 1); ama o próximo, porque êste nos representa o próprio Jesus Cristo, como o indicam as suas palavras no juízo final (Mat. XXV, 40); ama não sómente os justos, mas também os pecadores. «Não se deve confundir o pecado com o pecador; deve-se detestar o pecado, conforme o exemplo de Deus, mas amar o pecador» (Mar. Lat.). Aquêle que ama a Deus ama também os Anjos, os Santos e as almas do purgatório. Só os condenados se devem excluir da caridade e odiar, como Deus os odiará por tôda a eternidade (Mar. Lat.).

3. Devemos amar a Deus com tôdas as fôrças e sobre tôdas as coisas.

O amor de Deus deve ser por conseguinte um amor particular, um amor **de preferência** (S. T. de Aq.). É por isso que Jesus Cristo não diz simplesmente: «Amarás o Senhor teu Deus», mas «amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração e de tôda a tua alma, e de todo o teu entendimento e de tôdas as tuas fôrças» (S. Marc. XII, 30). A única medida do amor de Deus é que seja sem medida (S. Bern.).

Amamos a Deus com **tôdas as nossas fôrças**, se referimos tudo a Deus: nossos pensamentos, nossa palavras, nossas obras (S. T. de Aq.).

Devemos por conseguinte pensar em Deus quando nos levantamos, vestimos, lavamos, quando comemos e trabalhamos, etc. Tôdas as criaturas, ainda as mais pequenas (o canto das aves, o perfume das flores, a música, etc.), fornecem àquele que ama ocasião para erguer o pensamento à glória do Criador. O universo fala a quem ama a Deus uma linguagem silenciosa, mas compreensível (S. Agost.).

Nós amamos a Deus **sobre todas as coisas**, se estarmos prontos a sacrificar tudo logo que Ele o exija.

Deus é o nosso último fim, as criaturas são simplesmente meios para o atingir. É por isso que temos o dever de as sacrificar se Deus o exige. Preciso é, pois, que estejamos prontos a sacrificar a nossa vida por Deus como os três jovens em Babilónia; devemos estar prontos a abandonar os nossos parentes por Deus, como Abraão; sim, é preciso que um pai esteja disposto a sacrificar o seu filho único, como Abraão o estava para Isaac. Deus assemelha-se a um tesouro ou a uma pérola preciosa, que não se pode obter senão a troco de tudo o que possuímos (S. Mat. XIII, 46). É por isso que Deus experimenta o justo, para ver se Ele o prefere na verdade às coisas que passam (Deut. III, 3). Contudo Deus contenta-se algumas vezes com a nossa boa vontade (S. Fr. de S.). Não subtrai sempre o objecto amado quando nos vê dispostos a sacrificar-lhe esse objecto. Assim o fez no sacrifício de Abraão no monte Mória. — Aquél que se contrista demasiado com as suas desgraças não ama a Deus sobre todas as coisas. Também aquél que descura a prática das boas obras por respeito humano não ama a Deus, porque prefere a aprovação dos homens à de Deus. Se os homens toleram já tantas injúrias e tantos castigos por uma criatura que amam, que se não há-de sofrer por Deus? (S. Cris.).

É lícito amar também as *criaturas*, mas **unicamente** por amor de Deus.

É, pois, permitido haver prazer das criaturas, empregando-as como meio de servir o Altíssimo; é preciso amar o Criador nas criaturas e não estas por si mesmas. Podem-se amar, diz S. Fr. de Sales, ao lado de Deus outros objectos, mas sob condição que não haja um só que nós não amemos em Deus e por Deus. Deus chama-se o Deus zeloso (Ex. XX, 5), porque não tolera amor algum além do seu. «Ele quere ser o rei dos nossos corações ou nada» (S. Fr. de S.). Deus não permitiu que o piedoso Jacob amasse demais seu filho José, e foi por isso que lho tirou temporariamente; mais tarde fez o mesmo a Benjamim. Deus ainda hoje procede assim connosco. «O que ama o pai, diz Jesus Cristo, ou a mãe mais do que a mim, não é digno de mim» (S. Mat. X, 37). S. Agostinho diz: «Mui-

to pouco ama a Deus quem ama uma criatura além dêle, a não ser que a ame por êle». «Se eu soubesse, diz S. Fr. de Sales, que havia em meu coração a mínima inclinação que não fôsse nem de Deus nem para Deus, imediatamente a destruiria, porque preferiria deixar de viver a não pertencer completamente a Deus». — Como o corpo *morre*, se se *divide*, assim a alma. Por isso a ameaça do profeta contra os Judeus idólatras: «Dividiu-se o seu coração, agora perecerão», prova que a alma de quem não ama a Deus com todo o seu coração está morta.

4. O amor de Deus é para nós *proveitosíssimo*: já neste mundo nos une a Deus, esclarece a nossa razão, robustece a nossa vontade, obtém-nos o perdão das faltas, a paz de alma, outros favores numerosos e, depois da morte, a glória do céu.

A concupiscência é a raiz de todos os males e o santo amor é a raiz de todos os bens (S. Agost.). O *azeite* é o símbolo do amor de Deus. Flutua, ilumina, acalma o mar, e abranda tôdas as coisas: é assim o amor de Deus. O *fogo* faz também como a caridade: eleva-se, ilumina, aquece e purifica. O *ouro* é também um símbolo do amor divino (Ps. XLIV, 16). — Aquêle que ama a Deus possui o Espírito Santo que o une a Deus. «O amor de Deus torna-o presente em nossos corações como no céu» (S. Agost.). Amá a Deus e o possuireis, porque não se pode amar a Deus sem o possuir, ao passo que as coisas terrestres, como o ouro, as honras, podem-se amar sem se adquirirem (S. Agost.). Jesus Cristo disse: «Se alguém me ama, meu Pai o amará e nós viremos a êle e faremos nêle *morada*» (S. Jo. XIV, 23). S. João diz ainda: «Aquêle que permanece na caridade permanece em Deus e Deus nêle». O amor de Deus e a graça santificante são, pois, inseparáveis: onde existe um, existe a outra. Aquêle que ama a Deus goza o céu já neste mundo. «Vós habitais na terra e possuís já o céu, se amais cristãamente. Com a alma não é como com o corpo: se êste quere elevar-se ao céu precisa deslocar-se; mas para elevar o coração ao céu basta querer: — amar é ser já bem-aventurado» (S. Agost.). Por isso não devemos demorar-nos a preguntar a nós mesmos se

agradamos a Deus, mas sim se nos comprazemos em Deus (S. Fr. de S.) — Aquêle que ama a Deus obtém pelo Espírito Santo, que nêle habita, a *luz* do entendimento, a *fôrça* da vontade, o *perdão* dos pecados e a verdadeira *paz da alma*. A nossa alma assemelha-se a um espelho que reflecte os objectos que lhe apresentam (Diez.). Se voltarmos, portanto, a nossa alma para o amor de Deus, nela resplandecerá a divindade, quere dizer, compreenderá melhor as coisas divinas, será **iluminada**. A verdadeira sabedoria consiste no Amor de Deus (Ecl. I, 14). A doçura do mel só se avalia *provando-o*, e não conhiceremos a Deus se não provarmos o seu amor (S. Cat. Borr.). O amor é o *manual de tôda a teologia*. Ele deu a homens ignorantes, como S. Paulo eremita, S. Antão, S. Francisco, a ciência de Deus (S. Fr. de S.). S. Domingos gostava de dizer: «Aprendi mais no livro do amor que em tôdas as Escrituras (Corn. a L.). O ferro em brasa deixa-se facilmente trabalhar, a alma abrasada no amor de Deus é mais sensível às inspirações do Espírito Santo. — Não há nada que dê **mais fôrça e coragem** que o amor. O amor materno da galinha, de si timorata, leva-a, quando os pintaínhos correm perigo, a defendê-los até contra os homens. Uma mãe que ama seu filho não teme fadiga nenhuma. O amor à *caça*, à *pesca*, etc., torna o homem *insensível* às fadigas que acompanham aquêles exercícios. O amor suporta tudo e tudo sofre (I Cor. XIII, 7). As coisas que gostamos de fazer não nos custam incômodo nenhum, porque amamos o mesmo incômodo (S. Agost.). Se o amor natural já dá fôrças assim, que fará o amor divino? «Se amais a Deus, sereis *capazes das maiores coisas*» (Mar. Lat.). Pelo amor de Deus obtemos o **perdão dos nossos pecados**. Jesus Cristo disse da Madalena pecadora: «perdoados lhe são muitos pecados, porque amou muito» (S. Luc. VII, 47). O amor cobre a multidão das faltas (I S. Ped. IV, 8). O fogo consome a *ferrugem* e a caridade consome a ferrugem do pecado (S. Boav.). Nada desbrava mais de pronto um terreno de silvas e espinhos que um incêndio; assim uma só centelha do amor divino purifica nossa alma de tôdas as suas faltas. O amor de Deus não tolera sequer a vizinhança do mal (S. Jo. Cris.). O Espírito Santo, descendo à alma que ama a Deus, inunda-a de **uma paz sobrenatural**. O Espírito Santo é o consolador (S. Jo. XIV, 26). Aquêle que ama a Deus sente-se penetrado da sua presença a

qual lhe proporciona mais prazeres que todos os gozos do mundo. Só aquêle que ama a Deus possui a verdadeira paz da alma (S. T. de Aq.). Aquêle que ama vive contente; e aquêle que não ama trema (T. Kemp.). Aquêle que ama a Deus goza a verdadeira paz, porque a sua vontade está conforme com a dêle; esta conformidade e a paz são uma só e a mesma coisa (Mar. Lat.). Pela caridade obtemos dêle **numerosos favores divinos**. Muitos santos, por exemplo, tiveram revelações celestes. Tal é o sentido da promessa de Jesus Cristo: «Aquêle que me ama, será amado de meu Pai e eu o amarei também e me manifestarei a êle» (S. Jo. XIV, 21). É por esta razão que os santos tiveram aparições de Jesus Cristo, da Virgem, dos Anjos e de outros santos (Deus apareceu acompanhado de dois anjos à Abraão; outro anjo lhe apareceu no sacrifício de Isaac; o Arcanjo Rafael apareceu a Tobias; os anjos apareceram muitas vezes à Santíssima Virgem e a S. José. S. Estêvão, quando o estavam apedrejando, viu o céu aberto) ou obtiveram luzes interiores extraordinárias e consolações que ninguém no mundo lhes teria podido dar, ou viram as suas orações prontamente atendidas. Os amigos *confiam mítuamente* *seus segredos*, a-fim-de verem robustecer-se a sua afição recíproca (Hurter); Deus também confia seus segredos àqueles que o amam, a-fim-de aumentar nêles êste amor, e por conseguinte a sua graça santificante. É por isso que Jesus Cristo disse um dia a seus Apóstolos: «Chamei-vos amigos, porque vos descobri tudo quanto ouvi de meu Pai» (S. Jo. XV, 15). É por isso também que *tudo redunda em bem* daquele que ama a Deus. S. Paulo diz: «Sabemos que aos que amam a Deus *tôdas as coisas lhes contribuem para o seu bem*» (Rom. VIII, 28). Os mesmos sofrimentos servem para o bem daquele que ama a Deus. As provações de José, as desventuras de Jacob, de Tobias, renderam-lhes os maiores gozos. «Deus toma à sua conta os cuidados daqueles cujos pensamentos se dirigem todos para êle» (S. Fr. de S.). — Pelo amor de Deus obteremos **os gozos do céu**. S. Paulo diz: «O olho não viu, nem o ouvido ouviu, nem jamais veio ao coração do homem o que Deus tem preparado para aqueles que o amam» (I Cor. II, 9). «Com efeito, o homem que ama a Deus é *rico de boas obras*». O fogo é insaciável e vai sempre lavrando: também logo que uma alma é invadida pelo amor de Deus é infatigável no exercício das boas obras (Scar.). Por isso S. Paulo nos diz: «O

amor de Cristo nos constrange» (II Cor. V, 14). O amor divino durará na *outra vida* (I Cor. XIII, 8). Ver a Deus e amá-lo são coisas inseparáveis no céu; não se pode ver um bem tão grande sem o amar necessariamente (S. Fr. de S.). O amor é, no mundo dos espíritos bem-aventurados, o que a gravidade é no mundo material. O centro para o qual tudo converge é Deus (S. Boav.). — Aquél que experimentou a suavidade, a doçura da caridade, perde a pouco e pouco o gosto pelos prazeres do mundo (S. Af.).

5. Da *grandeza* do nosso amor de Deus dependerão o valor das nossas boas obras e o grau da nossa felicidade eterna.

As **nossas obras** terão um **valor** tanto **maior** quanto maior fôr a caridade com que as praticarmos (S. Fr. de S.). Deus considera menos a grandeza da obra que a do amor. Obras de menor importância, feitas com maior amor de Deus, têm um merecimento muito maior a seus olhos do que grandes obras feitas com caridade medíocre. O óbolo da *pobre viúva* teve maior valor a seus olhos que todos os donatívos dos ricos (S. Marc. XII, 41). Com efeito, como diz S. Boaventura: «O amor é o *tempéro* das boas *acções*; quanto mais temperos dêsses possuímos em nós, mais as nossas obras são agradáveis ao paladar de Deus». Tôda a obra que não é feita *por amor de Deus* não tem merecimento (S. Fr. de S.). S. Paulo declara que o dom das línguas, a ciência, o dom dos milagres e das profecias, as esmolas e as mortificações não têm valor algum se falta a caridade (I Cor. XIII, 1-3). Boas obras sem caridade são como lâmpadas sem azeite (S. Mat. XXV, 8). A luta recebe do sol a sua claridade e *sem o sol* não tem brilho; assim também a virtude sem amor de Deus não tem merecimento (S. Bern.). As comidas *sem sal* não têm sabor nenhum, assim as nossas obras, se falta o amor, não são ao gosto de Deus (S. Bon.). O navio não pode navegar *sem velas*, e tôdas as nossas *acções* são infrutuosas *sem o amor* (S. Cris.). — A nossa **felicidade será tanto maior** quanto maior fôr, ao mortermos, o grau do nosso amor. Quanto mais tivermos amado mais seremos glorificados no céu (S. Fr. de S.). Um pai também dá mais àquele de seus filhos que lhe mostrou mais afeição. S. Agostinho diz: «O amor é o

pêso do homem»; quere dizer que quanto mais ele ama, maior é o valor que tem diante de Deus. — Já neste mundo recebe **mais graças**. Mais pecados lhe são perdoados. É por isso que o Salvador diz da Madalena, em casa de Simão: muitos pecados lhe serão perdoados, porque amou muito. Pouco será perdoado a quem pouco ama (S. Luc. VII). Aquêle que tem maior caridade atinge *um conhecimento mais perfeito de Deus*. É o que sucede com o fogo: quanto mais ardente, mais viva é a sua luz (Card. Hugo). Também quanto mais se ama a Deus mais sensíveis são os testemunhos do seu amor (Mar. Lat.). Se amais a Deus sois mais ricos que aqueles que possuem todos os tesouros da terra e que o não amam (id.): sois ricos diante de Deus (S. Luc. XII, 21). Aquêle que não ama a Deus é pobre, a-pesar-de todos os títulos e qualidades (S. Bas.); entre os santos, pelo contrário, há muitos que não brilharam na terra pela sua situação (Col. II, 3-4).

O amor de Deus pode **aumentar-se** pela meditação das perfeições e dos benefícios de Deus, pelo desprendimento das coisas da terra e por freqüentes actos de caridade.

Alimenta-se o fogo ajuntando-lhe lenha ou carvão; o amor divino alimenta-se pela **meditação** das verdades divinas (S. Lour. Just.). Sobretudo a meditação dos *sorimentos de Jesus Cristo* é própria para desenvolver em nossos corações este amor; a montanha do Calvário é a melhor escola do amor (S. Fr. de S.). Mesmo na glória celeste a morte do Salvador será o móbil mais poderoso do amor dos espíritos bem-aventurados a Deus (id.). **O desprendimento das coisas da terra** contribui também para o aumento da caridade. A lenha arde tanto melhor quanto mais seca e menos húmida; assim a chama do amor divino abrasará tanto mais as nossas almas quanto mais desprendidas elas estiverem das inclinações viciosas (Scar.). Assim como uma pedra que não encontra obstáculos cai directamente para o centro da terra, assim nossa alma se eleva directamente para Deus, seu centro e seu fim, se nós a libertarmos de tôdas as cadeias que a prendem à terra (Rodr.). A diminuição da concupiscência traz consigo o aumento do amor (S. Ag.). Por isso devemos freqüentes vezes fazer actos de caridade. Tôda a fa-

culdade se desenvolve pelo exercício, assim a faculdade de amar a Deus aperfeiçoar-se-á pela repetição dos actos de caridade. Noite e dia S. Francisco de Assis repetia muitas vezes estas palavras: «Meu Deus e meu Tudo». Estes actos de caridade são tanto mais importantes por serem um dever imposto pela lei do amor (S. T. de Aq.). Aquêle que não faz actos de caridade transgride o dever do amor. «Aquêle, por conseguinte, que durante um mês descurou este dever, a custo se escusa de pecado mortal» (S. Af.). Assim como Deus é *imenso*, assim o amor por Ele deve ser sem limites (S. Leão M.). O amor assemelha-se a um *círculo*, porque não tem fim (S. Dion. Areop.). Contudo o amor não aumenta necessariamente *duma maneira sensível*; a alma torna-se únicamente mais apta para amar pelo exercício do amor (S. T. de Aq.).

O amor de Deus *perde-se* por faltas graves.

A caridade e o pecado mortal não podem estar juntas. (Gregório XIII condenou a proposição contrária de Baio). Quando no firmamento se elevam nuvens de tempestade, o sol cessa de brilhar e de aquecer; assim é com o fogo do amor divino na alma pecadora (S. T. de Aq.). Um jacto de água apaga instantâneamente o fogo físico, e o pecado mortal o fogo do amor divino. Aquêle que perdeu o amor de Deus voltou-lhe costas para se dirigir às criaturas. — *Só o pecado nos pode tirar a caridade*. Eis por que S. Paulo diz: «Estou certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as virtudes, nem as coisas presentes, nem as futuras, nem outra criatura alguma nos poderá apartar do amor de Deus, que está em Jesus Cristo, Senhor nosso» (Rom. VIII, 38).

4. O contrário do amor de Deus: O amor do mundo.

Por mais cruel e mau que seja um homem, o seu coração há-de ter sempre certa afeição por alguma criatura; a isso o leva a sua própria natureza. Aquêle, pois, que não ama a Deus sobre todas as coisas, amará necessariamente uma criatura sobre todas as coisas.

1. Aquêle que prefere o ouro, os regalos,

as honras terrenas, etc., a tudo o mais, está possuído do amor do mundo.

O amor de uma criatura qualquer não é, em si mesmo, pecado; só se torna pecado quando se *prefere* essa criatura ao Criador (Mar. Lat.). Aquêle que ama uma criatura mais que tudo é um filho do século. Todos os filhos do século são *ídolatras* (Ef. V, 5); votam à criatura o amor devido ao Criador; um ao ouro, como Judas; outro aos regalos, como o rico avarento e muitos outros, que não conhecem outto deus senão o ventre (Fil. III, 19); êste às honras, como Absalão, aquêle aos prazeres terrestres, como Salomão: outros às bebidas, ao jôgo, etc. Todos se assemelham aos Judeus que dançaram ao pé do Sinai em volta do *bezerrinho de ouro*. A máxima dos filhos do século é que é preciso gozar a vida, porque só se vive uma vez, ou então: «Comamos e bebamos, porque amanhã morreremos» (Isaías, XXII, 13). Daí as palavras de S. Paulo: «A sabedoria dêste mundo é uma estultícia diante de Deus» (I Cor. III, 19). — Os filhos do século são mais culpados que os homens *convencidos de alta traição*, porque abandonaram cobardemente o supremo Soberano.

2. O amor do mundo faz perder a graça santificante e a eternidade bem-aventurada.

O homem terrestre não tem a *graça santificante*. O *espírito de Deus* não habita num homem carnal (Gén. VI, 3). A *pomba* não se pousa na lama, nem sobre um cadáver; assim o Espírito Santo não habita numa alma pecadora e carnal (S. Amb.). A pomba ama a pureza, gosta que a sua plumagem esteja imaculada e apraz-lhe estar junto das nascentes de água pura; assim é o Espírito Santo (S. Fr. de S.). Aquêle que é puro por exceléncia não pode habitar um coração manchado pelo pecado (S. Mac.). Como te encherá Deus o coração de mel, se já o tens cheio de vinagre? É preciso primeiro esvaziá-lo e purificá-lo cuidadosamente (S. Agost.). Aquêle que não tem o Espírito Santo, isto é, a veste nupcial da graça santificante, será lançado nas *trevas exteriores* (S. Mat. XXII, 12). Eis por que Jesus Cristo ameaça o homem terreno com a *condenação eterna*. Ele diz: «Aquêle que ama a sua vida (isto é: Aquêle que procura demasiado

gozá-la) perdê-la-á» (S. Jo. XII, 25). E acrescenta: «Ai de vós, os que estais fartos, porque vireis a ter fome. Ai de vós, os que rideis agora, porque gemereis e chorareis» (S. Luc. VI, 25). Assim como um navio cuja âncora prende no fundo não pode navegar para o porto, assim também o homem que ama as coisas terrenas não pode chegar ao porto da salvação. «Escolhe: Queres amar a terra e perder-te, ou amar Jesus Cristo e viver para a eternidade?» (S. Agost.). Não vivas para este mundo, a fim de que não percas a vida eterna (S. Agost.). Aquél que quere neste mundo divertir-se com o demónio, não poderá gozar com Jesus Cristo no outro mundo (S. P. Cris.). Aquél que dissipá a vida eterna por um prazer passageiro é um insensato (S. Boav.).

3. O amor do mundo *cega* o homem e *desvia*-o de Deus.

O amor do mundo *cega* o espírito do homem. Quando entre Deus e alma se interpõem as coisas terrenas, fica a alma na obscuridade como a lua quando a terra se põe entre ela e o sol (C. Hugo). Assim como o velho Tobias cegou por causa do excremento de uma andorinha, assim a alma se cega com os cuidados terrenos (S. Cris.). Por isso os filhos do século não têm gôsto nenhum pelos ensinamentos do evangelho: tratam-nos de loucura (I Cor. II, 14). Assim como os raios do sol não podem atravessar uma água lodosa, assim a luz do Espírito Santo não penetrará nunca na alma do homem terreno. «Aquél que não ama, diz S. João, não conhece a Deus» (I S. Jo. IV, 8). Pelo amor terreno o homem é *desviado de Deus*. A terra é semelhante a uma *varinha coberta de visco*; passarinho que pousa nela, torna-se incapaz de se elevar para os ares (S. Nilo). Os cuidados terrenos afogam a palavra de Deus no homem carnal, assim como os espinhos afogam a semente (S. Mat. XIII, 22). Os filhos do século são os convidados de que fala o Evangelho, que se recusaram a assistir ao banquete nupcial, uns por causa da sua mulher, outros por causa da sua quinta, outros enfim por causa dos bois (S. Luc. XIV, 16).

4. O amor do mundo faz perder a *paz interior* e faz temer a morte.

Um homem mundano **não tem paz interior**. É com razão que um poeta ilustre diz: «O homem não tem senão a escolha inquietante entre a felicidade sensual e a paz interior». O coração que não aspira senão a prazeres terrenos não chegará a saciar-se, como nunca se poderá encher um tonel sem fundo (L. de Gran.). Os filhos do século, como nunca possuem a paz interior, procuram adquiri-la variando os seus prazeres, como o doente que sofre de insónia muda continuamente de posição no leito, esperando encontrar o sono (S. Greg. M.). *Só Jesus Cristo nos dará o verdadeiro contentamento*. Ele diz aos seus Apóstolos: «A paz vos deixo, a minha paz vos dou: eu não vos dou como a dá o mundo» (S. Jo. XIV, 27), S. Agostinho exclama: «O nosso coração está inquieto enquanto não descansa em vós, Senhor!» — **O homem mundano teme tanto a morte**, porque então lhe será forçoso abandonar o seu ídolo, e porque ela é o término da felicidade a que aspirava. Por isso os filhos do século presentem já as consequências da morte e morrem sempre em inquietação e desespérado. Os prisioneiros vivem num temor contínuo, mas este temor aumenta quando os fazem comparecer diante do juiz. O mesmo se dá com o pecador: vive num temor contínuo, mas este temor torna-se muito mais forte quando a alma, separada do corpo, é obrigada a comparecer diante do juiz supremo (S. Cris.). Os peixes apanhados no anzol não sentem os seus sofrimentos senão quando os tiram da água; o mesmo sucede àquele que cai na rede do amor do mundo: é na sua última hora que sofre as dores mais amargas (L. de Gran.). Se, portanto, os prazeres que o demónio vos promete são já misturados com tantas amarguras, que serão os tormentos que Ele vos reserva para a eternidade!

5. O amor do mundo conduz ao ódio a Deus e aos seus servos.

É impossível ao homem que ama as coisas da terra possuir o *amor de Deus*. Um anel que circunda um dedo não pode ao mesmo tempo circundar outro, e o coração humano preso pelo amor a um objecto terreno não pode ao mesmo tempo amar a Deus (L. de Gran.). S. João diz: «Se algum ama o mundo, não há nêle o amor do Pai» (I S. Jo. II, 15). Não se pode com o mesmo olhar ver o céu e a terra (S. Jo. Clim.). O homem mundano chega até a odiar a Deus e as coisas divinas. É por isso que Jesus

Cristo diz: «Ninguém pode servir dois senhores, porque ou há-de aborrecer um e amar outro, ou há-de acomodar-se a este e desprezar aquêle» (S. Mat. VI, 24). Já sabemos, pois, o que vale um homem quando o ouvimos injuriar os sacerdotes e mofar das coisas divinas. — Os filhos do século são inimigos de Deus. «Todo aquêle que quiser ser amigo d'este século, se constitui inimigo de Deus» (S. Tiago, IV, 4). Se, portanto, não queres ser inimigo de Deus, sé inimigo d'este mundo (S. Agost.).

6. O amor d'este mundo acaba com a morte.

O amor terreno não dura senão certo tempo, porque ou sois vós que vos afastais do objecto amado, ou este vos será tirado. Não se deve, pois, colocar o amor onde pode desaparecer o amante e o objecto amado, mas deve amar-se o que dura na eternidade (S. Agost.). Não apegueis nunca vosso coração às coisas terrenas. Um verdadeiro servo de Deus não quere aos seus bens mais que aos seus fatos, que despe e veste à vontade; o mau cristão, ao invés, não forma com êles senão uma só coisa, como o animal com a sua pele (S. Fr. de S.). O verdadeiro cristão deve assemelhar-se à águia que paira continuamente sobre as cumeadas e que só desce em busca de alimento (S. In. de L.). Deve ser como as árvores que têm na terra só as raízes, mas cujos ramos se erguem para o céu. Não aspireis, pois, às coisas terrestres senão enquanto vos são necessárias; fora disso, que tôdas as vossas aspirações sejam para as coisas eternas (S. Boav.). Devemos procurar as coisas que são lá de cima (Col. III, 1). Escolhei para amigo aquêle que vos não abandonará quando todos vos abandonarem (T. de Kempis).

5. O mandamento do amor do próximo

Todo o homem é nosso próximo, sem distinção de religião, de nacionalidade, de idade, de sexo e de estado (S. Agost.).

Os escribas judeus do tempo de Cristo só consideravam como próximo os que professavam a mesma religião e pertenciam à mesma nacionalidade. Para desfazer este erro lhes contou Jesus Cristo a parábola do bom samaritano, onde nos ensina que o estrangeiro e até o inimigo é nosso

próximo (S. Luc. X). Muitas pessoas, infelizmente, ainda depois de Jesus perseveram no mesmo êrro e não consideram como próximo senão aquêles que pertencem ao mesmo país e religião. Em Cristo não há nem Judeus nem Gregos, mas todos são um (Gál. III, 28).

1. Devemos amar o próximo porque Jesus Cristo o ordena, porque o próximo é filho de Deus e criado à sua imagem; enfim porque descendemos dos mesmos pais e somos todos chamados à eterna bem-aventurança.

Jesus Cristo ordena-o: «Amarás ao teu próximo como a ti mesmo» (Marc. XII, 31). — Aquêle que ama o Pai amará também os filhos (I S. Jo. V, 1). Ora o nosso pai comum é Deus que nos criou (Mal. II, 10), somos todos seus filhos e devemos portanto amar-nos uns aos outros. «Todos aquêles que descendem duma mesma pessoa são parentes entre si; por conseqüência nós todos que recebemos a vida do mesmo Deus, somos irmãos e devemos amar-nos uns aos outros» (Lact.). Aquêle que ama o pai, respeitará certamente o seu retrato; ora o nosso próximo é a imagem de Deus (Gén. I, 27), devemos portanto amá-lo. Assim como a lua recebe do sol a luz, assim o amor do próximo deriva do amor de Deus. Devemos, portanto, amar o próximo com um amor tal que seria impossível se não viesse de Deus (S. Edmundo). — Somos todos filhos do **primeiro par**, formamos uma só grande família e o nosso amor deve ser um amor fraternal. — Emfim, **todos somos chamados a uma eternidade feliz**. Devemos todos um dia habitar eternamente juntos, ver a Deus e bendizê-lo para sempre. S. João diz: «Vi uma grande multidão que ninguém podia contar, de todas as nações e tribos e povos e línguas, que estavam em pé diante do trono, e à vista do Cordeiro, cobertos com vestiduras brancas e com palmas nas suas mãos» (Apoc. VII, 9). Vemos sobre a terra pessoas da mesma profissão, padres, professores, etc., em estreita união, assim devemos nós, que somos chamados a uma mesma bem-aventurança, estar unidos pelos laços da caridade. E por isso que Jesus Cristo nos ensinou uma oração, a oração dominical, na qual cada um ora por todos.

2. O amor do próximo existe na nossa alma quando de todo o coração somos *benévolos* para com êle, quando lhe não *causamos dano* e, pelo contrário, lhe *fazemos bem*.

O amor do próximo não consiste sómente num *sentimento* terno ou na benevolência para com êle, porque isso só de pouco lhe serviria. S. Tiago diz: «Se um irmão ou uma irmã estiverem nus e lhes faltar o alimento quotidiano, e lhes disser algum de vós: Ide em paz, aquecentai-vos e fartai-vos; e não lhes derdes o que hão-de mister para o corpo, de que lhes aproveitará?» (S. T. II, 15). O amor do próximo é, pois, antes de tudo, um acto da **vontade**, exprime-se pela *beneficência*. «Não amemos de palavra nem de língua, mas *por obra* em verdade» (I S. Jo. III, 18).

A **benevolência** consiste no *prazer* de ver o nosso próximo feliz e no *desgôsto* de o ver infeliz.

S. Paulo diz-nos: «Alegrai-vos com os que se alegram e chorai com os que choram» (Rom. XII, 15). O homem é mais inclinado à compaixão que a participar das alegrias alheias; pelo que se costuma dizer: — a compaixão é dos homens, mas a congratulação é dos anjos. A sagrada Escritura mostra-nos contudo belos exemplos de congratulação. Notemos como Isabel se alegrou quando soube que Maria era Mãe de Deus, e lhe disse as palavras que recitamos na Avé Maria (S. Luc. I, 42). Notemos também a alegria dos vizinhos de Zacarias ao saber da sua cura miraculosa por ocasião do nascimento de S. João Baptista (Luc. I, 58); notemos também a benevolência de Abraão para com Lot, a quem abandonou com prazer o melhor terreno (Gén. XII); e a de Moisés significada nestas palavras: «Possam todos os povos possuir a sabedoria e dar-lhes Deus o seu espírito» (Gén. XI, 24). São expressões de benevolência as *felicitações* por ocasião do aniversário, do Ano Bom, de um acontecimento feliz, a saudação que se faz quando as pessoas se encontram, as manifestações de pesar nas desgraças alheias e a observância das regras da boa educação. Cristo saudava os apóstolos com estas palavras: «A paz seja convosco»; os mesmos anjos saudam, como se vê pela saudação do arcan-

jo S. Gabriel à Virgem Maria; e os bons católicos servem-se há muito, para se saúdarem, da piedosa fórmula: «Louvado seja N. Senhor Jesus Cristo!» S. Paulo recomenda que *sejamos afáveis uns para com os outros* (Rom. XII, 10). Suprimir a benevolência sobre a terra é suprimir o sol e tornar impossíveis as relações dos homens entre si (S. Greg. M.). Os membros dum mesmo corpo são solidários nos acidentes que sucedem a um deles; quando um espinho penetra no pé, os olhos procuram vê-lo, o corpo contrai-se e a mão move-se para o arrancar. Assim devemos proceder para com o nosso próximo (S. Agost.). — Não nos é, pois, permitido alegrar-nos com a desgraça, nem ter pena da felicidade do nosso próximo. O prazer pelo mal alheio e a inveja são coisas diabólicas e o sinal mais certo de que o homem não possui o amor do próximo.

Devemos evitar **causar dano** ao próximo, na sua vida, na sua inocência, na sua propriedade, na sua honra e nos seus direitos de família.

Deus proíbe tudo isso nos seus **6 últimos mandamentos**. Aquêle que transgride gravemente um só destes mandamentos não possui a caridade.

Devemos **fazer bem** ao próximo, especialmente quando ele o necessita.

O auxílio que prestamos ao necessitado chama-se *obra de misericórdia*, porque é o afecto de compaixão ou misericórdia que nos move as boas obras. O Senhor que nos há-de julgar exige de nós **obras de misericórdia** e delas faz depender a nossa salvação (Mat. XXV, 35). Num *edifício*, uma pedra sustenta a outra, sem o que o edifício viria a terra; assim na Igreja é preciso que todos se suportem e sustentem uns aos outros (S. Greg. M.). A caridade é uma *cadeia* que nos prende ao próximo e faz que nos ocupemos dele com afeição (S. Jo. Dam.). Quanto mais perfeita é a caridade, mais generosa é e menos egoísta (Dionis. C.). Os pagãos tinham por máxima que se não devia prestar auxílio aos miseráveis, porque com isto se lhes prolongava a miséria. Tanta era a falta de caridade que êles tinham!

3. Devemos amar o próximo como a nós mesmos, mas nada nos obriga a amá-lo mais que a nós mesmos.

Jesus Cristo diz-nos: «Tudo o que vós quereis que vos façam os homens, fazei-o também vós a êles» (S. Mat. VII, 12). «Não faças nunca a outro o que tu levarias a mal que outro te fizesse» (Tob. IV, 16). Põe-te freqüentes vezes na situação de um dos teus semelhantes e procederás muito diversamente de como procedes. — Contudo a caridade tem **limites**. É-me permitido, por exemplo, defender-me contra o meu próximo, se me ameaça a vida, e não sou obrigado a privar-me do necessário para socorrer os outros: as virgens prudentes não deram azeite às virgens loucas, com receio de não o terem para si mesmas (S. Mat. XXV, 9). Contudo aquêle que o faz, sem a isso ser obrigado, pratica um acto heróico de caridade, como a viúva de Sarepta que deu ao profeta Elias tudo que lhe restava (III Reis, XVII). Mas o maior amor é dar a **própria vida** pelos seus semelhantes (S. Jo. XV, 13). O Salvador deu-a, e centenas de missionários, para salvar as almas dos seus semelhantes, não temem expor quotidianamente a vida a todos os perigos. Durante a peste de 1576, S. Carlos Borromeu, arcebispo de Milão, tratou pessoalmente muitos empestados e dispendeu tôda a sua fortuna em os socorrer. Muitos outros santos fizeram o mesmo. Também os que tratam dos enfermos, os que salvam a vida aos que se encontram em certos perigos, os soldados, os bombeiros, e outros semelhantes dão por vezes exemplos de caridade heróica.

Tudo que fazemos ao próximo, quer o bem, quer o mal, é feito ao próprio Jesus Cristo, porque, diz Jesus Cristo, «o que vós fizestes a um dêstes meus irmãos mais pequeninos, a mim é que o fizestes.» (Mat. XXV, 40).

Jesus disse a Saulo no caminho de Damasco: «Por que me persegues?» Contudo Paulo não perseguiu senão os cristãos (Act. Ap. IX). Quando S. Martinho deu a um

mendigo metade do seu manto, Jesus Cristo apareceu-lhe em sonho na noite seguinte, rodeado de anjos, revestido daquela metade de manto, e disse: «Foi com este manto que Martinho hoje me revestiu». Deus coloca-se, por assim dizer, diante do próximo para o proteger, e nós não o podemos ferir sem primeiro ferir ao próprio Deus. Assim se comprehende o grande zélo com que os santos socorriam os necessitados.

Aquêle que observa exactamente o mandamento da caridade obtém seguramente a *bem-aventurança eterna*.

S. João Evangelista dirigia continuamente aos cristãos estas palavras: «Meus filhinhos, amai-vos uns aos outros.» Como lhe perguntassem a razão por que repetia tanto aquelas palavras, respondeu: «Se vos amais uns aos outros, observareis toda a lei». S. Paulo exprimia muitas vezes a mesma ideia (Rom. XIII, 8; Gál. V, 14). O Salvador promete já a vida eterna àquele que dos 10 mandamentos observa os que dizem respeito ao amor do próximo (S. Mat. XIX, 18) e ao cumprimento das obras de misericórdia (id. XXV, 31). Porquê? Porque aquêle que evita ofender seus semelhantes ou que lhes dá esmola, não pode ser mau. Um ebrio, um jogador, um avarento, um orgulhoso, um homem sem fé, um preguiçoso, um ladrão, raras vezes darão esmola. Aquêle que dá esmola, que pratica as obras de misericórdia, possui além da generosidade muitas outras virtudes. Tão pouco pode a beneficência existir sem outras virtudes, como o coração num corpo sem membros. A esmola, pois, pode com razão considerar-se como o *coração das virtudes* (S. Cris.).

A caridade é o distintivo próprio do verdadeiro cristão.

Porque o Salvador disse: «Nisto conhacerão todos que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros» (S. Jo. XIII, 35). Jesus Cristo amou-nos primeiro e antes de nós merecermos esse amor; se, pois, amamos e fazemos bem ainda àqueles de quem nunca recebemos benefício algum, amamos a exemplo de Jesus, somos verdadeiramente seus discípulos e facilmente nos distinguiremos daqueles que em regra não amam senão os seus ami-

gos e bemfeiteiros (S. Cris.). Porque êste mandamento, tal como Jesus Cristo o ditou, não era conhecido antes dêle, chamou-lhe *um mandamento novo* (S. Jo. XIII, 33). Como seria doce a vida, se esta caridade reinasse por toda a parte! As leis, os juízes, os castigos seriam desnecessários, ninguém faria mal ao seu próximo, os assassinios, as discórdias, as revoltas, os roubos e outros males seriam desconhecidos entre os homens, não haveria mais pobres, mas teria cada um o preciso (S. Cris.).

6. A falta de caridade

1. Não tem a caridade aquêle — 1.^o) que em vez de querer bem ao seu próximo lhe tem inveja.

1.^o Comete-se um pecado de **inveja**, quando por malevolência se tem prazer pelo mal do próximo ou tristeza pelo bem que lhe sucede.

O invejoso não pode ver (invejar vem do latim: *in privação e videre ver*) a felicidade dos outros e procura fazer-lhes mal por palavras e obras. É semelhante às serpentes indianas, que roem as árvores carregadas de flores perfumadas porque lhes detestam o perfume. Assemelha-se também à traça que rói as vestes de púrpura; à ferrugem que destrói o ferro; à lagarta que devora todas as folhas verdes de uma árvore (S. Agost.). — O invejoso que se alegra com o mal do próximo é como o corvo que só se deleita na podridão e no fétido da decomposição. — Contudo, se a nossa tristeza ou a nossa alegria nasce no amor de Deus e do próximo, não é criminosa: por exemplo, se alguém tem pesar de ver um inimigo da Igreja conseguir grande influência nos negócios públicos, ou de ver uma felicidade caber a um pecador que dela abusará para pecar mais. — Entre os invejosos criminosos, citaremos: *Satanás* que o foi de nossos primeiros pais no paraíso terrestre; *Caim*, de seu irmão *Abel*, porque o sacrifício dêste foi agradável a Deus (Gén. IV); os *filhos de Jacob*, de seu irmão *José*, porque era o predilecto do pai (id. XXXVII); o rei *Saúl*, de *David*, porque o povo o honrava por ter matado o gigante *Golias* (I Reis, XVII). — Pessoas há que invejam

a outras a sua posição social (**Ódio de ofício** ou ódio de classe). — O grau mais baixo da inveja consiste em ver com desgosto o nosso próximo progredir na virtude e na graça de Deus. A **Inveja espiritual** é um pecado contra o Espírito Santo. Esta foi a inveja dos príncipes dos sacerdotes e dos *fariseus* a Jesus Cristo: quando o viram obrar milagres decidiram dar-lhe a morte (S. Jo. XI, 47). É o pecado particular dos demónios, porque, tanto que vêem uma alma progredir no bem, logo se enfurecem e a perseguem (S. Greg. Mag.).

2.^o Entre todos os pecados é a inveja aquêle que torna o homem *mais semelhante ao demónio*, porque é o pecado peculiar do demónio.

O invejoso assemelha-se ao **demónio** (S. Cipriano), porque foi pela inveja do demónio que a morte entrou no mundo (Sab. II, 24). Assim como Jesus Cristo disse: «Por este sinal conhecerão que sois meus discípulos: se vos amais uns aos outros», assim também o demónio pode dizer: «conhecerão que sois meus discípulos, se vos invejais como eu vos invejei» (S. Vic. Ferr.). O invejoso não tem semelhança alguma com Deus, é semelhante ao *nada*; e porque é nada só deseja ver-se rodeado de misérias e ruínas (S. Boav.). É a inveja, de todos os pecados, o que encerra **maior malícia**, porque cada pecado e cada vício têm circunstâncias atenuantes: a intemperança desculpa-se pelo apetite; a vingança pela defesa do direito; o roubo pela pobreza, etc.; o invejoso, porém, não pode alegar desculpa alguma (S. Cris.). A inveja é pior que a guerra, porque a guerra tem motivos, a inveja não os tem; além disso, a guerra acaba-se: a inveja nunca. A inveja não é mais que um estado de *espírito diabólico* (S. Cris.). A malícia do invejoso é por assim dizer ainda **maior que a do demónio**; porque o demónio só inveja ao homem, e não aos seus semelhantes; mas o homem inveja a seus irmãos (S. Cris.). — A inveja é o único pecado que *resiste à influência das obras de misericórdia*. Pode-se acalmar um homem que está irado, ou um inimigo, com palavras de benevolência; não assim ao invejoso: «Alimenta os cães e serão domesticados; afaga um leão e será domado; mas ao invejoso delicadeza e condescendência não servem senão de o excitar mais» (S. Jo. Dam.). — É a inveja, de todos os pecados, o que *menos satisfação traz*. O

intemperante, o avarento, o colérico, etc., parecem ao menos gozar com a sua paixão; mas o invejoso de modo nenhum. Assemelha-se à borboleta que longe de apagar a luz com o seu bater de asas, só consegue queimar-se a si (Diez).

3.º A inveja causa à alma grande dano. Tira-lhe a paz interior, a saúde corporal, conduz a muitos pecados contra a caridade e à perdição eterna.

Do mesmo modo que o verme rói a madeira em que nasceu, assim a inveja rói o coração que lhe deu guarida. Atormenta o espírito, **destrói a paz da consciência**, enche a alma de descontentamento e tristeza, e afasta dela toda a alegria. Tanto que entra numa alma, não tarda a manifestar-se exteriormente, como sucedeu com o semblante lívido de Caím (Gén. IV, 5); tira ao rosto a frescura de suas cores e revela na palidez, e no embaciado dos olhos, a pena que produz no interior (Luís de Gr.). Quando o coração e as entradas são dilacerados pelas garras da malevolência, nenhum alimento apetece, nenhuma bebida consola (S. Cip.). A **inveja encurta a vida humana** (Ecli. XXX, 24). O invejoso é o carrasco de si mesmo (S. Greg. Naz.). Assim como a ferrugem corrói o ferro, assim a inveja vai destruindo a pouco e pouco a alma invejosa (S. Bas.). Compara-se a inveja a uma tesoura, que com seu próprio uso se gasta, ou a uma serra que corta o coração de alto abaixo. A inveja é um pecado justiceiro, pois consome e atormenta seu dono (S. Greg. Naz.). — A inveja conduz a **numerosos pecados contra a caridade**. Depois de manchar a terra com um fratricídio, impeliu os filhos de Jacob a vender seu irmão, inspirou a Saúl que perseguisse o seu bemfeitor David, teve sede até do sangue de Jesus Cristo e conseguiu o seu fim (S. P. Cris.). A inveja leva à murmuração contra a Providência divina. Foi a inveja que fez murmurar os operários ocupados desde a manhã na vinha do Senhor, porque o pai de família deu igual salário aos operários da última hora (S. Mat. XX, 19). O invejoso odeia os benefícios divinos (S. Cip.). A inveja **exclui do reino do céu** (Gál. V, 20); é o penhor mais seguro da eterna condenação (S. Boav.). Foi a inveja que precipitou os anjos no inferno e que fez expulsar nossos primeiros pais do paraíso terrestre (S. Agost.). Se somos já obrigados a amar os nossos inimigos sob pena de pecado, qual será o nosso

castigo se perseguimos com sentimentos de inveja aquêles que não nos fizeram mal algum? (S. Cris.).

4.^º A melhor maneira de destruir em nós a inveja é fazer o maior bem que pudermos ao próximo.

Aquêle que quere extirpar de seu coração o monstro da inveja não tem preciso nem de espada, nem de escudo, nem de capacete: basta-lhe acender no coração o fogo da caridade (S. Greg. Mag.). «Portanto, faze muito bem àquele para quem tens sentimentos de inveja; pede ao menos por él, para que seja feliz. Desta sorte lográs duas vitórias, uma sobre a inveja, a outra pelo exercício das obras de misericórdia» (S. Cris.). Como o gêlo se derrete com o calor da primavera, assim a inveja desaparece com os benefícios. Dois negociantes do mesmo gênero começaram por se invejar e acabaram por se pôr a mal um com o outro. Um deles, aconselhado pelo professor, começou a mandar à loja do vizinho os fregueses que pretendiam algum artigo que él não vendia. Deu êste procedimento nas vistas ao seu rival, e assim desapareceu a inveja, que se converteu em amizade. — Medita também na vaidade das coisas terrenas. Prestes será forçoso deixar tudo, e então não te será levado em conta o que houveres possuído, nem as dignidades a que tiveres sido chamado, mas a tua felicidade eterna dependerá das boas obras que tiveres feito. Os primeiros hão-de ser então os últimos, e os últimos serão os primeiros (S. Mat. XIX, 30). Se queres ser grande um dia, humilha-te agora e ama o seres desconhecido e desprezado, porque aquêle que se humilha será exaltado (S. Luc. XIV, 11).

2. Também não tem a caridade — 2.^º) aquêle que causa dano ao próximo: ou na sua vida, ou na sua inocência ou nos seus bens, ou na sua honra ou no seu lar doméstico. (Veja-se adiante a explicação dos últimos seis mandamentos).

— 3.^º) aquêle que não pratica as obras de misericórdia.

Não se ama o próximo se, quando ele tem necessidade, não se lhe presta suficiente auxílio para viver (S. Cris.). O dever rigoroso do rico é dar esmola; mas este dever é muito descurado em nossos dias. Já S. Ambrósio dirigia aos avarentos do seu tempo a seguinte invectiva: «Ornais brilhantemente as paredes de vossa casa, mas despojais a do pobre. Quando um pobre, à porta de vossa casa, vos pede uma pequena moeda de cobre, passais por ele, negando-lhe até um olhar, mas pensando na espécie de mármore que melhor vos soalhará o palácio. Ao passo que um homem faminto vos pedirá pão, o vosso cavalo terá um freio de ouro. O ricos! que severo juízo chamais sobre vós, vós que podíeis aliviar tantas misérias. Só o diamante que trazeis no dedo poderia servir para alimentar todo um povo». S. Crisóstomo exprimia-se do mesmo modo aos ricos de coração duro: «O pior é que tu não és impelido à avareza nem pela pobreza nem pela fome. Tua espôsa, a tua casa, mesmo os teus animais andam cobertos de ouro, ao passo que um ser feito à imagem de Deus e remido pelo sangue de Jesus Cristo, jaz na miséria por causa da sua deshumanidade. O teu cão é alimentado com cuidado, ao passo que um homem, digamos melhor, o mesmo Jesus Cristo é, por causa desse cão, precipitado na extrema miséria. Que torrentes de fogo serão precisas para alma tão culpada!» (Trataremos mais explicitamente das obras de misericórdia, no fim do Decálogo).

7. A amizade

1. Por amigos entendemos pessoas que compartilham os mesmos princípios, que se querem bem, que se auxiliam mútuamente e têm entre si relações de confiança.

Pessoas que tenham os mesmos princípios facilmente se ligam por amizade. Tem-se mais benevolência para com os amigos do que para com outras pessoas. Os verdadeiros amigos não têm senão um só coração e uma só alma. A amizade parece-se com um espelho que reflecte o objecto ou a pessoa que a él se vê. Quando a pessoa diante do espelho ri, meneia a cabeça, a imagem faz o mesmo; esta parece querer ou não em perfeita conformidade com aquela; o mesmo sucede com a amizade (S. Jer.).

Pequenos mal-entendidos, longe de destruírem a amizade, fortificam-na, como os ferreiros que deitam água no fogo, para o tornar intenso, como os príncipes que põem maiores cuidados em guardar uma cidade reconquistada do que uma que nunca foi tomada pelo inimigo (S. Fr. de S.). — Os verdadeiros amigos auxiliam-se mútuamente. Temos entre os antigos um belo exemplo. *Damão* e *Pítias* eram amigos íntimos. Um deles foi condenado à morte pelo tirano Dionísio; como último favor, pediu que o deixassem entrar em sua casa, a fim de pôr em ordem seus negócios. Ofereceu-se o amigo como reféns e prometeu morrer em seu lugar, no caso de o seu amigo faltar. Aproximava-se o momento da execução e o condenado não voltava; *Pítias*, porém, não cessava de afirmar que o seu amigo não faltaria à sua palavra e que viria. E, com efeito, veio. O tirano, tomado de admiração por tal amizade, concedeu o perdão ao condenado. — *David*, pobre pastor de Belém, e *Jónatas*, filho do rei Saúl (I Reis XX, 34; XVIII, 1), haviam aprendido a conhecer-se durante a guerra e a nobreza das suas almas estreitara-os em laços de amizade. Vindo *Jónatas* a saber que perseguiam a *David* para lhe dar a morte, deixou de tomar alimentos, pelo muito que sofria, e quando teve que o deixar chorou amargamente. Preveniu-o de todos os perigos que o ameaçavam e fêz-lhe mesmo presente de armas e vestidos. — Os verdadeiros amigos têm entre si *relações de confiança*, abrem um ao outro o coração. «Quando se entra numa sala, vê-se logo tudo o que ali está. É assim que os amigos abrem suas almas uns aos outros; comunicam entre si os mais íntimos segredos. Jesus Cristo também descobriu muitos segredos aos seus discípulos» (Galura). Os verdadeiros amigos são muito francos e chamam mútuamente a atenção para os defeitos que notam uns nos outros. Assim foi que Jesus Cristo indicou aos apóstolos os defeitos deles, dizendo-lhes que se fizessem como criancinhas (S. Mat. XVIII, 3). S. Greg. Magno dizia: «Não tenho por meus amigos senão aquêles que têm ânimo bastante para me advertirem de meus defeitos».

2. Só são verdadeiros amigos aquêles cujos princípios são conformes com as doutrinas da Igreja.

A amizade assemelha-se a um edifício, porque assenta sobre um fundamento que deve, para ser sólido, consistir no amor e no temor de Deus. O edifício da ami-

zade será construído na areia, se é seu fundamento o vício ou o interesse (Galura). Quem é inimigo de Deus nunca será amigo verdadeiro (S. Amb.). Só ama verdadeiramente o seu amigo aquél que o ama em Deus; aquél que o ama por outros motivos, odeia mais do que ama (S. Agost.). Os *corais* no fundo do mar não passam de uma vegetação verdoenga, disforme, sem beleza; apenas se tiram fora da água tornam-se vermelhos, duros e brilhantes. Assim também a amizade torna-se bela e sólida, logo que se eleva no amor de Deus.

3. Amigos cujos princípios são criminosos são *falsos amigos*, porque se arruínam material e moralmente e se desamparam na desgraça.

As falsas amizades travam-se muitas vezes nos lugares do prazer, entre jogadores e ebrios, entre gente de má vida, que precisa de cúmplices. Foi assim que Judas e os Judeus se uniram contra Jesus (S. Mat. XXVI, 15); Herodes e Pilatos também se tornaram amigos, quando se tratou de condenar Jesus (S. Luc. XXIII, 12). — Os falsos amigos arruínam-se mutuamente. Em certa ocasião três ladrões haviam roubado um negociante que levava grande soma de ouro. Vendo-se senhores de tanta riqueza, cada um pensou na maneira de a apanhar toda para si despojando os seus cúmplices. Enquanto um deles foi à cidade comprar mantimentos, combinaram os outros assassiná-lo quando voltasse. Mas ele por sua vez envenenou as iguarias, a-fim-de se desfazer dos outros para ficar ele único senhor de todo o dinheiro. Desta maneira sucedeu que todos três vieram a morrer miseravelmente. Os falsos amigos não se afeiçoam a alguém senão no momento da necessidade (Ecl. VI, VII). Quando Judas desesperado e gemendo foi levar os 30 dinheiros aos príncipes dos sacerdotes, estes fizeram que já o não conheciam e responderam-lhe: «A nós que se nos dá?» (S. Mat. XXVII, 4). Os falsos amigos fazem lembrar as *andorinhas*, que não permanecem numa terra senão enquanto ela é quente e agradável e que emigram dela aos primeiros frios (Plínio). Fazem também como aquêles que encontram no caminho uma árvore de fruto, que a despojam da fruta e seguem; ou como as *abelhas*, que deixam a flor depois de lhe sugarem o mel (Segneri). São ainda como a *cana*, que em alguém fazendo firmeza nela logo quebra. Daí a máxima dos Romanos: «Enquanto fores feliz e a fortuna te

sorrir, terás numerosos amigos; mas tanto que o teu céu se cobrir de nuvens, todos te abandonarão» (Ovídio). A necessidade ou a pobreza é a melhor pedra de toque da amizade (Cassiodoro).

4. É lícito ter amigos e preferi-los a outros, porque Jesus teve predilecção por alguns amigos.

Jesus amou a todos os homens, mas sobretudo aos seus discípulos. Chamava-lhes amigos, filhos, filhinhos, e tratava-os muito afectuosamente. Mas entre todos os seus discípulos o predilecto era João (S. Jo. XIII, 23; XX, 2; XXI, 7) e depois Pedro e Tiago, que ele levou consigo nos momentos mais importantes da sua vida, no Tabor e no Jardim das Oliveiras. Amou ainda de um modo particular a Lázaro e a suas irmãs (Jo. XI, 5). Sabemos ainda que Deus prefere aqueles que se lhe assemelham e mais o amam, e que os favorece com mais graças e mais amor; por conseguinte é-nos permitido também ter maior confiança e maior afeição àqueles que melhor convidem nossos gostos e que nos querem mais bem. O sentimento da amizade foi gravado profundamente em nossos corações pelo Criador.

5. É até para nós grande felicidade ter verdadeiros amigos, porque nos tornam a vida agradável e protegem-nos o corpo e a alma.

É grande felicidade achar um amigo verdadeiro (Ecli. XXV, 12). O amigo torna-nos a vida agradável; pela parte que nela toma, é a nossa felicidade maior e a desgraça menor e mais suportável. O melhor bálsamo para as nossas feridas é ter em cada dor alguém que nos console (S. Agost.). Como um vime unido a outro é mais difícil de quebrar, assim nós somos menos infelizes quando amigos fiéis nos confortam na desgraça. Um amigo verdadeiro é para nós um segundo anjo da guarda. Assim foram David e Jónatas. Armas e muralhas defendem com menos segurança que uma amizade fiel (S. Cris.). Nada se pode comparar sobre a terra a um verdadeiro amigo, e a sua fidelidade é mais preciosa que o ouro e a prata. Aquêles que temem o Senhor encontrarão este amigo (Ecli. VI, 15). Preguntaram um dia ao rei Alexandre Magno, onde tinha seus tesouros; mostrou o rei os seus amigos e disse: «Eis

aqui os meus tesouros». — **A verdadeira amizade sobreviverá à morte**, porque a caridade não morre (I Cor. XIII, 8). Os verdadeiros amigos encontrar-se-ão no céu e lá se amarão ternamente. Porventura não disse Jesus Cristo a seus Apóstolos que se tornariam a ver no céu? (S. Jo. XVII, 24). Os falsos amigos, pelo contrário, se amaldiçoarão depois da morte, porque reconhecerão que se tornaram reciprocamente infelizes.

6. Todavia nunca se devem contrair amizades *precipitadamente* nem *proceder injustamente* por afeição a um amigo.

A sagrada Escritura diz: um amigo novo é como um vinho novo. Deixa-o estar um ano, e então o beberás com gôsto (Ecli. IX, 15). O que se precipita em contrair amizades, breve sentirá sua amarga experiência. Já David se queixava: «O homem da minha paz, em quem eu confiei, o que comia o meu pão, engrandeceu sobre mim a sua traição» (Ps. XL, 10). A Sagrada Escritura dá-nos o seguinte conselho: Está alerta com os teus amigos (Ecli. VI, 13). Se tens um amigo, *experimenta-o na necessidade*, e não lhe concedas tão de-pressa tua confiança (id. VI, 7). Julga-o menos por suas palavras do que por suas ações! — Se te pedissem por afecto ao teu amigo que praticasses uma ação má, faze como aquêle jovem grego, ao qual pediram um falso juramento em favor de um amigo: «Não sou, respondeu êle, teu amigo senão enquanto conservo a amizade de Deus». A amizade de Deus é evidentemente mais preciosa que tôdas as amizades humanas.

8. O mandamento do amor dos inimigos

Chamamos **inimigo** àquele que nos *odeia* e que *procura fazer-nos mal*.

Saulo era um inimigo dos cristãos. Os inimigos são como as feras. Mas só tem a *verdadeira caridade* aquêle que ama também os seus inimigos. Um *incêndio*, longe de ser apagado por um vento violento, mais se ateia com êle; assim é a verdadeira caridade: não só não é destruída pelas ofensas do próximo, senão que ainda mais cresce com elas. «O sinal mais certo de possuirmos a verdadeira caridade é quando amamos a quem nos ofende» (Santa Ângela de

Fol.). Se não amamos senão aos que nos amam, não temos nisso grande merecimento (S. Mat. V, 46). Porque, se amamos os nossos amigos, amamo-los sómente por nossa causa; mas, se amamos os nossos inimigos, amamo-los por causa de Deus (C. Hugo).

1. Devemos amar os nossos inimigos porque Jesus Cristo o ordena, pois diz: «Amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos têm ódio; e orai pelos que vos perseguem e caluniam» (S. Mat. V, 44).

Cristo deu-nos o mais belo exemplo do amor dos inimigos, porque na cruz orou pelos seus inimigos, e no jardim das Oliveiras sarou o servo a quem Pedro cortara a orelha. O nosso **Pai celeste** dá-nos êle próprio um exemplo de amor dos inimigos, porque deixa brilhar o seu sol sobre os bons e os maus, e faz cair a chuva do céu sobre os justos e os pecadores. Aquelle, pois, que ama ao seu inimigo, assemelha-se a Deus, é verdadeiramente um filho do Pai celeste (S. Mat. V, 45).

Devemos também amar os nossos inimigos porque o inimigo é uma *imagem* e até um *instrumento* de Deus.

O inimigo é **imagem de Deus**. O retrato dum rei, quer seja gravado em ouro, quer em chumbo, quer esteja bem ou mal representado, é sempre respeitável. Do mesmo modo a *imagem de Deus*, quer seja representada por um homem vicioso, quer por um homem virtuoso, merece sempre a nossa veneração e o nosso amor (Meh.). Nós não amamos o pecado, mas sim a *pessoa* do nosso inimigo. «O homem é obra de Deus; o pecado é obra do homem. Amemos, pois, a obra de Deus sem amar a do homem» (S. Agost.). Amemos também o nosso inimigo, porque êle é **instrumento de Deus**. «Os homens maus são *instrumentos na mão de Deus*» (S. Agost.), sem o saberem. Como o médico se serve de sanguessugas para afastar do sangue dos seus doentes os germens impuros, para os curar, assim Deus se serve dos nossos inimigos para nos *corrigir de nossas imperfeições*. Os maus servem aos bons, como a lima e o martelo ao ferro

(S. Agost.). Os maus são para os bons o que a *charrua* é para o campo (S. Cris.). Os nossos inimigos são-nos úteis, porque *descobrem nossos defeitos* e dão-nos *ocasião de praticar a virtude*. Os inimigos parecem-se com as abelhas: picam, mas dão mel (Urb. IV). Quando te picar uma língua viciosa, consola-te, dizendo a ti mesmo que as *vespas nunca dão na pior fruta*. O povo diz: «Muitos inimigos, muita honra». Finalmente dize a ti mesmo que um inimigo *não é capaz de fazer mal* àquele que ama a Deus, porque àqueles que o amam, Deus mudará em benefícios todos os ataques que sofrem (Rom. VIII, 28), como o prova a vida de José no Egípto. Quem reflectir nesta verdade, suportará sem dificuldade as perseguições dos inimigos.

2. O amor dos inimigos consiste em não tirar dêles vingança, em pagar-lhes o mal com o bem e, sobretudo, em lhes perdoar e orar por êles.

Não devemos **vingar-nos** do nosso inimigo. David dá-nos um belo exemplo: tivera êle duas ocasiões de matar o seu perseguidor, Saúl, e nunca lhe fez mal algum (I Reis, XXIV e XXVI). Os Fariseus injuriaram muitas vezes a Jesus (S. Mat. XI, 19; S. Jo. VIII, 48), e Ele nunca lhes pagou ultraje com ultraje (I S. Ped. II, 23). Um dia, numa aldeia da Samaria recusaram receberê-lo, por ser Judeu; os Apóstolos indignados quiseram invocar o fogo do céu sobre os habitantes, mas Jesus Cristo repreendeu-os e disse: «Vós não sabeis qual é o *espírito da vossa vocação*» (S. Luc. IX, 55). Prometeu um pai um diamante àquele de seus filhos que mais nobre acção praticasse, e deu-o como recompensa ao que tendo encontrado um seu inimigo adormecido à beira de um abismo, não o despenhou nêle (Poesia de Lichtenwer). Um santo bispo disse a certo imperador: «Se te vingares, não serás mais que homem poderoso; mas, se perdoares, assemelhar-te-ás a Deus». A vingança não nos pertence, pertence a Deus (Rom. XII, 19). Devemos preferir o sofrimento à vingança; por isso Jesus Cristo disse: «Ao que te ferir numa face oferece-lhe também a outra» (S. Luc. VI, 29). Não devemos deixar-nos vencer pelo mal, mas devemos vencer o mal pelo bem (Rom. XII, 21). Vingai-vos de vossos inimigos, como os santos, **recompensai o mal com benefícios**: é uma vingança celeste (S. Af.). José do Egípto

retribuiu a seus irmãos o mal com o bem; Santo Estêvão orou pelos seus verdugos. «A desgraça dos seus perseguidores fez sofrer a Santo Estêvão mais do que as dores que êles lhe causavam e por isso pedia por êles» (S. Fulg.). O Apóstolo S. Tiago, bispo de Jerusalém, foi despenhado do alto do templo, e já com os joelhos partidos orava ainda pelos seus perseguidores. — Devemos também **perdoar** aos nossos inimigos. O rei David **perdoou** a Semei que o apedrejara e injuriara (I Reis XVI, 10). Aquêle que faz bem a seus inimigos é como o lírio entre os espinhos, que é rasgado por êles sem deixar de os ornar com sua alvura (S. Bern.). Que nobre sentimento o que leva a fazer bem a um inimigo!

3. Aquêle que **faz bem** ao seu inimigo **em vez de se vingar**, acalma-o e será recompensado por Deus; ao contrário, aquêle que **se vinga** e odeia o seu inimigo comete um **pecado**.

David teve duas vezes ocasião de matar o seu perseguidor, Saúl, e, não lhe tendo feito mal algum, assim o **abrandou** e comoveu a tal ponto que o fez *romper lágrimas* (I Reis XXIV, XXVI). S. Clemente Hofbauer foi injuriado numa rua de Viena por uma mulher; adiantou-se para ela, recolheu o lenço que ela deixara cair e entregou-lho com palavras amáveis; corrida de ver tanta bondade, a mulher fugiu. «O verme, com ter tão mole o corpo, é capaz de perfurar ainda a madeira mais dura; assim a condescendência vencerá o mais encarniçado inimigo» (Beda). O teu inimigo é para ti um leão; se o não provocas, está como morto (S. Boav.). Fazei bem a vossos inimigos e acumulareis sobre sua cabeça carvões ardentes (Rom. XII, 20): quere dizer, o vosso inimigo não poderá resistir ao vosso amor mais do que a carvões ardentes.⁽¹⁾ — Aquêle que não **se vinga** do seu inimigo **será recompensado por Deus**. David suportou com paciência as injúrias de Semei e disse: «Talvez que o Senhor olhe para a minha aflição; e me faça o Senhor bem pelas maldições dêste dia» (II Reis, XVII, 12), e logrou vitória. «Pedir pelos inimigos é difícil; mas quanto maior fôr o esforço, tanto maior será um dia a recompensa» (S. Agost.). — Aquêle que **se vinga** dos seus inimigos comete um **pecado**. É como a abelha que, para se vingar, pi-

(1) Vejam-se os capítulos relativos à mansidão e ao amor da paz.

ca e morre da picada. Aquêle que se vinga é um insensato; é como o cão que morde na pedra que lhe atiraram; porque aquêle que se leva de espírito de vingança não pensa que o seu inimigo é apenas um instrumento na mão de Deus (Corn. a Lap.). (A respeito do ódio, ver o 5.^o mandamento).

4. Aquêle que **perdoa** aos seus inimigos obtém de Deus o perdão dos pecados próprios; Deus, pelo contrário, não perdoa àquele que não perdoa.

Perdoar aos inimigos é uma obra de misericórdia e a mais generosa esmola (S. Agost.). Se perdoais aos outros, obtereis **vós mesmos perdão** (S. Cris.), como diz a quinta petição do Padre Nossa. — Se, ao invés, não perdoais, atraíis sobre vós a maldição de Deus cada vez que rezais o Padre Nossa (S. Anastácio). Jesus Cristo disse: «Se não perdoardes aos homens, tão pouco vosso Pai vos perdoará os vossos pecados» (S. Mat. VI, 15). Jesus Cristo ensina-nos a mesma coisa na parábola do servo mau (S. Mat. XVIII, 23); Ele quere que perdoemos a nosso irmão não 7 vezes, mas 70 vezes 7 vezes (S. Mat. XVIII, 22).

9. A tolerância

Há uma *tolerância objectiva*, que é sempre má, e uma *tolerância com as pessoas*, que ordinariamente é boa. A verdade é sempre objectivamente intolerante.

A aritmética ensinando-nos que *dois e dois são quatro* não pode tolerar de maneira alguma que sejam *seis*, nem transigir com que sejam *cinco*; é pois intolerante objectivamente, isto é, não suporta o erro. Mas nenhum homem razoável espancará ou insultará desabridamente o que, por erro, diz que *dois e dois são cinco*. Esta *indulgência com os que erram* involuntariamente é a única tolerância razoável.

1. Jesus Cristo mostrou por palavras e por obras uma **grande indulgência para com os que erram**.

Cristo ensinou a caridade para com o próximo, e ainda para com os nossos inimigos; ensinou também a paciência, a mansidão e o amor da paz, virtudes que nos inclinam à indulgência e compaixão pelos nossos irmãos, e particularmente pelos que estão em êrro. Observe-se a este respeito a conduta tão meiga de Jesus para com os pobres pecadores: com Madalena em casa de Simão (S. Luc. VII); com a mulher surpreendida em adultério, a quem os fariseus queriam apedrejar (S. João, VIII), etc. Nesta ocasião pronunciou o Senhor aquelas palavras memoráveis: «o que de vós outros está sem pecado, seja o primeiro que a apedreje» (S. João VIII, 7). Sómente usou Cristo de aspereza onde viu má vontade ou hipocrisia, por exemplo com os fariseus, hipócritas e falsários (Mat. XXIII, 27 e seg.). Muitas vezes buscou Jesus aos que andavam por caminhos errados, e falou com êles, como com a samaritana junto ao poço de Jacob, e declarou que: «os sãos não têm necessidade de médico, mas sim os enfermos» (S. Mat. IX, 12).

2. Nem Cristo nem a sua Igreja perseguem com violência aos que não professam a verdadeira religião.

Cristo recomendou que ganhassem os povos para o Evangelho só com a прègação e o martírio (testemunho). — A Igreja católica roga pelos infieis, nomeadamente em sexta-feira santa, e em todas as missas ela ora *pela salvação de todo o mundo*. Além disso, os teólogos católicos ensinam que os que por ignorância *invencível* vivem na infidelidade ou na heresia, podem salvar-se, contanto que observem a lei natural. Quando permite os matrimónios mixtos, a Igreja (ainda que detesta tais uniões, e só as tolera por uma causa grave e para evitar males maiores) não impõe ao cônjugue católico outro dever para com o herege, a não ser que, *com palavras e exemplos*, e não com violências, procure conduzi-lo à profissão da verdadeira fé. Não foi a Igreja quem sugeriu ou fez leis que condenassem os hereges à pena de morte ou a outras gravíssimas penas temporais, mas tais leis foram estabelecidas pelos povos e príncipes cristãos no uso do seu poder temporal, com o fim de evitar nos seus Estados o grave mal das dissidências religiosas, que são um obstáculo para a felicidade mesmo temporal dos povos.

3. As perseguições violentas contra os não católicos foram ordinariamente promovidas por estes mesmos, ou por ódio e rudeza do populacho; mas nunca pela Igreja.

As mais das vezes, os hereges pretenderam perturbar a ordem pública, atacando os matrimónios, a propriedade, a autoridade, etc. Por isso os poderes públicos empenharam-se em reprimir-lhos nos seus ímpetos desordeiros e às vezes, em épocas de costumes rudes, com grande crueldade. Assim, por exemplo, João Hus, natural de Praga, foi queimado em Constança, em 1415; não foram, porém, os bispos que o mandaram queimar — os quais antes tinham intercedido por ele — foi o imperador que o condenou à morte conforme as leis civis daquele tempo, como rebelde e perturbador da ordem do Estado. A guerra dos hussitas, cujas devastações não se limitaram à Boémia, mostra bem qual era o espírito que dominava aqueles malaventurados sectários. Outras vezes os hereges lutaram para se apoderarem da direcção do Estado, e deste modo adquiriam rivais e inimigos. Não foram, pois, causas religiosas, mas sim políticas, as que deram origem a estas perseguições, e a Igreja nada teve que ver com isto. Razões políticas e contendidas sobre o poder temporal foram a causa da chamada *noite de São Bartolomeu* (24 de agosto de 1572, no reinado de Carlos IX), em que foram chacinados e mortos em Paris 2:000 huguenotes e no resto da França 30:000. Sempre que os príncipes católicos têm tratado com severidade os audaciosos hereges, estes têm dado geralmente ocasião, como a deram em Viena, em 1578. O imperador Rodolfo II tinha restabelecido a procissão do Corpo de Deus, interrompida havia alguns anos, e ele mesmo acudiu a dar-lhe esplendor, seguido de toda a sua corte. Os protestantes, furiosos, lançaram-se sobre a procissão, na ocasião em que passava na praça do mercado, e com tal furor que só com muita dificuldade e com o auxílio das tropas, pôde o imperador regressar ileso ao seu palácio. O resultado desta desordem não se fez esperar: o imperador proibiu em Viena o culto dos evangélicos (assim se chamavam os hereges), e expulsou dali os seus propagandistas. Além disso, os católicos têm sofrido dos hereges perseguições incomparavelmente maiores.

4. Os católicos têm sofrido dos hereges per-

seguições incomparavelmente mais graves e frequentes.

Este facto tem uma explicação intrínseca no estado de alma dos hereges e sectários, que, convencidos de que estão longe da verdade, se enfurecem geralmente contra os que a defendem, e, falhos de argumentos, lançam mão de meios violentos. A sua má consciência torna-os piores que as feras. Pelo contrário, o que tem a consciência de que possui a verdade, não se deixa arrebatar facilmente pelas paixões, nem se atreve a cometer injustiças. Assim se explicam as cruéis perseguições que os católicos têm sofrido dos hereges e sectários, só *por causa da religião*. Começaram os imperadores arianos a atormentar com cárceres e desterrhos, e a condenar à morte os católicos que persistissem em ficar ao lado da Igreja. São conhecidas as sangrentas perseguições que padeceram os católicos na Inglaterra, no tempo de Henrique VIII e de Isabel. Ainda não há muito tempo que se castigava com a pena última a prática da religião católica na Inglaterra, Escócia, Irlanda, Suécia e Dinamarca. Além das violências que cometem as turbas dos fanáticos calvinistas, o mesmo Calvino fez queimar vivo, em Genebra, com grande crueldade, o médico aragonês Miguel Servet, por não admitir o dogma da Trindade do mesmo modo que Calvino. É, pois, uma pura calúnia descrever a Igreja como cruel perseguidora dos heterodoxos.

Não é lícito violentar alguém para que abrace a religião verdadeira, mas sim movê-lo a isso com a persuasão, com obras de misericórdia e com bons exemplos.

Ninguém deve obrar contra o ditame da sua consciência, nem sequer quando seja culpavelmente errónea; de contrário, cometeria um pecado. Por isso, não é lícito a ninguém violentar qualquer pessoa para que abrace a religião verdadeira, mas sómente empregar todos os meios de persuasão para os que pensam de outro modo reconhecerem a verdade que nela brilha. Quem obra por violência que outrem lhe faça, não tem mérito diante de Deus. Isso é para os muçulmanos, que dizem que a fé se deve dilatar a ferro e fogo, e para os protestantes que ensinam que a religião se deve conformar com as exigências do

Soberano temporal (*Cujus regio, illius et religio*). Em Espanha, principalmente por duas vezes, desaprovou a Igreja a violência que se fêz na época visigótica, aos judeus, e na idade moderna, aos mouros, para os forçar a receber o baptismo. A Igreja católica nada teve que ver com estes abusos nascidos da ignorância ou avareza do populacho, antes os condenou abertamente. A *persuasão* dos heterodoxos e a refutação dos seus falsos princípios há-de se fazer com calma e dignidade, sem paixão nem palavras ofensivas. O que possui a verdade não necessita de arrebatamentos para a comunicar aos que dela carecem. E é esse precisamente um dos caracteres da verdade: o defender-se e insinuar-se à boa paz. Aquél que procede com furor satânico faz suspeitar que esteja em êrro. — Alcançam-se os maiores resultados por meio das *obras de caridade*, pois a caridade dá ao próximo o mais seguro sinal de que somos verdadeiros discípulos de Jesus Cristo. Aquél que ama os que estão em êrro e mostra êste amor com obras, esse prova eficazmente que não está separado da verdadeira religião. Se como cristãos temos de amar aos nossos inimigos, sem dúvida nos incumbe também esta obrigação a respeito dos heterodoxos, pois, embora estejam em êrro, são, contudo, nossos irmãos. Pio IX nos deu disto um lúmioso exemplo, ordenando que fosse levado na sua carregagem um pobre judeu que fôra encontrado desmaiado numa rua de Roma, e pensionando para o estudo da pintura a um jovem, embora declarasse pertencer à seita dos protestantes. É assim que obram os grandes corações. É sinal de rudeza ou má educação rir-se de alguém ou votá-lo ao desprezo, em razão das suas crenças. O mesmo diríamos de quem pretendesse forçar um heterodoxo a alguma prática religiosa que fosse contra a sua consciência.

A Igreja tem o poder de castigar os cristãos que renegam a sua fé ou abraçam a heresia.

Está condenada no *Syllabus* (número 24) a seguinte proposição: «A Igreja não tem poder coercivo, nem poder algum temporal, directo ou indireto». Ainda que ninguém é forçado a abraçar a religião, contudo pode-se castigar o que a abandona depois de a ter professado. O próprio Rousseau (*Contrato social*) considera um acto de justiça desterrar dum Estado o que não professar a religião oficial, e julga digno de morte o que a abandona depois de a ter professado. Porém, note-se que a Igreja não tem feito uso dês-

te poder coercivo. A *inquisição espanhola* foi um tribunal *mixto*, onde os eclesiásticos só intervinham para qualificar as doutrinas erróneas; apontando os erros, *relaxavam* ou entregavam o delinquente ao *braço secular*, para que fosse castigado segundo as leis, não da Igreja mas do seu país. — Não se confunda a tolerância que temos explicado, com o *tolerantismo*, ou êrro que consiste em ter por lícito para os homens dar culto a Deus pela forma que a cada um pareça mais conveniente. Este sistema está condenado no n.º 15 do citado *Syllabus*, na seguinte proposição: «É livre para qualquer homem abraçar e professar a religião que tiver por verdadeira, guiado sómente pela luz da sua razão». É um bem inestimável a *unidade católica*, isto é, a união de todos os cidadãos em professarem a única religião verdadeira; mas tal bem, como todos os bens sociais, não pode procurar-se por meios injustos ou absurdos.

10. Deveres nacionais do cristão

O amor ao próximo manifesta-se também principalmente na *benignidade para com os que pertencem a uma nação diferente*.

Pelo nome de *nação* comprehende-se a população de um país que tem a mesma origem, uma língua e história comum, de onde nascem certos caracteres espirituais e corporais mais ou menos pronunciados. A palavra *Nação* vem de *nascer*, porque nascemos da Pátria em certo modo como nascemos dos nossos pais. *Nação* não é a mesma coisa que *Estado*, palavra que se refere com mais propriedade à forma política do que à unidade de nacionalidade e pode compreender em si várias nações. O *Estado* importa uma certa comunidade de leis, ainda que contenha dentro de si outros Estados autónomos menores (como nos Estados Unidos e na Alemanha) dotados de legislações particulares. — Tem grande influência para a unidade nacional o *idioma*, que é um dos resultados do desenvolvimento histórico dum povo: O que fala uma língua que eu não entendo é para mim um *bárbaro* (I Cor. XIV, 11). Alguns dividem as nações pelas línguas, e a unidade de linguagem tem sido algumas vezes razão para a anexação de algumas províncias do Estado vencido, que falava a língua do vencedor. Calculam-se em 900 as diferentes línguas que se falam em todo o mundo, e, entre elas, 90 só na Europa.

Falam o inglês 100 milhões de pessoas, o alemão 85 milhões, o russo 80, o francês 50, o espanhol 40, o italiano 30, o português 30. A maior nação é a China, que tem 400 milhões de habitantes. — A nacionalidade de cada um determina-se pela sua descendência do pai e da mãe, e se ambos forem de nacionalidade diferente, deve-se atender ao lugar do nascimento ou às suas vizinhanças.

Deus permitiu a diversidade das nações, por uma parte, para o castigo da soberba humana, e ao mesmo tempo, por um desígnio sapientíssimo, para o bem dos povos.

Como se conclui da Sagrada Escritura, não havia a princípio mais que um idioma. A Ciência da Linguagem, embora ainda não tenha chegado nitidamente a esta conclusão, também a não contradiz, descobrindo as línguas agrupadas em certas famílias. Segundo a narração bíblica, confundiu o Senhor as línguas, por os homens andarem edificando uma torre para se escaparem aos Seus castigos; mas Deus, com o fim de os humilhar, obrigou-os a separarem-se e essa obra da sua soberba ficou-se chamando a *Torre de Babel* (Gén. XI). Deus, porém, dispõe sempre as coisas para nosso proveito, ainda mesmo quando nos quere castigar. A variedade das nações havia de contribuir para uma certa *emulação*, e daí a cultura e o progresso dos povos. Demais, a diferença de nações havia de ser um obstáculo para a propagação rápida da decadência moral. Assim como a confusão das línguas impediou a empresa sacrílega da Torre de Babel, havia de ser também mais tarde um freio para evitar que a idolatria se comunicasse tão facilmente às nações vizinhas. A variedade das línguas serve, finalmente, para a glorificação de Deus, assim como a variedade no reino vegetal e animal e em toda a Criação.

O cristão pode e deve amar a sua nação mais que as estrangeiras, pois este amor está gravado pela natureza no nosso coração, e a religião cristã não pretende suprimi-lo, mas antes o ilustra e aumenta.

O cristão não só pode amar a sua nação, mas até é seu dever dedicar-lhe um amor entranhado e sincero. O amor a

nós mesmos e aos nossos pais é não só permitido mas até obrigatório. Mas qual a razão por que havemos de amar mais intensamente a nação em que nascemos e a que pertencemos? A resposta é simples: é porque a nação é uma grande família, uma larga parentela. Assim como devemos amar aos nossos parentes mais que aos estranhos, assim havemos de amar a nossa nação mais que as estranhas. E assim como a criança ama a sua mãe mais que as outras mulheres, sem aborrecer por isto as outras, nem desprezá-las, assim havemos de amar a nossa nação, sem aborrecer, nem desprezar as estrangeiras. Este amor funda-se, pois, na lei natural, ou antes na vontade do Criador. Da mesma maneira por que Deus pôs nos nossos corações um grande amor aos nossos pais, de preferência aos outros homens, assim nos inspirou um grande amor ao povo donde nascemos e a que pertencemos. Uma das coisas que nos unem aos nossos compatriotas, é a comunidade de língua. — O amor à nossa nação é, pois, um preceito da lei natural, e como tal não é nem pode ser suprimido pelo cristianismo. Por isso declara Jesus Cristo expressamente que não veio destruir a lei, mas completá-la (Mat. V, 17). O amor à religião e à pátria têm o mesmo autor, que é Deus, e, como Deus não se contradiz, não podem estes dois amores estar em oposição. Assim vemos que *Cristo*, os profetas, os apóstolos, a *Mãe de Deus* e muitos santos tiveram actos de dedicação pela sua pátria.

Note-se que o Salvador pregou quase exclusivamente na sua pátria; portanto, teve em vista primeiramente o bem da sua nação, e declarou ter sido enviado para reconduzir ao redil as ovelhas extraviadas de Israel (Mat. XV, 24). Este amor acendrado pela sua pátria encontramo-lo já nos profetas (recordemos Jeremias, chorando sobre as ruínas de Jerusalém), nos antigos mártires (os irmãos Macabeus deram a vida pelas leis pátrias) (II Mac. VII), e também na Virgem Maria, como se depreende do seu cântico, e ainda nos apóstolos. São Paulo queria ser condenado, se a trôco dessa condenação se salvasse o seu povo (Rom. IX, 2 e seg.). — O próprio Deus procurou despertar no povo judeu esse espírito nacional, como se vê pelas palavras que dirigiu a Moisés da sarça ardente: Eu sou o Deus de teus pais, de Abraão, de Isaac, de Jacob (Ex. III); e as solenidades prescritas aos judeus, tanto a do sábado como muitas outras festas, eram verdadeiras festas nacionais, ao mesmo tempo que anunciaavam o Salvador, que havia de vir. Por isso a Igreja católica, na missão educadora que tem de-

sempenhado no meio dos povos, teve sempre os seus olhos postos no sentimento nacional. Procurou enviar a cada país, como missionários e sacerdotes, varões oriundos desse mesmo país, com o que se favoreceram ao mesmo tempo os interesses políticos e religiosos. Também teve em conta o sentimento nacional, instituindo festas próprias para cada país, como as dos santos patronos. Além disso deixou aos povos convertidos à sua fé os usos e costumes herdados dos seus maiores, contanto que não fossem supersticiosos, substituindo-os em tal caso por outros não muito semelhantes, como fez com os germanos, segundo deixamos indicado em vários lugares.

1. O amor à nossa nação mostramo-lo pela grande estima que lhe dedicamos, procurando por meios lícitos o seu progresso e defesa.

Ainda que um homem saiba que há no mundo mães mais nobres e ilustres que a sua, nem por isso deixa de estimá-la mais que às outras. O mesmo sucede aqui. Porém, esta estima difere muito do *vão orgulho nacional*, que consiste numa preferência cega de tudo o que é nosso sobre o que é estranho, embora seja muito superior. É evidente que não é possível que tôdas as nações possam preferir-se em tudo às demais. E porque não há preferência racional se se não baseia nalguma verdadeira prerrogativa, deve cada um conhecer as excelências e feitos gloriosos da sua pátria e estudá-los com ardor e zélo, não tendo por virtudes as suas fraquezas ou imperfeições, mas reconhecendo-as como são, e procurando contribuir para o seu remédio. Doutra sorte, o amor à pátria seria cego e irracional. Para o fomento nacional contribui cada um, preferindo os produtos nacionais na compra de objectos, na encomenda de trabalhos, em tomar criados e operários, e em distribuir esmolas, etc. Este auxílio aos da sua nacionalidade pratica-se principalmente entre os judeus, que têm particular cuidado pelos seus pobres, o que não podemos deixar de louvar. Também nós, os cristãos, devemos ter mais desvelos pelos que nos tocam mais de perto, segundo nos dá a entender o apóstolo das gentes, admoestando-nos que façamos bem de preferência aos fiéis (Gál. VI, 10). — Estamos autorizados e obrigados à defesa da nossa nacionalidade, quando quiserem fazer desaparecer a nossa linguagem, devendo-nos sentir tanto, como se a qualquer de nós arrancassem a língua. Não é, pois, sem razão que chamamos língua ao nosso idioma.

2. Comete uma falta contra a sua nação o que tem por ela indiferença ou nega ser seu súbdito; e do mesmo modo o que exagera êsse afecto, como se a nacionalidade fôra o mais alto bem do homem.

Se o indiferentismo religioso é prejudicial, não deixa de o ser também o *indiferentismo patriótico*, pois é um sinal de falta de respeito a si próprio e de estima para com os seus compatriotas. O que não estima a sua pátria, ainda que seja um bem menor, facilmente virá a desestimar a um bem maior — a religião; porque o que é infiel no pouco também o será no muito. Pelo contrário, o que está intimamente penetrado do amor patriótico, decide-se facilmente às grandes emprêsas e sacrifícios pelo bem do seu próximo, como nos prova a História com muitos exemplos. — O que por palavras ou obras nega ser súbdito da sua nação (talvez com a mira nalgum negócio lucrativo como sucede com freqüência), procede dum modo tão vil como se se envergonhasse de seus pais e parentes. — Mas, apesar-disto, não é a nacionalidade o *sumo bem do homem*, pois então bastaria pertencer a uma nação para alcançar a felicidade na terra. Ora em tôdas as nações há muitos desgraçados. Além disso, com a morte acabarão tôdas as diferenças nacionais; pois, sendo a diversidade de línguas uma consequência e castigo do pecado, não se encontrará no céu, onde não haverá o menor vestígio de castigo. Lá tôdas as nações e povos louvarão a Deus com o mesmo hino (Apoc. VII, 9 e seg.). Do mesmo modo nada aproveitará aos homens, perante o tribunal divino, o facto de uma alma ter pertencido a esta ou àquela nação, como nem as riquezas ou dignidades temporais. Quando o sentimento nacional é *exagerado*, deixa de ser amor verdadeiro para ser paixão, e, como tal, pernicioso e insubstancial, pois com freqüência os extremos se tocam. O *fanatismo* nacional é uma verdadeira idolatria, porque a adoração que se deve a Deus se tributa à nação. Por isso é condenável o que modernamente se chama *estatolatria*.

3. O amor à pátria não se deve converter em ódio ou injustiça para com os que são das outras nações, pois todos são filhos dum mesmo Pai, que está nos céus, e, por consequência, irmãos entre si; e, pa-

ra mais, nós, os católicos, estamos todos unidos numa grande família, que é a Igreja.

Também nas relações internacionais tem aplicação a máxima cristã: «não faças aos outros o que não queres que te façam a ti». O amor nacional não há-de converter o homem em fera, mas antes elevá-lo e fortificá-lo em sentimentos humanos e benignos. O que deves amar a sua nação, não ofenderá voluntariamente as estranhas; pelo contrário, procurará contribuir para que a sua seja amada e respeitada; não levantarão conflitos nem guerras, antes procurará manter a sua pátria em boas relações com tôdas, vizinhas ou afastadas. Por isso, os corações magnânimos acham estreitos os limites da sua pátria e buscam o modo de proporcionar, por meio dela, vantagens a tôda a Humanidade. O amor verdadeiro da pátria e o da Humanidade não são sentimentos incompatíveis ou que se excluam: pelo contrário, completam-se admiravelmente. O que não honra a pátria alheia, não é digno da sua. Na parábola do bom samaritano nos ensinou Jesus Cristo que havemos de ser bemfazejos, mesmo com os estranjeiros, não os excluindo de forma alguma da categoria de nosso próximo. Em Cristo, diz S. Paulo, não há judeus nem gregos, mas todos são um (Gál. III, 28). Todos são *filhos de Deus*, e por conseguinte irmãos. Por isso todos nos dirigimos a Deus da mesma forma, dizendo: Pai nosso, que estais no Céu. — Além disso, visto que tôdas as nações estão unidas pelo laço *universal da Igreja Católica*, à maneira dum grande família, cujo chefe é o próprio Deus, devem todos unir-se intimamente pelos liames do amor. A unidade na religião é, em verdade, um dos maiores bens da Humanidade, pois é com ela que se suavizam as oposições e rivalidades muitas vezes inatas entre certos povos, e se favorece entre êles a paz. Pelo contrário, as diferenças da religião são as que têm separado mais irreconciliavelmente as nações e têm ateado as guerras mais cruéis. Por isso, não fundou Jesus Cristo Igrejas nacionais, mas sim uma Igreja Católica, onde cabem todos os povos da terra. Com o milagre das línguas, no dia do Pentecostes, quis Ele significar que todos os povos haviam de ter uma única fé, e a Igreja pretende fomentar esta unidade com a linguagem eclesiástica universal. Segundo a expressão do Salvador, haverá para o futuro um só rebanho e um só pastor (S. João, X, 16). — Devemos ponderar também que deve-

mos às nações estrangeiras muitos e grandes benefícios, pois foram os estrangeiros que anunciaram o Evangelho aos nossos antepassados e derramaram o seu sangue, e deram a sua vida pelo bem da nossa nação. As nações estrangeiras devemos também muitos inventos, e delas recebemos muitos remédios para as nossas doenças, muitos alimentos e outras coisas necessárias à vida.

4. Comete uma falta de caridade e até de justiça contra as outras nações: 1) O que odeia ou tem por mau o seu próximo, pelo simples motivo de este pertencer a outra nação; 2) O que responsabiliza toda a nação pelos excessos que cometem alguns dos seus membros.

Ninguém se deve levianamente considerar mau. Por muitas fraquezas e faltas que tenha uma nação, há sem dúvida no seu seio indivíduos generosos. Em todas as regras há exceções. Muito pecadores eram os homens na época do dilúvio, porém, achava-se entre eles um justo, o patriarca Noé. Mais tarde sucedeu o mesmo com Abraão, Lot e outros. Os povos desprezavam o Salvador e diziam: «De Nazaré pode sair coisa que seja boa!» (S. Jo. I, 46), e, não obstante, Jesus de Nazaré era o Messias, Filho de Deus! Dai o provérbio cristão: ninguém se deve considerar mau sem que se demonstre a sua maldade (*Nemo malus nisi probetur*). O que ajuíza mal do próximo, sem disso ter provas, peca por suspeita temerária. Mas nem por isso é falta de caridade a circunspeção com que qualquer se previne para com um indivíduo de certa nação, embora ele não tenha os defeitos que lhe atribuem. Por exemplo, aquêle que vigia a sua casa com mais solicitude, quando dela se acerca gente estranha. O ódio aos estrangeiros era próprio dos pagãos. Os romanos chamavam bárbaro e menosprezavam a todo aquêle que não pertencia à sua Cidade. Os judeus desprezavam os incircuncisos. Mas na Cristandade todos os povos estão unidos por uma fé e por um desejo comum da cultura e do progresso moral; pelo que não há já razões para o ódio. — Também não é justo, pelos crimes de alguns poucos, tornar responsável toda a nação. Quem é que, pela traição de Judas, julgará traidores a todos os apóstolos? Ou quem pela maldade de um sacerdote medirá toda uma classe? Ou pela malícia dum professor todos os seus colegas? É isto que devemos ter presente ao tratarmos de nação para nação.

11. O amor de si mesmo

Cada um de nós é para si mesmo o seu próximo *mais próximo*. «Não é possível achar coisa mais próxima ao homem do que o próprio homem» (Salv.). Cada um de nós deve amar-se a si próprio; isto é, deve ter caridade consigo. Daqui o provérbio: «A caridade bem entendida começa por nós».

Devemos amar-nos a nós mesmos, porque Deus o *quere*, porque somos criados à sua *imagem*, remidos com o seu sangue e destinados à vida eterna.

Deus quere que nós nos amemos, pois Jesus Cristo disse: Amareis ao vosso próximo como a vós mesmos. Segundo estas palavras, o amor de si mesmo deve ser a *regra* e a medida do amor do próximo. «Quem não se ama a si como pode amar o próximo?» (S. Clem. Rom.). Apresentei primeiro a amar a Deus, depois a vós mesmos e em seguida ao próximo como a vós mesmos (S. Agost.). Deus não nos deu um *mandamento especial* de nos amarmos a nós mesmos, porque cada um de nós, tendo a *lei natural* gravada no coração, é por isso levado a amar-se a si mesmo (S. Agost.), e porque o amor de si mesmo está *incluído* na lei do amor do próximo (S. T. de Aq.). — Devemos também amar-nos a nós mesmos, porque somos criados à **imagem de Deus**. Se veneramos a imagem de Deus no próximo e até em nossos inimigos, somos obrigados a venerá-la também em nós mesmos. E se nós nos amamos por Deus, «o amor de nós mesmos aumenta em nós na mesma proporção que o amor de Deus» (S. T. de Aq.). — O amor de nós mesmos é-nos preceituado também pelo **preço elevado** da nossa redenção. Não fomos resgatados «por ouro nem por prata, que são coisas corruptíveis, mas pelo precioso sangue de Cristo» (I S. P. I, 18); fomos remidos por um preço muito elevado (I Cor. VI, 20). — Além disso temos um destino sublime: somos **chamados à bem-aventurança eterna**. S. Leão M. traz a este propósito as belas palavras seguintes: «Reconhece, ó cristão, a tua dignidade! Tu foste feito participante da natureza divina e tornaste-te membro de Jesus Cristo! Recorda-te de que foste arrancado ao poder das trevas e destinado às glórias do reino celestial!» — Recordemo-nos também de que o Filho de Deus, fazendo-se homem, se tornou *nosso irmão* e que nos tornámos nós filhos de Deus (I S. Jo.

III, 1); que o *Espírito Santo habita em nós* (I Cor. VI, 19), que os anjos estão ao *nossa serviço* (Hebr. I, 14): outros tantos motivos para cada um se amar a si mesmo. — E como o amor de si mesmo não é, afinal, senão o amor do próximo referido à própria pessoa, pode dizer-se que amar-se a si mesmo é *apreciar-se a si mesmo* (acto da inteligência), querer *bem a si mesmo* (acto do coração), *não fazer mal e fazer bem a si mesmo* (acto da vontade). Este amor de si mesmo pode chamar-se o verdadeiro, em contraposição com o falso, cujos caracteres principais são: a vangloria, o egoísmo, a grosseria, a licença, etc.

O verdadeiro amor de si mesmo prova-se pelo nosso desejo de obter o que nos torna verdadeiramente felizes: em particular e sobre-tudo a salvação eterna, depois os bens terrenos, que nos ajudam a consegui-la.

Aquêle que tem o verdadeiro amor de si mesmo procede segundo as palavras de Jesus Cristo: «*Buscai primeiro o reino de Deus e a sua justiça e todas estas coisas se vos acrescentarão*» (S. Mat. VI, 33); terá cuidado com a saúde, com a alimentação, com o fato, com a habitação, etc., mas sem ter com isso demasiada preocupação (S. Mat. VI, 25-32).

Não se ama a si mesmo aquêle que não procura senão os bens terrenos, ou que despreza os bens terrenos úteis para ganhar o céu.

Muitos homens não consideram a Deus, mas a sua *própria pessoa*, como seu último fim, nem os bens da terra como meios de ganhar o céu, mas de satisfazer os seus apetites sensuais. Dão-se por felizes em possuir riquezas, posição elevada, etc., e não estão dispostos a renunciar a nenhum desses bens por amor de Deus. Este amor de si mesmo é falso, tem o nome de *egoísmo*. Aquêle que *prefere os bens terrenos aos bens eternos* não se ama a si mesmo, pelo contrário, é *inimigo de si próprio*. Não será feliz senão passageira e relativamente neste mundo, mas mais tarde será eternamente infeliz. «*Os que cometem pecado e iniquidade são inimigos das suas almas*» (Tob. XII, 10). — Muitos há que se assemelham àquele que diz

a si mesmo: «Alma minha, tu tens muitos bens em depósito para largos anos: descansa, come, bebe, regala-te». Mas Deus diz-lhe: Néscio, esta noite te virão demandar a tua alma: e as coisas que tu ajuntaste para quem serão?» (Luc. XII, 19 e seg.). Afadigas-te para te vestires e alimentares, por que não te afadigas também para ganhares as vestes e o alimento da alma? (S. Bern.). Que lucra o homem em ganhar o universo, se perde a sua alma? (S. Mat. XVI, 26). «Aprende a amar-te a ti mesmo, diz S. Agostinho, não te amando». — São também culpados os que *desprezam* os bens da terra, que os ajudariam a ganhar o céu, porque por esse facto desprezam a salvação eterna. Que pensar, pois, de um homem que não cura do seu aperfeiçoamento (quando este aperfeiçoamento seria útil à glória de Deus), ou que expõe levianamente a vida ao perigo ou se suicida? Quem assim faz pecha por certo contra a caridade que cada um deve a si mesmo.

12. Os dez mandamentos de Deus

1. Deus deu o decálogo aos Judeus sobre o monte Sinai.

A promulgação dos mandamentos foi no 50.^o dia depois da saída do Egípto. Deus deu-lhes um *exórdio solene*: «Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirou da terra do Egípto, etc». (Ex. XX, 2). Deus faz como um soberano que no princípio das suas leis põe o seu nome e títulos, a fim de inspirar mais respeito (Meh.). Os 10 mandamentos foram gravados em 2 tábua, para fazer compreender que estes 10 mandamentos não são mais do que *uma explicação mais desenvolvida dos 2 mandamentos do amor de Deus e do próximo*. Estas duas tábua foram quebradas por Moisés, em sinal de que Cristo as havia de aperfeiçoar. Chamamos a estes 10 mandamentos «mandamentos de Deus», porque Deus é o seu autor. Chama-se-lhes também *Decálogo*, isto é, 10 palavras: — A Igreja Católica, assistida do Espírito Santo, *modificou no sentido cristão* a forma do Decálogo promulgado no Sinai. O Decálogo judaico comprehende os mandamentos seguintes: 1.^o Adorar só a Deus; 2.^o proibição de *adorar imagens*; 3.^o proibição de invocar o nome de Deus em vão; 4.^o o mandamento da santificação do Sábado; 5.^o o de honrar pai e mãe; 6.^o a proibição do homicídio; 7.^o a do adultério; 8.^o a do roubo; 9.^o a do falso testemunho; 10.^o a da *cobiça das coisas*.

alheias. (Ex. XX, 1-17). A Igreja católica reuniu, pois, o 2.^º mandamento relativo à idolatria, ao 1.^º, concernente ao culto de Deus, e ao invés, dividiu em dois o 10.^º e acentuou o 9.^º, a fim de aumentar o prestígio da mulher cristã. Quanto ao mandamento do respeito aos pais, a Igreja acrescentou «a-fim-de viver muito tempo» e isto em virtude das palavras de S. Paulo na epístola aos Ef. (VI, 3). A Igreja transferiu também a obrigação de santificar o Sábado para o Domingo. O mandamento não cometer adulterio foi assim ampliado: guardar castidade (isto é, não cometer impureza alguma). — A opinião dos judeus, de que cada uma das duas tábuas continha cinco mandamentos parece ter fundamento, e o que o leva a crer é que os 5 primeiros mandamentos do Decálogo hebreu referem-se a Deus e aos seus representantes, e os outros cinco referem-se a nós e aos nossos semelhantes. O Salvador também, na resposta ao jovem do Evangelho, começa a nomenclatura dos mandamentos de Deus pelo 6.^º, que proíbe o homicídio (S. Mat. XIX, 18), e S. Paulo considera igualmente os 5 últimos mandamentos hebreus (os 6 últimos da lei cristã) como encadeados uns nos outros e formando um todo (Rom. XIII, 9).

2. Os cristãos são também obrigados à observância dos mandamentos: porque Deus os gravou no coração de cada homem e porque Jesus Cristo os promulgou de novo e aperfeiçoou.

Os 10 mandamentos referem-se também aos cristãos (C. Tr. VI, cân. 19). Porque Deus os gravou no coração de cada homem. Foi sómente porque a luz da razão se obscureceu pelos maus costumes e por uma corrupção prolongada, que Deus julgou necessário dissipar as trevas, promulgando a lei do Sinai (Cat. Rom.). «O que os homens se recusaram a ler em seus corações, foi gravado nas tábuas» (S. Agost.). Jesus Cristo renovou os 10 mandamentos nas suas palavras ao jovem abastado (S. Mat. XIX, 8). Por isso disse que não viera para suprimir a lei, mas para a observar (S. Mat. V, 17). — No sermão da montanha Jesus Cristo aperfeiçoou vários mandamentos do deílogo, por exemplo o 2.^º, declarando culpado todo o juramento inútil; o 5.^º e o 8.^º, proibindo o ódio e as in-

júrias contra os seus semelhantes e preceituando que se faça bem aos próprios inimigos; o 6.º, proibindo todo o desejo pecaminoso (S. Mat. V.).

3. Os 10 mandamentos de Deus estão bem coordenados. Os 3 primeiros encerram os nossos deveres para com Deus; como nosso soberano Senhor, Deus exige de nós no 1.º mandamento a *adoração* e a *fidelidade*; no 2.º o *respeito*; no 3.º o *serviço*.

O 4.º mandamento encerra os nossos deveres para com os representantes de Deus na terra, que são ao mesmo tempo, entre todos os nossos semelhantes, os nossos maiores *bemfeiteiros*.

Os outros 6 mandamentos compreendem os nossos deveres para com *nós mesmos* e para com os *nossos semelhantes*. O 5.º mandamento protege a vida, o 6.º a inocência, o 7.º os haveres, o 8.º a reputação, o 9.º e o 10.º todos os bens domésticos do próximo.

4. Aquêle que *observa* todos estes mandamentos será enriquecido na terra de graças e bênçãos de Deus e obterá depois da morte a eterna bem-aventurança.

No seu colóquio com o jovem abastado, Jesus disse-lhe que a observância dos 10 mandamentos conduz à *vida eterna* (S. Mat. XIX, 17). Nós não podemos chegar ao céu senão pela ponte da obediência; esta ponte tem 10 arcos, que são os 10 mandamentos (S. Vic. Férrer). Deus dispôs as coisas de maneira que o que conduz à felicidade eterna produz já neste mundo uma felicidade material. «A piedade para tudo é útil, porque tem a promessa da vida que agora é, e da que há-de ser» (I Tim. IV, 8). Aquêle que observa os mandamentos de Deus obtém um *conhecimento de*

Deus mais perfeito, a paz interior, a saúde, a riqueza e as honras. «Pelos teus mandamentos tenho adquirido *inteligência*» (Ps. CXVIII, 104). «Gozam muita paz os que amam a tua lei». A paz não é senão o sentimento agradável de pensar que a nossa conduta é conforme com a vontade de Deus. Bem-aventurado o que ama a lei do Senhor: tudo que empreender lhe *sucederá bem* (Ps. I, 3). Aquél que observa os mandamentos sairá vitorioso de todos os sofrimentos e de tôdas as perseguições; Jesus Cristo diz que a sua *casa* está construída sobre um rochedo, que nem os ventos nem as chuvas torrenciais poderão derruir (S. Mat. VII, 25). O justo assemelha-se a uma árvore plantada à beira de um rio (Ps. I, 3). O exemplo de Abraão, de José no Egípto, de David, de Job, prova-nos que Deus recompensa já o justo nesta vida. E se a nossa recompensa for pequena nesta vida, tanto maior será na outra; excederá tudo quanto houvermos esperado e será sem medida nem fim (S. Cris.). Com efeito, cumpre bem uma promessa aquél que dá o que prometeu mais generosamente do que se esperava (S. Jer.).

5. Aquél que falta a *um só* dos mandamentos que seja, será punido neste mundo e eternamente no outro.

Aquél que transgride os mandamentos é como peixe apanhado no anzol, ou como combóio que descarrila. Os castigos temporais do pecado são habitualmente o **descontentamento, as doenças, a perda da honra e da riqueza, a miséria e uma morte desgraçada**: exemplos: o filho pródigo, os habitantes de Sodoma, os filhos de Heli, Absalão, Baltasar, o cruel rei Antíoco, Judas. Deus *não acorrerá na hora da provação em socorro* daquele que não observa os seus mandamentos; a casa dêste, diz Jesus Cristo, assenta sobre areia e não resistirá às chuvas, aos ventos e à tempestade (S. Mat. VII, 27). O raio e os relâmpagos no Sinai são símbolo do **fogo eterno** reservado para aquéllos que não observam os 10 mandamentos (Cat. Rom.). Aquél que observa tôda a lei, mas falta a *um só* dos seus mandamentos, por êsse facto transgride-os todos (S. Tiago, II, 10). Com efeito, todos os mandamentos não formam senão um, porque estão todos tão intimamente ligados que um não existe sem o outro (S. Cris.). Transgredit um só mandamento é pecar *contra a caridade*, de que depende tôda a lei

(S. Agost.). O mesmo se dá com um instrumento: basta uma só corda falsa para destruir toda a harmonia (S. Cris.). Também no corpo humano um só órgão doente pode trazer a morte (S. Agost.); uma cidade da qual se deixasse uma só parte não guardada, estava à mercê do inimigo. Se numa ponte de dez pilares abate um só desses pilares, já se não pode lá passar. O inferno está cheio de condenados que, tendo observado certos mandamentos, não os observaram todos.

6. A observância dos mandamentos é fácil com a graça de Deus: «O meu jugo é suave, diz Jesus Cristo a seus discípulos, e o meu peso é leve» (S. Mat. XI, 30).

S. João dizia aos cristãos: Os mandamentos não são custosos de observar (I S. Jo. V, 3). O fardo, contudo, é pesado em si, mas Deus ajuda-nos a levá-lo com a sua graça, se lho pedimos. S. Agostinho diz: «Se Deus vos ordena, é que deseja que façais o que podeis e que lhe peçais que vos ajude a fazer o que não podeis». «Tudo posso, exclama S. Paulo, naquele que me conforta!» (Fil. IV, 13). De mais, o que deve encher-nos de ânimo é o termos visto outros cristãos, e sobretudo os Santos, darem-nos exemplo (S. Cris.). Com razão dizia Santo Agostinho: se êste e aquêle puderam, por que não poderás tu, ó Agostinho?

O 1.º mandamento de Deus

Deus no monte Sinai exprime-se nestes termos: «Não teréis deuses estrangeiros diante de mim» (Ex. XX, 2-7), isto é, não adoreis senão a mim como o verdadeiro Deus, e não prestareis culto algum aos falsos deuses (Cat. Rom.). O 1.º mandamento exige *uma adoração interior e exterior* (S. Af.). Jesus Cristo referia-se a este mandamento, quando disse a Satanás: «Escrito está: ao Senhor teu Deus adorarás e a Ele só servirás» (S. Mat. IV, 10).

Pelo primeiro mandamento Deus ordena-nos que o *adoremos* e proíbe-nos a *idolatria* e a *superstição*.

1. A adoração ou o culto que se deve prestar a Deus

Nós sentimo-nos levados a testemunhar uma estima particular, isto é, a *prestar homenagem*, a pessoas que nos são *superiores*, em poder, em experiência ou em ciência, etc. Honramos os soberanos, os velhos, os sábios, etc. Quanto mais superior a nós nos parece um homem, maior também será o respeito que teremos por ele. Como Deus é infinitamente elevado acima de tudo, devemos-lhe o maior respeito e a maior homenagem possível. Este respeito por excelência chama-se a *adoração*.

Devemos portanto **adorar** a Deus, porque é infinitamente superior a nós e a todos os seres e porque todos os seres dependem absolutamente d'ele como Criador.

Consideremos um pouco a **infinita perfeição de Deus**. Meditemos primeiramente a *sua omnipotência*, que se manifesta com tanto esplendor no firmamento scintilante de estrelas. «Os céus publicam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras de suas mãos» (Ps. XVIII, 2); a

sua eternidade: «Um dia diante do Senhor é como mil anos e mil anos como um dia!» (II S. Ped. III, 8). Pensemos na sua *sabedoria*, que organizou tão maravilhosamente toda a criação e que sabe até fazer que o mal redunde em bem. «O profundidade das riquezas, da sabedoria e da ciência de Deus! Quão incompreensíveis são seus juízos e quão inescrutáveis seus caminhos!» (Rom. XI, 33); nos cuidados *paternais* que Deus tem pelas ínfimas criaturas. Revelou a pastores e a três pagãos o nascimento de Jesus Cristo; escolheu para Mãe uma humilde virgem, pobres pescadores para Apóstolos; mandou anunciar o seu Evangelho aos pobres, etc. Quem é como o Senhor Nossa Deus, que habita nos céus e não desdenha olhar para a nossa pequenez? (Ps. CXII, 5). O que infinita distância entre Deus e o homem! «Nós amamos a Deus, porque o conhecemos, mas oramos-lhe porque o não compreendemos (S. Gr. Naz.). — Nós dependemos absolutamente de Deus». «Ou nós vivemos, ou morramos, sempre somos do Senhor» (Rom. XIV, 8); somos totalmente *propriedade* de Deus; dEle temos os membros do nosso corpo, as forças da nossa alma, a nossa existência; foi Ele que nos resgatou. «Se alguém vos restituísse as mãos, os pés, os olhos que houvesse perdido, não estariéis dispostos a servi-lo durante a vossa vida, por gratidão? Pois bem, Deus não vos deu sómente olhos, mãos, etc., mas todos os bens corporais e espirituais possíveis. Não é por conseguinte justo que únicamente a Ele o sirvais e ameis?» (S. Fr. de Ass.). A adoração de Deus é um bálsamo precioso produzido pela meditação dos benefícios divinos (S. Bern.). Não esqueçamos também que *nós nada somos sem o auxílio de Deus*. Se Deus nos tira o alimento, perecemos; se nos tira a vida, morremos; se nos não dá o Espírito Santo, somos cegos de espírito; se deixa ao demônio demasiado poder sobre nós, caímos em pecado mortal. O mesmo sucede às outras criaturas, que todas, como nós, dependem completamente do seu Senhor e Criador. «Tú és digno, ó Senhor Nossa Deus, de receber glória, honra e poder, porque tu criaste todas as coisas e pela tua vontade é que elas eram, e foram criadas» (Apoc. IV, 11). «Vinde, adoremos e prostremo-nos diante do Senhor que nos criou, porque Ele é o Senhor Nossa Deus, e nós povo do seu pasto e ovelhas da sua manada» (Ps. XCIV, 7).

I. A adoração de Deus consiste em reconhecer interior e exteriormente que Ele é

nosso soberano Senhor e que nós somos suas criaturas e seus servos.

O grito de guerra do arcanjo S. Miguel — *Quem como Deus?* — foi uma expressão de adoração. Deus é independente de todas as coisas, e todas elas dependem de Deus. Quem reconhece isto adora a Deus. Adorar a Deus é reconhecer o poder de Deus e a nossa própria miséria (Mar. Lat.). Adorar a Deus é dizer-lhe como David: O meu ser nada é diante de vós! (Ps. XXXVIII, 6). A adoração divina manifesta-se primeiramente por uma veneração *interior* de Deus e só depois por sinais exteriores (S. T. de Aq.). Aquél que em verdade adora a Deus chama-se **piedoso** ou devoto.

2. Adoramos a Deus *interiormente* pela fé, pela esperança e pela caridade.

Pela fé admitimos todas as verdades reveladas por Deus, por conseguinte reconhecemo-lo como a *verdade* soberana. Pela esperança, aguardamos todos os bens de Deus todo poderoso e soberanamente bom, portanto reconhecemo-lo como a *fonte de todos os bens*. Pela caridade ocupamo-nos exclusivamente d'ele, reconhecemo-lo como nosso *fim Supremo* (1). O conhecimento perfeito de Deus é o fundamento mais sólido do culto de Deus (S. Agost.), porque é impossível conhecer a Deus sem o adorar. «Aquél que conhece a potência de Deus e o seu desejo de nos fazer bem, poderá porventura não pôr a sua esperança em Deus? (Cat. Rom.). E aquél que sabe de quantos benefícios Deus o cumulou, poderá não o amar? «É possível que uma criatura conheça a Deus e não o ame?» (S. T. de Vilan.). O culto de Deus ou a adoração é inseparável do amor que lhe temos, «porque se adora o que se ama» (S. Agost.). Não há mais diferença entre o amor de Deus e a piedade (adoração), do que entre o fogo e a chama (S. Fr. de S.). — O culto divino consiste, pois, nestas três virtudes: a fé, a esperança e a caridade (S. Bern.). Deus deve adorar-se pela fé, pela esperança e pelo amor (S. Agost.). O culto externo não é mais do que a expressão da fé, da esperança e da caridade.

3. Adoramos a Deus *exteriormente* pelo

(1) Para o que diz respeito a estas 3 virtudes teologais ver os cap. sobre a «Virtude».

sacrifício, pelas orações vocais, pelas genuflexões, pelas prostrações, e pondo as mãos, batendo no peito e descobrindo a cabeça.

O sacrifício é entre as manifestações da adoração o que o sol é entre as estrélas; pois consiste também em privar-nos do que oferecemos. O **sacrifício** consiste na renúncia ou destruição de um objecto sensível, com o fim de dar honra a Deus, como soberano Senhor de tôdas as coisas. «Pelo sacrifício, sobretudo pela renúncia à coisa que se sacrifica, o homem atesta que Deus é seu bem supremo e a sua felicidade, e declara-se pronto a dar por ele os seus haveres e a sua vida, o que tem mais caro sobre a terra (sacrifício de Isaac). Pela destruição da vítima mostra o homem que é nada diante de Deus, e, por conseguinte, que ele é o soberano Senhor do universo. Os outros actos exteriores da adoração não são mais do que uma como que sombra do sacrifício, porque pelo sacrifício declara-se a submissão a Deus, não por simples palavras (como na oração vocal), nem por símbolos (como ao ajoelhar e bater no peito), mas por acções». — Os santos *Sacramentos* são acções instituídas por Cristo para nossa santificação, e recebendo-os mostramos a nossa dependência de Deus. — Ajoelhando ou prostrando-nos por terra (como Jesus Cristo no Horto) reconheceremos que estamos como algemados, isto é, sem auxílio; batendo no peito (como o publicano no templo), que merecemos *pancadas* (isto é: castigos). *Descobrir a cabeça* (como os judeus na Sinagoga e como certos frades que no côro se cobrem com seus capuzes) é, ao invés, sinal de sujeição à lei (I Cor. XI, 4 10). Também recorda que no Antigo Testamento estava encoberta a significação das cerimónias figurativas e símbolos, e que estes véus só se haviam de descerrar pela fé em Cristo (II Cor. III, 14 e seg.). Deus exigiu a Moisés que se descalçasse (Ex. III, 5); ainda em nossos dias os maometanos se descalçam e lavam os pés antes de entrar no templo, como em sinal de que devem apresentar-se limpos de pecados na presença de Deus.

1. **No culto público** tem a Igreja prescrita a forma por que a adoração interior se há-de manifestar exteriormente.

Os sinais de adoração empregados no culto divino (ce-

rimónias, ritos, usos litúrgicos) estão prescritos para evitar os usos ridículos e inconvenientes que, com facilidade, poderiam introduzir-se, se se deixasse ao arbitrio de cada um fazer as cerimónias que lhe aprouvesse. Pelo mesmo motivo é que mesmo nas solenidades profanas estão rigorosamente prescritas as cerimónias, como a etiqueta da corte, ou os ritos da imposição das insignias honoríficas, ou as honras militares e civis. Os ritos da Igreja estão cheios de um sentido profundo, cuja interpretação pertence à liturgia.

2. Em muitas seitas falsas a forma das adorações exteriores é por vezes *ridícula* e indecorosa.

Basta recordar os tremedores que se têm visto entre os hereges de várias épocas, e muitas cerimónias grotescas dos espiritistas e mações. Entre os budistas da Índia encontram-se máquinas de rezar, que consistem num cilindro em cuja superfície estão escritas certas fórmulas de oração ou de encantamento. O cilindro faz-se girar por uma manivela, ou por meio do vento ou da água, e imaginam êles que por esta forma se apresentam a Deus aquelas orações e se lhe dá culto. Mais absurdo é ainda o proceder dos *derviches*, espécie de sacerdotes maometanos, os quais se balanceiam muito plácidamente exclamando: «Não há outro Deus senão Alah!» e vão aumentando gradualmente a força do movimento e do clamor, até que caem prostrados pela vertigem e gritando como possessos. Depois o ruído é substituído por gemidos e acaba em música de flautas, timpanos e pratos, a qual por sua vez sobe a tal violência que o derviche, volteando e rugindo, chega a deitar espuma pela boca, os olhos parecem saltar-lhe das órbitas e a face desfigura-se inteiramente. Então parecem cães que ladram, lóbos que uivam e leões que rugem, e tudo vem a acabar finalmente em um canto sereno e em oração plácida. Que influência pode ter este modo de adorar para acender o fogo do amor de Deus? Estas violências são os gritos desesperados da alma que sente o seu êrro, e com o esgotamento de todas as forças pretende chegar ao seu fim. Que diferença entre estes esgares e o sublime culto católico!

3. Devemos adorar a Deus exteriormente, porque o nosso corpo é também obrigado a honrá-lo e porque a nossa adoração interior aumenta com as de-

monstrações exteriores, e depois porque o culto externo corresponde às *necessidades* da nossa natureza humana.

O corpo e a alma são *obra de Deus*; ambos lhe devem, pois, o testemunho da nossa submissão. — «Aquêle que tudo sabe não precisa sinal algum exterior, como a genuflexão, etc., porque conhece as intenções dos suplicantes, mas estes sinais são úteis ao homem, porque são próprios para inflamarem o seu coração e aumentam os seus sentimentos Interiores de adoração» (S. Agost.). A adoração exterior é para a interior o que a casca é para a árvore. Assim como a árvore morre se a descascam, assim também desfalece a adoração interior, se não se manifesta exteriormente. — É natural ao homem manifestar exteriormente os seus sentimentos interiores: a fisionomia não pode ocultar os sentimentos de cólera, de alegria ou tristeza que o animam. O mesmo sucede com os sentimentos de adoração. Se uma casa está ardendo, não tardarão a irromper as chamas! Seria forçoso que o homem *renegasse a sua natureza*, se quisesse restringir o culto de Deus aos pensamentos e sentimentos interiores. Mas, visto como as cerimónias exteriores não são senão um *meio* em ordem ao fim da nossa adoração (isto é, um meio para fomentar a nossa devoção), podem omitir-se quando apenas sirvam para a estorvar. Por exemplo, quando uma pessoa está cansada, pode orar sentada, ou de pé, ou passeando, se a experiência lhe mostra que ora assim mais devotamente. Assim ensina Santa Teresa: «Não te fatigues com o estar de joelhos por muito tempo, que isso servirá só para te distrair; basta que o espírito se prostre devotamente diante de Deus». S. Inácio de Loiola dá a devoção interior como regra para perseverar numa posição corporal ou para a mudar, buscando sempre o fruto espiritual.

4. O culto externo, só, não basta; é preciso que seja a expressão do culto interno.

Aquêle que ajoelha, bate no peito, etc., sem que isto seja sincero, é um *hipócrita*, porque faz ostentação no exterior de sentimentos interiores que não tem. Quantas pessoas, porém, nas igrejas não fazem aquêles actos senão por ostentação ou rotina! Não se trata de saúdar a Deus como a gente se saúda no mundo, onde se empregam toda a sorte de fórmulas de cortesia, tais como: Bom dia,

boa noite, seu humilde servo, etc., sem lhes ligar o menor sentido. As cerimónias que fazem parte do culto de adoração, devem ser a expressão fiel do que sentimos no interior. «Deus, disse Jesus Cristo à Samaritana, é Espírito, e em **espírito e verdade** é que o devem adorar os que o adoram» (S. Jo. IV, 24), isto é: a adoração exterior deve primeiro encontrar-se no nosso coração (espírito) e deve corresponder perfeitamente à adoração interior (verdade). «Não manifesteis, pois, nunca uma piedade que não tendes; ocultai antes a que tendes» (Santa Teresa). Aquêles que fazem ostentação da sua piedade, assemelham-se aos que vestem *fatos superiores à sua categoria* e que portanto se querem fazer passar por mais ricos do que são. — Muitas vezes pessoas muito viciosas procuram por sinais exteriores de piedade fazer-se passar por santas, cobrem-se com o *manto de piedade*, para ocultar a sua *despravada conduta*. Fazem como as pessoas que têm mau hálito, que se perfumam com almíscar, ou como aquêles que, sendo feios por natureza, se enfeitam, a-fim-de deslumbrarem os outros e atraírem as suas atenções (S. Vic. Ferr.). Os antigos egípcios embalsamavam os cadáveres para impedirem que se decompusessem e cheirassem mal. Assim faz Satanás com os pecadores. Para fazer desaparecer o mau cheiro de seus vícios, embalsama-os com o perfume de virtudes fingidas para que se não note a sua morte. Reconhecem-se os hipócritas pela ostentação com que fazem todas as suas acções e pela sua *falta de caridade* para com o próximo. Para rezar colocam-se no sítio em que dão mais na vista, batem violentamente no peito, reviram os olhos, suspiram, afectam um andar arrastado, olhar abatido, semblante triste, fazem parte de todas as sociedades religiosas, consideram um crime não se confessarem em certos dias (mas não consideram crime ocultar pecados na confissão); trazem sempre na bôca fórmulas piedosas, etc. Por outro lado vivem em inimizade, falam mal do próximo, recusam-se a dar esmola e alimentam sentimentos de inveja aos seus semelhantes. Reconhecem-se tão facilmente como se reconhece pela linguagem um homem que dissimula a sua nacionalidade. «Os hipócritas são miseráveis mártires do demónio» (S. Bern.). O culto externo do hipócrita não tem fundamento algum, porque não sai da adoração interior. Os planetas e os cometas são corpos celestes brilhantes e que têm analogia entre si; os cometas, porém, desaparecem rapidamente, ao passo que os planetas brilham constantemente. O mesmo sucede com a pie-

dade e a hipocrisia (S. Fr. de S.). Os hipócritas tornam a religião ridícula, fazem-na detestar e afastam certas pessoas, bem inclinadas, das práticas religiosas (porque ninguém querer ser contado entre os hipócritas); não se livraro de um castigo bem merecido.

5. Devemos também evitar no nosso culto externo qualquer *exageração* e não descurar, no seu desempenho, os *deveres do nosso estado*.

Devemos evitar toda e qualquer *exageração* na nossa piedade, que deve ser isenta de toda a afectação. Não se é verdadeiramente piedoso por inclinar a cabeça, revirar os olhos e afectar tristeza; pelo contrário, a piedade é alegre (Sailer). O próximo deve sentir o encanto da habitação de Deus e da virtude numa alma (S. Fr. de S.). É também defeito variar demais os exercícios de devoção. Na piedade convém simplificar tudo. Uma curta oração, repetida cem vezes com instância, tem muitas vezes mais valor que cem orações diferentes (S. Fr. de S.). Sem embargo, é forçoso reconhecer que nisto há diversidade de espíritos, e não se deve censurar um, porque não segue o caminho dos outros. *Spiritus ubi vult et prout vult spirat.* — Para prestar a Deus o culto que lhe é devido, não se devem descurar os *deveres do próprio estado*. A melhor maneira de adorar a Deus consiste precisamente no fiel cumprimento dos deveres do nosso estado. «Aquêle que cumpre os deveres do seu estado, com zélo e por amor de Deus, é verdadeiramente piedoso e homem segundo o coração de Deus (S. Fr. de S.). A piedade que não se harmoniza com os deveres do estado é falsa. Como um líquido toma a forma do vaso em que o lançam, a piedade amolda-se a cada estado e a cada situação (S. Fr. de S.) (1).

4. Só a Deus devemos adorar, porque só ele é o soberano Senhor do céu e da terra.

Foi por isso que Jesus Cristo disse ao demónio que o tentava: «Escrito está: «Ao Senhor teu Deus adorarás e a ele só servirás» (S. Mat. IV, 10). Seria dar uma prova de menosprezo a um homem de elevada posição, se lhe voltasse costas para me ocupar antes de um homem de humilde

(1) Ver os deveres de estado no terceiro mandamento de Deus.

condição. Assim não nos é permitido consagrar todo o espírito e todos os pensamentos a uma criatura e descurar a Deus por ela: seria reconhecer um Deus estrangeiro (S. Bas.). Mas podemos honrar criaturas que reflectem as perfeições divinas: esta homenagem não é uma adoração e refere-se a Deus. A veneração dos santos é, pois, permitida.

2. A idolatria

Todo o homem sente a sua dependência de um ser superior e por conseguinte sente interiormente a necessidade de o adorar. Aquél que não adorar a Deus, logo cairá na adoração das criaturas ou, por outra, na idolatria. E aquél que não adorar a Deus segundo as prescrições e a doutrina da Igreja, adorá-lo-á logo de uma maneira insensata. — O culto de Deus nasce da fé; por conseguinte o culto que um homem pratica será tal qual fôr a sua fé. Se a crença é errónea, errado será o culto de Deus.

1. A idolatria consiste em adorar uma criatura que se tem por um Deus, por exemplo: a adoração do sol, do fogo, dos animais, das estátuas, etc.

Os hebreus tornaram-se muitas vezes réus de idolatria, adoraram o *bezerro de ouro* (Ex. XXXIII), a estátua de Nabucodonosor (Dan. III). Até soldados judeus, que combatiam às ordens de Judas Macabeu, tinham levado consigo presentes ofertados aos ídolos. A derrota foi o castigo desta acção e Judas Macabeu ofereceu sacrifícios numerosos pela salvação de suas almas (III Mac. XII, 40). Muitos cristãos se tornaram também réus de idolatria no tempo das perseguições, quando por temor do martírio ofereceram sacrifícios aos ídolos. A grande Revolução cometeu também o crime de idolatria, quando pôs nos altares a deusa Razão (10 nov. 1793).

Ainda em nossos dias são idólatras os **pagãos**.

Os pagãos confundem a glória da criatura com a do Criador (Rom. I, 23). Os povos da Ásia, entre os quais os corpos celestes brilham mais que entre nós, adoraram o sol, a lua, as estrelas; depois o fogo, fonte de luz, o vento

e a água (Sáb. XIII, 2). Os Egípcios dirigiram de preferência suas homenagens aos animais, quer úteis quer nocivos, aos gatos, ao gavião, ao crocodilo, mas particularmente ao boi Ápis, um touro negro com malha branca na fronte e outras malhas, e que vivia num templo. (Adoraram também as imagens destes animais). Os Romanos e os Gregos adoravam estátuas e imagens de falsos deuses. A fim de punir os pagãos que abandonaram o verdadeiro Deus, o Senhor permitiu que caíssem pela idolatria nos vícios mais abomináveis (Rom. I, 28). Representavam seus deuses como viciosos e até como protectores do vício. De um deles, Mercúrio, fizeram o protector dos ladrões; de outro, Baco, o protector dos ébrios; julgavam servir aquêles deuses, deixando-se cair naqueles vícios. A idolatria não foi mais do que o culto do demónio (I Cor. X, 20), porque o demónio era a alma dela, habitava naqueles falsos deuses e muitas vezes dêles pronunciava os seus oráculos. «Todos os deuses das gentes, diz David, são demónios» (Ps. XCV, 5). Que reconhecimento não devemos a Deus pela graça do Evangelho! Pondo-nos de pé ao Evangelho, na missa, testemunhamos a Deus a nossa gratidão. Ainda hoje, cerca de **800 milhões** de homens, mais de metade da humanidade, são ainda pagãos. São particularmente os habitantes da África, das Índias, da China e do Japão. Todos os anos o papa lhes envia numerosos missionários que os católicos devem sustentar com suas esmolas e orações. A Obra da Propagação da Fé e a da Santa Infância (esta última fundada com o fim especial de recolher as crianças expostas na China pelas ruas, de as educar e transformá-las mais tarde em apóstolos), são os melhores sustentáculos dos missionários.

2. A idolatria também consiste em dar-se o homem completamente a uma criatura.

Seria ridículo considerar idólatra àquele que queima diante dos ídolos dois grãos de incenso devidos só a Deus, e não àquele que consagrasse toda a sua vida ao mundo, em lugar de a consagrar a Deus (S. Bern. de S.). Os *avarentos* são os piores idólatras (Ef. V, 5), porque consagram todos os seus pensamentos, as suas acções, a sua saíde, a Mamon, aos bens da terra. A avareza é idolatria (Coloss. III, 5).

Esta idolatria professam-na todos os homens que

estão engolfados nas paixões terrenas, particularmente os *avarentos*, os *orgulhosos*, os *intemperantes*, os *impudicos*.

O que cada um ama, é o seu Deus (S. Agost.). O Deus dos *avarentos* é o dinheiro (Os. VIII, 4); o dos *orgulhosos* é a honra; o dos *intemperantes* é o ventre (Fil. III, 19); o dos *impudicos* é o seu corpo (I Cor. VI, 25). A *avareza*, a *vaidade* e a *voluptuosidade* são a trindade dos mundanos (Meh.). Os pais que amam desmedidamente seus filhos são também idólatras (Sáb. XIV, 15).

3. A idolatria é um crime de lesa-majestade divina.

A idolatria é o mais grave de todos os pecados (S. T. de Aq.). Aquél que dêle se tornava réu entre os hebreus era condenado à morte (Ex. XXII, 20). 23.000 Judeus foram condenados à morte por ordem de Deus, porque haviam adorado ídolos (Ib. XXXII, 28). A idolatria é o maior crime que se pode cometer sobre a terra (Tert.), é o primeiro e o maior dos vícios (S. Greg. de Nissa). Aquél que é idólatra é amaldiçoado por Deus (Deut. XXVII, 15), quere dizer: cairá na **miséria**; é o triste estado dos povos pagãos, que chegaram a ser *antropógrafos*. A idolatria tornou infeliz a sorte dos soldados de Judas Macabeu, que tinham roubado uma parte dos presentes oferecidos aos falsos deuses. Os idólatras, os *impudicos*, os *ébrios*, os *avarentos*, etc., **não possuirão o reino de Deus** (1) (I Cor. VI, 10).

3. O falso culto de Deus

1. Por falso culto entende-se a superstição, a adivinhação, o espiritismo e a magia.

1. A **superstição** consiste em atribuir a criaturas um poder superior ao que elas têm por natureza ou que obtêm pelas bênçãos da Igreja.

A superstição é a falsa imitação da religião verdadeira

(1) Para as consequências do amor sensual ver pág. 28.

(Conc. Trid. Sess. XXII). O supersticioso espera a eficácia salutar dos exercícios de devoção, não pelos meios estabelecidos por Jesus Cristo para dar a graça, mas sim pelo emprego de coisas ou circunstâncias caprichosamente excogitadas, as quais nem por si nem por disposição divina têm o poder que se lhes atribui. Há ervas que têm a propriedade natural de acalmar a dor ou curar enfermidades; mas se uma pessoa acreditar, por exemplo, que o trevo de quatro fôlhas assegura o êxito feliz de uma emprêsa, isso já é superstição. A água benta alcança-nos o auxílio divino nos perigos, não por sua propriedade natural, mas pela oração da Igreja. Acreditar, pois, que certos papelinhos com orações têm a virtude de livrar de ladrões, de incêndios ou naufrágios, etc., é superstição. — A superstição é de origem pagã. Entre os Romanos, os arúspices sondavam a vontade dos deuses pelo exame das entranhas das vítimas que lhes eram sacrificadas. Os gregos consultavam o oráculo de Delfos. Ali uma sacerdotisa estava sentada sobre uma trípode colocada sobre uma fenda da terra, da qual saíam vapores; uma vez aturdida com aqueles vapores, e no seu estado inconsciente, fazia ouvir alguns sons que eram depois interpretados. Da época do paganismo ficaram-nos até hoje numerosos costumes pagãos supersticiosos, por exemplo, os fogos acenos nas montanhas, na vigília de S. João (1), para afastar as catástrofes. Certas pessoas consideram as crianças nascidas ao domingo como predestinadas à felicidade, as emprêas da sexta-feira como portadoras de infelicidade; obrigam as crianças a trazer cintos vermelhos, destinados a preservá-las dos sortilégios. Outros insensatos pretendem que o trevo de 4 fôlhas, ou a corda de enforcado, trazendo-os consigo, dão felicidade. Numa cidade protestante da Alemanha (Francoforte-do-Meno) recusaram-se em muitas ruas a deixar pôr o n.º 13 nas casas; a câmara municipal viu-se obrigada a saltar este número. Este género de superstição refere-se às coisas naturais. Mas sucede também que certas pessoas atribuem a objectos religiosos uma virtude maior do que a que em verdade têm; creem que uma vela benta, acesa durante a tempestade, preserva infalivelmente e por si mesma (2) do raio, que a recitação de certas orações livra de morrer afogado ou queimado. Esta superstição só cede à instrução raciocinada ou

(1) Esta festa corresponde pouco mais ou menos ao solstício do verão, ao qual os pagãos ligavam particular importância.

(2) É nisto que está a superstição, porque não é supersticioso ter confiança na oração da Igreja.

à mofa. — Ao contrário, não se é supersticioso quando se empregam ou se trazem **objectos benditos pela Igreja** e que por isso têm uma virtude sobrenatural, embora não infalível. Por conseguinte, trazer consigo uma cruz benta, um têrço, uma relíquia, servir-se de água benta para obter de Deus a libertação de certos males, não é superstição. — Há pessoas que acusam a Igreja de *provocar a superstição*; acusação absurda, porque é precisamente a Igreja que a combate. Basta considerar o grande número de superstições que desapareceram com a introdução do Cristianismo. Os que põem em relêvo a crença do povo nessas superstições ridículas (amuletos, fôlhas com orações, e outras coisas parecidas) notem bem que não é a Igreja, mas os seus inimigos, quem fomenta semelhantes práticas cheias de absurdos. É ridículo dizer que os sacerdotes católicos espalham entre o povo tais superstições, que constituem um agravo contra a nossa santa religião. Além da gente simples, são precisamente os *espíritos fortes* que são supersticiosos. A incredulidade e a superstição caminham ordinariamente a par.

A superstição produziu, no fim da Idade média, os chamados **processos de feiticeiras**.

A guerra dos trinta anos, começada pelos protestantes em 1618, deu origem a inumeráveis desgraças na Alemanha; e o povo, no meio da sua desesperação, deu em atribuir os males que sofria a certas pessoas, às quais atribuía parte com o demónio e um poder para produzir tôda a sorte de desditas, de guerras, enfermidades, incêndios, esterilidade nos campos, tormentas, etc. A essas pessoas deu o nome de feiticeiras. E as autoridades civis foram tão insensatas que estabeleceram *inquisidores* e espías por tôda a parte, a fim de perseguir as tais feiticeiras. O desgraçado que tinha um inimigo ou se singularizava pela sua devoção, era logo acusado de feitiçaria; se negava, era submetido a tormentos desumanos para lhe arrancarem a confissão. Eram torturados em postes, até lhes estalarem os ossos, suspendiam-nos com pesos no pé, aplicavam-lhes aos pés ou às costas fachos acesos, etc., até que os desgraçados confessavam por fim, as mais das vezes para se libertarem dos tormentos; e, com fundamento nesta confissão forçada, eram então condenados às fogueiras e à confiscação dos bens. As mais das vezes foram mulheres as desgraçadas vítimas desta superstição, que causou imensos estragos, tanto nos países católicos como nos protestantes. Na cidade

protestante de Wolfenbütel chegaram a formar um verdadeiro bosque de postes, amarradas aos quais tinham sido queimadas outras tantas feiticeiras; e assim se chamou àquele lugar o bosque das feiticeiras (Hexenwald). Os primeiros que levantaram livremente a sua voz para protestar contra estas atrocidades, foram os jesuítas: o célebre moralista Padre Adam Tanner, e sobretudo o Padre Frederico Van Spee († em Tréveris, em 1635) que assistiu como sacerdote e ajudou a bem morrer a mais de 200 daquelas infelizes. Convencido da sua inocência, publicou um escrito em sua defesa e mandou-o ao imperador Fernando e aos príncipes eletores. O eleitor de Mogúncia proibiu logo os processos de feitiçaria em seus estados, e pouco a pouco o seu exemplo foi seguido pelos demais eletores. — Como se vê, tais excessos nada tinham que ver com a religião nem com a Igreja. Antes foi ela que inspirou os que puseram obstáculo a estes efeitos da ignorância e malícia dos homens, e em especial daqueles que, em virtude do seu cargo, estavam obrigados a reprimir estes bárbaros processos.

2. A **adivinhação** consiste em perscrutar o futuro e procurar conhecer as coisas ocultas por meios que não são aptos para darem essas indicações.

Os pagãos praticavam a *astrologia*. Prediziam a sorte dos homens segundo o curso dos astros; ainda em nossos dias, pessoas de espírito acanhado pretendem que o aparecimento de um cometa é preságio de guerra, de fome e de outros males. Os áugures romanos deduziam o futuro do grito das *aves* ou da voracidade dos pintaínhos sagrados. Ainda hoje há cristãos que mandam *deitar as cartas*: segundo o que relatam os jornais, há em Berlim, em Paris e noutras grandes cidades centenas de *deitadeiras de cartas*, que são recebidas nas casas principais. Outros interpretam os sonhos segundo certos livros (oráculos), estudam as linhas da mão e procuram ler o futuro nas combinações de números, de sinais e de diferentes acontecimentos. (Espirrar muito cedo significa um presente; o latir de um cão, a morte de um vizinho; o parar de um relógio, a morte de um parente; o voar de um mocho sobre uma casa, a de um membro da família). O entornar o sal, sentarem-se treze à mesa, começar alguma coisa à terça ou à sexta-feira, são outros tantos agouros estúpidos, correntes entre pessoas de pouco senso. A adivinhação pertencem também as previsões da *lotaria*. Os jogadores de

lotaria têm para cada coisa e para cada acontecimento um número sonhado, que designa o bilhete que devem tomar. Houve em Roma um tremor de terra no dia 1 de novembro de 1895; imediatamente se colocou um milhão de liras sobre o número 11 (número do tremor de terra), sobre o 90 (número do grande terror), sobre o 1 (por causa do 1 de novembro), sobre 4 e 38 (por causa das 4 horas e 38 minutos); nenhum destes números saiu! E aí estão coisas que sucederam no século XIX, em pleno século das luzes! — Ao contrário, não há pecado de adivinhação quando se deduz o tempo provável de certos sinais do sol, do vento, das nuvens, dos animais (aves, rãs, peixes, aranhas). — S. Ambrósio diz dos adivinhos: «Ignoram o seu próprio futuro e pretendem saber o dos outros. Aquél que lhes presta fé é um insensato». Filipe, Rei de França, mostrava-nos a pouca confiança que merecem os adivinhos. Haviam-lhe predito que morreria se destruísse certa imagem; e ele mandou-a buscar e atirou-a ao fogo. Claro está que continuou a gozar boa saúde, e os crédulos ficaram desenganados.

3. O **espiritismo** consiste em evocar os espíritos com o fim de conhecer as coisas ocultas ⁽¹⁾.

Os espiritistas oferecem-se aos espíritos como instrumentos (médium); querem que o espírito desconhecido (demónio) se sirva da sua mão ou da sua linguagem, para se fazer compreender por certas manifestações, tais como o dar pancadinhas, escrever, etc. É um crime fazer-se instruir pelo demónio, quando se têm as Sagradas Escrituras, isto é, a palavra de Deus, para isso (S. T. de Aq.). Ninguém deve interrogar os espíritos, porque isto desagrada ao Senhor (Deut. XVIII, 11). Cuida-se desculpar os espiritistas, dizendo que a-pesar-disso são cristãos, invocam freqüentes vezes o nome de Deus e rezam-lhe. «É justamente por essa razão que eu os (invocadores de espíritos) aborreço e os detesto, porque abusam do nome de Deus e o desonram e chamam-se cristãos, fazendo obras de pagãos» (S. Cris.).

4. A **magia** consiste em fazer intervir os espíritos para produzirem coisas miraculosas.

É um facto inegável que, especialmente entre os pagãos, houve pessoas que, com o auxílio do demónio, fize-

(1) Ver na 1.^a parte o capítulo dos Anjos.

ram coisas extraordinárias. No Egípto houve, ao tempo de Moisés, magos que imitaram os seus milagres (Ex. VII). Ao tempo dos Apóstolos vivia na Samaria Simão Mago, que deslumbrava a multidão com os seus artifícios (Act. Ap. VIII, 10). O Anticristo deve também, com o auxílio do espírito mau, obrar muitos milagres aparentes (II Tess. II, 8). — Não se devem contar como magos os *prestidigitadores*, que excitam a admiração pela sua destreza e habilidade.

2. A superstição cega o homem e leva-o a loucuras.

As pessoas supersticiosas tornam-se **medrosas** e **co-bardes**, assustam-se a cada instante: assusta-as o latir de um cão, o zoar dos ouvidos, o encontro de uma vélha; perdem *toda a energia* quando os seus sinais anunciam desgraça e ficam consternadas quando reconhecem que os sinais de esperança os iludiram. Estes presságios tornam-nos às vezes **impiedosos** para com o seu semelhante; estão muito *prontos* para pensar mal do próximo, recusam-se a fazer bem a certas pessoas e em certos dias, porque cuidam comprometer a sua felicidade. — A seguinte história mostrará como os supersticiosos facilmente se deixam enganar pelos sinais precursores. Um médico suplicou instantemente a uma senhora muito doente que recebesse os últimos sacramentos. Já estava resolvida a isso, quando de repente ouviu o canto do cuco. «Viverei ainda doze anos, exclamou, porque o cuco cantou 12 vezes», e não quis mais ouvir falar de reconciliação com Deus; mas o seu estado piorou e poucas horas depois estava morta. — A superstição desagrada a Deus. Extirparei, diz êle, do meio do meu povo a alma que se dirigir aos adivinhos e aos magos (Levít. XX, 6). «Aborreceis, diz David a Deus, aos que observam coisas vãs» (Ps. XXX, 7). Aquêle que põe sua confiança em coisas vãs ou em maus espíritos, atribui-lhes um poder superior ao de Deus. Negá por consequente as perfeições de Deus: a sua santidade, a sua omnipotência, a sua sabedoria, etc. Deus **castiga muito severamente** a superstição. Ocozias, rei de Israel, enviou mensageiros a Acaron, para pedir a Beelzebut que o curasse. O profeta Elias encontrou os mensageiros e disse-lhes: «Ide e tornai para o vosso rei que vos mandou e lhe dizei: Eis aqui o que diz o Senhor: Acaso porque não há um Deus em Israel, mandas a consultar a Beelzebut? Pois por

isso te não levantarás tu da cama em que jazes, mas certíssimamente morrerás». Ocozias, com efeito, morreu pouco depois (IV Reis, 1). É uma vergonha para cristãos renovar com o demónio o pacto desfeito por Cristo no baptismo (S. Efrém).

Peca-se contra o 1.º Mandamento de Deus:

1.º Quando se **descura a oração**.

Os pagãos tinham os seus deuses lares, saúdavam-nos sob os pórticos dos palácios, como sobre o limiar das choupanas, e vêem-se católicos que conhecem o verdadeiro Deus e que lhe recusam as suas homenagens quotidianas (Carta circ. dos bispos austríacos 1901). Os discípulos de Maomet não deixariam, ao soar o toque da oração, de ajoelhar mesmo em plena rua, mas os católicos, que se pretendem iluminados, colocam-se acima de tôda a prática da oração. Desgraçadas as famílias de onde desapareceu a oração em comum!!!

2.º Quando se **persegue a religião**, quer por discursos contra a fé, quer pela publicação ou protecção⁽¹⁾ de jornais ou de livros irreligiosos, ou ainda pela participação em sociedades anti-católicas;

3. quando se pratica a *idolatria* ou o homem se deixa absorver pelas coisas da terra;

4. quando se é supersticioso;

5. quando se pratica a adivinhação ou se manda ler a sina;

6. quando se evocam os espíritos para conhecer as coisas ocultas ou realizar prodígios.

4. O culto dos santos

Chamamos **santos** todos aquêles que morreram em estado de graça e que por conseguinte estão no céu, mas particularmente aquêles que a igreja canonizou.

(1) Com subsídio, ou assinatura ou propaganda.

A canonização, por si, não tem o poder de introduzir ninguém no céu: é a declaração solene do papa, em nome da Igreja, de que tal ou tal pessoa (após um inquérito feito a toda a sua vida) *viveu santamente*, e de que (segundo os milagres provados, operados por ela) *está no céu e deve ser venerada* pela Igreja Católica. A canonização é sempre precedida da beatificação, que permite o culto para uma parte da Igreja, ao passo que a canonização é para toda a Igreja. O inquérito sobre a vida e os milagres das pessoas propostas para a canonização é excessivamente severo; é feito por um júri composto de cardiais, advogados, médicos, sábios, e não pode realizar-se senão 50 anos depois da morte do servo de Deus (cân. 2101). — Devido ao seu número, à diferença do seu esplendor e a uma vida mais celeste do que terrestre, os santos podem ser comparados às estrélas; às pedras preciosas, por serem raros no género humano e preciosos aos olhos de Deus; às ovelhas, porque se sacrificaram por caridade pelos seus semelhantes; a ciprestes cuja madeira nunca apodrece, porque evitaram a corrupção do pecado; a cedros do Líbano pela sua grande perfeição; ao lírio oloroso, porque as suas virtudes se exalam como perfume entre os homens (S. T. de Aq.); à bigorna que resiste aos golpes do malho, porque permaneceram invariavelmente firmes, a-pesar dos golpes da sorte (S. Efr.), ao paraíso terrestre que era banhado por quatro rios, porque eles possuíam as quatro virtudes cardiais (S. Isid.); são as colunas da Igreja, porque a sustentam com suas orações (S. Cris.); são para a Igreja o que as torres são para as cidades, dão-lhe magnificência e realce.

A Igreja deseja que veneremos *pùblicamente* os santos *canonizados* por ela.

A Igreja sabe que o culto dos santos nos é bom e útil (Conc. de Tr. 25); aproveita portanto todas as ocasiões para nos excitar a elle; na recepção do baptismo, dá a cada um dos novos membros da Igreja o nome de um santo, assim como na confirmação; em cada dia do ano recorda-nos no seu ofício um ou mais santos; expõe nas suas igrejas as *imagens* dos santos e invoca-os nos seus ofícios (missa, ladeiras, etc.).

1. Nós honramos os santos, porque são os amigos de Deus, príncipes do céu e nossos

bemfeiteiros; além disso, porque esta homenagem nos obtém graças numerosas de Deus.

Honramos os santos, porque êles serão eternamente **os amigos** e servos de Deus. Aquêle que honra um *Chefe de Estado*, honra também *os seus servos*, os seus ministros, os seus representantes, etc. Honramos os servos, porque esta honra se reflecte no senhor (S. Jer.), e é êste o motivo da nossa veneração pelos amigos e servos de Deus. Tôda a alma nobre gosta que seus amigos sejam estimados e sente-se ferida se são desprezados; com mais forte razão, Deus gosta que veneremos aquêles que o *amaram mais que tudo* sobre a terra (S. Af.). Durante a sua vida, fugiram os santos das honras, foram desprezados, injuriados e perseguidos pelos maus e ímpios; Deus quere portanto que *as suas virtudes resplandeçam em todo o brilho* e que sejam venerados de tôda a cristandade (Cochem). Deus quere também que os fiéis de ordem inferior obtenham a salvação eterna por intermédio dos de ordem superior (S. T. de Aq.). Deus honra, aliás, êle próprio os seus santos; opera prodígios por intercessão dêles e castiga muitas vezes de modo evidente os que os motejam. Jesus Cristo mesmo diz: «Se alguém me servir, meu Pai o honrará», (S. Jo. XII, 26). — Nós honramos os santos **por causa do lugar de honra que ocupam no céu**. Se já prestamos tantas honras aos soberanos pelos quais Deus governa a terra, como não devemos prestá-las maiores aos espíritos celestes de que êle se serve para dirigir a sua Igreja, e povos inteiros, assim como para salvar os homens, e que portanto excedem muito em dignidade os reis! (Cat. Rom.). A maior parte dos santos **foram benemeritos da humanidade**. Uns extirparam o paganismo nas nossas terras (como S. Martinho, nas Gálias, S. Bonifácio, na Alemanha); outros conservaram-nos a fé (S. Inácio de Loiola com a fundação da Companhia de Jesus) ou escreveram livros de grande valor (por exemplo S. Agostinho e S. Fr. de S.). Muitas vezes Deus perdoa aos homens em atenção aos santos: Sodoma teria sido poupança se lá se houvessem encontrado 10 justos (Gén. XVIII, 32). Deus abençoou tôda a casa de Putifar, por causa de José (Gén., XXXIX, 5). Deixou o reino a Salomão, a-pesar da sua perversão, por causa dos merecimentos de David (III Reis, XI, 12); e os dias da grande tribulação que há-de preceder o juízo final serão abreviados por causa dos eleitos (S. Mat. XXIV, 22). Os santos oram a Deus

depois de mortos pelos seus parentes e povos. O profeta Jeremias, depois de morto, não cessou de pedir pelo povo judeu e pela cidade santa (II Mac. XV, 14). Os santos do céu e os cristãos na terra são membros do mesmo corpo; quando um membro sofre, todos os outros sofrem com él e amparam-se mútuamente, e é por isso que os santos do céu nos sustêm com suas orações (S. Boav.). Prestam-se grandes honras aos homens que *se votaram ao bem dos seus contemporâneos*; elevam-se-lhes estátuas, celebram-se seus merecimentos em discursos e cantos, dão-se os seus nomes a instituições, a cidades, a montanhas e ruas. Faraó encheu de honras a José pelos serviços prestados ao Egito, e os santos foram ainda maiores bemfeiteiros da humanidade. Honrariamoſ de certo aquêle que nos salvasse de um naufrágio; com maior razão devemos honrar aquêles que suportaram tantas penas para nos salvar da morte eterna.

O culto dos santos é soberanamente **útil**, porque por meio d'ele alcançamoſ de Deus muitas graças.

O culto dos santos é-nos sobremaneira proveitoso (Conc. Tr. 25); obtém-nos numerosos benefícios de Deus e sobretudo o *pronto despacho* de nossas orações. Quando se deseja um favor de um soberano da terra, recebe-se com mais segurança e prontidão por intermédio de um dos seus ministros. Assim é com Deus; e quantos mais intercessores tivermoſ, melhor, porque talvez conceda a muitos santos o que recusaria a um só; assim como um abade não recusará facilmente um pedido que lhe seja feito por todos os religiosos da abadia (Did. N.). Os mendigos de uma cidade mendigam seu pão de rua em rua; assim nós devemos na cidade celeste passar ora pela rua dos apóstolos, ora pela dos mártires, ora pela das virgens, ora pela dos confessores, para mendigar a sua intercessão junto de Deus (S. Boav.).

2. Honramos os Santos, *pedindo-lhes* a sua intercessão junto de Deus, celebrando anualmente a sua *festa*, venerando as suas imagens e relíquias e usando os seus nomes, pon-

do negócios importantes sob a sua protecção, louvando seus merecimentos em *discursos* e *cânticos*. Mas a melhor maneira de honrar os santos consiste na *imitação* das suas virtudes.

Devemos ser um dia *companheiros* dos santos no céu, estamos portanto unidos a êles por um amor recíproco, pertencemos à *mesma grande família*, à comunhão dos santos (1); êles interessam-se por nós, sobretudo se os **invocamos**, isto é, se lhes pedimos que intercedam por nós junto de Deus. Com esta invocação reconhecemos o poder de suas orações; ela é, portanto, ao mesmo tempo a expressão do nosso respeito. — Celebramos a **festa** dos santos. Os primeiros cristãos já notavam com cuidado o *dia* da morte dos seus mártires, a-fim-de poder festejá-lo todos os anos (S. Cip.). O mundo celebra os jubileus de acontecimentos importantes; porque o não havia de fazer a Igreja? Contudo a maior parte das festas dos santos são celebradas sem solemnidade, algumas apenas são dias santos. — Veneramos os retratos de nossos pais, os dos soberanos e homens notáveis; gostamos de possuir uma recordação dos membros da nossa família, conservam-se com respeito objectos que pertenceram a homens célebres (armas de heróis, a pena de um escritor, etc.); os franceses têm até, em Paris, um templo, um Panteão, onde sepultam os seus grandes homens; maior razão há para que esta veneração se preste às **imagens** e às **reliquias** dos santos. — Gosta-se de dar a cidades, ruas e instituições o **nome** de homens célebres; é, pois, de todo o ponto justo, que nós tomemos o nome de um santo, no baptismo, na confirmação ou ao entrar numa ordem religiosa. — No mundo põe-se habitualmente uma emprêsa importante sob a protecção de um grande personagem; e é assim que os cristãos põem as suas igrejas, os seus altares, as suas cidades e nações sob a dos santos, que se chamam então «**padroeiros**». — No mundo pronuncia-se o elogio dos homens célebres, compõem-se cânticos em sua honra: o mesmo faz a Igreja com os santos, celebra a sua memória em panegíricos e hinos. — Mas o mais importante é **imitar** os santos. «Honrar os santos sem os imitar, é lisonjeá-los de modo mentiroso» (S. Agost.). A

(1) Ver na primeira parte.

leitura da vida dos santos é uma perfeita maneira de os honrar, se a lêmos com o desejo de os tomar para modelos.

3. O culto dos santos não é uma diminuição do culto devido a Deus, porque não honramos os santos senão *por causa de Deus*; não os honramos *como Deus*, mas como servos de Deus.

Honrando os santos não diminuimos nada o culto de adoração que devemos a Deus. Quem ousaria pretender que o respeito devido ao soberano seria diminuído pelo que se concedesse a sua mãe, a seus filhos, aos seus amigos ou fiéis servos? Ao contrário, com êle só aumentaria (S. Jer.). Tão pouco é diminuição da adoração de Deus a veneração dos santos, como o amor do próximo não é diminuição da caridade; uma robustece-se com a outra (S. Jer.). Nós honramos os santos **por Deus**, porque são a imagem da sua santidade, e assim como veneramos a imagem do soberano porque ela é a semelhança d'ele, assim veneramos os santos, porque êles são a fiel imagem de Deus. A veneração dos santos é como o amor do próximo: nós não amamos o próximo senão porque êle é imagem e filho de Deus, não o amamos, pois, por si mesmo, mas por Deus (S. Jer.). Honramos ainda os santos porque êles foram instrumentos de Deus para realizar acções novas e extraordinárias (S. Bern.). Não podemos sequer honrar os santos por si mesmos; o merecimento de suas acções é de Deus, porque foi êle que os ajudou a praticá-las. Não é do pincel o merecimento do quadro, nem da pena o de uma bela caligrafia, nem da língua o de um belo discurso. Deus é portanto admirável e o único admirável nos seus santos (S. Bern.). É por isso que a Santíssima Virgem não diz: «Eu fiz grandes coisas» mas: «O omnipotente fez grandes coisas em mim» (S. Luc. I, 48). Por isso o desprezo dos santos é dirigido a Deus, como o culto que se lhes presta: Jesus Cristo considera o desprezo dos Apóstolos como dirigido contra êle próprio (S. Luc. X, 10), e um acto de dureza para com o próximo como cometido contra êle mesmo (S. Mat. XXV, 40). Com maior razão deve Deus sentir o desprezo dos santos, porque os ama muito mais que todos os homens sobre a terra. «Aquele que honra os santos honra o próprio Jesus Cristo, e aquele que os despreza, despreza a Jesus Cristo» (S. Ambr.). O culto dos santos não é, pois, uma diminuição da honra de Deus. Pensaria alguém que é diminuição da honra devida

a César, a homenagem que se tributa a sua mãe, a seus filhos, a seus amigos e servidores? Ao contrário dá-se-lhe assim muito mais honra (S. Jer.). O culto dos santos está tão longe de ser diminuição da honra de Deus, como o amor do próximo está longe de minguar o amor de Deus, por cuja causa amamos os homens. Há ainda outra razão para que o culto dos santos não seja injúria feita a Deus: as homenagens que lhes prestamos são **absolutamente diferentes** das que prestamos a Deus.

4. O culto dos santos **não é adoração (latrícia)**, propriamente dita.

Adoramos a Deus com adoração estrita ou *latrícia*, aos santos não; pois sabemos que entre Deus e os santos há uma distância infinita, porque os santos, que nos são superiores em dignidade, não são contudo senão *criaturas* como nós. Nós testemunhamos simplesmente aos santos uma *veneração* igual à que se tem na terra a homens de alto merecimento ou à que temos por *piadosos servos de Deus* neste mundo, mas é tanto mais profunda por ser dirigida a santos que entraram como vencedores na vida eterna (S. Agost.). Os santos, ademais disso, recusam a adoração: quando Tobias e sua família ajoelharam diante do Arcanjo Rafael, este disse-lhes: «Bemdizei a Deus e cantai seus louvores!» (Tob. XII, 18). Quando S. João Evangelista se lançou aos pés do Anjo, este disse-lhe: «Não faças tal; adora a Deus» (Apoc. XIX, 10). Quando ajoelhamos sobre os túmulos ou diante das imagens dos santos, isso é tanto adorá-los como é adorar o seu senhor quando um servo ajoelha diante dêle para obter um favor. Quando mandamos dizer missas em honra dos santos ou lhes consagramos igrejas e altares, só a Deus nos dirigimos, e pedimos aos santos que nos ajudem com suas orações a obter dêle as graças que solicitamos com aquela missa, naquela igreja e sobre aquêle altar; ou agradecemos a Deus por ter conduzido tão admiravelmente os seus santos à santidade. *Por isso o culto dos santos não é idolatria.* — A veneração dos santos também não é um acto de desconfiança para com Jesus Cristo nosso mediador; é antes um sinal de desconfiança de nós mesmos, um sinal de *humildade*. Não ousando, atenta a nossa indignidade, dirigir-nos nós mesmos a Jesus Cristo, recorremos a um intercessor, cujas orações são mais poderosas que as nossas.

5. É útil invocar, nas diferentes circunstâncias da vida, santos especiais.

Esta utilidade prova-se com factos. Para obter uma boa morte, recorremos a S. José (porque morreu assistido de Jesus e Maria); invocamo-lo também nas necessidades materiais (foi él o primeiro agenciador do sustento do Menino Jesus); contra o perigo de incêndio, a S. Floriano (que morreu afogado, pela sua fé); invoca-se S. Brás (que curou miraculosamente uma criança doente da garganta) nas doenças da garganta; Santa Odila (que recobrou a vista depois do seu baptismo) para as doenças de olhos (1); S. Roque (que cuidou e curou empestados) contra a peste; S. João Nepomuceno (que morreu mártir do segredo da confissão) quando somos vítimas de calúnias; Santo António de Lisboa (a quem haviam roubado uma obra manuscrita e cujas orações obtiveram que o remorso obrigasse o ladrão a restituir o objecto roubado) para achar as coisas perdidas, etc. Parece que Deus concedeu a certos santos um poder especial para socorrer certas necessidades (S. T. de Aq.). — Pode-se concluir de certas orações milagrosamente atendidas que os santos se interessam particularmente pelas pessoas que se encontram numa situação semelhante à dêles, nos lugares onde viveram ou no estado que professaram.

Em muitas partes se encontra a veneração dos chamados **catorze santos protectores**, culto antiquíssimo que se refere aos santos mais célebres da antigüidade cristã.

Neste número se compreendem santos de diferentes idades e estados, que já foram muito honrados nos primeiros séculos, e mais adiante invocados como protectores por diferentes classes de pessoas e em determinadas circunstâncias. Entre êsses santos estão as virgens Santa Bárbara, S. Catarina e S. Margarida, o menino S. Vito, o mancebo S. Jorge, os dois bispos S. Dionísio Areopagita e S. Brás. Exceptuando o santo abade Egidio (S. Gil), que foi ateniense e viveu cerca do ano 700, todos os outros são mártires. Invocamos (como nas ladaínhas) muitos santos duma vez por-

(1) Entre nós para as doenças de olhos é de uso invocar Santa Luzia, naturalmente por causa do nome, que deriva de «luz».

que alcançamos assim maior auxílio, e invocam-se também estes catorze, pelo caráter sagrado deste número, como nas catorze estações da *Via Sacra*. O Papa favoreceu esta devoção, pois declarou basílica pontifícia, em 1898, a Igreja dos catorze santos, em Oberfranken (Baviera).

5. O culto especial da Mãe de Deus

Deus esboçara no Antigo Testamento a formosura e excelência da Santíssima Virgem em muitas *figuras*. Estas figuras eram, por exemplo: a árvore da vida no paraíso terrestre, que devia comunicar a vida aos homens; a arca que devia salvar o género humano do dilúvio; a arca da aliança que continha o maná; o templo de Jerusalém, que resplandecia de alvura no exterior e brilhava de ouro fino no interior (Maria era pura de tódas a mancha e cheia de amor divino); Judit que matou Holofernes, o inimigo jurado do seu povo; a rainha Ester dispensada das leis comuns (Maria foi isenta do pecado original) e que por sua mediação salvou o seu próprio povo do exílio; a mãe dos sete irmãos Macabeus, que assistiu à morte dos seus 7 filhos e que (como Maria) teve o coração trespassado de 7 setas. — Os Santos Evangelistas contam-nos pouco da vida da Santíssima Virgem; em algumas revelações particulares, como nas de Santa Brígida e nas visões de Catarina Emerich (redigidas por Brentano), lêem-se muitas informações interessantes sobre a Mãe de Deus.

Chamamos ordinariamente a Maria, Mãe de Cristo, **Mãe de Deus ou Santíssima Virgem**.

Já Santa Isabel chamava a Maria «**Mãe de Deus**» (S. Luc. I, 43), e o concílio de Éfeso (431) confirmou o título de Mãe de Deus (*Deípara ou Theotócos*), contra a heresia de Nestório, o qual ensinava que Maria era só Mãe de Cristo (supondo que havia em Cristo uma pessoa humana, além da divina). Maria com efeito deu à luz aquelle que é Deus e homem numa só pessoa. A criança não recebe da mãe a alma, mas sim de Deus, e contudo chama-se mãe àquela que dá à luz a criança; assim chamamos com razão a Maria Mãe de Deus, embora não tenha dado a divindade a seu Filho. — Com razão se chama a Maria «**Santíssima Virgem**». As palavras que disse ao anjo pro-

vam a sua resolução de ficar sempre virgem (S. Luc. I, 34), e o profeta Isaías havia já predito que o Salvador nasceria de uma Virgem (Is. VII, 14). É o título que lhe dá o símbolo dos Apóstolos. «Maria concebeu a Jesus Cristo como virgem; deu à luz como virgem e ficou virgem» (S. Agost.). Assim como a sarça ardente não foi destruída pelo fogo, a virgindade de Maria não foi lesada pelo nascimento de Cristo; como Jesus Cristo apareceu entre os Apóstolos embora estivessem fechadas as portas, assim também veio ao mundo sem lesar a virgindade de sua Mãe (S. Agost.). É semelhante ao raio de sol que atravessa o cristal sem o quebrar (S. Agost.); este cristal representa Maria; ela é a janela do céu por onde Deus deixou brilhar a verdadeira luz (S. Cris.). Maria é a virgem das virgens (Lad. laur.). — Os *irmãos* de Jesus Cristo (S. Mat. XIII, 55) são os parentes de Cristo. Os judeus chamam aos parentes irmãos; é por isso que Abraão chamava a seu sobrinho Lot, irmão (Gén. XIII, 8). Porque recomendaria Jesus Cristo na cruz a S. João sua Mãe, se ela tivesse tido outros filhos que poderiam cuidar dela? (S. Cris.). Jesus Cristo foi chamado *primogénito*, isto é, aquêle que segundo a lei judaica (En. XIII, 2) devia ser consagrado a Deus. Jesus Cristo foi verdadeiramente o primogénito entre seus irmãos, os cristãos (Rom. VIII, 28). Maria tem ainda muitos outros filhos além do seu primogénito: somos nós todos (S. Af.). Maria só desposou José por ordem de Deus, para não ser lapidada e para ter alguém que cuidasse dela e do divino Infante! (S. Jer.). Submeteu-se à cerimónia da purificação no Templo (2 de fevereiro) como Jesus Cristo à circuncisão, ainda que nem um nem outro estivessem compreendidos na lei. Maria é uma palavra hebraica que quere dizer *senhora* ou *sobrevana* (S. Pedro Cris., S. Jo. Dam.). Maria quere também dizer *iluminada* ou *iluminadora* (S. Bern., S. Boav.).

Honramos a Maria, Mãe de Deus, com um culto superior ao dos outros santos.

Maria foi já muito venerada durante a vida, como pelo anjo na *Anunciação da incarnaçāo*: êle chamou-lhe *cheia de graça e bemdita entre todas as mulheres* (S. Luc. I, 26). Grande honra para um homem é o poder oferecer suas homenagens a um anjo que lhe aparece; na *Anunciação* não é o homem que saúda o anjo, mas o anjo que saúda

o homem. Segue-se que Maria era uma criatura superior ao anjo (S. T. de Aq.). Maria não recebeu menos honra de *Santa Isabel*; esta chamou-lhe *bem-aventurada* e *Mãe de Deus* (ibid. 42). Maria mesmo tem pressentimento das honras de que era objecto: «Tôdas as gerações, diz ela, me chamarão *bem-aventurada*» (ibid. 48). A Igreja exorta-nos vivamente a êste culto especial, porque raras vezes recita o *Padre nosso* sem lhe ajuntar a *Avé Maria*; manda *tocar três vezes* por dia às *Avé Marias* para nos recordar a anunciação da Incarnação e o culto devido a Maria; instituiu festas em sua honra; manda rezar nos ofícios públicos as *Ladainhas de Nossa Senhora*; consagra-lhe dois meses, o mês de maio, o mais belo do ano, e o mês de outubro, como mês do Rosário; dedicou-lhe inumeráveis igrejas, das quais muitas se tornaram célebres como lugares de peregrinação, como Lourdes na França, Loreto na Itália, Maria Zell na Áustria, Kevelaer na Prússia Renana, Einsiedeln na Suíça, Monserrate na Catalunha, e Pilar em Saragoça, Guadalupe no México, Fátima e Sameiro em Portugal; dá-lhe títulos gloriosos, como Medianeira de tôdas as graças, Mãe de misericórdia, Refúgio dos pecadores, Auxílio dos cristãos, Raínha do céu, etc. — Este culto superior (hiperdulia) não é *adoração*. «Nós honramos a Maria, diz S. Epifânio, mas não adoramos senão o Padre, o Filho e o Espírito Santo».

i. Nós honramos de modo especial a Maria, porque ela é *Mãe de Deus* e nossa *Mãe*.

Aquêle que ama verdadeiramente a Deus, honra certamente a *Mãe de Deus*, e mais que aos santos, que são apenas os amigos de Deus. As honras que se prestam à mãe de um rei vão também dirigidas ao filho. Pode-se, pois, pela devoção a Maria ajuizar do grau de caridade (de perfeição) de um cristão; e, com efeito, os maiores santos foram os mais fervorosos servos de Maria. — Maria é verdadeiramente *nossa Mãe*, porque Jesus no-lá deu na cruz. As palavras que Ele disse a João: «Eis aí tua mãe» (S. Jo. XIX, 27) referem-se a todos os cristãos, porque João representava a todos no Calvário (S. Agost.). Maria é a *segunda Eva*, portanto, a segunda Mãe do género humano: a primeira perdeu-o pela sua desobediência, a segunda salvou-o pela sua submissão (S. Iren.). Uma mulher introduziu a morte no mundo, outra lhe restituíu a vida (S.

Bern.). Maria é, pois, também a *Mãe da Igreja*. — Sendo Maria nossa Mãe, tem pela nossa salvação mais solicitude que todos os outros santos: depois de Jesus Cristo ninguém tem mais cuidado pela nossa salvação do que Maria (S. Germ.). O amor de todas as mães não iguala o amor de Maria por um só dos seus filhos (S. Bern.) e Maria ama-nos tanto, porque entre todos os santos ela está animada do maior *amor de Deus* e, por conseguinte, do maior *amor do próximo*. Como a lua vence o brilho de todas as estrelas, assim o amor de Maria por nós excede o de todos os santos, e como o mar recebe as águas de todos os rios, o coração de Maria contém a caridade de todos os santos. Maria conhece muito bem as nossas necessidades; elas são conhecidas dos Anjos (S. Luc. XV, 7) e não é possível que os Anjos tenham ciência maior que a da sua Raínha. — Um filho que ama sua mãe gosta da sua companhia, e um bom cristão deleitar-se-á na devoção a Maria.

2. Prestamos ainda um culto especial a Maria, porque o mesmo Deus a honrou mais que a todos os anjos e todos os santos.

Os soberanos concedem privilégios às cidades onde nasceram ou receberam a coroa; assim o rei do céu concedeu privilégios especialíssimos à Mãe que o gerou (S. Efrém).

Deus escolheu Maria para mãe de seu Filho e preservou-a da mancha do *pecado original*, e ressuscitou gloriosamente o seu corpo e coroou-a *Rainha do céu*.

Nenhum anjo, nem ainda o mais perfeito e sublimado, pode, como Maria, dizer a Deus: «Meu Filho!» Que privilégio! Maria é verdadeiramente uma mãe admirável (Lad.), não só porque é ao mesmo tempo virgem e mãe, porque é mãe dos homens, mas porque é simultaneamente mãe das criaturas (dos homens), e **Mãe do Criador**, e deu à luz aquêle que a criou a ela. Maria é o milagre dos milagres e nada do que existe, exceptuando Deus, é mais belo do que ela (S. Isid.). — A sua **pureza imaculada** (preservação de todo o pecado) foi predita no Paraíso (Gén. III, 15) pela maldição fulminada contra a serpente:

“Ela te pisará a cabeça”, e proclamada pelo arcanjo Gabriel, que a saudou cheia de graça. (Se Maria devia esmagar a serpente, não podia antes estar-lhe sujeita pelo pecado). A dignidade de Cristo exige, só por si, esta pureza absoluta de Maria. Quando Deus chama alguém a uma alta situação, torna-o digno dela, e o Filho de Deus, que chamou Maria à maternidade divina, não deixou de a tornar digna dêle pela graça (S. T. de Aq.). Um homem não abandona em primeiro lugar ao seu mais mortal inimigo a casa que construiu para si; muito menos o Espírito Santo entregou Maria, seu templo, ao príncipe dos demónios (S. Cris. Alex.). Os SS. Padres chamarão sempre a Maria Virgem *Imaculada*; os cristãos dirigiram sempre suas orações à Virgem sem mácula; e com este motivo lhe ergueram estátuas. Depois de ter consultado os bispos de todo o universo, Pio IX proclamou a 8 de dezembro de 1854 que a *Conceição Imaculada* (1) de Maria é uma verdade revelada por Deus e sempre crida pela Igreja. Quando ela *apareceu em Lourdes*, em 1858, disse: «Eu sou a *Imaculada Conceição*». — Maria foi, além disso, pura de todo o *pecado actual* (Conc. Tr. VI, 23); ela é o cedro de Líbano de madeira incorruptível (Ecli. XXIV, 17), o lírio entre os espinhos (Cânt. dos Cânt. II, 2), o espelho sem mancha (Sab. VII, 26). Maria fez na *perfeição* progressos rápidos e ininterruptos, como a vinha que cresce sempre (Ecli. XXIV, 23), até atingir o cimo da árvore a que se enleia (S. Af.). A lua perfaz a sua revolução mais rapidamente que os outros planetas, e Maria atingiu a perfeição mais de pressa que os outros santos (S. Af.); fez êsses rápidos progressos porque estava mais perto da fonte de todas as graças e recebeu-as, mais abundantes, que todas as outras criaturas (S. T. de Aq.): ela é, pois, a criatura mais santa e a mais perfeita. Maria desde o primeiro instante da sua existência era mais santa que os maiores santos ao fim de sua vida (S. Greg. M.); é por isso que Maria é chamada a *torre de David*, que se erguia majestosamente sobre a mais alta colina de Jerusalém (Cânt. dos Cânticos, IV, 4); é também chamada *torre de marfim* (por causa da sua fortaleza, ib. VII, 4) e *espelho de justiça* (Lad.). Entre todas as criaturas era Maria a que possuía o maior amor de Deus e o menor apêgo à coisas terrenas; o Espírito Santo abrasara-a, como o fer-

(1) Preservação, e não remissão, do pecado original, desde o primeiro momento da existência da Virgem.

ro é abrasado pelo fogo (S. Ildef.). daí o título de *casa de ouro* (templo da caridade). — Maria distinguiu-se *em tôdas as virtudes*, é por isso que se chama *Rosa mística*, porque, como a rosa vence tôdas as flores pela beleza da sua côr e a suavidade do seu perfume, assim Maria vence todos os santos pela perfeição da sua caridade e o perfume de suas virtudes, que a fazem comparar também a uma «rainha de manto de ouro, cercada de diversos ornamentos» (Ps. XLIV, 10). — Deus amou, pois, a Maria, mais que a todos os santos juntos (Suarez.) — Deus **ressuscitou gloriosamente o corpo de Maria**. Narra a tradição que S. Tomé, tendo chegado tarde para o enterro de Maria, quis ainda ver o seu corpo sagrado; quando abriram o túmulo acharam a mortalha, mas vazia. (Segundo Cat. Emmerich, Maria morreu em Éfeso, no ano 48, aos 64 anos de idade. O sepúlcro da Virgem em Jerusalém fôra preparado para ela em seguida a um desmaio que tivera ao seguir a via dolorosa). A Igreja universal celebra a *Assunção* a 15 de agosto: uma relíquia do corpo da Virgem não pode ser senão uma fraude. — Maria goza **uma glória suprema no céu**; o sol, a lua e as estréllas são figura de Cristo, de Maria e dos Santos; a lua pelo seu brilho é na Escritura imagem de Maria (Cânt. dos Cânt. VI, 9). Ela é a rainha dos anjos, dos patriarcas, dos profetas, dos apóstolos, dos mártires, dos confessores, das virgens, de todos os santos (Lad.); ela é apta, mais que tôdas as criaturas, para nos dar uma ideia das perfeições divinas (S. Isid.). A sua exaltação dá-nos uma prova especial da misericórdia infinita de Deus, que levanta o homem do pó da terra para o elevar acima de todos os coros celestes (Ps. CXII, 8).

3. Prestamos culto especial a Maria, porque a sua *intercessão* é a mais poderosa junto de Deus.

Esta intercessão tem uma eficácia extraordinária, porque já neste mundo as suas orações foram atendidas por Jesus Cristo, como vemos nas bodas de Caná; se as ouviu sobre a terra, não o fará menos no céu. O pagão *Coriolano*, a quem os senadores e pontífices tinham em vão suplicado que renunciasse aos seus ataques contra Roma (491 antes de C.), deixou-se vencer pela súplica de sua mãe, *Veturia*, ainda que esta condescendência devesse custar-lhe

a vida; quanto maior deve ser a condescendência d'Aquêle que nos ordenou que honrássemos nossa mãe! E se a intercessão dos santos, dos servos de Deus, é já tão eficaz, como será a da própria Mãe de Cristo! Os desejos de Maria são ordens para seu Filho (S. Antonino). Maria é a *Virgem poderosa* (Lad.), a súplica omnipotente (S. Bern.). — Ela pode obter-nos tudo do rei do céu, como rainha da terra obtém favores para todos aqueles cujos interesses toma em suas mãos (S. Cir. Alex.). Maria é a *nossa esperança* (Salvè Raínha), porque esperamos receber por ela o que não ousaríamos prometer-nos por via das nossas orações (S. Af.). Maria é mesmo chamada *dispenseira de todas as graças*; como todos os favores do rei vão aos seus súbditos pela porta do paço, assim todas as graças do céu à terra passam pelas mãos de Maria (S. Bern.). A lua reflecte a luz do sol; e Maria reenvia-nos os raios do sol de justiça (id.). O Verbo não quis incarnar sem o consentimento da Virgem, a-fim-de nos fazer saber que a salvação de todos os homens se encontra em suas mãos (S. Ped. Dam.); ela estava aos pés da cruz, para manifestar que sem a sua mediação não se participa dos merecimentos do sangue de Jesus Cristo (Id.). Deus Padre decreta, Jesus Cristo concede e Maria distribui as graças celestes (Mar. Lat.); ela é, pois, a *Mãe da divina graça* (Lad.). A oração à Mãe de Deus é **sempre atendida**, quanto é possível, junto de Deus. «Todo o filho atende sua mãe: que dizer de tal Filho e de tal Mãe?» dizia S. Bernardo: foi com este sentimento que ele compôs o *Lembrai-vos*. «Aquêle que invocou o nome de Maria em vão, ajuntou êle, deixe para sempre de celebrar a sua clemência». A sua invocação é sempre tão eficaz que é até inútil pedir-lhe graças determinadas, basta recomendar-se em geral à sua intercessão (S. Ildef.). A *mínima oração* dirigida a ela é atendida e cumulada de grandes favores (S. Andr. Cors.). Ela não é tão dura que possa deixar sem resposta uma saudação; ela saúda-nos todas as vezes que nós nos antecipamos (S. Boav.). Maria é a *Virgem clemente* (Lad.); ne-la não há severidade, é toda a amabilidade e doçura, e faríamos mal se nos aproximássemos dela com temor (S. Af.).

Em todos os tempos os cristãos recorreram a Maria nos *perigos iminentes*.

Durante o cerco de Viena pelos Turcos em 1683 (de 16 de julho a 13 de setembro), Viena e todo o mundo católico recitavam o Rosário; o auxílio veio no momento do maior perigo: foi a vitória gloriosa de 12 de setembro, cujo aniversário é recordado pela festa do *Santo nome de Maria*. A Santíssima Virgem é **auxiliadora dos cristãos** (Lad.). — Os simples fiéis gostam também de se dirigir a ela nas suas necessidades: S. Jo. Nepomuceno recorreu na sua terrível provação à imagem milagrosa de Altbunzlau (1393); Maria é a **consoladora dos aflitos** (Lad.). É a ela que os cristãos recorrem nas suas doenças. A S. Jo. Damasceno cortaram a mão por ordem do califa, por causa dos seus escritos sobre o culto das imagens († 780): foi prostrar-se diante de uma imagem da Virgem e foi curado. Muitos doentes têm sido curados em Lourdes e com a sua água, entre outros o célebre advogado H. Lasserre, que foi curado da cegueira e escreveu a história daquelas maravilhas (1862). Maria é a **saudade dos enfermos** (Lad.). — Os cristãos recorrem também a Maria quando, pecadores desgraçados, desejam converter-se; a invocação de Maria atrai sobre êles o Espírito Santo. Ela é a *estrela da manhã* (Lad.) que precede o nascer do sol; ela é a aurora (do perdão) (Cânt. dos Cânt. VI, 9); quando a aurora surge, as trevas dissipam-se; assim a devoção a Maria faz desaparecer o pecado (S. Af.). O mês de maio é especialmente consagrado a Maria, porque é o mês das flores; a devoção a Maria é a primavera da alma pecadora. Santa Maria Egípcia († 431) converteu-se diante de uma imagem da Virgem na Basílica de Santa Cruz de Jerusalém. Maria está sempre disposta a reconciliar-nos com Deus; se uma mãe soubesse que os seus filhos se odiavam mortalmente, faria tudo para os reconciliar; ora Maria é mãe de Cristo, que odeia o pecado, e mãe de todos os homens mesmo dos pecadores, que são os inimigos de Cristo (S. Af.). Como a lua se move sempre entre o sol e a terra, Maria está sempre entre Deus e o pecador, e as suas orações facilmente aplacam a severidade de Cristo (S. Boav.). Alexandre Magno disse um dia que uma lágrima de sua mãe apagava muitas sentenças de morte; seria fazer injúria a Jesus Cristo colocá-lo abaixo deste homem, dêste pagão, nas atenções para com sua mãe. Maria é, pois, o **refúgio dos pecadores** (Lad.). Ela é a mãe de misericórdia figurada pela oliveira (Ecli. XXIV, 29) que destila sobre nós o óleo do perdão. Maria é a *nossa medianeira*. — Os cristãos invocam Maria nas ten-

tações. Os Israelitas, graças à arca da Aliança, ganharam a vitória à entrada da terra da Promissão (Núm. X, 35), e contra os Filisteus (I Reis, XIV); nós, cristãos, ganhamos a vitória em tôdas as nossas lutas com o demónio, por Maria, a Arca da nova aliança (S. Af.). Maria é também figurada pela arca de Noé: todos aí encontram asilo contra o dilúvio do inferno (S. Bern.). Como a estréla do mar guia os marinheiros através da tempestade para um pôrto seguro, assim Maria nos guia para o céu através das tempestades da vida (S. T. de Aq.). Maria é o plátano dos livros sapienciais (Ecli. XXIV, 19), que abriga do sol e da chuva; é um refúgio contra os ataques do demónio, é *nossa protectora* contra êle, é para êle terrível como exército em linha de batalha (Cânt. dos Cânt. VI, 3). Nós damos a Maria diferentes títulos para manifestar os motivos da nossa confiança no seu poder: chamamos-lhe N. S. da *Piedade*, N. S. do *Perpétuo Socorro*, N. S. do *Bom Conselho*, N. S. das *Dores*, etc.

A devoção à Santíssima Virgem é um excelente meio para se chegar neste mundo à santidade, e à bem-aventurança na eternidade.

É notável que todos os santos tiveram filial devoção à Virgem; foi por ela que obtiveram de Deus graças singulares. Entre os mais dedicados servos de Maria encontramos S. Bernardo, abade de Claraval († 1153), S. Afonso de Liguóri, bispo de S. Ágata dos Gôdos (perto de Nápoles) e fundador dos Redentoristas († 1787). Este rezava todos os dias o têrço, jejuava ao sábado a pão e água, rezava a Avé Maria a tôdas as horas, ao sair e ao entrar em casa, no princípio e no fim das suas acções mais importantes; ao toque das Avé Marias interrompia qualquer trabalho. Foi êle que escreveu o belo livro *Glórias de Maria*. — Maria é a **Porta do céu** (Lad.). Ela é a verdadeira escada de Jacob pela qual Jesus desceu à terra e pela qual subimos a Jesus (S. Fulg.). O inferno não pode gabar-se de haver tragado um só servo fiel da Mãe de Deus (S. Af.). Maria foi também objecto da veneração de muitos homens ilustres. O general Radetzky rezava o rosário antes de entrar em qualquer batalha, e assim obteve grandes vitórias. D. João de Áustria era devotíssimo da Virgem Maria e por sua protecção venceu a batalha de Lepanto. Também foi devotíssimo do Rosário o herói tirolês André

Hofei. Rodolfo de Habsburgo, antes de entrar na batalha de Jedenspeugen, contra Ottokar da Boémia (1278), ordenou que seus soldados entoassem o hino «Mãe de Deus, assisti-nos e não nos deixeis cair!» D. Nuno Álvares Pereira, antes de sair a combater, recolhia-se piedosamente a invocar a Rainha dos céus; e em honra dela tomou o nome de Nuno de Santa Maria, quando nos seus últimos anos trocou as armas pelo hábito monacal. S. Bernardo crê que com certeza se salvarão aqueles que honram todos os dias a Maria; e S. Francisco de Bórgia teme pela alma dos que descuram esta devoção.

6. O culto das imagens

O culto das imagens ascende à mais alta antigüidade e corresponde a uma necessidade da nossa natureza.

O culto das imagens é tão **antigo** como o **cristianismo** (S. Bas.), como se vê nas *catacumbas*, onde se encontram imagens de Nosso Senhor, da Santíssima Virgem com o menino Jesus, cenas do Antigo e do Novo Testamento, sobretudo aquelas que no meio das perseguições recordavam o poder de Deus e a ressurreição futura (A ressurreição de Lázaro, Daniel na Cova dos Leões, os três jovens na fornalha, etc.). O culto das imagens espalhou-se com o cristianismo; os crucifixos, as estátuas dos santos, decoravam não só as igrejas, mas também os *foros* e as *ruas públicas* (Eus.). — Este culto encontrou violentos adversários em alguns imperadores do Oriente (Leão III, no ano 726, e outros), que mandaram queimar e quebrar as estátuas, cairas as imagens nas igrejas e martirizar os defensores desta tradição; têm o nome de *iconoclastas* (quebradores de imagens). Mas o concílio de Niceia de 787 declarou que só a idolatria é proibida e que o culto das imagens é lícito. Este culto corresponde perfeitamente a **uma necessidade da natureza humana**: honramos o retrato de nossos pais, dos nossos amigos, dos homens ilustres, e a Providência divina quer que o homem readquira pelas coisas sensíveis a felicidade eterna que elas lhe fizeram perder (S. Greg. M.). — O culto das imagens era, na verdade, severamente proibido aos hebreus (Ex. XX, 4), porque os Judeus eram de natureza muito sensual, muito levados à idolatria e porque o Filho de Deus não se havia ainda feito homem. Contu-

do, havia dois *querubins* sobre a arca da aliança no santo dos santos (Ex. XXV, 18), e Moisés levantou no deserto uma serpente de bronze cuja vista curava os israelitas enfermos das mordeduras da serpente (Núm. XXI, 8).

As **imagens religiosas** são as que representam Cristo, os santos ou as verdades religiosas.

Cristo é geralmente representado segundo um tipo uniforme: figura ao mesmo tempo meiga e severa, cabelos longos e barba mediana; muitas vezes (depois da aparição a S. Margarida Maria) tem sobre o peito um coração abrasado. **Maria** é representada como *N. S. do Bom Socorro*, com o menino Jesus nos braços (como sinal da Incarnação), como *N. S. das Dores* (Senhora da Piedade) com o corpo de Jesus morto sobre os joelhos, como *N. S. da Imaculada Conceição* sem o menino Jesus (como se mostrou em Lourdes, em 1858), vestida de branco, com véu, cinto azul e rosário nas mãos; como *Rainha do Céu* (Apoc. XII, 1), vestida de ouro, em pé sobre a lua e coroada de estrelas; e de outras muitas maneiras (Senhora do Rosário, do Carmo, etc. (1). — As *imagens dos santos* reconhecem-se pela *auréola* ou nimbo luminoso que lhes circunda a cabeça (estes eflúvios de luz mostraram-se em muitos santos, ainda quando viviam; como Moisés, S. Estêvão e, superior a êles, Cristo na Transfiguração; na morte de S. João Nepomuceno viram-se cinco estrelas sobre a sua cabeça); os santos têm também os seus símbolos característicos, que indicam as suas funções (tais como os ornamentos sacerdotais nos papas, bispos e sacerdotes), as suas virtudes (o lírio indica a pureza; um livro, a ciência; um coração inflamado, a caridade; uma palma, o martírio; a oliveira, a doçura) e os instrumentos de suplício de seu martírio (espadas, setas, rodas). S. Pedro tem na mão as chaves do céu. — Os quatro *Evangelistas*

(1) Entre as imagens célebres da Virgem citaremos a de «Santa Maria Maior», em Roma, pintada, segundo a lenda, por S. Lucas; a «Madona Sistina», de Rafael (A Virgem levada sobre nuvens tem o menino Jesus nos braços e aparece ao papa Sisto); «N. S. do Perpétuo Socorro» (41×52 cm.) pintura, em madeira do séc. 13., que representa Maria com o Menino Jesus, ao qual os anjos mostram os instrumentos da paixão e que de favor se estreita ao peito de sua mãe. Esta imagem encontra-se na igreja de S. Afonso, perto de Santa Maria Maior e de S. João de Latrão.

tiram os seus símbolos do princípio dos seus Evangelhos: S. Mateus tem junto de si um anjo com semblante humano, porque começa pela genealogia *humana* de Cristo; S. Marcos, *um leão*, porque começa pela pregação de João, a voz no deserto; S. Lucas⁽¹⁾, *um boi*, porque começa pelo sacrifício de Zacarias no templo; S. João, *uma águia*, porque começa com vôo sublime, fixando os seus olhares no Verbo: «*No princípio era o Verbo...*»; a sua doutrina paira alta como a águia. Outras imagens simbolizam **dogmas**, como a Santíssima Trindade, o Purgatório, etc... ou representam **scenas bíblicas** (a Anunciação, o baptismo de Cristo, a instituição do Santíssimo Sacramento, etc.). — As três pessoas divinas costumam representar-se conforme se manifestaram, e por outras representações indicam-se as suas propriedades (o Pai representa-se como um ancião sentado num trono, etc.); é impossível representar a Deus em si mesmo; as imagens não devem, pois, senão simbolizar perfeições e tornar sensíveis acções (Cát. Rom.).

Chamam-se **imagens milagrosas** aquelas perante as quais se têm operado verdadeiros milagres.

Há muitas imagens milagrosas da Virgem, algumas das quais são objecto de grandes peregrinações, como Lourdes, Monserrate, o Pilar, Guadalupe, e entre nós a Virgem de Fátima, etc., etc. Algumas destas imagens têm-se conservado de modo miraculoso. Muitas das que se veneram na Espanha remontam à época anterior à invasão dos sarracenos. Os cristãos, antes de chegarem os sarracenos às suas povoações, enterravam em profundas covas as imagens que tinham em maior veneração; as mais das vezes punham-nas dentro dos sinos que tiravam das torres das suas igrejas, e assim as conservavam e protegiam contra o peso da terra com que as cobriam. Grande número destas imagens se têm encontrado no decurso dos séculos posteriores, à medida que os espanhóis iam reconquistando os seus territórios, e as descobertas foram acompanhadas muitas vezes de circunstâncias sobrenaturais (aparição de luzes, audição de músicas ou cânticos de anjos, etc.). Tôdas estas imagens se veneram como milagrosas em grande número de santuários e capelas. Também há outras que se têm salvado maravi-

(1) S. Lucas é muitas vezes representado como pintor, porque lhe é atribuída uma imagem da Virgem.

lhosamente da destruição dos incêndios ou doutros sinistros, sendo por isso objecto de veneração particular. Deus faz muitos milagres e concede inumeráveis favores materiais e espirituais aos que oram ante estas imagens sagradas (assim restituí a mão a S. João Damasceno, para não falar doutros prodígios que se dão em todos os países), com o fim de estimular os fiéis à sua veneração e confirmar a doutrina da Igreja Católica. Negar em absoluto tais prodígios, atestados por tão variados testemunhos, seria uma grosseira impiedade. Alguns destes milagres foram examinados juridicamente e aprovados pelos Papas, os quais concedem o privilégio de adornar as ditas imagens com coroas e outros ornatos de ouro. Por isso foram coroadas recentemente as imagens de Nossa Senhora do Pilar, Monserrate, Guadalupe, Lourdes e a nossa Virgem do Sameiro, por ocasião da peregrinação nacional de 1904.

A mais venerável de tôdas as imagens é a **Cruz do Salvador**.

As nossas igrejas, os nossos altares e os nossos cemitérios estão todos ornados de cruzes; os sacramentos nunca são administrados, a santa missa nunca é celebrada sem a presença da cruz, tão grande é a veneração da Igreja por esse sinal da salvação. A cruz fulgura sobre a coroa dos reis, sobre o peito dos cidadãos distinguidos por uma condecoração; levanta-se nos campos à beira dos caminhos para consolação do viandante e do lavrador que banha o seu campo com o suor do rosto. A cruz é a assinatura do pobre ignorante que não sabe escrever, é o último objecto que o moribundo aperta nas mãos e leva para o túmulo: ela deve ornar as casas de todos os cristãos e é mau sinal quando nelas se não encontram senão imagens profanas.

A honra que tributamos às imagens dos santos refere-se aos personagens que nelas nos são representados, por conseguinte a Cristo ou aos santos (C. Trid. 25).

A veneração não se refere à imagem que temos diante de nossos olhos. A vista da cruz, adoramos quem nela morreu por nós (S. Ambr.). Não honramos a matéria de que é formada (nem o artifício com que está lavrada), mas sim aquêle que nela se representa (II C. Nic.). O que rende

homenagem à efígie do imperador, não honra senão o mesmo imperador, e, se comete algum desacato para com ela, é ao imperante que desacata (S. Ambr.). Do mesmo modo, o que beija sófregamente o retrato de seus pais ou de alguma pessoa querida que está longe ou já não existe, não pretende beijar o papel onde estão fixadas as feições doente querido do seu coração, mas únicamente a própria pessoa, que espera tornar a ver na terra ou no céu. E quem se não revoltaria, ao ver algum irreverente calcar aos pés ou cuspir naquela imagem veneranda? Quando beijamos o livro dos Santos Evangelhos, esta prova de veneração não a prestamos ao papel ou à tinta da impressão, mas somente às palavras do Senhor que nêles está escrita. Se algum mal intencionado apagasse esta escrita sagrada, o livro perderia aos nossos olhos todo o seu merecimento. Pois o mesmo sucede com as imagens dos santos. O imperador Constantino Coprônimo, iconoclasta furioso, que considerava como idolatria a veneração das imagens († 775) e mandou profanar e destruir grande número delas, fez vir à sua corte o santo abade Estêvão, e indagou o seu parecer sobre o culto das imagens. O santo esforçou-se por persuadir o imperador da conveniência e utilidade dêste culto; mas, como o imperador não se convencesse dos seus argumentos e exigisse outros mais frisantes, pediu o santo uma medalha com o busto do imperador e preguntou-lhe se era lícito calcá-la aos pés. Respondeu-lhe êste que seria um crime de lesa-majestade e castigaria quem tal fizesse com a pena capital. O santo diz então: «Oh! que louco sois vós! Ao que insultar a imagem do imperador infligis-lhe a pena de morte, e ao que profana a sacratíssima imagem de Cristo, Rei dos reis, a êsse considerai-lo sem culpa!» E o insensato, em vez de se converter perante um argumento tão lúcido, mandou executar o santo abade († 767).

1. Honramos as imagens dos santos, colocando-as em nossas casas no lugar de honra, orando diante delas, descobrindo a cabeça em sinal de veneração, adornando-as e indo em peregrinação a visitá-las.

A veneração das sagradas imagens não é um acto de adoração. Ninguém nos propõe as imagens para que as

adoremos, mas para que saibamos e aprendamos o que devemos adorar (S. Gr. M.). Quando os homens beijam os seus pais ou filhos, mostram sómente com esta acção exterior o amor que lhes vai no coração. Do mesmo modo, quando veneramos as imagens dos nossos altares, não fazemos outra coisa mais do que mostrarmos a nossa reverência para com os que nelas estão representados (S. Nilo). Quando acendemos luzes ou queimamos incenso na sua presença, só pretendemos significar o esplendor dos seus exemplos e a fragrância das suas virtudes (S. Germ.). Também não esperamos auxílio das imagens dos santos, mas sim de Deus, por intercessão dêles. Só os idólatras crêem na assistência duma secreta virtude nessas imagens; e por isso depositam a sua confiança nos ídolos. Não é êste, porém, o pensamento e a crença dos cristãos católicos (C. Tríd.). Nem tão pouco Moisés tinha confiança alguma na vara com que obrou tão grandes prodígios, mas únicamente na protecção de Deus.

2. O culto das imagens é salutar; obtém-nos graças, às vezes extraordinárias; ajuda-nos a afastar as distracções e a excitar-nos para o bem.

As imagens de Deus e dos seus amigos, diz S. Jo. Dam., **derramam a graça do Espírito Santo**; e o demónio é expulso de todos os lugares onde se ergue uma cruz (S. Ambr.). Mais do que uma alma caída no vício se sentiu tocada e se converteu à vista de uma imagem; tal Santa Maria Egípcia diante de uma imagem da Santíssima Virgem; e os santos, sobretudo na agonia, experimentavam suma consolação em fixar seus olhares sobre uma imagem santa. Obtém-se até *graças extraordinárias* por meio das imagens dos santos (1). — As imagens dos santos preservam das **distracções**; são como escada que nos torna mais fácil a ascensão do céu (Alb. Stolz); e como se ora melhor diante das imagens, estas orações são mais eficazes, como o mostram numerosos *ex-votos* de muitos santuários. — As imagens são um **ensino**, uma lição de coisas para o *dogma* e para a *moral* que devemos imitar nos santos, de que as

(1) Os milagres que diante delas se têm operado são prova suficiente da utilidade deste culto.

imagens são como que uma biografia (S. Germ.); as imagens ensinam até mais eficazmente que as palavras. O que impressiona os olhos, dizia já Horácio (Arte poét.), move mais profundamente que as palavras. Para o povo, as *imagens substituem o livro* (S. Greg. M.); é por isso que na Idade Média, antes de inventada a imprensa, as imagens estavam muito em voga: desta época datam os presépios e as Vias Sacras. Os quadros que os fiéis encontram nas Igrejas são como um resumo, em imagens, da doutrina cristã.

7. O culto das relíquias

Chamam-se **reliquias** os *restos dos corpos* dos santos, ou os objectos que estiveram em contacto com Cristo ou com os santos.

Reliquia quere dizer o que fica de alguém (de *relinquere*, deixar). São, portanto, relíquias: o **corpo Inteiro** de um santo, um braço, um pé (*reliquias insignes*), ou mesmo um pequeno fragmento de seus ossos. Encontram-se nos altares e sobre êles ou em poder de simples fiéis. As relíquias *autênticas* trazem sempre o *nome* do santo e o *sélo* de um bispo; o comércio delas é severamente proibido, não é permitido pagar senão o relicário. — Em todos os tempos se prestou culto aos objectos que estiveram em **contacto** com Jesus Cristo e os santos; por exemplo o Presépio, a verdadeira Cruz, a sagrada Túnica, o santo Sudário, o véu da santa Face, etc. O Presépio de Jesus (fragmentos) conserva-se em Roma, em Santa Maria Maior; a Túnica inconsútil na catedral de Tréveris⁽¹⁾; uma túnica de Jesus adolescente está em Argenteuil⁽²⁾; a mesa de cedro da Sagrada Ceia está na basílica de Latrão. Há um Santo Sudário em Turim, e o véu de S. Verónica está em S. Pedro de Roma; a Coroa de espinhos está em Paris. A verdadeira Cruz foi encontrada pela imperatriz Santa Helena em 325; uma parte encontra-se na igreja do S. Sepulcro em Jerusalém, ou-

(1) A última exposição desta reliquia foi em 1891 e atraiu mais de 2 milhões de peregrinos; 11 doentes ali foram milagrosamente curados, segundo um severíssimo inquérito de Mons. Korum.

(2) Esta reliquia é uma dádiva de Carlos Magno. É mencionada num foral de 1156, e foi exposta em 1680 e 1894 diante de grande concurso de fiéis.

tra em Roma (1). — Consideramos como relíquia *tôda a Terra Santa*; e as *cruzadas* (1096-1270) mostram o aprêço em que os cristãos da Idade Média a tinham. Venera-se ali, sobretudo, em Nazaré (2) o lugar da Anunciação; em Belém, o da Natividade; em Jerusalém, o Cenáculo; no monte de Sião, o rochedo da Agonia e o lugar da Ascensão; no monte Olivete, o Calvário (onde está a basílica, de mais de 100 metros de comprimento, edificada por Constantino Magno, em 334), e o Santo Sepulcro. Constantino e sua mãe tinham erigido em todos êsses lugares esplêndidas basílicas. — Em todos os tempos se veneraram também as *vestes*, os *instrumentos de martírio* dos santos, o lugar do seu *nascimento* e da sua *sepultura*. S. Jerónimo conta que S. Antônio abade herdara de S. Paulo eremita († 356) o seu manto composto de fôlhas de palmeira, e que o tinha em grande veneração e o trazia sómente nas maiores festas do ano. A Igreja primitiva já construía igrejas e levantava altares sobre os túmulos dos santos.

As sagradas relíquias são *veneráveis*, porque os corpos dos santos foram templos e instrumentos do Espírito Santo e ressuscitarão um dia na glória (Conc. de Tr. 25).

Os Judeus olhavam com horror os cadáveres, mas os cristãos consideram-nos preciosos (S. Bas.), porque êles foram **habitação do Espírito Santo** (I Cor. III, 6; XVI, 19) e são como uma semente, donde germinará um corpo glorioso no dia da **ressurreição** (I Cor. XV, 42). Veneramos as relíquias dos santos para adorar Aquêle em quem e por quem êles morreram (S. Jer.). O culto das relíquias é *inato* no homem: gostamos de conservar como recordação dos nossos mortos o que podemos guardar dêles; conservamos os objectos que pertenceram aos homens ilustres, as armaduras dos grandes guerreiros, por exemplo. O mesmo Deus

(1) Conservam-se ainda outras relíquias do Salvador. Em Aix-la-Chapelle, as «faixas» que são expostas de 7 em 7 anos, com um vestido da Virgem e o sudário de S. João Baptista; em Münich-Gladbach, a «toalha» da S. Cela, e noutros lugares fragmentos do manto de púrpura e da túnica branca da Paixão, os dados, a cana, a esponja e a lança.

(2) A casa da Sagrada Família venera-se em Loretto, desde 1295.

honra as relíquias, porque se serve delas para operar milagres. Muitos corpos de santos conservam-se incorruptos e flexíveis, como o de Santa Teresa e de S. Francisco Xavier. De outros conserva-se intacto um ou outro de seus membros (a língua de S. Jo. Nepom. e de S. António de Lisboa, o braço direito de S. Estêvão da Hungria); muitos dêles exalam um suave odor (Santa Teresa) ou distilam um óleo perfumado (S. Nicolau). «Deus, diz S. Jo. Crisóstomo, por assim dizer repartiu connosco os santos: tomou para si a alma e deixou-nos os corpos».

1. O culto das relíquias consiste em conservá-las com reverência e em as visitar.

Já os hebreus (a-pesar-da reserva que fizemos acima) **conservavam religiosamente** as relíquias: Moisés levou do Egípto o corpo de José (Ex. XIII, 19); os cristãos imitaram-lhe o exemplo. S. Inácio de Antioquia foi lançado no anfiteatro de Roma às feras, que lhe não deixaram senão os ossos; os seus discípulos procuraram-nos de noite e levaram-nos para Antioquia (107). O mesmo se fez a S. Policarpo, bispo de Esmirna († 166), queimado vivo; os seus restos foram considerados jóias preciosas. Os túmulos dos mártires foram desde a mais alta antiguidade os sítios onde se **construiram igrejas e altares** para aí celebrar o *Santo Sacrificio*. A Igreja conserva as relíquias em preciosos relicários e adorna-as de flores e pedras preciosas (1), que provam a importância d'este culto entre os fiéis. Muitas relíquias guardam-se em relicários de prata, como a Cruz de Cristo (*ignum crucis*) e o presépio de Belém. Também os corpos de alguns santos se conservam em urnas de prata, como a de S. João Nepomuceno, em Praga. Há também relíquias que se conservam em relicários de ouro, como as de S. Bonifácio, em Fulda. Vêde quão grande honra se tributa às relíquias! — As **peregrinações** aos túmulos dos santos, são também conhecidas desde a mais remota antiguidade; há 19 séculos que os cristãos visitam os túmulos dos Apóstolos em Roma e os lugares santos da Palestina. Ali se ajuntavam por vezes multidões imensas; julgavam-se menos perfeitos

(1) É segundo este exemplo que nós ornamos os caixões e as sepulturas dos nossos defuntos, sobretudo em dia de Finados. Contudo nesta matéria cometem-se verdadeiros excessos: convém evitar tal abuso.

os que não faziam tais visitas (S. Jer.)⁽¹⁾. Já Orígenes († 254), o maior sábio cristão do seu tempo, fizera voto de visitar os túmulos dos santos apóstolos em Roma. «Visitámos a-miúdo os túmulos dos santos, dizia S. João Crisóstomo, e prostramo-nos ali para obter graças».

2. O culto das relíquias obtém-nos de Deus numerosos benefícios (Conc. de Tr. 25).

As relíquias são fontes de salvação, donde correm para nós os benefícios divinos (S. Jo. Dam.). A vontade de Deus fez brotar uma nascente da penha no deserto (Ex. XVI, 35), e faz brotar também das relíquias dos santos uma nascente de bênçãos (S. J. Dam.). Os corpos dos santos e os túmulos dos mártires afastam as *insídias* do demónio e obtêm muitas vezes a *cura* das doenças mais refractárias (S. Just.). A veneração dos corpos mortos serve, pois, para restituir a saúde aos corpos vivos. S. Agostinho conta uma multidão de curas e a ressurreição de duas crianças, obtidas na África do Norte pelas relíquias de S. Estêvão. Já no Antigo Testamento vemos um morto ressuscitar ao contacto dos ossos do profeta Eliseu (IV Reis, XIII, 21). Nada maravilhoso há nisto, pois Deus obra milagres por meio do corpo dos santos já enquanto vivos: a hemorroísa foi curada tocando a fimbria da veste do Salvador (S. Mat. IX, 22); doentes houve que foram curados pela sombra de S. Pedro (Act. Ap. V, 15), pelos lenços e aventais de S. Paulo (Ib. XIX, 12). — É evidente que o milagre não é produzido materialmente pelas relíquias, mas pela vontade de Deus. Não há, pois, *superstição alguma* nas peregrinações do povo cristão a certos lugares em que Deus obra milagres pelas relíquias ou imagens dos santos (S. Agost.).

8. O culto extraordinário de Deus

Honramos também a Deus pelo juramento e pelo voto.

Este culto chama-se extraordinário, porque o juramento e o voto não são da vida ordinária, mas só se apresen-

(1) Desde o século IX têm também grande celebri-dade as peregrinações a Santiago de Compostela.

tam em casos especiais: o juramento, quando o testemunho do homem não basta; o voto, quando nos comprometemos livremente. — O juramento dá honra a Deus, porque reconhece a sua omnipotência, a sua justiça e a sua santidade. O voto é uma espécie de sacrifício, porque sacrificamos a nossa vontade pela promessa de uma acção agradável a Deus (Gury).

1. O juramento

Sucessa às vezes não se dar crédito a um homem; se então êste traz uma testemunha que diz: «Sim, a afirmação é verdadeira, eu vi o facto», ficar-se-á mais disposto a prestar fé à palavra do primeiro. E tanto mais o ficaremos, quanto mais aquela testemunha fôr reconhecida digna de fé. Ora pode suceder que o homem chame a Deus em testemunho, isto é, que conjure a Deus, que sabe tudo, para provar com a sua omnipotência a veracidade daquele que presta juramento. Neste caso as palavras do homem passam como palavras do próprio Deus. «O sêlo tem por fim provar a autenticidade de um documento; ora o juramento é como um sêlo posto pela divindade para confirmação da verdade» (Marchant). O juramento é uma moeda de ouro preciosa que traz a efígie de Deus vivo (Stolberg). Jesus Cristo fez um juramento diante de Caifás, quando êste o conjurou, em nome de Deus, que dissesse se era êle o Messias (juramento assertório); Esaú, ao trocar o seu direito de primogenitura por um prato de lentilhas, prestou um juramento que confirmava a sinceridade do seu compromisso (juramento promissório).

1. Prestar um juramento ou jurar é chamar a Deus por testemunha, de que se diz a verdade ou de que se está disposto a cumprir a promessa que se faz.

No juramento pode-se invocar como testemunha ou a Deus directamente ou então coisas sagradas. Invoca-se a Deus directamente, quando se diz por exemplo: *Por Deus; tão certo como existe Deus* (Jer. XLII), como haver Deus no céu; *Deus me é testemunha* (Rom. I, 9); assim Deus me castigue, se... etc. — As coisas sagradas que se invocam, ordinariamente, no juramento, são os sacramentos, o crucifixo, o Evangelho, o céu, etc. «Como estes objectos são de

si mesmos incapazes de prestar testemunho ou punir o perjuro, é evidente que se invoca o testemunho de Deus» (S. T. de Aq.). O próprio Jesus Cristo declara que se pode jurar pelo templo, pelo céu, pelo trono de Deus (S. Mat. XXIII, 21). — Mas quem disser simplesmente: *certamente, com certeza, pela minha honra, pela minha consciência, tão certo como eu viver, etc.*, apenas reforça a sua afirmativa, mas não faz juramento. — O juramento é simples ou solene; o primeiro presta-se nas relações ordinárias dos homens; o segundo, diante da *justiça* ou das autoridades (juramento dos soldados ou dos funcionários). Presta-se juramento de cabeça descoberta, diante do *crucifixo*, com duas velas acesas, para reconhecer que nada está oculto aos olhos do Crucificado; em algumas partes, levantam-se os *três dedos da mão direita* em honra da Santíssima Trindade; o que jura põe a mão sobre os santos Evangelhos. Em certas terras acrescentam-se à fórmula do juramento estas palavras: Assim Deus me ajude e o seu santo Evangelho», para dizer que se renuncia à graça de Deus e às promessas do Evangelho, se não se diz a verdade. Os *Judeus* juram de cabeça descoberta, pondo a palma da mão sobre a *Tora* (o *Pentateuco* ou *lei* de Moisés) e na página 40. Os *Maometanos* não levantam senão um dedo, porque não crêem na Santíssima Trindade.

2. Não somos obrigados a recusar tôda a espécie de juramento, porque êle é de *si lícito* e até *honroso* para Deus.

Se nenhum juramento fôsse **lícito**, Jesus Cristo não teria jurado (S. Mat. XXVI, 64). Deus não teria jurado a Abraão no monte Mória, que a sua descendência seria numerosa como as estrélas do céu e as areias do mar (Gén. XXII, 16); S. Paulo não teria tantas vezes jurado nas suas epístolas (Rom. I, 9; Cor. I, 23). Além disso o juramento tem um *fim honesto*, e serve para pôr termo a questões (Hebr. VI, 16). — O juramento é **agradável a Deus**, porque por êle confessamos *pùblicamente* a sua ciência, a sua justiça e o seu poder infinito. Os *ateus* não deveriam, pois, ser admitidos ao juramento. Deus *quere* que juremos em caso de *necessidade* (Ex. XXII, 10-11). Se Cristo disse: «Seja o vosso falar sim sim, não não, porque tudo o que daqui passa procede do mal» (S. Mat. V, 37); êle tinha em vista sómente desviar os fariseus dos juramentos frívolos a

que eram muito afeiçoados. Os católicos não têm, pois, *nenhuma razão para recusar o juramento por princípio*, como fazem certas seitas. — Contudo não se deve extorquir o juramento a ninguém; aquêle que exige juramento a alguém que prevê que deve perjurar, é pior que um assassino, porque êste ao menos não mata senão o corpo, ao passo que aquêle mata uma alma, ou antes, duas almas: a alma do que jura e a sua, que é culpada da morte do seu próximo (S. Isid. Pelus.).

3. Só se pode prestar juramento por uma razão grave, com verdade, ponderação e justiça (Jer. IV, 2).

O juramento, diz J. Cristo, *vem do mal* (S. Mat. V, 37), isto é, tem origem nas inclinações más do homem; se com efeito êle se tivesse mantido na justiça e santidade originais, o juramento seria inútil: só se recorreu a êle quando a sinceridade e a fidelidade desapareceram cada vez mais de entre os homens (Meh.). Quando o mal corrompeu o universo, só então, diz S. Jo. Cris., se introduziu o costume do juramento; tendo a *mentira* e a malícia geral feito desaparecer a confiança dos homens nos seus semelhantes, começaram a tomar a Deus por testemunha de suas palavras. O juramento é um *remédio*, diz S. Agostinho, não se emprega uma e outra coisa senão por motivos sérios. O juramento é para o homem o que a *muleta* é para o estropiado. Não é, pois, permitido jurar *por coisas fúteis*, como fazem certos comerciantes (Cat. Rom.). O hábito de jurar conduz facilmente aos juramentos falsos (S. Agost.). Aquêle que jura freqüentemente amontoa maldades e o castigo não desaparecerá de sua casa (Sab. XXIII, 12). Não se deve, pois, jurar senão em caso de necessidade; quem não fala não mente, e quem se abstém de jurar não perjura (S. Bern.). A ordem da autoridade é motivo suficiente para jurar. — Deve-se, além disso, jurar com *verdade*, isto é, deve-se falar como pensamos ou ter vontade de manter a palavra dada. O cônsul Atílio Régulo (1) deu um belo exemplo de fidelidade à palavra jurada (250 a. J. C.). Prisioneiro dos Cartagineses e mantido seis anos em cativeiro, foi

(1) Na história portuguesa temos o belo exemplo de Egas Moniz que, para cumprir a sua palavra, foi entregar-se com a mulher e os filhos ao rei de Leão.

enviado depois a Roma para tratar da paz, no fim de lhe haverem feito jurar que voltaria no caso de insucesso das negociações. Chegado a Roma, descreveu ao Senado a fraqueza de Cartago e exortou-o à guerra, depois voltou para o cativeiro, embora os próprios pontífices quisessem retê-lo. S. Pedro, ao contrário, perjurou no átrio do Sumo Sacerdote (S. Mat. XXVI, 72). É proibido servir-se de **equívocos** nos juramentos (Inoc. XI). S. Tomás Moro, chanceler de Inglaterra, foi lançado na prisão por Henrique VIII, por ter censurado a sua hostilidade à Igreja; ofereceram-lhe a liberdade se jurasse a fórmula seguinte: «Quero submeter-me às prescrições do meu senhor e rei». Muitos lhe aconselharam que prestasse este juramento, pensando em Deus, seu soberano senhor e rei. «Isso não me é permitido, respondeu, é preciso que eu jure em verdade». Não peca o que por engano jura contra a verdade das coisas nem o que se vê na impossibilidade de manter uma promessa jurada, por motivo de doença ou revés de fortuna. — Deve-se jurar com **ponderação**, isto é, antes de jurar deve-se examinar bem a exactidão das nossas asserções ou a possibilidade de cumprir a nossa promessa. Herodes fez um juramento *irreflectido* quando jurou a Herodiades dar-lhe *tudo* que ela lhe pedisse, porque ela pediu depois a cabeça de S. João Baptista (S. Marc. VI, 23). — Convém jurar com **Justiça**, não dizer e não prometer sob juramento senão o que é lícito. Os quarenta perseguidores de S. Paulo comprometeram-se por juramento a não comer nem beber até que tivessem matado a sua vítima (Act. Ap. XXIII, 12). Alguns mações hoje comprometem-se sob juramento a recusar os sacramentos no leito da morte. É escusado dizer que semelhantes juramentos são injustos e criminosos, e portanto inválidos.

4. O **perjúrio** é um horrível *sacrilégio*, que atrai a **maldição divina** e a **condenação eterna**.

O **falso** juramento chama-se também *perjúrio*. O perjuro (isto é: o que jura coisas falsas; ou que ao jurar tem a intenção de não cumprir a sua promessa) assemelha-se a um criminoso que se serve de um sêlo oficial para cometer uma falsificação, crime digno de severo castigo (Marchant.). O falso juramento é sempre **pecado mortal** (Inoc. XI). Nenhum punhal fere tão mortalmente, nenhuma espada mata mais cruelmente que o perjúrio (S. Jo. Cris.). A **maldição divina** cai sobre a casa do perjuro (Zac. V, 3); Deus puniu muitas vezes os perjurados com **morte repentina**. Se-

deciás, rei de Judá, prestara a Nabucodonosor juramento de fidelidade, depois traíra-o; logo Deus lhe fez anunciar pelo profeta Ezequiel (XVII) um cruel castigo e a sua morte em Babilónia; e, com efeito, Nabucodonosor venceu-o, mandou-lhe vasar os olhos e levou-o para Babilónia, onde morreu (IV Reis, XXV). Vladislau, rei da Hungria, concluíra e jurara paz com o Sultão Murad II; a-pesar-disso reconheceu a guerra e na batalha de Varna foi morto com a maior parte dos grandes do seu reino (1444). Os códigos penais humanos punem também o falso juramento com muita severidade: Carlos Magno ordenara que se cortasse a mão direita aos perjurados; segundo outros códigos cortavam-se-lhes os três dedos com os quais haviam jurado. — Aquêle que jura **sem motivo suficiente** comete um pecado ao menos *venial*: contudo aquêle que tem o mau hábito de jurar levianamente e que, por conseguinte, jura algumas vezes coisas falsas, acha-se, tendo consciência do seu hábito, em estado de **pecado mortal** (Gury). — Se alguém jura uma **promessa criminosa** (isto é: jura *contra a justiça*) deve arrepender-se e não a cumprir: era o que devia ter feito Herodes. — O faltar a uma promessa jurada é pecado grave ou leve, segundo a importância da coisa a que se referia o compromisso. Com este juramento segue-se o mesmo critério que com o voto.

2. O voto

1. O voto é uma promessa livre, feita a Deus, de praticar uma boa acção.

O voto é uma promessa feita a Deus: é, pois, uma invocação, pelo menos mental, a Deus, porque lhe dizemos, por assim dizer, por este pensamento: Meu Deus! prometo-vos, etc. O voto difere essencialmente da *resolução*, que não dá a ninguém, nem mesmo a Deus, o direito de exigir de nós (por título de justiça ou de religião) o seu cumprimento. — O voto é uma promessa **livre**; ninguém é obrigado a fazê-lo (Deut. XXIII, 22), ninguém portanto pode ser *forçado a êle*. Um voto extorquido por força é, pois, nulo, mas não um voto que houvessemos feito por temor de uma doença ou sob a pressão de uma necessidade, porque neste caso a liberdade não deixa de existir. — O objecto do voto deve ser **agradável a Deus**; o mal não se pode prometer, como fez Jefté, que antes de uma batalha

fêz voto, se lograsse a vitória, de oferecer em holocausto o primeiro que saísse de casa para vir ao seu encontro: foi sua filha, que êle com efeito sacrificou (*Juízes*, XI). Semelhante voto é insensato e ímpio (*Ecles.* V, 3). Não é permitido cumprir um voto que só se pode cumprir com um crime. — Prometem-se, em geral, actos *a que não se é obrigado*, uma peregrinação, por exemplo; pode-se, contudo, prometer por voto um acto *ao qual já se é obrigado por outro motivo*, como a observância da abstinência, a guarda do domingo, a temperança no comer e beber. Se se não cumpre o voto, peca-se então duplamente. Caíu doente a filha única de um rico fabricante; o pai prometeu que, se ela se curasse, nunca mais faria trabalhar aos domingos e dias de festa; a filha curou-se, e cada um compreenderá como e porque êste fabricante é duplamente obrigado à observância do domingo, primeiro em virtude da lei geral, e depois em virtude da obrigação pessoal contraída pelo voto.

A maior parte dos votos são condicionais.

Estes votos são como um *contracto* feito com Deus. Jacob fêz voto de oferecer a Deus o dízimo de seus bens, se voltasse sôlo e salvo à casa paterna (*Gén.* XXVIII, 20). As *Rogações* originaram-se num voto feito durante uma fome pelo santo bispo de Viena, S. Mamerto (500); a procissão de S. Marcos, num voto, de S. Gregório Magno, por ocasião de uma epidemia de peste (600); a representação da *Paixão*, que se realiza de dez em dez anos, em *Oberammergau*, originou-se também num voto feito (1633) pela população, por ocasião de uma epidemia. Clóvis, rei dos Francos, fêz voto na batalha de Tolbiac (ou Zülpic) de se baptizar, se obtivesse a vitória (496). S. Luís, rei de França, fêz voto, durante uma doença grave, de empreender uma cruzada (1248). Muitos cristãos do nosso tempo fazem voto, durante uma doença ou provação, de visitarem um santuário, como o provam os *ex-votos* nêles expostos, ou de fazer um donativo a uma igreja (muitos ornamentos *preciosos* daí provêm), de mandar erigir uma estátua, de jejuar em certos dias, etc. A igreja de Maria-Zell, célebre santuário de Hungria, deve-se a um voto de Luís I, rei da Hungria, voto que êle fêz antes de entrar em combate com os turcos (1363). A igreja de S. Car-

los, em Viena, foi edificada em consequência de um voto do imperador Carlos VI, na festa de 1713 (1).

Os votos mais importantes são os **votos religiosos**, isto é, a promessa livre, feita a Deus, de seguir os três *conselhos evangélicos*.

Estes votos são os de **pobreza**, de **castidade** e de **obediência**, com os quais se combatem as três raízes de todos os pecados (soberba, cobiça de prazeres e de riquezas) mais eficazmente que com a oração, com o jejum e com a esmola. São muito *salutares*; com efeito separam-nos completamente do mundo para servir a Deus mais perfeitamente. São também *muito agradáveis* a Deus, porque por êles não se lhe oferecem apenas as acções, mas *toda a pessoa*: dá mais aquêle que não dá só os frutos, mas até a própria árvore (S. Ans.). Muitos oferecem a Deus um ornamento, azeite, cera, mas há uma oferta mais perfeita e mais agradável, que é a *da própria alma* (S. Agost.). — Os votos religiosos são **solenes**, assim chamados, porque a Igreja os aceita publicamente (*as obrigações que impõem são por isso mais graves*), ou **simples**. Os votos solenes conferem uma espécie de *santificação*, de *consagração* interior (S. T. de Aq.); ora, o que uma vez é consagrado, não pode nunca servir a usos profanos, ao contrário das coisas simplesmente benditas. Aquêle que fêz votos solenes está *irrevogavelmente* consagrado ao serviço de Deus (Lehmkuhl). Os votos solenes só podem ser dispensados pelo *papa* e por motivos *muito graves*. Antes de fazer *profissão*, isto é, de pronunciar votos solenes, estas pessoas fazem primeiro *um ano de noviciado* e emitem *votos simples por três anos* (Cân. 555 e 574). — Casos há em que o bispo e os superiores das congregações podem dispensar de votos simples por motivos menos importantes (2).

2. O voto torna mais agradável a Deus a boa acção a que nos obrigamos; aquêle, pois,

(1) Em Portugal temos o templo da Batalha, que se deve a um voto de D. João I; o de Belém a um voto de D. Manuel; e a basílica da Estréla (S. Coração de Jesus), a um voto de Maria I.

(2) Sobre ordens e votos religiosos ver o capítulo dos meios de perfeição.

qué faz um voto é *mais de-pressa atendido* por Deus e chega mais rápidamente à perfeição.

O voto é um acto de *fidelidade* para com Deus, de *abnegação* à sua vontade; é também um *sacrifício*, porque se renuncia à própria vontade em favor de uma boa acção. O jejum praticado em razão de um voto é **mais perfeito** que o jejum sem voto (S. Fr. de S.), com igual amor, é claro. É por isso que S. Agostinho escrevia: «A virgindade não merece tanta honra por ser virgindade, como por ser consagrada a Deus». — Daí vem que o fiel ligado por um voto é **mais de-pressa atendido**: logo que os habitantes de Oberammergau fizeram o seu voto, a peste cessou imediatamente e nenhum mais morreu. Não foi menos notável a maneira como Marselha se livrou do cólera, em seguida a um voto em honra do Sagrado Coração de Jesus. Ana, Mãe de Samuel, fez um voto ao pedir um filho ao Senhor e obteve aquêle grande profeta (I Reis, I, 11). Estas graças extraordinárias são a razão de ser de tantos *ex-votos* nos santuários e de tantas cruzes à beira dos caminhos e de tantos donativos preciosos às igrejas. — O voto conduz **mais rapidamente à perfeição** (S. Fr. de S.); com efeito por él se obtém *mais forças* para a prática do bem, porque o voto torna a vontade *mais firme* (id.). A lembrança de que se prometeu um acto de virtude a Deus, impele-nos mais poderosamente para o bem. «Muitos santos, diz S. Greg. Magno, fizeram votos para se imporem dêste modo os liames da disciplina divina». O voto obtém também *graças singulares*. Assim, pode-se antes da festa de certos santos tomar por voto a obrigação de novenas, pelo advento, na quaresma, nos meses de maio e outubro, consagrados à Virgem, tomar a obrigação de jejuns, esmolas e devoções diversas. Basta experimentar para se verem as graças especiais que se obtêm.

3. Não *cumprir* o voto ou retardar sem motivo o seu cumprimento, é uma ofensa a Deus (Deut. XXIII, 21).

Deve-se manter a palavra dada aos homens, e com maior razão a que se deu a Deus. «Muito melhor é não fazer voto algum, do que depois de o fazer não cumprir o prometido» (Ecli. V, 4). O devedor desleixado pode ser

chamado ao tribunal, e quem engana a Deus havia de ficar impune? (S. Ped. Dam.). Quem falta aos seus votos comete uma falta *grave* ou *leve*, conforme o objecto é mais ou menos importante, ou segundo a intenção que teve de se obrigar sob pena de pecado mortal ou venial. — Um pecado contra um voto pode constituir *duas faltas graves*, se o acto é grave em si mesmo e desonra a Deus mais particularmente, por exemplo, uma falta contra o voto de castidade. — Aquél que se vê impossibilitado de cumprir o seu voto, está dispensado; é contudo obrigado a fazer pelo menos o que puder.

É necessário, pois, antes de fazer um voto *reflectir* sériamente na possibilidade de o cumprir.

Antes de construir um edifício, faz-se um orçamento e pregunta-se se haverá meio de o terminar (S. Luc. XIV, 28). É portanto imprudente fazer logo votos perpétuos; melhor é começar por um *voto temporário* e prolongá-lo depois. S. Francisco de Sales, que fizera voto de rezar o têrço todos os dias até à morte, confessava que se arrependeu de se ter obrigado tão irreflectidamente. S. Afonso fizera voto de nunca estar desocupado; mas antes de o fazer praticou-o algum tempo, para experimentar se o poderia cumprir. — É, pois, prudente *consultar o confessor* ou outro sacerdote experimentado. — É por isso que a Igreja impõe aos que querem entrar numa ordem religiosa *um ano inteiro de noviciado*, que lhes serve para examinarem a sua vocação. Quem reconhece não ter vocação e contudo abraça a vida religiosa, deve depois queixar-se de si mesmo e não do seu estado.

Quando se não pode cumprir um voto, deve-se consultar o confessor ou o director espiritual.

Em muitos casos, o confessor ordenará ao penitente que recorra ao bispo, a fim de lhe pedir *dispensa* ou *comutação* do voto. Jesus Cristo disse aos seus apóstolos: «O que vós desatardes sobre a terra será desatado também no céu» (S. Mat. XVIII, 18); o bispo tem pois o poder de comutar os votos. São ordinariamente comutados por obras *mais úteis* à salvação do interessado, por exemplo, pela recepção dos sacramentos. — Há *dois votos*

privados reservados à Santa Sé: o voto de castidade perfeita e perpétua, e o de entrar em religião de votos solenes (Cân. 1309). — Em tempo de Jubileu os confessores têm poderes especiais para comutar os votos privados. — Há sempre liberdade de comutar um voto por outro *mais perfeito*. Deus é como um credor, que não se opõe a uma generosidade do devedor (S. Bern.).

II Mandamento da lei de Deus

Este mandamento diz: «Não invocar o nome de Deus em vão», isto é, não o pronunciar **sem respeito**. Pelo nome de Deus entende-se não tanto as letras e sílabas de que o nome é composto, como a majestade de Deus (Cat. Rom.).

Pelo 2.º mandamento, Deus ordena-nos que testemunhemos à sua divina majestade o supremo respeito que lhe é devido, e proíbe tudo que se opõe a este respeito.

Devemos **respeito** a Deus, porque é um Senhor de *majestade e bondade infinitas*.

O respeito é um mixto de **temor, amor e estima**. Quando um soberano tem muitos milhões de súbditos e centenas de milhares de soldados que pode mobilizar à sua vontade, que com uma palavra pode tornar felizes ou infelizes, inspira *temor*. Se ele é muito bondoso e dedicado a tornar felizes os seus súbditos, será *amado e estimado*. O mesmo é com Deus, se considerarmos as suas infinitas perfeições e a sua imensa bondade para connosco (Galura). — As perfeições infinitas de Deus! Sobre a terra há mil e setecentos milhões de homens; Deus conhece-os a todos, nutre-os, governa-os, atende suas orações, socorre-os nas necessidades, recompensa-os ou castiga-os, muitas vezes já neste mundo. Que *sciéncia* neste Ser supremo! No espaço movem-se milhões de globos imensos: Deus criou-os a todos, conserva-os, dirige-os. Que poder! Contemplemos o mundo invisível! Há milhões de espíritos e Deus conhece-os a todos, conserva-os, governa-os, recebe suas adorações. Que **majestade!** «Quem de entre os heróis, cantava Moisés, é semelhante a ti, Senhor? Quem é

semelhante a ti, que és magnífico em santidade, que és terrível e louvável, obrando maravilhas?» (Ex. XV, 11). Temamos, pois, a Deus pela sua majestade infinita, amemo-lo pela sua imensa bondade; a união destes dois sentimentos constitui o respeito.

1. Devemos testemunhar o nosso respeito a Deus:

1.º invocando muitas vezes o *santo nome* de Deus com devoção e afecto, especialmente no *começo* de cada ação, nas nossas necessidades e à hora da morte.

Os judeus tinham a opinião de que por forma alguma se devia pronunciar o nome de Deus, a quem por este motivo chamavam *inefável*; isto porém era um exagero. A Igreja, ao contrário, deseja que invoquemos muitas vezes o santo nome de Deus, e assim por cada vez que invocamos o nome de Jesus e de Maria, concede-nos 300 dias de indulgência, e a quem houver praticado esta devoção toda a vida uma *indulgência plenária à hora da morte*. Newton, que reconheceria a majestade de Deus no estudo dos astros, tinha grande respeito pelo santo nome de Deus, descobria-se e inclinava-se cada vez que o ouvia. Muitos fiéis têm o louvável costume de se inclinarem cada vez que numa oração se encontra o nome de Jesus, como de resto o faz o sacerdote na missa e no ofício. S. Inácio de Antioquia⁽¹⁾ invocara milhares de vezes o nome de Jesus durante a vida e antes de morrer repetiu: «Este nome não pode desaparecer de meus lábios, não pode apagar-se do meu coração.» Por isso os dois leões que o devoraram no anfiteatro lhe deixaram o coração intacto⁽²⁾. Nas Epístolas de S. Paulo o nome de Jesus encontra-se cerca de 250 vezes, e as *Ladainhas do Santo nome de Jesus* são uma invocação contínua deste santo nome. Devemos invocar o san-

(1) Conta-se que era esse aquele menino que o Salvador tinha pela mão, quando disse a seus apóstolos: «Todo o que se fizer pequeno como este menino, esse será o maior no reino dos céus». (S. Mat. XVIII, 4).

(2) Segundo Cat. Emmerich o nome de Jesus estava com efeito gravado no coração.

to nome de Deus **no princípio de cada acção**, sobretudo *pela manhã*. «Tudo quanto quer que fizerdes, seja de palavras ou de obras, fazei tudo isso em nome do Senhor Jesus» (Col. III, 17). Digamos pois no princípio da mais pequena acção: em nome de Deus, ou em nome de Jesus, ou façamos o sinal da cruz com a fórmula usual. Por este meio atraíremos sobre nós a bênção de Deus, isto é, o bom êxito das nossas emprêsas, e obteremos para a mais pequena acção a recompensa eterna que o Salvador promete àquele que tiver dado ainda que seja só um copo de água ao próximo *em seu nome* (S. Marc. IX, 40). — Os cristãos têm costumado usar em todos os tempos o nome de Deus nas saudações, no que se distinguem dos gentios, que nos seus cumprimentos desejam algum bem, porém sem o referirem a Deus. Entre os romanos as fórmulas em uso eram: *Ave! Salve! Eu te saúdo! Que estejas de saúde! Hoje as frases em voga são: A Deus, vai com Deus, fica com Deus,* à semelhança do sacerdote na missa, ao voltar-se para o povo: *Dominus vobiscum: O Senhor esteja convosco.* Também se usa a fórmula: louvado seja Deus, quando se entra numa casa, e é própria de Espanha e muito linda prática o dito: *Avé Maria puríssima*, a que se responde: *concebida sem pecado*, protesto da sua fé e devoção para com a Conceição Imaculada, ainda antes de esta verdade estar definida. Também entre nós, quando alguém chega ao pé dum grupo, saúda os circunstantes com estas palavras: *Seja louvado e adorado Nossa Senhor Jesus Cristo;* e os do grupo respondem ao recém-vindo: *Seja para sempre no céu e na terra.* O poeta protestante Klopstock (autor da *Messiada*) confessa que se sentia profundamente comovido, cada vez que ouvia estas saudações da bôca dos católicos. Quanto melhor e mais racional não é o saudarmos assim o nosso próximo, do que com essas fórmulas vazias de sentido e amor, com que se pretende substituir as antigas! «Saúde! Passa por lá muito bem», etc. Mas nas saudações não devemos usar o nome de Deus maquinalmente e sem o pensar. Depois, acerca disto não há preceito algum. O mesmo Jesus Cristo usou da fórmula corrente naquela época: a paz seja convosco! Nesta matéria, quando não se usam as saudações em que invocamos a Deus, devemos ter presente o preceito de não dar o que é santo aos cães, nem deitar pedras preciosas diante dos porcos (S. Mat. VII, 6). — Devemos também invocar o santo nome de Deus na **necessidade**. «Invoca-me, diz o Senhor, no dia da tribulação; livrar-te-ei e honrar-me-ás» (Ps. XLIX, 15). Foi ao

grito de Jesus! Maria! que os defensores de Viena (1683) se precipitaram sobre os turcos e os obrigaram a levantar o cerco. Quando os soldados de Rodolfo de Habsburgo se confrontaram com o exército quatro vezes mais numeroso de Ottokar da Boémia, que entrava em combate aos gritos de Praga! Praga!, exclamaram Cristo! Cristo!, e ganharam a batalha de Jedenspeugen (1278). — É sobretudo na hora da morte que é preciso invocar o nome de Jesus, como S. Estêvão, que exclamava: «Senhor Jesus, recebei o meu espírito» (Act. Ap. VII, 58). O próprio Salvador expirando disse: «Meu Pai, nas tuas mãos encomendo o meu espírito!» A invocação do santo nome de Jesus é, por outro lado, indispensável para ganhar a **indulgência da boa morte**.

Devemos invocar o **Nome de Jesus** com particular devoção.

Devemos invocar o nome de Jesus, porque é o nome **mais poderoso**, pelo qual tudo obtemos. Quem quer que peça por este nome é atendido (S. Jo. XVI, 23). Foi neste nome que os apóstolos e os santos obraram os seus milagres, como afirmava S. Pedro, quando curou o paralítico: «Em nome de Jesus, levanta-te e anda» (Act. Ap. III); que os fiéis têm o poder de *expulsar os demónios* (S. Marc. XVI, 17). Quando invocamos o seu nome, Jesus Cristo ajuda-nos a lutar contra Satanás; os demónios fogem e tremem logo que o ouvem (S. Just., S. Greg. Naz.). Este nome possui tal poder contra o inferno, que é muitas vezes eficaz até nos lábios dos pecadores (Oríg.), tem o poder especial de alegrar o coração (S. Lour. Just.); como o azeite (Cânt. dos Cânt. I, 2), alumia, nutre e acalma as dores (S. Bern.); é abrigo contra todos os perigos, tanto espirituais, como corporais ou temporais (S. Vic. Fér.). «Tenho para mim, dizia este santo, que a invocação deste nome cura até as doenças do corpo». Todas as graças se reúnem no nome de Jesus, como todos os raios no foco de um espelho. «Do céu abaixo nenhum outro nome foi dado aos homens, pelo qual nós devamos ser salvos» (Act. Ap. IV, 12): diante deste nome *todo o joelho deve dobrar-se no céu, sobre a terra e nos infernos* (Fil. II, 10). Todos os homens deveriam dizer, com S. Bernardo: «Este nome é mel na boca, harmonia para o ouvido, prazer para o coração». A invocação devota deste nome é pouco compatível com o pecado mortal, porque «ninguém pode dizer: Senhor Jesus, senão pelo Espí-

rito Santo» (I Cor. XII, 3), isto é, ninguém o pode dizer de modo salutar e meritório, sem estar em estado de graça.

2.º mostrando alta estima por tudo que é destinado ao serviço de Deus, sobretudo por seus *ministros, coisas e lugares* sagrados, e pelas cerimónias do culto.

Devemos mostrar alta estima pelos **ministros de Deus**. Rodolfo de Habsburgo deu um dia belo exemplo: andando à caça, encontrou um sacerdote que levava o viático a um doente; desceu logo do cavalo e ofereceu a montada ao padre. Este tornou a levar-lha, mas ele não a quis aceitar e fêz-lhe presente dela. O sacerdote, em recompensa, predisse-lhe que viria a ter grandes honras e muita felicidade: com efeito, 9 anos depois (1272) foi eleito imperador em Francoforte. O próprio pagão *Alexandre Magno* pode servir-nos de exemplo: o sumo sacerdote dos Judeus foi ao seu encontro vestido de seus ornamentos e à frente de todo o corpo sacerdotal; o rei prostrou-se diante dêle. Quando lhe preguntaram por que o fizera, respondeu: «Não foi ao Pontífice que eu adorei, mas ao Deus de que é sacerdote». Deus exige este respeito: «O que a vós despreza, diz Jesus, a mim despreza» (S. Luc., X, 16), e o Ant. Testamento continha já esta ordem: «Não toqueis os meus ungidos» (I Par. XVI, 22). «Não sabeis, diz S. Jo. Cris., que as honras prestadas aos sacerdotes remontam até Deus? (1) Deus ordena também o respeito às **coisas e aos lugares sagrados**. «Não te chegues para cá, diz ele a Moisés na sarça ardente, tira os sapatos de teus pés, porque o lugar em que estás é uma terra santa» (Ex. III, 5). «Tremei diante do meu santuário», diz ele ainda (Levit. XXVI, 2). Não entreis de outro modo no santuário do que se entrásseis no céu, e não digais aí nem façais nada de terrestre (S. Nil.). A santidade, Senhor, deve ser o ornamento da vossa casa (Ps. XCII, 5). Por isso os cristãos piedosos dão de bom grado esmolas para a reparação e adorno dos templos, para a renovação das estátuas que se encontram nos caminhos públicos e estão deterioradas pelo tempo. Somos também obrigados a respeitar as **cerimónias religiosas**. Santa Isabel de Hungria depunha a coroa e nunca levava jóias à

(1) Ver na 3.ª parte o sacramento da Ordem.

missa. Em muitas dioceses os fiéis estão ajoelhados durante toda a missa. Mostramos respeito às *palavras* santas, pondo-nos de pé quando se lê o Evangelho à missa, e não usando de frases da Escritura em matérias profanas ou fúteis. É escusado dizer que a recepção dos sacramentos exige o mais profundo respeito.

3.º Somos obrigados a louvar freqüentes vezes a Deus por suas infinitas perfeições e bondade, sobretudo depois de recebemos dêle benefícios.

O cântico dos *três jovens* na fornalha (Dan. III) é um cântico de reconhecimento, e *Tobias* (XI, 17) louvou a Deus, logo que seus olhos se abriram. *Zacarias* entoou o *Benedictus* depois da sua cura, e *Maria* o *Magnificat* depois da saudação de *S. Isabel* (S. Luc. 1). Convém, pois, tomar o hábito de recitar, depois de cada benefício, as belas orações jaculatórias: *Deus seja louvado!* (Deo gratias), e *Glória ao Padre, etc., seja louvado N. S. Jesus Cristo!* (1) — E se a doença nos torna a palavra difícil, louvemos a Deus do fundo do coração; porque Deus, que não é corporal, não precisa de som da voz, olha ao coração e contenta-se com a nossa vontade (S. Agost.). «Bem diz, ó minha alma, ao Senhor, e todas as coisas que há dentro de mim bemdigam o seu santo nome» (Ps. CII, 1). «Bem direi o Senhor em todo o tempo; seu louvor será sempre na minha boca» (id. XXXIII, 1). «Desde o nascimento do sol até ao seu ocaso, é digno de louvor o nome do Senhor» (id. CXII, 3). O louvor de Deus é de nosso interesse próprio, porque com Ele atraímos sobre nós *bênçãos divinas* mais abundantes.

2. O respeito a Deus proíbe:

1.º Pronunciar inutilmente o nome de Deus, e outros nomes sagrados.

Muitas pessoas têm o costume de dizer a propósito de tudo: meu Deus! Jesus! Jesus, Maria, José! etc. Se o temos,

(1) Notemos, de mais, que esta última fórmula pode muito bem servir de saudação e que é mais bela, mais amável que as fórmulas triviais usadas na sociedade.

é absolutamente necessário suprimir este abuso e chamar para elle a *atenção* do próximo. «Quando se ama a Deus, nosso Senhor, de todo o coração e se vê o seu santo nome profanado da maneira mais revoltante, é impossível suportar isto sem indignação» (S. Bern.). O pronunciar inútilmente o santo nome de Deus ou outros nomes sagrados é pelo menos um **pecado venial**. «A nomeação do nome de Deus não seja freqüente na tua bôca... porque nisto não serás isento de falta» (Ecli. XXIII, 10). «O Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão o nome do Senhor seu Deus» (Ex. XX, 7). Poupam-se os fatos de festa para os não estragar muito de pressa; quanto mais devemos não abusar do nome de Deus, digno do nosso maior respeito (S. Jo. Cris.). Por um excesso supersticioso de respeito, os *Judeus* tinham até suprimido o nome de Deus, *Jeová*, e não usavam senão o nome Senhor, **Adonal** (Cat. Rom.). Evitemos nós cair no extremo oposto.

2.º As imprecações ⁽¹⁾: isto é o desejar mal, quando se está encolerizado, empregando nomes sagrados.

A maldição de Deus é a infelicidade, temporal e eterna; o contrário se diga da bênção de Deus. Há pais irreligiosos que amaldiçoam os filhos; operários que amaldiçoam o seu trabalho e os instrumentos, pronunciando nomes sagrados. As **maldições** (a que também se dá o nome de **pragas**) sem emprêgo de nomes religiosos são pecados graves contra a caridade, mas não o são contra o 2.º mandamento. A bôca dos cristãos não deve senão bendizer, diz S. Pedro (I ep. III, 9). Como podemos receber o corpo de Cristo sobre a mesma língua de que abusamos para amaldiçoar e ofender a Deus? (Didac.).

Deus castiga muitas vezes aquêles que pronunciam maldições, permitindo que se cumpra a imprecação.

S. Agostinho conta que certa *mãe* amaldiçoou os filhos que lhe haviam batido; êles foram tomados de violentas

(1) Ou maldições; são às vezes imprópriamente chamadas «juradas».

convulsões e começaram a vaguear de terra em terra até que chegaram a Hipona, cidade episcopal de S. Agostinho, e foram curados pelas relíquias de S. Estêvão. S. Inácio de Loiola pediu um dia esmola a um fidalgo espanhol; este irritou-se e começou a proferir esta imprecação: «Eu morra queimado, se tu não mereces a fogueira!» Pouco depois nasceu o príncipe, herdeiro do trono, e toda a gente demonstrou a sua alegria com salvas e fogos de artifício. Este fidalgo lançou fogo, por imprudência, a uma barrica de pólvora e morreu miseravelmente com horríveis queimaduras. Se o lavrador lavra e semeia com imprecações (pragas), é justo que as suas colheitas sejam amaldiçoadas. É para espantar que morram *animais* depois das maldições de que são alvo? e que o trabalho não logre bom êxito? «O ímpio amou a maldição, ela lhe virá», eis a ameaça de Deus (Ps. CVIII, 18).

Este mau hábito põe em perigo a salvação.

A imprecação é o *pecado do inferno*, que merece o inferno, onde ela se encontrará para seu castigo. O demónio amaldiçoa e blasfema a Deus; contudo, como espírito decaído, conservou certo respeito e certo temor a Deus: quando ouve o nome de Jesus, treme e foge; e o homem ousa abusar do nome de Deus, de Jesus, do SS. Sacramento! É uma linguagem mais horrível do que a do inferno! (S. Greg. Naz.). A linguagem do homem dá a conhecer a sua *nacionalidade*; assim também se pode saber de um homem se é do inferno, quando fala a linguagem do demónio. Os SS. Padres consideram o hábito de jurar como um sinal de reprovação; os que maldizem a Deus perecerão (Ps. XXXVI, 22), não possuirão o reino de Deus (I Cor. VI, 10). — A **gravidade** da maldição depende da **gravidade do mal** que se deseja e da **seriedade** com que se deseja; mas, ainda que ligeira e irreflectida, é um pecado maior que pronunciar em vão o nome de Deus, porque fere não só o *respeito* devido a Deus, mas também a *caridade* devida ao próximo.

3.º A profanação das pessoas, dos lugares, das coisas (ou acções) consagradas a Deus.

O desprezo dos **sacerdotes** recai sobre Deus, porque, diz Jesus Cristo: «O que a vós despreza, a mim despreza» (S. Luc. X, 26); o **insultador**, o **desprezador** do sacerdote

torna-se culpado de um ultraje a Deus e merece o mesmo castigo que os judeus que insultaram e desprezaram o Filho de Deus. «Tôdas as espécies de males provêm da falta de respeito aos ministros de Deus» (S. Jo. Cris.); já no Antigo Testamento se vê, no castigo infligido àqueles rapazes devorados por um urso por terem feito mofa do profeta Eliseu (IV Reis, II, 24). — Profanam-se as igrejas estando nelas sem compostura (a rir, a falar ou voltando-se para trás), escarrando (sobretudo junto do altar, junto da mesa da comunhão). «Os que se portam sem decência na Igreja saem de lá com um pecado maior do que aquêle com que lá entraram» (S. Ambr.). Os pecados cometidos na casa de Deus ferem-no mais; por isso Jesus, *a doçura em pessoa, expulsou com indignação do templo os vendedores e compradores*, dizendo: «A minha casa será chamada casa de oração, mas vós a tendes feito covil de ladrões» (S. Mat. XXI, 13). Aquêle que profana o templo de Deus será confundido (I Cor. III, 17). — Somos obrigados ao mesmo respeito pelas *coisas santas*. Quando David fez transportar a arca da aliança para Jerusalém, Oza foi ferido de morte por lhe ter apenas tocado (e até na intenção de a não deixar cair) (II Reis, VI, 7). O rei Ozias teve lepra por ter tido a presunção de entrar no santuário para aí oferecer incenso (I Par. XXVI). O estorvar e censurar os *actos religiosos* é grave *pecado*; foi o pecado dos *filhos de Heli*, que estorvaram os sacrifícios e roubaram as vítimas (I Reis, II). Este pecado não é raro em nossos dias, em que se vêem impios estorvarem sermões, ofícios, procissões, por acções turbulentas, e insultarem os sacerdotes que levam o viático, ou fazerem dos actos religiosos objecto de suas trocas. Estes delitos são punidos mesmo pelas leis civis. — Não é menos digno de censura o que emprega *palavras santas* em gracejos profanos: por exemplo, frases da Bíblia ou da missa, excitando ao riso os circunstantes. O Concílio Tridentino proíbe este abuso da palavra divina.

4. A blasfêmia; comete-se por palavras ultrajantes contra Deus, os seus santos e os objectos consagrados ao culto (S. T. de Aq.).

Juliano Apóstata não chamava ao Filho de Deus senão *Galileu* (nome que então representava um desprêzo). Derrotado pelos persas e trespassado por uma lança, diz-se que no auge da desesperação arremessara ao céu uma mão cheia de sangue soltando esta blasfêmia: «Venceste, Galileu!»

(363). Há muitos ímpios, — ai! — que proferem blasfêmias mais horríveis do que aquela: até pessoas que se dizem piedosas blasfemam, quando por exemplo cuidam nas suas provações que Deus as castiga mais do que merecem. É blasfêmia **falar de Deus em tom de desprêzo**, como Afonso o sábio de Castela, que, segundo reza a lenda, dizia: «Se eu tivesse estado presente na criação, teria indicado a Deus muitas coisas para reformar». O céu puniu esta blasfêmia com uma horrível tempestade de trovões e relâmpagos, cuja fúria se acalmou pela invocação da virgem e mártir Santa Bárbara (daqui provém o costume de se recorrer a esta santa em tempo de trovoada). É também blasfêmia **atribuir a uma criatura uma perfeição própria de Deus** (S. Boav.). Blasfemava o povo que aplaudia o discurso de Herodes Agripa exclamando: «Isto são vozes de Deus, não de homem» (Act. Ap. XII, 22). Era o pecado familiar dos Judeus: «O meu nome, diz Deus pelo profeta Isaías (LII, 5), é blasfemado incessantemente todo o dia.» O **ultraje aos santos** é também blasfêmia, pois Deus deve ser honrado nos seus santos (Ps. CL, 1); a injúria que se lhes faz sobe até Deus (S. T. de Aq.). Neste ponto algumas pessoas de devoção afectada merecem censura por certas familiaridades que usam com os santos, impróprias da reverência que Deus quer que lhes tenhamos.

Pode-se incluir nesta rubrica o **sacrilégio**, ou a profanação de uma coisa destinada ao culto de Deus.

Foi o pecado do rei de Babilónia Baltasar, que profanou na embriaguez os *vasos sagrados* do templo de Jerusalém, bebendo por eles (Dan. V). Pecado semelhante cometeu um certo jogador, que, para ser mais favorecido pelo jôgo, colocou no chapéu uma imagem de um santo; mas, ao ver que continuava a perder, pegou nela, lançou-a ao chão e sacrilégicamente a calcou aos pés (Meh. 11, 214). Também é sacrilégio o pecado dos que calcam aos pés e amaldiçoam as imagens, que *mutilam cruzes* e estátuas. Por os habitantes de Antioquia terem mutilado umas estátuas do imperador Teodósio, este se enfureceu tanto, que esteve disposto a assolar aquela cidade. Se se considera um crime tão grave, um crime de lesa-majestade, o que se pratica desrespeitando a coroa, ou uma estátua de um rei, quanto maior deve ser o cometido contra o que de qualquer modo representa a Deus? Comete-se so-

bretudo um sacrilégio *recebendo indignamente os sacramentos*, roubando os bens da Igreja, ou cometendo roubo num lugar sagrado. Conta-se que os maçoes arranjam *hóstias consagradas*, por meio de ladrões ou de ímpios que comungam, e que depois cometem contra elas os mais ínimes ultrajes; são as *missas negras*, obra absolutamente satânica.

A blasfêmia e o sacrilégio são pecados verdadeiramente *diabólicos* e da mais alta gravidade.

A blasfêmia é o pecado próprio dos demónios e dos réprobos (S. T. de Aq.). Como Deus fala pela bôca dos bons, assim satanás pela dos blasfemos (S. Bernardino). — O blasfemo é *pior que um cão*: o cão não morde a mão do dono, ainda quando é por êle castigado, por causa do alimento que dêle recebe; o blasfemador lança a baba sobre Deus que o encheu de tantos benefícios, porque as provações são também um benefício (S. Bern.). Quando pediram a S. Policarpo († 167) que renegasse a Cristo, respondeu: «Há 86 anos que o sirvo, e nunca me fêz o mínimo mal; como poderei eu blasfemar o meu Deus e Salvador!» Todos os outros pecados parecem leves em comparação com êste (S. Jer.); na maior parte dos outros pecados não se ataca senão a imagem de Deus, a blasfêmia atinge directamente a Deus. O blasfemo profere seus ultrajes contra o Santo de Israel (IV Reis XIX, 22); a blasfêmia é mais grave que o roubo e o assassinio, pior que o crime de lesa-majestade, porque ultraja o Rei dos Reis. Injuriar um bom príncipe é um crime; mas que crime injuriar a suprema bondade! (S. Agost.). A maior parte dos outros pecados têm origem na ignorância ou na fraqueza humana; a blasfêmia vem da *maldade do coração* (S. Bern.); os outros pecados obtêm uma vantagem: o orgulho satisfaz-se com a estima dos homens, a avareza com o dinheiro, a intemperança com o prazer das comidas; o blasfemo não tem proveito algum, nenhum prazer (S. Bern.). Entre os *Judeus* êste crime era *punido de morte*. A blasfêmia é sempre **pecado mortal**, a não ser que se tenha proferido sem reflexão ou numa excitação que nos tirou o pleno domínio de nós mesmos (S. T. de Aq.). Como não temes, escreve S. Efrém, ver cair o fogo do céu para te devorar, tu que abres a bôca contra o Omnipotente? Como não temes que se abra a terra e te trague? Não te iludas, ó homem, porque é impossível fugir das mãos de Deus!

Deus castiga terrivelmente o blasfemo no inferno e muitas vezes já nesta vida; é também punido no código de muitas nações civilizadas.

Não se mofa de Deus impunemente (Gál. VI, 7). *Baltasar* apenas profanou os vasos sagrados viu a sua sentença escrita na parede por mão vingadora (na mesma noite os inimigos tomaram a cidade, mataram-no no leito e destruíram o seu império — Dan. V). O rei da Assíria, *Senaquerib*, blasfemara também de Deus, marchando contra os Israelitas: o anjo exterminador, matando-lhe 200:000 soldados, obrigou-o a bater em retirada e ele próprio *morreu* às mãos de seus filhos (IV Reis, XIX). *Miguel III*, imperador de Constantinopla, fez num dia da Assunção parodiar os sacramentos no circo; nessa mesma noite houve um tremor de terra, e ele foi morto por seus filhos no meio de um festim. *Herodes Agripa*, que se deixara chamar Deus, foi logo tomado de violentas dores nas entranhas e morreu devorado em vida pelos vermes (Act. Ap. XII, 21). Um israelita blasfemara no deserto: *Moisés* mandou-o logo prender e interrogou o Senhor sobre o castigo que devia dar-lhe. «*Todo o povo, respondeu Deus, o apedreje*» (Lev. XXIV, 14). O insensato que lança uma pedra contra o céu não pode atingir os astros, mas expõe-se ao perigo de a ver cair sobre si; assim o blasfemo não atinge o objecto celeste que ataca, mas atrai sobre si a vingança divina. O blasfemo afia ele mesmo a espada que o há-de ferir (S. Jo. Cris.). Aquêle que injuria a seu *irmão*, merece, no dizer de Jesus, **o fogo eterno** (S. Mat. V, 22); com mais razão aquêle que ultraja o seu Deus. A lei de Moisés punia de morte ⁽¹⁾ aquêle que *amaldiçoava seu pai ou sua mãe* (Ex. XXI, 17), e isto numa época em que os homens conheciam a Deus muito imperfeitamente. Qual será, pois, a pena dos que insultam, não seus pais mas o seu Deus, agora que o conhecimento de Deus deve ser e é mais perfeito? (S. Jo. Cris.). Segundo os costumes das diferentes épocas, a lei civil punia **severamente** a blasfêmia. S. Luís, rei de França, fazia furar com um ferro em brasa a língua dos blasfemadores; a pena foi aplicada pela primeira vez a um rico burguês de Paris e foi um salutar exemplo ⁽²⁾. Se o delito de ofensa ao chefe do Es-

(1) O que blasfema o nome do Senhor, morra de morte (Lev. XXIV, 16). «*São condenados todos os que blasfemarem contra ti*» (Tob. XIII, 16).

(2) O Papa não aprovou este rigor do santo rei de França, e tanto instou com ele que a pena foi mitigada.

tado merece uma pena, com mais razão o delito de ofensa ao soberano Senhor (S. Jo. Cris.). Perguntaram um dia a S. Jer. por que repreendia com tanto zêlo um blasfemador: «Os cães, respondeu, ladram para defender o dono, e eu havia de ficar mudo quando o nome de Deus é profanado? Podem matar-me, mas não me farão calar».

5. A simonia. Consiste ela em comprar coisas sagradas por dinheiro ou por coisas estimáveis a dinheiro.

A simonia era o flagelo da Idade Média; por causa da união dos ofícios eclesiásticos com os poderes feudais, conferiam-se bispados e benefícios a quem mais dava. Contra este abuso lutou enérgicamente o Papa S. Gregório VII, que foi verdadeiro mártir do seu zêlo. Seria simonia oferecer a um padre dinheiro pela absolvição, prestar serviços políticos para obter benefícios eclesiásticos, comprar ou vender relíquias, vender rosários ou objectos bentos mais caros que os não bentos (a venda faz perder as indulgências aos objectos que as têm). Este vício tira o nome de *Simão Mago*, que, vendo os apóstolos conferir o Espírito Santo pela imposição das mãos, lhes ofereceu dinheiro, dizendo: «Dai-me também a mim este poder, que qualquer a quem eu impuser as mãos receba o Espírito Santo» (Act. Ap. VIII, 19). — O simoníaco é punido com **excomunhão** (Pio IX, 12 out. 1869); é a él que se aplicam as palavras de S. Pedro a Simão Mago: «O teu dinheiro pereça contigo, uma vez que tu te persuadiste de que o dom de Deus se podia adquirir com dinheiro» (Act. Ap. VIII, 20). Perde-se o Espírito Santo querendo comprá-lo (S. Ped. Dam.). Contudo o dar uma soma de dinheiro a um sacerdote pela *intenção* de uma missa não é simonia, como o não é o dar uma esmola a um pobre, pedindo-lhe que reze por nós. O *pé de altar* (direitos de estola) dos párocos também não é simoníaco, porque não é a paga de uma coisa sagrada, mas somente uma contribuição para o mantenimento do clero. Se nisso houvesse simonia, S. Paulo não teria dito: «Não sabeis que os que trabalham no santuário, comem do que é do santuário; e que os que servem ao altar, participam justamente do altar? Por este modo ordenou também o Senhor aos que pregam o evangelho que vivessem do evangelho» (I Cor. IX, 13-14).

6. Para reparar as blasfêmias e as ofensas feitas a Deus, alguns piedosos cristãos instituíram a devoção da *Santa Face*.

A tradição cristã diz que a *face* do Salvador se estampou no véu que lhe apresentou a Verónica (corrupção de Berenice) no caminho do Calvário. S. Verónica teria dado esta relíquia a S. Clemente, discípulo e sucessor de S. Pedro; desde aquela época que ela está em Roma e se conserva em S. Pedro. Foi exposta em 1849 e operou milagres⁽¹⁾. Este véu tem distintamente as feições do Salvador: vê-se como os verdugos o tinham horrivelmente desfigurado; é uma imagem das injúrias feitas a Deus e enche-nos de santa compaixão e profundo arrependimento. Outrora os Papas proibiram que se fizessem reproduções dela, mas nos tempos modernos abrogaram esta proibição, e a devoção à Santa Face, favorecida por Deus com numerosas graças, espalhou-se rapidamente. Em Alicante esta devoção obteve chuva após uma longa seca (1849). Em Tours (França) os esforços de um piedoso cristão, M. Dupont († 1876), fizeram com que se erigisse a *confraria da Santa Face*, cujo fim é a reparação das blasfêmias; foi depois erigida por Leão XIII em arquiconfraria, à qual se podem agregar as confrarias (Para a agregação fazer os pedidos para Tours). S. Gertrudes conta nas suas revelações que Jesus Cristo lhe disse: «Aquêles que veneram a imagem da minha humanidade (da minha face) serão iluminados pelo esplendor da minha divindade até ao fundo da sua alma». Refere-se que dissera também à Irmã S. Pedro (1845): «Como em cada nação se podem obter tôdas as coisas com uma moeda que traz a efígie legal, assim se pode obter tudo de mim com a moeda preciosa da minha Santa Face» e ainda: «Quanto mais fizerdes reparação à minha Face desfigurada, mais eu restabelecerei a imagem de Deus, desfigurada pelo pecado, no esplendor do batismo.»

(1) Durante a exposição, na noite de Natal, de 1849, foi vista durante três horas rodeada de grande esplendor. — Conserva-se em Jaen (Espanha) outra relíquia da sagrada Face, dizendo a tradição que a Verónica enxuga-
ra a face do Senhor com duas toalhas.

III Mandamento da lei de Deus

«Lembra-te, diz Deus ao seu povo no Sinai, de **santificar o dia de sábado**. Trabalharás só seis dias e farás nêles tudo o que tens para fazer» (Êx. XX, 8). É, pois, entender incompletamente este mandamento o incluir nêle só o repouso semanal; ele é *duplo* e ordena 1.º *este repouso*, 2.º o trabalho (Cat. Rom.).

Pelo 3.º mandamento Deus manda-nos **santificar o domingo e trabalhar** durante a semana.

1. A santificação do domingo

Deus ordenou ao homem um **dia de descanso**, a fim de que cuidasse do seu bem espiritual e temporal.

A fim de que o homem, com os mil cuidados da vida, não esqueça o seu Criador, seu último fim, e não recaia numa espécie de estado selvagem, Deus ordena-lhe que santifique um dia por semana. Satisfazemos periodicamente as nossas necessidades materiais, a fome, a sede, o sono; assim Deus quis que tivéssemos dias fixos para reflectir nas verdades eternas e restaurar as *fôrças da alma* (Mons. Gaume). Nos dias de guarda o homem tem tempo para *reparar pela oração* as faltas cometidas (S. Greg. Ma.) e *agradecer a Deus* os benefícios recebidos durante a semana. O homem não pode também trabalhar incessantemente sem que em breve se deixe vencer pelo cansaço. Assim como precisa ir descansando de quando em quando o que se propôs subir a um elevado monte, para nesse descanso recuperar novas fôrças, assim também precisa de repouso o homem trabalhador. O dia de repouso é uma graça de Deus, e a quietação desse dia é uma imagem do futuro *descanso* que gozaremos no céu (Heb. IV,

9). O dia do Senhor é uma figura da alegria que experimentaremos na pátria celeste. Com a alegria deste dia fortificamos entre nós o desejo da alegria eterna que nos espera (S. Greg. Ma.). Até os nossos *fatos domingueiros* são também um símbolo da felicidade do céu.

1. Deus mandou santificar o 7.^º dia, porque ele repousou no 7.^º dia da criação.

«Deus, diz Moisés na sua narrativa da criação, abençoou o dia sétimo e o santificou, porque nêle mesmo cessara de toda a sua obra» (Gén. II, 2). Sendo o homem *imagem de Deus*, deve imitá-lo e por conseguinte, a exemplo dêle, repousar no sétimo dia depois do trabalho de seis dias. «O número setenário pertence às leis fundamentais da natureza e da religião (S. T. de Aq.). Há 7 cores no espectro solar, 7 notas na música. Deus fez os astros a-fim-de que «sirvam de sinais para mostrar os tempos, os dias e os anos» (Gén. I, 14); a lua, em particular, tornou todos os povos cuidadosos do repouso semanal, porque tem fases novas de sete em sete dias. Já no ano de 150 Teófilo de Antioquia escrevia: «Todos os povos do universo conhecem o 7.^º dia». Os cristãos observam o domingo, os judeus o sábado, os maometanos a sexta-feira, os mongóis a quinta-feira, os negros da Guiné a terça-feira, os maniqueus e os idólatras de Ormuz e de Goa a segunda-feira.

Também Deus determinou que se santificasse o sétimo dia porque o repouso do sétimo dia é condição indispensável para a conservação da saúde do corpo humano.

Deus procura em tudo não só a sua honra mas também a nossa utilidade. Está provado que o homem, depois de seis dias de trabalho, precisa descansar. Pelo mesmo motivo que nos é necessário um descanso de seis ou sete horas por dia para dormirmos, a-fim-de refazer a energia corporal perdida, também no fim de seis dias de aturado trabalho temos necessidade de um dia destinado todo ao repouso. A Revolução francesa, intentando fazer desaparecer do mundo todos os vestígios sagrados da Religião de

Cristo, quis alterar o dia destinado ao descanso, porém viu-se em breve obrigada a voltar ao costume primitivo. Não é permitido que os homens *corrijam os planos divinos*. Não há ciência, nem destreza, não há resoluções que valham contra Deus (Ecli. XXI, 30). O próprio Proudhon, socialista exaltado, diz: Tirai um dia à semana, de sorte que aos cinco dias de trabalho se siga um para descansar, e vereis que o tempo para repousar é excessivo; estendei também a semana, destinando sete dias para trabalhar e o oitavo para o repouso, e achareis que é excessivo o tempo do trabalho. Ordenai ao homem que trabalhe doze dias consecutivos, permitindo-lhe que no fim dêsses tempo descanse durante dois, e o matareis com a inacção, depois de lhe terdes esgotado toda a energia com o cansaço.

2. Deus ordenou aos Judeus que guardassem o sábado.

O sábado era *para os judeus dia de festa*, porque nesse dia haviam sido **libertados da escravidão do Egito**; mas Deus quis ainda que ele fosse *santificado* pelo *repouso*, pela abstenção de todo o trabalho servil. «No sábado não farás obra alguma» (Ex. XX, 10), daí precisamente o nome de sábado que quere dizer *repouso*. Era o dia mais próprio para o culto divino, porque recordava os benefícios de Deus mais assinalados (Ezeq. XX, 12); além disso era figura do *repouso do Messias futuro no sepulcro*.— Os judeus observavam o sábado mui rigorosamente; a sua profanação era severamente punida, e não podiam entregar-se à *mínima ocupação*; o próprio maná não caia nesse dia. Um israelita, que apenas apanhara lenha, foi apedrejado (Núm. XV, 22), e os Fariseus contestavam até o direito de praticar obras de cariadde (S. Mat. XII, 12).— O sábado hebreu coincidia com o nosso, mas para os cristãos o dia santo é o domingo.

3. Os apóstolos substituíram o sábado pelo domingo, porque Jesus Cristo ressuscitou a um domingo.

O domingo é propriamente o dia da **SS. Trindade**; porque ao domingo, no primeiro dia da semana (Act. Ap.

XX, 7; I Cor. XVI, 2), o *Pai* *começou a criação*, o *Filho ressurgiu dos mortos* e o *Espírito Santo desceu sobre os Apóstolos* (por isso ao domingo se reza o símbolo Atanásiano no ofício divino). — Os Apóstolos eram competentes para fazerem esta mudança, porque a lei do Sinai referia-se mais ao repouso semanal que a um dia determinado, e a lei do Antigo Testamento não era mais que uma figura do novo. — O domingo é também chamado **dia do Senhor** (Apoc. I, 10), porque é especialmente destinado ao seu serviço. Foi S. Justino (139) o primeiro que empregou o termo **dia do sol** na sua apologia, e com razão, porque nesse dia o Salvador, semelhante ao sol nascente, brilhou no esplendor da *ressurreição* (S. Ambr.). Foi o dia em que Deus criou a *luz*, em que o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos em *línguas de fogo*, e em que cada um deve procurar novas *luces* sobre o seu destino. Constantino introduziu a observância do domingo na legislação civil (321), no que foi seguido por Carlos Magno e todos os legisladores civilizados.

4. Ao domingo somos obrigados a abster-nos de trabalhos servis, a assistir aos ofícios públicos religiosos, a tratar da *salvação da nossa alma* e a procurar honesta recreação.

O dia festivo foi estabelecido precisamente para nosso bem espiritual e corporal. — Chamam-se **trabalhos servis** aquêles que se fazem principalmente mediante esforços *matériais* e que causam fadiga *corporal*; são assim designados por serem executados por pessoas de serviço (S. T. de Aq.). Se tomassemos a lei no sentido estrito, o *comércio* (feiras e mercados) seria também compreendido na ideia do trabalho servil; contudo, diz o Cardial Gousset, o costume em certos países pode fazer admitir uma certa tolerância, salvo para a hora dos ofícios religiosos pelo menos onde não houver mais que uma missa. A exemplo de Deus, devemos *repousar* ao sétimo dia e, como Cristo no dia de domingo *depôs a mortalha e o sudário e saiu do túmulo*, assim nós nos devemos desprender dos laços dos cuidados temporais e elevar-nos para Deus pela oração. O repouso corporal é necessário à alma, porque o homem extenuado pela fadiga é *incapaz de orar*. — O **ofício público obrigatório** é a **Santa Missa** (à qual se junta ordinariamente a

prédica⁽¹⁾). A Igreja exige a assistência à santa missa, porque não há mais sublime acto de culto do que a renovação do sacrifício da cruz. Desde os primeiros séculos, testemunha S. Justino, os fiéis assistiam ao santo sacrifício; fazia-se uma homilia ao Evangelho e o uso conservou-se, em geral. A santa missa é obrigatória ao domingo, porque não existe ofício religioso mais perfeito.

Tratamos também da **nossa salvação** ao domingo pela recepção dos sacramentos, pela oração, pela assistência à preédica, pelas boas leituras e pela prática das obras de misericórdia. A nossa honesta **recreação** fazemo-la com passeios e prazeres permitidos.

Prescreve-se-nos o repouso corporal precisamente para nos permitir trabalhar com mais zélo para a *nossa salvação*. Não são os fatos mais belos, mas a pureza e a beleza da alma que fazem o domingo (S. Leão M.). Deve-se, em sinal de respeito pelo domingo, não só fazer a barba ou cortar o cabelo, mas cortar tudo que for pecado ou vício (S. Boav.). Ao domingo, mais que nos outros dias, a Igreja facilita-nos a *recepção dos sacramentos*; ela deseja que recebamos a sagrada comunhão (Conc. Tr. XXII, 6). A Igreja, ao domingo, fornece-nos também ocasião de *orar*, pelos seus ofícios da tarde, e em todas as Igrejas paroquiais deve haver ao domingo, pelo menos, um *sermão*. Os nossos antepassados tinham por costume ao domingo fazer *leituras piedosas*, especialmente das explicações dos evangelhos e da vida dos santos. Cristo curou a maior parte dos doentes ao sábado, a-pesar-do escândalo e das murmurações dos Judeus: o da mão tolhida (S. Mat. XII, 9-12), o cego de nascença (S. Jo. IX), o hidrópico em casa do chefe dos Fariseus (S. Luc. XIV, 1); era para nos ensinar que no dia do Senhor devemos praticar obras de caridade e também que neste dia alcançamos mais facilmente os seus benefícios.

São licitos ao domingo os trabalhos *servis* absolutamente indispensáveis; as ocupações de pouca im-

(1) Ver adiante o 2.º mandamento da Igreja.

portância; o trabalho intelectual; as recreações decentes.

É permitido fazer **trabalhos servis necessários**. Deus não quere que êste mandamento nos cause dano: «O sábado, diz Jesus, foi feito em contemplação do homem e não o homem em contemplação do sábado» (S. Marc. II, 27). São, pois, permitidos os trabalhos necessários para manter a vida: preparar os alimentos, recolher as colheitas quando o perigo da perda é sério; tudo o que é de ordem e de interesse geral: certos serviços de correio, caminhos de ferro, telegrafo, polícia. A autoridade eclesiástica é competente para permitir em dados casos o trabalho ao domingo, «porque, diz Jesus, o Filho do Homem é também senhor do sábado» (S. Luc. VI, 5), e o que pode o Filho do Homem também a Igreja pode. — Como o domingo foi instituído especialmente para o nosso *bem espiritual* e para a nossa salvação, é permitido, e mesmo obrigatório, ao domingo fazer tôdas as obras que a êsse fim possam servir, em especial o que diz respeito ao *culto divino*. «Os sacerdotes, diz Cristo, nos sábados no templo quebrantam o sábado, e ficam sem pecado» (S. Mat. XII, 5). Somos igualmente obrigados, nesse dia, às **obras de misericórdia**, porque nada contribui mais para a nossa salvação; delas dependerá a sentença do *Supremo Juiz*, que nos deu pessoalmente o exemplo da beneficência ao sábado e expressamente a declarou permitida (S. Mat. XII, 12). As obras servis são proibidas, mas não as da caridade para o bem do próximo (S. Ireneu). Santa Odila (1) erigira um hospital na vizinhança do seu convento: aí visitava os doentes todos os domingos depois do ofício religioso e servia-os todo o dia: muitos santos fizeram o mesmo. Contudo não se podem fazer ao domingo senão as obras servis de misericórdia necessárias. «Com efeito, diz Suarez, se por um motivo de caridade todos os trabalhos servis fôssem permitidos, todos os artistas e operários poderiam trabalhar com esta intenção, o que seria o mesmo que a abrogação da lei». As obras de misericórdia podem mesmo dispensar da santa missa, porque elas em si são um culto de Deus (S. T. I, 27). «Misericórdia quero, diz o Senhor, não sacrifícios» (S. Mat. IX, 13): isto é, prefiro as obras de caridade aos actos exteriores do culto. Todavia é preciso assistir aos ofícios religiosos, na me-

(1) Padroeira da Alsácia († 720)

dida do possível, segundo o preceito de Cristo: Fazer uma coisa e não omitir a outra (S. Mat. XXIII, 23). Por exemplo: que haviam de fazer os fiéis se à hora da missa se atesse um incêndio que fosse necessário apagar? Se com a mesma coincidisse uma inundação? — São também permitidos os **pequenos trabalhos domésticos** cuja omisão seria um desarranjo: o varrer os quartos, os trabalhos usuais de cozinha, um conserto ligeiro num fato inesperadamente rasgado; com mais razão, é permitido o **trabalho intelectual**: a leitura, a escrita, a música, — Como o domingo é instituído para nossa **distracção**, as recreações honestas, como o passeio, o jôgo moderado, não são proibidas.

Pecados contra a santificação do Domingo

Peca-se contra o mandamento da santificação do domingo:

1.º Quando se faz sem necessidade um **trabalho servil** ou se manda fazer a outrem.

O imperador Valentiniano costumava dizer: «Aquêle que trabalha ao domingo é um sacrílego, como aquêle que lança vinho impuro num vaso sagrado.» O cristão deve o repouso dominical *aos seus subordinados*, mesmo aos animais de carga (Ex. XX, 8-10); por isso os criados e operários devem abandonar os patrões que obrigam a trabalhar ao domingo. — Comete-se já **pecado mortal** fazendo um trabalho servil assíduo durante 2 1/2 ou 3 horas sem motivo grave. O pecado será talvez menos grave se o trabalho é mais leve, se há motivos reais, ainda que imperfeitamente suficientes, se há temor fundado de ser despedido do lugar que se ocupa (mas o patrão comete um pecado mortal). — O pecado é grave quando há **escândalo** fundado, ainda quando o trabalho é leve e o tempo mais curto; foi também por esse escândalo que Jesus Cristo disse: «melhor fôra que se dependurasse ao pescoço do escandaloso uma mó de atafona e que o lançassem no fundo do mar» (S. Mat. XVIII, 6). Para os israelitas Deus havia decretado: «Aquêle que violar o sábado morrerá de morte; o que trabalhar neste dia, perecerá a sua alma do meio do seu povo» (Ex. XXXI, 14).

2.º Quando se **falta** sem motivo à **Missa**.

Certos divertimentos do sábado fazem muitas vezes perder a missa ao domingo. «Que loucura, diz S. Francisco de Sales, transformar a noite em dia e o dia em noite, e descurar os seus deveres para com Deus por fúteis divertimentos!»

3.^o Quando nos entregamos a *recreações demasiado rumorosas, demasiado fatigantes para o corpo, ou mesmo pecaminosas.*

Tais são as caçadas de montaria e mui violentas, os bailes públicos, estes últimos especialmente, que são causa de tantas imoralidades, de rixas, de prodigalidades, que levam ao tédio, ao trabalho e à vadiagem. As recreações mais profanadoras do domingo são as que são mais pecaminosas, porque de tôdas as obras o pecado é a mais servil, porque nos torna escravos do demónio (S. Jo. VIII, 34). Desgraçados de nós se, no dia consagrado ao serviço de Deus e à salvação da nossa alma, ofendemos a Deus e fazemos à nossa alma feridas mortais; se das festas do céu fazemos festas do inferno (Mons. Gaume). Certos cristãos esperam o dia do Senhor a-fim-de abusarem da folga do trabalho para a liberdade do vício (Eus. Ces.). Para muita gente os *dias de festa são os melhores dias de trabalho* para Satanás (Schmitz). — Este imita Apolónio, o cruel general de Antíoco, que com os seus 22:000 homens esteve tranqüilamente em Jerusalém tôda a semana e ordenou tôdas as matanças ao sábado. Também ele deixa em repouso as almas tôda a semana; mas chega ao domingo, e impele-as para tôda a espécie de pecados, para o orgulho e a vaidade dos fatos, para a paixão do jôgo e da dança, para as visitas perigosas, para a intemperança do comer e do beber: as mulheres para a *toilette* insensata, os homens para as satisfações sensuais, que desviam para o pecado as mais santas instituições (S. Ant.). O domingo expulsa o demónio do lucro, da avidez material, mas parece que vêm substituí-lo os sete demónios das voluptuosidades sensuais, piores que êle. Dir-se-ia que estão pregados às banderas das associações de canto, de tiro, de bombeiros, de ginástica; dissolvem a vida de família e devoram as economias (Mons. Schmitz, bispo auxiliar de Colónia). S. Agostinho pregunta a si mesmo se não era melhor profanar o domingo com trabalho do que com êsses vícios. Ofender a Deus é coisa muito pecaminosa, mas é um duplo crime

ofendê-lo no dia que lhe é consagrado. Abusar dêste dia para as loucuras do mundo, é uma *espécie de sacrilégio* (S. Cipr.), é saquear os tesouros da Igreja (S. J. Cris.).

Motivos que devem levar-nos a observar o descanso dominical

1. A santificação do domingo atrai sobre nós bênçãos temporais.

Deus é tão *bom* que pede para seu serviço não obras custosas, mas únicamente o repouso. «A semana tem 168 horas; Deus não te pede senão uma e tu queres empregá-la em obras profanas!» (S. J. Cris.). O homem não **tragará bom êxito**, verdadeiramente, nas suas emprêsas, senão observando o domingo. Cristóvão Colombo na sua viagem para a América observava o mais possível o repouso dominical: isto não retardou o êxito da sua expedição. Aquêles que santificam o domingo são muitas vezes providencialmente **protegidos contra grandes desgraças**. Um marinheiro, empregado numa companhia de vapores do Mississípi, recusou-se a descarregar mercadorias ao domingo e foi despedido; poucos dias depois a caldeira rebentou, e a maior parte dos seus companheiros morreram. Deus **aumenta a riqueza** daqueles que guardam o domingo. Um operário pretendia que a necessidade o forçava a trabalhar ao domingo: um dos seus amigos propôs-lhe que experimentasse durante 6 meses, prometendo-lhe indemnizá-lo das perdas eventuais. A experiência fez-se, e o operário confessou que durante aquêles seis meses ganhara mais que antes. Não é sem razão que se diz na Escritura: «Deus abençoou o dia sétimo» (Gén. II, 3).

2. Deus castiga os profanadores do domingo com penas temporais, especialmente com doenças e pobreza.

O domingo é como o fogo, que representa um grande benefício, mas quando é mal usado prejudica e destrói. Assim o domingo santificado traz benefícios, profanado acarreta desgraças. Deus *castiga muitas vezes* os que trabalham ao domingo. Foi por causa da profanação do sábado que Deus fez destruir a cidade de Jerusalém por Nabucodonosor e levar os Judeus para o cativeiro (II Esdr. XIII,

18). O castigo habitual dos profanadores do domingo é que se tornam *escravos de todos os vícios* (Luís de Gr.); aquêles que no domingo procuram as riquezas da terra encontram tesouros de pecados e perdem os do céu (S. Ambr.). — Trabalhando sem interrupção, **arruina-se a saúde**; quando se sobe uma montanha é preciso parar a espaços, se não, pode cair-se de cansaço. «O repouso, diz Mons. Gaume, é uma lei natural como o alimento.» O trabalho de certas fábricas causa a *morte prematura* de grande número de operários; morrem aí mais do que num campo de batalha. O repouso do domingo é, pois, um dever não sómente para com Deus, mas também para consigo mesmo; a profanação do domingo é um suicídio: e o que manda trabalhar ao domingo é homicida. — «Visitar-vos-ei, diz o Senhor a êsses profanadores, com a **indigência**» (Lev. XII, 16). Trabalham sem enriquecer, porque os desampara a bênção de Deus. Trabalho em dia santo é alegria do demónio. Como Deus pune habitualmente por onde se pecou (Sab. XI, 17), aquêle que profanou o domingo por *avareza* obtém o contrário do que procurava: empobrece. O que profana o dia festivo é ladrão, pois rouba a Deus a sua honra; e do ladrão já sabemos que «o mal adquirido não o faz medrar». Por isso é freqüente vermos perder a fazenda e haveres aos que trabalham ao domingo. Este vício atrai às vezes sobre países inteiros falta de colheitas, saraiva, inundações, etc. Os *chineses* são um dos raros povos sem repouso semanal; ora corporalmente são muito baixos, são cobardes, imorais, vítimas de doenças epidémicas, e as recentes guerras, sobretudo com o Japão, mostraram como é nula a força de resistência desta nação de 400 milhões de almas.

3. A profanação do domingo arruina a **família** e a **sociedade**.

Mina primeiramente a **família**, porque os membros de uma família que não freqüenta a igreja *perdem* a pouco e pouco a *noção dos seus deveres* e caem nos maiores desregramentos: o pai torna-se pródigo, a mãe negligente, os filhos desordenados. Os laços da família relaxam-se e o lar doméstico, em lugar de abrigar um paraíso, não é mais do que um inferno. O pai que trabalha ao domingo descura forçosamente o mais santo dos seus deveres, a *educação dos filhos*; o operário ocupado toda a semana só tem, com efeito, este dia para aprender a conhecer os seus fi-

lhos e dar-lhes bons conselhos. — Mas desde que a família está minada, toda a **sociedade** é abalada; um edifício desmorona-se desde que os *seus fundamentos vacilam*. A profanação do domingo é uma *revolta aberta contra a autoridade de Deus*; segue-se que ela faz perder o respeito a toda a autoridade, paterna, civil e religiosa; faz perder a noção e a prática da religião, faz esquecer a Deus como fim último e faz retrogradar o homem para a *barbárie do paganismo*. — A Igreja, com a sua festa dominical, é a barreira que separa o verdadeiro cristão do cristão de nome, os predestinados dos réprobos; seremos separados na eternidade daqueles de quem nos houvermos separado neste mundo; aquél que ao domingo não se conta entre os filhos de Deus, será excluído da sua família na eternidade. O momento da nossa morte será o que tiverem sido os nossos domingos; é ao domingo que nós acumulamos os bens eternos (S. Greg. Naz.).

4. A santificação do domingo **não prejudica os negócios temporais**.

Certos fabricantes dominados pela ganância dão o pretexto de que o repouso do domingo *paralisa a produção* e prejudica consideravelmente a indústria; mas é falso. A experiência prova que diminuindo as horas de trabalho se aumenta a *fôrça de produção do operário*: o operário que guarda o domingo trabalha mais e melhor durante a semana. Um arco demasiado tenso perde em elasticidade, e o operário sobreexregado de trabalho, em fôrça produtiva. «Quereis, diz Rousseau, criar um povo activo e industrial — dai-lhe festas. Esses dias perdidos serão largamente recompensados.» Na Inglaterra o repouso dominical é muito rigoroso: as lojas, as tabernas, os teatros, etc., estão fechados, e contudo a Inglaterra caminha na vanguarda das nações industriais. Os judeus guardam rigorosamente o sábado, e não obstante não vemos que lhes corriram mal os negócios temporais.

2. O mandamento do trabalho

O trabalho é de duas espécies: *intelectual* ou *corporal*.

É erro não considerar como trabalhadores senão os operários de fábrica, os artistas, os criados, excluindo os sá-

bios, os funcionários, os sacerdotes, os professores, os médicos, etc. Não fazem trabalho *manual*, mas um trabalho de cabeça, que é muitas vezes *mais penoso* e ocasiona maiores incômodos que o primeiro. Por isso vemos que as pessoas que se entregam a penosos trabalhos mentais não costumam gozar de grande saúde, e muitas vezes padecem enfermidades nervosas, neurastenia, anemia, etc.

Os pagãos consideravam o trabalho como um opróbrio; foi Jesus Cristo quem o ennobreceu e santificou.

Os pagãos tinham o trabalho manual por coisa de escravos. O próprio Cícero dizia: «Todo o lucro que o homem obtém como jornaleiro, é vulgar e desonroso». No paganismos havia *duas classes* de homens: a aristocracia ou os senhores e os *escravos* ou *operários*, que em muitos estados não gozavam do direito de cidadãos, ao passo que os primeiros, desprezando o trabalho, passavam o tempo na ociosidade ou limitavam-se aos empregos públicos. O **Salvador** veio e **santificou o trabalho** pelo seu exemplo e pelos seus ensinamentos, escolheu para pai putativo um carpinteiro, a cujo lado trabalhou ele próprio até à idade de trinta anos, tanto assim que, quando mais tarde ensinava na sinagoga de Nazaré, sua pátria, diziam os vizinhos: «Não é este o oficial?» (S. Marc. VI, 3). Também escolheu os seus apóstolos entre os trabalhadores (pescadores). E na parábola dos operários que mandou para a vinha, deu-nos a entender que temos de trabalhar para alcançar a bem-aventurança (S. Mat. XX). Por isso os *cristãos ilustres* não se envergonharam do trabalho: S. Paulo ganhava a vida no seu ofício de fabricante de tendas (Act. Ap. XX, 31; XVIII, 3); S. Hilário trabalhava nos campos, e os monges da Idade Média ocupavam-se na agricultura e em copiar manuscritos. Alexandre Magno costumava dizer: «O trabalho é próprio de reis, a ociosidade é património dos escravos». As filhas de Carlos Magno aprenderam cada uma um ofício doméstico para com ele servirem a seu pai. Todos os membros da família Hohenzollern têm que aprender um ofício manual. — *Um ofício e os trabalhos manuais não são desonra*; pelo contrário, honra-se o homem, ganhando o sustento com a sua actividade e o seu esforço pessoais (Leão XIII). O que degrada o homem é a ociosidade e o vício; não é portanto degenerar o ir servir. Servir a um homem, na ordem

providencial, é servir não ao homem mas a Deus, que assim o dispôs: Jesus mesmo veio para servir e não para ser servido. A condição de servo vale mais que o estado de escravo de uma paixão (S. Ag.); os servos devem considerar-se como postos ao serviço de Deus (S. Greg.). Não há, pois, serviço desonroso, contanto que seja honesto.

1. Depois do pecado original, Deus impôs ao homem o trabalho como *uma pena*.

Isto não querer dizer que antes do pecado o homem não trabalharia; teria trabalhado e as suas ocupações seriam para ele um prazer. Depois da queda Deus disse ao homem: «Comerás o teu pão no suor do teu rosto» (Gén. III, 19), até que te tornes na terra de que foste tomado». E, realmente, o homem vê-se forçado a amanhar a terra, porque esta não produziria o necessário sustento, se não fosse trabalhada e lavrada. Se não houvesse trabalho no mundo, os homens acabariam por morrer de fome. Sentimo-nos incitados ao trabalho pela própria natureza, como vemos nos ociosos, que embora não cumpram com as suas obrigações, nem por isso vivem em absoluta inacção, mas ocupam-se em alguma coisa para se distraírem. Raras vezes se encontra entre eles um verdadeiro ocioso, mas sim uma ociosidade ocupada em nenharias. O homem foi criado para 'trabalhar, como a ave para voar (Job V, 7). Os próprios animais, como a formiga (Prov. VI, 6) e a abelha, dão-nos um exemplo frisante de uma vida laboriosa. Se, pois, o trabalho aturado é da vontade de Deus, temos de suportar com paciência a sua dureza. Também se interpretam neste sentido as palavras de Jesus Cristo: «o que não toma a sua cruz e não me segue, não é digno de mim» (S. Mat. X, 38).

2. O mandamento do trabalho é imposto a todos os homens, segundo a sua capacidade: «Se algum não quiser trabalhar, diz S. Paulo, não coma» (II Tess. III, 10).

Isto é uma verdade, sobretudo depois do pecado original; todos fomos atingidos por ele, portanto todos lhe devemos sofrer a pena. Para nos obrigar ao trabalho Deus tornou a terra estéril sem os esforços do homem. A ociosidade

universal seria a fome universal: eis por que S. Paulo emitiu o princípio acima citado. Os ricos são, pois, também obrigados ao trabalho; podem empregar o seu fruto em esmolas e boas obras. Quantas princesas e mulheres ricas confeccionaram com suas próprias mãos paramentos sagrados, como S. Isabel de Portugal († 1336). Preguntaram um dia a alguém que lograra granjear cabedais, por que motivo continuava a trabalhar: «Julgais então que Deus me deu as mãos para não fazer nada?» Por isso S. Bento na regra prescrevera alternativamente a oração e o trabalho. — Aquelle que não pode trabalhar está evidentemente dispensado; S. Paulo não diz: «Se algum não trabalha, não coma», mas «se algum não quere trabalhar, não coma». «O homem, diz Job, nasce para trabalhar, como a ave para voar» (V, 17); os mesmos animais, como a formiga, nos exortam ao trabalho (Prov. VI, 6). Por isso S. Paulo escrevia assim: «Nós vos rogamos que trabalheis com vossas mãos, como já vo-lo temos ordenado» (I Tess. IV, 11). — O rico que recebeu de Deus certos dons, deve, como os demais, empregá-los para bem dos homens, e não se assemelhar àquele servo do Evangelho que enterrou o seu talento. Mas pode alguém objectar que os ricos com seus trabalhos manuais fariam uma perniciosa concorrência aos jornaleiros. Tal não sucederá, porém, se os ricos se ocuparem em obras de beneficência, trabalhando, por exemplo, como fazem muitas senhoras piedosas, em fazer roupas para os pobres, etc.

3. O homem é obrigado, antes de mais nada, aos deveres próprios do seu estado.

A sociedade humana comporta necessariamente *estados diversos*: médicos, sacerdotes, lavradores, artistas, jurisconsultos, soldados, celibatários e casados; assemelha-se a um corpo em que cada membro tem uma função especial (I Cor. XII, 13), a um relógio, no qual todas as rodas, grandes e pequenas, se entrelacham. — É Deus que chama cada homem a um determinado estado, chamado por isso *vocação*, dando-lhe para ele gôsto, capacidade e ocasião. Por conseguinte o homem sente para esse estado uma atração interior que deve seguir, como as aves de arriboão seguem no outono o instinto que as impele para os países quentes. Não seguir a própria vocação e abraçar um estado para o qual se não é chamado, o mesmo seria

que uma ave de arribação permanecer no inverno nos países frios: num e noutro caso é a morte, temporal para esta, eterna para aquêle. Os pais devem, pois, ter muito cuidado em não violentar a vocação de seus filhos. — Visto que a vocação vem do próprio Deus, *cumprir os deveres do próprio estado* é precisamente **servir a Deus**; estes deveres são, pois, os *mais importantes*, todos os outros lhes são secundários. «Tudo que não é dever de estado é vaidade e ociosidade» (Card. Galura). É preciso saber deixar a Deus por Deus, dizia S. Filipe Neri (1). Para Cristo o dever de estado era salvar o mundo: logo que se tratava disso, deixava tudo o mais. Foi assim que aos 12 anos deixou seus pais para ficar no templo e, quando sua Mãe santíssima se lhe queixava, a resposta que lhe deu foi: «não sabeis que importa ocupar-me das coisas que são do serviço de meu Pai?»; conversando com a Samaritana no poço de Jacob, esquecera-se até de comer (S. Jo. IV, 34). Moisés fez o mesmo: quando no seu colóquio com Deus no Sinai soube que o povo caíra na idolatria, suspendeu o colóquio e desceu ao meio do povo (Ex. XXXII, 7).

O cumprimento fiel dos deveres do estado conduz à *perfeição*; a negligência neste ponto leva à ruína temporal e eterna.

A exactidão nos deveres de estado é um sinal de que se é *consciencioso em todas as coisas*. A vocação é como a mola real de uma máquina, é da sua marcha regular que depende o andamento de toda a máquina. Assim se explica por que é que nos processos de canonização se informam primeiramente da fidelidade com que o defunto cumpriu os deveres do seu estado. É, pois, um grande erro, cometido mesmo por pessoas piedosas, imaginar que o tempo consagrado aos deveres do mesmo estado é perdido para o serviço de Deus e para a salvação; ao contrário, é o caminho mais rápido para chegar à perfeição, ao passo que que é uma tentação muito perigosa do demónio ter tendência para descurar os deveres do estado por causa da oração e das obras de piedade. Aquêle que os não cumpre está em estado de pecado mortal, ainda que ressuscitasse mortos: ainda que rezasse todo o ano e

(1) Quere dizer: preferir os deveres do seu estado aos exercícios de piedade propriamente ditos.

jejuasse tôda à vida, não se salvaria (S. Fr. de S.) — A oração não salvará aqueles que não querem trabalhar. Os nossos exercícios de piedade devem regular-se segundo as obrigações da nossa vocação: uma piedade que é de obstáculo a êsses deveres é uma piedade falsa (Id.). Nenhum estado que seja bom em si mesmo, é obstáculo à salvação (I Cor. VII, 17).

4. Durante o trabalho devemos muitas vezes elevar a nossa alma para Deus; portanto, antes do trabalho, devemos pedir-lhe a sua graça e durante o trabalho recitar orações jaculatorias.

Nada logra bom êxito sem a bênção de Deus, como se vê na pesca miraculosa (S. Luc. V). Crede-me, dizia S. Vicente de Paulo, três operários fazem mais com a graça de Deus que dez sem ela. O tempo que empregamos com Deus nunca se perde. A obra que se começa com a oração está já meio acabada. Como Deus ajuda o que faz as coisas em seu nome, vê-se no combate de David com Golias, a quem disse David antes de entrar em luta: «Tu vens a mim com espada, lança e escudo; eu, porém, venho a ti em nome do Senhor dos exércitos» (I Reis, XVII, 45). Ir para o trabalho sem orar é fazer como o soldado que partisse sem armas para a guerra. S. Paulo exorta-nos a fazer acto de boa intenção antes do trabalho pelas bem conhecidas palavras: «ou vós comais ou bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para a glória de Deus» (I Cor. X, 31) (1). Antes de tôdas as nossas acções é preciso imitar o atirador que mira com precisão o ponto que quere atingir; é necessário, pois, antes do trabalho, fazer o sinal da cruz ou dizer mentalmente: «Para maior glória de Deus». Podeis escrever um número infinito de zeros — não terão valor algum se os não fazeis preceder ao menos por uma unidade; o mesmo sucede com as nossas acções; em si mesmas são zeros, mas, se as fazemos em nome de Deus, êle fá-las preceder de uma unidade e torna-as meritórias. — Durante o trabalho é preciso fazer o que se faz quando se escreve: de vez em quando molha-

(1) O catequista nesta ocasião fará recitar o acto de oferta e boa intenção.

se a pena no tinteiro para poder continuar; assim também é preciso durante o trabalho elevar a alma para Deus a fim de receber novas forças para o trabalho. A exemplo dos pilotos, que a cada instante observam a bússola, é necessário de vez em quando olharmos para Deus (S. Fr. de S.). Os anjos, mesmo enquanto servem os homens, não cessam de ver a Deus face a face (S. Boav.). Os arquitectos, mesmo quando andam erguendo o edifício, não cessam de trazer na mão o esquadro e o fio de prumo; assim nós, que temos de construir uma casa no céu, devemos ter continuamente diante dos olhos o cordão da caridade, a fim de não trabalharmos senão por esse motivo (S. Fr. de S.). Por isso S. Paulo diz: «Orai sem intermissão» (I Tess. V, 17). É preciso, portanto, habituar-nos a recitar freqüentes vezes **orações jaculatórias** durante o trabalho, por ex.: «Senhor, vinde em meu auxílio!» ou então: «Tudo para maior glória de Deus». Tende, portanto, por divisa: «Oração e trabalho!» (*Ora et labora*) ou então: «Mãos no trabalho e coração em Deus». Como o valor de nossas obras perante Deus depende da nossa boa intenção, muitos trabalhos de pessoas humildes têm mais merecimento diante de Deus que as façanhas daqueles cujos nomes são imortalizados na história.

5. O trabalho alcança recompensa eterna, porque é uma forma do serviço de Deus.

Como Deus no paraíso impôs a Adão o trabalho como penitência, logo que ele caiu em pecado, aquele que trabalha *cumple a vontade de Deus*, e por consequência pratica uma obra que lhe é agradável. Ainda que o trabalho seja uma penitência imposta por Deus, cumpri-la é tão bom como orar. Muitos homens espirituais são de opinião que o trabalho é melhor que a oração (porém isto só se há-de entender do trabalho obrigatório ou caritativo; pois a Igreja professa que a vida contemplativa é em si superior à activa, e o êrro contrário, o *Americanismo*, está condenado por Leão XIII). S. Francisco de Sales desculpa-se de empregar pouco tempo na oração, por causa das muitas ocupações do seu cargo, dizendo: «neste mundo temos de fazer oração com obras e acção». O trabalho, como todas as boas obras, é recompensado por Deus, pois Jesus Cristo diz: «O trabalhador é digno do seu jornal» (Luc. X, 7) e S. Paulo: «cada um receberá a sua re-

compensa particular segundo o seu trabalho» (I Cor. III, 8). Como o trabalho é uma obra de penitência laboriosa; alcança-nos prontamente o perdão dos pecados. É bela a admoestação da epístola de S. Barnabé: «trabalha com tuas mãos, para te serem perdoados os teus pecados». Vendo S. Bernardo um irmão muito trabalhador, diz-lhe assim: «Continua trabalhando dessa maneira, e não terás que temer as penas do purgatório». — A esperança da recompensa é a maior alegria em todo o trabalho, como se vê nos negociantes que andam por êsse mundo. Estes trabalham por um lucro perecedouro, mas nós, os cristãos, trabalhamos por um lucro que não acaba (S. Agost.). Não vises, pois, no trabalho, tanto a recompensa temporal, como a eterna; pois quem só tem em mira o lucro, malbarata o seu trabalho e perde o eterno galardão de que não cuida.

6. Mesmo na terra o trabalho oferece *grandes vantagens*; dá serenidade e alegria, afasta os maus pensamentos e aumenta o bem-estar material.

O trabalho tem raízes amargas; porém os seus frutos são doces. Enquanto o ocioso se aborrece e enche de tédio, o que trabalha com aplicação está contente e sossegado. A consciência de termos feito alguma coisa de útil contenta o espírito humano. A actividade encurta o tempo; o ócio prolonga-o fastidiosamente. O trabalhador aplicado comprehende com exactidão as palavras de Jesus Cristo: «O meu jugo é suave e o meu peso é leve» (Mat. XI, 30). O trabalho afasta para longe as tentações. Quando um indivíduo tem uma grave ocupação e lhe dizem: «na casa ali ao lado há música e dança», responderá logo: «que me importa a mim isso? tenho coisas de maior importância para fazer». Assim faz o que está sempre atarefado; por mais que o solicite dia e noite o inimigo, não faz nada dêle. O demónio sabe tudo isto, e por isso deixa em paz a gente ocupada. O trabalho alcança a paz contra as excitações sensuais. Como dissessem a um monge que não atormentasse tanto o seu corpo com penitências e trabalho, respondeu logo: «atormento-o eu a êle, para que êle me não atormente a mim». (Cassiano). O trabalho produz o *bem-estar* neste mundo.

A abelha que passou todo o verão a trabalhar, está no inverno bem provida na sua colmeia. Do mesmo modo assegura o seu futuro o homem laborioso. Um romano que com o seu trabalho acumulara ricos haveres, foi acusado ante o Senado do crime de bruxaria. Mas êle levou a juízo os instrumentos do seu trabalho e disse: Eis aqui as minhas artes mágicas. O suor que tenho derramado, êsse não vo-lo posso aqui apresentar». A aplicação ao trabalho honra e enriquece; a ociosidade rebaixa e leva à miséria.

Pecados contra o mandamento do trabalho

Pecamos contra êste mandamento:

- 1.º quando nos entregamos à *ociosidade*;
- 2.º quando descurarmos os *deveres do próprio estado*;
- 3.º quando ao trabalhar nos *esquecemos de Deus*.

3. As recreações do cristão

1. Todo o homem que trabalha tem direito a recrear-se, porque a recreação, o prazer, é um meio para adquirir *novas fôrças* para o trabalho.

O arco sempre tenso acaba por se quebrar, e o homem que trabalhasse sem trégua nem repouso, tornaria-se ia incapaz de trabalhar. — As recreações exteriores contribuem muito para o bem da humanidade: estreitam os liames da caridade e previnem ou reconciliam inimizades. — Deus quere que nos recreemos, porque *fêz da natureza* uma nascente de numerosos prazeres: o colorido e o perfume das flores, o canto dos passarinhos, a beleza e o sabor dos frutos, o pitoresco das paisagens, etc. De certo não *fêz* tôdas estas coisas para exclusivo patrimônio dos pecadores, mas para ordenada recreação de todos os homens. O *próprio Jesus* assistiu a festins, mesmo a um festim de boda, e na parábola do filho pródigo fala de danças, de música, de festim (S. Luc. XV, 25). Os banquetes dos cristãos (*ágapes*) faziam mesmo parte da liturgia primitiva.

2. Mas o amor dos prazeres deve ser moderado e

devemos abster-nos de todos os prazeres *pecaminosos*; além disso, devemos lembrar-nos de Deus durante as recreações.

O amor dos prazeres não deve ser *imoderado*, como se êles fôssem o *fim da vida*; não devem ser senão um meio para reparar nossas fôrças. Aquêle que tem amor excessivo ao prazer corrompe-se, torna-se descontente e perde-se com dívidas. *Todo o excesso é nocivo*, o dos prazeres é-o tanto como o uso imoderado de um remédio. O sal tomado com moderação realça agradavelmente o sabor dos alimentos, tomado com excesso estraga-os. Não devemos, pois, permitir-nos uma recreação, senão depois de termos cumprido os nossos deveres; o *repouso* não é suave senão depois do trabalho. O pensamento da morte é próprio para nos inspirar moderação no prazer. Dâmcles, no meio do mais esplêndido festim, perdia o apetite à vista da espada suspensa sobre a sua cabeça por um cabelo; assim também nós reprimiremos o amor excessivo do prazer, pensando que podemos morrer a cada momento e mesmo ser condenados. A nossa época sofre muito desta paixão de gozar. Vêem-se por toda a parte convites ao prazer e as reuniões festivas succedem-se umas às outras, ainda que todos se queixam do mau estado dos negócios, que é talvez precisamente conseqüência desta sêde de gozar. Que as vossas recreações, dizia S. Francisco de Sales, sejam breves e raras. — Não devem ser *pecaminosas*: — tais são, por exemplo, o jôgo com paradas demasiado avultadas na roleta e outros jogos de azar; a maledicência contra os ausentes, os ditos maliciosos, as conversas indecentes e o motejar das coisas santas. É preciso evitar absolutamente estas coisas, porque só filhos ingratos podem divertir-se com o que ofende seu pai. — **Recordemo-nos**, durante a nossa recreação, de Deus e do nosso *último fim*. Regozai-vos no Senhor (Ps. XXX, 11). S. Carlos Borromeu jogava um dia ao bilhar, quando foi interrogado sobre o que faria se o fim do mundo o colhesse naquele jôgo: «Continuaria simplesmente a jogar, disse êle, porque o faço para maior glória de Deus e com o pensamento n'Ele». Resposta semelhante se atribui a S. Luís Gonzaga. S. João Berchmans, além de outras qualidades que o tornavam amabilíssimo, jogava com toda a perfeição, quando se permitiam alguns jogos inocentes aos religiosos, e fa-

zia-o com tanto cuidado e rectidão de intenção como os exercícios espirituais ou literários.

4. A escolha do estado

Quando um viajante chega a um ponto em que se divide o caminho, precisa atender com cuidado à direcção que tem a seguir, para não tomar uma direcção errada. E assim, o homem que, na sua viagem para o céu, chega ao ponto de escolher o estado da sua vida, tem de obrar com tôda a circunspeção para não cair em êrro de que mais tarde tenha de se arrepender.

1. Chama-se *estado* o modo constante de vida, com determinadas ocupações e deveres, em ordem ao bem individual e social.

O homem foi criado para o trabalho, como a ave para voar (Job VI, 7); é a própria natureza que assim o exige, pois enquanto os animais encontram na terra o alimento que ela espontâneamente lhes oferece, o homem, para sustentar-se, tem de a lavrar e cultivar. Os animais estão naturalmente vestidos de penas, pêlos, lã ou escamas, ao passo que o homem tem de procurar o necessário com o seu trabalho, uma vez que nasce nu, como se não houvera sido destinado para vivet na terra. É pois necessário que angarie para si, com a sua indústria, o que lhe negou a natureza; e, assim, tôdas as necessidades, de alimento, vestuário, habitação, etc., o impelem forçosamente ao trabalho, que é a lei geral da humanidade. A princípio, cada homem procurava para si as coisas de que necessitava, cozendo os seus alimentos (como Jacob cozera as lentilhas), matando as feras com cujas peles se abrigava. Pouco a pouco se chegou à *divisão do trabalho*, pois as diferentes aptidões fizeram com que uns se dedicassem a um ofício e outros a outro, permutando depois entre si os produtos das suas indústrias, donde nasceu a utilidade de cada um se entregar a um só género de trabalho, desempenhando-o assim melhor e com mais facilidade. Desta maneira nasceu a diversidade de profissões, dedicando-se uns a procurar os meios de subsistência, outros a ensinar às crianças os conhecimentos anteriormente adquiridos, e outros, final-

mente, ao governo e defesa da sociedade. Todos estes estados se engrenaram entre si como as rodas dum relógio gigantesco, e se ajudaram e completaram como os diferentes membros do nosso corpo, chegando a formar a sociedade.

A escolha do estado é negócio de grande transcendência, pois do seu acerto depende regularmente a nossa felicidade na terra, o bem da sociedade e a bem-aventurança futura.

O que escolheu um estado ou modo de vida que lhe está a carácter adiantará mais no mundo, porque obterá bom sucesso nos seus trabalhos a contento e com a estima de todos. Será como o baixel que navega ao sabor da corrente e com o vento favorável; chegará rapidamente ao seu termo. Porém, o que abraça um estado para o qual não tenha vocação, estará continuamente *descontente*, como um homem a quem se impõe uma pesada carga que não pode levar ao seu destino. Tal indivíduo, em vez de aproveitar à sociedade, será o seu *inimigo* e até poderá causar-lhe grandes prejuízos, se estiver investido dum cargo de grande importância, para que não tem aptidão. É para o corpo social o que um membro enfermo é para o corpo humano. Por este motivo estará em perigo de perder a *felicidade eterna*, pois Deus em seu juízo pedirá contas, antes de tudo, do cumprimento dos deveres próprios de cada cargo, que obrigam por justiça. Mesmo no mundo, cada um é responsável, perante as autoridades superiores, pelo bom desempenho do seu ofício; é por isso que se lhes paga uma retribuição.

Na escolha do estado tenham-se presentes os seguintes princípios:

1. Cada um escolha o estado para o qual sente **capacidade e inclinação**.

A *planta* que está destinada aos climas do sul, não se pode transportar para os do norte, onde se estiolará

e não dará fruto. A andorinha não pode viver entre nós e encontrar alimento senão na estação temperada; se cá fica para o inverno, morre fatalmente. Do mesmo modo, cada homem tem de pôr os olhos nas **aptidões** (disposição, talento) de que o tenha dotado o Criador, as quais têm de ser cultivadas e aproveitadas, como no-lo indica Jesus Cristo na parábola dos talentos (S. Mat. XXV, S. Luc. XIX). Quem há que ponha ao carro um pato em lugar de um boi, e quem é que deixará a guardar a casa uma cabra em vez dum cão? Não obra com mais razão aquêle que escolhe uma profissão para que não tem capacidade. Se, quando mandamos fazer um fato, analisamos se nos assenta bem, com maior razão havemos de considerar se nos fica bem o estado que escolhemos. — Ainda que, de ordinário, a **Inclinação** para um estado costuma originar-se das aptidões para ele tendentes, não faltam casos em que a inclinação existe *sem aptidão*. Nessas circunstâncias tal inclinação é contrária à razão, e é obrigação reprimi-la, pois não foi em vão que o Criador nos deu a luz do entendimento. Assim, é irracional a inclinação para o estado militar, se se baseia sómente no afecto ao uniforme vistoso, e não é acompanhada do valor e da constância nos perigos. — Já não tem comparação o caso de um indivíduo ter *aptidão para uma profissão, e não sentir inclinação para ela*. Temos de examinar se a aversão provém do desconhecimento ou ideia falsa daquele estado, pois ordinariamente, se se abraça a profissão, vencendo o tédio que ela nos cause, a natural aptidão supre com vantagem a afeição, fazendo com que se não sinta o peso do ofício para que se tem grande facilidade, e o bom sucesso do trabalho alegra o espírito. Quando alguém tem aptidão para vários estados, então decide-se segundo a inclinação ou preferência.

2. Na escolha de estado não nos havemos de deixar guiar exclusivamente por **motivos terrenos**, como, por exemplo, pela ganância, pelo prazer ou pela família.

Têm aqui cabimento as palavras de Cristo: «Buscai, primeiramente, o reino de Deus e a sua justiça, e tódas estas coisas se vos acrescentarão» (S. Mat. VI, 33) e noutro lugar: «De que aproveita ao homem ganhar to-

do o mundo, se vier a perder a sua alma?» (S. Mat. XVI, 25). Portanto proponha-se, antes de tudo, a questão: «Com as minhas qualidades, em que estado poderei **praticar melhor o bem** e adquirir maiores merecimentos para o céu?» Erram aqueles que consideram como bem supremo as riquezas e deleites terrenos, e, sem aspirarem a um ideal mais elevado, sómente preguntam: «Em que estado terei maiores comodidades, riquezas, honra, abundância de tudo?» Como estes não olham senão à sua utilidade, considerarão depois os seus deveres profissionais como coisa acessória e serão tão perturbadores na sociedade, como num relógio uma roda partida. Eles próprios encontrarão nisto o seu castigo, pois no seu estado conhecerão por experiência que a vida presente não é tempo de procurar satisfações, mas sim de semear virtudes, não de gozar, mas de trabalhar e sofrer, encontrarão demasiado graves os deveres de sua profissão, em comparação com os seus prazeres e vantagens, e viverão descontentes, e este mesmo desgôsto e incapacidade, manifestando-se exteriormente, fará com que não gozem de respeito, nem de estima. O que, por exemplo, escolher a vocação eclesiástica pela comodidade e sossêgo que nela parecia ver, sentir-se-á enganado, vendo que ali se lhe impõem muitas privações. Loucamente procede o que considera como desonra escolher uma profissão mais humilde que a de seu *pai*, para a qual tem aptidão, e entra sem esta para a de seu *pai*. O mesmo se deve dizer do que, sem inclinação alguma, abraça um estado, só por ser o de seus maiores ou porque estes o forçam a isso. — Com isto não queremos dizer que não se haja de atender às vantagens temporais, antes, pelo contrário, se há-de ter em conta, para proceder à escolha, se nesta ou naquela profissão podemos ou não **ganhar honestamente os meios de subsistência**, visto que o que no seu ofício não pode ganhar o suficiente sustento, cai facilmente na tentação de procurá-lo por meios ilícitos. Também não queremos dizer que não se hajam de ter em conta os desejos dos pais.

3. Tome-se **conselho** com os pais e outras pessoas benévolas e experimentadas.

A sagrada Escritura adverte: «Filho! não faças coisa alguma sem conselho, e não te arrependerás depois dela feita» (Ecl. XXII, 24). Antes de tudo tomemos con-

selho com os pais, pois, por um lado, têm maior experiência e mais prudência que os filhos, e, por outro lado, sentem para com êles mais amor que as outras pessoas e buscam, por conseguinte, mais o seu bem. Por esta razão os pais são os melhores conselheiros dos filhos. Mas nesta matéria costuma cair-se num de dois extremos: ou os filhos não tomam os conselhos de seus pais, ou estes violentam os filhos para que abracem uma profissão para a qual nenhuma afeição os inclina. Neste caso exigem os pais uma obediência que lhes não é devida, pois não são êles, mas o próprio Criador quem dá a vocação a cada um. Os pais que forçam seus filhos a tomar um estado para o qual não têm inclinação, fazem-nos infelizes para toda a sua vida e contraem uma gravíssima responsabilidade. Esta violência costuma nascer do amor próprio, vaidade ou ambição dos pais, e nisto se verificam as palavras de Cristo: — «Os inimigos do homem são os seus próprios domésticos» (S. Mat. X, 36). Assim os pais do príncipe de Eugénio de Sabóia pretendiam que êle abraçasse o estado sacerdotal; mas êle sentia-se com grande vocação para a vida militar, na qual, sem dúvida, fez bens infinitamente maiores do que se tivesse sido um sacerdote descontente com o seu estado. Coisa semelhante se narra também de D. João de Austria, que, por sua condição de filho natural, os seus queriam dedicar à vida monástica (pelos receios inevitáveis que inspira um príncipe generoso, excluído da sucessão). Mui santo devia ter sido para dar a Deus, na vida religiosa, a glória que lhe deu com suas empresas militares em defesa do Catolicismo. Não é menos irracional o modo de proceder dos pais que se opõem a que seus filhos sigam a sua vocação religiosa ou sacerdotal, para a qual se sentem claramente chamados por Deus. Já Cristo com o seu procedimento, ao ficar no templo aos doze anos, deu a entender aos pais que não têm o direito de estorvar aos filhos o seguimento da vocação recebida de Deus. Além dos pais, convém consultar outras pessoas experimentadas e benévolas; isto é, as que têm o conhecimento dos homens e das coisas, e coração para se interessarem pelas alegrias e penas de seus próximos. Seria estultícia recorrer para isto aos que não têm ideia da gravidade da escolha do estado, nem experiência da vida; e não menos, àqueles que com suas ações não se propõem atingir o bem do próximo, mas sim a sua própria utilidade. O que se dirige a tais pessoas em busca de

conselho, assemelha-se ao que querendo construir uma casa se dirige, não a um pedreiro, mas a um oleiro. Como a particular amigo e conselheiro nos podemos dirigir sempre a um zeloso director espiritual, sobretudo se por uma larga direcção teve occasião de conhecer a fundo aquelle a quem aconselha.

4. Faça-se oração a Deus, pedindo luz e auxílio.

Quando temos de andar por caminho escuro, tomamos uma lanterna. Assim, no duvidoso negócio da escolha do estado, usemos primeiramente da luz *natural* do nosso entendimento e do de nossos conselheiros, considerando as vantagens e obrigações de cada estado e a nossa aptidão para êle. Mas esta luz é em muitos casos insuficiente, pelo que é mister buscar uma luz sobrenatural, um *raio do alto*. Não é de presumir que Deus deixe de subministrar-nos o seu auxílio, se o pedimos, numa conjuntura tão importante, de que depende a nossa felicidade temporal e, porventura, eterna. Nas vocações dos profetas, apóstolos, e de muitos santos, vemos que às vezes facilita Deus por *modos maravilhosos* a escolha do estado. A Moisés chamou-o da sarça ardente, a São Paulo diante da cidade de Damasco, a S. Mateus em seu telefone, donde ouviu a voz do Senhor: «Segue-me!» (Mat. IX, 9). S. Luís Gonzaga foi chamado à Companhia de Jesus pela Virgem Santíssima, que lhe dirigiu a palavra da sua imagem do Bom Conselho, em Madrid; Santo Estanislau Kotska, pela mesma Senhora, que lhe apareceu com o Menino Jesus, em Viena, numa grave doença. Também não é menos maravilhosa a vocação militar da Donzela de Orléães, S.^{ta} Joana de Arc. († 1431). Mas estas vocações extraordinárias só costumam recair em pessoas que Deus chama para coisas fora da ordem comum. Ordinariamente mostra Deus por *meios naturais* a sua vontade, combinando as coisas de modo que o homem entenda o que dêle quere. Singular foi a vocação de Santo Ambrósio para o episcopado de Milão. Tinha ido, como governador da dita cidade, a presidir à eleição do Bispo, para fazer manter a ordem exterior, e, duvidando-se acerca da pessoa que devia ser eleita, um menino exclamou: «Seja bispo Ambrósio!» Maravilhosamente, todos voltaram os olhos para êle, e o aclamaram para a sé episcopal com o que, conhecendo êle ser vontade divina, aceitou a dignidade. Que é o mesmo Deus quem chama

para os estados, di-ló Cristo aos Apóstolos: «Vós não fôstes os que me escolhestes a mim, mas fui eu o que vos escolhi a vós» (S. J. XV, 16). Convém, pois, orar a Deus desde já, mas sobretudo quando se aproxima o tempo da escolha do estado: «Faze-me conhecer o caminho em que hei-de andar» (Ps. CXLII, 8).

5. Quando alguém se sente particularmente chamado a um estado, não se deve deixar dissuadir pelas dificuldades.

Alguns homens sentem-se dotados de *particulares aptidões* para um estado, ou conhecem com especial clareza onde os chama Deus. Num e noutro caso é grande a sua responsabilidade; pois quanto **mais talentos** tivermos recebido, tanto maior será a conta que nos será pedida; e se sofreu castigo aquêle servo que *levando um talento o tornou a entregar sem mais ganhos*, que conta dará aquêle que, tendo recebido muitos, pela má escolha do estado os não fêz frutificar? Meditemos a parábola que Cristo nos propôs (S. Mat. XXV, 15 e seg.). Assim como um *rio*, quando deixa o leito que a natureza lhe designou, produz muito maiores prejuízos que um pequeno arroio que se desvia do seu curso, assim também o homem que, havendo recebido grandes talentos para um estado, levianamente se dedicou a outro, prejudicará gravemente a sociedade e será a causa de grandes males. Também o que conhece claramente a *sua aptidão* para uma profissão, para a qual Deus o chama, terá grande responsabilidade, porque o servo que conheceu melhor a vontade de seu senhor e não a cumpriu, sofrerá maiores açoites (S. Luc. XII, 47). Por isso, tais pessoas não se devem deixar vencer pelos *obstáculos*. Deus permite essas dificuldades com sábio designio, porque só aos que *houverem combatido* varonilmente concederá a bem-aventurança. Quando lêmos a vida dos grandes heróis e bemfeiteiros da humanidade, vemos com efeito que êles, para seguirem a vocação que sentiam, lutaram com tôdas as suas forças e não se deixaram vencer por obstáculo algum. Kolping era oficial de sapateiro em Colónia, sentiu-se com vocação para o sacerdócio e foi o fundador da Associação dos operários católicos (Kathol. Gesellenvereine). Kneipp era oficial tecelão, dentro em pouco foi pároco e tornou-se célebre pelo seu sis-

tema hidroterápico de cura. S. Clemente Hofbauer era padeiro e depois foi sacerdote e apóstolo de Viena. Santo Inácio de Loiola começou os seus estudos quase aos trinta e cinco anos, conhecendo que era necessária a ciência teológica para levar as almas a Deus; e o seu exemplo tem levado muitos a vencer obstáculos que pareciam insuperáveis, em seguimento da vocação divina.

6. Não deve fazer-se a escolha do estado, **sem que se hajam desenvolvido as aptidões** e inclinações do homem e sem que este tenha a necessária discreção.

Na juventude facilmente se antepõe a inclinação à capacidade. Como se vê nos jogos dos meninos, estes entusiasmam-se com o que vêem, e as suas afeições nascem das circunstâncias que os rodeiam. Só em casos raros se revela uma vocação decidida na meninice; como em Mozart (1) a vocação musical acompanhada de aptidões prodigiosas († 1791). Ordinariamente, o tempo melhor é depois de terminada a instrução geral, durante a qual se revelam as inclinações e aptidões e se vê se as qualidades corporais correspondem a estas. Por isso a primeira educação há-de ser geral, para que deixe pronunciar-se a capacidade em todas as direcções. Demais, nessa época possui o jovem a discreção indispensável para tão importante negócio. (Por isso a Igreja exige a idade de quinze anos para a admissão no noviciado das ordens e congregações religiosas; e a de dezasseis para fazer os votos).

7. O que conhecer que se enganou na escolha do estado, **deve deixá-lo quanto antes**; e se isso fôr de todo impossível, deve procurar tornar-se apto para ele, com a aplicação e com o recurso a Deus.

Quando um estudante, por exemplo, não serve para o estudo, deve deixá-lo e aplicar-se a outra coisa para a qual tenha aptidão. Mas depois de se ter abraçado

(1) Aos seis anos mostrava já um talento extraordinário; a sua vocação musical estava claramente definida e as suas raras aptidões eram universalmente conhecidas.

um estado definitivo, como o sacerdócio (ou o matrimónio), quem pensa que se enganou na escolha, não tem mais remédio do que aplicar-se à aquisição das qualidades que lhe faltam. Convém-lhe a sentença de Santo Agostinho: «Se não foste chamado, procede de modo que o sejas». Com esforço, assiduidade e confiança em Deus, alguns obtiveram resultados sobre-humanos. Nas próprias escolas mostra a experiência que alguns que têm pouco talento obtêm com a aplicação mais do que outros, que têm um talento regular mas não tão diligente. A diligência tudo alcança, e quanto mais difícil é a nossa situação, tanto mais Deus vem em nosso auxílio. Por isso disse S. Leão Magno: «O que me deu o ofício me dará também as forças para desempenhá-lo e me auxiliará». Este auxílio divino obtém-se pela oração, pois Cristo disse: «O que pede alcança» (Mat. VII, 8) (1).

Os mandamentos da Igreja

1. Os mandamentos da Igreja são como um complemento do III mandamento da lei de Deus (2).

O 1.º prescreve a observância do repouso dominical em certos dias, para agradecer a Deus graças especiais, e a maneira de santificar o domingo e os dias de repouso suplementares;

O 2.º e o 3.º prescrevem a maneira de santificar o mais importante dos domingos, o dia de Páscoa;

O 4.º prescreve a maneira de nos preparamos

(1) Não se diga que, àquele que entrou num estado sem vocação, Deus «não lhe deve» os auxílios de que carece para viver nêle, porque o não chamou. Isto é verdade olhando à justiça; mas prescinde da misericórdia, que é o nosso verdadeiro e único património. «Misericordiae Domini, quia non sumus consumpti!» E pois que todos vivemos dela, ninguém tem razão de desanimar, nem título para se julgar abandonado.

(2) Na ordem e enumeração dos mandamentos da Igreja, afastamo-nos do texto francês e do alemão, para seguir a versão portuguesa do catecismo de Pio XI (edição da «União Gráfica», usado em todas as dioceses).

para a santificação do domingo e das principais festas do ano;

O 5.º prescreve a maneira de prover às despesas do culto e à sustentação dos ministros da Igreja.

2. Somos obrigados *sob pena de pecado grave* a observar os mandamentos da Igreja, porque a desobediência para com ela é uma desobediência para com o próprio Cristo.

Jesus conferiu à sua Igreja os mesmos poderes que ele tinha de seu Pai: «Assim como o Pai me enviou a mim, também eu vos envio a vós» (S. Jo. XX, 21). Se portanto a Igreja ordena, é como se a ordem viesse do próprio Cristo: «Tudo o que vós ligardes sobre a terra será ligado também no céu» (S. Mat. XVIII, 18). — *Desobedece-se, pois, a Cristo* quando se desobedece à Igreja: «O que a vós despreza, dizia ele aos seus Apóstolos, a mim despreza» (S. Luc. X, 16). — Jesus chama à sua Igreja um *reino* e compara-a a um *aprisco*, para indicar a obediência devida pelos fiéis aos superiores eclesiásticos. — E, demais, por que não havia de ter a Igreja, como todas as sociedades, o direito de impor leis às quais os seus membros são obrigados a submeter-se? A Igreja é para nós como a boca de Deus, que nos dá a conhecer a vontade divina.

Portanto, transgredir voluntariamente e por desleixo um mandamento da Igreja é cometer um pecado grave.

Aquêle que não escuta a Igreja, diz Jesus Cristo, deve ser olhado como um *pagão* e um *publicano* (S. Mat. XVIII, 17). O Antigo Testamento pronunciava pena de morte contra quem por orgulho resistia ao *sumo sacerdote* (Deut. XVIII, 12); a lei moisaica considerava portanto pecado grave a desobediência à autoridade sacerdotal.

A autoridade eclesiástica pode, por motivos graves, dispensar os fiéis das leis que ela estabeleceu.

Jesus Cristo, com efeito, disse aos seus Apóstolos: «O que desligardes na terra será desligado no céu» (S. Mat. XVIII, 18). Em muitas dioceses, por exemplo, é permitido comer carne em dia proibido quando há uma festa muito solene. — Esta faculdade só se estende aos preceitos puramente eclesiásticos, pois os mandamentos da lei de Deus são de direito natural, em que não pode haver dispensa.

I Mandamento da Igreja: santificação dos domingos e festas, e assistência à missa

1. Este primeiro mandamento prescreve que se observem 1.^º as festas de Nosso Senhor, 2.^º as da SS. Virgem, 3.^º as dos Santos.

Os primeiros cristãos celebravam já os aniversários de certos acontecimentos importantes ou de benefícios assinalados de Deus. «Instituíram-se as festas, diz S. Pedro Crisólogo, a fim de que os acontecimentos de outrora permanecessem por todos os tempos na memória dos cristãos». As festas são instituídas em recordação dos benefícios de Deus, para o louvar e lhe dar graças por êles (S. Vic. Férrer). «Desgraçadamente, diz S. Jerónimo, muitos não pensam senão em transformar as festas em dias de banquetes e prazeres, como se o comer e o beber pudessem honrar aquêles que procuraram agradar a Deus pelo jejum e pela mortificação».

1.^º As **festas de Nosso Senhor** em toda a Igreja são: *Natal* (25 de dezembro); *Circuncisão* ou *Ano Bom* (1 de janeiro); a *Epifania* ou os *Santos Reis* (6 de janeiro); a *Páscoa*, a *Ascensão*, o *Pentecostes* e o *Corpo de Deus*. A *Páscoa* e o *Pentecostes* são sempre ao domingo.

1) O *Natal* é a 25 de Dezembro, na época em que os dias voltam a crescer (pois Cristo é a luz do mundo que despontou no firmamento). — 2) A *Circuncisão* vem oito dias depois celebrando-se actualmente nesse dia o princípio do ano novo. Nos primeiros séculos os cristãos começavam a

contar o ano desde o Natal, e na Idade-Média desde a Incarnação (25 de março). — 3) A festa dos Reis é a 6 de janeiro, chama-se *Epifania* ou manifestação, porque nela se manifestou Jesus Cristo aos gentios, que haviam de formar a Igreja. — 4) A festa da *Ressurreição* de Cristo é ao mesmo tempo o prenúncio da nossa futura ressurreição; celebra-se na primavera (quando a natureza parece ressuscitar a uma nova vida), no primeiro domingo depois do *plenilúnio* (lua cheia) que segue o equinócio da primavera (21 de março). Por isso, não cai todos os anos no mesmo dia, podendo variar entre 22 de março e 25 de abril. — 5) A *Ascensão* é quarenta dias depois da Páscoa. — 6) *Pentecostes*, cinqüenta dias depois (a palavra grega assim significa), em memória da vinda do Espírito Santo, dez dias depois da *Ascensão*. — 7) A festa do *Corpo de Deus* é na quinta-feira da segunda semana depois de *Pentecostes* (depois da dominga da Santíssima Trindade) para significar que após a vinda do Espírito Santo começaram os apóstolos a distribuir aos fiéis a Sagrada Eucaristia, e Jesus Cristo, se bem que subira aos céus, ficou connosco no Santíssimo Sacramento. Também se costuma designar esta festa com a expressão latina *Corpus Christi* (Corpo de Cristo), por se destinar particularmente a honrar a sagrada humanidade de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A festa do *Sagrado Coração* de Jesus era oficial em Portugal desde 1779, e era precedida de vigília com jejum. O objecto desta festa é honrar o amor ardente de Jesus Cristo para com os homens, simbolizado no *coração*, e reparar as ofensas com que os mesmos homens lhe correspondem, e sobretudo os desacatos que sofre no Sacramento do seu amor. Por isso se celebra logo após a oitava da festa do Santíssimo Sacramento. Era o nosso país o único no mundo em que se guardava este dia, e à festa solene que em honra do Sagrado Coração se celebrava na grandiosa basílica da Estréla (a primeira do universo levantada em honra do divino Coração) assistia El-Rei com a corte. Não pequena glória é para Portugal este culto tão filial e terno, prestado àquele Coração que tanto amou os homens.

2.^o As **festas da Virgem** são: a **Imaculada Conceição** (8 de dezembro); a **Natividade** (8 de setembro); a **Anunciação** (25 de março); a **Purificação**

ção ou Candelária (2 de fevereiro); a **Assunção** (15 de agosto). Só são dias santos de guarda os dias da Imaculada Conceição e da Assunção.

Celebram-se tantas festas da Virgem, porque a sua vida está intimamente ligada à de Nosso Senhor. Estas festas são a coroa de estrélas que cinge a fronte de Maria. — 1) A festa da *Imaculada Conceição* cai com grande oportunidade no advento, que representa o tempo em que os povos esperavam aquela Virgem puríssima, que havia de conceber o Messias e esmagar a cabeça da Serpente. — 2) a *Natividade* (nascimento) de Maria celebra-se a 8 de setembro. Para os outros Santos celebra-se o dia da sua morte, porque nêle nasceram para a vida eterna; porém em Maria (como em Cristo e S. João Baptista), celebra-se também o dia do nascimento, porque ela nasceu sem pecado e confirmada em graça. — 3) A festa da *Purificação* é festa de luz, pois ocorre na época em que o dia começa a crescer rapidamente; nela se celebra a procissão das *Candeias*, pelo que se chama *Candelária*. Esta procissão é uma memória das palavras com que o santo velho Simeão celebrou a apresentação de Cristo no templo, chamando-lhe: «Lume para ser revelado aos gentios» (Luc. II, 32). — 4) A *Anunciação* chama-se também festa da *Incarnação do Verbo*, e representa a embaixada do anjo a Maria; por isso cai nove meses antes do nascimento. — 5) A *Assunção de Maria* aos céus cai oportunamente no tempo em que se recolhem as messes. Maria, que os santos compararam com a vide e com as outras árvores de fruto, representa, ao subir aos céus, a coroa de merecimentos que se há-de recolher no fim da vida. A messe é a imagem do crescido prémio que o bom cristão receberá um dia no céu.

3.º As **festas de preceito dos Santos** são: S. José (19 de março); S. Pedro e Paulo (29 de junho); Todos os Santos (1 de novembro).

O Padroeiro varia segundo as dioceses e localidades; mas a sua festa, embora se celebre com muita pompa em algumas partes, não é por esse facto dia santo de guarda. As festas aprovadas pela Igreja muitas vezes a pedido dos povos, e em memória de benefícios recebidos.

tinham aumentado mais do que o que sofre a tibia piedade dos modernos cristãos, pelo que foram reduzidas primeiramente por Urbano VIII (13 de setembro de 1642), depois por Pio IX (2 de maio de 1867) e finalmente pelo Código de Direito Canônico (cân. 1247).

Tôdas estas festas se dividem em *fixas* ou *móveis*; aquelas celebram-se todos os anos no mesmo dia; estas variam de um ano para outro.

As festas de preceito **fixas** são: a Imaculada Conceição, o Natal, a Circuncisão, a Epifania, S. José, S. Pedro e S. Paulo, a Assunção e Todos os Santos. As festas **móveis** são: a Páscoa (celebra-se no domingo que se segue à lua cheia depois do equinócio da primavera, portanto entre 22 de março e 25 de abril), a Ascensão (40 dias depois da Páscoa); o Pentecostes (50 dias depois da Páscoa), o *Corpo de Deus* (na segunda quinta-feira de Pentecostes). — Algumas destas festas, Páscoa e Pentecostes, substituem festas do Antigo Testamento, figuras das do Novo: algumas coincidem com *antigas festas pagãs*; o Natal substitui as *noites sagradas* celebradas pelos pagãos em honra do sol; a Candelária no princípio de fevereiro coincide com as festas acompanhadas de cortejos com archotes pelo crescimento do dia. A Igreja fez esta substituição para desviar os cristãos das solenidades idólatras.

2. Somos obrigados a celebrar as festas de preceito como o domingo, e portanto a nos abstermos de trabalhos servis e a assistir aos ofícios divinos.

Antigamente, havia dias em que era obrigatória a assistência à missa, não sendo todavia proibido o trabalho. Actualmente, em tôdas as festas de preceito é obrigatória a audição da missa e a abstenção de trabalhos servis. — *Tôdas estas festas constituem o ano eclesiástico ou*

O ano litúrgico

Os Judeus celebravam já, além do sábado, alguns aniversários de acontecimentos importantes. A Páscoa, em memória da saída do Egípto; 50 dias depois, o Pentecostes em memória da promulgação da lei no Sinai; no outono a festa dos Tabernáculos, em recordação da vida no deserto. Eram para os Israelitas um resumo da sua história; o mesmo se dá com as festas cristãs, sobretudo durante a semana santa, que são um compêndio da história de N. S. Jesus Cristo.

1. O ano litúrgico, que também se chama ano eclesiástico, é a representação anual e sensível da vida de Cristo e dos acontecimentos que a precederam ou seguiram.

São-nos representados pela Igreja para nos fazer **meditar** e **imitar**. Durante o Advento devemos unir-nos aos Patriarcas que suspiravam pela vinda do Salvador; no Natal, aos pastores que se alegravam diante do presépio; durante a Quaresma, ao jejum de Jesus Cristo; na Páscoa devemos ressurgir com Ele para uma nova vida espiritual; no Pentecostes devemos pedir o Espírito Santo com os Apóstolos. Além disso a Igreja colocou em cada dia do ano a festa de um **santo**. As festas dos santos são como brilhantes *planetas* em torno do sol de justiça; instituíu-as a Igreja para nos fazer meditar a vida daqueles que, por sua imitação da vida de Jesus Cristo, são modelos de perfeição cristã, para assim nos exortar mais vivamente a *seguir o divino Mestre* e para pedir a sua *intercessão*, a fim de obter mais facilmente as graças merecidas pelo Salvador. «Orar com a Igreja, diz Santo Agostinho, é o modo mais perfeito da oração.» Finalmente, distribuindo assim as festas dos santos por todo o ano litúrgico, a Igreja parece dizer-nos: A-pesar-de nem todos os dias serem dias de descanso, deveis sempre, não obstante as vossas ocupações terrestres, ter a alma elevara a Deus, conforme o preceito do Apóstolo: «ou co-mais, ou bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para glória de Deus» (I Cor. X, 31).

2. O ano litúrgico começa no primeiro do-

mingo do Advento, e divide-se em três ciclos principais: o Natal, a Páscoa e o Pentecostes, correspondendo aos mistérios do *nascimento* do Salvador, *ressurreição* e *missão* do *Espírito Santo*.

O ano litúrgico é por conseguinte uma glorificação da *Santíssima Trindade*, recordando-nos o amor do Pai que nos enviou seu Filho, o do Filho que morreu por nós, e o do *Espírito Santo* que se nos comunica: por isso a Igreja celebra no primeiro domingo depois do Pentecostes a festa da *Santíssima Trindade*, que resume os três ciclos.

Cada uma das três festas principais é *precedida* de um tempo de preparação e *seguido* doutras festas que lhe são anexas.

O Advento é o tempo preparatório do **Natal**: o ciclo que se lhe segue é constituído pela Circuncisão, Epifania, Purificação e pela série dos domingos depois da Epifania.

As quatro semanas do Advento representam os quatro mil anos (1) da expectação do Redentor. A festa da Imaculada Conceição (8 de dezembro) enmoldura-se perfeitamente neste período: volvidos quarenta séculos de trevas, na ignorância e no pecado, o sol de justiça levanta-se sobre o mundo e Maria é como que o arrebol, a aurora d'ele (Cânt. dos Cânt. VI, 9). — As semanas e as festas que se seguem ao Natal são como que a figura da **juventude** e da virilidade de Cristo até à sua entrada na vida pública, e portanto da sua vida oculta em Nazaré. No Ofício Divino e na Missa vem certo número de domingos depois da Epifania: são pelo menos dois, e quando muito seis, segundo a Páscoa vem mais ou menos cedo. Os domingos que faltarem para os seis suprem-

(1) Como este número não é geralmente admitido, podem-se considerar nas quatro semanas do Advento quatro épocas de preparação messiânica: desde Adão até Noé, daí até Abraão, de Abraão a Moisés, e desde Moisés até Jesus Cristo.

se passada a vigésima quarta dominga depois de Pentecostes. Se, por exemplo, só há duas domingas depois da Epifania, serão vinte e oito de Pentecostes. Por exceção, há uma só dominga depois da Epifania, quando esta cai em domingo ou segunda-feira (de maneira que ficam até à Septuagésima uns catorze dias), mas nem por isso haverá mais de vinte e oito depois de Pentecostes.

O tempo preparatório da **Páscoa** é o da Septuagésima à Quaresma, e o dos quarenta dias da Quaresma: o ciclo que se lhe segue compreende os quarenta dias desde a Páscoa à Ascensão.

Os termos de Septuagésima (70), Sexagésima (60) e Quinquagésima (50) tiram a sua origem do costume de algumas igrejas primitivas começarem a quaresma 70, 60 ou 50 dias antes da Páscoa, com o fim de espaçar mais os dias de jejum; isto é: deixavam de jejuar alguns dias em cada semana, levando assim mais tempo a perfazer os 40 dias. A quarta-feira depois da Quinquagésima chama-se *quarta-feira de Cinza*, porque nesse dia o padreasperge de cinzas as cabeças dos fiéis, dizendo: «Lembra-te, ó homem, que és pó e em pó te hás-de tornar.» Esta quarta-feira é o 46.^º dia antes da Páscoa e é o princípio da Quaresma, que dura exactamente 40 dias, visto que nos domingos não se jejua (são 6). Durante este tempo, a Igreja lembra-nos a vida pública do Salvador, que começa pelo **jejum** e termina pela **paixão**. Os 40 dias que se seguem à Páscoa representam exactamente os que Jesus Cristo passou ainda sobre a terra depois da sua ressurreição. O 1.^º domingo depois da Páscoa chama-se *in Albis* (depositis), porque nesse dia os recém-baptizados (do sábado santo) despiam as suas vestes *brancas*. Os 3 dias que precedem a Ascensão chamam-se as *Rogações* (Fazem-se procissões nesses dias, cantando as *Laudinhas dos Santos*).

A preparação para o **Pentecostes** compreende os 10 dias depois da Ascensão: o ciclo subsequente compreende ordinariamente 24 a 28 domingos.

Os 10 dias que precedem o Pentecostes representam os 10 dias durante os quais os Apóstolos espalharam o Es-

írito Santo; as semanas seguintes são uma imagem da história do mundo até ao juízo final. Eis por que no último domingo depois de Pentecostes se lê o evangelho da segunda vinda do Salvador (S. Mat. XXIV, 15-35). O maior ou menor número de domingos depois de Pentecostes provém da mobilidade da festa de Páscoa. O fim do ano litúrgico traz-nos a festa de *Todos os Santos* e a comemoração dos Fiéis defuntos ou dia de *Finados*, tanto para nos fazer lembrar a comunhão em que estamos com os santos no céu e as almas do Purgatório, como o nosso destino de nos reunirmos um dia a êles. A festa dos finados quadra muito bem com a estação em que as árvores desnudadas e os campos vazios simbolizam perfeitamente a morte.

A natureza acomoda-se a estas solenidades, o que prova que a Igreja, ao instituí-las, teve em conta as fases do ano solar.

No advento o sol está a mais distância da terra (no nosso hemisfério) e por isso as noites são mais longas e a natureza está amortecida com o frio; duma maneira parecida estava o mundo, antes do Nascimento de Cristo, isto é, sumido e mergulhado em profunda escuridão. Os homens nada sabiam, ou muito pouco, do verdadeiro Deus; eram infiéis e rudes. Isto coincide com a posição do sol, pois o dia 21 de dezembro é o mais curto do ano, e assim coincide com a festa do incrédulo S. Tomé. Desde o Natal, em que nasceu a Luz do mundo, começam a alargar-se sensivelmente os dias. Na Páscoa da Ressurreição, renasce a natureza para uma nova vida — a primavera; todo o campo floresce e verdeja. A descida do Espírito Santo vem na época em que o sol espalha mais luz sobre a terra, e esta começa a dar alguns frutos, do mesmo modo que o mundo começou de produzir também frutos preciosos com a vinda do divino Paráclito. Como já dissemos, a Igreja fez com que estas festas coincidissem com outras pagãs, acabando por desterrar as segundas e substituí-las por piedosas comemorações, próprias para avivar os mistérios da nossa redenção. Os povos antigos da Germânia celebravam o solstício do inverno (21 de dezembro) com a noite sagrada, adornando com luzes as figueiras em honra do Deus solar. O equinócio da primavera (21 de março) era celebrado em comemoração do

rejuvenescimento da natureza, que simbolizavam pelos ovos sagrados; e no dia 21 de Junho, que é o maior do ano, celebravam o solstício do verão, acendendo fogueras nos cumes dos montes. Estes costumes e algumas superstições que ainda vigoram, por exemplo acerca da noite de S. João, são reminiscências daqueles ritos pagãos. As três grandes festas cristãs substituíram tóidas estas costumeiras idolátricas e absurdas.

A Igreja pôs em relação as *epistolas*, os *evangelhos* e o *cântico litúrgico*, com estas festas e estes períodos.

Os evangelhos são extractos dos quatro livros dos evangelistas; as epístolas, dos outros livros da Escritura. Estas *perícopas*⁽¹⁾ foram feitas por S. Jerónimo e introduzidas em certos países ocidentais, por Carlos Magno († 814)⁽²⁾.

O I.^o Mandamento da Igreja manda-nos ainda assistir *devotamente* a uma missa inteira, aos domingos e festas de guarda⁽³⁾.

II e III Mandamentos da Igreja: a confissão anual e a comunhão pascal

1. Estes Mandamentos ordenam a todos os fiéis que, pelo menos, se confessem uma vez por ano e comunguem no tempo pascal.

As nossas comunhões não devem ser *raras*, porque a Eucaristia é o *alimento das nossas almas*; uma alma que esteja muito tempo sem este alimento, morre de *inanição*. Jesus disse: «se não comerdes a carne do Filho do

(1) Excertos.

(2) O catequista exortará vivamente as crianças a que nunca vão à missa sem livro; deve perguntar-lhes, também, se conhecem hinos e melodias litúrgicas e se conhecem a divisão dos seus livros de orações.

(3) A doutrina relativa à santa Missa acha-se na terceira parte.

homem e não beberdes o seu sangue, não tereis vida em vós» (S. João, VI, 54). Os fiéis da Igreja primitiva comungavam *tôdas as vezes que assistiam à missa*; mais tarde restringiram-se às três festas principais, Natal, Páscoa, Pentecostes, e finalmente, como a tibiaeza aumentou, o concílio de Latrão (1215) prescreveu a todos os cristãos chegados à idade de razão, **que se confessassem anualmente pelo menos uma vez, e que comungassem devo- tamente ao menos na Páscoa** (cân. 21); e o Código de Direito Canônico (cân. 863) recomenda a **comunhão freqüente e mesmo quotidiana**. O concílio de Trento deseja que a *confissão anual* se faça também na Páscoa: «É um costume geral e salutar o confessarmo-nos durante o santo tempo da quaresma, particularmente adequado a esta devoção; o concílio aprova e admite este costume louvável e digno de ser conservado» (XIV c. 5). E o novo Código prescreve também a confissão ao menos uma vez ao ano (cân. 906). Porém, escusado será dizer que, para aquêles que estão em estado de *pecado mortal*, a confissão deve preceder a comunhão pascal, para a não receberem *indignamente*. — Não se observam estes mandamentos, se fizermos uma confissão nula ou uma comunhão sacrílega: os papas Alexandre VI e Inocêncio XI condenaram as proposições contrárias. Ainda que a Igreja fixa este tempo de um ano para a confissão, é claro que quem tem a desdita de cair em pecado mortal não deve demorar a confissão dêle, mas pôr-se em graça quanto antes.

2. O tempo pascal não dura, de direito comum, mais de 15 dias, desde domingo de Ramos até domingo *in Albis*; mas os Ordinários dos lugares podem antecipá-lo para a quarta dominga da Quaresma e prolongá-lo até à festa da Santíssima Trindade (cân. 859, § 2).

3. A comunhão *pascal* foi imposta, porque Jesus Cristo instituíu o Santíssimo Sacramento no tempo da Páscoa.

É também o momento em que Jesus Cristo *ressuscitou*; é conveniente que nós também ressuscitemos *espiritualmente* da morte do pecado, por meio duma boa confissão. De facto, a alma em pecado grave está como mor-

ta, e a absolvição restitui-lhe o Espírito Santo, que é a vida da alma. O anjo dizia às mulheres que procuravam Jesus no sepulcro: «Procurais um vivo entre os mortos; ressuscitou, não está aqui» (S. João). «Olha, pode dizer o nosso anjo da guarda ao demónio que nos procura no sepulcro do pecado: procuras o vivo entre os mortos, o convertido entre os pecadores; ressuscitou, não está aqui». Assim como Jesus Cristo ressuscitou dos mortos, devemos nós entrar numa vida nova (Rom. VI, 4). Muitas pessoas têm o hábito de estrear na Páscoa *vestidos novos*; é preciso ter igual cuidado em revestir a nossa alma com a graça santificante.

4. A Igreja aconselha os fiéis a receberem a comunhão pascal *na sua freguesia*, e a avisarem o pároco próprio se tiverem cumprido este preceito fora da freguesia (Cân. 859, § 3).

A Igreja sabe, com efeito, que os pecadores preferem abrir a sua consciência a um padre que os não conheça, e que estão por isso menos expostos a receber os sacramentos indignamente. — Noutros tempos os cristãos eram obrigados a confessar-se na sua freguesia; tal preceito tinha por fim inspirar-lhes respeito pelo pastor que está encarregado da alma deles. Mas os inconvenientes que daqui podiam provir fizeram variar a disciplina.

5. Os fiéis que não cumprem o preceito pascal e morrem sem arrependimento podem em certas circunstâncias ser privados de *sepultura eclesiástica*.

O pároco, quando se dêem essas circunstâncias, antes de recusar a sepultura pede ordinariamente o parecer do seu Bispo; quando o tempo é demasiado curto e há dúvidas, o pároco tomará a decisão a favor do defunto.

IV Mandamento da Igreja: a lei do jejum e da abstinência

Com grande sabedoria estabeleceu a Igreja certos jejuns de obrigação, por meio dos quais: 1) nos exerceita a vencermo-nos a nós mesmos e fortifica o nosso caráter; 2) nos dá ocasião de exercitar a nossa obediência, para,

por meio dela, merecermos prémios eternos. O jejum é tão antigo como a humanidade: foi a lei imposta no Paraíso. Mais tarde Deus proibiu aos Israelitas determinados manjares, como por exemplo a carne de porco (Levit. XI, 2), e no dia da reconciliação eram obrigados a um jejum absoluto de 24 horas (ibid. XXIII). Jesus Cristo Senhor nosso e, antes dêle, Moisés e Elias jejuaram durante 40 dias, e João Baptista, o precursor, jejuava rigorosamente. A Igreja ordenou o jejum por motivos muito graves, como mãe solicita que educa seus filhos para o céu.

Primitivamente a lei do jejum era muito rigorosa, mas o direito comum foi bastante mitigado.

Na primitiva, a lei era tão severa que proibia os ovos e os laticínios, e toda a refeição antes do pôr do sol. A degenerescência da raça humana e a crescente tibieza dos fiéis forçaram a Igreja a modificar esta lei no decurso dos séculos e a reduzir o número dos dias de jejum e abstinência. A lei do jejum prescreve só uma refeição principal por dia; mas permite, além disso, a *parva*, em que pode comer-se cerca de duas onças (60 gramas) e a *consoada*, chamada também *colação*, em que é de oito onças (240 gramas), pouco mais ou menos, a quantidade da comida permitida. O uso de ovos, laticínios e de quaisquer temperos de gordura é agora permitido por lei geral da Igreja, assim como também a mistura de peixe e carne na mesma refeição. É igualmente permitida a troca da refeição principal com a consoada.

Devemos distinguir na lei da Igreja, 1.º a abstinência da carne, 2.º o jejum, 3.º a reunião do jejum e da abstinência.

O jejum e abstinência obriga actualmente só na quarta-feira de Cinzas; sextas-feiras e sábados da Quaresma; quartas-feiras, sextas e sábados das Quatro-Têmperas; Vigílias do Pentecostes, Assunção de Nossa Senhora, Todos os Santos e Natal. O jejum sem abstinência só obriga nas segundas, terças, quartas e quintas-feiras da Quaresma. A abstinência sem jejum obriga sómente em todas as sextas-feiras do ano (excepto nas da Quaresma, que têm, além da abstinência, o jejum). Note-se mais que a lei da ab-

tinência e jejum ou só da abstinência ou só do jejum cessa não só em todos os domingos do ano, mas também nos dias santificados, excepto da Quaresma (S. José), cessando igualmente no Sábado Santo depois do meio dia (cán. 1252).

O quarto mandamento da Igreja obriga-nos a observar os dias da abstinência e jejum.

1. Em Portugal a lei da abstinência e jejum está muito mitigada para os fiéis que utilizarem as graças dos Indultos Pontifícios.

Todo o fiel que, além do Sumário Geral, tomar o Sumário especial de abstinência e jejum, dando a competente esmola, durante o ano da sua validade fica dispensado da lei do jejum em todos os dias, excepto nas quartas, sextas e sábados da Quaresma e Vigílias de Pentecostes, Assunção de Nossa Senhora, Todos os Santos e Natal; e, além disso, pode durante o mesmo tempo lucrar as seguintes graças e privilégios: 1.º — Fazer uso de carnes e caldo de carne todos os dias, excepto nas sextas-feiras da Quaresma e do Advento, nas Quatro-Têmperas e nas Vigílias acima referidas. 2.º — Antecipar para o sábado das Têmperas, imediatamente anterior, o jejum e abstinência da vigília do Natal. 3.º — Obter do seu confessor dispensa das leis do jejum e da abstinência, havendo motivo razoável e justo, nos dias em que este Indulto não dispensa. 4.º — Fazer uso dos privilégios acima enumerados, mesmo fora do país e seus domínios, não havendo escândalo. Os regulares que, por voto especial, estejam obrigados a usar exclusivamente comidas de magro não gozam dos privilégios relativos à abstinência. Este Sumário é colectivo, abrangendo toda a família; e também os seus comensais ou pessoas que comerem a expensas do dono da casa; e tanto pode ser tomado pelo chefe como pela mãe de família. É válido de 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de cada ano e ainda pelo mês de Janeiro seguinte. As famílias ou indivíduos cujas receitas totais não atinjam 500\$00 escudos, tomarão um Sumário de 50 centavos; os que tiverem receita de 500\$00 a 2.000\$00 escudos, um Sumário de 1 escudo; os que tiverem receita de 2.000\$00 a 5.000\$00 escudos, um Sumário

de 2\$50; os que tiverem receita superior a 5.000\$00 escudos, um Sumário de 5 escudos, aceitando-se sempre por verdadeiras as declarações em consciência feitas pelos indultados. Os pobres podem gozar dos privilégios d'este indulto sem tomarem êste Sumário especial. As esmolas que os fiéis terão de dar pelos Sumários Gerais a tomar, devem ser proporcionais às suas receitas globais do ano e reguladas pela forma seguinte: As pessoas absolutamente pobres, os filhos-família sem renda própria e separada da de seus pais e aquêles cuja receita não exceda 200 escudos, 20 centavos; receita de 200 a 500 escudos, 50 centavos; de 500 a 2.000 esc., 1 esc.; de 2.000 a 5.000 esc., 2 esc.; de 5 a 20.000 esc., 5 esc.; mais de 20 mil esc., 10 esc. ou 2 Sumários de cinco.

2. Durante a *quaresma* há obrigação de jejum em todos os dias, com exceção dos domingos, para imitarmos os 40 dias do jejum de Jesus e nos prepararmos dignamente para a festa da Páscoa.

A *quaresma* começa na quarta-feira de cinza e dura até domingo de Páscoa; os domingos nunca são dias de jejum.

A *quaresma* é de tradição apostólica (S. Jer.) e foi instituída em memória do *jejum do Salvador* no deserto. Deve ser um tempo de *penitência e expiação de nossos pecados*. O roxo, côr litúrgica do tempo, é uma côr de luto; ora o jejum, a-pesar-de ser uma lei da Igreja, é como que imposto pela natureza nas ocasiões de tristeza (S. Mat. IX, 15). Além disso devemos meditar na *Paixão de Cristo*, principalmente durante a semana santa. (Os sermões da *quaresma* versam ordinariamente sobre a penitência e a *Paixão*). O jejum e a meditação dos sofrimentos de Jesus obtêm-nos com muita facilidade a *graça da contrição e do perdão*, e são a melhor *preparação para a confissão e comunhão pascal*. — Nos séculos passados a *quaresma* era muito mais austera do que agora; os nossos avós não comiam **carne durante a *quaresma* inteira** nem coisa que proviesse de animais de sangue quente, como queijo, manteiga e leite, e só comiam ao sol *pôsto*.

Tal era a disciplina da Idade Média, e o concílio de Toledo de 653 excomungava aquêles que a transgredissem; no tempo de Carlos Magno era até um delito castigado pela lei civil. — Nos nossos dias a quaresma é muito fácil.

Só há obrigação de jejuar desde os 21 anos completos até aos 60 começados.

3. Devemos observar as *Quatro Têmportas* para pedir a Deus *bons padres* e agradecer-lhe as graças recebidas durante a estação precedente.

Os dias das **Quatro Têmportas** são a quarta-feira, a sexta e o sábado do princípio de cada estação; são dias destinados às ordenações.

Quatro Têmportas deriva do latim *Quatuor Tempora*, as 4 estações; caem no inverno, na terceira semana do Advento; na primavera, na segunda da Quaresma; no verão, na oitava de Pentecostes; e no outono, na terceira semana de setembro. — Já os judeus jejuavam em quatro tempos do ano (Zac. VIII, 19). Como toda a vida e progresso da natureza depende do sol, nos quatro tempos dos equinócios e solstícios damos graças a Deus pelos benefícios recebidos. Ordenam-se neste dia os sacerdotes para que sejam a verdadeira luz do mundo; é com este fim que oramos e oferecemos a Deus o obséquio das nossas mortificações. O mesmo Jesus Cristo nos manda orar para que haja sacerdotes muito dignos: «A seara é grande, disse Ele, mas os obreiros poucos; rogai pois ao Senhor da seara que envie obreiros à sua seara» (S. Mat. IX, 37-38).

4. Devemos jejuar nas *vigilias* de certas festas, a-fim-de nos preparamos para as celebrar dignamente.

As graças da festa serão proporcionadas à preparação. Os primeiros cristãos reuniam-se na véspera das festas, passavam a noite em oração e assistiam ao santo sacrifício.

cio, a exemplo de Cristo, que passava muitas vezes a noite a orar (S. Luc. VI). Quando cessaram as perseguições e os cristãos puderam impunemente reúnir-se de dia, os papas transferiram os ofícios nocturnos para a véspera da festa, tanto mais que as reuniões nocturnas não deixavam de ter os seus inconvenientes. A missa da meia noite na vigília do Natal é o último vestígio dêste costume, e das vigílias só ficou o jejum.

As vigílias com jejum são apenas: as do Natal, Pentecostes, Assunção e Todos os Santos.

5. A Igreja não quer que a abstinência ou o jejum nos prejudique a saúde, ou nos impeça de cumprir os deveres do nosso estado. Portanto,

1.º O uso de carne nos *dias de abstinência* é permitido às pessoas de saúde precária, ou a quem a abstinência causasse grande dano,

isto é, aos *doentes*, aos *convalescentes*, às *crianças* com menos de 7 anos (pois não tendo ainda pecado, não têm de que fazer penitência), aos *vélhos* (com mais de 60 anos) que sentem os estragos da idade. Em certas dioceses também são dispensadas as pessoas sujeitas a um **trabalho muito penoso, intelectual ou corporal**: contudo não é a profissão por si só que dispensa, mas sim a relação entre as forças corporais e o trabalho que se tem de produzir. — Também se pode obter dispensa por motivo duma *viagem custosa*, ou também quando não somos senhores da nossa vontade, como os criados ou soldados; ou quando somos forçados a *tomar as nossas refeições num hotel*, como acontece aos estudantes, aos *vianentes* reduzidos a comer de passagem nos restaurantes das estações do caminho de ferro, aos *empregados dos caminhos de ferro*, às pessoas que *tomam águas medicinais*, aos que concorrem a mercados e feiras e têm que comer fora de casa, e outros em circunstâncias semelhantes. É claro que **cessa** para estes tais a **dispensa**, quando podem sem grave dificuldade obter comida de magro, como sucede geralmente entre nós. Os *pobres*, reduzidos a men-

digar o pão, podem nos dias de abstinência comer a carne que lhes derem de esmola, porque de contrário seriam forçados a sofrer fome. — No entanto, as pessoas dispensadas deverão fazer algum sacrifício em certos dias, tais como Sexta-feira Santa e a vigília do Natal. Deverão cuidadosamente **evitar o dar escândalo**, conforme estas palavras de S. Paulo: «Vêde que esta liberdade que tendes não seja talvez ocasião de tropéço aos fracos» (1 Cor. VIII, 9) e «se a comida serve de escândalo a meu irmão, nunca jamais comerei carne, por não escandalizar meu irmão» (Ibid. 13).

2.^º São dispensados do jejum, aquêles que não têm 21 anos completos, os que têm *saúde débil* e os que se entregam a *trabalhos fatigantes, intelectuais ou materiais*.

No período do crescimento, precisamos de alimento mais abundante; contudo o jejum é algumas vezes *aconselhado* para aprendermos a dominar-nos. — As pessoas de *saúde débil* são os doentes, os convalescentes e os velhos (para cima de 59 anos). Entre as pessoas submetidas a um trabalho fatigante podem-se contar as que desempenham *funções de interesse público*, tais como os confessores, pregadores, professores, preceptores, médicos, juízes, enfermeiros, que em tempo de trabalho extraordinário carecem duma alimentação especial. — Algumas vezes dá-se uma dispensa geral em tempo de *epidemia*, e, em certas dioceses, até para uma *feira*. — O dever da conservação da vida é de direito divino, e o de jejuar, de direito eclesiástico: em caso de conflito entre os dois, o direito humano deve ceder ao divino. Quem fôr dispensado do jejum deve supri-lo por **outras boas obras**: os confessores e párocos estão geralmente autorizados a fazer esta comutação.

3.^º Ninguém deve jejuar *em excesso*, porque Deus quere de nós uma vassalagem razoável (Rom. XII, 1).

Aquêle que jejuasse de um modo imoderado, assemelhar-se-ia a um cocheiro que, excitando os cavalos, expusesse o seu carro a um grande perigo, ou a um navio sem lastro que se torna joguete do vento (S. Efr.). Há

santos, como S. Bernardo, que por engano caíram neste defeito, e amargamente o deploraram, porque logo a ruína da sua saúde os impediu de trabalhar e expôs a tôda a sorte de tentações. Portanto é prudente não nos mortificarmos corporalmente *sem conselho do nosso director*; o jejum deve matar os pecados da carne, mas não a própria carne (S. Greg. Naz.); não deve enfraquecer o corpo a ponto de o tornar incapaz de orar e cumprir os deveres do seu estado (S. Jer.). Devemos tratar o nosso corpo como um pai trata o filho, e castigá-lo só quando fôr desobediente. O jejum é um remédio: tomados em excesso, ambos são prejudiciais: é necessário sermos severos para connosco mas não cruéis; a dureza para connosco não é nada compatível com a doçura para com o próximo.

6. O jejum e a abstinência são muito úteis ao corpo e à alma; dão luz ao *espírito*, fôrça à *vontade*, muitas *virtudes*, *saúde* ao corpo, alcançam-nos perdão dos *pecados*, bom despacho na *oração*, *graças extraordinárias* e a *recompensa celeste*.

O jejum obtém muitas **vantagens espirituais**. Daniel, que na côrte de Nabucodonosor só se alimentava de legumes e água, era o mais sábio de todos os conselheiros do rei (Dan. I.). Todos os grandes doutores da Igreja eram muito mortificados. As pessoas que se dedicam ao estudo sabem por experiência que a inteligência é mais lúcida quando se come e se bebe com moderação. — O jejum **fortalece a vontade**: domina tôdas as más inclinações da carne e *repele as tentações* do demónio (I Cor. IX, 27). «A fome faz capitular as *fortalezas*, e o jejum faz capitular o corpo diante das exigências da razão e da vontade» (S. Alberto Magno), domina as paixões como um cavaleiro, com as rédeas, doma um cavalo furioso (Rodriguez). O demónio considera o nosso corpo como o seu melhor aliado, porque sabe que os inimigos interiores são os mais perigosos (S. Ber.); mas pelo jejum nós encadeamos o nosso corpo, para que êle não possa trair-nos à aproximação dos inimigos exteriores (Rodr.); tiramos-lhe as fôrças inúteis que êle não pode transformar em armas contra nós (S. Ag.). Um pássaro leve escapa mais facil-

mente à ave de rapina do que aquêle cujo vôo é pesado, por causa do excesso de alimento (S. Boav.). Os *atletas* preparavam-se com a abstinência para a luta (I Cor. IX); aquêle que jejua alcançará a vitória. O que jejua obtém **numerosas e grandes virtudes**. O jejum dispõe-nos primeiro para a *oração*, em seguida para a *doçura*, para a *pa-ciência*, para a *castidade*. «Jamais se alcançou uma alta perfeição sem o jejum; torna os homens semelhantes aos anjos que não comem nem bebem» (S. Cip., S. At.). O homem espiritual cresce na proporção em que morre o homem animal, como numa balança em que um dos pratos sobe quando o outro desce. — O jejum é útil à **saúde** e prolonga a vida, a abstinência é mãe do vigor (S. Jer.); os companheiros de Daniel comiam pouco, e passados 10 dias tinham o rosto mais radiante do que os outros jovens (Dan. 1). Os anacoretas da Tebaida, como Santo Antão abade, S. Paulo eremita, jejuavam muito e chegaram à idade de 100 anos. Santo Afonso († 1787) jejua-va a pão e água todos os sábados, em honra da Santíssima Virgem, e viveu 90 anos. Hipócrates, o pai da medicina, morreu com mais de cem anos, e nunca esteve doente; interrogado sobre as causas desta longevidade, respondeu: «Nunca comi até me fartar». Os médicos prescrevem geralmente a dieta aos doentes como condição de cura. O corpo, assim como a roupa, dura mais tempo quando o pouparamos. A temperança, diz a Sabedoria, prolonga a vida, dá sono tranqüilo e causa alegria (Ecl. XXXVII, 24). — O jejum obtém o **perdão dos pecados**. Deus perdoou aos Ninivitas, porque jejuaram (Jona, III). O género humano perdeu-se pela gula, o jejum é que o há-de salvar (S. Zen.). O jejum antecipa neste mundo as satisfações do purgatório. — Deus **ouve prontamente as orações** dos que jejuam. Quando Holofernes cercou Betúlia, os habitantes desta recorreram ao jejum e à *oração*, e Deus os livrou miraculosamente servindo-se do braço de Judit (IV). O jejum e a esmola são as duas asas da *oração* (Santo Ag.); a alma dum corpo mortificado pode mais facilmente elevar-se a Deus, assim como as aves de arriabaço fazem mais facilmente a sua viagem, por estarem leves pela privação de alimento (S. Vic. F.). — O jejum obteve sempre de Deus **graças especiais**. Moisés, depois de ter jejuado, foi favorecido no Sinai com uma prática com Deus, e Elias teve a sua visão no monte Horeb (III Reis, XIX). A proteção miraculosa dos mancebos na fornalha foi por cer-

to a recompensa de jejuarem. Este exercício espiritualiza-nos e diviniza-nos por assim dizer; eis por que Deus se compraz em entrar em relações connosco (Rodrig.). — O jejum obtém uma **recompensa celeste**. Moisés e Elias apareceram na transfiguração do Tabor, por terem sido os únicos, de entre os patriarcas, que jejuaram 40 dias como Jesus (S. Vic. F.). — Vêde pois como são distinguidos na outra vida os que jejuaram neste mundo. No Prefácio da quaresma canta a Igreja que pelo jejum reprime Deus os vícios, eleva o espírito e concede a virtude e os prémios.

7. A abstinência e o jejum só são agradáveis a Deus quando nos esforçamos *ao mesmo tempo* por evitar o pecado e praticar o bem.

O jejum não é ainda a perfeição (I Cor. VIII, 8), mas sim *um meio de a alcançarmos*, dominando as paixões e facilitando o bem. «Deus importa-se menos com a abstinência dos alimentos do que com a destruição do pecado» (Santo Antonino). De que serve o homem privar-se de carne, se ofende o próximo com *calúnias*? (Santo Ag.). Parece-se então com o *sepulcro*, branqueado por fora e cheio de podridão por dentro (S. Mat. XXIII, 27); ou com o demónio, que não come, e contudo não cessa de fazer mal (Santo Honorato). O jejum *sem a oração* é uma lâmpada sem azeite, porque não se deve jejuar senão para melhor poder orar. O jejum *sem a esmola* é um campo sem semente (S. Pedro Crisól.); o recusarmos aos pobres o que economizamos pelo jejum, não é jejuar por amor de Deus, mas por nosso amor (S. Greg. Mag.).

Abstenção do alcool

Actualmente nota-se na maior parte das nações um *enérgico protesto contra o abuso* do alcool ou das bebidas alcoólicas.

As bebidas *espirituosas*, como a aguardente, vinho, cerveja, rum, conhaque e outros licores, têm por base uma substância *venenosa*: **o alcool**. A aguardente contém de 33 a 40% (a mais forte chega a ter 90%); o vinho de

6 até 20%, e a cerveja de 2 a 4% (a mais forte até 8). O alcool é um líquido incolor e combustível, que arde com chama azul pálida, porém muito activa; é um produto da fermentação de *sucos das frutas açucarados*, como os da uva, maçã, pêra, cereja, etc., com a oxidação produzida pelo ar. Também se forma juntando a cevada cozida com lúpulo e fermento. O excesso do alcool produz a *embriaguez*. Trezentos gramas de alcool bastam para produzir a morte a um homem adulto (para uma criança bastam setenta gramas), já pela *paralisia dos pulmões ou do coração*, já por *apoplexia cerebral*, isto é, por derramamento de sangue no cérebro.

1. As bebidas alcoólicas, usadas com moderação, não são prejudiciais às pessoas adultas e sadias.

Uma pequena quantidade de alcool pode não ser prejudicial às pessoas desenvolvidas e sãs, nem para o *corpo* nem para o *espírito*. Médicos hábeis e experimados asseguram que uma pessoa sã pode beber diariamente quarenta ou cinqüenta gramas de alcool, ou sejam litro e meio de cerveja, ou meio litro de vinho, sem prejuízo algum para a saúde. Pelo contrário, está demonstrado pelos médicos que uma pequena quantidade de alcool faz desaparecer a lentidão e a acidez do estômago, desperta o apetite e facilita a digestão; também está provado que os que bebem moderadamente costumam *viver mais tempo* do que aquêles que se abstêm absolutamente do vinho ou cerveja. Em certos casos pode ser *um remédio*, como nas mordeduras das *serpentes venenosas*, em que se receita a bebida dum a boa quantidade de aguardente. Também é preservativo contra o *cólera* e contra a *influenza* o uso regular das bebidas espirituosas. Do mesmo modo para o *espírito* uma porção moderada não só não é nociva, mas até favorável, pois excita, serena e anima o homem. Nota-se que os povos que bebem vinho têm-se adiantado sobre os muçulmanos e budistas, que se abstêm dele, por lho proíbir rigorosamente a sua religião toda cheia de superstições. Aquêles que combatem a todo o transe toda a espécie de bebidas alcoólicas, devem pensar que as que êles propõem em sua substituição, como o chocolate, o chá e o café, também contêm um veneno (a *cafeína*), não havendo portanto

fundamento sólido para condenar em absoluto como nocivo todo o uso do alcool. — A-pesar disso, a **abstenção total é necessária**: 1) Aos adolescentes até aos catorze anos, pois o uso do alcool, embora em pequena quantidade, impede o seu crescimento. 2) Aos que contraíram o vício da embriaguez, pois se se não abstêm dum modo absoluto, tornam a cair nêle. 3) A certos doentes, como os dos rins, fígado, coração, etc.; aos que padecem de gota, e aos que estão ameaçados de apoplexia. 4) Finalmente aos que pregam a temperança, pois nada conseguiram, se não começarem por dar exemplo.

2. As bebidas alcoólicas não se podem recomendar como alimentícias, pois o *alcool não nutre nem fortifica*.

Não nutre, embora mitigue ou entorpeça a sensação da fome, à semelhança do ópio; por isso imaginam alguns que serve de alimento. A única vantagem do alcool é favorecer a formação mórbida de matérias gordas. A afirmação de que a cerveja é *alimento líquido*, é absolutamente falsa. Num corpo de boa cerveja da Baviera encontram-se oitenta e sete partes de água, oito de cevada e cinco de alcool. Há mais alimento num pedacito de pão que num litro de cerveja. — O alcool **não fortalece**, só excita e embotta a sensação da fadiga; depois deixa o corpo mais cansado e uma sonolência característica. Por isso, os trabalhadores, depois da bebida, sentem-se imediatamente mais fortes, porém daí a pouco, se não fôr renovada a dose, estão mais alquebrados, e incapazes de um trabalho enérgico e aturado. Os gymnastas e os que se dedicam a exercícios violentos, certificam que só se sentem dispostos a fazer grandes esforços quando não têm tomado bebidas espirituosas. Os trabalhadores que pretendem animar-se ao trabalho por meio do alcool, fazem ao seu corpo o que um criado brutal faz, quando, à fôrça de chicote e esporas, exige do animal que lhe foi confiado mais trabalho do que êle lhe pode dar. — Outro êrro é pensar que o alcool **aquece** quando houver frio. A sensação do calor produzida pela bebida, é devida à excitação do coração, e à circulação do sangue momentâneamente activada, que o localiza nas artérias principais; porém, daí a pouco sucede-se um esfriamento ainda maior. É por isso que os experimentados ex-

ploradores do pólo, como Nansen, não usam o alcool, e até o têm por perigoso. — As bebidas alcoólicas são, como vemos, de *efeitos ilusórios*, pois adormecem as sensações da fome, do cansaço e do frio, para depois voltarem mais activas. Não só são de efeitos ilusórios, mas são até *homicidas*, como demonstraremos mais adiante.

3. *O abuso das bebidas alcoólicas acarreta muitas calamidades ao que as bebe e à sua família; mais que isso, produz muitas enfermidades e imoralidades.*

As vítimas das guerras mais sangrentas são poucas em comparação com a mortandade que o alcool faz entre o povo. Está demonstrado que 75 p. c. das pessoas que estão nos hospitais, são bebedores de profissão, e 96 p. c. dos que morrem de tuberculose são-no também. O abuso do alcool prejudica o corpo das maneiras seguintes: 1) Destruindo as *paredes do estômago*, produzindo impotência para as funções digestivas e freqüentes dores. 2) Atacando o *figado*, que se endurece e contrai. 3) Prejudicando o *coração*, por o obrigar a um excesso de trabalho, de que se segue uma dilatação perigosa (o que bebe muito dá, todos os dias, de cinco mil a vinte mil *palpitações* mais que a média dos homens, segundo a quantidade de alcool consumido). 4) Causa a acumulação de sangue no *cérebro*, produzindo o *sono característico* e às vezes derramamentos cerebrais. 5) Irrita a *garganta*, produzindo rouquidão e aspereza de voz. 6) Às vezes causa *hidropisia*, pela quantidade excessiva de líquido que se estanca no corpo. 7) Oca-siona a *gota*. 8) Diminui a resistência do corpo contra as enfermidades. — Naturalmente, não se dão tôdas estas doenças num mesmo indivíduo; mas o alcool, como inimigo avisado, ataca a parte que encontra *mais fraca*; e o pior é que tais enfermidades só se mostram e sentem, quando já não pode remediar-las a medicina. O abuso do alcool debilita também o *espírito*, sobretudo o *entendimento* e a *memória*, pelo que os bebedores operam a-miúdo inconscientemente, e guardam poucas vezes os seus compromissos. — Além disso, desmoraliza, isto é, *avulta o carácter*. Os bebedores costumam ser promotores de rixas e desafios; fazem-se dissolutos e cometem excessos imorais; vêm a ser pródigos, malbaratando os seus haveres na taberna e levando a miséria às suas

famílias. Transformam-se de amantes do trabalho nuns preguiçosos, porque o alcool debilita o corpo e torna-o inútil para o trabalho. O alcoolismo é ainda causa de *enfermidades hereditárias*; os filhos dos alcoólicos costumam sair raquíticos e muitas vezes idiotas, arrastando toda a sua vida as consequências do pecado dos seus pais. (É notável que, segundo dizem os médicos modernos, só duas espécies de enfermidades são certamente hereditárias, a saber: as que provêm do vício da embriaguez e da desonestidade).

4. A abstenção total ou parcial das bebidas alcoólicas conforma-se com o espírito cristão e constitui uma necessidade da nossa época.

Cristo impõe-nos a *abnegação*, quando nos diz: «Se alguém me quere seguir, negue-se a si mesmo» (S. Marc. VIII, 84), pelo que todos nos devemos exercitar na própria abnegação, sendo um dos meios o abstermo-nos de certos mafrares ou bebidas. Deste modo, a abstenção do alcool é um acto genuinamente cristão. Já o precursor de Jesus Cristo, S. João Baptista, se absteve, por vontade de Deus, de vinho e bebidas excitantes (S. Luc. I, 15). — A luta contra o alcoolismo, em nossos dias, é necessária pelas circunstâncias do momento presente. Em muitas regiões consome-se hoje dez a trinta vezes mais alcool, do que aqui há cinqüenta anos. Bebe-se a toda a hora: às despedidas dos amigos, e quando se tornam a ver; nos baptizados, e nos enterros; no verão para refrescar, e no inverno para aquecer; quando não há sono, para dormir, e quando o há para despertar. Os que mais abusam disto são os estudantes das Universidades. Aquél que não mata as melhores horas de estudo nos cafés, é tido por tímido e de pouco valor. Ou isto há-de acabar, ou a humanidade vem a cair em plena degenerescência corporal e espiritual. É por isso que prelados ilustres (como o cardial Manning na Inglaterra, o bispo Egger, na Suíça, e o bispo de Coimbra D. Manuel Luís Coelho da Silva, em Portugal) e notáveis médicos, têm levantado diariamente a sua voz, excitando todos a combater o alcoolismo, e porque vêem que os ensinamentos dão pouco resultado, dedicam-se à fundação de *Associações de temperança*, para quebrarem com a sua união a obstinação dos bebedores. Na Inglaterra e América do Norte, estão inscritos nestas associações alguns milhões de pessoas, que se obrigam com a sua assinatura a abster-se do alcool, ora totalmente, ora

certos dias da semana; se quebram o seu compromisso ou querem rescindi-lo, obrigam-se a restituir a cédula que fizeram. Os filiados nessas associações chamam-se *abstinentes* ou *temperantes*. Alguns governos têm outorgado a sua protecção a estes esforços da iniciativa particular; assim, na Bélgica, ordenou o governo que nas escolas se trate meia hora cada semana da questão do alcoolismo. Nas escolas dos Estados Unidos, ensina-se, ao lado da higiene, a questão do alcool, transformando-se assim as crianças em mestres consumados nestas matérias. Os que bebem ordinariamente bebidas alcoólicas devem, segundo aconselham os médicos, abster-se, pelo menos de quando em quando, para que o corpo tenha lugar para expelir as substâncias nocivas, acumuladas pela bebida. Quem tal fizer, acha-se logo melhor e mais disposto para o trabalho. Contudo, não se exige, porque seria nocivo mesmo para a saúde, que o abstinente se prive do líquido que necessita urgentemente o nosso corpo. Quando usarmos de água pouco sã ou desconhecida, devemos fazê-la ferver primeiro; é por este meio que se destroem infalivelmente os germes infecciosos de que porventura esteja contaminada.

V Mandamento da Igreja

Por este mandamento ordena-nos a Igreja que concorramos para as despesas do culto e para a sustentação dos seus ministros⁽¹⁾.

Na antiga lei os sacerdotes e levitas, consagrados ao serviço de Deus, foram excluídos da partilha da terra da promissão, devendo sustentar-se com as ofertas do povo. «Os sacerdotes e levitas hão-de comer dos sacrifícios do Senhor, e das oblações que lhe forem feitas» (Deut. XVIII, 1). E assim era justo que fosse, pois os sacerdotes no desempenho do seu ministério representam o povo e em nome dêle prestam a Deus culto público e oficial. Dedicados a este serviço, não podem nem devem distrair-se do cumprimento dos seus deveres, com os cuidados a que se não pode furtar quem tem de angariar com a própria indústria os meios de subsistência. Se o sacerdote oferece a Deus dons e sacrifícios em

(1) Este mandamento e a competente explicação não se encontram no original.

nome do povo e pelo povo, que muito é que o povo o sustente, e lhe compense este serviço de incalculável valor com um subsídio material? — No novo testamento é esta doutrina ensinada logo desde o princípio. «Se nós vos semeámos as coisas espirituais, é porventura muito se recolhermos as temporalidades que vos pertencem a vós? Não sabeis que os que trabalham no santuário comem do que é do santuário, e que os que servem ao altar participam justamente do altar?» (I Cor. IX, 11 e 13). Em todos os tempos os cristãos fervorosos concorreram generosamente para a sustentação do clero, sobretudo dotando igrejas, com rendimentos fixos destinados aos clérigos que as serviam. As modernas legislações revolucionárias têm espoliado essas instituições e usurpado quase todos estes rendimentos, praticando assim uma violência contra a expressa vontade do doador. Daqui resulta mais um encargo para os fiéis, que se vêem forçados a suprir à própria custa o que antigamente era compensado com aquelas piedosas fundações. — Entre nós o clero paroquial é geralmente sustentado pelo povo, que paga para este fim uma certa contribuição a que se dá o nome de *côngrua* ou *derrama*, e em certas partes ainda reveste a antiga forma de *dízimos* e *primícias*. Daí o dizer-se neste mandamento que se devem pagar dízimos e primícias *conforme os usos*, isto é, deve-se concorrer para a sustentação do pároco, segundo o costume estabelecido em cada paróquia. — Com estas palavras não se visa sólamente a sustentação do clero, mas também a manutenção do culto, para cujo esplendor todos somos obrigados a concorrer, a fim de que o testemunho público da nossa vassalagem perante Deus seja quanto possível digno da Majestade que adoramos.

A lei do tempo (1)

Chama-se tempo fechado, aquél durante o qual a Igreja proíbe a celebração solene do matrimónio e reprova os festejos ruídosos.

Desde o 1.^º domingo do Advento até ao dia 25 de dezembro inclusivamente e desde quarta-

(1) Nos catecismos alemães, o quinto mandamento da Igreja contém as prescrições relativas ao tempo fechado. Embora os catecismos portugueses o não mencionem, julgámos não dever omitir esta doutrina, porque é interessante e os fiéis precisam de a saber.

-feira de Cinza até ao domingo da Ressurreição a Igreja proíbe que se celebre com solenidade o matrimónio, e reprova os festejos ruídosos.

Estes períodos são tempos de penitência incompatíveis com os prazeres; são tempos destinados pela Igreja à meditação dos grandes mistérios da salvação: o Advento ao da *Incarnação*, e a Quaresma ao da *Redenção*; portanto seria inconveniente distrairmo-nos destas grandes verdades, com os prazeres mundanos. — Os bispos podem permitir, no tempo fechado, a celebração de casamentos com bênçãos (Cân. 1108). — Os **bailes** durante este tempo são muito censuráveis, ao passo que os concertos se toleram. Os que desprezam esta lei devem temer a ameaça do Senhor: «Converterei as vossas festas em luto» (Amós. VIII, 10).

IV Mandamento da lei de Deus

No 4.^º mandamento Deus ordena que honremos os seus representantes na terra, os pais e as autoridades eclesiásticas e civis.

1. Deveres para com os pais

1. Devemos honrar nossos pais como sendo os representantes de Deus e os nossos maiores bemfeiteiros.

Própriamente falando, somos filhos únicamente do Pai celeste. «A ninguém chameis pai vossa sobre a terra, porque um só é vosso Pai que está nos céus» (S. Mat. XXIII, 9). Mas o Pai celeste faz-nos alimentar e criar por nossos pais, que, portanto, são nisso os **representantes** de Deus, assim como são os representantes de Deus criador, por nos darem a vida. Por conseguinte devemos honrá-los como honramos a Deus, do mesmo modo que o representante de um chefe de Estado tem direito às considerações devidas a esse soberano. Logo, *o desprezo pelos pais, reflecte-se em Deus*; por isso Santo Agostinho exclamava, depois da sua conversão: «Meu Deus! quando desprezava a mãe que me destes, desprezava-vos também a vós!» — Nossos pais são os nossos **maiores bemfeiteiros**. «Quantos sofrimentos, diz Santo Ambrósio, não suportou vossa mãe por vós! quantas insónias, quantas privações de sustento! quantas angústias quando estavais em perigo! Quantas dificuldades e quantos trabalhos não sofreu vosso pai, para ganhar a vossa subsistência e o vosso vestuário! E se vossos pais sofreram tanto por vós, como poderíeis ser ingratos para com êles?» — O próprio **Filho de Deus** honrou sua mãe e seu pai nutritório. «Portanto honrai vossos pais, diz Santo Ambrósio, visto que o Fi-

lho de Deus honrou os seus, aos quais, segundo o evangelho, «era submisso». Se Deus honrou as suas humildes criaturas, quanto não deveis a vossos pais!» Nossa Senhora foi obediente a seus pais; amou e honrou sua mãe, a pesar de ser Ele o criador dela, e amou e honrou seu pai nutrício, que Ele próprio alimentava; lembrava-se de ter dormido no regaço de Maria e de ter andado nos braços de S. José (S. Jer.). O superior submeteu-se aos inferiores, para dar aos filhos exemplo de submissão (Orig.).

2. Devemos honrar nossos pais, testemunhando-lhes respeito, amor e obediência.

A honra prescrita por Deus comprehende necessariamente a obediência e amor, porque são inseparáveis da honra. O amor devido aos pais é um amor de gratidão. «O primeiro dever dum cristão é reconhecer os sacrifícios feitos por seus pais e os cuidados que tiveram com a sua educação» (S. Cir. de Jerus.). — O respeito e a obediência são devidos à sua dignidade de representantes de Deus. — O dever de respeito e amor dura toda a vida; o de obediência cessa num certo tempo e em dadas circunstâncias; os motivos de respeito e amor subsistem efectivamente sempre, mas os da obediência, não.

O **respeito** pelos pais consiste em venerá-los do íntimo do coração, como representantes de Deus, e em exprimir essa veneração por palavras e acções.

O respeito deve primeiro ser interior, porque sem Ele o respeito exterior não passaria de hipocrisia. Jesus deu a sua mãe um testemunho de respeito nas *bodas de Caná*; ao mesmo tempo que lhe declarou que a hora de aparecer como taumaturgo ainda não tinha chegado para Ele, atendeu a sua petição, para a não desconsiderar diante dos convivas (S. J. Cr.). *Coriolano*, que jurara perder Roma e a quem as súplicas dos senadores e dos pontífices, e o oferecimento dos mais ricos presentes, não conseguiram demover, cedeu aos rogos de sua mãe; prostrou-se diante dela e disse: «Mãe! salva Roma, mas perdeste o teu filho!» Levantou o sítio e foi assassinado pelos Volscos (491 antes de J. C.). Somos obrigados a respeitar nossos pais, ainda que sejam pobres e estejam numa situação inferior. José, no Egípto, honrou seu

pai — a-pesar-de não passar dum simples pastor, — apresentando-o a Faraó (Gén. XLVII, 7). Salomão, em presença de sua mãe, que era de baixo nascimento, levantou-se do trono, saídou-a e fê-la assentar à sua direita (III Reis, XI, 19). Bento XI (1303) não consentiu que lhe apresentassem vestida de ricos fatos, sua mãe, que era uma simples lavadeira; mandou que tornasse a vestir o seu fato de mulher do povo, e em seguida recebeu-a respeitosamente. — Até mesmo se nossos pais não tiverem vida edificante, devemos-lhes respeito, por causa da autoridade que têm sobre nós: uma imagem de Jesus, por ser grosseira, nem por isso merece menos veneração. É necessário cobrir os defeitos de nossos pais com o manto da caridade, isto é, suportá-los em silêncio, e portar-se como Sem e Jafet a respeito de Noé, que encontraram numa situação pouco decente (Gén. IX, 23). Honrai vosso pai, diz a Sabedoria (Ecli. III, 9), por palavras, por acções, e com paciência!

O amor para com os pais consiste na benevolência e na beneficência.

Devemos amar nossos pais, porque são nosso *próximo* (a imagem de Deus). Mas a caridade comum não basta, é preciso um *amor especial*, e isso porque êles nos amam extraordinariamente (quem tem melhores intenções a nosso respeito do que êles?) e nos cumularam de inúmeros benefícios. Ora o amor consiste em *querer* e em *fazer bem* (Ver atrás pág. 34, desta 2.^a parte). José, no Egípto, testemunhou a sua **benevolência** (ternura) para com seu vélho pai Jacob, atirando-se-lhe ao pescoço, beijando-o e chorando (Gén. XLVI, 29). Mas a ternura, só por si, não é dum grande auxílio para os pais, é preciso amar não só com a ponta dos lábios e com palavras, mas em verdade (I S. João III, 18). Logo é preciso socorrer os pais **nas suas necessidades** (1), **nas suas doenças**, e **orar por êles**. Um exemplo célebre é o de Vucassovitch, um jovem da Dalmácia e aluno da Academia Militar de Viena, o qual tendo recebido da Imperatriz, numa visita que ela fizera à Academia,

(1) Conta-se que um pagem de Frederico I, da Prússia, adormeceu na sala de serviço e que o rei, depois de ter tocado inútilmente muitas vezes, o encontrou a dormir em frente de uma carta principiada, na qual dava parte ao seu vélho e pobre pai, de que lhe mandava o seu ordenado. O rei, sem o acordar, meteu-lhe dois rolos de ducados nas algibeiras e no dia seguinte nomeou-o oficial.

doze ducados, os enviou imediatamente a seu pai. Sabendo a Imperatriz, noutra visita, o emprêgo que fizera daquele dinheiro, deu-lhe outros vinte e quatro e destinou a seu velho pai uma pensão. O piedoso cadete chegou com o tempo a marechal. A S. Tomás Moro, chanceler de Inglaterra, que fôra executado por causa da fé, por ordem de Henrique VIII, ninguém ousou enterrá-lo com medo ao rei. Em tal caso, encarregou-se desse cuidado sua filha Margarida, e o tirano, tocado dessa piedade filial, não se atreveu a temerunhar-lhe a sua cólera. Até nos *animais* se encontram indícios duma espécie de afeição a seus pais: no dizer de Plutarco, os leôezinhos levam a sua presa aos leões vélhos, decrepitos; e, no dizer de Santo Ambrósio, as cegonhas novas aquecem as vélhas, sustentam-nas e ajudam-nas a voar. «Filho, diz o sábio (III, 14), ampara a velhice de teu pai». Demais, lembremo-nos de que Jesus, moribundo, recomendou sua Mãe aos cuidados de S. João (S. João, XIX, 26).

A **obediência** aos pais consiste em cumprir as suas ordens legítimas, enquanto estivermos debaixo do seu poder.

«Filhos, diz S. Paulo, obedecei em tudo a vossos pais» (Col. III, 20). Estes, com efeito, tocando-lhes o dever de educar os filhos, têm também direito à sua obediência da mesma forma que no *Estado* há governantes e governados; nenhuma ordem nem felicidade doméstica são possíveis sem isso. Os vélhos devem possuir a perfeição moral e os novos são obrigados à submissão e à obediência (S. Bern.). Contudo, os filhos só são obrigados a obedecer **em coisas licitas**: se, por desgraça, as ordens dos pais fôssem contrárias a um mandamento de Deus, seria necessário aplicar a máxima dos apóstolos: «**Importa obedecer mais a Deus do que aos homens**» (Act. Ap. V, 29). O rei visigodo Leovigildo mandou meter seu filho Hermenegildo num cárcere de Sevilha, por ter abracado a fé católica; depois enviou-lhe um mensageiro para lhe oferecer o perdão, se voltasse ao arianismo. «Dize a meu pai — respondeu o jovem príncipe — que renuncio ao seu perdão, à coroa, e até à vida, antes do que renegar a minha fé»; e foi executado (586). O mesmo facto se conta de Santa Bárbara, de Santa Perpétua, do jovem S. Vito, etc., etc. Se a obediência ao nosso pai terrestre houvesse de separar-nos do nosso Pai celeste, não a devíamos praticar (Santo Ambr.). Os pais

que ordenam coisas ilícitas, *arruinam a sua autoridade*; cortam, por assim dizer, o ramo que os segura. — Um pai mandou um dia o seu filho trabalhar ao domingo, com o pretexto de que essa proibição era boa para as crianças. «Então, — replicou o filho — também não sou obrigado a obedecer-lhe, porque o 4.^º mandamento diz respeito só aos rapazinhos». — No entanto, os pais não têm já ordens verdadeiras a dar a seu filhos **quando eles não estão já debalxo do seu domínio**, e a obediência só se estende às coisas em que os pais têm direito de mandar (S. T. de Aq.). Na vocação não podem mandar, porque vem de Deus e não dos pais (pág. 159 desta 2.^a parte); comprehende a vida inteira, e por consequência uma época que já não está sujeita à autoridade paterna. S. Francisco de Assis não se deixou forçar por seu pai a abraçar a carreira do comércio, nem Santa Rosa de Lima, para se casar. Porém, isto não dispensa os filhos de **pedirem conselho** a seus pais, que têm mais experiência da vida e que, pelo seu afecto, são inclinados a dar conselhos, os mais sinceros e proveitosos. «Ouve, filho meu, diz o livro dos Provérbios (I, 8), a instrução de teu pai!» «Filho, não faças coisa alguma sem conselho, e não te arrependerás depois dela feita» (Ecli. XXXII, 24). É especialmente para a vocação, ou para a escolha de um estado de vida, que é preciso pedir conselho aos pais.

3. Temos deveres semelhantes para com os representantes de nossos pais, para com os nossos mestres, nossos superiores e para com os vélhos.

Deveremos **respeitar os vélhos**: levantar-nos na presença dêles (Lev. XIX, 32), deixá-los falar primeiro (Sab. XXXII, 4). Os Espartanos tinham em grande honra os vélhos: um ancião foi um dia assistir aos jogos olímpicos e ninguém se levantou à sua passagem, salvo os espartanos, que todos se ergueram para lhe dar um lugar. Conta-se também de Alexandre Magno, que, estando um dia assentado ao lume do bivaque, viu um soldado vélho a tiritar com frio; levantou-se, foi buscá-lo, e assentou-o na sua cadeira, para que se aquecesse. O conselho de um vélho é digno de atenção; aprendemos dêle a ter juízo e prudência (Ecli. VIII, 9). A juventude é irreflectida, mas a velhice é prudente e experimentada. Os anciãos aconselharam a Roboão, filho de Salomão, que cedesse aos votos do povo;

mas ele preferiu escutar o conselho insensato dos seus jovens companheiros, e disse ao povo: «Meu pai bateu-vos com juncos, mas eu hei-de flagelar-vos com pontas de ferro». O resultado foi separarem-se dêle 10 tribos (III Reis, XII). O próprio Deus instituiu entre os Israelitas um conselho de 70 anciãos (Núm. IV, 29); os Romanos eram governados pelo Senado (do latim *senex*, velho); os Lacedemónios pelos *Gerontes* (velhos). A Igreja católica honra a velhice com a cerimónia que o Papa celebra em quinta-feira santa, lavando os pés a dozes anciãos. — Nunca desprezemos os velhos, porque nós também desejamos chegar a essa idade (Ecli. VIII, 9). Os rapazes que escarneceram do profeta Eliseu, por ter a cabeça calva, foram despedaçados pelos ursos (IV Reis, IV). É preciso ser indulgente com tôdas as fraquezas da gente de idade: nunca digais ao velho uma palavra dura, mas falai-lhe como a um pai (I Tim. V, 1).

4. Deus prometeu aos filhos que respeitam seus pais uma vida longa, a felicidade e a sua bênção neste mundo.

No Sinai, Deus prometeu como recompensa, a quem observasse o 4.^o mandamento, **uma vida longa** (Ex. XX, 12), e S. Paulo assegura a *felicidade na terra* àqueles que honrarem seus pais (Ef. VI, 3). José era muito obediente a Jacob, que por isso o preferia a seus irmãos; veio a ser senhor do Egipto e atingiu a idade de 110 anos (Gén. 4). Se amarmos aquêles que nos deram o ser, seremos recompensados com uma vida longa. Um soldado que recebeu um *feudo de seu soberano*, merece guardá-lo tanto tempo quanto se conservar fielmente no seu serviço; ora a vida é como o feudo recebido de nossos pais; merecemos conservá-la tanto tempo, quanto os honrarmos (S. T. de Aq.). Honrar os pais é honrar a *ancianidade*; ora como Deus proporciona a recompensa à boa obra, concede aos filhos respeitosos uma idade avançada, que é uma verdadeira felicidade, pois é uma ocasião de acumular grandes méritos para a eternidade. No Antigo Testamento uma vida longa era uma recompensa, tanto mais para desejar, quanto encurtava o tempo de espera no limbo. No Novo Testamento, uma morte *prematura, mas santa*, não é uma derrogação da palavra divina; pelo contrário, porque esta morte

faz-nos entrar na vida eterna (S. Jer.). De resto, uma vida inocente é já uma vida longa, segundo esta palavra da Escritura: «a idade da velhice é a vida imaculada» (Sab. IV, 9), e Deus leva muitas vezes para si um bom filho, na juventude, para que a malícia do mundo lhe não perverta o coração (Id. II). — A bênção dos pais sobre seus filhos tem efeitos salutares; vê-se pela de Noé sobre seus filhos Sem e Jafet, dos quais o primeiro foi um ascendente do Messias e o segundo, o tronco dos Europeus, a raça cristã e civilizada; pela de Tobias sobre seu filho antes da sua viagem. Honrai vosso pai para que êle vos abençoe; esta bênção é o alicerce das casas dos filhos (Ecli. III, 10). Aquêle que honra sua mãe acumula tesouros (id. 5) e o bem que fêz a seu pai nunca será esquecido (id. 15). Muitos filhos respeitosos chegam a ter **fortuna e honras** (José no Egipto) ou pelo menos uma **felicidade interior** verdadeira, porque vale mais ser abençoado e feliz, do que rico (Santo Ambrósio). — Aquêles que honram seus pais, têm por sua vez **filhos bem educados e obedientes** que lhes causam **felicidade** (Ecli. III, 6 e S. P. Dam.).

Pecados contra o 4.º mandamento de Deus

1. Pecamos contra este mandamento quando faltamos a nossos pais com o respeito, afeição ou obediência que lhes devemos.

Desprezamos nossos pais, quando somos grosseiros para com êles, quando lhes replicamos, quando nos envergonhamos dêles. *Cain* escarneceu de seu pai Noé, quando este, surpreendido pelo vinho que não conhecia, adormeceu na sua tenda sem roupa suficiente (Gén. XI); Noé amaldiçoou-o e aos seus descendentes, que povoam hoje a África e vivem no mais bárbaro paganismo. — **Faltamos à afeição** a nossos pais, quando os odiamos, os abandonamos na necessidade, os roubamos, etc. Os *filhos de Jacob* entristerceram seu pai com a venda de José, e enganaram-no (Gén. XXVII). *Absalão* conspirava contra seu pai debaixo da porta do palácio; enganou-o quando êle se retirou a Hebron e revoltou-se contra êle (II Reis XV-XVIII). — Os filhos de Heli pecaram contra êle por **desobediência** (I Reis II).

2. Deus ameaça os maus filhos com infi-
túnios e com a desonra neste mundo, com
uma morte desgraçada, e com a condenação
eterna.

O castigo é muito severo, porque é um grande crime o ser ingrato para com os nossos mais insignes bemfeiteiros. Conta Santo Agostinho, que em Cesareia, na Capadócia, os dois filhos duma viúva, que maltraram e ultrajaram sua mãe, foram logo atacados duma tremura em todos os membros e que vaguearam pelo mundo até serem curados em Hipona, sua cidade episcopal, com as relíquias de Santo Estêvão (Cidade de Deus, XXII, 8). Todo aquél que esquece seu pai e sua mãe, será esquecido por Deus e **entregue à desonra** (Ecli. XXIII, 19). Uma árvore que não floresceu não dá frutos; do mesmo modo o adolescente que foi desobediente *não terá a honra* na velhice (S. Cip.). — Os maus filhos têm muitas vezes uma **morte miserável**, tal como a dos filhos de Heli que morreram numa batalha (I Reis IV, 11); o perfido Absalão, que combateu contra seu pai, foi vencido e, na derrota, ficou preso pelos cabelos a uma árvore onde foi trespassado por Joab, com três frechas (II Reis XVIII). — Deus **castiga com as penas eternas** os maus filhos. Se ele se mostra rigoroso com os que tiverem faltado à caridade para com simples estranhos, com mais forte razão será terrível com os que tiverem faltado ao afecto a seus pais (S. Bernardino). Aquêles que não obedecem a seus pais, diz S. Paulo, são dignos de morte (Rom. I, 30). Maldito seja o que não honra seu pai e sua mãe (Deut. XXVII, 16). Todo o que ferir seu pai ou sua mãe é réu de morte (Ex. XXI, 15); e que o olho daquele que os despreza seja rasgado pelo corvo e devorado pela águia (Prov. XXX, 15). Uma ordem formal de Deus a Moisés dizia: o povo apedrejará o filho desobediente e recalcitrante às ordens de seu pai e de sua mãe, para que todo Israel o saiba e fique cheio de temor (Deut. XXI, 18, 21). — Por um justo castigo da providência, os filhos maus **têm muitas vezes** **elos próprios filhos maus**, que os maltratam: é um facto experimentado. Por onde pecamos, por aí somos castigados (Sab. XI, 17). Cam escarneceu de seu pai: os seus descendentes, os Cananeus, tornaram-se tão ímpios, que Deus ordenou o extermínio dêles (Gén. IX).

2. Os deveres para com os superiores

1. É necessária a autoridade na sociedade humana, por causa da inconstância dos homens; pois sem autoridade reinaria no mundo a maior das desordens.

Em toda a criação, nós verificamos a **subordinação** de certos seres a outros: a lua gravita em torno da terra, e a terra com os outros planetas gravitam em redor do sol; o reino mineral sustenta o reino vegetal; este, o reino animal, e tudo está à disposição do homem. *Até entre os animais*, há uma subordinação: as abelhas têm uma rainha, e certas aves, certos animais selvagens e algumas espécies de peixes, têm como chefes, que os comandam militarmente; no *nossa próprio corpo* há membros sujeitos a outros. E o mesmo fenômeno se dá com o mundo dos espíritos, em que há diferentes ordens de anjos. Deus quis do mesmo modo que na *sociedade humana* houvesse inferiores e superiores, e, pelo pecado original, esta subordinação tornou-se até **necessária**. Sem autoridade, a sociedade seria como *um exército sem generais*, uma turba indisciplinada (S. J. Cris.). O que o *vigamento* é para o edifício, é a autoridade para o Estado; sem o vigamento as paredes desabam, assim como a sociedade sem um governo que mantenha a união dos seus membros (Id.). Como os homens, depois do pecado original, se atacaram mutuamente como animais bravios, a ponto de um irmão matar o seu irmão, Deus foi forçado a dar chefes a estes selvagens, para pôr um freio às suas paixões (S. Remígio). Devemos ser *reconhecidos à Providência*, por ter constituído autoridades para que não andássemos agitados como as vagas do mar (S. Isid.). — Um montão de pedras, atiradas umas por cima das outras, não é uma casa; mas é necessário que o espírito humano intervenha para as ordenar e dispor com artifício e para as soldar umas às outras. Assim também, para se formar um estado é indispensável que os homens sejam ordenados por um princípio espiritual e relacionados entre si de modo estável (Fischer). As autoridades são como *uma imagem do poder e da providência de Deus*, sobre os homens (Leão XIII).

2. O poder da autoridade vem de Deus.

É um êrro julgar que as autoridades devem ao povo o seu poder; pelo contrário, tôdas as autoridades devem o seu poder a Deus. Assim como os bens da terra pertencem propriamente a Deus, e o homem é apenas o *administrador* dêles, também o mesmo se deve entender da autoridade. Deus é o senhor de todo o poder e de tôda a autoridade, e os homens são simplesmente os seus *representantes*. Foi Jesus que disse a Pedro: «Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas» (S. João, XXI, 17); logo foi por Jesus que Pedro foi constituído príncipe dos apóstolos, e chefe visível de tôda a Igreja militante (Conc. Vatic. 4, 1), com uma primazia e supremacia de jurisdição que de direito divino se perpetuam no bispo de Roma (Id. 4, 2). — A origem divina do poder secular é demonstrada pelas palavras de Jesus a Pilatos: «Não terias sôbre mim poder algum, se êle te não fôra dado lá de cima» (S. João, XX, 11). É por Deus que os reis reinam e os legisladores decretam a justiça (Ecli. VIII, 15). Príncipes, foi o Senhor que vos deu a vossa autoridade, o Altíssimo é que vos deu o vosso poder (Sab. VI, 4). Todo o poder vem de Deus, e os poderes que há, são estabelecidos por êle (Rom. XIII, 1). Por êsse título é que os chefes de Estado podem dizer: que o são, pela *graça de Deus*. — Da maior parte dos Estados o soberano é só constitucional, quere dizer, é obrigado a ter em consideração o voto dos representantes do povo. Mas o povo deve lembrar-se de que, tomando parte no poder, toma também parte na responsabilidade.

3. Para o governo da sociedade humana, Deus instituiu *dois poderes*, o poder espiritual e o temporal.

Assim como no firmamento há dois astros para dar claridade ao dia e à noite, também há **dois** poderes: o poder espiritual e o poder temporal. O primeiro, semelhante ao sol, é *superior* ao outro, porque conduz o homem ao seu fim celeste e eterno, ao passo que o poder do Estado só tem em vista o bem terrestre e passageiro dos cidadãos. Quanto a alma é superior ao corpo, tanto o poder que cuida do bem espiritual se eleva sôbre aquêle que se preocupa únicamente com o bem corporal. O reino de Cristo, semelhante ao sol, ilumina o dia do mundo espiritual; o reino secular, semelhante à lua, ilumina

a noite das coisas temporais (Inoc. III). Os interesses terrestres estão confiados ao império, os interesses do céu ao sacerdócio (S. J. Cris.). A-pesar de terem domínios distintos, os *dois poderes completam-se*, são como os dois querubins que cobriam com as asas a arca da aliança.

Deus confiou a direcção das *almas* ao poder espiritual, e a manutenção da paz e da ordem material, ao poder secular.

Tanto, pois, a autoridade espiritual como a temporal têm a sua esfera própria de acção, e ambas são, cada qual na sua esfera, *independentes* uma da outra. A autoridade eclesiástica, assim como a civil, estão circunscritas a um determinado círculo, dentro do qual podem operar livremente (Leão XIII). A Igreja e o Estado são *soberanos* no seu próprio domínio. Portanto, nas operações próprias nem a Igreja está sujeita ao Estado, nem este à Igreja (Leão XIII, 24 de janeiro de 1890).

4. Deus confiou a autoridade espiritual *suprema* ao papa.

Demonstra-se claramente: 1) porque Cristo confiou ao apóstolo S. Pedro a suprema autoridade espiritual (1.ª parte, pág. 314). 2) S. Pedro morreu bispo de Roma, (ibid. pág. 315). 3) Portanto todo o poder de S. Pedro passou para o actual bispo de Roma. A autoridade do Papa estende-se por disposição divina a todos os cristãos, pois Cristo não confiou a S. Pedro só estas ou aquelas ovelhas, mas disse-lhe: «apascenta as *minhas* ovelhas». Por conseguinte, quando os gregos ou outros afirmam que não estão sujeitos a Pedro, nem aos seus sucessores, por isso mesmo confessam que não pertencem ao número das ovelhas de Cristo (Bonif. VIII, 1302).

A *suprema autoridade civil* está em diferentes mãos, conforme as *constituições* dos diferentes Estados, ou nas do príncipe, ou nas dêste e dos deputados do povo, ou nas de um presidente eleito pelo povo.

Em vários estados da Europa os reis obrigam-se com juramento a acomodar-se à vontade dos deputados do povo (juram a Constituição). Assim o povo tem parte no governo, mas por isso mesmo a tem também nas responsabilidades dêle.—Noutros estados, a autoridade reside em um presidente eleito pelo voto popular.—A Igreja reconhece como legítimas tôdas estas formas de governo, pois nada têm em si mesmas que se oponha à doutrina de Cristo, o qual mandou dar a César o que é de César (S. Mat. XXII, 21). Note-se ainda que o Santo Padre Leão XIII exortou os católicos franceses, que defendiam seus antigos soberanos, a submeterem-se à forma de governo existente e a procurarem, *dentro dela*, o triunfo dos princípios religiosos e morais. (O Papa, com isto, não tinha intenção de *esbulhar* de seus direitos os principes legítimos, mas sim de declarar que, no *estado actual* das coisas, os católicos deviam trabalhar, dentro do regímen existente, pelo bem do seu país). A Igreja evita mostrar preferências por uma ou outra forma de governo ou intrometer-se na disposição das coisas puramente civis e políticas dos povos cristãos. Tôdas as formas de governo e instituições políticas lhe parecem boas, contanto que respeitem a fé e os bons costumes (Leão XIII, 24 de janeiro de 1890).

5. Temos para com o Papa e para com o chefe de Estado deveres análogos aos que temos para com Deus, porque são seus representantes.

Os representantes de Deus, eclesiásticos ou leigos, são muitas vezes chamados *servos de Deus* (Sab. VI, 5), *ungidos do Senhor*, (Reis XXIV, 7; XXVI, 5), até *deuses* (Ex. XXI, 6; XXI, 28), assim como se chama vice-rei o representante dum rei. O papa chama-se *o servo dos servos de Deus*. — Devemos a Deus adoração e fidelidade (1.º mand.), respeito (2.º mand.), e serviço (3.º mand.); e assim devemos aos seus representantes, **obediência, fidelidade, respeito e serviço**. E temos de cumprir estes deveres com tanto mais boa vontade, quanto o papa e o chefe de Estado têm *graves e múltiplos cuidados* no seu governo, ao contrário da opinião dos que julgam a sua vida cómoda e fácil. Enquanto os passageiros se entretêm agradavelmente, o piloto tem inquietações e tra-

balhos contínuos: tem constantemente os olhos fitos no horizonte e na bússola, está exposto a tôdas as intempéries e muitas e muitas vezes é privado do sono. O mesmo sucede aos superiores. — Muita gente parece que julga que as autoridades só têm deveres e os subordinados só direitos.

Os deveres para com o **Papa** são os seguintes: *obedecer-lhe nas coisas espirituais, guardar-lhe fidelidade, respeitá-lo e ajudá-lo no seu penoso cargo com as nossas orações e as nossas esmolas.*

Estes deveres abrangem todos os católicos, sejam embora imperadores ou reis. Devemos **obedecer** ao papa nas coisas espirituais. «Os fiéis de todos os ritos e de tôdas as posições estão sujeitos ao papa e obrigados para com êle a uma *obediência sincera*» (Conc. Vat. IV, 3). O papa é para o corpo místico de Cristo, que é a Igreja (I Cor. XII, 27), o que a cabeça é para o corpo humano: a cabeça rege todos os membros, o papa todos os fiéis. Como êle é o *vigário de Cristo*, é por êle que nós sabemos a vontade de Deus; ninguém melhor do que o papa pode aplicar a si as palavras de S. Paulo: Somos embaixadores de Cristo, e é Deus que vos exorta *por nós* (II Cor. V, 20). Quanto aos *negócios civis*, não somos súbditos do papa, mas sim do Estado. — Devemos ser **fielmente dedicados** ao papa, porque êle é o chefe da Igreja e o rochedo sobre o qual ela está edificada (S. Mat. XVI, 18); separar-se do papa, como os Gregos (1053), é separar-se de Deus. Podem-se aplicar aos pobres cismáticos as queixas de Deus a Samuel: «Não é a ti que êles repeliram, mas a mim, para que eu não reine sobre êles» (I Reis, VIII, 7). A submissão ao romano Pontífice é tão necessária para a salvação como o pertencer à verdadeira Igreja (Bon. VIII, 1302). — Devemos **respeitar** o papa, em consideração à ordem de Cristo, que dizia aos seus apóstolos: «O que a vós despreza, a mim despreza, e a quem a mim despreza despreza aquêle que me enviou» (S. Luc. X, 16). Ora, como o papa é o primeiro entre os representantes de Jesus Cristo, é a êle que pertence o mais profundo respeito. É por causa da sua dignidade que nós lhe chamamos *Sua Santidade*. — Finalmente, devemos ajudar o papa, com a **oração e esmola**. Os primeiros cristãos já oravam por Pedro cativo (Act.

Ap. XII), ora os papas nunca estiveram completamente livres de perseguições; portanto é necessário imitar o exemplo da igreja primitiva. «Aquêle que não ora por seus pais é um mau filho, e o que não ora pelo papa é um mau cristão» (S. Clem. Hofbauer), porque é agradável a Deus que oremos pelas autoridades (I Tim. II, 3). O papa é obrigado a ocorrer às inúmeras necessidades da Igreja: à propagação da fé entre os infiéis, à manutenção das instituições e estabelecimentos eclesiásticos, às despesas com os seus enviados e servidores. As nossas esmolas são-lhe tanto mais necessárias quanto o têm espoliado dos seus bens temporais. Estas esmolas chamam-se: o *dinheiro de S. Pedro*. Se cada católico desse este simples dinheiro — um centavo! quantos milhões se ajuntariam. Aíl mas há tantos que esquecem este dever! — Os inimigos da Igreja chamam aos católicos fiéis ao papa **ultramontanos**, porque o papa vive *além dos montes*, para lá dos Alpes; pretendem com este sobrenome denunciá-los como maus patriotas. Pelo contrário, os católicos são cidadãos tanto mais dedicados à pátria quanto são mais fiéis à religião. «Quanto maior é o temor de Deus, dizia Orígenes, maiores são os serviços que um cidadão presta a César». — Os deveres para com o papa são a regra dos nossos deveres relativamente aos nossos **pastores**. Os fiéis devem também prover ao sustento dêstes, pois estão ocupados em seu serviço. Jesus Cristo mandou que aquêles que pregam o Evangelho vivam do Evangelho (I Cor. IX, 14), e o operário é digno do seu salário (I Tim. V, 18).

Os deveres para com o **Chefe de Estado** (e o Estado) consistem em *obedecer* às leis justas que ele promulga, em lhe guardar *fidelidade*, em o *respeitar* e em pagar as *contribuições* e o *imposto de sangue*.

Devemos *obedecer* às leis do Estado, porque as ordens da autoridade são as ordens de Deus (Rom. XIII, 2), não só por temor, mas por Deus (Id. 5); a exemplo de Maria e de José, que foram a Belém sujeitar-se à lei do recenseamento (S. Luc. II). Mas quando as leis *prescrevem alguma coisa contrária à vontade de Deus*, é preciso seguir a máxima dos apóstolos: «Importa obedecer mais a Deus do que aos homens», máxima que já puseram em prática os três mancebos na fornalha e os 7 Irmãos Maccabeus, e foi seguida mais tarde por S. Maurício e a Le-

gião Tebana. É necessário sermos **fiéis** à pátria, especialmente durante a *guerra*; é a obrigação que se contrai no juramento da bandeira. Nunca nos é permitido *revoltar-nos*, porque resistir à autoridade (fora dos meios legais) é resistir à ordem de Deus (Rom. XIII, 1); por amor ao bem geral, é necessário ser submisso não só aos superiores bons, mas também aos superiores desagradáveis (I S. Pedro, II, 18). Como os soberanos maus são geralmente um castigo de Deus pelos pecados dos povos (Santo Ag.), as nações mal governadas devem primeiro converter-se e depois rogar pela conversão dos governantes (S. T. Aq.). (Não obstante, para reprimir os abusos do poder real, pode-se recorrer aos Papas, os quais têm autoridade sobre os reis como fiéis, filhos da Igreja, e neste sentido têm prestado inestimáveis serviços aos povos. O Papa poderia chegar até a excomungar o rei que resiste aos seus preceitos e se nega a respeitar as leis divinas da justiça). — Corre-nos o dever de **respeitar** o chefe de Estado. «Temei a Deus, diz S. Pedro, e *respeitai o rei*» (I S. Ped. II, 17). David deu-nos a este respeito um belo exemplo, poupando Saúl que o perseguiu (porque él é *era o ungido do Senhor*), a-pesar-de duas vezes ter tido ocasião de o matar (I Reis, XXIV). Dá-se ao rei o título de *Majestade*, toca-se na sua presença o hino nacional, empavesam-se e iluminam-se as casas, quando él visita uma cidade. — De mais, é preciso **orar** pelo soberano, porque essa oração é agradável a Deus (I Tim. II, 3). Orando por él, oramos por nós próprios, porque obteremos para él a graça de nos reger útilmente. — Cristo aprovou o pagamento dos **impostos**, porque disse: «Dai a César o que é de César» (S. Mat. XXII, 21) e él próprio os pagou por si e por Pedro, com o dinheiro que trazia na bôca o peixe que Jesus mandara pescar a Pedro (S. Mat. XVII, 26). É justo que aquêles que gozam os benefícios da sociedade, contribuam para as despesas que se tornam necessárias para a boa ordem e prosperidade do país. Assim como o *estômago* envia aos membros a força dos alimentos, assim o governo emprega o produto dos impostos no bem público: construção de escolas, estradas e caminhos de ferro, hospitais, manutenção do exército e dos funcionários. Este apólogo do estômago foi o argumento que empregou Menénio Agripa, quando os plebeus se retiraram para o monte Aventino. Portanto defraudar o imposto é uma ação culpável (Rom. XIII, 6). — Chama-se **tributo de sangue** o serviço mili-

tar a que têm de satisfazer os cidadãos válidos em tempo de paz e de guerra, e cujo fim é manter a paz e defender a pátria; sacrificar a própria vida, especialmente em tempo de guerra, pelo bem dos seus compatriotas, é uma ação muito meritória aos olhos de Deus. Temos um belo exemplo, de espírito de sacrifício patriótico, no rei de Esparta, Leónidas, e nos seus trezentos soldados que defenderam as Termópilas contra as imensas forças dos Persas, e que, traídos por fim, por Efialto, morreram heróicamente (481 antes J. C.). As nações civilizadas dispensam os *padres católicos* do serviço militar, porque a efusão de sangue é incompatível com o seu estado. — Os deveres para com o chefe de Estado aplicam-se em proporção aos funcionários, seus representantes no governo. Sêde submissos, tanto ao soberano, por ele ter o poder supremo, como aos magistrados designados por ele, porque tal é a vontade de Deus (I S. Pedro, II, 14).

Os cidadãos devem também ajudar o chefe de Estado, mandando para todos os corpos eleitos, *deputados* idóneos e de sentimentos cristãos.

O soberano constitucional só promulga as leis deliberadas e feitas pelos **deputados** do povo. É por isso que a **responsabilidade perante Deus** é imensa, tanto para os deputados que fazem as leis, como para os cidadãos que elegem os deputados. O bispo de Annecy faz falar assim os eleitores que elegem deputados anti-católicos: «Eu, eleitor católico, sou, pela minha lista eleitoral, *causa de todos os infortúnios*, de todas as perseguições à Igreja em França. Eu sou a causa da supressão do catecismo nas escolas, dos entraves postos pelos funcionários à prática da religião, da morte dos doentes, sem sacramentos, da expulsão das ordens religiosas e de todas as opressões da Igreja». O cidadão está *ligado pela vontade do seu Deus e Senhor*, até no exercício dos seus direitos cívicos, portanto do direito eleitoral, e dará contas no tribunal de Deus, da maneira como o exerceu (Mons. Scobel de Leitmeritz). Em *todas as relações humanas* é preciso que nós nos *guiemos pelas verdades cristãs*; por conseguinte não se deve dizer que a política nada tem que ver com a religião (Circular do episcopado austriaco, 15 fevereiro 1891). Ministros, funcionários, senadores, deputados, membros dum conselho qualquer, todos sem exceção, hão-de

dar um dia contas na presença de Deus, de tôdas as palavras que tiverem dito, de todos os votos que tiverem dado; e cada eleitor, dos mandatários que tiver eleito (Bispo de Annecy). — Os eletores devem por conseguinte votar em **homens experimentados** que conheçam as necessidades dos seus eletores, e que tenham a ciência e o talento competentes para o seu mandato; devem votar em **homens de convicções cristãs**, porque aquêle que fôr falso delas raras vezes tem um carácter consciencioso. Um deputado que não é fiel a Deus, raras vezes é fiel aos seus eletores. Além disso, como os parlamentos se ocupam muitas vezes *dos mais directos interesses da religião e da Igreja*, os católicos são mais particularmente obrigados a não mandar para lá senão deputados ao corrente das questões religiosas e sinceramente dedicados à Igreja (Cit. do ep. austr. 1897).

Um cidadão que dá o seu voto a *um inimigo da Igreja*, ou que pela sua abstenção concorre para que ele seja eleito, toma nos ombros uma gravíssima responsabilidade.

Os católicos, diz o bispo já citado, nunca podem em consciência eleger um homem que não é *católico senão de nome*, que despreza as leis da Igreja, que nunca assiste à missa, que esquece o dever pascal, que assina jornais anti-religiosos sem a isso ser obrigado pela sua posição pessoal, e que talvez até escarnece e combatê as instituições religiosas; devem empregar todos os meios legítimos para impedir a eleição de semelhante candidato. Daí se segue que os católicos têm obrigação de *insistir com o candidato para que se explique sobre a sua profissão de fé, sobre a escola cristã, sobre o casamento, sobre o descanso dominical, etc.*; se as suas explicações não são satisfatórias ou se dá só respostas evasivas, é preciso combatê-lo para não nos tornarmos responsáveis perante o tribunal de Deus. Quando se apresenta com probabilidades de triunfo um candidato católico, os católicos são obrigados a votar nêle. Se só se apresentam candidatos liberais, o melhor é absterem-se. Mas se se apresentam um liberal e um sectário inimigo da Igreja, para evitar o fúnesto triunfo dêste, devem votar no liberal (Bispo de Tortosa, 1905). — O exercício do direito eleitoral é obrigatório perante Deus, quando por ele pudermos impedir o

mai e conseguir o bem, sobretudo o bem moral. Ninguém diga: «Ora! o meu voto não vai fazer nada!» porque muitas vezes *um voto é decisivo*, e, ainda mesmo que o bom candidato não vencesse, o nosso voto contribuiria para aumentar o *prestígio e a influência da minoria*. Além disso, a experiência prova que a abstenção é contagiosa e que assim facilita o triunfo do mau candidato. — Na ocasião das eleições, aqueles mesmos que não gozam do direito eleitoral, não devem ficar inactivos, devem *orar* com instância para que das eleições resulte o maior bem possível do indivíduo, da família, da pátria e da religião. Por isso muitos bispos ordenam que se façam preces públicas antes das eleições ou antes das sessões dos parlamentos.

6. Aquêle que desobedece gravemente às autoridades religiosas ou civis, expõe-se *neste mundo a castigos severos e no outro à condenação eterna*.

Coré e os seus cúmplices que se tinham revoltado contra Aarão, foram engolidos vivos pela terra diante de todo o povo, para escarmento geral (Números, XVI), e é impossível imaginar um fim mais triste do que o de Absalão que se revoltou contra seu pai e seu rei (II Reis, XVIII). Semei atirara pedras a David, quando este fugiu para além da torrente de Cédron; Salomão prorribiu-lhe sob pena de morte que nunca a passasse; mas ele transgrediu esta interdição e foi executado (III Reis, II, 16). Os tribunais ainda hoje são severos para com os crimes de lesa-majestade. — Aquêle que resiste às autoridades resiste à ordem de Deus e torna-se digno da condenação eterna (Rom. XIII, 2).

3. Os deveres da autoridade

1. O cristão não deve ambicionar um cargo para o qual lhe falta a capacidade necessária (Ecli. VII, 6).

Moisés deve ser nisto o nosso modelo; não se arroga a si próprio o encargo de conduzir os Israelitas, só o aceitou depois duma ordem divina, no fim de ter pedido a Deus que o dispensasse disso por causa da sua

fraqueza; e muitas vezes, acabrunhado sob o peso da sua dignidade, suplicou ao Senhor que o eximisse dele. S. Gregório Magno fugiu para o deserto para não ser eleito papa (590), a exemplo de Santo Ambrósio e de Santo Agostinho, que aceitaram contra sua vontade a dignidade episcopal. E no entanto todos estes grandes homens tinham incontestavelmente a **capacidade** requerida para estes altos cargos. Não é menos notável a resistência que S. Inácio de Loiola opôs aos seus companheiros, quando trataram de o eleger para o governo da Companhia que fundara. «Por conseguinte é uma presunção censurável o pretender uma dignidade sem ter as forças e capacidade indispensáveis, sem ser chamado a ela por Deus» (Card. Bona); é querer governar um navio sem nunca ter tocado num leme (S. Vic. Ferr.) ou levar um fardo muito pesado (Santo Ambr.). Nestas condições não cumprimos os deveres do nosso estado e assemelhamo-nos a um grande lustre por acender: somos, no dizer de Jesus, como o ladrão que entra no aprisco pela janela (S. João, X). — Aquél que tem as *aptidões necessárias* para uma função, e a certeza de nela fazer o bem, pode desejar-la; por exemplo, é muito justo que um católico convicto, dotado de conhecimentos e do dom da palavra, se habilite como candidato a uma cadeira parlamentar ou a outro emprêgo. Até é permitido aspirar ao sacerdócio e ao episcopado (I Tim. III, 1).

2. Quem fôr chamado por Deus para exercer a autoridade, *não deve orgulhar-se* com isso, mas pensar na *responsabilidade* que assume.

Podemos ter a certeza de ter sido **chamados** por Deus, quando *nada fizemos* para obter uma dignidade; uma *eleição* séria do povo ou dos superiores equivale a um chamamento de Deus. Quando S. Gregório se viu perseguido pelo povo até à floresta selvática aonde se retirara, não mais hesitou em subir ao trono pontifício, porque viu nisso a vontade de Deus. Santo Afonso aceitou o bispado de Santa Ágata (perto de Nápoles), quando a isso se viu forçado pelo papa Clemente XIII (1762). Quando o Senhor ordena ao seu servo que suba, este não deve resistir (Santo Ag.). As dignidades parecem serem conferidas pelos homens, mas no fundo vêm de Deus, de quem só se recebem os *talentos* (S. Mat. XXV). Um jar-

dineiro guia a água da sua fonte para onde quere, muitas vezes para um arbusto; do mesmo modo Deus dirige muitas vezes a graça dos príncipes e dos grandes sobre aquêles que Ele destinou para as honras e dignidades: o coração do rei está nas mãos de Deus; guia-o, qual a um regato, para onde quere (Prov. XXI, 1). — É uma loucura orgulharmo-nos por um emprêgo; porque uma função não torna o homem melhor perante Deus, só a virtude faz a sua verdadeira grandeza; porque as dignidades terrenas são efémeras e parecem-se com o fumo e com um sonho que aparecem e desaparecem num instante (S. T. de Aq.), ao passo que a honra da virtude é eterna. Muitos dos que tiverem sido os primeiros serão os últimos e vice-versa (S. Mat. XIX, 30). Herodes era rei, Maria e José uns pobres; eram piedosos e amados de Deus, êle impi; hoje estão êles elevados às mais altas dignidades no céu, e Herodes?!! (1) A lenha podre brilha nas trevas, mas à luz vê-se o seu miserável estado: igualmente, muitos daqueles que nas sombras desta vida aparecem no esplendor das dignidades, verão revelada a sua podridão no dia de juízo, em que Deus descobrirá tudo que está oculto, e manifestará os sentimentos de todos (S. Boav.). — Aquêles que são constituídos em dignidade serão sujeitos a um **juízo severo** (Sab. VI, 6); quanto mais elevada fôr a dignidade, maior será a responsabilidade; êste pensamento deveria inspirar aos grandes da terra humildade, consciência e inquietações. Deus quere que aquêles que desempenham um cargo, o ocupem *como se o não possuissem*, isto é, que o exerçam como uma coisa que só lhes é confiada por um dia ou por uma hora, e que estejam prontos a abandoná-lo a cada instante (Santa Getrudes).

3. Todo aquêle que exerce um cargo, deve procurar por todos os meios o *bem* dos seus subordinados, ser *justo* e *imparcial*.

As autoridades são um reflexo do poder divino, portanto devem tôdas tomar a Deus por modelo (Leão XIII), tanto mais que são representantes dêle: Quando um soberano manda um embaixador, êste não pode fazer nada fora das suas instruções; se fizer o que lhe parecer, será censurado: assim acontece com os que governam. — Os superiores devem ser

(1) O catequista fará citar outros exemplos.

bons e preocupar-se **únicamente com o bem dos inferiores**, porque tal é o único fim da sua função. Vis aduladores persuadem aos grandes que o povo existe sómente para os servir; a verdade é o contrário: os grandes só existem para o **bem dos povos**. Os príncipes são os ministros de Deus para o bem da humanidade (Rom. XIII, 4), não devem favorecer os interesses *dum ou de muitos particulares*, porque são instituídos para o bem geral (Leão XIII); é até conveniente que sacrificiem as suas próprias vantagens ao interesse geral, como Cristo que deu a vida pelas suas ovelhas (S. João XI, 11). O pastor está exposto a mil perigos por causa dos animais destinados ao matadouro, quanto mais nos devemos nós sacrificar por almas imortais, chamadas à vida eterna, que Jesus resgatou com o seu sangue de que daremos conta um dia! (S. João Cris.). — Os superiores devem ser **imparciais** e tratar com bondade toda a gente, até os **pobres**, lembrando-se de que Deus não faz distinção de pessoas (II Paral. XIX, 7; Rom. II, 11), de que Deus é o criador, a providência, o socorro dos grandes como dos pequenos e de todos os que estão em necessidade, e que está junto daqueles cujo coração está atribulado (Ps. XXXIII, 19), de que quanto mais uma alma é privada de consolações humanas, mais pode contar com a misericórdia divina (Santa Gertrudes). Aprende a fazer o bem, diz Jeremias (I, 17), buscai com cuidado o que é justo, assisti ao oprimido, fazei justiça ao órfão, defendei a viúva. Infelizmente os poderosos abusam muitas vezes do seu poder, e tomam a sua autoridade como medida do seu direito (S. Greg. Mag.); pelo contrário deveriam abster-se de fazer sentir a sua autoridade fora do que é absolutamente necessário. Os orgulhosos consideram como uma falta de dignidade a benevolência fraterna para com os seus inferiores, imaginam que perdem a sua honra e mostram-se altivos; e contudo só faltamos à nossa dignidade com a vaidade e o vício. — As autoridades devem ser **justas**, isto é, não se *deixar corromper* com ofertas (Ex. XXIII, 8), nem cegar pelo *brilho da riqueza e da grandeza*, a ponto de tomar medidas iníquas (Lev. X, 15), como Pilatos que, por medo de ser denunciado a César, condenou Jesus, não obstante a convicção da sua inocência, e que a-pesar-disso caiu no desagrado que temia; com efeito foi acusado pelos juízes perante o imperador, que o exilou para Viena de França. Deus amaldiçoa os juízes injustos (Deut. XXVII, 19). «Se meu pai que tanto amo, dizia S. Tomás Moro, viesse ao meu tribunal pleitear contra Satanás que eu detesto de to-

do o coração, e Satanás tivesse razão, eu sentenciaria a favor dêste». — Os superiores nunca devem *condenar um inferior sem o ter ouvido*. A lenda fala dum soberano que, quando vinham acusar alguém, tapava um ouvido e dizia: «Só concedo um ouvido ao acusador, o outro é para o defensor do acusado». O próprio Deus só condenou Adão depois de o ter convencido pela sua própria confissão. De um bom magistrado se requere que seja severo consigo e benévolo com os outros (S. J. Cris.). Cristo ameaçou horrivelmente os fariseus (*Vae!*), porque dificultavam aos homens o caminho do céu com rigorismos supérfluos (S. Mat. XXIII, 13).

4. Os superiores têm obrigação de dar *bom exemplo*.

Há um duplo motivo para esta obrigação do **bom exemplo**. Primeiramente todos têm os olhos abertos sobre as pessoas constituídas em dignidade: elas são a cidade situada sobre a montanha que não pode estar escondida (S. Mat. V, 14), todos se regulam por êles; como forem os superiores assim serão os inferiores (Ecli. X, 2), e aquêles darão severas contas da conduta dêstes. Os exemplos dos grandes também têm uma influência *mais eficaz do que as suas palavras*, que falam menos ao coração do que as ações (S. Greg. Mag.). — Daqui veio o provérbio: «As palavras movem, mas os exemplos arrastam». Os superiores têm igualmente obrigação de **orar pelos seus inferiores**: à maneira do vinhateiro do evangelho, devem pedir ao dono da vinha que não corte e queime a figueira estéril, que lhe deite antes estrume e espere mais um ano a ver se ela dá frutos (S. Greg. Naz.). O direito eclesiástico impõe expressamente êste dever aos *pastores de almas*, que têm obrigação de oferecer todos os domingos e dias santificados o santo sacrifício *pelo povo*, isto é, pelos seus paroquianos vivos e defuntos.

V Mandamento da lei de Deus

O 5.º mandamento de Deus proíbe-nos que atentemos contra a *nossa própria vida* e contra a do *próximo*, e também nos proíbe de sermos cruéis com os animais.

1. Deveres para com a nossa própria vida

O nosso corpo é o objecto das mais belas cerimónias da Igreja na administração dos sacramentos; por este meio nos querer ela inspirar um grande respeito pelo nosso corpo e fazer-nos compreender o seu valor e a sua dignidade.

1. A saúde e a vida do corpo são dum grande valor para a vida da *alma* e para a *salvação* eterna, pois a vida terrena é o tempo de semear, para se colher na vida eterna.

Com efeito o corpo é a *morada* criada por Deus para a *alma imortal*; do estado do corpo depende muitas vezes o da alma.

O corpo amassado de barro era a princípio uma morada desabitada; Deus então criou a alma para o habitat. S. Paulo chamava ao seu corpo uma *tenda* que bem cedo seria obrigado a deixar. Portanto a alma é o habitante do corpo, e assim como uma casa insalubre torna o corpo doente, do mesmo modo um corpo doentio torna a alma doente. Acontece-nos como a um *ôvo*: se lhe ofenderem a *casca*, o *pintainho* que êle encerra sofrerá com isso; assim uma lesão do corpo molesta a alma que o habita. Já os antigos diziam: *Uma alma sã num corpo são, mens sana in corpore*

satio. — O corpo não é propriedade nossa, mas sim **propriedade de Deus** (I Cor. VI, 13), e não só porque Deus o criou, mas porque Jesus Cristo o *resgatou* à custa do seu precioso sangue (ibid. 19); ora nós temos obrigação de respeitar a propriedade doutrem. Nós não passamos de *inquilinos* desta habitação onde Deus colocou a nossa alma, e por consequência não temos direito de a deteriorar nem de a destruir, não podemos servir-nos dela senão como dum bem alheio (S. Bern.). Logo, não podemos fazer o que quisermos do nosso corpo, mas sim o que Deus quiser (Gárlara).

Além disso, o nosso *corpo* é o **instrumento** da *alma*, que nos foi confiado por Deus para acumularmos merecimentos para a vida eterna.

Pode-se *abusar* do corpo como se abusa dum instrumento, por isso S. Paulo exortava os fiéis a que não fizessem de seus membros instrumentos de iniquidade (Rom. VI, 13). O corpo é um daqueles talentos de que Deus nos *pedirá contas* um dia (S. Mat. XXV, 19). «Havemos de dar contas, diz o célebre padre Kneipp, do modo como tratarmos o nosso corpo, que é a morada da alma imortal e o instrumento por meio do qual temos de cumprir os deveres do nosso estado». O próprio Jesus fez a Santa Gertrudes esta revelação: «Na ressurreição dos mortos os corpos hão-de receber uma recompensa especial, uma glória e uma perfeição maiores, pelos cuidados que lhes tiverem dado em vista de me servir». — O que viver mais pode praticar mais obras boas. É como quem se demora mais na casa onde se guardam os tesouros, e por conseguinte pode levar consigo mais preciosidades. A vida longa é um dom de Deus, como se pode depreender do prémio que se propõe aos que guardam o quarto mandamento.

2. Portanto temos obrigação de cuidar da *conservação* da nossa saúde e da nossa vida, pela limpeza, temperança, ordem, trabalho e, pelo emprêgo dos remédios necessários em caso de doença.

A saúde é mais preciosa do que imensas riquezas (Ecli.

XXX, 16) porque, quanto melhor conservarmos a nossa saúde e a nossa vida, mais poderemos acumular êsses tesouros que nem a ferrugem nem o caruncho devoram, e que os ladrões não podem desenterrar nem roubar (S. Mat. VI, 20). Abreviando por desleixo a nossa vida, diminuímos o tempo das sementeiras para a vida eterna. Se pouparamos os nossos fatos para os fazer durar mais tempo, com mais razão devemos poupar o corpo que é o vestido da alma. A águia defende o seu ninho, não por causa do ôvo em si mesmo, mas por causa do filho que está dentro; assim devemos nós proteger o nosso corpo que é o invólucro da nossa alma. Por conseguinte a *limpeza* é um dever rigoroso; limpeza no próprio corpo, na roupa branca, nos vestidos, na habitação e na cama; *ar puro* nos aposentos que nunca é demais arejar com freqüência. A *limpeza* é a irmã da *saúde*. — Depois, é preciso observar a *temperança* na bebida e na comida; ela é um dos melhores meios de conservar a saúde e prolongar a vida. Decorridos dez dias de vida frugal, Daniel e os seus companheiros na corte de Nabucodonosor tinham um rosto mais brilhante do que os outros jovens (1). Muitos homens ilustres, tais como S. Paulo, S. Gregório Magno e S. Basílio, tinham uma saúde débil; a *temperança* desenvolveu-lhes as fôrças a ponto de os tornar capazes duma actividade extraordinária. — Além disso é necessária a *ordem* nas refeições, no levantar e no deitar (2), no trabalho, etc. *Guarda a ordem e a ordem te guardará* (Santo Ag.). Nunca estejais sem *trabalhar*; o trabalho não serve só para ganhar o pão quotidiano, conserva também a *saúde*, favorecendo o funcionamento regular do organismo, aguçando o apetite, etc. O sangue corrompe-se pela ociosidade como a água pela imobilidade. Contudo o trabalho não deve exceder as nossas fôrças; uma flor regada com moderação, cresce; afogada em água, morrerá; do mesmo modo um trabalho moderado conserva a saúde, e um trabalho excessivo arruina-a (Plutarco). O trabalho do domingo sem necessidade grave é portanto um pecado, não só contra o 3.^º mas também contra o 5.^º mandamento. Finalmente, em caso de doença somos obrigados a empregar os remédios necessários; e por consequência, em caso de doença grave, a consultar o médico e a seguir as suas prescrições. Honrai o médico, diz a Escritura, por

(1) Ver, mais atrás, a utilidade do jejum.

(2) 6 a 8 horas de sono bastam a um temperamento saudável.

causa da necessidade, porque o Todo Poderoso o criou (Ecli. XXXVIII, 1); o Altíssimo fez germinar os remédios da terra e o homem sábio não os rejeita (Ib. 4). Somos dispensados de recorrer à medicina quando não temos recursos ou quando tivéssemos de sofrer uma operação arriscada e cruel ou usar de remédios de extraordinários.

No entanto o cuidado com a nossa saúde e com a nossa vida não deve chegar a fazer-nos esquecer a salvação.

Os bens temporais, e por conseguinte a vida e a saúde, devem-se pretender, não por si mesmos, como um fim, mas apenas *na sua relação com a vida eterna*. «Não ameis o vosso corpo, diz S. Bernardo, de modo a fazer pensar que vos tornastes matéria; amai-o, mas amai muito mais a vossa alma». O espírito de Deus não mora num que se torna material (Gén. VI, 3), isto é, que só tem sentimentos carnais. A prudência da carne é morte... é inimiga de Deus (Rom. VIII, 6, 7). Quanto mais animado e enfeitado fôr o corpo, mais a alma será esquecida e arruinada (Santo Ag.). Por isso, Cristo nos exorta a não *exagerar os nossos cuidados com a alimentação e o vestuário*, porque o Pai celeste sabe que nós precisamos dêles, e terá muito mais desvelo por nós homens, do que pelas flores dos campos que ele reveste de cores, e pelas avezinhas do céu que alimenta a-pesar-de não trabalharem.

3. Devemos evitar tudo que possa *prejudicar-nos a saúde ou tirar-nos a vida*.

Logo, pecamos quando nos expomos presunçosamente a um *perigo de morte, prejudicando a nossa saúde ou matando-nos*.

1. Os que dão *espectáculos perigosos* ou que são *imprudentes, expõem-se criminosamente ao perigo de morte*.

Os dançarinos de corda, que fazem exercícios acrobáticos nos círcos, os domadores de feras, — a não ser que tomem precauções extraordinárias — vivem em estado

de pecado: estes modos de vida são por conseguinte imorais e condenáveis. A maior parte d'estes forasteiros são pouco religiosos e muitos d'elos têm já pagado com a vida a sua temeridade. Pode-se pecar gravemente pela temeridade em exercícios de *ginástica e desporto*. Quantos **excursionistas** e **aeronautas** muito arrojados tiveram acidentes mortais! As *touradas*, que são a diversão nacional, e que melhor se chamariam o vício nacional da Espanha, já custaram a vida a milhares de pessoas (1). — A **imprudência** também é um pecado. Muitas pessoas têm sido esmagadas pelo *combóio* porque, a-pesar-de o verem perto, quiseram ainda atravessar a via; outros têm sido fulminados pelo raio porque durante uma tempestade se abrigaram debaixo duma árvore, ou se puseram a uma janela aberta, não obstante os avisos da experiência e da ciência. Em tempo de *epidemia* não se devem visitar os doentes sem tomar precauções ou sem sermos chamados a isso pelos deveres do nosso estado, como os padres, os médicos, os enfermeiros, etc., que podem contar com uma protecção especial da Providência. Também não há desculpa quando esquecemos certas regras, certas precauções, por exemplo: tomar *banhos* (2) *excessivamente frios*, usar *bebidas* demasiado frescas, até *geladas*, manejar *armas de fogo*, *saltar* ou *subir* para o *combóio* em movimento, trabalhar em cima de *tóres* ou dos *tectos*, limpar janelas nos andares superiores, tocar em condutores eléctricos. Há crianças malcriadas que se agarram à traseira dos carros e que muitas vezes pagam com a vida este hábito mau e condenável. É uma *tolice* e um *crime* o apostar que se ingerirá uma tal ou qual porção notável de alimentos ou de bebida. Portanto é preciso ser prudente e reflectido, e nunca expor a vida temerariamente.

2. Causa-se **dano**, criminosamente, à **própria saúde**, com o *excesso dos prazeres*, com certos *abusos no vestir*, com o uso imoderado de certos alimentos ou bebidas anti-higiénicas.

Entre os prazeres excessivos convém contar a **dança**, os jogos prolongados, sobretudo durante a noite, o uso imo-

(1) Os espectadores não serão pelo menos tão culpados como os actores?

(2) Alexandre e Frederico Barbarroxa morreram depois de tomar imprudentemente um banho.

derado do **tabaco**, a bebida em grande quantidade. «A intemperança fêz morrer muitos homens» (Ecli. XXXVII, 34). **As modas condenáveis de vestir.** Tal foi, por exemplo, a do espartilho; este aperto insensato da cintura impede o desenvolvimento e o funcionamento do corpo e provoca desordens orgânicas muito graves, que muitas vezes têm ocasionado mortes repentinhas (Padre Kneipp, e Dr. Virchow). A forma moderna do calçado, que quer transformar o pé em um instrumento ponteagudo, não só produz calos, senão que predispõe para a gota (Virchow). A imprensa tem também freqüentes vezes registado acidentes causados por calçado demasiado apertado: flebites, varizes, inflamações do pé, que tornaram necessárias amputações. É o castigo da vaidade. — Entre as bebidas perigosas e nocivas, desde que se usam com freqüência, deve-se contar em primeiro lugar o **alcool**⁽¹⁾, depois o **café** e o **chá**. Estas substâncias não contêm *nenhum alimento*, mas sim elementos tóxicos; não *nutrem*, produzem apenas uma *excitação passageira*: usá-las freqüentemente é expor-se a perder as forças e a definhhar⁽²⁾. O **café**, cujo consumo se espalhou tanto nestes últimos tempos, é em grande parte causa do **nervosismo** da geração actual. O mesmo se diga do **chá**, mas é sobretudo o **alcool** que faz os mais espantosos estragos no corpo e na alma.

O suicídio é geralmente cometido por homens sem fé, mergulhados na miséria ou no pecado, que desesperam do socorro e da misericórdia de Deus; muitas vezes também, por pessoas irresponsáveis e por conseguinte inocentes.

Foi levado pelos extremos do perigo que *Saúl*, ferido e cercado de inimigos, se lançou sobre a ponta da sua espada (I Reis, XXXI). *O carcereiro de S. Paulo em Filipos*, vendo as portas da prisão abertas, desesperou e quis-se ma-

(1) Sobre o alcoolismo ver atrás pág. 184 desta parte.

(2) O hábito de tomar café é nocivo sobretudo às crianças; sucede a essas crianças o mesmo que a uma casa construída com maus materiais, que se desmorona antes de tempo. Mons. Kneipp diz: «Se eu tivesse muito dinheiro, compraria todo o café que existe para que se não plantasse mais, a-fim-de salvar a juventude». O uso do leite, do pão, dos legumes secos é muito mais higiênico e económico.

tar com a sua espada (Act. Ap. XVI, 27). *Judas* desesperado, por causa da enormidade do seu crime, enforcou-se (S. Mat. XXVII, 4). A imprensa narra muito freqüentes vezes o suïcidio de pessoas que perderam os seus haveres nalguma casa de jôgo, como a de Mónaco, que foram desludidas *num amor ilícito* ou que cometaram faltas pelas quais temem severos castigos. Em nossos dias há desgraçados que se suïcidam por bagatelas. É verdade que muitos suïcidios são provocados pela alienação mental, por doenças nervosas que iliminam a responsabilidade; é preciso, portanto, não julgar temerariamente as tristes vítimas do suïcidio. Todavia a causa principal e mais freqüente d'este crime é a **falta de religião**, a carência de fé na vida futura, num Deus que auxilia o desgraçado e perdoa ao pecador arrependido. O aumento do número dos suïcidios é proporcional à diminuição das convicções religiosas; é um facto de experiência. — Já os antigos consideravam êste crime como desonroso: cortava-se ao suïcida a mão com que se matara e enterravam-na em separado (S. Isid.). A **Igreja recusa ao suïcida a sepultura eclesiástica**, excepto àqueles que estavam afectados nas suas faculdades mentais; mas ainda êsses são sepultados com a menor solenidade possível. Esta recusa não é uma afirmação de condenação, é únicamente a expressão do horror por êsse acto e um meio para dissuadir outros de o cometerem. — O homem não é proprietário, mas apenas usufrutuário da sua vida; só Deus é senhor dela, e a dá e a tira quando quere (Deut. XXXII, 39). O **suïcidio** é, pois, um **atentado imprudente contra os direitos de Deus**, um desprezo de Deus pela recusa desdenhosa do mais precioso dos seus dons. O suïcidio é um *roubo contra todo o género humano*, ao qual o criminoso devia primeiro restituir tudo o que dêle recebeu (Mons. Gaume); é também uma *injustiça contra a família* que se precipita na desonra e muitas vezes na miséria, uma *crueldade inaudita contra si mesmo* e um horrível *escândalo*. O suïcidio, diz Lactâncio, é um crime mais horrível do que o assassinio, que ao menos pode ser castigado pela sociedade. O suïcidio não é, portanto, um *acto de heroísmo*, pelo contrário é um acto de **cobardia**, como a deserção diante do inimigo; muito mais heroísmo seria arcar com as dificuldades da vida. Todo o cristão, além disso, compreenderá que o suïcidio não conduz à *felicidade*, nem liberta dos males, mas que precipita o desgraçado na **verdadeira miséria do inferno**. — A imprensa mundana desculpa muitas vezes os suïcidios dizendo: «X

expiou a sua falta com a morte: — máxima ímpia, porque o suícidio nada expia, pelo contrário, não é mais do que uma falta acrescentada às outras!

4. É **lícito**, é até muito meritório, sacrificar a saúde, ou a vida, quando isto é necessário para **obter a vida eterna** ou quando com isso se pode **salvar a vida** da alma ou do corpo dos **nossos semelhantes**.

Os **mártires** preferiram todos, antes que pecar, o sacrificar a sua vida terrena para assegurarem a vida eterna, segundo aquelas palavras do Salvador: Aquêle que quiser conservar a vida a perderá, e aquêle que a houver perdido por amor de mim a tornará a achar (S. Mat. X, 39). É segundo esta máxima que procederam no Antigo Testamento Eleázar, e os 7 irmãos Macabeus; no Novo, S. Lourenço, S. Maurício, etc. Os **missionários** nos países infieis vivem em perpétuo perigo de morte e quase todos vêem a sua saúde arruinada pelo clima e pelos trabalhos; S. Francisco Xavier, o Apóstolo das Índias, fatigava-se às vezes tanto com a pregação e administração do baptismo que à noite não podia já nem falar, nem mover o braço. Contudo os missionários não pecam, pelo contrário, acumulam grandes merecimentos; o mesmo se dá com os **sacerdotes**, os **médicos**, os **enfermeiros**, que visitam e cuidam das pessoas atacadas de moléstias contagiosas. S. Luís de Gonzaga e S. Carlos Borromeu morreram da peste que haviam contraído ao tratarem os empestados. É também lícito expor-se à morte para **salvar alguém**, em caso de incêndio, de queda na água, etc.; para defender a pátria em caso de guerra. O próprio Jesus Cristo nos deu o exemplo sacrificando-se na cruz para salvação do mundo. «Uma alma tem tão grande valor que para a salvar é necessário sacrificar não só os bens terrestres, mas até a vida» (S. Vic. de P.). Naturalmente, é necessário ter a intenção de praticar a boa ação e não a de aproveitá-la para se suícidar, o que seria um crime: a morte não é desejada directamente, só se admite como consequência.

2. Deveres para com a vida do próximo

Somos obrigados a evitar tudo o que poderia arruinar a saúde ou a vida do próximo.

1. Peca-se, portanto, quando se *odeia* o próximo, quando se *causa dano à sua saúde*, quando se desafia para *duelo* ou se lhe aceita um desafio, quando se lhe dá a morte injusta e intencionalmente.

1. **Odiar** o próximo é por assim dizer ter vontade de o matar; por isso o ódio muitas vezes impõe para o homicídio.

Odiar é meditar uma vingança: vê-se este desejo de matar em Esau a respeito de Jacob, nos filhos de Jacob a respeito de José, em Saúl para com David. Não há diferença, diz Salviano, entre quem mata e quem odeia, porque junto de Deus a intenção é contada como acto; daí as palavras de S. João (I cap. III, 15): «**Todo o que tem ódio a seu irmão é um homicida.**» Já Jesus no Sermão da montanha havia comparado o ódio ao homicídio (S. Mat. V, 22). O ódio reflectido é um pecado ordinariamente grave, ainda mesmo que só se deseje ao próximo um mal de pouca importância, pois o ódio não se satisfaz com um mal pequeno. — Detestar os *defeitos* ou os *actos maus* de alguém não é ainda ter-lhe ódio; porque esta aversão pode conciliar-se com o amor da pessoa. É como o médico que aborrece e combate a doença, mas ama o paciente.

2. Causa-se **dano à saúde** do próximo com discussões e rixas, falsificando os géneros alimentícios, com brincadeiras perigosas acompanhadas de culpável imprevidência ou imprudência temerária.

As **discussões** excitam o próximo, tiram-lhe a tranquilidade e o contentamento interiores, necessários à saúde. As discussões provocam muitas vezes a efusão do sangue (Ecli. XXVIII, 13). — As **rixas** causam habitualmen-

te feridas, como se vê em numerosos processos. — A falsificação dos géneros alimentícios é um pecado muito vulgar em nossos dias: misturam-se substâncias nocivas com a farinha, a manteiga, o leite, as especiarias, o café, o vinho, a cerveja, o mel, etc., ou vendem-se produtos artificiais sem valor nutritivo, por produtos naturais. Estes falsificadores são verdadeiros assassinos, que bem merecem os rigores do Código: na Idade Média eram às vezes queimados, ou sepultavam-nos vivos juntamente com os géneros falsificados (Crón. de Nuremberga, 1456). Na antigüidade sofreram penas semelhantes. O imperador romano Alexandre Severo mandou pregar um dêste falsificadores em uma cruz e acender-lhe uma fogueira ao pé, dizendo: «já que vendeu fumo, afogue-se com fumo». — Certas brincadeiras perigosas são muito condenáveis e podem até ocasionar a morte, como o dar pancadas nas pernas às pessoas ou pôr-lhes tropeços para as fazer cair, tirar-lhes a cadeira quando se vão a sentar, etc. Há também imprudências que causam a morte do próximo ou pelo menos acidentes graves: atirar pedras ao acaso, ir de automóvel ou de bicicleta com velocidade demasiada nas ruas ou nas estradas freqüentadas, dar tiros ao acaso na caça, deixar criancinhas sem vigilância, abrir buracos em sítios freqüentados sem um sinal que avise os transeuntes, deixar de noite os carros nas ruas sem luz, etc. Pecam também os médicos que, por escreverem uma receita ininteligível, dão causa a que o farmacêutico erre o remédio, e bem assim os farmacêuticos que dão um remédio por outro, por falta de atenção.

3. O **duelo** não é mais do que um *homicídio*⁽¹⁾, fulminado pela Igreja com a pena de excomunhão e recusa de sepultura eclesiástica (Cân. 1240, § 1, 4º, e 2351).

Tanto o *desafio* como a *aceitação* incorrem nesta pena: é igualmente proibido *cooperar* de qualquer forma ou servir de *testemunha*. Dizer que o adversário concede licença para o matar é uma desculpa insensata, porque ninguém pode conceder um direito que não tem. Todo o católico é portanto obrigado a **recusar** o duelo, mesmo sob risco de passar por cobarde segundo o precon-

(1) Agravado com um suícidio.

ceito militar, ou mundano, ou até de perder um lugar elevado (Bento XIV). Desafia-se ordinariamente para duelo, a fim de reparar a honra ferindo ou matando o adversário e combina-se o lugar, o dia e a hora do combate, assim como as armas. (A palavra *duelo* vem do latim *duorum bellum*, isto é: guerra entre dois). O dulista é *duplamente homicida*, porque tem intenção de matar o seu adversário e expõe-se ao perigo de ser morto. Quando um homem vulgar, numa taberna, se escandece e mata com uma navalhada o seu adversário, todos o consideram como assassino, e como tal o condena a lei; e um homem de condição elevada que, com tôda a premeditação e sangue frio, mata o seu antagonista, há-de ser tratado como homem de brio? e a sua ação há-de chamar-se cavaleiresca? Que coisa tão ridícula! Um homem assim não passa de um *assassino*. Razão pois teve a Igreja para condenar severamente, como já dissemos, esta prática vergonhosa, fulminando com as suas censuras os duelistas e todos os que de alguma forma intervêm nos duelos. É bom acentuar mais uma vez que são *excomungados* o que desafiou, o que aceitou, os padrinhos, os que vão presenciar o duelo ou de qualquer maneira o favorecem. — O duelo é uma **enorme loucura**, porque, sob pretexto de salvar a própria honra, o dulista perde-a perante as pessoas verdadeiramente honestas, ante as quais com razão passa por escravo das mais baixas paixões, do orgulho, do ódio, da crueldade. De mais a honra não tem relação alguma com a força física e a perícia no manejo das armas, aliás o mais forte e mais hábil seria sempre o mais honrado. Muitas vezes os soldados desafiam-se para não parecerem *faltos de valor*. É um êrro. O *valor para pecar* não é valor mas sim temeridade e insolência; pois de contrário também o que recusa associar-se a um roubo ou latrocínio deveria ser tido por covarde e de pouco ânimo, o que é absurdo. — Não se diga que o duelo é tão legítimo como a guerra, necessária por vezes entre as nações, pois no duelo não existe a necessidade da própria defesa. É ainda grande inconsequênciia expor ou exigir a vida como reparação de uma ofensa. Quem se lembraria de dar todos os seus bens para pagar uma dívida de alguns tostões? Observe-se além disso que de ordinário o ofendido em sua honra por um homem sem dignidade, por um bárbaro, é ainda por cima desafiado por él, e portanto forçado a expor a sua vida a um perigo iminente, e não raro o ofensor sai vitorioso. Neste caso a injustiça triunfa sobre o direito. Com o duelo o ofendido não rece-

be nenhuma satisfação verdadeira, e a ofensa interior é ainda agravada com a ferida do corpo. Nos países civilizados há *tribunais* para defender a honra dos cidadãos, e é por êles que se deve procurar justiça. Isto não é ainda senão o ponto de vista da razão, mas se, sob o ponto de vista cristão, se querem adquirir merecimentos perante Deus, é necessário, segundo os ensinamentos e o exemplo de Jesus Cristo, não tirar *vingança* e *sofrer a injustiça* com paciência: é o *heroísmo* mais sublime que se pode imaginar. — Os maiores guerreiros proibiram sempre o duelo do modo mais rigoroso. Gustavo Adolfo permitiu um dia a dois oficiais que se batessem: à hora combinada apareceu com um piquete de soldados e disse: «Batei-vos, se quereis; mas ai de vós, se um de vós cair: mandarei imediatamente decapitar o sobrevivente». Imagina-se facilmente o resultado desta intervenção. José II chamava aos duelistas *gladiadores*, e condenava-os a varrer as ruas; e Frederico II excluía-os do exercício, dizendo: *Quero valentes, mas não posso servir-me de carrascos*. Nicolau I da Rússia († 1855) chamava ao duelo uma barbaridade sem parcela alguma de cavalheirismo e desterrava os duelistas para o Cáucaso. O Arquiduque Carlos, vencedor de Napoleão, dizia que o duelo era um resto daqueles tempos de ferro em que cada qual fazia justiça por suas mãos. — Com efeito, o duelo é uma aberração contra o progresso da nossa época, cujas tendências são humanitárias até para os criminosos. Fêz bárbaros os nossos costumes, e asselvaja os homens, principalmente porque os duelistas batem-se por qualquer ninharia. Observa-se que no exército aumentam os duelos ao passo que diminui a disciplina. Os governos têm entendido que o duelo, sobretudo se se generaliza, põe em perigo a segurança do Estado. Por isso a Inglaterra, em 1844, decretou no seu *código militar* que: «Todo aquêle que ofendeu a outrem, é obrigado a dar-lhe satisfação, e o ofendido deve recebê-la de bom grado. Quem isto não fizer não é considerado como homem de honra». Na Bélgica são impostas multas avultadas e pena de prisão aos que desafiam ou incitam ao duelo ou nêle intervêm, e também há penalidades para os jornais que o relatam ou que metem a ridículo os que o recusam. O nosso *código penal* (1) também é assaz explícito neste ponto, mas infelizmente a inércia das autoridades tem feito que

(1) Art. 381.^º — A provocação a duelo será punida com prisão de um a três meses e multa até um mês.

Art. 382.^º — Serão punidos com a mesma pena aquê-

não passe quase de letra morta. Entretanto a lei existe, e os magistrados podem cumpri-la.

4. Matar o próximo com premeditação ou injustamente é um pecado que brada ao céu, isto é: clama vingança a Deus; chama-se **assassinio ou homicídio**.

Caim foi assassino, e o mesmo Deus lhe declarou que o sangue de Abel *clamava vingança* ao céu (Gén. IV). O assassino despoja o homem do mais precioso dos bens terrenos; tira-lhe a possibilidade de adquirir merecimentos e de se preparar para a morte. — Aquél que causa a morte do próximo *sem premeditação* não é culpado de assassi-

les que publicamente desacreditarem ou injuriarem qualquer pessoa por não ter aceitado um duelo.

Art. 383. — Aquél que excitar outrem para se bater em duelo, e bem assim aquél que por qualquer injúria der lugar à provocação a duelo, será punido com prisão de um mês a um ano e multa correspondente.

Art. 384. — Aquél que em um duelo tiver feito uso de suas armas contra um seu adversário, sem que resulte homicídio nem ferimento, será punido com prisão de dois meses a um ano e multa correspondente.

Art. 385. — Se em um duelo um dos combatentes matar o outro, será punido com prisão de um a dois anos e o máximo da multa, podendo elevar-se o tempo da prisão ao dobro com os únicos efeitos da prisão correcional.

§ 1.º — Se do duelo resultou algum dos efeitos declarados nos n.º 3.º a 5.º do artigo 360.º e no artigo 361.º, a pena será a de prisão de seis meses a dois anos e multa correspondente.

§ 2.º — Se houver ferimentos, fora dos casos declarados no parágrafo antecedente, a pena será a prisão de três a dezóito meses e multa correspondente.

Art. 386. — Serão punidos com prisão até seis meses e multa até um mês os padrinhos, quando, segundo as regras gerais, não deverem ser punidos como autores ou cúmplices do crime.

Art. 387. — As penas geralmente estabelecidas pela lei serão sempre aplicadas, quando o homicídio ou ferimentos resultarem de duelo, nos casos seguintes:

1.º Quando o duelo tiver lugar sem assistência de padrinhos;

2.º Quando houver fraude ou deslealdade;

3.º Contra qualquer pessoa que, por interesse pecuniário, provocar ou excitar ou der causa voluntariamente ao duelo.

Art. 388. — Se algum dos criminosos for empregado público, poder-se-á juntar a pena de demissão, segundo as circunstâncias.

nio (Deut. XIX, 14), mas raras vezes será isento de pecado grave de homicídio por imprudência. — O *carrasco* que executa um condenado em nome da autoridade não comete homicídio, porque não procede injustamente.

2. Comete-se um pecado mais grave que o homicídio, quando se arruína a *vida da alma* do próximo, quer pela sedução quer pelo escândalo.

Tu és o assassino daquele a quem as tuas palavras induzem ao mal; o escândalo é um assassinio (S. Agost.) mais grave até que o assassinio corporal, porque a vida da alma é mais preciosa que a do corpo. O assassinio mais horrível é o da alma. O que matasse mil corpos não faria um mal tão grande como o que precipitasse no inferno uma só alma. E se o sangue de Abel clamou tão violentamente vingança a Deus contra seu irmão, mais violento será o grito do sangue de uma alma contra aquêle que a tiver dado à morte eterna, mais terrível será a maldição contra aquêle que a tiver precipitado naquela desgraça (S. T. de Vilanova). A sedução e o escândalo são também um pecado tão grande porque o vício transmite-se a outros como um río cada vez mais caudaloso, porque aquêle que foi seduzido seduzirá ainda outros. A alma seduzida seduzirá outras, como o pássaro apanhado pelo caçador e o peixe apanhado pelo pescador servem de chamariz e isca para novas presas (S. Efrém). A sedução assemelha-se a uma avalanche, pequena a princípio, depois cada vez maior, que por fim arrasta massas enormes de gelo para o abismo. Assim o sedutor arrasta consigo inumeráveis almas à perdição. O escândalo é como um fermento que pouco a pouco penetra toda a massa.

A **sedução** é a tentativa de levar alguém ao pecado.

Eva seduziu Adão. O sedutor assemelha-se ao *demônio*, cujos embustes induziram nossos primeiros pais, no paraíso, a desobedecer a Deus. O sedutor procede com a mesma astúcia que o pescador à linha ou o caçador que se serve de visco e laços (S. Efr.). Os perseguidores procuravam quase todos com suas carícias, ameaças ou tortu-

ras levar os mártires à apostasia, à transgressão da vontade de Deus (1). — Comete-se também o pecado de sedução desviando alguém do bem, por exemplo da vocação religiosa, do cumprimento de um dever ou de um acto de generosidade. — As seduções mais habituais são as que levam à imoralidade e à revolta; obra toda diabólica, ainda que o demónio se não manifeste, porque se Ele se mostrasse os homens teriam horror ao mal. Ele manda executar esta obra pelos seus autores e dêste modo mais facilmente consegue os seus fins (Orígenes). Hoje as raparigas, sobretudo, devem ter muita prudência quando procuram colocação nas grandes cidades ou no estrangeiro. Existem verdadeiras **agências** que lhes oferecem um futuro tentador, côr de rosa, e as precipitam depois num abismo de vergonha e de miséria (*escravatura branca*).

O **escândalo** consiste em palavras, actos ou omissões que impressionam o próximo e podem fazê-lo cair em pecado.

Dá-se escândalo, por exemplo, apresentando-se em público em estado de embriaguez, proferindo palavras inconvenientes ou blasfematórias, expondo imagens desonestas, fazendo representar peças imorais, comendo publicamente carne em dias proibidos, trabalhando ao domingo, faltando ao respeito nos lugares santos, editando livros maus, motejando nos jornais das verdades da fé e dos ministros da Igreja, etc. Dá-se com isso ao próximo ocasião para fazer o mesmo. Isto observa-se sobretudo nas crianças, que imitam facilmente o mal que vêem em casa de seus pais ou das pessoas mais idosas. Dar escândalo é cavar uma cova em que o próximo pode facilmente cair, em seu detimento; é asemelhar-se a uma casa que vindo abaixo faz derrocar as casas adjacentes. O escandaloso é pior que o demónio, porque faz condenar seus irmãos, o que o demónio não faz. O escândalo é um grande pecado contra o amor do próximo. — Há contudo homens maus

(1) Ver por exemplo as actas de S. Policarpo (167) que o procônsul procurou por todos os meios induzir a renegar a Cristo, a-pesar-dos seus oitenta e seis anos, e a história de S. João Nepomuceno. O rei Venceslau empregou todos os meios para lhe fazer violar o sigilo da confissão; ofereceu-lhe uma sé episcopal, mandou-o lançar numa masmorra, torturar com um ferro em brasa e finalmente ameaçar que o precipitaria no Rio Moldau.

que se escandalizam das mais nobres acções; os judeus escandalizavam-se de Jesus. Nestes casos, é um escândalo **recebido** e **não dado** (escândalo farisaico), e o pecado está do lado de quem se escandaliza. São homens dos quais Jesus dizia aos seus Apóstolos que é preciso não curar dêles. «Deixai-os, dizia-lhes, são cegos e condutores de cegos» (S. Mat. XV, 14). — Jesus ensina-nos a *gravidade* do escândalo que se dá, nestas palavras: «Mais valia que lhe (ao escandaloso) atassem uma pedra ao pescoço e o lançassem ao mar (ibid. XVIII); anuncia além disso que no último dia fará reunir pelos seus anjos aquêles que deram escândalo para os lançar na fornalha onde haverá prantos e ranger de dentes (ib. XIII). — O escândalo pode por excepção não ser senão venial, quando o mau exemplo não se refere senão a coisas ligeiras, ou quando não se pôde prever o mal causado à alma do próximo.

Para evitar tanto quanto possível o escândalo, é preciso observar as seguintes regras:

1. Devem-se omitir as acções *lícitas*, mesmo as boas acções, que são simples conselho, se elas molestam o próximo.

Se alguém tivesse, por motivo legítimo, licença para comer carne nos dias de abstinência, e soubesse que outros se escandalizariam se o vissem usar esta dispensa, devia não comer diante dêles; se não pudesse evitar isso, devia pelo menos dar-lhes explicações. Feito isto, já não seria responsável pelo escândalo que os outros disso tomassem. Assim S. Paulo dizia: «Se a comida serve de escândalo a meu irmão, nunca jamais comerei carne por não escandalizar a meu irmão» (I Cor. VIII, 13). Eleázar preferiu morrer a comer carnes permitidas, mas dando a crer que havia comido carne de porco; não queria tornar-se réu de escândalo (II Mac. VI, 18).

2. As acções *ordenadas por Deus* nunca devem ser omitidas pelo facto de que outros se escandalizariam; é preciso, contudo, instruir essas almas fracas para evitar o escândalo.

Uma boa acção nunca pode ser um verdadeiro escândalo, pelo contrário, é um motivo de edificação. É aquêle

que se escandaliza quem comete um pecado, porque é preciso ser vicioso para se escandalizar com o bem (Tert.). É melhor permitir êsse escândalo do que traer a verdade (Id.). Jesus sabia que os Judeus se escandalizariam das suas curas ao sábado, e nem por isso as omitiu; mas instruiu-os dizendo-lhes: «Que homem haverá por acaso entre vós que tenha uma ovelha, e que, se esta lhe cair no sábado em uma cova, não lhe lance a mão para dali a tirar? Ora quanto mais excelente é um homem do que uma ovelha? Logo é lícito fazer bem nos dias de sábado» (S. Mat. XII, 11 e 12). — Em rigor poder-se-iam omitir uma ou outra vez acções ordenadas pela lei humana, mesmo eclesiástica (por exemplo, o ouvir missa), se fôsse preciso evitar um escândalo; mas seria necessário esclarecer a falsa consciência dêsses espíritos fracos. Em regra geral, as leis humanas não obrigam a ponto de forçar a sofrer um dano grave, porque Jesus diz que o seu jugo é suave e leve o seu fardo (S. Mat. XI, 29); por êsse motivo a Igreja concede dispensas em certos casos. O melhor seria proceder imediatamente após as explicações dadas; uma acção enérgica corta cerce muitas vezes tôdas as reclamações.

3. É lícito ferir, e até matar o próximo, quando um malfeitor ameaça com vias de facto tirar-nos a vida ou um objecto absolutamente indispensável à vida e não podemos defendê-nos doutro modo.

Chama-se isto o *direito de legítima defesa*.

Um acto cometido neste caso não é condenável, porque não tem por fim a morte do próximo, mas a conservação da nossa vida; ora as acções tiram o seu valor moral do fim directo a que miram e não de uma consequência não desejada (S. T. de Aq.). Mas deve ser um acto de defesa, não de vingança; se se pode fugir, deve-se recorrer a êste meio, e se basta ferir o agressor, não é lícito matá-lo. A circunstância de ser louco ou ébrio o agressor em nada altera o direito. As mulheres, sobretudo, podem usá-lo contra aquêles que atentassem contra a sua pureza (S. Antonino). Pode-se também usar para

proteger o próximo, como fez Moisés que matou um egípcio para salvar um judeu dos seus ataques (Ex. II). — Não se pode matar quem ataca a nossa propriedade, senão quando esta é de muita importância ou *absolutamente necessária à vida*, porque então é propriamente a vida que se defende. Não seria lícito, por exemplo, matar um ladrão, que nos roubasse um fato (Inoc. XI). Também não se está no caso de *legitima defesa*, quando se é apenas *insultado* (Id.).

O *poder civil* também tem o direito de condenar à morte os criminosos, e os soldados podem matar os inimigos em *caso de guerra*.

O *poder civil* possui a *espada* como representante de Deus; S. Paulo diz que ele a não tem em vão, mas para castigo de quem pratica o mal (Rom. XIII, 14). A autoridade da sociedade é a do próprio Deus; é Deus e não ela que executa, como não é a espada que fere, mas a mão que a empunha (S. Agost.). Evidentemente a pena de morte não deve ser pronunciada arbitrariamente, mas só quando é absolutamente indispensável ao mantimento da ordem na sociedade. A pena de morte não é, em suma, senão o exercício do direito de legítima defesa da sociedade. Pode-se amputar um *membro* para salvar o corpo, e pode-se eliminar da sociedade um criminoso para a salvar (S. T. de Aq.). É escusado dizer que o *crime deve ser provado*, porque vale mais deixar o crime impune do que castigar um inocente (Trajano). A pena de morte não tem naturalmente por fim a emenda do criminoso, nem como escopo directo o inspirar um salutar terror, porque para isso haveria outros meios. É erro crer que a Igreja defende a legitimidade da pena de morte por apêgo à pena de talião, «olho por olho, etc.». Esta máxima é judaica, não é cristã; a Igreja teve sempre horror à efusão de sangue e deseja a todo o pecador o maior espaço de tempo possível para a morte; ela apenas ensina que a pena de morte não é contrária ao direito divino. — O *serviço militar* não é proibido por Deus, porque o Evangelho não ordena nem aconselha em parte alguma aos soldados que abandonem o serviço; diz-lhes apenas que se contentem com o seu sôlo e não cometam violência contra ninguém. O estado militar não é condenado por Deus, porque muitos soldados gozaram de especiais favores divinos: David, e o centurião Cornélio ao

qual Deus enviou S. Paulo em Cesareia, Abraão que foi abençoado em nome do Senhor por Melquisedec depois de uma expedição guerreira (Gén. XIV). O soldado não deve ser cruel contra aquêles que estão fora de combate, o que seria, além do mais, um crime contra o direito das gentes. A Igreja proíbe que os seus ministros sigam a carreira militar, porque a guerra é incompatível com as suas sublimes funções; por isso todas as nações civilizadas dispensam os sacerdotes do serviço militar,

4. Aquêle que injustamente causa dano à vida corporal ou espiritual do seu próximo, é rigorosamente obrigado a reparar, tanto quanto possível, o dano causado.

Se feriu o próximo, é obrigado a pagar-lhe as despesas da cura, e o dano causado nos haveres; se matou, é obrigado a indemnizar as pessoas que a isso tiverem direito. Se o seduziu ou escandalizou, é obrigado a reparar as consequências desastrosas pelo bom exemplo, pela oração, pelos bons conselhos, etc., se recusa ou despreza esta reparação, o pecado nunca será perdoado, a-pesar-de todas as absolvições. — Na maior parte dos casos, infelizmente, é impossível reparar completamente o assassinio dos corpos e das almas. O herético Berengário tinha razão para dizer no leito da morte: «Dentro em pouco aparecerá diante do tribunal de Deus; os meus pecados, espero o perdão dêles, porque fiz uma severa penitência; quanto aos pecados dos que eu seduzi, temo a minha perdição, porque não vejo maneira de reparar o mal que fiz». Matar um homem em estado de pecado mortal é um crime irreparável, como o escândalo que precipitou uma alma no inferno. Não se deve, pois, a gente espantar de Deus ter chamado ao assassinio um crime que brada ao céu, e de que Jesus tenha dito: «Ai daquele que der um escândalo!» (S. Luc. XVII, 1).

Motivos que nos devem dissuadir de atentar contra a nossa vida e contra a do próximo

1. Atentar contra a própria vida (vida e saúde) é atrair graves tormentos e severos castigos de Deus.

Por onde o homem peca, por aí é castigado. A imprensa narra todos os dias desastres — ferimentos ou mortes — sucedidos a pessoas que expõem temerariamente a vida: domadores de animais, excursionistas insensatos, jogueiros nas corridas, toureiros, etc. — Sabe-se também que horríveis doenças se originam na maior parte dos vícios. — Até santos, como S. Gregório Magno e S. Bernardo, expiram dolorosamente as imprudências das suas mortificações. Quantos suicidas há que não morrem logo, mas vivem ainda algum tempo no meio de atrozes sofrimentos!

2. Os atentados contra a vida do próximo provocam horríveis remorsos, são muitas vezes castigados já nesta vida com uma morte violenta e na eternidade com o inferno.

Depois do assassinio de Abel, Caim já não encontra repouso sobre a terra (Gén. IV, 16); tal é a sorte de muitos assassinos. A maior parte deles morreram de morte violenta, quer no cidadelso, quer por suicídio, quer por assassinio. Todo aquele que tiver derramado o sangue do homem será punido com a efusão do seu próprio sangue (Gén. IX, 6): quem com ferro mata, com ferro morre (Jesus a Pedro). Com efeito Deus algumas vezes gosta de aplicar a pena de talião; Amán, o favorito de Assuero rei da Pérsia, havia obtido autorização para mandar matar todos os judeus do reino num dia: foi ele mesmo pendurado na fôrca que preparara para Mardoqueu (Est. III). Saúl que muitas vezes atentara contra a vida de David e mandara executar injustamente o sumo sacerdote com mais 80 sacerdotes, suicidou-se (I Reis, XXII-XXXI). Faraó mandara afogar no Nilo todos os meninos recém-nascidos dos hebreus, e veio a perecer ele próprio com todos os seus combatentes no Mar Vermelho (Ex. XIV). A morte de Jesus foi terrivelmente vingada em Judas, em Pilatos e em todo o povo judeu no cérco de Jerusalém, em que morreu quase um milhão de judeus. Quase todos os perseguidores da Igreja morreram de morte violenta: Nero suicidou-se, Juliano o Apóstata sucumbiu numa batalha, Antíoco, que fizera martirizar Eleázar e os irmãos Macabeus, foi devorado vivo pelos vermes. Aos dois ladrões no Calvário foram quebrados os ossos, como eles haviam feito nos seus assassínios. Absalão

ateou a guerra contra seu pai, David, e nela perceceu miseravelmente (II Reis, XVIII). Os homicidas não entrão no reino de Deus (Gál. V, 19), terão o seu lugar no abismo de enxôfre ardente (Apoc. XXI, 8). — Os mesmos castigos foram muitas vezes cair sobre assassinos de almas, homens que roubaram às almas a vida da fé, com os seus discursos ou escritos. Ario rebentou durante uma procissão e Rousseau morreu repentinamente.

3. Aquêle que odeia o próximo perde a paz da alma e a graça de Deus; as suas orações não são atendidas e está em risco de se condenar.

Aquêle que é animado do espírito de vingança, perde a paz; a sua alma está como em ebulição e parece que um carrasco a estrangula continuamente (S. J. Cris.). — O ódio faz perder a graça de Deus. «Não se pode estar em união com Cristo e em discórdia com o seu próprio irmão» (S. Agost.). Se os pacíficos são filhos de Deus, aquêles que semeiam a discordia são certamente filhos de Satanás (S. Greg. Naz.). O fogo do ódio é inextinguível como o do inferno, aquêles em que êle arde provam assim que são filhos do inferno (S. Lour. Just.). É incurável uma ferida enquanto se não retira a arma; assim a oração do cristão é reprovada por Deus enquanto o dardo do ódio está cravado no seu coração (S. Agost.). Foi por isso que Jesus disse: Se quando me apresentais a vossa oferenda no altar vos lembrais que vosso irmão tem alguma coisa contra vós, deixai o vosso presente diante do altar e ide reconciliar-vos primeiro com vosso irmão e depois voltareis a ofertar a vossa oferenda (S. Mat. V, 23). Todo aquêle, tinha ainda dito Jesus, que se irar contra seu irmão, merecerá ser condenado pelo Juízo (ib. 22). — É necessário reprimir os sentimentos de ódio apenas nascem: o sol não deve desaparecer no ocaso deixando-nos em cólera (Efés. IV, 26). Quando se endireita logo um ôsso deslocado, o membro retoma facilmente a sua posição normal; se, pelo contrário, se descura o tratamento, corre perigo de ficar na posição falsa. Assim sucede à inimizade: a reconciliação imediata pouco custa, mas algum tempo depois, obcecados pela cólera, temos vergonha de conceder o perdão, é preciso portanto apressar-nos a reprimí-la (S. J. Cris.). Se soubéssemos que a nossa casa estava infestada de serpentes, teríamos pressa de a limpar; ora o ódio e a inimizade são

serpentes e não havíamos de as expulsar do nosso coração que é o templo de Deus? (S. Agost.).

3. A maneira de tratar os animais

Deus criou os animais para sua glória e nosso serviço.

Pela sua variedade, pelas suas aptidões e utilidade, os animais proclamam a omnipotência e sabedoria do Criador. Servem-nos, procurando-nos o que é necessário à nossa sustentação: alimento, vestuário, remédios; ajudando-nos nos trabalhos (puxam aos carros, aos arados, guardam as casas, destroem os insectos daninhos, etc.), alegrando-nos com as suas graças, o seu canto, as suas cōres, etc.; outros servem-nos de exemplo para o bem: as abelhas e as formigas exortam-nos ao trabalho e à economia, as cegonhas ao amor dos nossos filhos, as ovelhas à paciência, o galo à vigilância, etc.

A Providência de Deus abrange os animais.

Deus ordenou expressamente aos hebreus que tornasse extensivo aos animais o descanso do sábado (Exod. XXIII, 12). Deus organizou admiravelmente o reino animal. A estrutura corporal de cada animal é adequada à função que deve desempenhar; assim a toupeira, o ouriço, o camelo, etc. A cada um dêles deu Deus certas *aptidões* naturais que servem para a sua conservação: cada um achar o seu alimento, construir o seu ninho, tratar dos seus filhos, atacar a parte fraca dos seus inimigos, etc.; cada um está munido das *armas* necessárias para a sua defesa: o boi tem os chifres, o cavalo o casco das patas, o elefante a tromba, o cão o olfato, o ouriço os seus espinhos, a lebre o ouvido e a velocidade. Certos animais, como a lebre, a perdiz, a cotovia, são protegidos, porque têm a cōr da terra; os pombos e as aves de arriaba encontram com maravilhosa facilidade a direcção que devem tomar, e o seu ninho às vezes afastado muitas centenas de léguas. Muitos mamíferos revestem-se no inverno dum pelo mais quente, mais apropriado ao clima. Estes cuidados da Providência fizeram dizer a Jesus: Nenhuma avezinha cai por terra sem a vontade do Pai nos céus (S. Mat. X, 29). Por-

tanto o homem, como *rei da criação*, deve ter cuidado dos animais e não abusar da sua superioridade sobre êles.

O homem é obrigado a tratar dos animais, e a abster-se de toda a crueldade, a não matar nenhum animal útil sem razão, mas também a não ter por êles um carinho exagerado.

Somos obrigados a ter cuidado com os animais. «O justo, dizem os Provérbios (XII, 10), tem cuidado dos animais, mas o coração do ímpio é cruel.» Quem tem animais deve dar-lhes o alimento conveniente, tê-los asseados e evitar tudo o que lhes possa fazer mal. (No verão não os banhando nem os deixando beber quando suados, no inverno não os deixando sem motivos ficar pelas estradas, diante dos hotéis, por exemplo). É próprio de um coração nobre pensar nas avezinhas durante o inverno e deitar-lhes alimento e preparar-lhes para o verão pequeninas hastes das árvores para ali construírem ninho. Esta sensibilidade para com os animais enobrece o coração do homem e tem efeitos salutares para a educação moral, pelo que convém acostumar a ela as crianças. — Não é permitido **atormentar** os animais e tratá-los como séres que não sentem a dor. Assim vemos muitas vezes *homens do campo* e *carroceiros* carregarem demasiadamente os animais e depois encolerizarem-se e ferirem os pobres animais dum modo insensato; outros não lhes dão alimento suficiente ou conservam-nos em estrebarias sujas. — Certos *cocheiros* martirizam os seus animais fazendo-os correr com demasiada rapidez sem mesmo lhes dar, segundo a lei de Moisés (Ex. XX, 8-11), um dia de repouso por semana. Os *carniceiros* (1) e os *sábios* são culpados quando, no exercício da sua profissão, nas suas experiências (vivi-secção) prolongam ou aumentam inutilmente as dores dos animais; as *crianças* quando *roubam* os *ninhos* dos pássaros ou espalam insetos com alfinetes sem primeiro os matarem; os *caçadores* em certas caçadas com galgos, no *tiro aos pomos* como é praticado algumas estâncias balneares, soltando-os em lugar fechado para lhes atirarem no vôo ou pondo-os em lugar fixo; os *cavaleiros* nos chamados *raids* forçados em que chegam a rebentar os cavalos fazendo-os correr sem descanso longas

(1) E todas as pessoas que por dever de ofício matam animais.

distâncias. São dignos de censura os divertimentos em que se matam cruelmente animais, como em Espanha as *touradas*, e sobretudo certas touradas populares em que o pobre animal sofre um prolongado suplício, ferreteado, aguilhoados e despedaçado lentamente pelos curiosos. Mais para censurar são ainda talvez os maus tratos infligidos aos cavalos, cujos longos serviços se pagam expondo-os às pontas dos bois. — Há divertimentos cruéis com animais, que provariam muito más entradas, se não demonstrassem summa inconsciência ou irreflexão. Tal seria, por exemplo, pregar morcegos na parede e queimá-los vivos, untar com petróleo os ratos e lançar-lhes o fogo, etc. Nunca atormentemos um animal, ele é tão sensível como nós. — É proibido matar sem motivo animais úteis, porque são para o homem trabalhadores gratuitos: um só casal de passarinhos, com os seus filhinhos, devora por ano milhares de insectos que a mão do homem nunca chegaria a destruir. E pensar que no Tirol e na Itália meridional matam em massa as andorinhas e outras aves de arriabão por processos de uma crueldade inaudita! (1) Há caçadores que matam por dia centenas de quilos de aves de canto, para as venderem aos fabricantes de chapéus de senhora, que os empregam aos milhões: 25 milhões só na Inglaterra (da América vêm anualmente trezentos milhões destas avezinhas!). Diz-se até que levam a crueldade ao ponto de pular vivos os colibris, para se conservar melhor o brilho das suas cores. Que crueldade! Exterminando as aves de canto, o homem concorre para que se multipliquem os insectos daninhos à agricultura, às vinhas, às florestas, e priva-se do deleite com que essas avezinhas alegram os campos modulando seus trinados. Não há dúvida de que é permitido destruir os animais daninhos (2), mas é sempre proibido torturá-los ou mesmo matá-los quando são de ou-trem. Por outro lado é preciso não ter pelos animais um excesso de carinho que os faz preferir aos homens e considerar como uma espécie de ídolos aos quais se consagra tôda a espécie de pensamentos, todos os cuidados, a exemplo do que faziam os egípcios, que adoravam os gatos, os bois, etc. Que diremos ao ver como em algumas casas o

(1) Vasam, por exemplo, os olhos aos pescos e passam-lhes um fio pelo nariz para os fazarem expelir gritos de dor que atraem outros passarinhos ao laço.

(2) Além das aves de canto devem contar-se entre os animais úteis os morcegos, as abelhas, as toupeiras, as rãs, os sapos, as cobras.

cão ou o gato são melhor tratados que os criados, ou se trata um animal como um filho, ao passo que se despede um mendigo que pede esmola à porta? «Ah! dizia um dia um religioso a uma dama que era doida por animais, como lhe seria mais útil amar o seu Deus com o mesmo afecto com que ama os animais!» Algumas *sociedades protectoras de animais* cometem nas suas publicações a falta de equivar os animais às pessoas e de exagerar os cuidados que se devem ter com êles. Ainda que o intuito seja louvável, com estes excessos prejudicam a boa causa e caem no ridículo.

Quem é cruel ou demasiado afectuoso para com os animais torna-se facilmente *duro e cruel* para com o seu semelhante.

As crianças que martirizam os animais são muito dispostas a *martirizar os homens*; a maior parte dos tiranos foram na sua mocidade carrascos de animais. — Um criminoso, à hora de ser executado, dirigiu-se ainda ao povo e disse-lhe: «Na minha mocidade tinha prazer em torturar os animais e mais tarde voltei-me contra os homens; é por isso que morro no cadafalso». — Passeava um dia uma senhora com seu filho e um cãozinho; chegada a uma ponte pegou no cão ao colo e deixou a criança só: «Mulher sem coração! — disse-lhe alguém que a encontrou — não tem vergonha de deixar correr o seu filho e de levar o cão, quando devia fazer o contrário!» Guardemo-nos de ter excessivo carinho pelos animais: tornar-nos-famosos cruéis.

A crueldade e o excesso de carinho para com os animais são habitualmente punidos por Deus com duros padecimentos corporais.

Torturar os animais é *destruir o plano da criação*, é *abusar do poder* que nos foi confiado, é portanto uma ofensa ao Criador. Deus considera êsses homens cruéis como carrascos, aos quais aplicará a pena de talião. Um *camponês* tinha o costume de chicotear nos pés os cavalos; mais tarde veio-lhe a gota, ficou com as pernas paralisadas e sofreu atrozes dores: no leito da morte confessou e chorou a sua falta. O *filho de um camponês* gostava de apanhar pássaros e de os depenar vivos, e de lhes arrancar depois as patas; mais tarde caiu num depósito de cerveja em fer-

mentação, e de lá o tiraram todo queimado e tiveram que lhe amputar as pernas: viveu ainda alguns anos estropiado e ficou sendo tôda a vida um exemplo terrível da vingança de Deus, e nunca deixou de exortar os outros à mansidão para com os animais. O Areópago de Atenas condenou à morte uma criança que vasara os olhos a umas cordinizes e as soltara depois: aquèle tribunal pensava que uma criança animada de instintos tão maus não podia tornar-se senão um homem perverso (Quintiliano, *Instituições*, V. 9). — Conta muitas vezes a imprensa que certa pessoa morreu dum *envenenamento de sangue* por ter *beijado cães*, ou que êste mesmo vício introduziu no organismo parasitas mortais, que penetram pelo nariz e pela bôca. Assim perdeu os olhos uma menina de dezóito anos, de Hettsted, Saxónia (janeiro de 1895). A uma aia de Budapeste, que estava sempre a beijar o seu cãozinho, pegou-lhe êste micróbios que lhe corromperam o fígado e lhe tiraram a vida (1896). Um comerciante de Halle, por causa da mesma imprudência, encheu de miasmas o baço e morreu no meio de atrozes sofrimentos (agôsto de 1897).

Devemos obstar à crueldade com os animais
não comprando objectos que se fabricam à custa dela.

Por exemplo, as coxas de rã, que se lhes arrancaram cruelmente. As senhoras deviam ter como regra não comprar chapéus enfeitados com *passarinhos*. Na América fundou-se uma associação cujos membros se comprometem a não comprar objecto algum feito de *concha de tartaruga*. As pessoas que viajam pelos países meridionais não devem comer prato algum preparado com *aves de canto*, tanto mais que os caçadores usam às vezes veneno para as apanhar, pelo que estas iguarias são prejudiciais. Procuremos contribuir para que se não torturem os animais.

VI Mandamento da lei de Deus

1. O 6.^º mandamento da lei de Deus proíbe tudo o que poderia manchar a nossa pureza ou a do próximo.

É prudente não falar muito explicitamente dos pecados contrários a este mandamento (S. Af. Lig.), porque se ofende já a castidade nomeando a impureza (S. Fr. de S.). Já S. Paulo havia dito: «Que nem sequer se nomeie entre vós qualquer impureza, como convém a santos» (Efés. V, 3). Contudo a Escritura põe-nos *muitas vezes e com instância* de sobreaviso contra este vício também; a Igreja não pode faltar a este dever, porque o vício da impureza é o que faz condenar mais almas, e poucas almas há no inferno que dêle fôssem isentas (S. Af. Lig.).

Deus proíbe em particular:

1. Os *pensamentos e os desejos* contrários à castidade.

Os **pensamentos** impuros são proibidos, porque conduzem às más obras, como a scentelha, que ateia um grande incêndio. É preciso *extinguir* logo o fogo da impureza, aliás elle é como uma faúlha caída na palha e produzindo um fogo impossível de apagar (S. Greg. Mag.). A impureza é como uma serpente de que é preciso esmagar a cabeça no primeiro instante a-fim-de lhe não dar tempo para lançar o seu veneno (S. Jer.). O melhor meio de nos defendermos destes pensamentos é a *oração* e pensar noutra coisa (1). Enquanto nos desgradarem, estes pensamentos não nos tornam culpados, mas peca-se *desde que nêles nos de-*

(1) Ver mais adiante a maneira de combater as tentações.

tenhamos com prazer, porque os maus pensamentos são uma abominação diante do Senhor (Prov. XV, 26). É preciso fugir dos maus pensamentos como de um assassino, porque êles dão a morte à alma. — Surgem às vezes em nós **maus desejos**, isto é, a vontade de cometer o pecado. O mau desejo é como a raiz donde nasce a má ação: é preciso reprimi-lo imediatamente. Logo que nêle se consente, há um acto da vontade, e nesse caso o mau desejo é, segundo as palavras de Cristo, tão pecaminoso como o próprio acto (S. Mat. V, 8).

2. As palavras que ofendem a pureza.

Aquêles que pronunciam palavras desonestas têm a consciência manchada; é impossível encontrar um homem *imoral* na linguagem e puro nos costumes (Sidónio Apolinar). Acabamos por praticar aquilo que gostamos de ouvir (S. Bern.). Aquêle que gosta de conversas vergonhosas *não está longe de uma conduta vergonhosa* (S. Jer.). «Fala sempre de maneira, dizia S. Luís no leito da morte a seu filho, que se o mundo inteiro o soubesse não tivesse de que te envergonhar». — A língua não é mais do que um pequeno órgão, mas pode fazer muito mal (S. T. III, 5). Muitos têm morrido sob o gume da espada, mas não tantos como sob o da própria língua (Ecli. XXVIII, 22).

3. As ações que mancham a pureza.

Têm diferentes nomes conforme o seu grau de oposição às leis da natureza ou segundo as pessoas que as praticam são solteiras, casadas, consagradas ao serviço de Deus ou parentes. Como é proibido incendiar uma casa ou andar com um facho aceso por meio da palha ou de outras matérias inflamáveis, o mesmo sucede neste caso. Por isso mesmo que são proibidas as ações impuras, se proíbe tudo o que a elas conduza. Por este motivo se condenam.

4. Os olhares imodestos e demasiado curiosos.

Deus proíbe-nos a curiosidade dos olhos para nos desviar do pecado, como um pai proíbe que seu filho pegue numa faca, para se não cortar. O prazer dos olhos apodera-se rapidamente do próprio coração (S. Agost.), por isso todo aquêle que olha imprudentemente pelas janelas do seu corpo, *caí* quâsi fatalmente em *desejos criminosos* (S. Greg.).

M.). A curiosidade dos olhos acende o fogo da concupis-cência como um incêndio (Ecli. IX, 9). Aquêle que deixar vaguear seus olhares assemelha-se a um *cocheiro* que se des-cuida de olhar para os cavalos: êles acabarão por o arras-tar para o abismo (S. J. Cris.); ou a uma *fortaleza* cujas portas não guardadas caem facilmente em poder do inimi-go. David não teria tido que derramar tantas lágrimas, se tivesse tido recatados os olhos (S. Clara de Montefalco). Quando ides pela rua, não olheis para tudo o que vêdes (Ecli. IX, 7). A curiosidade foi a perdição da *mujer de Lot*.

5. O olhar para *quadros indecentes*, o assistir a *peças más de teatro*, o ler *livros ou jornais imo-rais*, ou fazer propaganda dêles.

Os quadros ou espectáculos indecentes são ainda mais perigosos que as más conversas, porque o *que se vê influ-mais sobre a alma do que o que se ouve*. Enviar ou expor ou colecccionar **postais ilustrados** com representações **inde-acentes**, é pecado contra o sexto mandamento. Evitai sobretudo a leitura dos **romances**; são tanto mais perversos por excitarem as paixões sob formas polidas e sedutoras. «Proibi severamente a vossos filhos, dizia S. Afonso, a leitura de romances; fazem muitas vezes mais mal que a leitura de livros abertamente desonestos, porque deixam no coração dos adolescentes impressões que os impelem para o pecado». O próprio João Jacques Rousseau, o livre pensa-dor, dizia: «Uma menina que é pura nunca leu romances».

6. Os **vestidos indecentes** ou demasiado lu-xuosos.

As pessoas vestidas de maneiras indecentes são *instru-mentos de Satanás* que se serve delas para perder as almas (S. Bern.). A vaidade e o luxo do vestir aumentam muito o poder do demónio. Quando alguém se veste com a inten-ção de atrair os olhares, já se não pode pretender que se-ja casto e pudico na sua alma: o vestuário o convencerá de mentira (S. Fil. Néri). O desejo de agradar não brota de um coração inocente e não é senão um laço para atrair o próximo para o vício (Tert.). As *meninas e mulheres de costumes duvidosos* são as únicas que se permitem deslum-brar o público com *toilettes espalhafatosas*. S. Cipriano di-

zia que para aquelas para quem os sentidos são tudo, os costumes são nada. «Que as mulheres andem com trajo honesto, ataviando-se com modéstia e sobriedade, e não com cabelos encrespados, ou com ouro ou pérolas ou vestidos custosos, mas sim como convém a mulheres que demonstram a piedade por boas obras» (I Tim. II, 9 e 10).

2. Os pecados contra o 6.º mandamento
são em geral mortais e sujeitos a castigos divinos muito severos.

Basta pensarmos no dilúvio, em Sodoma e Gomorra; de mais, trataremos novamente dêles no capítulo dos pecados capitais. Colocando este mandamento entre o 5.º e o 7.º, Deus indicou-nos que os pecados da carne são tão graves como o *homicídio* e o *roubo*. — Hoje, pelo contrário, escrevem-se livros e representam-se peças em que o vício se descreve com côres sedutoras, como uma inclinação legítima. Que deplorável insensatez! O pecado que nos promete delícias, é veneno doce que mata a alma.

VII Mandamento da lei de Deus

No 7.^º mandamento Deus proíbe-nos o causar dano ao próximo na sua propriedade ou nos seus interesses.

Chama-se propriedade todo o objecto justamente adquirido pelo homem para manter a vida: o dinheiro, os géneros alimentícios, o vestuário, a habitação, os campos, o domínio útil, etc.

1. O direito de propriedade

1. Todo o homem tem a faculdade de adquirir justamente uma propriedade pessoal. Com efeito, ele é obrigado a prover às suas necessidades no caso de *velhice* e *desastre* ou às necessidades da sua *família*. Sem a propriedade pessoal a situação do homem seria absolutamente *intolerável*; seria o reinado da discórdia e de uma preguiça que não promoveria nenhum progresso, nenhuma invenção. Seria, além disso, injusto tirar ao homem o que ele houvesse poupado ou produzido com o suor do seu rosto.

De-certo Deus quere que o homem possa possuir alguma coisa como sua, pois precisamente fêz o 7.^º mandamento para a proteger. Já no Paraíso havia dito aos primeiros homens: «Enchei a terra e **dominai-a**» (Gén. I, 28). Por isso encontramos a propriedade em Caím e Abel: cada um possuía bens diferentes e dêles dispunha à sua vontade para o sacrifício. Todas as tradições da mais remota antigüidade mencionam o direito de propriedade, leis para a sua

protecção, processos para o caso de contestação. Tendo o homem **um direito natural** à sua conservação, é necessário que tenha também o direito de adquirir e possuir como próprios os bens exteriores necessários à sua subsistência. E se este direito fosse limitado a cada instante em particular, cairia na *extrema miséria* em caso de doença ou desastre. A lei natural impele-o a tomar precauções para êsses casos. Além disso o homem é obrigado a prover à subsistência da *sua família*; ora isto seria absolutamente impossível se o direito de adquirir e de dispor não fosse senão transitório. **O cuidado da salvação eterna**, mesmo, seria impossível, se o homem fosse obrigado a cada momento a ocupar-se da sua existência terrestre. — Depois do pecado o direito de propriedade tornou-se mais necessário ainda por causa das **paixões humanas**, que destruíram completamente a *concordia* do género humano. Se já agora se vêem irmãos disputar por causa das partilhas do património, vizinhos por causa do uso de um poço, que seria se, sendo comuns todos os bens, a cada momento se devesse proceder a partilhas (Mons. Ketteler). Sem propriedade não haveria estímulo para o trabalho. A propriedade é, portanto, de direito natural, tanto como o casamento e a autoridade. Contudo não se pode dizer que Deus quis a divisão da propriedade tal como ela existe numa dada época, por exemplo na nossa; Deus não pode querer que uma parte da humanaidade viva numa escandalosa opulência e que a maior parte de seus filhos sofra duma extrema miséria. Esta excessiva desigualdade não pode provir senão de um princípio mau, do pecado.

2. Os modos *justos* de adquirir a propriedade são o trabalho, a compra, a doação e a herança.

Nenhum homem tem pela lei natural direito a bens determinados, é preciso que primeiro os adquira. A primeira maneira de adquirir é o **trabalho**. Deus dispôs as coisas de modo que a terra não produz os bens necessários à existência senão cultivando-a. Tirar a quem cultiva a terra o que êle lhe fêz produzir com o suor do seu rosto seria contra toda a justiça (Leão XIII). Se a terra e os seus habitantes são chamados propriedade de Deus (Ps. XXIII, 1), porque são obra das suas mãos, a obra do homem deve também ser propriedade sua. «O fruto do trabalho é propriedade legítima de quem fêz o trabalho» (Leão XIII); a propriedade portanto não é em regra geral senão resultado dum

custoso trabalho. — A propriedade adquire-se também por **doação**. Assim Deus doou a Abraão e seus descendentes a terra de Canaán (Gén. XII, 7), e os patriarcas transmitiam ao filho primogénito os bens por uma bênção especial. O uso de fazer doações e testamentos existiu sempre. Todo aquél que tem haveres deve fazer o seu *testamento* a tempo, para evitar contestações no caso de morrer repentinamente; quem descurasse esta precaução expiá-la-ia na vida futura (1). — Primitivamente obtinha-se também a propriedade por simples **ocupação** de um bem que não pertencia ainda a ninguém, e ainda hoje assim sucede. Todo aquél que encontra pedras preciosas, pérolas, etc., sobre as quais ninguém tem direito, torna-se seu proprietário, como os lugares livres de um teatro, de um vagão, de um restaurante, pertencem ao primeiro que os ocupa. — Quem adquira um bem, injustamente, por fraude ou roubo, é obrigado à restituição.

3. Nem o próprio **Estado** tem direito a tocar na propriedade pessoal ou particular; tem contudo o direito, por motivos de interesse geral, de promulgar leis *para regular* a aquisição e o uso da propriedade.

O Estado não é o **proprietário soberano de todos os bens**. Tem um direito de vigilância, mas não o direito de dispor dos bens pessoais; os cidadãos não existem para o Estado, mas sim o Estado para os cidadãos; não deve o Estado portanto lesar os súditos; pelo contrário, deve procurar *as vantagens de cada um*. Quando, portanto, o Estado obriga os cidadãos a cederem-lhe a propriedade, isto é, quando os *expropria* por interesse público, é obrigado a *indemnizá-los*. Tão pouco tem o Estado o direito de *confiscar*, *secularizar* os bens da Igreja; é uma revoltante injustiça. Despojar um homem é um roubo; despojar a Igreja é um sacrilégio (S. Jer.). Nem vale o subterfúgio de dar a estes bens o nome de *nacionais*, para legitimar semelhante roubo. A Igreja fulmina excomunhão contra aqueles que atentam contra a propriedade eclesiástica, e o Papa não lha levanta enquanto não tiverem restituído (Conc. Trid. 22, 11). — Mas, como o Estado e os órgãos da sociedade são

(1) O catequista fará bem ensinando o modo de fazer um bom testamento.

instituídos por Deus para o bem comum, têm o direito de promulgar leis que favoreçam para o futuro a distribuição mais justa da riqueza. Em nossos dias a riqueza concentra-se cada vez mais em mãos pouco numerosas e a massa dos proletários aumenta de dia para dia. No parlamento inglês verificou-se em 1895 que cerca de 4 milhões de pessoas pertencentes à classe operária se encontravam na miséria, sem contar os miseráveis que há entre os criados, os empregados de comércio, os artistas, etc. Outros países se encontram na mesma situação, que se pode verdadeiramente chamar deplorável, e não se pode negar ao Estado nem o direito nem o dever de a remediar. — O Estado pode também impor aos súbditos, na medida dos seus haveres, as contribuições necessárias ao bem comum; pode mesmo aumentar os impostos sobre o capital supérfluo para ocorrer à miséria pública, e isso não é senão justo, porque a proteção desse capital exige também maiores sacrifícios. Mas há ainda outro motivo. Os bens temporais têm por fim a conservação da vida dos homens, e não mudam de destino pelo facto de estarem já repartidos; é por isso que cada qual é obrigado a empregar o seu supérfluo em auxiliar os que estão necessitados» (S. T. de Aq.). O supérfluo dos ricos é a reserva dos pobres, e guardar o supérfluo, diz S. Agostinho, é guardar o bem alheio. O Estado, que tem um direito de soberania política ou de vigilância sobre a propriedade, pode pois obrigar os seus súbditos a um empréstimo justo do seu supérfluo.

2. Pecados contra o 7.º mandamento

1. O 7.º mandamento proíbe em particular: o furto, o roubo, a fraude, a usura, a deterioração dos bens alheios, o ficar com objectos achados ou depositados, o descurar o pagamento das dívidas.

1. O **furto** é a subtracção secreta de um objecto contra a vontade razoável do seu dono.

A pêga, que furtava e esconde todos os objectos brilhantes, é a imagem do ladrão. *Judas* era um ladrão, era o depositário da bolsa e tirava dinheiro (S. Jo. XII, 6). Ne-

nhum pecado se comete tão geralmente como o furto, por um lado, porque os homens são muito ávidos e invejosos, por outro lado, porque as ocasiões são excessivamente freqüentes (S. J. Cris.), e a ocasião faz o ladrão. Contudo *extrema necessidade*, isto é, aquela que põe em perigo de morte, isenta de pecado aquêle que toma do bem alheio o indispensável para manter a sua própria vida e está disposto a restituí-lo quando puder (Prov. VI, 30); a oposição do dono não seria razoável. É por isso que Cristo desculpou aos Apóstolos quando para matar a fome apanharam algumas espigas de centeio num campo (S. Mat. XII, 1). O mesmo motivo explica por que é que não seria pecado tirar a arma a quem quisesse suicidar-se, excepto se fôsse com a intenção de ficar com ela. — É também furto mendigar sem necessidade. — **Comprar e esconder objectos roubados** é também furto. Quem furtá e quem esconde o furto são igualmente culpados.

2. O **roubo** ou latrocínio é a subtracção violenta de uma coisa de outrem.

O roubo é acompanhado muitas vezes do homicídio ou ferimentos: foi o crime cometido contra o viajante da parábola, que ia de Jerusalém para Jericó (S. Luc. X, 30). A *chantage* é também uma espécie de roubo, como também o é extorquir a esmola com violência moral.

3. A **fraude** consiste no emprêgo de astúcia para enganar o próximo nos contratos.

Comete-se êste pecado quando se empregam medidas falsas ou pesos falsos, falsificando os géneros (pecado contra o 5.^º mandamento), os documentos, fabricando moeda falsa, mudando as delimitações, praticando contrabando, incendiando a própria casa para receber o respectivo seguro, etc. Hoje é muito freqüente cometerem-se fraudes por meio de *reclamos* nos jornais, anunciando como boas mercadorias avariadas. Ora, é vontade de Deus que ninguém engane seu irmão no negócio (I Tess. IV, 6).

4. A **usura** consiste em aproveitar a necessidade do próximo (Êx. XXII, 25), para lhe exigir um juro imoderado pelo dinheiro ou por objectos que se lhe emprestam.

Pratica-se a usura quando se exige um juro ilegal por um empréstimo de dinheiro. A usura chama-se *monopólio* quando se compram as mercadorias para criar uma carentia propositada e revendê-las quando os preços subirem (Prov. XI, 26). Com uma mão tira o usurário o próximo de apuros e com a outra mergulha-o mais profundamente na miséria; sob a aparência hipócrita de um serviço, aumenta a desgraça do próximo e faz pagar a caridade a dinheiro (S. Jo. Cris.). Falso médico, em vez de curar o doente, toma-lhe as forças que lhe restam (S. Bas.); é uma aranha que enleia e suga a mosca caída na teia. O usurário é o *assassino* dos pobres; levando-lhes tudo de que precisam para a vida, tira-lhes a própria vida (S. Bernardino). Há contudo uma usura lícita, que consiste em dar esmola aos pobres, o que equivale a emprestar a Deus com juro elevadíssimo (S. João Esmoler). Quem dá aos pobres empresta a Deus.

5. É pecado *causar* dano aos bens alheios, *ficar com* os objectos achados, emprestados ou que nos foram confiados, *não pagar* as próprias dívidas.

Causa-se dano aos bens alheios, por exemplo, por um incêndio, pisando um campo semeado ou coberto de fruto, garatujando nos muros ou bancos, sujando os fatos, atirando pedras às árvores, pescando ou caçando em propriedades reservadas, etc. — É injustiça *ficar com os objectos achados ou emprestados*; é preciso restituí-los ao seu dono, como fizeram os irmãos de José, que voltaram atrás a restituir o dinheiro que acharam nos seus sacos. «O que tu achaste e não restituíste é roubado» (S. Agost.). A obrigação de restituir é proporcional ao valor do objecto achado; quando se não conheça o seu dono, é preciso empregar a diligência necessária para o *descobrir*, por exemplo, fazendo a declaração às autoridades. Se o dono se não encontra, pode-se ficar com o objecto. Escusado é dizer que não se é obrigado a entregar o objecto ao primeiro que aparece a dizer-se seu dono, e que se procede prudentemente examinando os seus direitos, tanto para não se deixar enganar, como para não causar prejuízo ao verdadeiro dono. Aquêle que achou um objecto tem direito a uma recompensa. Em algumas partes costumam dar-lhe 5 ou 10 por cento, do valor do objecto. Se este é de grande preço, a percentagem é menor. Mas o bom cristão deve restituir o achado, ainda que na-

da lhe dêem, para cumprir o preceito de Deus. — Muitas pessoas pedem emprestados livros, utensílios, etc., e nunca mais os restituem; algumas são até impertinentes quando alguém lhes pede o que é seu: são verdadeiros ladrões. É necessário, portanto, ser tão prudente em emprestar, como consciente em restituir o que se pediu emprestado. Se o que nos pede emprestado nos não merece confiança, encaminhemo-lo para os estabelecimentos onde se empresta por dinheiro. — A **negligência em pagar as próprias dívidas** é pecado; é já pecado contrai-las levianamente. Aquêle que contrai dívidas assemelha-se a um homem que já não anda por seus pés, mas se arrasta em muletas. A maior parte dos homens contraem dívidas por amor do prazer, do luxo, para satisfazer as suas paixões, e não fazem disso sequer caso de consciência. É pecado grave para os comerciantes declararem-se falidos, para enriquecerem; mas é um pecado ainda mais grave, um pecado que brada ao céu, recusar o salário aos operários e criados, que são obrigados a ganhar o seu pão pelo trabalho. É ao mesmo tempo roubo e um assassinio tirar esses poucos centavos a um trabalhador que conta com êles para adquirir as coisas necessárias ao seu sustento. O salário do operário não deve ficar em vossa casa até de manhã» (Lev. XIX, 13); «é preciso dar-lho antes do pôr do sol» (Deut. XXIV, 15), e «não dever a ninguém coisa alguma senão o amor» (Rom. XIII, 8).

2. O atentado contra a propriedade alheia é **pecado grave**, quando se tira ao próximo um valor igual àquele de que precisa para a sua sustentação diária, em harmonia com a sua situação social.

A gravidade do pecado depende sempre do *dano causado* ao próximo (S. T. de Aq.). Assim roubar alguns escudos a um mendigo ou a um operário, constitui um pecado grave. O roubo consecutivo de pequenas quantias torna-se grave logo que a soma total se torna considerável, a não ser que haja entre os roubos um intervalo notável. — É preciso respeitar o alheio, ainda as mínimas coisas, porque é necessário ser fiel mesmo nas pequenas coisas, porque Deus castiga severamente os pecados, ain-

da os mais leves, e porque as pequenas faltas conduzem a pouco e pouco às faltas graves e à condenação eterna. Começa-se por pequenos furtos e acaba-se por grandes roubos; mais do que um criminoso acabou no cadafalso por ter começado por pequeninos furtos.

3. A restituuição

1. Quem *roubou* o alheio ou *causou dano nos haveres* do próximo, é obrigado a restituir o mal adquirido ou a reparar o dano causado (Lev. VI, 1-5).

Não é preciso fazer esta restituuição indo pessoalmente ter com quem foi lesado; pode fazer-se por exemplo por intermédio de um sacerdote (O sacerdote é obrigado ao segredo e entrega uma quitação do pagamento efectuado). O sacerdote insistirá junto da pessoa lesada para que aceite a restituuição. S. Clemente Hofbauer, o apóstolo de Viena, foi um dia encarregado de fazer uma restituuição que foi recusada pelo lesado: «Tome cuidado, replicou o santo, que não se deve dar o roubado ao pecador arrependido, se não acabará por imaginar que não era um grande pecado e tornará a cair nêle».

Os princípios relativos à restituuição são estes:

1. Se o *proprietário* já não é vivo, é preciso restituir aos seus herdeiros; se não há herdeiros, é preciso empregar o bem mal adquirido em esmolas ou outras boas obras (como missas por alma do dono).

2. Se não se pode restituir tudo, é preciso restituir parte.

3. Aquêle que, por pobreza ou por qualquer outro impedimento, não pode restituir imediatamente, deve pelo menos estar disposto a restituir logo que possa e é obrigado a pôr-se nos casos de o fazer.

4. Aquêle que não pode restituir absolutamente nada é obrigado pelo menos a rezar por aquêle a quem lesou.

2. Aquêle que por ignorância possui uma coisa não sua é obrigado a restituí-la logo que reconheça o seu êrro.

É necessário restituir uma coisa roubada que se comprou (1) ou se recebeu de presente. Aquêle que ignora que é roubada chama-se *possuidor de boa fé*, e aquêle que o não ignora chama-se *possuidor de má fé*. O possuidor de boa fé é obrigado a restituir, além do objecto, o *aumento de riqueza que teve com ele* (2). O possuidor de má fé é, além do objecto, obrigado a dar ao seu dono uma indemnização pelo dano que lhe causou a privação do objecto. O possuidor de boa fé só pode ficar com o objecto quando o proprietário e os seus herdeiros já não vivem. Na maior parte dos casos, o mais simples é consultar o *confessor*, que é o representante de Deus.

3. Aquêle que não está sinceramente disposto a restituir ou a reparar o dano não pode receber o *perdão de Deus* nem por consequência a *absolvição do sacerdote*.

Quem não quere restituir será condenado (Ezeq. XXXIII, 15); Jesus Cristo não concedeu a Zaqueu a qualidade de filho de Abraão senão quando ele manifestou o desejo de restituir (S. Luc. XIX, 8). Nem orações, nem *torrentes de lágrimas*, nem anos passados em *astero jejum*, conseguem obter a remissão do pecado, se não houver a vontade sincera de restituir. Sem ela, diz S. Agostinho, não se faz penitência, finge-se, isto é, representa-se uma espécie de comédia; por isso acrescenta: o pecado não é perdoado enquanto o roubo não for restituído. S. Afonso conta o seguinte facto: «Um homem rico, atingido pela gangrena no braço e quase a morrer, recusava-se a restituir: se restituo, dizia, arruino os meus filhos. O sacerdote recorreu então ao seguinte meio: voltou a casa do doente a dizer-lhe que conhecia um remédio eficaz, mas que custava muitos centos de escudos. O doente declarou-se pronto a gastar dez contos. O padre assegurou que era preciso que alguém deixasse queimar as carnes vivas da mão para caírem algumas gotas de óleo sobre a ferida, depois mandou vir os três filhos do doente e nenhum quis sofrer aquêle tratamento. Veja, disse então o padre, os seus filhos não querem sofrer

(1) O código civil distingue entre o que se comprou nas feiras ou em casa de um comerciante.

(2) Não é obrigado a restituir o lucro que dêle tirou com o seu trabalho pessoal.

por si nas mãos durante um quarto de hora e o senhor queria, por êles, sofrer dos pés à cabeça no fogo eterno. — «Padre, abriu-me os olhos, respondeu o doente, vou-me confessar e restituir».

4. Motivos para não transgredir o 7.^o mandamento

Os próprios pagãos consideravam o roubo como um delito grave e castigavam-no severamente⁽¹⁾. Os Judeus pronunciavam também contra êle penas severíssimas: na tomada de Jericó, tendo Josué proibido o saque, um homem que pegara alguns fatos velhos e os escondera, foi descoberto e lapidado por ordem do Senhor (Josué, VII). A Igreja primitiva promulgava também penas rigorosas contra os ladrões; depois da restituição, deviam expiar o roubo com um ano de jejum a pão e água. Mas é sobretudo Deus quem castiga severamente a usurpação dos bens alheios sem olhar à desculpa de ter pouco valor o bem mal adquirido, porque êle considera mais a vontade injusta do que o objecto da injustiça (S. Jer.).

Aquêles que prejudicam o próximo em seus bens perdem a reputação, os haveres, morrem muitas vezes de morte miserável e estão em perpétuo perigo de condenação.

Sobre o ladrão vem a **confusão** (Ecli. V, 17). O roubo não leva à honra, mas ao cárcere, pois tarde ou cedo os ladrões costumam ser descobertos. Acontece-lhes como aos ratos, que indo muitas vezes à dispensa acabam por cair na ratoeira. Tanto vai o cântaro à fonte até que quebra, e não há fio tão fino que seja invisível. A história seguinte demonstra quão funestas consequências pode ter a *retenção de uma coisa achada*. Um pedreiro ao reparar uma casa achou um cofrezinho que continha anéis de ouro e um relógio precioso. Em lugar de o restituir, guardou-o. Deixou passar algum tempo e foi vender aquele tesouro a uma terra distante; de nada lhe valeu po-

(1) A lei anglo-saxónica do 6.^o século pune o roubo com mutilação nas mãos e nos pés; entre os húngaros, ainda ao tempo do rei Santo Estêvão, o ladrão era vendido como escravo.

tém a precaução. O joalheiro mandou-o prender, porque estes objectos pertenciam a um operário que fôra assassinado e roubado. O tribunal julgou-o réu dêste assassinio, e condenou-o a muitos anos de trabalhos forçados. Portanto é mesmo para nosso bem que devemos restituir os objectos achados. — O roubo é caminho para a **pobreza**, porque o mal adquirido não dá proveito. A posse injusta de bens não medra. Cantando vêm e cantando vão, como os bens de sacrifício. Quem rouba o alheio *perde o seu*. Como quem comeu um alimento indigesto por sim vomita o bom como o mau, assim quem toma o alheio perde-o juntamente com o seu. Quando entre muitas maçãs se acha uma podre, pega o podre às outras. Assim sucede com os bens: se temos mil escudos (moeda) adquiridos justamente e um só mal adquirido, perderemos finalmente todos (S. Vic. Ferr.). Conheço dois caminhos para empobrecer com segurança: trabalhar ao domingo e apoderar-se do alheio (S. J. Vianey). Quem semeia injustiça colhe desgraça (Prov. XL, 13). A fazenda do injusto secará como um arroio (Ecli. XL, 13). Ai do que acumula o que não é seu! (Hab. II, 6). A injustiça é causa da ruína, mesmo para povos inteiros (Ecli. X, 8). Onde estão os poderosos impérios antigos dos babilónios, medos, persas, gregos e romanos? Caíram em ruínas porque quiseram dilatar-se pela injustiça. Nas portas do alcácer de Viena lêem-se estas palavras exactíssimas: a justiça é o cimento dos reinos. O que furtá acaba geralmente de morte miserável. Um camponês mudou de sítio os marcos que limitavam a sua propriedade e assim a tornou alguns passos maior. Pouco depois subiu a uma macieira que ali estava, e caindo dela quebrou a cabeça contra um marco. Não a teria quebrado se o marco estivesse no seu lugar. Como morreu miseravelmente Judas! (S. Mat. XXVII, 5). E que intranqüilidade e que angústias passou antes da morte! Os que se apoderaram do alheio raras vezes se convertem, pela dificuldade da restituição. Ainda mesmo no leito da morte não querem ouvir falar nela! Não toques no alheio, se não queres acabar mal! Os injustos e ladrões **não possuirão o reino de Deus** (I Cor. VI, 10). Se até aquêle que não deu do seu aos pobres tem que temer um juízo sem misericórdia, que fará o que tira aos outros o que lhes pertence? (S. Agost.). Os próprios maometanos dizem que o que furtá, ainda que não seja senão uma palha do campo alheio, comete um delito e será atormentado no inferno. — A lembrança da

condenação eterna retrai a muitos da injustiça, como se vê na seguinte história: Uma pobre viúva, a quem um homem rico havia esbulhado do seu campo, foi contudo ter com êle e suplicou ao rico que lhe deixasse levar uma canastra de terra. Consentiu o homem com um sorriso zombeteiro; mas como ela não podia pô-la às costas, porque pesava muito, rogou de novo que a ajudasse. Ele quis fazê-lo mas o peso era tanto que não lhe foi possível. Então lhe disse a viúva: «Pois se só esta canastra de terra lhe é agora tão pesada, quanto lhe não pesará na eternidade todo o campo?» Estas palavras impressionaram tanto o avarento, que lhe restituíu o campo usurpado. Oh! que grande loucura, por um bem transitório jogar a herança do céu! De que serve ao homem ganhar todo o mundo se perde a sua alma? (S. Mat. XVI, 26). O que pelo roubo se adquire é ouro, mas o que por êle se perde é Deus! Se pensas no ganho, pensa também na perda! (S. Agost.).

Quem é honrado, ainda nesta vida será feliz (Ps. XXXVI, 25).

Algumas pessoas que têm vivido entre muçulmanos dizem que entre êles é muito profundo o sentimento da honra; as chaves e os ferrolhos são ali pouco usados. Nesta matéria, talvez, onde se encontra menos o sentimento da honradez é no Sul da Itália. Na Sardenha chegou a ser usual o provérbio: quem não rouba não é homem que se preze. Triste estado social! — A Sagrada Escritura oferece-nos um exemplo de exímia rectidão em Tobias, o qual, tendo cegado e estando reduzido a grande pobreza, como ouvisse balir um cabrito em sua casa avisou os criados que vissem não fôsse furtado, e, se o fôsse, que o restituíssem a seu dono, «pois não nos é lícito comer, nem sequer tocar, coisa roubada» (Tob. II, 21). Deus premiou êste exemplo com inumeráveis benefícios, restituíu-lhe a vista e deu-lhe ainda quarenta e dois anos de vida feliz (Tob. XIV). O justo não padecerá fome (Prov. X, 3). Ele alcançará que as suas orações sejam ouvidas com prontidão (Ps. XXXIII, 16). A justiça torna felizes os povos (Prov. XIV, 34).

VIII Mandamento da lei de Deus

No oitavo mandamento proíbe Deus tôda a ofensa contra a honra do próximo e tôda a falsidade.

1. Proibição de ofender a honra

1. A *honra* (o bom nome) é um bem muito estimável, porque permite ao homem adquirir bens temporais e eternos.

A honra, ou o bom nome, consiste em que os *nossos próximos pensem e falem bem de nós*. O oposto à honra é o desdouro e a afronta. O bom nome é melhor que as muitas riquezas; ser estimado vale mais que o ouro e a prata (Prov. XXII, 1). Entre os bens exteriores o primeiro é a boa fama (S. Fr. de S.). É um dos talentos que Deus nos confiou, pois o que goza de bom nome tem influência sobre os seus semelhantes e pode conduzi-los ao bem; se, ao contrário, tem má reputação, as suas palavras não têm valor algum, e os outros dizem: «médico, cura-te primeiro a ti». Quantas vezes pessoas que não tinham um real acharam a melhor colocação, graças ao seu bom nome! O bom nome é, pois, uma fonte de onde flui a fortuna. Sem honra não há vida deleitosa nem felicidade possível. Como pode viver feliz aquêle a quem todos olham com desprêzo? O que goza da estima dos outros, por ela é estimulado a viver bem, muito mais do que aquêle que vive sem honra. O que a casca é para a fruta é a honra para os homens. Quando a casca está inteira, as frutas conservam-se bem; em se lhes tirando, logo apodrecem. De modo semelhante serve a honra de salvaguarda à virtude. Como o vestido luxuoso do dia festivo dissuade algum tanto a criança das travessuras, assim a honra contém os homens.

Por isso convém que *alcancemos bom nome* para com os nossos próximos e procuremos conservá-lo, o que se obtém fazendo as nossas boas obras *mesmo diante dos homens* e defendendo a nossa honra, quando injustamente a desdouram.

Deus quer que procuremos a honra e para isso pôs em nosso coração o *sentimento natural da honra* e a repugnância pelas injúrias e afrontas. Contradizer este sentimento seria contradizer a ordem de Deus. Por isso temos que *praticar as nossas boas obras, ainda que os homens nos vejam*. Diz-se que se alguém quere que falem bem de si não basta que él se louve, mas é mister que o louvem as suas obras. O Salvador ordenou-nos expressamente: «Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, que vejam as vossas boas obras e glorifiquem o vosso Pai que está nos céus» (S. Mat. V, 16). As boas obras são como o *bom perfume* (2 Cor. II, 15) porque nos tornam tão agradáveis ao próximo como o aroma suave. Praticar públicamente boas obras é a melhor maneira de defender a nossa honra quando a desdouram, e de reduzir ao silêncio as más línguas (I Ped. II, 12). Temos de nos esforçar por praticar o bem, não só diante de Deus, mas também diante dos homens (II Cor. VIII, 21). Seja notória a todos os homens a vossa modéstia (Filip. IV, 5). Evitai tôda a aparência de mal (I Tess. V, 22). — Mas além disso temos de defender em geral a *nossa honra ofendida*. Dos *primeiros cristãos* se disseram muitas calúnias feias, como a de que degolavam um menino cujas carnes misturavam com farinha e as comiam. Para desfazer estas imposturas, alguns varões esclarecidos redigiram *Apologias* e apresentaram-nas aos imperadores. O próprio Cristo defendeu-se por várias vezes, como quando disseram dêle que expulsava os demónios em nome do príncipe dos demónios (S. Mat. XII, 27), ou quando um servo do Pontífice lhe deu uma bofetada no rosto (S. Jo. XVIII, 23). S. Paulo também teve que se defender muitas vezes diante do Sinédrio, dos magistrados romanos e do Imperador (Act. Ap. XXII, 26). Contudo não é cristão sermos *susceptíveis* e intentarmos processos por coisas fúteis. Sofrer e compor-se amigavelmente é mais

nobre que contender e queixar-se. «Um excesso de susceptibilidade dá à acusação um *ar de verosimilhança* e faz crer aos homens que se não tem confiança no próprio valor. Além disso a susceptibilidade torna-nos insuportáveis, e *excita ainda mais os detractores*» (S. Fr. de S.). De mais, quem tem uma conduta irrepreensível não precisa desesperar-se por um ataque momentâneo à sua reputação; mais tarde ou mais cedo obterá reparação; o mesmo não sucede a quem tem mau procedimento. É como os cabelos: quando apenas se cortam, nascem mais espessos que antes, mas não quando se arrancam com a raiz. David tinha, pois, razão em chamar à calúnia navalha (S. Fr. de S.). Mesmo ao defender a própria reputação é preciso saber guardar a justa medida. As almas fortes e nobres não se comovem com bagatelas; sofrerem em silêncio e não exprimem a sua dor senão em coisas importantes (S. Fr. de S.). Não convém defender-se senão da imputação de *actos verdadeiramente desonrosos* (Id.). É preciso também não esquecer que muitas vezes a paciência em face das injúrias protege *melhor* a nossa reputação que um zélo sombrio da nossa honra. Grandes santos, como S. Francisco Xavier, S. Clemente Hofbauer, sofreram as mais violentas injúrias com a maior tranquilidade e assim fizeram cair em si e converter-se muitos ímpios.

É necessário não procurar com *demasiada solicitude* a estima dos homens, senão arriscamo-nos a perder a amizade de Deus e a verdadeira honra; é, além disso, impossível em certos casos agradar ao mesmo tempo a Deus e aos homens.

O cuidado excessivo com a própria reputação testemunha que se procura não a Deus, mas a si próprio; é orgulho que Deus *humilhará* (S. Luc. XIV, 11). «A honra é uma coisa curiosa; quando se corre atrás dela, foge: quando fugimos dela, corre atrás de nós. A honra não se conquista pela força; é preciso comprá-la com a honestidade e a humildade» (Card. Galura). — **É impossível servir a Deus e agradar ao mundo** (Gál. I, 10). Todos aquêles que levam uma vida de *piedade* estão expostos aos escárnios e às blasfêmias dos homens, e até a passarem por loucos (I Cor. IV, 10). Há muitos nescios que distribuem elogios ou censuras não segundo o valor in-

trínseco dos homens e dos seus actos, mas segundo coisas inteiramente indiferentes, como a riqueza, o estado, o trajo. Portanto, por mais que se faça, nunca se pode lograr o agrado de todos.

3. Somos, além disso, obrigados a omitir tudo o que ofenda a reputação do próximo: a suspeita e o juízo temerário, a maledicência, a calúnia, a injúria, a aceitação favorável de murmuracões contra a honra do próximo.

A suspeita e o juízo temerário são pecados do coração; a maledicência, a calúnia (que atinge os ausentes), a injúria (que se diz na presença) são pecados da língua; o ouvir com gôsto murmuracões contrárias à caridade é um pecado dos ouvidos.

1. A **suspeita** e o juízo temerário consistem em pensar mal do próximo sem razão suficiente.

Foi o pecado do *Fariseu do templo*, que olhava o Publicano como um grande pecador — e com que sem razão (S. Luc. XVIII); dos amigos de *Job*, que duvidaram da sua piedade, únicamente porque era ferido por grandes desventuras (*Job V*); do fariseu *Simão*, que tinha ainda *Madalena*, quando aos pés de *Jesus*, por uma grande pecadora, quando ela era já uma santa penitente, de que *Cristo* tomou a defesa (S. Luc. VII, 39). *S. Paulo* foi um dia arremessado por um naufrágio para a *ilha de Malta*; acendeu uma fogueira e uma víbora veio enroscar-se-lhe na mão. Bastou isto aos indígenas para o terem por assassino: aos olhos dêles, um homem perseguido assim pela sorte não podia ser senão um criminoso (Act. Ap. XXVIII) ⁽¹⁾. **Pensamos muitas vezes dos outros**

(1) Um ourives tinha um aprendiz muito honesto; um dia encontrou no vão de uma janela, ao lado da cama do rapaz, duas pedras preciosas. Olhou logo o aprendiz como ladrão, bateu-lhe e expulsou-o, mas logo encontrou no mesmo lugar novas pedras preciosas; pôs-se a observar e notou que uma pêga que tinha era a autora do roubo. Lastimou o mal que fizera ao aprendiz, mas o seu juízo temerário era irreparável. A suspeita, contudo, não teria sido pecaminosa se já tivesse colhido alguma vez o aprendiz em flagrante delito de furto.

o mal de que nós mesmos somos culpados: o coração corrompido turva a limpidez do juízo, como uma raiz má transmite aos frutos uma seiva corrompida. «Quem não é mau não pensa facilmente mal de outrem» (S. Greg. Naz.). É preciso ser-se mau para suspeitar facilmente dos outros (S. Jo. Cris.). O *molde* comunica a sua forma exacta ao metal que lhe lançam dentro; assim o homem modela segundo o seu próprio coração os actos que vê ou as palavras que ouve. O *estômago* são transforma em sucos salutares os alimentos, mesmo os difíceis de digerir; o estômago doente estraga até os bons alimentos; assim o homem virtuoso interpreta tudo pelo melhor, o mau tudo pelo pior (S. Dorot.). Prefiro, dizia Santo Anselmo, enganar-me pensando bem de um mau, a pensar mal dos bons; pelo menos, acrescenta S. Tomás, no primeiro caso não se comete injustiça, ao passo que no segundo sim. A mesma acção pode considerar-se sob mil aspectos diferentes; um coração benóvolos descobrirá sempre um bom, ao passo que o mau encontrará sempre o pior (S. Fr. de S.). A *caridade* não é suspeitosa (I Cor. XIII, 8), e o justo que é animado do espírito de caridade, abstém-se, mesmo quando vê o mal, de qualquer juízo pessoal, deixa o juízo a Deus (S. Fr. de S.). Assim procedeu S. José, o espôsio da Virgem (S. Mat. I, 19). Não suspeiteis, pois, mal do próximo em vosso coração (Zac. VIII, 17), e se quereis que os outros tenham confiança em vós, concedei-lhes a vossa, porque a confiança gera confiança, como a desconfiança gera desconfiança.

2. A maledicência, murmuracão ou detracção, consiste em revelar sem motivo razoável as faltas ocultas do próximo.

Este pecado é uma *injustiça*, porque uma falta oculta do próximo não lhe faz ainda perder a estima pública; portanto quem revela o pecado tira-lhe essa estima. Admitindo mesmo que aquela estima não seja fundada, não é permitido despojar dela o próximo, como não é permitido roubar a outrem o bem mal adquirido. É proibido falar mal dos *mortos*; um provérbio latino: *de mortuis nil nisi bene*, diz que dêles só se deve dizer bem. Há, infelizmente, gente que se assemelha às *hienas* e que se compraz, por assim dizer, em desenterrar os cadáveres, para os lacerar com a sua má língua, revelando

defeitos esquecidos há muito; são como aquêlos *insectos* que onde mais se deleitam é nas imundícies; como as *môscas* que poísam não sóbre as partes sãs de um fruto, mas sóbre as podres! como os *cães*, que roubam ao carniceiro antes carnes e ossos corrompidos do que carne sã: assim os maldizentes vêem uma multidão de boas qualidades no próximo, mas conservam lembrança indelével só dos defeitos (S. Bern.). Assemelham-se também aos *porcos* que gostam de se revolver na lama, porque eles só se deleitam em ver as faltas alheias (Card. Hugo). O maldizente é pior que os *animais*, porque estes não devoram nenhum animal da sua espécie, ao passo que o maldizente rasga com os dentes o próximo, até o seu cadáver, o que nem os próprios lôbos entre si fazem (Gerson). A maledicência é um pecado *muito freqüente*: «é raro, diz S. Jerónimo, não encontrar alguém que esteja disposto a criticar o seu próximo» é um efeito do *orgulho*, que faz crer aos homens que elevam a sua reputação à medida que rebaixam a dos outros (S. Fr. de S.). Rebaixando o teu próximo, nem por isso te fazes melhor, senão pior. Também se dá o caso de alguns pretenderem, ao murmurar das faltas alheias, fazer esquecer as próprias ou atenuá-las. Fazem como o criminoso que, perseguido pelo povo, aponta outro para desorientar os que lhe vão no encalço. A maledicência é um *terrível pecado*: «é vergonhoso entrar numa casa estranha e pôr aí tudo em desordem, mas é ainda mais criminoso e mais vergonhoso escavar na vida do próximo» (S. J. Cris.). É preciso cobrir e não desenterrar as imundícies, porque é impossível tocar nelas sem se sujar (S. In.). O loucura dos homens, diz S. Afonso: tu mostras o teu zélo contra as faltas alheias e pecas mais gravemente pelas tuas maledicências do que aquêle cuja conduta censuras. Por um justo castigo, a maledicência volta-se contra si própria, porque denota mau coração. — Não há pecado de maledicência quando se tem um **motivo honesto** para revelar a falta do próximo, quando, por exemplo, não se revela senão para evitar outra, quando é para *prestar um serviço* ao delinqüente ou ao próximo; mas, ainda quando um dever de caridade nos obriga a falar, é necessário poupar as pessoas e atacar só o vício (S. Fr. de S.). Deixa de haver maledicência quando um delito se tornou público, por exemplo por uma sentença judicial ou por artigos de jornais. Há uma espécie de maledicência que consiste em **contar** a outrem o que um terceiro disse con-

tra ele (*intriga*). Estes que assim procedem destroem a paz das famílias e de povoações inteiras, e causam inumeráveis inimizades. Este pecado é maior que a maledicência (S. T. de Aq.) porque não fere somente a reputação do próximo, mas destrói também a concórdia e a caridade entre os homens, por isso o que assim faz é amaldiçoado por Deus (Ecli. XXVIII, 15).

3. A **calúnia** consiste em atribuir ao próximo faltas que ele não cometeu; quando esta denúncia se faz perante a autoridade torna-se uma **acusação falsa**.

A mulher de Putifar caluniou injustamente a José, diante do seu senhor, de que a tinha querido seduzir (Gén. XXXIX). Os Judeus acusaram caluniosamente o Salvador, diante de Pilatos, de que sublevava o povo, proibia que se pagasse o tributo a César, etc. (S. Luc. XXIII, 2). Pessoas ignóbeis costumam escrever *cartas anónimas* e caluniar nelas o próximo. Há também calúnia em *exagerar* conscientemente as faltas verdadeiras dos outros. Geralmente a calúnia provém de ódio, ingratidão ou sede de vingança. O caluniador torna-se réu ao mesmo tempo de dois delitos, porque mente e prejudica a honra do próximo (S. Fr. de S.). O que calunia secretamente é como a serpente que morde em silêncio (Ecle. X, 10). Alguns caluniadores costumam dizer as suas mentiras *brincando*, disfarçando-as nalgum chiste ou dito malicioso; então a calúnia, que talvez tivesse passado despercebida, fica gravada no espírito de quem a ouve e portanto é *mais cruel* que a outra (S. Fr. de S.). Também a calúnia que se faz *preceder de um elogio* (como: É um homem excelente, mas...) penetra mais fundo no ânimo dos ouvintes, como a seta corre com mais velocidade e penetra mais quanto mais se repuxou o arco (Id.). Estes homens, diz o *Psalmista* que têm veneno de víboras nos lábios (Ps. XIII, 3). Aquêle que sem culpa é ferido na honra, pense que sem culpa foi acusado o Santo dos Santos e condenado à morte. Quem pensar nisto sentirá alívio aos seus padecimentos.

4. A **injúria** ou **insulto** consiste em mostrar exteriormente, em presença de alguém, o desprezo que se tem por ele.

A murmuração descobre as faltas de alguém na sua ausência; a injúria fá-lo *na presença*. Tem, pois, a injúria com a murmuração a mesma relação que há entre o roubo e o furto (S. T. de Aq.). Ao passo que a murmuração e a calúnia arruínam a boa estima que se tem de outrem, a injúria destrói a honra que se lhe deve *exteriormente*. Semei insultou ao rei David chamando-lhe «homem do diabo» e atirando-lhe pedras (II Reis, XVI, 5). Os Judeus injuriaram muitas vezes ao Salvador, chamando-lhe Samaritano e endemoninhado (S. Jo. VIII, 48). Só recorrem aos ultrajes e insultos aquêles que se sentem desprovidos da razão. Dois irmãos não podiam pôr-se de acôrdo sobre uma dada coisa. Como um prorrompesse em palavras injuriosas, disse-lhe o outro: Irmão, tu não tens razão, porque recorres a injúrias. Quem tem razão não precisa ultrajar. A verdade vence por si mesma. — Pertencem também às injúrias as **palavras mordazes** e **burlescas**, com que se procura tornar alguém ridículo e envergonhá-lo diante de gente. Com estas faltas de caridade faz-se às vezes sofrer muito ao próximo e criar nêle amargo fel. «O açoite, diz a Sagrada Escritura, faz vergões, mas as feridas da língua quebram os ossos» (Ecli. XXVIII, 21). Corta mais a má língua que a espada afiada.

5. Quem **ouve com gôsto** as palavras que ofendem a honra do próximo comete o mesmo pecado que quem as profere.

Quem pronuncia palavras de murmuração é como o fogo e o que escuta com agrado deita-lhe lenha. Se não fosse êste, aquêle de pressa acabaria. Se não houvesse ouvintes afeiçoados a ouvi-las, ninguém falaria das faltas alheias (S. In.). Portanto, quem escuta tais palavras torna-se cúmplice delas. Não quero decidir qual é mais digno de castigo, se o que prejudica a honra do próximo com más conversações, se o que as escuta com agrado. Só encontro esta diferença: que um tem o demónio na língua e outro o tem no ouvido (S. Bern.). Que lucro eu em notar que outrem é mau? Isto só me faz maior mal. Portanto, melhor é empregar esta laboriosa investigação na *nossa própria conduta* (S. Jo. Cris.). Por isso nos avisa o Salvador: «Tira primeiro a trave do teu olho e depois verás para tirar a aresta do olho do teu irmão» (S. Luc. VI, 42). Cada um olha para as faltas dos outros

em quanto não começa a ver as suas (S. Bern.). Não consintas, pois, nenhuma conversação detractora. *Defende ou desculpa* antes o próximo cuja honra se desdoura na tua presença, ou mostra de algum modo o teu desagrado por aquelas palavras, ou muda de conversa. Santo Agostinho fez escrever no seu refeitório estas palavras: «Não se sente a esta mesa quem murmure dos ausentes». S. Tomás Moro, ouvindo uma murmuração, interrompeu-a dizendo em ar de graça: «Eu afirmo que esta casa está bem construída e que o arquitecto é um homem capaz». Com isto fez cessar a murmuração. Cerca de espinhos os teus ouvidos e não prestes atenção à má língua (Ecli. XXVIII, 28). — A calúnia é, pois, uma *espada de três gumes*, que com um golpe faz três feridas: uma no que tira a outro a honra, porque se precipita no pecado; a segunda no que é objecto da murmuração, porque lhe tira o bom nome; e, finalmente, no que escuta a murmuração, porque também ele peca (S. Bern.). E como o murmurador arruina a consciência de quem o escuta, imita nisto a serpente, que com suas envenenadas palavras expulsou Eva do Paraíso (S. Antão).

6. Lesar a honra do próximo é um pecado tanto maior quanto maior é o dano que se lhe causa.

Os pecados contra o próximo medem-se pelo **dano** que injustamente se lhe faz com êles (S. T. de Aq.). Por esta razão importa considerar *quem* é que lesa a honra alheia; porque se o murmurador é uma pessoa respeitável dá-se-lhe muito crédito, ao passo que se não dá crédito a pessoas levianas no falar; deve-se considerar também *quem* é aquêle a quem se tira a honra; porque, quanto mais elevada e respeitada fôr essa pessoa, tanto maior será o pecado. Se se ofende a honra de alguém que já por outras coisas perdeu a sua boa fama, o pecado será geralmente venial. Mas ainda que por uma murmuração não se tenha cometido um pecado mortal, pense o murmurador que está a caminho de o cometer.

4. Todo aquêle que causou dano à reputação do próximo é obrigado severamente a repará-lo, quer pedindo *desculpa*, quando o fez

secretamente, quer por uma *retratação*, quando o fêz publicamente.

Em todo o caso, quem lesou injustamente o bom nome do próximo é obrigado a *repará-lo*, e esta reparação há-de variar segundo a gravidade da ofensa (S. Fr. de S.). Não basta tirar a flecha da ferida, é preciso curá-la, e assim também não basta deixar de ofender, mas é preciso ressarcir o dano causado, à honra do próximo. Isto é extraordinariamente amargo, porque importa freqüentes vezes grande *humilhação*. Muitas vezes é impossível reparar inteiramente a fama que se roubou. É fácil quebrar um sinete, mas é muito difícil recompô-lo por forma que não se conheça a fractura (Card. Hugo). Fácil é derramar a tinta sobre o papel; mas é impossível depois restituir-lhe a alvura que tinha.

Aquêle que não quere reparar o dano causado à reputação do próximo, não pode obter nem o *perdão* de Deus, nem a *absolvição* do sacerdote.

Motivos que nos devem guardar das ofensas
contra a honra do próximo

1. Aquêle que julga duramente o próximo
será um dia severamente julgado por Deus.

Não julgueis, diz Jesus, para não serdes julgados (S. Mat. VII, 1). Com a medida com que medirdes, com essa vos medirão (ibid.). Não julgueis e não sereis julgados! Não condeneis e não sereis condenados (S. Luc. VII, 37). O que julga os outros com rigor, tem o rigoroso juízo que o espera. Um monge que, por suas enfermidades, não tinha podido fazer penitência estava todavia muito sereno à hora da morte. Perguntando-lhe os outros como é que, tendo sido tão tíbrio, morria tão tranqüilo, respondeu: Não julguei a ninguém, mesmo quando me criticavam os outros; portanto, creio que Deus não me julgará.

2. Aquêle que julga o próximo comete uma *injustiça para com Deus*, porque se intromete na sua jurisdição.

Não há senão um legislador e um juiz. Quem és tu, que julgas o teu próximo? (S. T. IV, 12). Quem és tu que te pões a julgar o servo de outrem? (Rom. XIV, 4). Quem não é *omnisciente* não tem direito a julgar os outros, pois a maldade de uma acção depende propriamente da *intenção* e essa está oculta para nós (S. Fr. de S.).

3. Aquêle que destrói a reputação do próximo é muitas vezes castigado severamente por Deus já *nesta vida*, caindo na desgraça que preparava aos outros.

O homem de má língua não será feliz na terra (Ps. CXXXIX, 12). Jezabel, mulher do rei Acab, dispôs duas testemunhas falsas, que caluniararam de blasfêmia a Nabot, porque não tinha querido ceder ao rei a vinha que este lhe cobiçava. Cedo veio sobre ela o castigo, pois foi mandada precipitar de uma janela do palácio, pelo novo rei, pisada pelos cavalos e despedaçada pelos cães (III Reis, XXI). S. Gregório, bispo de Antioquia, era odiado pelo governador da Síria, Astério, o qual concitou o povo contra êle, de sorte que não podia o bispo sair à rua sem ser insultado e alvejado com pedras e lama, e chegavam a metê-lo a ridículo nos teatros. Tendo-se o bispo queixado ao Imperador, o governador foi demitido, mas depois recuperou o seu posto. Pouco depois celebrava êle em Antioquia o seu casamento e a cidade entregava-se a manifestações de júbilo. Mas de noite houve um espantoso terramoto que derrubou a maior parte das casas e palácios e converteu em montões de escombros dois terços da cidade: 60:000 pessoas ficaram sepultadas e entre elas o governador e a espôsa. — De ordinário, *aquêle que quere desacreditar o próximo incorre na mesma desgraça*. Santa Isabel, rainha de Portugal († 1336), tinha um pagem piedoso, de quem se servia para fazer algumas esmolas. Um criado do rei, por inveja que lhe tinha, caluniou-o, falando com o soberano um dia que este saía a caçar. Irritado o rei, entrou logo num forno de cal e disse aos forneiros: Amanhã vos enviarei um jovem com este recado: «Se fizestes o que vos ordenei». Pegai depois nêle e deitai-o no forno. No dia seguinte o bom criado da rainha foi despachado pelo rei com a referida mensagem; passando, porém, por uma igreja, entrou a ouvir missa e, como antes de acabada uma houvesse outra e

ainda outra, demorou-se ali até se acabarem tôdas. Impaciente o rei e inquieto, enviou o outro criado caluniador, para se certificar se as suas ordens eram cumpridas, e, cuidando os forneiros que aquêle era o que deviam matar, arrojaram-no para dentro do forno de cal. O rei ficou atônito ao ter conhecimento do inesperado sucesso, e viu nêle que Deus velava pela inocência. *Quem abre para outrem uma cova, na mesma cairá* (Ps. VII, 16).

4. As mesmas leis civis castigam a quem prejudica injustamente o próximo na sua honra.

5. Aquêle que tem o hábito de fazer mal à reputação do próximo está a caminho da condenação eterna.

O pulso nem sempre indica com certeza a gravidade da doença; mas quando a *língua se põe negra* é sinal indubitável de que a morte está próxima. Assim, há pessoas que rezam muito e freqüentam muito a igreja e se têm por devotas; mas a sua *língua negra*, com que ferem a honra do próximo, é **sinal de morte** da alma (S. Af.). A ofensa à honra é um pecado assim tão grande, porque o bom nome vale *mais que as riquezas* (Prov. XXII, 1). A ofensa injusta à honra do próximo é uma maneira de homicídio, pois com ela se tira a *vida social* (o seu progresso no mundo), que tem por fundamento a honra e a boa fama (S. Fr. de S.). É um pecado tão grave pela *grande pena* que causa *ao próximo*. Aquêle que tem sentimentos honrados estima mais que tudo o bom nome, e nada o aflige tanto como o roubarem-lhe êste precioso bem. Não o afigiria tanto que lhe roubassem todo o cabedal, e até mesmo a vida. Por aqui se pode coligir a gravidade do pecado que se comete contra êle (Galura). — Os detractores não possuirão **o reino de Deus** (I Cor. VI, 10). Os que prestam falso testemunho contra o próximo são filhos do demónio (III Reis, XXI, 13). Os caluniadores são dignos de morte (Rom. I, 32). Aquêle que injuria gravemente a seu irmão é merecedor *do fogo do inferno* (S. Mat. V, 22). De nada serve a oração, nem o jejum, se com o abuso da língua merecemos a nossa condenação (S. Bern.).

2. Proibição da falsidade

Deus é a mesma verdade, por isso proíbe toda a falsidade, principalmente a mentira, a hipocrisia e a adulação.

Deus é santíssimo, e portanto amantíssimo de toda a verdade e sumamente verdadeiro (S. Jo. III, 33; Rom. III, 4). Deus não pode mentir (Hebr. VI, 18). Cristo diz de si: «Eu sou o caminho, e a verdade e a vida» (S. Jo. XIV, 6); por isso manda Deus: «Não mentirás» (Ex. XXIII, 7; Lev. XIX, 11). «Renunciando a mentira, fale cada qual a seu próximo a verdade» (Ef. IV, 26). Sejam as vossas palavras rectas e verídicas, se quereis ser filhos do que é Pai da verdade e a mesma Verdade (S. Fr. de S.).

1. A **mentira** consiste em dizer o contrário da verdade para enganar o próximo.

Mesmo quando alguém diz uma coisa falsa, não podemos logo tê-lo por mentiroso, ou acusá-lo de embusteiro, pois pode enganar-se. Na mentira há a *intenção de enganar a outrem*. A **mentira** é um abuso da faculdade de falar. Não se deu a linguagem ao homem para enganar os outros, mas para lhes manifestar os seus pensamentos (S. Agost.). Incorre-se na mentira especialmente dos seguintes modos: 1.º Quando se está em *apuros* e se falta à verdade para afastar um perigo. Assim mentiu S. Pedro, quando disse que não conhecia o Senhor, no vestíbulo do Sumo Sacerdócio (S. Mat. XXVI, 72). — 2) Por *brincadeira*, para se divertir à custa do enganado. — 3) Para *prejudicar a outrem* (*mentira maliciosa*). Assim Jacob mentiu a seu pai Isaac, dizendo ser Esaú, a fim de receber a bênção dos primogénitos (Gén. XXVII). — Não mente aquél que conta uma história *imaginária*, uma fábula, uma parábola, etc., — para entreter ou instruir, pois não pretende dar por verdadeiro o que conta; assim vemos que o Salvador usou de parábolas. — O mentiroso é como a *moeda falsa*, que parece uma coisa e é outra (S. Jo. Clím.). É como um relógio que marca mal as horas, ainda que ande bem, pois tem uma coisa dentro e indica outra fora. Os primeiros cristãos mostraram quanto detestavam a mentira não a proferindo, quando podiam às vezes com ela evitar o martírio.

2. A **hipocrisia** ou fingimento consiste em querer encobrir as más acções com boas palavras ou obras.

Judas beijou o Salvador no horto de Getsemâni, mostrando-se como seu amigo, quando o atraíçoava (S. Mat. XXVI, 49). O rei *Herodes* disse aos Magos, que o avisaram quando tivessem encontrado o Menino, para ir também adorá-lo (S. Mat. II, 8), ainda que não tinha outra intenção senão tirar-lhe a vida. São *hipócritas* os que se encobrem com aparências de piedade, levando uma vida imoral. Esses chamam-se *santarrões* ou *tartufos*. Parecem-se com *Satanás*, que se transfigura em anjo de luz. Não é tão mau pecar publicamente como simular santidad (S. Jer.). Aproximam-se dos hipócritas os que na igreja se ajoelham, batem no peito e fazem outras cerimónias exteriores, tendo o pensamento em coisas profanas. O hipócrita é como um *montão de estrume* coberto de neve, que com a sua alvura encobre a sujidade interior (Clem. Alex.). O Salvador compara-os com os *sepulcros caiados*, que por fora são formosos e dentro estão cheios de ossos e corrupção (S. Mat. XXIII, 27). Também os compara com lôbos *cobertos com pele de ovelha* (S. Mat. VII, 15). O hipócrita é ovelha no vestido, raposa na astúcia e lôbo na intenção (S. Bern.).

3. A **adulação** consiste em louvar alguém na sua presença, mais do que merece, contra a própria convicção e com mira nos próprios interesses.

Como o rei *Herodes Agripa* (o que encarcerou S. Pedro) estivesse irritado contra os habitantes de Tiro e Sidónia, foram estes ter com ele e, tendo-lhes dirigido um discurso, exclamaram: «Isto são vozes de Deus e não de homem», com o que experimentou Herodes grande prazer. Contudo pouco depois um anjo feriu-o com uma enfermidade que lhe corrompeu as entranhas (Act. XII, 22). Os aduladores falam contra a sua própria convicção. São como os espelhos, que mostram o revés da imagem de quem a elos se vê: a direita à esquerda, e a esquerda à direita. Além disso costumam louvar na presença e murmurar na ausência (Faber). Os aduladores são hipócritas e não procuram senão o seu interesse (S. Judas, 14). São como os gatos que miam, ou como os cães que agitam a cauda, para que lhes dêem um pedaço de carne ou um

ôsso. É próprio de homens vis inclinarem-se e humilharem-se onde esperam ganhar alguma coisa (S. Bern.). Por isso se encontram os aduladores ao pé dos ricos, pois dos pobres não esperam conseguir nada. São como as cigarras, que não aparecem no inverno nem onde não há que comer, mas só onde há abundância de pasto (S. Vic. Ferr.). — Os lisonjeiros louvam *além dos merecimentos*, atribuindo virtudes que se não possuem, exagerando o bem e desculpando as más acções. São muito perigosos, porque *ocultam ao homem as suas faltas*, com o que o ajudam a afundar-se mais em seus pecados. O amigo fiel faz notar as faltas; como o médico, que adverte que este alimento faz mal e aquelle aproveita. O adulador não reflecte se aproveita ou faz mal, contanto que ganhe as boas graças do lisonjeado. Parece-se com o cozinheiro, que só atende a que o alimento agrade e excite o paladar, quer aproveite, quer não (Drex.). O lisonjeiro põe ao pecador uma almofada debaixo da cabeça, para que não desperte, mas continue a dormir (S. Vic. Ferr.). Alimenta os pecados como o azeite a chama (Beda). A adulação é a escola e o viveiro de todos os vícios (S. Tom. de Vilanova). E porque o adulador impele os homens para o pecado, cairá com êles no *abismo do inferno* (S. Bern.). Isaías exclama contra os aduladores: Ai de vós, que chamais ao mau bom e bom ao mau! (Is. V, 20). Temos de estar de sobreaviso quando alguém nos louva muito, dizendo-se amigo. Pensem como se perturbou a Virgem Santíssima quando ouviu seus louvores da bôca do anjo.

Motivos que nos devem afastar da falsidade

1. O mentiroso assemelha-se ao demónio e desagrada a Deus, perde a *confiança* dos seus semelhantes, causa *muito dano* e torna-se capaz de toda a espécie de *maldades*.

Torna-se *semelhante ao demónio*, que é mentiroso e pai da mentira (Jo. VIII, 44). Recordemos de que maneira a serpente mentiu a Eva no Paraíso. Todos os que mentem são filhos do demónio (S. Agost.), não por natureza, mas por *imitação* (S. Ambr.). O mentiroso deve sentir vergonha (Ecli. IV, 30). — O mentiroso *desagrada*

a Deus, porque Deus é a verdade e por conseguinte detesta tôda a mentira. Contra ninguém se mostrou Cristo tão irado, como contra os fariseus. Porquê? Porque eram hipócritas (S. Mat. XXIII, 17). Cristo escolheu de cada classe de pecadores um que converteu ao bem: por exemplo, dentre os usurários, Zaqueu, dentre os ladrões, Dimas, dentre as mulheres licenciosas, Madalena e a Samaritana, dentre os perseguidores, Saulo; mas não escolheu nenhum dos mentirosos ou hipócritas (Forner). Por vezes castigou a mentira severíssimamente, como em Ananias e Safira, que por mentir ao Espírito Santo foram feridos de morte (Act. V). Também os *exploradores* que haviam percorrido a Terra da Promissão e enganaram o povo mentindo, morreram de morte repentina e desastrosa (Núm. XIII). Giezi, criado de Eliseu, contraíu a lepra em paga da sua mentira (IV Reis, V). Os lábios mentirosos são abominados pelo Senhor (Prov. XII, 22). — O mentiroso **perde a confiança dos homens**. Um pastor tinha gritado a outros várias vezes: «Lôbo! lá vem o lôbo!» Acudiram êles correndo e acharam-se burlados. Mas quando o lôbo veio realmente, gritou em vão e viu o seu gado destroçado, porque como mentiroso não lhes mereceu crédito. No mentiroso não se acredita, mesmo quando diz a verdade. O mentiroso perde tôda a consideração e todo o crédito e torna-se odioso a Deus e aos homens (S. Efrém.). O imperador romano Cláudio, tendo morrido um mentiroso, mandou-lhe arrasar a morada e desterrar os filhos dêle. Tanto detestavam os próprios pagãos a mentira. — O mentiroso **causa às vezes grandes danos**. Os *exploradores* que haviam examinado a Terra da Promissão, enganaram o povo e encheram-no de terror; e que dano não causaram com esta mentira! Os israelitas blasfemaram de Deus, quiseram apedrejar os dois exploradores fiéis e voltar para o Egípto; e Deus quis aniquilar a todo o povo (Núm. XIII). Jacob enganou seu pai e recebeu-lhe a bênção; mas por isso seu irmão quis matá-lo e êle teve de fugir de casa (Gén. XXVII). Um sujeito quis divertir-se à custa dum camponês, que encontrou longe da sua terra, e disse-lhe que a casa dêle com metade da povoação havia sido devorada pelas chamas; o pobre camponês caíu morto de repente. Na verdade a língua é um membro pequeno, mas que pode excitar grandes males (S. Tiago, III, 5). Quem é inconsiderado no falar, sofrerá muitos males (Prov. XIII, 3). O demónio utiliza a nossa língua

como uma espada, para nos ferir com ela (S. Ambr.). — O mentiroso cai em **muitos vícios**. Diz o povo: «Jovem mentiroso, velho ladrão». Onde há hipocrisia há traição e tôda a maldade (S. Agost.). A razão é que o mentiroso confia em que negará os seus delitos, a não ser que o surpreendam em flagrante (Xenof.). É **impossível** que o embusteiro seja *piedoso*. Por isso o Espírito Santo foge dos hipócritas (Sab. I, 5). O que diz coisa diferente do que tem no coração, tem piedade vã e são vãos os actos com que presta culto a Deus. Não te juntes nunca com semelhantes homens, para que não sejas contagiado pelo seu espírito impuro (S. João Clím.). Os homens mentirosos *não têm honra* (Prov. XX, 28). O justo detesta as palavras mentirosas (Ecli. XIII, 5).

2. O mau costume de mentir conduz facilmente ao pecado mortal e à eterna condenação.

Em si não costuma ser a mentira senão pecado venial, mas pode chegar a *mortal*, quando com ela se causa dano notável ou se dá *escândalo*; e aquêle que tem o costume de mentir está em grande perigo de perder a salvação, porque Deus lhe retira a sua graça. O Espírito Santo foge do hipócrita (Sab. I, 5). A bôca que mente mata a alma (Sab. I, 11). Não é tão mau o ladrão como o mentiroso; porque aquêle pode restituir o que roubou; mas o mentiroso não pode muitas vezes reparar a fama do próximo (Card. Hugo). O ladrão é menos mau que o mentiroso pertinaz, mas um e outro se condenam (ibid.). Quem mente parece uma moeda falsa, cunhada com o busto do diabo. Quando se apresentar no dia de juízo preguntará Deus: «De quem é esta imagem?» — e dizendo-se: «do demónio», responderá: *Pois dai ao demónio o que é do demónio* (S. T. de Aq.). Deus exterminará os que não dizem a verdade (Ps. V, 7). O mentiroso não entrará na celeste Jerusalém (Prov. XXI, 28). Cristo ameaça os hipócritas com uma terrível maldição (Mat. XXIII, 13 e segs.).

Por isso a mentira é *proibida*, ainda quando com ela se possa alcançar um grande bem.

A mentira em favor do próximo é tão ilícita como

furtar para dar esmola aos pobres (S. Agost.). Ainda que com a mentira pudéssemos salvar a nossa vida ou a do próximo, não nos seria lícito mentir (Id.). S. Antimo, bispo de Nicomédia, não se quis esquivar, por meio de uma mentira, a-pesar-de o convidarem a isso os soldados enviados para o prenderem e que ele hospedara generosamente; e assim se deixou levar ao martírio. Não é lícito fazer uma coisa má, para que dela resulte uma coisa boa (Rom. III, 8). O *fim bom não justifica os meios intrinsecamente maus*. Diz-se que os jesuítas defenderam que o fim santifica quaisquer meios; mas ninguém poderá assinalar um único autor da Companhia que tenha ensinado tal coisa. Quem o ensinou e professou foi Voltaire, que escrevia a 21 de outubro de 1736 ao seu amigo *Thierot*: «A mentira só é viciosa quando causa dano; mas é virtude mentir para produzir um bem». Ele mesmo dava aos seus camaradas este conselho na luta contra a Igreja: «Irmãos, menti e menti com asseveração; alguma coisa sempre fica». Que bela filosofia!

Os gracejos não são mentiras formais, se se dizem de maneira que logo se entenda não haver intenção de enganar.

Aquêle que em dia de muito frio diz: Que calorzinho tão agradável está hoje! — é claro que não mente, pois não diz uma coisa capaz de induzir alguém em erro. Mas haveria mentira nos gracejos, se fôssem capazes de induzir em engano e ocasionar consequências danosas. — Pode dizer-se que *qualquer mentira*, por pequena que seja, faz dano a outrem ou a nós mesmos, pois *prejudica* a veracidade ou sinceridade do coração. Aquêle que mente, ainda que seja por graça, mostra a *dobrez* do seu ânimo. Seja, pois, a vossa conversação sincera e verídica, se queréis ser filhos d'Aquele que é Pai da verdade e a mesma Verdade (S. Fr. de S.).

Quem se vê comprometido com preguntas impertinentes pode dar uma resposta evasiva.

A quem nenhum direito tem de preguntar, não tenho obrigação de responder; principalmente se da minha resposta se hão-de seguir inconvenientes ou danos. Bem se diz, pois: Tudo o que disseres seja verdade, mas guarda-te de dizer tudo o que é verdade. Por isso, a quem

importuna com preguntas, pode-se dar uma resposta **evasiva**, ou ambígua ou negativa. *S. Atanásio*, bispo de Alexandria, fugia dos que o perseguiam por ordem de Juliano, e tendo-o êles alcançado quando atravessava o Nilo num barco, preguntaram-lhe, sem o reconhecerem, se tinha visto Atanásio. Ao que êle respondeu arguta e verdadeiramente: «Não está muito longe daqui. Se vos apressardes, podereis apanhá-lo!» Com o que êles ficaram desnorteados e êle livre. *Santo Tomás*, arcebispo de Cantuária, fugia disfarçado e a cavalo dos emissários do rei da Inglaterra. Alcançando-o os soldados que o buscavam para o prenderem, preguntaram-lhe se era êle o arcebispo, ao que êle respondeu: Julgai vós mesmos, se êste traje e maneira de viajar são de arcebispo. O próprio anjo Rafael disse a Tobias que era Azarias, filho de um nobre judeu, cuja figura havia assumido (*Tob. V, 18*). Se logo se tivesse manifestado como anjo, não teria podido cumprir o encargo de Deus. Pode, pois, aquêle a quem um imprudente pregunta por coisas que soube debaixo de *sigilo profissional*, dizer sinceramente que «não as sabe» (isto é: não as sabe com direito de as revelar). Cristo mesmo disse neste sentido, que ignorava o dia do juízo final (*Marc. XIII, 32*). Quem é solicitado para *emprestar dinheiro* a um homem sem crédito, pode dizer que o não tem (isto é: para tal fim). Concede-se também que se pode negar ao *juiz* que pregunta sem prova alguma para alcançar a confissão do réu; pois ninguém é obrigado a acusar-se a si mesmo (*S. Af.*). — Noutros casos pode-se **negar resposta**. *S. Firmo*, bispo de Tagaste, tinha ocultado na sua casa um jovem, a quem o Imperador queria injustamente executar. Vieram os ministros da Justiça ao bispo e intimaram-lhe que descobrisse o paradeiro do jovem. Como êle se negasse, começaram a atormentá-lo, mas o bispo disse-lhes: Poderei morrer, mas não posso atraçoaçar a outrem. Sabendo-o o Imperador, perdoou ao jovem. Pretendiam de *S. Cipriano*, bispo de Cartago, que desse ao juiz pagão os nomes dos sacerdotes cristãos. Porém êle respondeu: «Mandai-os procurar e logo os achareis». Cristo mesmo não respondeu a tôdas as preguntas de Pilatos. — Já se entende que as respostas *ambíguas* só se podem dar com grave motivo, quando a isso nos obriga a *honra de Deus, o bem do próximo* ou a *nossa própria necessidade*. Aquêle que sem causa usasse ambigüidade para induzir em êrro o ouvinte, procederia contra a caridade e cometaria um pecado.

Estamos principalmente obrigados a manifestar claramente a verdade, quando outrem tem direito a conhecê-la, como nas vendas ou contractos. Seria grave injustiça, por exemplo, se os noivos, antes de contraírem matrimónio, com palavras ambíguas se enganassem acerca dos seus haveres ou outros particulares.

3. A sinceridade torna-nos semelhantes e agradáveis a Deus, e procura-nos a estima dos nossos semelhantes.

Cristo é a verdade (Jo. XIV, 6), por conseguinte quem ama a verdade é **semelhante a Cristo**. — O homem sincero **agrada a Deus**. Cristo louvou a Natanael, porque era um verdadeiro israelita em quem não havia dolo (Jo. I, 47). O homem verdadeiro é **respeitado do seu próximo**. Sabendo Augusto, numa entrada triunfal em Roma, que ia entre os prisioneiros um sacerdote gentio, ao qual nunca se colhera em mentira, mandou-lhe logo dar liberdade e fez-lhe erigir uma estátua (Mehler, VI, 277). S. João de Kenti foi surpreendido por ladrões e roubado. Tendo-lhes assegurado que *não trazia* mais que lhes dar, depois lhe lembrou que levava umas moedas cosidas no vestido e, sentindo ter faltado à verdade, correu atrás dos ladrões e ofereceu-lhes aquilo que lhe restava; do que admirados e compungidos os ladrões lhe devolveram tudo o que lhe haviam roubado (Ben. XIV). Vêde a estima que alcançou a sinceridade mesmo entre gentios e ladrões! — Por isso é vantajoso **confessar sinceramente as próprias faltas**, com o que se alcança o perdão delas, ou um castigo mais leve. Quando Washington, o célebre presidente dos Estados Unidos, era ainda rapaz, cortou com um machado uma cerejeira que seu pai tinha em muita estimação, pelo que o pai se irritou e andava averiguando quem tinha cometido a façanha. Chegando, pois, a perguntar-lho, a él, a criança respondeu: «Pai, não quero faltar à verdade! Fui eu!» Comovido o pai, respondeu: «Esta sinceridade vale mais que mil cerejeiras!» e perdoou ao filho. Ainda que a nossa veracidade haja de custar-nos algum sacrifício, compensa-se cem vezes com a *tranqüilidade da boa consciência*. O que vai pelo recto caminho vai seguro (Prov. X, 9), isto é, o sincero nada tem que temer. Por isso nos admoesta Cristo, que *sejamos sinceros como as pombas* (Mat. X, 16). Nenhuma

astúcia é tão boa como a simplicidade (S. Fr. de S.). Com embustes ninguém vai muito longe; a verdade é o que no fim prevalece.

3. Meios de combater os pecados da língua

Os SS. Padres são de opinião que, se não existissem os pecados da língua, haveria no mundo dois terços menos de pecados.

Para evitar os pecados da língua, o melhor é *reprimir a demasia no falar e ser circunspecto nas palavras*; além disso, *desculpar ou defender o próximo de quem ouvimos murmurar e não repetir estas murmurações*.

Devemos evitar a *demasia no falar*. Diz o rifão que «as palavras são de prata, mas o silêncio é de ouro». O silêncio é a morte dos pecados (S. Ant.). Contra os pecados da língua não há melhor medicina que o silêncio (S. Ag.). Aquêle que sabe calar será prudente no falar. Os filósofos gregos (Pitágoras) obrigavam seus discípulos a um grave silêncio, para que aprendessem a falar com tino. Aquêle que aprendeu a calar quando deve, saberá falar oportunamente (S. Greg. Mag.). O silêncio faz nascer sábios pensamentos (S. Ambr.). Quem guarda a bôca, guarda a alma, mas quem é descuidado no falar sofrerá muito (Prov. XIII, 3). No muito falar não faltará pecado (Prov. X, 19). Como do ferro e da pederneira salta o fogo, assim da loquacidade sai a mentira (S. Jo. Clím.). — Ao passo que todos os órgãos dos sentidos estão abertos, à língua pôs Deus dois muros, os lábios e os dentes, para nos exortar à **circunspectão nas palavras** (S. Bern.). Não devemos ter o coração na língua, mas a língua no coração (S. Humberto). Como escolhes os alimentos que queres comer, assim *hás-de escolher as palavras que queres dizer* (S. Agost.). Devemos abrir a bôca para falar, com tanta consideração como abrimos a bôlsa para pagar (S. Vic. Ferr.). A Sagrada Escritura compara a língua a uma *navalha*; porque devemos usá-la com tanto cuidado como o cirurgião usa o bisturi quando corta no corpo vivo (S. Fr. de S.). Deve-se considerar muito o que se diz, porque a palavra que saiu da bôca já se não pode retirar, como a pedra que saiu da mão já se não pode deter (Did.

Niss.). Uma vez proferida uma palavra já se não volta atrás, como a flecha que disparamos já não retrocede (S. Ped. Dam.). Diz o Senhor: *Os homens darão conta, no dia de juízo, de qualquer palavra ociosa que tiverem proferido* (Mat. XII, 36) e *pelas nossas mesmas palavras seremos julgados*, pois diz Cristo: «Por tuas palavras serás justificado e por tuas palavras serás condenado» (Mat. XII, 37). A morte e a vida estão, pois, em poder da língua (Prov. XVIII, 21). — Se na nossa presença se pronunciam palavras contra a estima do próximo, **procuremos desculpá-lo**. A Sagrada Escritura diz: *Fala em favor do mudo*; isto é, em favor do ausente que não pode responder por si (Prov. XXXI, 8). Quando, pois, alguém murmura de outrem, procuremos desculpar a intenção da acção má. Se isto não é possível, atribuamos a falta à *veemência da tentação*, à ignorância ou à *fraqueza humana* e procuremos por este caminho mitigar a acusação (S. F. de S.). Ou *ponderemos o bem* que tem feito a pessoa de quem se trata. Assim o fazia Santa Teresa, de maneira que ninguém se atrevia a murmurar diante dela. A quem não as quere ouvir ninguém lhe vai contar histórias e intrigas (S. Jer.). Pelo menos é necessário *pôr-se sério e grave* quando se ouve falar mal do próximo, pelo que o murmurador entenderá a nossa desaprovação e se calará. Sucede-lhe como a quem dispara uma seta contra uma penha dura: a seta ressalta e vai bater em quem a atirou (S. Jer.). Como o vento norte dissipá as nuvens, assim um rosto contristado dissipá as línguas dos maldizentes (Prov. XXV, 23). Também é recomendável em tais casos *levar hábilmente a conversação para outro assunto*, com o que se estorva ao murmurador que prossiga o seu malévolo intento. Mas quem *tolera* as conversas que deprimentem a honra alheia, torna-se *cúmplice do pecado*. — Não se devem **repetir** as palavras de murmuração. Se ouviste alguma coisa contra o teu próximo, deixa que em ti morra o que ouviste e fica certo de que não sofrerás com isso. Só ao néscio acontece que, se ouviu alguma coisa, está em tormentos até a repetir, como se tivesse uma seta cravada nas carnes (Ecli. XIX, 10-12). Sê extremamente circunspecto em falar do teu próximo, pois, quase sem reparares, podes prejudicá-lo por toda a sua vida, e, sobretudo, podes facilmente cair em pecado mortal. Não ponhas os olhos no que fazem os maus, mas examina cuidadosamente as tuas próprias acções.

IX Mandamento da lei de Deus

A mulher do próximo é aquela com quem ele está unido em matrimónio.

Acérca do respeito que se lhe deve, veja-se o que dissemos ao tratar do 6.^º mandamento e o que adiante diremos (3.^ª parte) tratando do sacramento do matrimónio e, além disso, as palavras de Cristo (Mat. V, 28) e as de S. Paulo (I Cor. X, 6).

A situação da mulher na sociedade

Do teor do último mandamento da antiga lei «não desejaráis a casa, a mulher, o servo ou a serva, o boi, o jumento ou outra coisa própria do teu próximo» (Ex. XX, 17), deixa-se ver que entre os hebreus era a mulher considerada como uma alfaia doméstica. A Igreja católica, para levantar a consideração da mulher cristã, dividiu êste mandamento no Sinai em dois preceitos diferentes: no nono proíbe desejar a mulher do próximo, e no décimo as coisas alheias.

1. A mulher deve ao cristianismo a sua elevada consideração.

Entre os **pagãos** a mulher foi, e é ainda geralmente, uma **escrava do homem**. Ainda hoje vive entre êles em grande miséria. Os gentios consideram a mulher como um objecto destinado ao *prazer sensual*. Os chineses e outros povos partem da ideia de que a mulher não tem alma racional e colocam-na no mesmo grau que os animais. Conformes com êste princípio, não educam a mulher na parte *intelectual*, curam-lhe só do físico. As donzelas núbias *vendem-se* como uma mercadoria. Por isso se atrevem ainda hoje os mercadores orientais de

donzelas, a percorrer os países da Europa, atraindo com promessas as jovens, para depois as venderem. Entre os pagãos, além disso, aluga-se a mulher, empenha-se, dá-se, etc. Ali não se lhe reconhece direito algum na família e pela mais leve causa pode ser expulsa de casa e até morta pelo marido; a sua infidelidade é punida de morte. (Ao contrário, para a infidelidade do homem não há pena alguma). Além disso excluem-na inteiramente do trato social e têm-na encerrada em casa como num cárcere. (Tais são os *haréns* dos muçulmanos). Desde que a sua beleza decai, a mulher perde para êles todo o valor; ninguém se interessa por ela. Por efeito dêste desprezo da mulher existem em países de gentios certos usos crueis, como o da Índia, onde a viúva tem de se atirar à fogueira que consome os restos mortais de seu marido. (Ainda que isto foi proibido pelos dominadores ingleses, as viúvas vêem-se reduzidas a uma espécie de vida de penitência e a uma condição miserabilíssima). Entre os chineses os pais prometem as filhas em muito tenra idade, sem intervenção alguma delas. — Como é, pois, triste a condição da mulher fora do cristianismo! Só êste melhorou de uma maneira radical a deplorável situação em que se achou a mulher. No cristianismo a mulher, ainda que sujeita à obediência do homem, é considerada como sua digna companheira e equiparada a êle. Por isso diz S. Paulo que em Cristo não há diferença entre homem e mulher (Gál. III, 28). No cristianismo o matrimónio é *uno e indissolúvel*; portanto não se permite a poligamia, nem o repúdio da mulher legítima. Quanto não contribui o culto da Mãe de Deus para levantar a consideração e o respeito devidos à mulher! Por causa da Mãe de Deus honramos, nós cristãos, a todo o sexo feminino. O célebre dominicano Suzo, que viveu em Constança no século XIV, encontrou-se numa rua imunda com uma pobre mulher. Tomou êle logo pela parte mais suja da rua e cedeu a mais limpa à pobre, e como esta se admirasse daquela deferênciia, disse-lhe êle: Nós cristãos temos em grande estima a mulher porque devemos o Salvador a uma mulher, isto é, à Mãe de Deus. Com razão, pois, se diz que o Salvador é de uma maneira especial Redentor da mulher, pois a levantou da sua humilhação, indigna da pessoa humana.

Hoje piorou a situação da mulher, principalmente pelo *não cumprimento das máximas cristãs*; em particular pela avareza de muitos patrões e pela in-

clinação das mesmas mulheres à ociosidade e à vida licenciosa e por certas aspirações a uma falsa independência.

Que em nossos dias se criaram circunstâncias desfavoráveis para a mulher, nota-se no próprio facto de que as mulheres formam associações e juntam-se em reuniões públicas para deliberar como se remediará a sua difícil situação. Isto vê-se no dilúvio de folhetos e artigos de jornal em que as mulheres manifestam a sua excitação e descontentamento. A **falta de cumprimento das máximas cristãs** é em grande parte a causa por que piorou a condição da mulher, pois como o trabalho das mulheres sai **mais barato**, muitos patrões prescindem dos homens e lançam mão, para as fábricas, quase exclusivamente, de raparigas e mulheres. E as raparigas aceitam êsses trabalhos, porque ganhando o seu salário alcançam cedo a liberdade e **emancipam-se** de seus pais, donde resulta muitas vezes que se dão a uma vida licenciosa. Isto além do caso frequente em que é a necessidade que as obriga a recorrer à fábrica. Mas êste trabalho das mulheres produz à sociedade incalculáveis *danos*, pois dá em resultado a dissolução da família (o lar doméstico reduz-se a dormitório onde passar a noite), o abandono da educação dos filhos, o aumento das enfermidades da mulher, a mortandade espantosa da infância, a debilidade da descendência (deixando-se de parte o grande número dos filhos que nascem mortos, defeituosos ou doentios) e grande imoralidade (pois as jovens encontram inumeráveis laços em que muitas vezes caem). E quantas mais mulheres vão para o trabalho, tantos *mais homens ficam sem elle*, e por isso diminui o número dos que podem casar e procurar à mulher a colocação que necessita. — Tão perniciosa como o trabalho das fábricas, para a classe operária, é nas *classes remediatas* a propensão para a **ociosidade** das mulheres. Certamente a mudança das coisas no nosso tempo tem a maior parte da culpa desta ociosidade. Ao passo que antigamente a maior parte dos objectos de uso de casa eram feitos pelas mãos das mulheres dela, (fiar, coser, bordar, etc.), seria hoje uma verdadeira perda de tempo gastá-lo nestas coisas, que o fabrico das máquinas oferece muito mais facilmente e por mais baixo preço. A isto se acrescenta que muitas mulheres, às quais se negou a felicidade de formarem uma fa-

milia, não têm agora em que ocupar-se convenientemente. — Contudo por muito que valham estas causas, há outra mais poderosa, que é a ânsia sempre crescente de prazeres e diversões, do nosso tempo. O matrimónio é considerado pelas raparigas de hoje como uma colocação onde, livres de todos os trabalhos e cuidados, só tenham que entregar-se aos prazeres; e assim se vêem muitas casadas de boníssima saúde darem seus filhos a criar a uma ama e passearem todo o dia engalanadas ou gastarem o tempo em visitas, em vez de governarem a casa e educarem seus filhos. E as meninas, em vez de aprenderem aquelas coisas que devem no futuro torná-las boas mães de família, só se entregam ao estudo das que as tornem agradáveis na sociedade, como a música, o baile, o canto, as línguas modernas, etc. A sua juventude não é mais do que um ócio entretido, em consequência do qual se tornam ao mesmo tempo débeis e enfermigas, ao contrário das criadas, que, por efeito do trabalho, costumam ser mais fortes e saudáveis. Ainda pelo que respeita aos conhecimentos práticos do governo da casa, levam as criadas muitas vantagens sobre as meninas modernas. Já se entende que um homem reflectido não tenha grande desejo de contrair matrimónio em tais condições e prefira ficar solteiro a carregar com semelhante *artigo de luxo*, como é a mulher educada à moderna. Daí se segue que sejam cada dia menos as donzelas que chegam ao matrimónio, ao qual pelo seu carácter estavam destinadas.

2. A vocação ordinária da mulher é o ofício da maternidade, para a qual a natureza lhe dá capacidade e inclinação.

Por este motivo os hebreus e outros gentios tiveram por ditosa a mulher que se casava e tinha filhos do seu enlace, e, ao contrário, reputaram como *desdouro* o não alcançar este objectivo. Que a natureza destina a mulher à maternidade demonstra-o a sua própria conformação física. Quando na revolução francesa as mulheres penetraram na assembleia dos deputados, reclamando perfeita igualdade de direitos com os homens, um deputado, dirigindo-lhes a palavra, disse-lhes, entre outras coisas: «A natureza não nos deu a nós, homens, mas a vós, peitos para criar e amamentar os filhos. Como podeis pretender que também nós tomemos parte nesse trabalho?» A pró-

pria natureza, portanto, destinou a mulher para cumprir os deveres de mãe, para o que tem, além disso, particulares dotes **espirituais**. — É verdade que possui as mesmas potências da alma que o homem, mas certas faculdades obtém maior ou menor desenvolvimento n'ele do que nela, do que pode ser causa a mesma diversidade do *organismo* físico, que exerce grande influência sobre a vida intelectual da mulher. Por aqui se vê que a mulher tem mais desenvolvido o *sentimento*, e é, em geral, mais compassiva, misericordiosa, benigna, meiga e devota que o homem. Além disso possui uma *imaginação* mais brilhante, e por isso é mais terna e alegre, aprazível e delicada de consciência. A mulher tende a desenvolver tranquilamente a sua actividade no retiro de um *lar* sossegado; o seu mundo é, em certo modo, a casa. Também é *mais paciente* que o homem e suporta melhor que êle as moléstias e dores corporais, a perda do sono e outros incômodos; o que tudo lhe dá extraordinária aptidão para criar os filhos. — Que a natureza a **inclina** para esta missão maternal, mostra-o desde a infância, pois enquanto que os rapazes gostam de brincar em lugares descobertos, as meninas brincam melhor em casa com as suas bonecas, como se quisessem ensaiar-se e preparar-se para a sua futura vocação de mães; e quando chegam a ser donzelas, a sua inclinação comum é para o matrimónio, pois foi dito à primeira mulher: «Viverás sob o domínio do homem» (Gén. III, 16). Daí o esforçarem-se por *agradar* ao homem o mais possível com a sua formosura e graça. Pena é que muitas vezes seja com prejuízo da recta razão e com dano para a saúde! O desejo de *agradar* parece inato na mulher. Por outro lado, a própria natureza dá-lhe prendas para que agrade e seja *atraente*. A natureza impele por conseguinte a mulher para o matrimónio, pelo que se pode dizer com tôda a razão que a sua missão natural é a maternidade. No entanto, não há regra sem excepção, e Deus chama a certas donzelas, não ao matrimónio, mas, mesmo por inclinação, à virgindade. Por isso vemos que algumas renunciaram às mais vantajosas núpcias, mesmo com reis e príncipes, como Santa Inês, Santa Águeda, Santa Lúcia, a nossa Santa Joana, etc. O estado de virgindade é proposto como *ideal* de perfeição no catolicismo (I Cor. VII, 35-46).

3. Mas ainda que, pelas circunstâncias desfavoráveis da época, muitas vezes a mulher não

pode alcançar o estado a que é naturalmente chamada, tem natural direito a procurar outro estado conveniente.

Já o haver na **Europa mais mulheres que homens**, é uma causa para que nem todas se possam matrimoniari. Nas outras partes do mundo, ao contrário, é maior o número dos homens, de sorte que em todo o mundo há mais dezasseis milhões de homens que de mulheres. A isto deve acrescentar-se a circunstância de que um bom número de homens **não se casam**, já porque lhes não é possível manter uma família, nas presentes circunstâncias, já porque as meninas de agora valem pouco como donas de casa. Só as donzelas de humilde posição alcançam facilmente matrimoniar-se, o que depende de encontrar o homem pobre na sua esposa uma cooperadora no trabalho de que vive. Outro inconveniente para as mulheres é que as **viúvas novas** não encontram facilmente um segundo marido. A questão feminina é, pois, também em parte a questão das viúvas; S. Paulo, fundando-se na triste experiência, deseja que a viúva nova se torne a casar (I Tim. V, 14). — Hoje a mulher é obrigada a lutar pela vida e encontra-se, perante a sociedade, quasi na **necessidade de se defender**. Por isso tem pleno direito a procurar que se lhe abram novos caminhos para poder ganhar honestamente o sustento; pelo que erram os que em *absoluto* condenam o trabalho da mulher. Que fará a mulher que não pôde casar-se ou que perdeu cedo o marido? Deverá deixar-se morrer de fome ou lançar-se nos braços do vício? Por isso vários Estados viram já que é necessário abrir novos horizontes à mulher, e com este fim a admitem aos estudos superiores. Mas qualquer outra vocação que se ofereça à mulher, deve oferecer-se-lhe como **suplementar** e como auxílio na necessidade, pois a sua propensão para o natural ofício de mãe é tão forte, que qualquer outro estado, ainda que seja um cargo público, deve considerar-se como uma defecção do seu destino e ela o deixará com gôsto sempre que tenha ocasião favorável para se colocar no seu estado conatural. (Exceptuam-se as donzelas que se dão a Deus, consagrando-lhe a sua virgindade ou entrando nas Ordens religiosas).

Só se devem oferecer à mulher aquêles ofícios para os quais tem capacidade e que ela pode de-

sempernhar sem desdouro próprio nem dano dos bons costumes sociais.

Fôra loucura oferecer à mulher as profissões que, por efeito da sua incapacidade, só poderia exercer com prejuízo da sociedade, pois não só seria com dano comum, senão também da própria mulher. Esta tem *capacidade* sómente para as posições que têm certa analogia com a sua natural vocação de mãe. Parecem ser dêste número: 1) A educação das *criancinhas* de um e outro sexo, pois a mãe há-de ser a primeira educadora de seus filhos na tenra idade; 2) A educação das *donzelas maiores*, mas com auxílio do homem, para ser completa a educação das jovens; 3) A medicina para crianças e mulheres, em cujo exercício se distinguiram algumas senhoras; 4) Os *trabalhos domésticos*, como cozinhar, lavar, etc. — Também para *vender* tem especial aptidão, pela sua amabilidade, facilidade em falar, vida sedentária, etc. Assim também para *caixa ou guarda-livros*, pois adquire facilidade nas contas e na escrituração. — A mulher **não serve**: 1) Para a educação de rapazes crescidos, como o demonstra a experiência; 2) para o governo político, pois por um lado é pouco digno para os homens e contrário à natureza o serem governados por mulheres; por outro lado a mulher, que por natureza não basta a si própria, necessita por sua vez de quem a guie e ampare. Deixada às suas fôrças, nas circunstâncias difíceis mostrará ordinariamente a sua fraqueza, como um navio sem leme. O governo das mulheres traria consigo muitas perturbações. Sem embargo, a História demonstra que mulheres, como Isabel a Católica e a Imperatriz Maria Teresa, foram modelos de governantes; mas este caso é tão raro como o das outras, tais como Judit e Joana de Arc, que conduziram os homens à vitória. Estas são exceções que não destroem a regra. Contudo, para o governo das escolas onde só intervêm mulheres, não parece mal que se empregue a mulher. Que esta não carece inteiramente de dotes de governo provam-no tantas superiores e abades-sas que governam as comunidades de religiosas. — 3) Também não serve a mulher para os trabalhos que exigem um grande esforço corporal, pois por natureza é mais débil e resiste pouco à fadiga. Se se lhe exige um esforço aturado, perde a saúde. Esta menor resistência das mulheres é uma das causas de os seus salários serem geralmente inferiores aos dos homens. 4) Também os car-

gos políticos, como o de deputado, não convêm à mulher, pois como a natureza não a destinou para a vida pública, faltam-lhe as qualidades necessárias. O pouco interesse que as mulheres costumam mostrar pelos acontecimentos políticos, é indício de que não nasceram para intervir nêles; o que lhes interessa é a vida de família. Mas a capacidade e a vocação conhecem-se pela facilidade com que o interesse se desperta. Nem se pode esperar que a intervenção das mulheres exerça influxo brando e humanitário na disposição dos negócios públicos, antes sucederia o contrário e piorariam as circunstâncias políticas. — Portanto, só deve ter parte a mulher nos ofícios para os quais tem aptidão. Mas ainda assim o mal remedeia-se apenas *momentaneamente* e não de modo durável. O remédio eficaz está em favorecer a colocação das mulheres no estado para o qual Deus as destina.

4. Não se pode admitir a completa igualdade social do homem e da mulher, pois esta tem qualidades diferentes e o seu destino é auxiliar o homem e ser sua companheira.

A pretensão de uma **igualdade absoluta** do homem e da mulher foi manifestada a primeira vez pelas mulheres na *revolução francesa*, que pôs térmo ao governo absoluto e arvorou a bandeira da liberdade e igualdade universal (1789). As mulheres pediam então não só salários iguais aos dos homens, o privilégio de certos trabalhos femininos e o direito de eleger e ser eleitas para as Cortes, mas também, na sua exaltação, chegaram a pretender que fôssem admitidas a todos os cargos civis e militares, que se lhes concedesse o uso do fato masculino e que se suprissem os géneros na gramática (!), etc. Então foram postos de parte todos os respeitos pela decência por parte da mulher (chegaram a fazer publicamente exercícios militares), de sorte que os seus excessos provocaram risos e asco e finalmente motivaram a severidade e a repressão do Estado. As agitações femininas renavaram-se no século XIX quando pela introdução das máquinas se modificaram as condições do trabalho. As mulheres, que antigamente atendiam a todos os cuidados domésticos, vêem-se obrigadas agora, até por motivos de economia, a comprar as coisas que dantes faziam (até

as filhas de Carlos Magno se empregavam em fiar, tecer, coser, etc.). Assim têm pouca ocupação em casa e caem facilmente na ociosidade, a não ser que tomem outro trabalho. A ociosidade e falta de ocupação trazem consigo aborrecimento e desgostos, e daí nasce esse movimento das mulheres na época actual, para o melhoramento da sua condição. — O problema feminista nasceu, pois, das mesmas causas que o problema operário. Mas esta contenda das mulheres é agora (feitas algumas exceções) menos apaixonada, mais razoável e prática, pelo que os seus esforços merecem mais atenção e respeito. Pedem contudo mais do que têm direito a pedir, pois as suas pretensões tendem a suprimir as diferenças entre a actividade feminina e a masculina e a equiparar inteiramente a mulher ao homem. O cumprimento dêste desejo não é admissível, pois a **natureza**, cujo autor é Deus, marcou limites intransponíveis, dando à mulher disposições, capacidade e inclinação diferentes das do homem. Na mulher predomina a imaginação e o sentimento (o coração), e por isso, quanto ela é mais sensível, compassiva, meiga e benigna, tanto é ao mesmo tempo mais tímida, susceptível, irritável, terna e meticulosa. É também muito inscontante, e, quando abandonada a si mesma, hesita. A natureza não inclina a mulher a trabalhar ao ar livre, no grande mundo, mas no remanso da vida doméstica. As donzelas desenvolvem-se mais de pressa que os homens. Aos 15 anos está uma menina mais desenvolvida que um rapaz aos 20. Mas ao passo que o homem continua progredindo, a mulher estaciona. O corpo da mulher foi destinado pela natureza para gerar e criar os filhos, e o nascimento e o cuidado de cada um deles torna-a inútil por muito tempo para outras obrigações e a retém por força em casa. Daqui provém que, por sua própria natureza, é chamada a ofícios diversos dos do homem. Mas, além desta diferença nas qualidades, deve atender-se à dependência que a mulher tem do homem, que, mesmo fisicamente, se mostra como senhor da mulher (na voz, no olhar, no gesto, na barba, etc.) — A religião cristã, por sua parte, opõe-se a esta completa igualização entre os dois sexos, ensinando a doutrina de que a mulher é a *auxiliadora* do homem. Deus mesmo, antes de formar a Eva, declarou que a criava para auxílio de Adão (Gén. II, 18). E S. Paulo diz: «não foi criado o varão por causa da mulher, mas sim a mulher por causa do varão» (I Cor. XI, 9). E isto não é vergonha nem hu-

milhação para a mulher, que não foi destinada para proveito do marido, mas para cumprir a vontade de Deus, para o bem da sociedade e para o seu fim sobrenatural. Com razão disse Goethe: «Aprenda a mulher a tempo a servir segundo a sua vocação, pois servindo é como há-de chegar a *reinar*». A mulher não se deve apresentar na sociedade só e independente, mas ao lado do varão e como auxiliar dêle. — Além disso a religião cristã exige da mulher *submissão* e *obediência* ao marido (Ef. V, 24; I Ped. III, 1). Na Igreja a mulher está excluída do ofício de *ensinar* e do *sacerdócio*, e neste conceito é posposta ao homem. Como vemos, pois, a pretensão de uma completa igualdade entre os sexos é contrária à religião cristã.

5. Muito se pode contribuir para melhorar a situação da mulher, com uma *educação racional* das meninas, acomodada às necessidades da época.

Na educação da mulher deve ter-se presente que a sua vocação própria é a missão de *mãe*, e a sua condição é a de auxiliadora do homem. Portanto, antes de tudo deve-se habilitá-la para o **governo da casa**. Deve entender e saber praticar aquêles trabalhos que necessita como mãe de família e auxiliadora do marido. Se isto se procurasse, os homens estariam mais dispostos a casar-se. Devem fundar-se *estabelecimentos* onde as meninas aprendam os trabalhos caseiros, tais como a cozinha, a economia doméstica, o serviço doméstico, etc., para o que deve haver classes ou escolas. Com isto é duplo o bem que se obtém: que as jovens recebam uma instrução acomodada e que nas ditas escolas encontrem emprego muitas mulheres como mestras. Alguns chegam ao extremo (vicioso) de pretender que o Estado, no interesse da família, obrigue as jovens (como obriga os mancebos ao serviço militar) a freqüentarem durante certo tempo estabelecimentos oficiais onde aprendam a economia doméstica e a tratar das crianças (puericultura). — Não entendemos, contudo, contrariar a cultura intelectual das donzelas, pois quanto maior fôr a sua instrução, melhor poderão cumprir as suas obrigações de educadoras de seus filhos e auxiliares de seus maridos. Apenas se deve ter presente que o ensino da música e das outras artes não é mais do que um *acessório* na educação da mulher. Pois nem o piano, nem a conversação em francês, nem a leitura de romances, nem o desenhar ou pintar, poderão

ressarcir o dano dos alimentos insípidos, da desordem em casa, do esbanjamento dos haveres, que se dará se a mulher não cuida no que tem de cuidar. Bem diz um ri-fão: pode entornar mais a mulher com o dedal, do que o homem juntar com a cuba. — Mas como nas actuais circunstâncias é problemático se a mulher terá deveres de mãe a cumprir, é bom ensinar-lhe alguma **outra coisa útil** com que mais tarde possa ganhar o sustento, se não encontra conveniente casamento. Mesmo as filhas de pais ricos deviam aprender algum modo de vida, pois sucede muito freqüentes vezes na nossa época perderem rapidamente alguns proprietários e capitalistas os seus haveres, ou verem-se as filhas dos homens que tinham bons empregos, em afluiva situação, devido à morte prematura de seus pais. — Note-se que as *Ordens religiosas* contribuem para a solução do problema feminino, abrindo as suas portas a um grande número de jovens que não querem casar, e dão-lhes uma ocupação proporcionada ao seu sexo e proveitosa para a sociedade (como a de enfermeiras, mestras, etc.). — A solução do problema feminista é uma parte muito interessante do problema social, pois a família é o cimento e a pedra angular da sociedade, e dela depende essencialmente o bem-estar dos povos. Só quando começa a vida de família ordenada é que começa nas nações a cultura. Se, pois, se consegue com reformas acertadas promover a vida de família, salva-se a existência da sociedade.

6. Também é urgentemente necessário chamar a atenção das jovens para a grande miséria em que procuram envolvê-las actualmente astutos *mercadores* de donzelas (o *tráfico das brancas*).

Estes comerciantes de donzelas são geralmente *judes*, que enviam as que apanham para os haréns mao-metanos ou para casas de má nota em terras distantes, sobretudo da América Central e do Sul. Por uma jovem cobram, segundo a sua idade e beleza, até muitos centos de escudos, pelo que, a-pesar da vida luxuriosa e pro-
digia que levam, costumam tornar-se milionários. Exer-cem o seu vergonhoso tráfico nas grandes cidades comerciais, como Nova Iorque, Buenos Aires, Budapeste, Genebra, Berne, Odessa, Riga, Varsóvia, etc. Dali enviam seus agentes de **um e outro sexo**, elegantes, dadivo-

sos, que oferecem às raparigas, inexperientes e crédulas, vantajosas colocações no estrangeiro, ou matrimónio numa grande capital. Se partem com êles, são vendidas. Além disso atraem as jovens por meio de **anúncios** nos jornais, propondo boas colocações ou casamentos. As vezes introduzem-se estes agentes nas *aulas de dança* ou nas casas de costura, para seduzir as raparigas, ou esperam-nas nas grandes cidades, ao descerem dos combóios e juntam-se a elas para as extraviarem. Quando lhes caem nas mãos, ficam de ordinário iremediavelmente perdidas. — Chegam ao desafôro de subornar os *agentes de polícia*, nos quais a infeliz vítima não acha auxílio, nem castigo para o verdugo; por vezes até os próprios empregados subornados avisam os tais vampiros das ordens dadas contra êles, a tempo de poderem pôr-se em salvo levando as suas escravas. A miséria em que acabam a sua vida as desgraçadas que caem neste laço, não se pode descrever com palavras. Longe de seus parentes e sem terem quem se interesse por elas, costumam vir a morrer em extrema indigência num hospital. Por isso os Estados modernos têm tornado disposições para coibir êste moderno tráfico de escravas e castigar os seus autores.

Deve-se inculcar às raparigas que preferiram uma coloção *mais modesta no seu país*, a irem procurar em terras distantes um paraíso de gemidos e misérias. Também se devem advertir de que quando vão para as grandes capitais desconfiem dos anúncios que se põem nos combóios ou nas estações, de *estabelecimentos para colocação de criadas*, ainda que se lhes acrescentem epítetos recomendáveis (como *católico*), e afastem de si todos os importunos que lhes façam oferecimentos.

X Mandamento da lei de Deus

No décimo mandamento proíbe-nos Deus o desejo de procurarmos por meios injustos apoderar-nos dos bens do próximo.

Diante de Deus a *vontade vale por obras*. O mau desejo, livremente consentido, é já um acto do espírito e pecaminoso como a própria acção exterior (S. Mat. V, 28). Por conseguinte não se devem omitir tais pecados na confissão (C. Trid. XIV, 5).

O socialismo

1. No nosso tempo uma parte dos chamados *socialistas*, ou *democratas sociais*, pretendem despojar injustamente o próximo da propriedade particular.

Democracia socialista é o sistema que pretende reconstruir a *sociedade* sob o domínio do povo, ou, antes, da plebe. O socialismo é de origem recente na sua forma actual; mas já Platão propôs um sistema socialista. Aí por 1840, um alfaiate, de nome *Weitling*, e depois dêle o judeu *Carlos Marx* (1850) difundiram na Alemanha os princípios socialistas. O mesmo fez, com mais êxito, em 1862, o judeu de Breslau *Fernando Lassalle*. Em 1878 promulgou-se na Alemanha uma lei de excepção para reprimir violentamente o socialismo (derogada em 1890). Em virtude dessa lei proibiram-se muitas associações, reuniões e publicações socialistas, e os propagandistas mais temíveis foram expulsos de vários Estados. Mas desde então começaram a espalhar as suas ideias em segredo, nas famílias, nos círculos de amigos e nas fábricas, e,

sobretudo, difundindo escritos clandestinos. Em 1880 os chefes socialistas de vários países reuniram-se na Suíça (no castelo de Wyden, do Cantão de Zurich) e concordaram ali numa acção comum para acelerar a revolução que havia de destruir o existente. Desde aquela reunião, a que se seguiram muitas outras, cresceu o socialismo em todos os países e tomou um carácter revolucionário. Recordem-se os atentados com dinamite, assassinios, roubos, sacrilégios e escândalos que se sucederam. Os socialistas que querem atingir de-pressa o fim com tais crimes chamam-se **anarquistas** ou também nihilistas (ou acratas).

1. Os socialistas pretendem em primeiro lugar o seguinte: querem que o Estado se apodere de toda a propriedade particular (nacionalização e colectivismo) e *reparta o trabalho e a riqueza equitativamente* entre os cidadãos; além disso querem suprimir toda a religião, toda a autoridade e a vida regular de família.

A principal máxima socialista é a de Proudhon: «a propriedade é um roubo.» Portanto no novo Estado **ninguém poderá possuir propriedade pessoal**, mas terá de receber tudo da propriedade comum. *Todos têm de trabalhar* e por cada hora de trabalho receberão uma cédula com que poderão adquirir o que necessitam. — Na nova sociedade não haverá *nenhuma instituição religiosa, nem autoridade* (nem Deus, nem senhor). Os socialistas declaram-se abertamente ateus e republicanos, ainda que alguns encobrem o seu ateísmo com dizer que a religião é *um negócio da consciência particular*. — *O homem e a mulher* viverão juntos, no novo Estado, enquanto quiserem e lhes agradar, e depois poderão, e até deverão, contrair novas uniões (Bebel). Os filhos *não pertencem aos pais*, mas ao Estado. Só estarão em poder da mãe até saberem andar, e logo lhe serão tirados para serem educados em estabelecimentos públicos, onde se lhes ensinarão aquelas coisas de que não pode falar sem vergonha até uma pessoa de maioridade. Não haverá *cozinha particular*, mas só *cozinhas públicas*. — Não haverá prisões, porque não serão necessárias, pois nascendo todos os crimes da propriedade particular, suprimida esta, os homens viverão inocentes como anjos (anjos sem religião). Com estas máximas deixaram-se enganar espe-

cialmente pessoas sem religião (que só buscam a felicidade na satisfação dos apetites sensuais), da ínfima plebe ou do *proletariado* (os que nada têm que perder quando vier a repartição das riquezas). O maior número pertence à classe dos *trabalhadores das fábricas*, que circunstâncias especiais lançam nos braços do socialismo. — As máximas socialistas foram postas em prática na Rússia, em seguida à revolução bolchevista de 1917, e deram lugar à *pior das tiranias*. Em vez do paraíso que sonhava, a classe operária encontrou a miséria e a escravidão.

2. Do nascimento e difusão do socialismo são causa principal: a *crescente miséria* da classe operária, a *avareza* e *insaciável sede de prazer* dos ricos e, finalmente, a *falta de religião* no povo.

Como no corpo humano a maior parte das enfermidades têm sua raiz no *estômago*, assim nos povos o descontentamento nasce geralmente da indigência material (3.º Congresso Cat. Austríaco). A introdução das *máquinas* produziu o empobrecimento do povo, pois algumas máquinas (que existem há um século) podem produzir só num dia mais do que cem homens num mês, pelo que podem dar os produtos mais baratos que os artistas, que se vêem forçados a abandonar os seus ofícios e a empobrecer. As máquinas *fizeram afluir o dinheiro* em grandes quantidades às mãos dos fabricantes, tirando-o das mãos do povo. Por este modo cresceu dia a dia o número dos *operários pobres* e dos descontentes. Quando aumenta o *proletariado*, cresce o *socialismo* (Bebel). Produziu-se na sociedade humana um mal-estar parecido com o que se produz no corpo quando o sangue aflui a certos membros e abandona os outros. — Os fabricantes, procurando aumentar as suas riquezas, nem sempre tratam os operários segundo as máximas do Evangelho. Como podem dispor de uma legião enorme de trabalhadores, *diminuem-lhes o salário* e dão-lho miserável, obrigam-nos a *trabalhar horas demasiadas*, mesmo de noite e nos domingos e dias de festa (porque a máquina tem de trabalhar sempre), não têm cuidado pela *saúde* dos *trabalhadores* e até às vezes corrompem a sua *religirosidade* e os seus *costumes*. Estas e outras desfavoráveis circunstâncias tornam os trabalhadores gente sem religião e descontente. O viverem pegados à máquina torna-os às vezes pre-

guiçosos e falhos de energia moral; acostumados a um trabalho monótono e mecânico, deixam-se facilmente enganar e induzir em êrro. Os que vivem em tão grandes sofrimentos, por efeito do excessivo cansaço não têm ânimo de levantar o espírito para Deus e de-pressa se tornam ir-religiosos. As péssimas condições das suas moradas, onde, pela exigüidade dos salários, têm de amontoar-se muitas vezes várias famílias, destroem a moralidade e a vida doméstica. — Como por outro lado os trabalhadores têm diante dos olhos a avareza e insaciável ânsia de gozar dos ricos, anelam por uma felicidade semelhante e a sua raiva dirige-se contra a propriedade dos patrões. Por onde se vê que Deus castiga os ricos pelo mesmo meio pelo qual pecam. **Os socialistas não são outra coisa senão o açoite de Deus contra os pecados dos ricos.** — Agora, mais do que nunca, está minada a religião católica, principalmente pelos maus jornais, por muitas associações irreligiosas e até, em muitos Estados, por leis inimigas da Igreja. Olhemos para o desterro dos religiosos, dos melhores missionários, para o roubo dos bens eclesiásticos, para a total ou parcial supressão das escolas de ensino religioso e de educação cristã. Que maravilha, pois, que o povo, quando não crê em Deus, nem na vida futura, despreze os mandamentos de Deus e queira apoderar-se dos bens alheios, para obter um céu sobre a terra? O próprio chefe dos socialistas, Bebel, confessou que não teria nascido o socialismo, se se tivessem seguido os ensinamentos do cristianismo. — Os operários, portanto, que aspiram à melhoria da sua situação, são os menos culpados da origem do socialismo.

3. Para evitar o perigo com que o socialismo nos ameaça é necessário melhorar a situação dos trabalhadores, os ricos hão-de ser justos e bemfazejos para os pobres e deve restaurar-se a religião entre o povo.

É tão impossível corrigir o socialismo só com medidas de rigor, como emendar um menino teimoso só com sovadas. Se se quere conseguir alguma coisa, é preciso proceder com caridade, isto é, com benevolência. Sobretudo é preciso que os patrões tratem os operários segundo as máximas da justica e da caridade cristã. Com razão exclamava Ketteler: «Meus irmãos, sigamos um dia os en-

sinamentos do Cristianismo e todos os males sociais se desvanecerão como por encanto». O **salário** do operário há-de ter por **mínimo** o que é **necessário** para sustentar, conforme o seu estado, *uma família cristã* (portanto, temperante, económica, virtuosa, contente com a sua sorte) (Maning). Deve *assegurar-se* a colocação dos trabalhadores das fábricas, não os tratando como *mercadorias* que só se admitem enquanto têm *préstimo* (Hitze). Não se deve excluir o proletário dos *direitos políticos*, pois contribui com os impostos indirectos e com o do sangue (3.º Congresso Cat. da Áustria). — Deve procurar-se ao operário, por meio de *Bibliotecas populares* e *escolas industriais nocturnas* e dominicais, a faculdade de se educar e aperfeiçoar (Id.). Leão XIII recomendou a formação de *Círculos Católicos de Operários*, nos quais se favoreça a sua aspiração a progredir e se satisfaça o seu legítimo desejo de prestígio (Id.). A legislação deve prevenir o *aumento do proletariado*, evitando a acumulação de capitais, favorecendo as modestas iniciativas e procurando que diminua o número dos simples jornaleiros; sobretudo deve evitar-se, por meio de leis, a redução das classes de *lavradores e artistas* (Id.). Os **ricos** devem **dar e repartir de boa vontade** (I Tim. VI, 18). Na actualidade são mais obrigados do que nunca a dar *esmola*; aliás está-lhes reservado um severo juízo e a condenação eterna (Veja-se o artigo seguinte, sobre o emprégo das riquezas). O próprio Estado tem poder para obrigar os ricos a contribuir, com o que lhes sobra, para o bem público da sociedade. — O meio mais poderoso para combater o socialismo é a **religião**, pois a democracia socialista não é outra coisa senão a falta de convicções religiosas. O seu dogma capital é a negação de Deus e da vida futura; o seu principal mandamento é o prazer sensual. Aquelle que, impugnando o socialismo, teme o influxo da religião é como um homem que tendo a casa incendiada não permite que entrem nela os bombeiros por medo que lhe furtem alguma coisa (3.º Congresso Cat. austriaco). Só na religião conseguem os pobres aquela *satisfação* que baldadamente procuram nos delírios do socialismo.

2. Todos os que trabalham para tirar *injustamente* ao próximo a propriedade particular vivem em estado de pecado mortal, e expõem-se à condenação eterna.

O simples desejo de arrancar a alguém os seus bens é pecado e com qualquer pecado, especialmente com este, andam sempre juntos muitos outros pecados. A concupiscência desordenada dos bens temporais, diz S. Paulo, é raiz de todos os danos (I Tim. VI, 10). Que isto assim é, depreende-se dos discursos que pronunciam os socialistas nos seus congressos, cheios de blasfêmias contra Deus, de diabólicos ataques contra os sacerdotes e representantes de Deus sobre a terra, contra as autoridades temporais e espirituais; e são freqüentemente acompanhados de violências selvagens. Alguns socialistas declaram lícito o perjúrio nos tribunais de justiça quando serve aos seus interesses. Recordem-se os horríveis crimes perpetrados com a dinamite, os assassinatos de governantes e pessoas reais. Por isso nalguns Estados foram dadas contra êles leis severas, por ex. em França e na Itália. — Ninguém diga que também os primeiros cristãos tiveram comunhão de bens, pois esta comunhão e renúncia voluntária é totalmente diversa da que os socialistas querem estabelecer pela força. O princípio da religião cristã que excita à esmola, diz: «Irmão, o que é meu é teu». Mas a máxima socialista diz: «Irmão, o que é teu é meu!» — Também apelam os socialistas para o exemplo das *ordens religiosas*, onde existe a vida comum, e pretendem que o que nelas é possível o seria também no Estado. Mas esta semelhança é ilusória, pois o único fundamento possível da vida religiosa é a abnegação e a obediência voluntária, ao passo que o Estado socialista pretende pôr como bases o deleite sensual e o desconhecimento total da religião.

4. Alguns dos princípios socialistas são irrealizáveis; outros poderiam pôr-se em prática, mas produziriam as mais perniciosas consequências.

A pretendida igualdade entre todos os homens é irrealizável, e, de uma maneira particular, a igualdade da riqueza; pois, mesmo quando o Estado repartisse por cada um o necessário, podia dar-se, e dar-se-ia o caso de que alguns não consumissem todo o recebido e fôssem economizando uma parte. Deste modo tornaria a existir a desigualdade. Mandar que o economizado se restituísse à Comunidade seria uma extrema tirania. Mas ainda, além disto, também não é possível a igualdade porque assim como vemos a maior variedade na natureza assim

achamos infinitas diversidades nos homens. As diferenças de *idade, sexo, saúde, forças corporais e dotes*, e sobretudo do *carácter* e dos *costumes*, não podem suprimir-se, e com elas está indissolúvelmente unida a diversidade de *posições sociais* e de *riqueza*. Como num exército não podem ser todos oficiais, nem todos soldados rasos, assim também não podem ter todos os cidadãos o mesmo grau na sociedade. Alguns têm mais aptidões para ocuparem cargos públicos, legislar, administrar a justiça, cuidar da administração ou do exército, e estes, como produzem maiores bens à utilidade comum, ocupam naturalmente um lugar distinto na sociedade (Leão XIII).

— **A pretendida felicidade não se pode obter neste mundo**, pois por muitos esforços que se façam para melhorar a condição dos homens, não se poderão evitar as dores, enfermidades, mortes, etc. O padecer e sofrer é herança da humanidade sobre a terra onde se não encontra a vida cheia de prazer e tranqüilidade (Leão XIII); e a limitada felicidade que pode alcançar-se nesta vida não se consegue nos deleites sensuais, mas em Deus. Enquanto o mundo existir, não se poderão suprimir os vícios e pecados, nem tão pouco a pobreza. Em todos os tempos tereis pobres a quem socorrer (S. Jo. XII, 8). A aplicação dos princípios socialistas é o pior meio para conseguir a felicidade dos homens. Em primeiro lugar, a usurpação geral da propriedade particular não poderia deixar de ser acompanhada de *inumeráveis homicídios*; pois quem cederia os seus bens sem os defender? E, feita a repartição, também se não gozaria em paz. Os que sofrem agora a opressão dos ricos vingar-se-iam então com crueis excessos. Só a circunstância de que um desejaria a mulher de outro conduziria a *inumeráveis crimes* e desordens. O novo sistema seria perniciosíssimo, em primeiro lugar, à classe trabalhadora a quem se dá a crer que se pretende favorecer (Leão XIII). De facto, o operário mais trabalhador e hábil que outro não poderia receber maior salário do que êle, o que produziria exasperação e contínuos descontentamentos. O socialismo só seria praticável se os homens não tivessem liberdade, nem tendência para procurar o seu *melhoramento*; mas tais homens nunca existiram. O homem não é um irracional, nem uma máquina. Os pais seriam privados de toda a sua felicidade, roubando-lhes os filhos para os educarem para o Estado nos estabelecimentos públicos; pois a maior alegria de um coração paterno é viver

ver com seus filhos. Sobretudo na velhice, que só o amor dos filhos alegra e torna bela, levariam os homens uma vida sem gôzo nem amor. — O socialismo acabaria com **tôda a civilização**, pois tiraria ao espírito humano todo o estímulo para o progresso, sabendo que não havia de gozar os seus frutos (Ketteler). Quem *cansasaria o cérebro* para obter um *invento* ou um progresso, prevendo que não lhe seria dada recompensa alguma? Os cidadãos não seriam senão escravos do Estado. Ninguém se esforçaria por trabalhar, seguro de que em todo o caso lhe haviam de fornecer o necessário. Abrir-se-ia, pois, larga porta à *preguiça* e à imoralidade, com terríveis consequências para o bem comum. Nas ilhas da Austrália existe uma espécie de socialismo, porque a terra pertence à Comunidade. O resultado obtido é que os seus moradores vivem entregues à preguiça e sofrem fome a-pesar da incrível fecundidade do solo. Para conservarem a vida chegaram ao canibalismo. Aliás, a experiência provou que nos povos onde se experimentou a comunhão dos bens (na América) produziram-se os maiores crimes e os mesmos povos pereceram a breve trecho miseravelmente. — Ainda que os sonhos dos socialistas são partos de espíritos doentios, como todos os males que Deus permite no mundo, têm *alguns bons efeitos*; pois como o furacão assolador destrói tudo o que já estava podre, assim o socialismo, com a sua fúria assombrosa, faz com que os governantes reparem nos males e *imperfeições da sociedade*, e obriga-os a procurar as reformas oportunas. Principalmente põe em evidência a crescente infelicidade dos pobres e contribui para que lhes sejam conservados os seus direitos (1).

O cristão na pobreza

A *pobreza*, de que tratamos aqui, é a carência das coisas necessárias para sustentar a vida, e *pobre* é, portanto, o que há-de acudir ao auxílio do próximo para não morrer. Deus repartiu diversamente os talentos: a um deu cinco, a outro dois, a outro só um (S. Mat. XXV, 14-30); e assim o fez Deus com sábio designio, pois se todos recebessem o mesmo, ninguém teria que recorrer a outrem

(1) Este livro foi escrito antes da implantação do Comunismo na Rússia. Os factos desenrolados neste país e em outros onde se tentaram experiências semelhantes, como na Espanha, dão maior relevo à doutrina exposta.

e os homens não tratariam entre si. Onde estaria então o amor do próximo? Onde a ocasião de merecimento?

1. A pobreza não é *desonra* aos olhos de Deus; só a pobreza de virtudes e boas obras nos há-de encher de confusão, porque conduz à condenação eterna.

Entre os gentios foi desonrosa a pobreza, e os pobres viram-se muitas vezes objecto de público menosprezo. Ainda os melhores entre os pagãos disseram que quem dá de comer e beber ao pobre nenhum serviço lhe faz, pois com isso prolonga a sua miserável vida, e portanto perde o que com êle dispende (Plauto, Trin. act. II, 2). O próprio Platão sentenciou que era melhor deixar morrer o enfermo pobre, e que o médico não devia ter trabalho com êle (Rep. III). Noutro lugar chama ao pobre uma espécie animal que convém exterminar da terra (Leis, XI). Por isso não achamos no paganismo nenhum estabelecimento para alívio dos pobres, nenhum hospital, asilo de órfãos, etc. — Mas aos olhos da eterna Verdade não é desonrosa a pobreza (Leão XIII). Cristo mesmo, sendo rico, se fêz pobre (II Cor. VIII, 9). O Rei dos céus e da terra, tendo domínio sobre todas as coisas, viveu numa pobreza constante e não teve de seu nem uma pedra para repousar a cabeça (S. Luc. IX, 58). Como nasceu pobre neste mundo! Considerai apenas o lugar onde nasceu o Salvador! — Pode alguém ser pobre de bens terrenos e contudo ser riquíssimo diante de Deus por suas virtudes e boas obras; e, ao contrário, os ricos deste mundo podem ser pobríssimos aos olhos de Deus (S. Luc. XII, 21). Só o temor de Deus é a glória do rico e do pobre (Ecli. X, 25). As verdadeiras riquezas não são os bens temporais, mas as virtudes (S. Bern.). «Crê-me, meu irmão, não é rico aquêle que tem as arcas cheias de ouro e prata, senão o que vive em Deus e está cheio do Espírito Santo» (S. Agost.).

2. Os pobres salvam-se mais facilmente que os ricos.

O próprio Cristo disse que é mais difícil salvar-se um rico do que passar um camelo pelo buraco de uma agulha (S. Mat. XIX, 14); porque os ricos facilmente se

tornam orgulhosos, ambiciosos, duros, preguiçosos, faltos de misericórdia, amantes dos prazeres e esquecidos de Deus. A mesma riqueza lhes dá meios de satisfazem os seus apetites desordenados. Não sucede assim aos pobres, aos quais *falta a maior das ocasiões para pecar*. O pobre assemelha-se a um navio pouco carregado de mercadorias, e que portanto não naufraga facilmente (S. Nilo). Como um *caminheiro* que não leva bagagem anda mais ligeiro, assim chega o pobre mais facilmente ao seu último fim. Como o *lutador* que peleja nu vence com facilidade, assim o pobre vence facilmente as tentações do demónio. Por isso na vida futura muitos pobres estarão em melhor lugar que os ricos. O mesmo Senhor disse que muitos dos que neste mundo foram os primeiros serão lá os últimos, e muitos dos últimos serão os primeiros (S. Marc. X, 31). O mendigo Lázaro foi, depois da sua morte, para o seio de Abraão e o rico avarento foi para o inferno (S. Luc. XVI). Os homens, de véhos farrapos, fazem branco papel sobre o qual se pode escrever e pintar. Assim Deus, dos pobres e trabalhados por duros infortúnios, faz vasos inteiramente puros e adornados de grandes merecimentos.

3. Deus envia ao homem a pobreza para salvação da sua alma.

Muitos teriam abusado da riqueza, levando uma vida licenciosa, e por ela se teriam condenado; mas Deus, prevendo isso, tirou-lhes as riquezas terrenas. A pobreza e a riqueza vêm-nos de Deus (Ecli. XI, 14). Santo António, arcebispo de Florença, viu que sobre uma casa desciam e subiam muitos anjos. Sabendo que vivia ali uma pobre viúva com suas três filhas, enviou-lhes uma esmola considerável. Em outro dia viu sobre a mesma casa os espíritos malignos e, averiguada a causa, achou que aquelas mulheres se haviam entregado aos deleites. Retirou-lhes logo as esmolas. Deus faz uma coisa parecida. Que faz o mestre na escola, quando um menino faz travessuras com algum brinquedo ou não atende à lição? ou deixa o pai a faca nas mãos da criancinha?

4. Deus tem pelos pobres um amor particular.

Deus é especialmente inclinado para os pobres e desamparados d'este mundo; por isso Cristo os chama bem-

-aventurados (S. Mat. V, 3). A todos os que estão afli-
tos e oprimidos chama amorosamente a si, para os *con-
solar* (S. Mat. XI, 8). Aos desamparados e *perseguidos*
abraça Deus com particular benevolência (S. Mat. V, 10).
Estas verdades devem livrar os pobres de pusilanimidade
e reprimir os colocados em altos postos (Leão XIII). Cristo
quere que o seu Evangelho se pregue de preferência
aos *pobres* (S. Mat. XI, 5). O que fazemos aos pobres,
Cristo o tem por feito a *ele mesmo* (recordemos as pa-
lavras que há-de pronunciar no juízo final) (S. Mat. XXV,
40). O sacrifício do pobre é muito agradável a Deus. Cristo
preferiu o *óbolo* da pobre viúva aos donativos dos ri-
cos (S. Marc. XII, 41). Deus promete ouvir especialmen-
te as orações dos oprimidos (Job V, 4). No nascimento
de Cristo foram privilegiados os pobres pastores e não os
ricos fariseus e escribas. Em verdade não há diante de
Deus preferência de pessoas (Rom. II, 11). Tão filho de
Deus é o pobre como o rico (Prov. XXII, 2).

5. *O pobre que leva uma vida honesta* nunca
será desamparado por Deus e, geralmente, será *fe-
liz* mesmo sobre a terra.

Pois Deus que alimenta os *passarinhos* do ar e veste
tão garbosamente os *lírios* do campo e o feno da terra,
tanto maior providência tem para os homens, quanto é
maior o seu valor (S. Mat. V, 25-30). Ao justo não per-
mite Deus, de ordinário, que lhe falte o necessário, pois
Cristo disse: *Procurai primeiro o reino de Deus e a sua
justiça e tudo o mais se vos dará em acréscimo*. Preocu-
pai-vos primeiro com a salvação da alma e cumprí os
mandamentos, e todo o necessário para o sustento do cor-
po vos será dado (S. Mat. VI, 33). David diz que foi
jovem e se fêz velho e nunca viu o justo desamparado e
seus filhos reduzidos à mendicidade (Ps. XXXVI, 25).
Ainda que com permissão de Deus venha um justo a
cair na miséria (como sucedeu a Job, a Tobias e a José
no Egípto), vem logo o tempo em que Deus o enche de
bens, mesmo temporais. A *virtude*, mesmo *nesta vida*, não
fica sem *recompensa* (Ps. CXI, 2-3). — O pobre pode ser
muito feliz no meio da sua pobreza, pois a felicidade da
vida não está na abundância dos bens temporais (S. Luc.
XII, 15), mas no contentamento interior. Este possui-o
o justo, quer seja rico quer seja pobre. S. Paulo gloria-

se algumas vezes de não ter nada e estar todavia tão contente como se possuísse tudo (II Cor. VI, 10).

6. Os pobres *não têm direito* a exigir, por força, dos ricos, que lhes dêem a esmola conveniente; devem antes sofrer *com paciência* a sua sorte e buscar principalmente o *auxílio em Deus Nossa Senhor*, (usando os meios indicados pela providência).

O dever da esmola não é de justiça (excepto no caso de extrema necessidade), mas de caridade cristã; portanto, não se pode exigir coercitivamente (Leão XIII e Pio X). Por isso os Santos Padres se contentaram com exortar os ricos a darem esmola. *Es dono, e podes dar, ou não* — diz aos ricos S. Jerónimo. E S. Crisóstomo: «Comunica as tuas riquezas. Em verdade, se o não quiseres fazer, não te obrigo, não emprego a violência; mas, esconjuro-te que o faças». — Mas os pobres podem exigir que se lhes dê pelo seu trabalho o *salário competente*. — Os pobres devem levar *com paciência* a sua sorte e procurar sobretudo o auxílio de Deus. Os pobres devem conquistar o céu com a paciência, os ricos com as obras de misericórdia (Leão XIII). Duplamente infeliz é o pobre que se afasta de Deus e transgride os seus mandamentos, pois neste mundo nada tem e depois da morte aguarda-o a condenação eterna.

As obras de misericórdia

Cristo, no seu discurso sobre o juízo final, manda-nos *com rigoroso preceito*, praticar as obras de misericórdia socorrendo os necessitados (S. Mat. XXV). Este mandamento é complemento da segunda parte do Decálogo, pois nos mandamentos quinto e décimo proíbe-nos o causar dano ao próximo; mas agora acrescenta-se o *preceito de auxiliar nas suas necessidades*. Por isso, depois de se tratar dos mandamentos, segue-se dizer das obras de misericórdia.

1. Valor e emprêgo dos bens terrenos

1. Os bens terrenos não fazem o homem melhor diante de Deus, pois não aumentam os seus méritos, mas só as suas responsabilidades.

Não é a propriedade, mas o bom uso dos bens terrenos o que nos dá valor aos olhos de Deus. A verdadeira dignidade e grandeza do homem funda-se nas qualidades morais, isto é, na **virtude**, e não na riqueza (Leão XIII). O rico não se deve, pois, *criar ilusões pelas suas riquezas*. Os sepulcros nos ensinam o pouco valor dos bens terrenos. Ninguém pode levar consigo os seus bens (I Tim. VI, 7). Mostrando o rei Creso seus tesouros ao sábio Sólon e preguntando-lhe que lhe parecia da sua felicidade, disse-lhe Sólon: «Antes da morte ninguém se há-de proclamar ditoso». Creso recebeu de mau humor esta resposta, mas reconheceu a sua verdade quando, perdida a batalha de Timbrea, em que caíu prisioneiro, se viu na pira onde ia ser queimado vivo. Por isso não devemos anelar pelas riquezas **como se no ouro e na fazenda estivesse a felicidade humana**. Por isso nos diz Cristo: «Não queirais entesourar para vós tesouros na terra, onde a ferrugem e a traça os consomem e onde os ladrões os desenterram e roubam; mas entesourai para vós tesouros

ros no céu, onde os não consome a ferrugem nem a traça, e onde os ladrões não os desenterram nem roubam» (S. Mat. VI, 19). Já Salomão orava: Não me dês, Senhor, pobreza nem riqueza, mas o que necessito para a vida (Prov. XXX, 8). E S. Paulo diz: Tendo alimentos e roupas com que cobrir-nos, contentemo-nos com isso (I Tim. VI, 8). Se não fosse assim, por que nos teria Cristo ensinado a pedir o pão nosso de cada dia?

2. Contudo os bens da terra são úteis ao homem, porque pode com êles adquirir eternos merecimentos.

Por um lado os bens temporais contribuem para o nosso **bem-estar terreno**, livrando-nos de muitos cuidados, tornando-nos agradável a vida e assegurando-nos certo influxo sobre o próximo. Quem tem meios é, em certo modo, um pequeno rei. Por outro lado, são **meios para alcançar a eterna felicidade**. Deduz-se isto das palavras que Cristo dirá no juízo final, aos que estiverem à sua direita (S. Mat. XXV, 34). Vós não recebestes os haveires para viverdes em delícias, senão para socorrer os pobres (S. Cris.). Os bens da terra foram criados para servir ao homem, não éste para servir àqueles (S. Af.). Esta verdade, que os bens terrenos só são meio para alcançar merecimentos celestiais, não para dar-se a uma vida de prazeres, bem a tinha compreendido aquél piedoso rei de Aragão, que dava graças a Deus por dois benefícios: por o ter feito membro da Verdadeira Igreja e por o ter feito rei, com o que tinha meio de fazer muito para o bem dos homens. Que nobre concepção do ofício de rei! Com razão diz um orador: «Vós, ó ricos, reflecti, que só é vossa verdadeira riqueza a que empregais em fins louváveis. Tudo o mais vos roubarão a morte e os herdeiros ambiciosos!» Se tens bastante e de sobra, pensa nos que carecem de tudo!

3. O senhor dos bens terrenos é Deus, e nós somos só administradores.

Do Senhor é a terra e tudo o que a enche (Ps. XXIII, 1). Minha é a prata e meu o ouro, diz o Senhor (Ag. II, 9). Nenhuma coisa podemos dizer que seja absolutamen-

te nossa, pois todas pertencem a Deus (Tert.). Quando damos esmola, mais repartimos os bens de Deus do que os nossos próprios (S. Ped. Dam.). Nós apenas somos usufruários e administradores dos bens terrenos. Chegou-se um mendigo a um príncipe e pediu-lhe pousada para uma noite. Interrogado como se atrevia a pedir aquilo a um príncipe, respondeu o mendigo pedindo que lhe permitissem três perguntas; e, sendo-lhe concedido, perguntou ao príncipe: Quem habitava antes de vós neste palácio? — Meu pai, foi a resposta. — E antes de vosso pai? — Meu avô. — E quem o habitará depois de vós? — O príncipe não respondeu e o mendigo continuou: Já vedes, como os possuidores vão desaparecendo e outros lhes sucedem neste palácio; e visto que não tendes aqui habitação permanente, fazei muito bem aos pobres para alcançardes uma eterna morada no céu. O príncipe entendeu o aviso e deu esmola ao pobre generosamente. Não somos, pois, senhores, senão possuidores temporários e administradores dos bens terrenos.

4. Por conseguinte o homem não deve usar dos bens terrenos senão conforme a vontade de Deus; e Deus quer que repartamos o que nos sobra com os pobrezinhos.

Nem dos sentidos e membros do nosso corpo nós podemos usar a nosso arbítrio, senão em conformidade com a ordem estabelecida por Deus; — quanto menos dos bens exteriores? (S. Astério). — Como todo o administrador terá de **dar contas** o seu amo, assim o homem as há-de dar a Deus, que nos pedirá conta do emprêgo dos nossos talentos (S. Mat. XXV, 14). Em morrendo, Deus nos dirá, como ao feitor do Evangelho: «Presta-me contas da tua administração» (S. Luc. XVI, 2).

2. O preceito de praticar as obras de misericórdia

1. Falando Cristo do juízo final mandou-nos rigorosamente auxiliar os necessitados; pois declara que só admitirá na bem-aventu-

rança os que houveram socorrido o próximo nas suas necessidades.

No Juízo final colocará, como ele mesmo o disse, uns à direita e outros à esquerda. Aos que estão à direita dirá: Vinde, bemditos do meu Pai! Possui o reino que vos está preparado desde a formação do mundo; pois tive fome e vós me destes de comer, tive sede e vós me destes de beber, fui estrangeiro e peregrino e vós me destes poussada, andei nu e vós me vestistes, estive na prisão e vós me visitastes. Então lhe dirão êles: Senhor, quando te vimos? E Cristo lhes responderá: Em verdade vos digo que o que fizestes a um dêstes pequeninos meus irmãos, a mim o fizestes. Então dirigindo-se aos que estarão à esquerda lhes dirá: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno. Pois tive fome e não me destes de comer, tive sede e não me destes de beber, etc. E êles lhe perguntarão: Senhor, quando te vimos? E Cristo lhes dirá: O que não fizestes a um dêstes pequeninos a mim o recusastes (Mat. XXV, 31-46). Há, pois, um rigoroso preceito de socorrer os necessitados. Nos artigos *Espelhos para a confissão* achamos vulgarmente a pregunta: se temos socorrido os indigentes. Com razão diz um Santo: Os pobres conquistam o céu com a paciência, os ricos com as obras de misericórdia (S. Luís XI). Damos de bom grado o pouco para não perder o muito; deixamos cortar um pé ou um braço, para salvar a vida. Dá, pois, o bem menor, parte dos teus haveres, para não perderes o maior bem, que é a bem-aventurança.

1. Os ricos principalmente são obrigados a auxiliar o próximo na necessidade.

Pois diz Cristo: A quem foi dado muito muito será pedido (S. Luc. XII, 48). Os ricos, com o que lhes sobra, devem remediar as necessidades dos pobres (II Cor. VIII, 14). O rico deve amparar o pobre como o *ulmeiro ampara a videira*. O ulmeiro é uma árvore estéril, e a vinha plantada a seus pés veria apodrecer os seus frutos se, como é uso na Itália, se não fizesse trepar a videira ao longo da árvore para lhe dar o ar e a luz necessária para a maturação da uva. O mesmo se dá com o rico: a riqueza, por si, não lhe adquire merecimento algum, só se torna meritória pelo socorro que presta aos pobres. — Co-

mo os ricos não dão de boa vontade, por isso estão **em perigo de eterna condenação**. Daí a terrível sentença de Cristo: É mais fácil passar um camelo (1) pelo buraco de uma agulha do que entrar um rico no reino dos céus (S. Mat. XIX, 14). Quanto não deverá adelgaçar-se o camelo? Pois assim se há-de despojar o rico da avareza. A riqueza temporal é como uma caldeira a ferver; olha não te queimes com ela (S. Vic. Ferr.). Os ricos estão em tamanho perigo de se perderem como o navio sobrecarregado de mercadorias (S. Cris.). O cão que rói um osso não o largaria por um reino; assim muitos ricos não querem largar os bens mesquinhos pela eterna felicidade (S. Bern.). Os ricos não querem separar-se das suas riquezas porque têm a actual fortuna pela **verdadeira felicidade**; tomam a sombra pela realidade, como o cão que atravessa o rio com um pedaço de carne na boca e tomou por carne a imagem dela na água, e assim, querendo apanhar a que imaginava, deixou cair a que possuía (S. Vic. Ferr.). *Na morte* começaram os ricos a conhecer a sua miséria; como a ave que pousou numa varinha enviscada, e se sente presa só quando quere levantar o vôo. Os ricos, quando à hora da morte despertarem do seu sonho, achar-se-ão tão enganados como o que sonhou que possuía uma grande felicidade (Ps. LXXV, 6). Deus *impediu com muitos obstáculos o caminho da riqueza*, como o lavrador põe uma sebe de silvas no campo onde não quere que se entre.

2. Também o pobre deve socorrer o seu próximo necessitado.

Quando tiveres muito, diz Tobias a seu filho, dá com generosidade, e quando tiveres pouco, dá dêsses pouco com alegria (IV, 9). Aquêle que dá ao próximo sedento um copo de água, com caridade, porque não lhe pode dar mais, receberá por isso tão grande prémio como o publicano Zaqueu, que repartiu com os pobres metade dos seus haveres (S. Agost.). A *pobre viúva deu no templo* mais, com a sua pequena esmola, que os ricos que a haviam precedido (S. Luc. XXI). A *viúva de Sarepta* deu a Elias o último azeite que lhe restava (III Reis XVII, 12). Em geral os pobres são mais liberais que os ricos em dar aos necessitados do que têm. Sabem, por expe-

(1) Os judeus empregavam este termo para designar um fio de pelo de camelo.

riência, quão dura é a necessidade e a pobreza, e procuram mitigar os seus rigores.

3. Quem não auxiliar o seu próximo necessitado não encontrará misericórdia em Deus.

S. Tiago diz: Um juízo sem misericórdia será feito contra aquele que não teve misericórdia (II, 13). Por isso foi condenado o rico avarento (S. Luc. XVI, 19). O homem sem misericórdia não será escutado por Deus (Prov. XXI, 13). Aquel que não reparte do seu com os pobres comete para com êles um roubo e priva-os da vida (S. Cris.). O rico duro de coração há-de ser considerado como ladrão, pois encerra na sua gaveta o que subtrai aos pobres (Id.). O que toma para si só os dons da natureza peca contra a vida dos seus próximos necessitados, e comete cada dia um homicídio nos que perecem por causa da sua avareza (S. Greg. Mag.). Não basta opor, que não causa dano ao próximo. Tôdas as vezes que recusamos a esmola (podendo dá-la), atinge-nos o castigo que merecem os que tiram ao próximo o que lhe pertence (S. Cris.). Belamente disse um rei (Frederico II): «Aquêle que não é misericordioso deixa de ser homem». O que se esquece dos pobres não merece o pão que come.

2. Todo o socorro que damos ao nosso próximo necessitado chama-se esmola ou obra de misericórdia.

Chama-se obra de misericórdia porque o sentimento de compaixão, ou seja a misericórdia, é quem a ela nos move (que é o que significa em grego *eleemosyne*). Como o Espírito Santo, consolador dos aflitos, acende no coração dos homens o fogo amoroso da misericórdia cristã, desde remotos tempos se consagraram a Ele os hospitais. Em Roma e noutras grandes cidades da Idade Média encontram-se Hospitais do Espírito Santo, em cuja entrada se punha o símbolo do Espírito Santo, isto é, a pomba.

3. Há obras de misericórdia corporais e espirituais, segundo remediamos as necessidades do corpo ou as da alma do próximo.

Para o corpo pode faltar ao próximo: **comida, bebida, vestuário, pousada, liberdade, saúde, ou vida.** Como se pode dar-lhe socorro? — Para o espírito pode faltar-lhe: o **conhecimento da verdade** (e necessita **ensino e conselho**); **boa vontade**, por cuja falta é ofendido Deus ou nós mesmos (e então carece de **correcção, ou paciência ou perdão** das injúrias); **gózo espiritual** (e necessita **consolação**). E quando o não podemos auxiliar, ou podemos pouco, resta-nos pedir para Ele o auxílio de Deus (com a **oração**). — Se as obras de misericórdia corporal são prata, as de misericórdia espiritual são ouro (Stolz), pois o espírito é mais nobre que o corpo.

3. Principais obras de misericórdia

1. As obras de misericórdia corporais são:

- 1) Dar de comer a quem tem fome; 2) Dar de beber a quem tem sede; 3) Vestir os nus; 4) Visitar os enfermos e encarcerados; 5) Dar pousada aos peregrinos; 6) Remir os cativos; 7) Enterrar os mortos, por amor de Deus.

1) Dar de comer a quem tem fome.

A viúva de Sarepta sustentou Elias; Abraão deu de comer aos três peregrinos; Cristo a milhares de pessoas, no deserto; Santa Isabel de Turíngia distribuiu em tempo de fome (1225) toda a provisão de cereais. O papa S. Gregório Magno († 604) sentava muitas vezes doze pobres à sua mesa; S. Luís, Rei de França († 1270), sustentava diariamente cento e vinte pobres e nos dias festivos duzentos, e freqüentes vezes Ele mesmo lhes servia à mesa.

2) Dar de beber a quem tem sede.

A Samaritana, no poço de Jacob, deu de beber a Cristo. Rebeca deu de beber ao criado de Abraão, Eliézer. Mas a Cristo, na cruz, negaram-lhe esta caridade e deram-lhe fel e vinagre.

3) **Vestir os nus.**

Tabita, de Jope, vestia as viúvas pobres. S. Martinho de Tours, estando de guarnição em Amiens, deu a um pobre metade da sua capa, e Cristo lhe apareceu vestido com ela (333). Os presentes de roupas para os meninos pobres, pelo Natal, são boa obra de caridade. Em muitas cidades de Espanha está estabelecida, nas Congregações de meninas, a *rouparia* dos pobres, onde elas trabalham um dia por semana para vestir os nus. Esta obra é digna de se multiplicar (1).

4) **Visitar os enfermos e os encarcerados** só é obra de misericórdia quando se faz com o fim de os consolar ou socorrer na alma ou no corpo.

Os amigos de Job não devem ter alcançado prémio pela sua visita, pois se converteram em acusadores dele; mas sim o piedoso Samaritano que **cuidou** do viageiro ferido. S. Luís Gonzaga assistiu em Roma aos empestados († 1591). S. João de Deus, português, e a Ordem por ele fundada, de *Irmãos da Misericórdia* (1617) tiveram por fim esta obra, assim como S. Vicente de Paulo e as *Irmãs da Caridade* por ele instituídas (1618). A Associação da Cruz Vermelha cuida dos feridos na guerra. O oferecimento voluntário dos sacerdotes para assistirem aos moribundos, sobretudo em tempo de peste, é obra de muita misericórdia (2). — É também muito meritório visitar os presos para os consolar e fazer-lhes algum bem temporal. Especialmente onde, como na China ou na Turquia, as condições dos cárceres são miserabilíssimas.

(1) Em Portugal também já existe esta prestativa obra.

(2) Do imperador José II conta-se a anedota seguinte: Encontrou ele um dia nas ruas de Viena um rapazinho que debulhado em lágrimas lhe pedia um florim. «Minha mãe, dizia ele, está doente, precisa de médico, mas este não quer vir sem lhe darmos um florim». José II deu-lhe um, perguntou-lhe a direcção do doente, fez-se passar por médico e escreveu uma ordem. Vendo pouco depois o médico chamado pelo pequenito, e vendo a ordem, exclamou admirado: «O mulher, foi o imperador que veio a sua casa; aqui está uma ordem de pagamento para você levantar 50 ducados». O médico de coração duro merecera bem esta humilhação.

5) Dar pousada aos peregrinos ou viandantes.

O Apóstolo anima-nos à hospitalidade: «Não vos esqueçais da hospitalidade, porque por esta alguns, sem o saberem, hospedaram anjos» (Hebr. XIII, 2). Abraão e Lot tiveram a fortuna de hospedar os anjos em trajes de peregrinos. O piedoso Samaritano conduziu o ferido a uma pousada. Marta e Maria hospedavam a Cristo e serviam-no em sua casa. Os antigos mosteiros costumavam ter hospedarias, como ainda agora as têm o de Monserrate e muitos outros. Os monges de S. Bernardo recolhem os viajantes perdidos na neve (Suíça⁽¹⁾). Há várias associações para cuidarem dos peregrinos. (Na Idade Média instituíram-se para isso ordens militares; na Alemanha há a Associação Católica de Oficiais, fundada pelo padre Kolping, e a Associação de S. Rafael, que tomam esse cuidado).

6) Remir os cativos e libertar os presos inocentes.

Já se vê que não se devem pôr em liberdade os que sofrem nos cárceres justas condenações, pois longe de ser obra de misericórdia seria um delito. Nos povos onde há leis iníquas também pode ser obra de misericórdia libertar os presos, ainda que tenham sido condenados pelos tribunais. Na China, por exemplo, castiga-se às vezes com a pena de morte toda a família pelo crime de um só. Salvar estes desgraçados seria uma boa obra. Abraão libertou a Lot das mãos dos que o levavam cativo, e os cristãos de Damasco a S. Paulo. Para a redenção dos cativos, em época em que os muçulmanos levavam para o cativeiro muitos cristãos, instituíram-se no século XII a Ordem da SS. Trindade (Trinitários) e a dos Mercedá-

(1) Como é geralmente sabido, estes monges adentraram cães para procurarem os viandantes perdidos nas neves, recolhem estes desventurados no seu hospício e tratam-nos até se curarem completamente. O monte de S. Bernardo é atravessado anualmente por cerca de 20.000 italianos, que vão em busca de trabalho aos países do norte. Hoje, com os melhoramentos das estradas, com o telégrafo e outros progressos, a passagem é menos perigosa; todavia ainda se não passa ano em que as avalanches não causem vítimas, e não raro os monges vão encontrar a morte nos trabalhos de salvamento.

rios (Ordem de Nossa Senhora das Mercês). Para a sua obra de resgate recolhiam esmolas e, se era preciso, ficavam no lugar dos cativos. Muitos destes heróis da caridade (uns novecentos) foram mártires dos bárbaros, e à sua caridade sublime deveram a liberdade um milhão de cativos! — A obra da Santa Infância, para livrar da morte as crianças expostas na China, e a Obra anti-escravaturista instituída pelo Cardial Lavigerie, para a libertação dos negros, têm por escopo esta obra de Misericórdia.

7) **Com os mortos** pratica-se uma obra de misericórdia enterrando-os *em sepultura cristã*, acompanhando-os a ela ou pondo sobre ela *sinais de piedade*.

Tobias enterrava os mortos em Nínive, no tempo do cativeiro e perseguição de Senaquerib. Os habitantes de Naím acompanhavam o cadáver do filho da viúva. José de Arimateia e Nicodemos deram sepultura ao Salvador. Enterrar os mortos é fazer-lhes uma obra de caridade que eles já não poderão pagar: assim protegemos das aves e das feras os que participam da nossa mesma natureza (S. Bernardino). Não devemos abandonar os corpos dos defuntos, sobretudo dos justos, porque eram instrumentos de suas almas (S. Agost.). — Nalgumas regiões existe o mau costume de se entregarem depois do enterramento banquetes à custa dos herdeiros do defunto. Que absurdo! Em lugar de fazer uma obra de misericórdia ao finado faz-se uma obra má aos vivos. Ao mesmo tempo expulsa-se da alma a graça de Deus, que costuma operar por meio da vista do cadáver e do espectáculo do enterramento. Esta observação não visa, é claro, às refeições que a família oferece aos que honram o enterramento do seu parente, sobretudo se vêm doutros lugares.

Além das enumeradas, há outras obras de misericórdia (que se contêm virtualmente nelas), como o dar dinheiro ou emprestá-lo gratuitamente a quem o precisa, salvar a vida a quem está em perigo (em naufrágio, incêndio, etc.), o socorro nas desgraças, etc.

A filha de Faraó, que salvou Moisés das águas, fez

uma obra de muita misericórdia; Verónica fê-la ao enxugar o rosto ensanguentado do Senhor; também a fazem os que acodem voluntariamente a extinguir um incêndio. Toda a *palavra* de amizade, toda a resposta amigável é meritória, quando se dá ao próximo em consideração de que representa Cristo. Por isso diz o Senhor que até um *copo de água* fria que tivermos dado ao próximo em seu nome, ou por sua causa, no-lo pagará (Marc. IX, 40).

2. As obras de misericórdia *espirituais* são:

- 1) Dar bom conselho; 2) Ensinar os ignorantes; 3) Consolar os tristes; 4) Castigar os que erram; 5) Perdoar as injúrias; 6) Sofrer com paciência as fraquezas do próximo; 7) Rogar a Deus pelos vivos e defuntos.

É uma obra de misericórdia **dar conselho** a quem está em dúvida, mas deve-se considerar muito o que se aconselha e não convém importunar o próximo para que o siga. Quem pensa que sabe tudo melhor, causa muitas vezes dano. José, cativo no Egípto, deu a Faraó um bom conselho; Daniel deu outro a Nabucodonosor («resgata com esmolas os teus pecados»); Gamaliel deu-o no Conselho dos Judeus e, sobretudo, Cristo deu um ao jovem rico que o interrogou. — Podemos **ensinar o próximo que não sabe**, já em coisas de religião, já noutras coisas profanas proveitosas; quer de viva voz, quer por escrito. Obra de misericórdia fizeram os santos Apóstolos, os pregadores da Fé em várias nações, os missionários em terras de infiéis, e fazem-na todos os pregadores, catequistas, confessores, escritores católicos e até todos os professores. Entre todas as obras divinas, a mais divina é cooperar com Deus na salvação das almas (S. Dion.). Os que ensinam a outros a religião alcançarão no céu uma honra e um grau de glória superiores. Os que ensinam a justiça a muitos, diz Daniel, brilharão como estrélas por toda a eternidade (XII, 3).

Consolar os tristes é mostrar-lhes simpatia, sugerindo-lhes motivos de resignação e prestando-lhes auxílio nas suas necessidades.

Este testemunho de simpatia chama-se também *condoléncia*. — Eis os motivos de *resignação* que se podem sugerir ao próximo: aos pobres e aos desgraçados, a bondade da Providência divina e os gozos celestes; aos pecadores, a imensidão da misericórdia divina, etc. — A melhor consolação é o *auxílio nas necessidades*; tal foi a consolação de Jesus à viúva de Náim e às irmãs de Lázaro. — A tristeza é uma *doença da alma*, muitas vezes perigosíssima (Prov. XXV, 20); consolar os tristes é, portanto, cuidar dos doentes (S. Greg. M.); é um orvalho benéfico sobre uma terra ressequida (S. J. Cris.). É uma grandíssima consolação para o desdito ter uma alma que se compadece dêle (S. Ambr.).

Deveremos corrigir o próximo, quando erra ou peca, se temos esperança de tirar proveito e o podemos fazer sem notável *prejuízo* nosso.

Seria um *homem cruel* aquêle que visse um cego à beira de um precipício e o não avisasse do perigo; mas muito mais cruel seria o que, podendo livrar da morte eterna o seu irmão, deixasse de o fazer por negligência (S. Agost.). Aquêle que pode evitar uma falta e o não faz, tem sem dúvida parte no pecado (S. Greg. M.). Deus há-de pedir-nos conta da alma do nosso próximo se não trabalhamos pela sua salvação, podendo fazê-lo (Id.). Quando um homem tem o fato manchado, chamamos para isso a sua atenção; mas se está desfigurado com manchas espirituais deixamo-lo perecer miseravelmente (S. Cris.). — Dão-nos exemplo desta boa obra: Noé pregando penitência aos seus contemporâneos; o *bom ladrão* lançando em rosto ao *mau ladrão* a sua falta de temor de Deus; Santo Ambrósio repreendendo o imperador Teodósio à porta do tempo. A correcção é como o sal, que arde na ferida, mas que a cura: assim a correcção é desagradável mas proveitosa. — Aquêle que por corrigir o próximo tivesse de sofrer um grande prejuízo não é obrigado a fazê-lo, pois ninguém é obrigado a amar o próximo mais do que a si mesmo. (Só o superior tem esta obrigação, pois lhe cumpre, não só por caridade, mas também por justiça). Também se deve omitir a correcção quando com fundamentos razoáveis nenhum fruto se espera. Quem seria tão louco que quisesse corrigir um embriagado? Espera para o avisar outra ocasião.

Na correcção fraterna devemos observar a ordem prescrita por Cristo.

Primeiro devemos admoestar o próximo *a sós com ele*. Se nos não atende, devemos corrigi-lo diante de *uma ou duas testemunhas*; e se isto não aproveita, devemos acusá-lo aos seus superiores na Igreja (S. Mat. XVIII, 15). — Note-se o êrro grosseiro em que costumam estar muitas pessoas, tendo por vil a delação das faltas do próximo, feita aos superiores para que o corrijam *paternalmente*, como ao mestre, confessor ou padre espiritual, etc. Como pode ser baixeza o que não tem outra mira senão o bem espiritual do próximo? Outra coisa seria se se tratasse de um processo judicial em ordem a exigir a pena merecida. Mas o que sobretudo é vileza indigna de cristãos é andar com intrigas e embustes, ou exagerando e dando importância ao que em si não vale nada.

Devemos corrigir o próximo com amor e mansidão.

Quanto mais caritativa e ponderada é a correcção, tanto mais fruto produz. Como o prego que pregamos penetra mais fundo e mais facilmente untando-o com sebo, assim as palavras de repreensão ganham em eficácia sendo ditas com mansidão (S. Martinho). A correcção, para ser proveitosa, há-de parecer-se com a chuva miúdinha. A chuva só aproveita à terra e a fecunda quando cai sobre ela lentamente; mas, se vem com força e torrencial, leva consigo a terra e destrói as sementeiras (Corn. a Lap.). O mesmo sucede com a correcção violenta. Como a noz verde, a repreensão tem uma casca amarga e por conseguinte é necessário cobri-la de açúcar (S. Fr. de S.). Como a fruta verde não se digere bem e faz dores de estômago, assim é a repreensão, que contém uma verdade difícil de digerir. Por isso se deve cozer antes com o fogo da caridade, como se faz aos frutos acres (S. Fr. de S.). O rigor deve juntar-se com a brandura, como com os espinhos a rosa. — Por esta razão é recomendável que antes da repreensão se reconheçam os merecimentos e, depois dela, se anime o repreendido a corrigir-se. Desta sorte nos pareceremos com os que primeiro traem o arco para depois dispararem a seta. — Ao contrário, não só se não tira proveito, antes se causa dano ao

próximo quando se repreende em tom áspero, pois o pecador não se resolve a emendar-se quando não vê que o amam como convém (S. Af.). Se queremos conduzir um viajante ao bom caminho aos empurrões e pontapés, o que obteremos é que vá pelo caminho contrário. Isto é o que consegue quem pretende emendar o próximo com gritos e exprobrações (Wen.). Ao cavalo espantadiço não o doma o cavaleiro com chicote e espora, mas com serenidade; assim deve proceder o cristão para com o seu próximo que anda errado. Devemos combater as faltas sem injuriar a pessoa.

«Aquêle que fizer converter a um pecador do erro do seu descaminho, salvará a sua alma da morte, e cobrirá a multidão dos pecados» (S. Tiag. V, 20).

Aquêle que corrige o que erra é como o navegante que descobre um naufrago e o recolhe no seu navio. Quanto se afadigou o santo Evangelista João para salvar o jovem infeliz que, convertido por él, cometera depois uma falta e chegara a ser ladrão! Procurou-o pelos montes e correu atrás dêle clamando-lhe: «Por que foges, meu filho, de teu pai, dêste velho indefeso? Nada temas: eu mesmo pedirei perdão para ti a Cristo e farei reparação pelos teus pecados». Estas palavras de amor converteram-no. Não se pode perseguir mais cruelmente a Cristo do que arrebatando-lhe as almas, e, ao contrário, não se lhe pode oferecer maior obséquio, do que reconduzindo-lhe as extraviadas (S. Agost.). Esta esmola vale mais do que todo o mundo, pois uma só alma tem mais valor que todo o universo (Id.). Não há coisa alguma que se possa comparar com o valor de uma alma. Ainda que desses aos pobres imensas quantias, isso nada seria, comparado com o salvar uma alma (S. Cris.). Salvar um pecador é salvar da morte eterna o filho do rei do céu, que nos recompensará com mais liberalidade que um rei da terra a quem tivéssemos livrado da morte um filho.

Mostramos que **perdoamos as ofensas** não tirando vingança delas, antes tratando amigavelmente o ofensor e fazendo-lhe o bem que podemos.

Formoso exemplo nos deu José, vendido por seus irmãos; não se vingou, antes os abraçou e beijou e encheu de presentes. Também David perdoou a Semei não se vingando dele. — Se perdoarmos de coração aos nossos inimigos, Deus nos perdoará a nós nossos pecados. Façamos reflexão sobre a quinta petição do *Padre Nossa*. Quem perdoa de boa vontade ao próximo alcança misericórdia de Deus (Veja-se o que ficou dito sobre a caridade para com os inimigos, a pág. 45 desta segunda parte).

Quando sofremos com paciência as fraquezas e impertinências do próximo, não só ganhamos nós, mas somos de proveito ao nosso próximo, pois o sustemos para que não cometa maiores faltas de caridade e levamo-lo a reconhecer facilmente o seu mau proceder.

David sofreu com paciência os insultos de Semei, pelo que obteve de Deus misericórdia (I Reis, XVI, 10). *Nada perderemos* sofrendo com paciência as injúrias, pois a nossa inocência sairá finalmente à luz e então receberemos grande prémio pela paciência. — Também é muito meritório não alegar desculpas, por amor de Deus, quando alguém nos repreende (S. Teresa). Desgraçadamente muitos homens são como o ouriço que se ennovela quando se lhe toca e apresenta por todos os lados os seus espinhos; e assim, muitos quando os avisam de suas faltas respondem com mil desculpas e réplicas. — Sem embargo devemos defender-nos contra a injustiça, quando a tolerância paciente da injúria traria antes dano que proveito; por exemplo, quando do nosso silêncio se poderia seguir escândalo. Não se deve fazer caso de uma pequena ofensa, mas perante a acusação de um grave delito devemos defender-nos (S. F. de S.). O melhor processo consiste em evitar os dois extremos (susceptibilidade e insensibilidade) e seguir o meio termo.

A oração pelos vivos e defuntos é muito agradável a Deus, muito útil a quem a faz e àqueles por quem é feita. Deus quer particularmente que oremos pelos nossos parentes, bemfeitores, pelo nosso Santo Padre o Papa, pelo chefe do Estado, pelo

nosso Bispo, pelos nossos pastores, e, finalmente, pelos nossos inimigos (S. Luc. VI, 18).

É bom e agradável a Deus fazer orações por todos os homens... por todos aquêles que estão investidos nalguma dignidade (I Tim. II, 2); é um santo e salutar pensamento orar pelos mortos, a-fim-de que sejam absolvidos dos seus pecados (II Mac. XII, 46). Longe de com isso perdermos graças, ganhamos muitas, intercedendo pelo próximo junto de Deus (Santa Gertr.). o orar pelos outros aumenta os nossos merecimentos (S. Fr. de S.) e faz descer sobre nós as bênçãos celestes. Temos uma prova na vitória assinalada ganha por Judas Macabeu sobre Nicanor: Judas com efeito acabava de oferecer sacrifícios por alma dos soldados mortos precedentemente (II Mac. XV). A oração pelos outros não tem necessariamente uma eficácia imediata. A Santa Gertrudes, que uma vez se queixava da inutilidade das suas orações por alguns pecadores, disse Jesus: «Nenhuma oração fica sem fruto, ainda que a maneira como o fruto se produz permaneça oculta ao homem». Abraão orou por Sodoma. Moisés pelos Israelitas, os primeiros cristãos por Pedro prisioneiro. Jesus na última ceia orou pelos seus discípulos, por toda a Igreja; na cruz, pelos seus inimigos. «Quando Jesus, diz S. Ambrósio, passava a noite em oração, não era por ele mas por nós que ele suplicava a Deus». A semelhança de Jesus devemos, portanto, pedir por todos os nossos semelhantes, especialmente no *Padre Nossa*, onde empregamos sempre a forma do plural.

3. *Têm parte nas obras de misericórdia* os que contribuem para elas com dinheiro ou outros objectos de valor.

Se pela participação numa acção má se assume a responsabilidade dela e se toma às costas o peso de um pecado alheio, não cabe dúvida de que quem contribui para uma boa obra adquirirá méritos semelhantes aos do que a executa. Pratica, pois, uma obra de misericórdia para com os infiéis quem sustenta com o seu dinheiro as Missões, como o fazem os que favorecem com esmolas a Obra da Propagação da Fé (Veja-se adiante.) — Pode-se ir em auxílio dos missionários, juntando *estampilhas usadas*. O fazer colecção delas não acarreta despesa alguma,

nem incômodo notável. Estes selos têm valor porque se formam colecções para a venda, que os coleccionadores compram, ou os pais para estimularem os filhos ao estudo da Geografia. Também se empregam para enfeitar salas ou imagens. Um irmão da Doutrina Cristã em Aix (Aquisgrão) formou com 12:000 selos de todos os países a *Ceia*, de Leonardo da Vinci, sem pincel nem lápis. Há selos pelos quais, por causa da sua raridade ou antigüidade, se chegam a dar centenas de escudos. Mas os selos comuns só alcançam preço considerável quando se juntam aos quilos. Convém ter isto presente para se não fazerem despesas ao coleccioná-los, pois algumas pessoas piedosas ajudariam melhor as missões dando à Propagação da Fé o que gastam em cartas, etc., para coleccionarem selos cornuns. Além disso, é necessário que não estejam muito sujos do carimbo e que tenham o rebordo denteado inteiro. Também se recolhem bilhetes postais, sobrescritos ou envelopes com selos, etc. Em 1899 nasceu no seminário eclesiástico de Luttich, a Obra pia dos selos do correio para as Missões de África, que em dez anos (1890 a 1900) reuniu mais de 300 milhões de selos; o lucro líquido foi de 63:000 marcos. O pároco de Stein de Siggen (Post Isny, no Wurtemberg) recolheu em 18 anos uns 80 quintais de selos, portanto, cerca de 70:000 marcos, com os quais ajudou 100 missões e remiu 600 crianças filhas de inféis. Recolhe, se podes, estes selos, e Deus te pagará a tua caridade. Mas não os envies senão em grandes quantidades e paga as franquias, pois poderia acontecer que a quem os recebe fiquem as franquias mais caras que o valor dos selos. Desta sorte a missão perderia em vez de ganhar⁽¹⁾.

4. Como devemos praticar as obras de misericórdia

1. Não devemos fazer o bem ao próximo para sermos vistos dos homens e recebermos louvores dêles, aliás recebemos neste mundo a recompensa (S. Mat. VI, 1), nem para obtermos por nossa vez benefícios.

(1) Em Portugal há, em diversas localidades, quem se encarregue de receber e enviar os selos usados.

Quando dais esmola, diz o Salvador, *que a vossa mão esquerda não saiba o que faz a direita* (S. Mat. VI, 3), isto é, devemos como que ignorar as nossas próprias esmolas. S. Nicolau († 342), por exemplo, deitava as suas esmolas aos pobres de noite, das janelas. O rei Venceslau da Boémia († 936) levava esmolas às choupanas dos pobres de noite, e assim fizeram outros santos. — Quanto menos recompensas terrestres obtivermos pelas nossas obras de misericórdia, tanto maior será a recompensa celeste; é necessário, portanto, socorrer de preferência aquêles que *nada nos podem retribuir*: os pobres, os fracos, os coxos, os cegos; assim fazia Jesus (S. Luc. XIV, 13). Também se não deve fazer o bem com a *mira no reconhecimento*. As pessoas caridosas não recolhem, como Deus, senão ingratidão, mas isto não as deve desviar das boas obras, pois é isso o que constitui a misericórdia.

2. Devemos fazer o bem por amor de Cristo.

Cristo vive nos seus, segundo as suas próprias palavras sobre o juízo final. «Se, pois, vêdes vosso irmão (desgraçado), tendes visto a Cristo» (Clem. Alex.). Os santos davam esmolas porque sabiam que o que se faz aos pobres, Cristo o tem como feito a si, conforme o que diz: o que fizerdes a um de meus irmãos pequeninos, a mim o fazeis (S. Mat. XXV, 40). Era bem expressiva a inscrição que se costumava pôr antigamente nos hospitais e casas para albergar os pobres — *Christo in pauperibus* — isto é, estabelecimento para Cristo que vive e está representado nos seus pobres. Um santo bispo costumava dizer, quando um pobre lhe pedia esmola: «Jesus vem outra vez a mim na pessoa de um pobre». Santa Maria Madalena de Pazzi preferia, pois, com razão, a caridade à oração: «Quando rezo, dizia, é Deus que me ajuda; quando dou esmola, sou eu que corro a Deus, porque Ele considera feito a Ele próprio o que se faz ao próximo».

3. É necessário socorrer o próximo com prontidão e alegria.

Não deixemos nunca para amanhã a esmola que podemos fazer hoje (Prov. III, 28); quem dá logo, dá duas vezes. — Aquêle que pratica a misericórdia faça-o com alegria (Rom. XII, 8). Deus ama o que dá com alegria (II Cor. IX, 7). Não recebamos, pois, os pobres con-

suras; seria assemelhar-nos a um médico que em lugar de curar as feridas fizesse outras ao seu doente. É necessário também não molestar o pobre com *longos interrogatórios*, mas dar-lhe de plena boa vontade e sem esperar o seu pedido. Ainda menos convém *fechar a porta aos pobres*. S. João, o esmoler, patriarca de Alexandria, tinha o costume de dizer: «Como! Quando Deus Todo Poderoso está pronto a toda a hora para nos receber e escutar nossas súplicas, nós, que não somos senão cinza e pó, havíamos de fazer-lhe a injúria de nos mostrarmos pouco acessíveis aos nossos irmãos e irmãs!» (Meh.). Recebo toda a gente, dizia Rodolfo de Habsburgo, porque não me elegeram rei para que eu me feche em casa.

Não devemos dar ao próximo as coisas que não servem para as suas necessidades, ou as que são más e prejudiciais.

Quem dá aos pobres manjares corrompidos (que podem arruinar-lhe a saúde), ou vestidos absolutamente estragados (que já os não podem agasalhar) não só não dá esmola mas até pratica muitas vezes uma obra má, digna de castigo. Certa ocasião um mendigo muito esfarrapado pediu uma camisa a uma senhora rica e de bom coração a qual ordenou à criada que lha desse. Foi esta buscar uma camisa toda rasgada, mas a senhora, ao vê-la, disse: «Traze outra melhor, e repara que vergonha seria para mim no dia de juízo, se Cristo mostrasse esta camisa a todas as gentes».

4. Não somos obrigados a dar como esmola senão o que nos sobra.

Não somos obrigados a privar-nos do que nos é necessário para nos sustentarmos segundo o nosso estado. «O que vos sobra, diz Jesus, dai-o aos pobres» (S. Luc. XI, 41). Os teólogos opinam que se satisfaz a este preceito quando se dão *dois por cento das economias anuais*, porque se todos os dessem, os pobres seriam socorridos. Os santos deram esmola até do necessário, porque a sua caridade foi heróica.

5. Só devemos dar esmola do que é nosso e só àqueles que são realmente pobres.

Alguns imaginam poder dar esmola à custa das lágrimas dos outros; tiram a êste o que dão àquele. A esmola feita por meio de injustiça é uma abominação aos olhos de Deus (S. Agost.). Portanto, antes de dar esmola é preciso pagar as próprias dívidas, porque a justiça está primeiro que a caridade (Id.). É tão injusto dar esmola com aquilo que se deve, como roubar um fato para o dar. Dar esmola com o que é dos outros é roubar, e oferecer ao juiz uma parte do roubo para o captar; é desse modo que cuidais captar a Deus com uma esmola que é fruto da injustiça? (S. Agost.). Por outro lado, dar esmola a ociosos, a ébrios, é cooperar nos seus desregimentos. Mas antes pecar por misericórdia que por dureza de coração. Numa casa onde o Pai (celeste) é tão pródigo, o gerente não deve ser tão avarento (S. Jo. Cris.). Em todo o caso não se deve negar esmola a um verdadeiro pobre sob pretexto de que a sua conduta é má. Porventura nós, que somos pecadores, não recebemos benefícios de Deus? O nosso coração deve ser como um porto que recebe todos os naufragos sem exceção; não nos ponhamos a julgar os naufragos, para lhes pedirmos contas, mas esforcemo-nos por os socorrer (S. Agost.).

6. Ao dar a esmola devemos preferir os nossos parentes, os nossos correligionários e aquêles que são mais pobres.

Façamos o bem a todos, diz S. Paulo, mas sobretudo aos nossos irmãos na fé (Gál. VI, 10). Se não podemos socorrer todos os pobres, ide primeiro em auxílio daqueles que a vós estão ligados por laços mais íntimos (S. Agost.). — Contudo não se deve negar a esmola aos verdadeiros pobres, porque seguem outra religião, são de outra nacionalidade ou são mesmo nossos inimigos. É necessário imitar o bom Samaritano (1).

(1) Conta-se do piedoso patriarca Veneza, Cardial Agostini († 1892), que encontrou um dia um pobre banhado em lágrimas e perguntou-lhe por que chorava. «Minha mulher, respondeu, está gravemente enferma, não tenho com que pagar ao médico, nem mesmo com que comprar um pouco de azeite; a doente está, por isso, às escuras». — «Leve-me a sua casa, disse o patriarca. — «Mas, respondeu o pobre estupefacto, eu sou judeu e minha mulher também». — «Isso não querer dizer nada, replicou o bispo, nós somos todos filhos dum mesmo Pai». Foi visitar a enferma e deixou-lhe uma avultada esmola.

5. Da utilidade das obras de misericórdia

Aquél que pratica a misericórdia torna-se *credor de Deus* (Prov. XIX, 17), porque o que se dá aos pobres é dado a Deus (S. Mat. XXV, 10). Quem dá aos pobres, empresta a Deus (S. Jo. Cris.), ora Deus restitui com usura o que lhe foi emprestado. A esmola é o *capital* melhor e com mais segurança empregado.

1. A esmola obtém o *perdão dos pecados*, porque obtém para o pecador a graça do arrependimento, para o justo a remissão dos pecados veniais e das penas temporais.

Daí a bem-aventurança: «*Bem-aventurados os que usam de misericórdia porque êles alcançarão misericórdia*» (S. Mat. V, 7). A esmola apaga os pecados, como a água apaga o fogo (Ecli. III, 33). Resgatai vossos pecados com o vosso dinheiro, dizia S. Ambrósio aos pecadores, segundo o conselho já dado por Daniel (IV, 24) a Nabucodonosor. — O **pecador** obtém pelas suas esmolas **graças actuais** que preparam a pouco e pouco a sua conversão. «Dai a Cristo (aos pobres nos quais vive Cristo) os alimentos terrestres, e, em troca, êle vos dará os celestes» (S. Ag.). Estas graças são às vezes extraordinárias (1). **Cornélio**, o centurião romano de Cesareia, obteve de Deus, em recompensa das suas esmolas, o ser instruído por um anjo e pelo apóstolo S. Pedro (Act. Ap. X). O homem caridoso faz, pois, à sua alma um grandíssimo bem (Prov. XI, 17). A esmola **protege-nos** contra o inferno, a **morte eterna**. «Livre do pecado, dizia Rafael a Tobias, e da morte; evita que a alma caia nas trevas (IV, 11). Aquél que procura ao pobre dias felizes, nada tem a temer do dia de terror (S. Jo. Cris.). Deus não permitirá que o homem caridoso se perca, dar-lhe-á o tempo e a graça de se converter (S. Agost.). Nunca ouvi, diz S. Jerónimo, que um homem misericordioso morresse de morte desgraçada, tem intercessores demais pa-

(1) O poeta Clemente Brentano (+ 1842) perdeu a fé e tornou a encontrá-la no exercício da caridade. A Providência conduziu-o junto do leito da piedosa Catarina Emmerich, onde se converteu completamente. Mais tarde escreveu as «Visões» desta santa pessoa, e com isso produziu muito bem.

ra isto! — O **justo** obtém pela esmola o **perdão das penas temporais**; S. Tomás de Aquino crê mesmo que ela tem maior eficácia para satisfazer do que a oração e o jejum.

2. Pela esmola adquirimos uma **recompensa eterna**, se, fazendo-a, estamos em estado de graça.

A esmola (1) assemelha-se à *semente lançada aos campos*; não morre, antes se multiplica em uma rica messe. A formiga junta para o inverno; dando esmola juntais para a eternidade (S. Agost.). O céu é um comércio: compramos o eterno com o temporal e transitório. O êxito de um comerciante consiste em vender caro o que comprou barato; nós estamos precisamente nesta conjuntura favorável de podermos comprar o céu por uma bagatela; um pedaço de pão, um copo de água, um fato velho (S. Jo. Cris.). Quando os *Europeus* descobriram a América, os selvagens deram-lhes por coisas de nada grandes porções de ouro e prata; assim também Deus nos dá o céu por coisas sem valor. «Dai, pois, aos pobres aquilo que não podereis conservar, e adquiri bens que não podereis perder» (S. Agost.). De mais a esmola granjeia-nos já neste mundo **uma inefável felicidade**. É impossível, diz S. João Crisóstomo, que a alma daquele que foi misericordioso para o infortúnio seja trabalhada pela tristeza e pela inquietação.

3. A esmola atrai sobre nós bônus temporais; Deus aumenta os nossos *bens* e concede-nos *saúde* e *felicidade*.

Ninguém empobrece por dar esmolas. Quem é incli-

(1) O imperador Luis II, O Germânico, perdeu-se um dia na caça (855). Sobrevindo a noite, foi pedir hospitalidade a um padre chamado Wulfhelm, que o recebeu e tratou da maneira mais amigável. No dia seguinte o estranho despediu-se, mas algumas semanas depois chegou um grande senhor, que levou àquele sacerdote uma carta timbrada com o sôlo imperial: era a sua nomeação para o bispado de Munster. É desta sorte que o rei do céu nos recompensará de um modo do qual não podemos ter o mínimo pressentimento.

nado à misericórdia será abençoado (Prov. XXII, 9). Ao esmoler aumenta-lhe Deus o que tem. Com quem é liberal para com os pobres é Deus muito mais liberal (Bel.). A bênção de Deus enriquece (Prov. X, 22). Os bens do homem esmoler assemelham-se a uma fonte inexaurível. Quando a uma fonte vai beber um sequioso torna a aparecer logo nela a água que se tirou. O mesmo sucede quando dos nossos bens dainos esmola aos pobres (S. Clem. A.). Por isso assegura Deus: Aquele que dá aos pobres, nada lhe faltará (Prov. XXVIII, 27). O mesmo Cristo diz: «Dai, e vos será dado» (S. Luc. VI, 38). A viúva de Sarepta foi generosa para o profeta e recebeu logo muito mais do que lhe havia dado, pois não se lhe acabou a farinha na arca, nem o azeite na almofolia, enquanto durou a fome (III Reis, XVII, 14). Bela é a história de S. João de Deus e do fidalgo de Granada, que deu ao santo uma considerável esmola e no mesmo dia lhe foi pedir outro tanto, disfarçado em mendigo. E, como o recebesse, deu ao santo dez vezes mais e foi desde então seu grande bemfeitor. Assim faz Deus também. Quando damos aos pobres alguma coisa do que Deus nos deu, ele no-lo devolve com grandes aumentos (S. Cris.). A árvore, quando podada, cresce com mais vigor: assim os ricos se tornam mais ricos, se podam a bôlsa, isto é, se dão esmolas (S. Boav.). A quem dá de boa vontade é mais fácil faltarem pobres que meios para os socorrer (S. Vic. de Paulo). Diz-se que S. João, o Esmoler, como por mais que desse sempre tinha que dar, exclamou uma vez: «Meu Deus! havemos de ver quem acabará primeiro, se Vós de dar-me bens temporais ou se eu de os distribuir pelos pobres». Santa Paula, ainda que tinha cinco filhos, dava abundantes esmolas. Quando seus parentes a repreenderam por isso, disse: «A mais rica herança que posso deixar a meus filhos são as bênções de Deus, que a esmola nos traz». E S. Crisóstomo diz: «A bênção que se funda na liberalidade é o maior bem que alguém pode deixar aos seus herdeiros». Ao esmoler dá Deus a saúde do corpo, como se viu no caso de Tobias, o qual, tendo-se exercitado em tantas obras de misericórdia, recebeu a visita do anjo S. Rafael que o curou (Tob. XII, 14). Tabita, em prémio das obras de caridade que havia praticado, foi ressuscitado em Jope, pelo Apóstolo S. Pedro (Act. IX, 36). O homem esmoler é feliz. David exclama: «Ditoso o que pensa no pobre e necessitado: no

dia da calamidade o salvará o Senhor» (Ps. XL, 1). Deus paga igual com igual.

Contudo o *pré-mio temporal* não vem sempre imediatamente.

Ainda que Deus não pague em seguida cá na terra, nem por isso se perde o pré-mio. A *semente* que se deposita na terra, não brota logo nem produz logo fruto. Sofrônio, bispo de Jerusalém, conta uma história memorável, de uma família em que a mulher era cristã e o marido pagão e usurário. Aconselhou-o a mulher que desse a juro o seu dinheiro ao Deus dos cristãos, porque com isso alcançaria muito maior lucro. Respondeu-lhe o marido que o levasse à presença desse Deus, e levando-o ela à porta de uma igreja mostrou-lhe os pobres e disse: «Estes são os representantes do Deus dos cristãos. O que a êles deres é como se o desses a Ele». O marido distribuiu cinqüenta moedas de prata pelos pobres. Ao cabo de três meses perguntou à sua mulher: «Quando paga o teu Deus? Olha que me está demorando demais o pagamento!» Ela respondeu-lhe que Deus pagaria sem dúvida alguma. — No mesmo dia comprou o marido na praça um peixe e mandou-o preparar para o jantar. Mas, quando a mulher o abriu, achou-lhe no ventre uma pedra preciosa, como outro tempo Pedro havia achado uma moeda de ouro (S. Mat. XVII, 26). Um lapidário deu por ela trezentas moedas de prata e o sucesso comoveu o marido de tal sorte que se fez baptizar e deixou a sua criminosa profissão.

4. Pela esmola alcançamos que as nossas orações sejam prontamente ouvidas.

Com coisa alguma se torna Deus tão acessível como com a misericórdia (S. Greg. Naz.). Tobias avisou seu filho: «Não voltes o rosto a ninguém pobre e assim Deus o não voltará a ti» (Tobias IV, 7). Nota as palavras do anjo a Cornélio: As tuas orações e as tuas esmolas subiram até Deus (Act. X, 4). Se quereis que Deus escute a vossa oração, escutai vós a oração do pobre (S. T. VIII). A esmola e o jejum são as duas asas da oração.

5. Com a esmola conciliamos a afeição dos po-

bres e fazemos que roguem a Deus por nós, e a oração dêles tem grande eficácia.

Assim apoiaram os anciãos do povo hebreu a oração do Centurião gentio de Cafarnaum, porque lhes havia edificado uma sinagoga, e Cristo deu despacho favorável à sua petição (S. Luc. VII, 3). Os pobres de Jope rogaram por Tabita e S. Pedro ressuscitou-a (Act. Ap. IX, 39). Como Deus no-lo atesta, a oração do pobre nunca é desatendida (Ps. XXI, 25; LXVIII, 34). Sobretudo, os pobres oram depois da morte, quando estão no céu. Por isto nos admoesta Cristo: Ganhai amigos com a riqueza, para que depois da vossa morte vos acolham às eternas moradas (S. Luc. XVI, 9). — Não consintas, pois, que nenhum pobre se afaste de ti sem esmola. Já um pagão, Tito, imperador de Roma († 81 depois de J. C.), considerava perdido o dia em que não havia feito algum benefício.

6. O dever da gratidão

O Salvador diz: Mais feliz é dar que receber (Act. XX, 35). A razão é, que quem dá não tem mais que fazer senão esperar o seu galardão de Deus, enquanto que quem recebe não adquire mérito, antes fica obrigado ao reconhecimento.

i. Quem recebeu um benefício fica obrigado ao reconhecimento, primeiro a Deus e depois ao bemfeitor, pois é vontade de Deus que sejamos agradecidos pelo bem que nos fazem.

Tobias é modelo de *gratidão*, pois quando foi a sua cura deu primeiro graças a Deus e depois mostrou-se agradecido ao que acompanhara seu filho. Ser agradecido é reconhecer o benefício e procurar recompensá-lo ao bemfeitor. Deus quer que sejamos gratos pelos benefícios que recebemos (I Tess. V, 18). Cristo levou muito a mal que nove dos dez leprosos curados não lhe fôssem dar graças (S. Luc. XVII, 17). Deus queixa-se com freqüência, pelos profetas, da ingratidão dos homens. O boi, diz,

conhece o seu dono e o jumento a manjadoura de seu dono, mas o meu povo, Israel, não me conhece a mim (Is. I, 3). S. Paulo exorta os cristãos à gratidão (Coloss. III, 15; Efés. V, 20). Deus formou o corpo humano de terra e não de ar, de ouro, de prata ou de mármore, para que o homem aprendesse da terra a gratidão com que multiplica as sementes que recebe e paga os suores do lavrador (S. Ambr.).

Em primeiro lugar devemos ser gratos a Deus, porque todo o verdadeiro benefício vem d'Ele.

S. Tiago diz: «Tôda a dádiva em extremo excelente e todo o dom perfeito vem lá de cima, e desce do Pai das luzes» (S. T. I, 17). Os homens não são senão ministros e instrumentos de Deus e, portanto, só em segundo lugar lhes pertence a nossa gratidão. — Assim que Jesus recebia um benefício de seu Pai celestial, levantava os olhos para o céu e dizia: «Eu te louvo, Pai. Graças te dou!» Assim o fez na ressurreição de Lázaro (S. Jo. XI, 41). Nunca se levantava da mesa sem dar graças a seu Pai celestial, como se vê na última Ceia, ou na refeição de Emaús. O mesmo faziam os Santos. David exclama: «Que posso eu retribuir a Deus por tudo o que me tem dado?» (Ps. CXV, 3). As primeiras palavras que disse Tobias depois da cura foram: «Eu te louvo, Senhor, Deus de Israel, porque me castigaste e me restituíste a saúde» (Tob. XI, 17). Quando Noé saiu da Arca, a primeira coisa que fez foi erigir um altar e oferecer sacrifício ao Senhor (Gén. VIII). Colombo, quando na sua viagem de descobrimento chegou a ver terra, louvou o Senhor, e em acção de graças chamou à ilha de Guanani, S. Salvador, e plantou nela a cruz (1492). O imperador Francisco I, ao receber a notícia da vitória de Leipzig, ajoelhou diante do seu povo e deu graças a Deus (1813). Acostuma-te, quando receberes algum benefício, a dizer as palavras: «Graças a Deus» (*Deo gratias*). Estas palavras, que desde remotos tempos se empregam na missa, devia freqüentes vezes repeti-las a Mãe de Deus. Ou então serve-te da oração: Glória ao Pai e ao Filho, etc. (*Gloria Patri*).

Em segundo lugar devemos ser gratos aos homens que nos fazem favores.

Depois de Deus, devemos ser agradecidos aos homens nossos bemfeiteiros. *David*, que recebera muitos benefícios de *Jonatán*, depois que êle morreu mandou vir ao seu palácio o filho dêle, paralítico, consolou-o, fêz-lhe muitos benefícios, sentou-o à sua mesa, e doou-lhe tôdas as propriedades que haviam sido de *Saúl* (II Reis, IX). Quando *David* estava em guerra com seu ingrato filho, e carecido de mantimentos, um rico ancião de 80 anos deu-lhe os que precisava. *David* quis por isso levá-lo consigo para Jerusalém e encher de honras a sua anciانidade, e como êle se desculpasse com os seus muitos anos, levou o filho dêle e fêz-lhe muitos benefícios e antes de morrer recomendou ao seu filho *Salomão* que não se esquecesse daquele jovem e o sentasse à sua mesa (III Reis, II, 7). *Tobias* quis dar ao companheiro de seu filho, o anjo *S. Rafael*, metade dos bens que trouxera (*Tob.* XII). Até as feras irracionais se mostram agradecidas. Foi lançado em Roma a um leão, no anfiteatro, um escravo fugitivo, chamado *Androdo*; porém o leão lambeu-lhe mansamente os pés. Como o povo ficasse maravilhado, declarou o escravo que na África havia curado àquele animal a ferida de um pé, pelo que o leão o sustentara três anos na sua cova com a caça que lhe levava. O escravo foi perdoado, e o leão dai em diante seguia-o por tôda a cidade. Assim até as feras envergonham os homens ingratos!

2. Pela gratidão alcançamos novos benefícios; mas a ingratidão leva-nos à miséria.

A gratidão consegue-nos a bênção de Deus e novas graças. Assim o vemos no sacrifício de *Noé*, o qual, apenas acabara de dar graças a Deus, recebeu logo novas promessas e o sinal do arco-íris (Gén. VIII, 9). O lavrador espalha na terra fecunda novas sementes, porque sabe que recolherá depois frutos. O mesmo faz Deus. Nada agrada mais a Deus que ver agradecidos os seus benefícios (S. Cris.). A acção de graças pelos bens recebidos torna o homem apto para receber outros maiores (Dion. Cart.). Deus tem particular cuidado do homem que se lhe mostra reconhecido e interessa-se mais por êle (Santa Gertr.). A gratidão é o caminho por onde alcançamos o auxílio de Deus (Ps. XLIX, 24). O agradecimento é como uma petição de novos benefícios. — A ingratidão produz a miséria. Lamentava-se certo lavrador que a sa-

raiva lhe destruirá a seara; mas um filho pequeno lhe disse: «Talvez Deus nos castigue porque lhe não damos graças à mesa». A criança tinha talvez razão! A ingratidão seca as fontes das graças divinas (S. Agost.). Não merece receber novos benefícios o que não sabe agradecer os que recebeu (S. T. de Aq.). A ingratidão é inimiga da graça e da salvação (S. Bern.). A quem paga o bem com o mal nunca se lhe apartará de casa a desgraça (Prov. XVIII, 13). Deus torna-se amigo da alma agradecida, mas da ingrata toma posse o demónio (S. Clem. Rom.).

A ingratidão é sinal de baixeza de carácter e de mau coração.

A ingratidão é a recompensa do mundo, isto é; os filhos do século são ingratos. Muitas vezes não reconhecem os benefícios e pagam o bem com o mal. Fazem como o cão caído num poço que morde a mão ao que o vai tirar. Foi desagradecido, por exemplo, Arquifofel, o qual comia à mesa de David e dêle havia recebido muitos benefícios, e não obstante seguiu o rebelde Absalão e lhe deu péssimos conselhos, do que se queixou amargamente David (Ps. LIV, 13, seg.). O que é desagradecido para com o seu próximo, também o será *para com Deus*, pois, se não ama seu irmão que vê, como amará Deus a quem não vê? (I S. João, IV, 20). Os homens ingratos costumam ser ímpios. Dêmos, pois, graças a Deus, depois de comer, ao recobrar a saúde, quando saímos bem duma tentativa, quando alcançamos um melhor posto, depois de uma boa colheita (para isto foram instituídas as festas do outono), ao ver-nos livres de um perigo, no fim do ano (como no último dia dêle se costuma fazer nas igrejas), etc. Ainda que o dom seja pequeno, devemos ser agradecidos; pois quem não agradece o pouco não merece o muito.

3. Não obstante isto, o que faz benefícios aos homens deve estar prevenido para sofrer a sua ingratidão.

Ingratidões colheram os profetas, o Salvador e os apóstolos. Colombo, o descobridor do Novo Mundo, viu-se preso por seus rivais. Do mesmo modo, na antigüi-

dade pagã, os bemfeiteiros recolhiam ordinariamente ingratidões. Os grandes generais que salvaram a Grécia na guerra contra os persas (séc. V, a. C.), Aristides, Milcidas, Temístocles foram, por falsas acusações, expulsos da pátria que haviam salvado. Fócion, que havia comandado quarenta e cinco vezes os exércitos, aos oitenta e cinco anos foi obrigado a beber veneno (317 a. de C.). A mesma sorte coube ao sábio Sócrates. Só depois da morte se reconheceu o mérito dêstes homens e se lhes levantaram estátuas. Com razão diz o provérbio: A ingratidão é a paga que dá o mundo. O cristão que aqui colhe ingratidões, receberá maior prêmio de Deus.

B. As boas obras, a virtude, o pecado, o vício

Até aqui temos tratado da vontade de Deus (os mandamentos). Vamos agora tratar do cumprimento desta divina vontade e da sua *transgressão*. Pelo cumprimento da vontade de Deus praticam-se as *boas obras*; pela sua *transgressão*, os *pecados*. Pela repetição das boas obras adquirem-se as *virtudes*, e a repetição dos pecados produz os *vícios*. As boas obras e os pecados são actos *transitórios*; as virtudes e os vícios são hábitos *permanentes*.

1. As boas obras

1. Chamam-se boas obras as acções humanas conformes com a vontade de Deus, feitas livremente, com intenção de lhe agradar, e que por élé são recompensadas.

É moralmente bom, o que é agradável a Deus e **conforme com sua santíssima vontade**. Deus é a fonte e origem de todo o bem no mundo e o modelo mais perfeito de toda a bondade. Assim diz Cristo: «Ninguém é bom senão só Deus» (S. Marc. X, 18). Portanto, só pode ser moralmente bom aquêle que se conforma com a vontade de Deus, e as acções que *não estão em tudo conformes* com esta vontade divina não são boas obras. Se alguém, por exemplo, desse um tiro em si para castigar seus pecados, ou fizesse esmola com bens alheios, ou se entregasse à oração em vez de cumprir suas obrigações, pecaria, e não faria uma boa obra. Dá-se nisto o que sucede nos *exames*: se numa única matéria há uma classificação má, já não é *bom* o exame e dificilmente se passa à classe superior; assim uma obra, que nalgum sentido se

aparta da vontade de Deus, deixa de ser boa e não terá prémio. — Também é indispensável para a obra ser boa que seja feita *livremente*. O criminoso que está condenado a pão e água, pelo menos enquanto não aceita este jejum com resignação, não executa com él uma boa obra. — Tão pouco são obras meritórias as que se não fazem *com os olhos em Deus*, senão por motivos terrenos. Por exemplo, o que jejua muito para ser tido por santo e receber dinheiro, não faz, é claro, uma obra meritória. O que, importunado por um pobre, lhe dá ao fim uma esmola como para se livrar da sua importunação, não faz, na verdade, nenhum pecado, mas tão pouco produz uma obra meritória. O que se faz por motivos terrenos só é uma obra naturalmente honesta, uma obra incompletamente boa. Dizemos *com os olhos em Deus*, a saber: 1) em atenção à vontade de Cristo, 2) por amor de Cristo, 3) em vista da recompensa eterna, 4) por temor do eterno castigo. Algum desses motivos é necessário para que uma obra seja *perfeitamente boa* e útil para a vida eterna (*sobrenatural*). Prova-se com o seguinte exemplo. Se um tecido está tingido de púrpura, deixa de ser um tecido vulgar e se torna precioso, pagando-se por muito mais. Assim a obra humana que não se faz *com os olhos em Deus*, é de pouco valor; mas, se se faz por él, é tingida com o sangue de Cristo e torna-se preciosa aos olhos de Deus, que a paga com o prémio eterno. Por esta razão o justo faz muitas **boas obras**, pois vivendo em estado de graça refere ordinariamente os seus actos a Deus, seu último fim. Por isso, diz Cristo: «Toda a árvore boa dá bons frutos» (S. Mat. XII, 17). O justo é como a vara que está unida à videira, e por conseguinte produz muito fruto (S. João XV, 4).

As acções que se fazem só com fins terrenos, não têm valor diante de Deus.

Assim os *fariseus*, no tempo de Cristo, mostravam-se exactíssimos cumpridores das cerimónias para serem vistos e louvados dos homens; por isso Cristo vituperou suas obras, dizendo que já haviam recebido a sua recompensa (S. Mat. VI, 2). O que dá esmola para ser elogiado pelos jornais, para alcançar os votos do povo, etc., não faz uma obra boa nem tem direito ao prémio dela. Estas obras são como fardos grandes, mas vazios, que ao pesarem-se no juízo descobrem sua inanidade. O homem olha a su-

perície das coisas, mas Deus olha o coração (I Reis XVI, 17). Deve-se olhar à intenção e não à obra: por grande que esta seja, não se olhando ao último fim, fica sem valor (S. Agost.). O que em suas obras busca sua **própria glória** é um ladrão, pois rouba a honra que pertence a Deus (S. Bern.).

Uma obra boa tem mais valor aos olhos de Deus **quanto maior fôr o desinteresse** com que se faz, e **quanto maior fôr o sacrifício** que tivermos de fazer.

Quanto menos olhamos aos prémios terrenos, portanto, com quanto mais **desinteresse** trabalhamos, tanto mais preciosa e estimável é a obra. Fazer bem aos pobres que nos não podem compensar, é uma obra preciosa aos olhos de Deus, ainda que pareça pequena aos dos homens; pois não tem outro motivo senão Deus (S. Fr. de S.). Por isso o Salvador nos recomenda que façamos bem sobretudo aos pobres, aos fracos, aos paralíticos e cegos, que nos não podem pagar (S. Luc. XIV, 13). Da mesma forma têm valor particular as obras que fazemos com **sacrifício** de nós mesmos. Por este motivo estimou Cristo a esmola da pobre viúva mais que todos os donativos dos ricos (S. Marc. XII, 41). «As boas obras, diz S. Francisco de Sales, que experimentam grandes *contradições interiores ou exteriores*, são as mais meritórias aos olhos de Deus». Por esta razão foi tão agradável a Deus o sacrifício de Abraão, que se dispôs a oferecer o seu filho único (Gén. XXII). O valor maior ou menor duma boa obra depende também da **caridade** com que se pratica. Uma pequena obra feita por amor de Deus e com mira em lhe agradar, é mais meritória que uma obra grande feita com menos zélo pela glória de Deus (S. Fr. de S.). Não olha Deus à grandeza das nossas obras, mas à intensidade do amor com que as fazemos. Quanto mais ardente é o amor, também mais perfeita é a obra (S. Jo. Cris.).

2. Recomenda-nos Deus em especial as seguintes boas obras: *oração, jejum e esmola*.

O arcanjo S. Rafael disse a Tobias: a *oração, com o jejum e a esmola*, é melhor que amontoar *porções de ou-*

ro (Tob. XII, 8). Estas três obras são os tesouros celestiais que a ferrugem não consome nem a traça, nem os ladrões, podem desenterrar e roubar (S. Mat. VI, 20). Cristo recomendou principalmente estas obras no *Sermão da Montanha* (S. Mat. VI). Por elas foi o centurião Cornélio louvado pelo anjo (Act. Ap. X). — Por **oração** entende-se aqui todo o acto de culto divino, como a recepção dos Sacramentos, a assistência à missa, o ouvir a palavra de Deus, etc. — **Jejum** chama-se não só a abstinência de certos alimentos e a redução das refeições, mas toda a mortificação dos apetites sensitivos, da curiosidade, da loquacidade, dos deleites lícitos, etc. — **Esmola** é todo o serviço que fazemos ao próximo, especialmente as obras de misericórdia, espiritual e corporal.

A oração, o jejum, e a esmola conduzem principalmente à perfeição, porque *com elas se contrariam as três más concupiscências*, a soberba, a concupiscência dos olhos e a da carne.

A oração reprime a soberba; o jejum a concupiscência da carne, ou seja, o imoderado desejo de deleites; a esmola a concupiscência dos olhos, ou seja, a ânsia dos bens terrenos. Com estas obras *desprendemo-nos* das coisas terrenas e *aproximamo-nos* de Deus. Por este motivo, todavia, são ainda mais fícazes os três conselhos evangélicos. (Veja-se adiante).

3. Ainda *obras mais insignificantes* podem ser de grande merecimento, quando se fazem com a *intenção* de dar glória a Deus.

Fingiu a fábula que Midas, rei da Frígia, havia pedido aos deuses que tudo quanto tocasse se convertesse em ouro. Isto é precisamente o que pode fazer o cristão, pois pela *recta intenção* todas as suas obras se tornam de ouro e divinas, isto é, de grande preço e merecimento (S. Anselmo). — Por esta razão nos manda S. Paulo: «Ou comais, ou bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para glória de Deus» (I Cor. X, 31). O que diz o Apóstolo do comer e beber, podemos dizer-lhe do trabalho, do descanso, do sono, etc., coisas em que podemos cada dia praticar centenares de boas obras. — Nem para

isto é indispensável renovar a intenção em cada obra ou antes dela, mas basta fazê-lo de quando em quando (S. T.). — **Forma**, pois, no princípio do dia a intenção recta e renova-a pelo dia adiante com freqüência. — A intenção é a medida do valor das boas obras. Assim o vemos no beijo de Judas: o beijo, o sinal da amizade íntima, tornou-se, pela perversa intenção, uma acção criminosa. Julga-se a beleza do corpo pelo exterior; pela intenção a rectidão das obras (S. Bern.). O que na árvore é a raiz é a intenção nas obras. Se a raiz é sã, a árvore é formosa e são bons os seus frutos; se a raiz está podre, ficam sem seiva o tronco e os frutos. O mesmo sucede nas nossas obras com a intenção (Rodrig.). O que o alicerce é para o edifício é a intenção para as obras (S. Greg. M.). Quando um príncipe entra numa cidade, não repara nas fôlhas ou flores esparsas por acaso pelo chão; mas tem nelas muito agrado quando seus súbditos as espargiram em sua honra, para lhe manifestarem o seu carinho. O mesmo sucede com as nossas obras ordinárias, quando as fazemos para glória de Deus (Deh.).

4. Da prática das boas obras depende a nossa salvação.

Sem boas obras não há salvação. S. João Baptista diz: Tôda a árvore que não dá bom fruto será cortada e lançada no fogo (S. Mat. III, 10). E Cristo: «nem todo o que me diz: Senhor, Senhor, entrará no reino dos céus, mas sim o que faz a vontade de meu Pai que está nos céus» (S. Mat. VII, 21). O reino de Deus sofre violência (S. Mat. XI, 12). No juízo final Cristo exigir-nos-á obras de misericórdia (S. Mat. XXV, 31). Recorda também as parábolas da figueira estéril (S. Luc. XIII, 6); dos talentos (S. Mat. XXV, 14) e das virgens prudentes e loucas (Ib.). — Deus não se satisfaz com a simples honradez natural, que consiste em não matar, não mentir, nem praticar actos torpes. No dia de juízo são enviados para o fogo muitos, não por males que praticaram, mas pelas boas obras que deixaram de praticar (S. Jer.). Não fazer bem nenhum equivale a fazer mal (S. Cris.). O céu é o salário dos trabalhos realizados; quem não trabalhou não pode esperar prémio. Se tivesse um servo que te não roubasse, nem te faltasse ao respeito, mas demorasse o trabalho, não o repreenderias

por isso? (S. Cris.). O censor romano Catão não admitia como cidadão a ninguém que não tivesse as mãos caljeadas de trabalhar. Assim faz Deus, olha não vás com as mãos vazias (S. Greg. M.), mas acompanhado de boas obras. Todo o homem tem três amigos: o primeiro, que é o dinheiro, abandona-o quando morre; o segundo são os parentes, deixam-no na sepultura; só o terceiro, as boas obras, o acompanham ao tribunal de Deus. Por isso diz dos mortos a Sagrada Escritura: «As obras dêles os seguem» (Apoc. XIV, 13). — Por meio das **boas obras** torna-nos **certa a nossa salvação** (II Pedro, I, 10). As boas obras são como uma muralha que defende dos inimigos a cidade. Pelas nossas boas obras concede-nos Deus (ainda que não a merecemos de *condigno*) a graça da *perseverança*, ou, se temos a desgraça de cair em pecado, graças *eficazes* de penitência para que nos convertamos (II Paralip. XIX, 3). Recordemo-nos do pecador David, a quem Deus enviou o profeta Natán, e de Pedro que caiu, e a quem Cristo lançou um olhar de misericórdia.

5. Pelas boas obras alcança o pecador as graças actuais que são necessárias para a sua conversão, e o justo o aumento da graça santiificante e da eterna felicidade e o perdão das penas temporais; alcança-se também que sejam ouvidas as nossas orações e até muitas vezes se obtêm prémios neste mundo.

As boas obras que faz o **pecador** contribuem para a **sua conversão**. Quando o nosso hemisfério, no verão, está voltado para o sol, temos claridade e calor. Outro tanto acontece quando o pecador, por meio das boas obras, se desprende das criaturas e se volta para o Criador: então faz-se cada dia mais claridade na sua inteligência e mais calor no seu coração. Com isto a pouco e pouco vai mudando de vida. Oração e pecado mortal não podem estar juntos (Santa Teresa). O mesmo se pode dizer do jejum e da esmola. Assim o vemos no caso do centurião pagão Cornélio (Act. Ap. X). A oração do pecador, embora não seja meritória, alcança a graça do perdão. Esta força não a possui a oração *por virtude de quem a faz*,

senão pela graça de Deus: «Todo aquêle que pede, alcança» (S. Af.). Todavia o pecador pelas suas obras feitas em estado de pecado mortal (a que se dá o nome de *obras mortas*) não adquire méritos para a vida eterna. A vara da videira não produz frutos senão enquanto está unida com a cepa (S. Jo. XV, 4), pois é necessário que a seiva fluia da cepa para a vara. Por isso só dá frutos de vida eterna quem está unido com Cristo pela graça santificante e aquêle para quem mana a graça de Cristo. Quem está em pecado mortal não pode entesourar merecimentos para a eternidade, como quem tem uma vasilha quebrada, por muito que chova, não poderá recolher água. As boas obras do pecador, como não lhe dão direito à conversão, chamam-se *obras mortas*. Estas obras, porém, evitam muitos castigos divinos, que doutra sorte caíram sobre o pecador. — O **justo obtém**, com as suas boas obras, o **aumento da sua graça santificante** e da sua futura glória (Conc. Trid. VI, 32). Cristo diz que seu Pai poda as varas da videira que dão fruto, para que dêem mais (Jo. XV, 2), e noutro lugar: A quem já tem, dar-se-á e terá mais (S. Luc. XIX, 26), indicando-se assim que àquele que já tem graça santificante ser-lhe-á aumentada. Pelas boas obras promete Ele **com por um** e a vida eterna (S. Mateus XIX, 29). As nossas obras não se perdem, como poderia parecer, mas são uma semente que brota na vida futura e ali dá fruto (S. Bern.). Chamam-se **obras vivas** estas boas obras do justo, por serem premiadas depois da morte. Quantas mais tiver praticado o justo, tanto maior será a sua glória por toda a eternidade. O próprio Cristo disse: O Filho do Homem há-de vir com os seus anjos na glória de seu Pai e retribuirá a cada um segundo as suas obras (S. Mat. XVI, 27); e S. Paulo: «Quem semeia pouco também se-ará pouco e quem semeia em abundância também se-ará em abundância» (II Cor. IX, 6). O concílio de Florença diz que as almas vêm no céu a Santíssima Trindade, mas umas com mais perfeição que outras, conforme a diferença dos seus merecimentos. — As boas obras apagam os *castigos do pecado*, porque no estado da nossa natureza decaída são penosas para nós (S. T. de Aq.). Também se opõem obstáculos exteriores a quase todas as boas obras; às vezes é o demónio que procura estorvá-las. Conta-se que, ao dirigirem-se os monges de certo mosteiro para a oração matutina, viram vir muitos demónios em tropel contra êles e, tendo-se os monges maravilhado, dis-

seram-lhes os demónios: «Voltais vós a dormir, e nós imediatamente nos retiraremos». Aplique-se isto à execução de todas as boas obras. Por serem penosas para nós, todas as boas obras são *satisfatórias* e servem para glorificar a justiça de Deus; e por servirem para dar glória a Deus e para proveito do próximo são *meritórias* e glorificam a bondade de Deus e a sua misericórdia. Por elas obtemos que sejam *ouvidas as nossas orações*, como se viu com o centurião Cornélio, com Santa Mónica, mãe de Santo Agostinho, com Tobias e Sara, etc. — A *recompensa temporai* das boas obras consiste geralmente em que Deus aumenta as nossas riquezas; a nossa saúde, prolonga-nos a vida, dá-nos honra diante dos homens e *contentamento e satisfação exterior*, etc. Com razão se chama às boas obras *frutos*, porque refrigeram a quem as pratica (S. T. de Aq.).

Mas quem comete um pecado mortal perde o merecimento de todas as suas boas obras.

Se o justo se afastar da sua justiça e praticar o mal, não me recordarei mais das obras de justiça que tiver feito, diz o Senhor (Ez. XVIII, 24). Contudo, quando o pecador, pelo Sacramento da penitência, se purifica do seu pecado, *revivem as suas boas obras*. O sol da primavera restitui às plantas o seu verdor. Ao contrário, os pecados, uma vez perdoados, não tornam a reviver. Como se demonstra nisto a bondade infinita de Deus!

6. Com as boas obras podemos auxiliar outros, tanto aos vivos como às benditas almas do purgatório.

Podemos por conseguinte oferecer por outros as nossas obras: a missa, a sagrada comunhão, o jejum, a esmola; e com elas *impetrar a graça da conversão* para o próximo, como Santa Mónica a obteve para seu filho Agostinho. Com a oração podemos, conforme a promessa de Cristo, obter tudo de Deus, e mais ainda quando unimos à oração as suas asas, que são o jejum e a esmola. — Também pode o justo, com as suas boas obras, *socorrer as almas do purgatório*, pois toda a obra do justo (do que está em graça) é, por uma parte, *meritória* co-

ma obra que agrada a Deus e, como tal, grangeia-lhe glória eterna; por outro lado, toda a obra penosa é *satisfatória* (apaga os castigos do pecado). O merecimento para a outra vida não o pode o justo ceder a outrem, mas pode oferecer por outrem o *valor expiatório* da boa obra. A boa obra do justo é como uma *moeda* de ouro, com que se pode pagar a dívida própria ou alheia. E ainda que a satisfação que por outrem se oferece é tirada da satisfação própria, contudo não se perde, porque se pratica *uma obra de misericórdia* com a qual, por sua vez, alcança o justo o perdão das suas dívidas e novo prémio eterno. Assim, pois, não só não perde, mas antes ganha novos tesouros para a eternidade. (Veja-se a doutrina da Comunicação dos Santos (pág. 373 da primeira parte).

7. Devemos praticar as nossas boas obras *também em presença do próximo*, para lhe dar *bom exemplo*.

Quanto pode o bom exemplo vê-se na vida de S. Pacómio, que, sendo soldado pagão, foi alojado em casa de uma família cristã, onde o receberam com toda a caridade; e a conduta da família pareceu-lhe tão exemplar e fêz-lhe tal impressão, que se aplicou a conhecer a religião cristã e fêz-se baptizar. Foi depois um dos principais fundadores de monges (para os quais escreveu a primeira Regra, ditada por um anjo) e fêz muito bem em todo o Egípto († 348). Cristo admoesta-nos: «Assim *luza a vossa luz* diante dos homens, que elos vejam as vossas boas obras e glorifiquem o vosso Pai, que está nos céus» (S. Mat. V, 16). — Mas o bom exemplo deve dar-se únicamente com intenção de dar glória a Deus e ser de proveito ao próximo. É o bom exemplo como as tochas, cuja claridade se estende em redor, mas a luz ergue-se para o alto. Quere Cristo que o nosso bom exemplo seja como o *fermento* para toda a massa (isto é, infunda em toda a sociedade o espírito cristão); que, como velas acesas, dissipemos as trevas e assim nos tornemos mestres do próximo e como que seus anjos bons (S. Cris.). Aquêle que só pratica a virtude a ocultas é como o carvão; mas aquêle que faz resplandecer diante de muitos a luz da justiça, é como uma *lâmpada* que não só arde, mas também ilumina aos outros (S. Bern.). Se Cristo amaldiçoa os que dão escândalo, que grande bê-

ção devem esperar os que com a sua virtuosa vida impelem os outros para todo o bem! (S. Fr. de S.).

8. Devemos aproveitar com cuidado o tempo da nossa vida, para praticar boas obras.

Os comerciantes dizem: O tempo é ouro. Contudo o tempo tem muito mais valor, pois de um momento de tempo está pendente a eternidade (S. Jer.). Devemos **trabalhar enquanto é dia**, pois chega a noite em que ninguém poderá trabalhar (S. Jo. IX, 4). A vida do homem é o tempo de semejar (II Cor. IX, 6). Devemos imitar a formiga, que no verão recolhe alimentos para o inverno (Prov. VI, 6). Grande impressão fizeram em Bossuet, na sua juventude, estas palavras que leu escritas num relógio: *Transeunt et imputantur!* As horas passam, e ser-nos-ão pedidas contas delas! Um pobre a quem dessem licença por uns minutos para tirar dinheiro à sua vontade das arcas do tesouro, como se apressaria! Os condenados do inferno cederiam de bom grado todos os tesouros do mundo para alcançarem um só instante para se converterem (S. Antonino). Como são loucos os homens que, em vez de se exercitarem em boas obras, só procuram os *prazeres sensuais*. São tão néscios como o que à margem de uma corrente de ouro e prata só apanhasse lôdo e seixinhos inúteis! Chegará o momento em que muitos conhcerão pela primeira vez o que valia o tempo que passou. Mas então não lhes servirá para merecimento, mas para maior pena! (S. Lour. Jus.).

2. A virtude

Melhores ainda que as boas obras são as **virtudes**.

Quem possui uma ou outra cepa não é ainda dono de uma vinha, mas sim quem tem muitas cepas. O mesmo que uma cepa em comparação com uma vinha é uma boa obra comparada com uma virtude. O virtuoso pode comparar-se com uma árvore bem entaizada, pois a virtude não é mais do que a constância da vontade no bem. A palavra *virtude* vem de *vir* (varão) e quere dizer *fôrça*.

1. A virtude é a facilidade de praticar o

bem, adquirida pelo exercício constante, e a inclinação da vontade para o bem.

Bem é o que se conforma com a vontade de Deus, isto é, o que *agrada* a Deus. — Pelo exercício de escrever, pintar, nadar, esgrimir, jogar, adquire-se uma certa habilidade (hábito) para estas coisas e a vontade ganha *inclinação* para elas. O mesmo acontece com as ações boas ou más. O *exercício faz-nos mestres* (S. Francisco de Sales alcançou tal domínio sobre a ira que chegou a pedir perdão a quem o injuriava). O *hábito é uma segunda natureza*. Quando nos habituamos a uma coisa não a deixamos facilmente. (O imperador Tito entristecia-se no dia em que não houvesse dispensado algum benefício). — Os pagãos entendiam por virtude a força corporal, e raras vezes a força moral.

Também se chama virtude a simples *aptidão* para praticar ações virtuosas, infundida por Deus (*virtude sobrenatural infusa*) ou conatural ao homem.

Há certas aptidões inatas ou **naturais**, ou disposições para a prática das virtudes morais. Alguns homens são, por natureza ou índole, inclinados à mansidão, à docilidade ou obediência, à generosidade, etc. Assim encontramos alguns que entre os pagãos brilharam por estas virtudes naturais. Em sentido metafórico aplica-se este conceito da virtude mesmo aos animais (o cão é fiel, o elefante é casto, o cavalo é generoso, etc.). — Há outras virtudes **sobrenaturais** infusas, que o Espírito Santo comunica juntamente com a graça santificante, no mesmo instante da justificação, isto é, no baptismo ou na penitência; com elas nos confere *aptidão* para praticar os actos sobrenaturais das virtudes. Mas estas virtudes não dão *facilidade* para a prática dos seus actos, a qual só se obtém pela *repetição* dêles. Estas virtudes infusas crescem ao mesmo tempo que a graça santificante e perdem-se com ela pelo pecado mortal (excepto a fé e a esperança infusa, que só se perdem pela infidelidade ou pela desesperação). Em relação ao exercício dos actos virtuosos, essas virtudes são como as potências da alma em relação aos seus actos, os quais não se exercem com fa-

cilidade, se à potência se não ajuntam os hábitos. Por isso, para a firmeza da vida virtuosa, é necessário que às virtudes infusas se ajuntem as virtudes adquiridas pela repetição dos actos. As virtudes infusas são como sementes depositadas na alma do justo (mesmo da criança baptizada que não chegou ao uso da razão), as quais se devem cultivar com a prática dos actos virtuosos.

2. Depois da morte só alcançarão prémio as *virtudes sobrenaturais*, com as quais fazemos o bem com os olhos postos em Deus.

Sucede nisto como nas *boas obras*, as quais só serão premiadas com glória eterna se forem sobrenaturais, isto é, feitas em estado de graça. Quem não está unido com Cristo, como a vara à videira, não pode produzir frutos de vida eterna (Jo. XV, 4). Só as *acções* que se fazem em Deus são merecedoras do céu (Conc. Trid. VI, 16). Estas virtudes, que produzem frutos de vida eterna, chamam-se *perfeitas, sobrenaturais ou cristãs*. Há virtudes *naturais* (*imperfeitas*), que se inspiram em motivos puramente naturais e têm só prémios temporais (S. Mat. V, 20). Tais são as que tiveram os pagãos, movendo-se pela honestidade natural, sem ser com os olhos em Deus, ou então pela reputação entre os homens, etc. S. Agostinho diz que Deus premiou aos romanos estas virtudes naturais com a glória e extensão do seu império. As virtudes naturais diferenciam-se das cristãs, como os objectos dourados dos que são de ouro maciço, ou como o íman do ferro magnetizado. O ferro magnetizado não adquire em si mesmo a força magnética e só actua com ela enquanto dura o influxo exterior; como a virtude natural, enquanto a favorecem as circunstâncias humanas. Mas o íman tem uma virtude intrínseca, com a qual se orienta sempre na direcção do pólo; como a virtude sobrenatural, que por si se volta para Deus. A virtude sobrenatural é uma participação da vida divina, e diviniza o homem que a possui.

3. A virtude (adquirida) só se alcança vencendo-nos a nós mesmos e se aumenta com os combates, pois se lhe opõem obstáculos in-

ternos (as más inclinações) e externos (o desprêzo e as perseguições).

Para que uma pequena embarcação, que está no meio de encontradas correntes, vá a pique, basta que os marinheiros que a tripulam deixem de remar; mas para a conduzir ao pôrto, a-pesar-da força da corrente, é necessário um **vigoroso esforço** dos remadores. Assim sucede também ao homem. Para que seja arrastado para a perdição eterna basta abandoná-lo às fraquezas da sua natureza decaída; mas para o conduzir ao pôrto da bem-aventurança, contra o ímpeto das suas paixões, contra os atractivos do mundo e as tentações do demónio, é mister um esforço enérgico (Scar.). «O reino dos céus padece fôrça» (S. Mat. XI, 12). O caminho da virtude não é de costa abaixo, é de costa acima (Orig.). Por isso diz o Senhor: Estreita é a porta e estreita é a estrada que conduz à vida (S. Mat. VII, 14). A virtude não se adquire em tempo de paz (S. Franc. de S.). Muitos parecem virtuosos, mas não o são, porque a sua virtude não foi adquirida com esforço (Id.). Alguns homens são, por natureza, afáveis, morigerados, moderados, laboriosos, etc.; mas estas virtudes pouco menos distantes estão da virtude cristã do que a fidelidade do cão, a paciência da ovelha, o amor da ave aos seus filhinhos, etc. Mesmo quem quere aprender uma arte ou um ofício (e, portanto, obter uma habilidade), tem de passar para isso muito trabalho. O **grau do esforço** é a medida dos progressos que se fazem na virtude (S. In. Lo.). Não há nenhuma virtude que não apregoe a cruz (S. Agost.). O militar não sobe de posto em tempo de paz; mas a nossa vida é uma milícia, e sem combates não subimos os graus das virtudes. — Mas as **maiores dificuldades** são as que se devem vencer ao **princípio**; depois torna-se fácil a prática da virtude. Todo o comêço é árduo. A maior jornada é o sair de casa. Abrir um caminho custa muito trabalho; mas, uma vez aberto, caminha-se facilmente por él. Quem do sol passa para a sombra, a princípio não distingue nada (Plutarco). Mas quem se adiantou já um pouco na virtude, começa a sentir-lhe a doçura e mais se estimula a seguir-lá. É como quem cava em busca de um tesouro, que quanto mais aprofunda maior é o afincô com que cava, porque o sente perto (S. Greg. Mag.). — A **virtude** e o **sofrimento** estão **indissolúvelmente unidos**. Quem se

esquia ao sofrimento *renuncia à virtude*. «Aquêle que teve o mundo jamais cumprirá coisa digna de Deus; porque a obra de Deus não se pode fazer sem que o mundo se revolte» (S. In. de Lo.). Progredindo na virtude, tornamo-nos profundamente humildes, porque sentimos a nossa fraqueza, como se sente o peso do corpo ao subir uma montanha. Um homem é tanto mais verdadeiramente humilde, quanto mais virtuoso é.

4. A utilidade da virtude consiste em nos tornar verdadeiramente felizes, nesta vida e na outra.

Conta a mitologia grega que Hércules encontrou numa bifurcação do seu caminho duas mulheres: a *voluptuosidade* e a *virtude*; a primeira encheu-o de carícias e prometeu-lhe grande cópia de prazeres; a segunda, de aspecto sério, vaticinou-lhe rudes trabalhos, mas depois dêles uma glória imortal. Hércules seguiu a segunda, que o fez subir à pléiade dos deuses. O paganismo reconhecia desta sorte que o pecado que nos leva à ruína é sedutor e que a virtude, a-pesar-dos esforços que custa, é acompanhada de bêncãos. A virtude **procura já neste mundo a verdadeira felicidade** (Ps. CXXVII, 1). O homem venturoso possui a *verdadeira tranqüilidade da alma* (Ps. CXVIII, 165) e goza de uma alegria contínua, que sente sobretudo à hora da morte (Ecli. VI, 29), como o prova S. Paulo no firm da sua vida, na epístola a Timóteo (II, IV, 7). Tudo o que o justo empreende lhe sai bem (Ps. I, 3) porque os próprios insucessos redundam em seu proveito (Rom. VIII, 28); as virtudes são as asas de Deus que o protegem (S. Greg. Nis.). O homem virtuoso é abençoado por Deus e cumulado de benefícios já nesta vida (Ps. XXVII, 4); é nêle que se cumprem as palavras de Nosso Senhor: Procurai primeiro o reino de Deus e a sua justiça e o mais vos será dado em acréscimo (S. Mat. VI, 33); é semelhante à oliveira plantada à beira do arroio (Ps. I, 2). Com efeito a virtude produz resultados felizes para a saúde, a honra e a prosperidade do homem. Também *ilumina* a inteligência e faz compreender melhor os ensinamentos de Jesus Cristo; ele declara que aquêle que faz a vontade de Deus reconhecerá que a sua doutrina vem de Deus (S. Jo. XII, 17). — A virtude **obtém a bem-aventurança eterna**.

na (Ps. XXXVI, 29); ela tem as promessas da vida dêste mundo e da vida futura (I Tim. IV, 8). Os exploradores enviados por Moisés à Palestina contaram que aquela terra era fértil e aprazível; assim tôdas as almas animadas do espírito de Deus afirmam que uma vida virtuosa é cheia de felicidade e delícias (S. Fr. de S.). Esta felicidade interior é um antegôsto da bem-aventurança eterna. — A virtude **enriquece-nos** e dá-nos **honra** aos olhos de Deus; é superior em dignidade aos reis e aos príncipes, e as riquezas comparadas com ela nada são (Sab. VII, 8). Os tesouros terrestres podem ser corroídos pela ferrugem e pela traça, desenterrados e roubados pelos ladrões, mas a virtude é um tesouro que subsiste *eternamente* (S. Mat. VI, 20). Aquilo que os milionários e os nobres são aos olhos dos mundanos, é o virtuoso aos olhos de Deus. As verdadeiras riquezas não são os bens terrestres, mas a virtude (S. Bern.); quem a possui é rico diante de Deus (S. Luc. XII, 21). Uma linhagem ilustre, títulos e altos cargos, são coisas efêmeras e não conquistam nenhuma glória diante de Deus; a virtude, pelo contrário, procura-nos a glória eterna; «ela é a mãe da glória» (S. Bern.); nada, como ela, dá a imortalidade ao nosso nome (S. Jo. Cris.); ela dá aquilo de que nenhum poder da terra, nenhum homem opulentô dispõe (S. Jo. Cris.). A riqueza passa, a virtude fica.

5. A virtude torna-nos *semelhantes a Deus* e seus *amigos*.

Jesus foi humilde, afável, generoso, etc.; se praticamos estas virtudes tornamo-nos **semelhantes a Deus** (S. Ber.), os nossos actos assemelham-se aos da divindade (S. T. de Aq.). Devemos contemplar cuidadosamente as perfeições do nosso Pai celeste, para nos conformarmos com ele e nos tornarmos seus verdadeiros filhos (S. Greg. Nis.). — O homem virtuoso é um **amigo de Deus**, porque Jesus disse: «Todo aquél que fizer a vontade de meu Pai que está nos céus, êsse é meu irmão, irmã e mãe» (S. Mat. XII, 50). Aliás a amizade resulta da semelhança de duas almas. A virtude constitui a suma **beleza** diante de Deus; a do corpo é vã e enganosa (Prov. XXXI, 30), a virtude é a verdadeira, a mais sublime beleza (S. Agost.), porque vem da alma (Ps. XLIV, 14): é *invisível* agora, mas um dia aparecerá. No inverno tôdas as árvores *frutíferas* estão despojadas, mas conser-

vam em si uma vida secreta; ao contrário, as ervas ordinárias conservam mesmo no inverno uma certa verdura, ao passo que o verão as seca na mesma ocasião em que as árvores frutíferas ostentam todo o seu esplendor. O mesmo sucede ao homem; os justos *aparecem-nos* neste mundo *desprezíveis*; o seu valor, a sua vida é puramente interior e escondida do mundo; mas deixai vir a primavera, e aquêles que o mundo olhava como mortos serão vivos e brilharão como sóis no reino do Pai (S. Mat. XIII, 43); os maus, ao invés, que o mundo julgava felizes, hão-de ver-se imersos em tristeza e em lágrimas. Aliás, se possuimos a beleza da alma, alguma coisa do seu esplendor se revelará em nós (S. Efr.). — Só a virtude faz de nós **verdadeiros cristãos**; uma certidão de baptismo não basta, nem mesmo o hábito religioso; um cristão sem virtude é uma noz sem miolo, um poço sem água, uma árvore sem fruta. «Não se tem o direito à designação de cristão quando se não praticam as virtudes cristãs em tôda a medida das próprias fôrças» (S. Cipr.). E em vão que nos chamamos cristãos, se não imitarmos a Jesus Cristo (S. Leão M.); o cristianismo é a imitação da natureza divina (S. Greg. Nis.).

As diversas espécies de virtudes cristãs

A *virtude em geral* refere-se a diferentes objectos e toma, segundo êsses objectos, *nomes diferentes*.

Há virtudes que são louvadas mesmo pelos mundanos, como a generosidade, a prudência, etc.; outras são *desprezíveis* para êles, como a mansidão, a humildade, o amor aos inimigos. Certas virtudes residem mais na *inteligência*, como a fé, outras mais na *vontade*, como a temperança.

1. As virtudes dividem-se em teologais e morais.

As três virtudes teologais são: a fé, a esperança e a caridade.

A chama é um símbolo destas virtudes: a sua claridade representa a fé; a tendência para subir, a esperan-

ça; o calor, a caridade. A cruz é também outro símbolo delas; a parte inferior representa a fé, fundamento da religião; a parte superior, a esperança pela qual aspiramos aos bens celestes; os dois braços, a caridade para com Deus e para com o próximo (S. Ped. Dam.). A fé é a raiz, a esperança o tronco, a caridade o fruto da árvore de vida (S. Efrém). A fé lança o fundamento do edifício, a esperança levanta-o, a caridade acaba-o (S. Agost.). A fé é geralmente simbolizada por uma cruz, a esperança por uma âncora, a caridade por um coração ardente. — A mais perfeita destas virtudes é a caridade (I Cor. XIII, 13); Deus não dá a bem-aventurança senão àqueles que o amam.

1. As três virtudes teologais actuam da forma seguinte:

A **fé** produz em nós a firme crença na existência de Deus e nas verdades por Ele reveladas.

A **esperança** faz-nos esperar e desejar de Deus o céu e os meios necessários para lá chegar.

A **caridade** faz-nos amar a Deus e procurar agradar-lhe pela observância dos seus mandamentos.

2. Estas virtudes chamam-se com razão **teologais** (divinas), porque Deus é o seu objecto, o seu motivo e o seu autor.

Deus é o objecto da **fé**: nós cremos o que Ele revelou, o que tem relação com Ele (a sua existência, as suas perfeições, as suas obras e a sua vontade); Ele é o seu motivo: nós cremos porque Ele sabe tudo e é a verdade infinita. — Deus é o objecto da **esperança**: nós desejamos e esperamos depois da morte a felicidade eterna, isto é, a visão e posse de Deus; Ele é o seu motivo: pois esperamos n'Ele porque é omnipotente, infinitamente bom e fiel às suas promessas. — Deus é o objecto da **caridade**: é a Ele que amamos; Ele é o seu motivo: porque é o ser infinitamente bom, infinitamente perfeito. — Deus é também o autor destas virtudes pelas razões que seguem:

3. Estas três virtudes são-nos dadas como fa-

culdades ao mesmo tempo que a graça santificante.

Quando o Espírito Santo desce às nossas almas, apodera-se das nossas faculdades para lhes tornar mais fácil a elevação para Deus. Quando o ferro se põe em brasa, o fogo penetra no ferro e torna-o brilhante e ardente: o mesmo sucede quando o Espírito Santo desce às nossas almas e nos comunica a graça santificante: faz raiar em nós uma *luz* que nos leva à fé e à esperança (II Cor. IV, 6) e acende em nós um *fogo*, que é o amor de Deus (Rom. V, 5). Esta acção do Espírito Santo chama-se *infusão* na alma das três virtudes teologais (Conc. Trid. VI, cap. 7); assemelha-se à iluminação e ao aquecimento da atmosfera pelo sol (S. T. de Aq.). Estas virtudes não destroem a liberdade: a-pesar destas novas faculdades, o homem permanece *perfeitamente livre*. — Recebem-se, portanto, estas três faculdades (aptidões) no **baptismo**, e, se se perdem, recobram-se na **penitência**. Como a princípio a semente dorme na terra, até que, sob a influência do sol e da chuva, começa a germinar, assim as três virtudes teologais estão como *adormecidas na alma da criança*, até que na idade de razão, sob a acção da graça e da instrução, se desenvolvam e traduzam em actos. A criança baptizada assemelha-se a um homem adormecido: não vê, mas tem a faculdade de ver, e logo que desperta, esta faculdade entra em actividade; a criança baptizada tem a faculdade de crer, esperar, amar, mas num estado de adormecimento, que desaparece na idade de razão para dar lugar à acção.

4. Deverem-se **fazer** freqüentes vezes **actos** das três virtudes teologais, mas sobretudo ao receber os sacramentos e à hora da morte.

O acto destas três virtudes consiste em cada um se representar o seu *objecto* e o seu *motivo*: não é necessário servir-se para isso das fórmulas usadas, é até bom exprimir cada um por si mesmo o seu pensamento. Isto basta para ganhar as indulgências (Bento XIV); de mais o sinal da cruz, a oração, a prática de uma boa obra, são implicitamente actos de uma ou mais virtudes teologais.

2. As virtudes morais são aquelas que nos

levam a tornar as nossas acções conformes com a lei moral.

A alma em estado de graça *adquire* estas virtudes pelos seus *esforços* pessoais e pela *graça* de Deus.

Chamam-se *morais*, porque regulam as nossas acções dum modo agradável a Deus; as três virtudes teológicas aperfeiçoam a vida *interior*, as virtudes morais transformam a nossa vida *exterior*. Ao passo que as virtudes teológicas têm por objecto imediato Deus, as virtudes morais referem-se mais proximamente aos nossos *semelhantes* ou a nós. A generosidade, por exemplo, refere-se ao próximo; a temperança, a nós mesmos. E ao passo que as três virtudes teológicas são derramadas em nossas almas com a graça santificante, as virtudes morais é necessário *adquiri-las* por meio de esforços pessoais, sustentados pelo auxílio da graça. Por sem dúvida o Espírito Santo desde o Baptismo inclinou as nossas vontades para a prática do bem moral; mas a *habilidade* no exercício do bem é necessário *adquiri-la* pela repetição freqüente das boas obras e pela luta contra as más inclinações. No baptismo Deus pôs em nossos corações a semente das virtudes morais; a nós cumpre amanhar esse campo, limpá-lo das pedras, a-fim-de que a semente possa prosperar; ao mesmo tempo é necessário que o sol da graça do Espírito Santo esplenda sobre esse campo, a-fim-de que os nossos trabalhos não sejam estéreis.

3. As principais virtudes morais são as *sete virtudes capitais*: a humildade, a obediência, a mansidão, a generosidade, a temperança nas refeições, a castidade e o zélo do bem (*diligência*).

A humildade regula o sentimento da *honra*; a obediência, a *liberdade*; a mansidão (*paciência*), os movimentos do *coração*; a generosidade, a *propriedade*; a temperança nos alimentos e a castidade, o *uso dos sentidos*; o zélo do bem, a *nossa actividade*. — De todas estas vir-

tudes, aquelas que mais convêm ao cristão são a *mansião* e a *generosidade*. Jesus chama aos fiéis — ovelhas, cordeiros, que são mansos, pacientes e dão generosamente a sua lã. Estas virtudes chamam-se *capitais* porque são a nascente (a cabeça, *caput*) de outras virtudes; têm como contrários os sete pecados *capitais*.

4. Tôdas as virtudes morais derivam das quatro *virtudes cardiais*: a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança (Sab. VIII, 7).

A palavra *cardial* vem do latim *cardo* — gonzo, porque elas são como que o gonzo sobre o qual gira tôda a vida moral. São como que o fundamento, os quatro ângulos do edifício da nossa moralidade (S. Greg. M.). — São os *elementos fundamentais* que se encontram em cada virtude em particular; por isso tôdas as virtudes se podem reduzir a uma destas quatro: a frugalidade e a mansidão, por exemplo à temperança; o zélo, à fortaleza, etc. As *virtudes cardiais* são como que as *virtudes mães* das outras virtudes. — A prudência é uma qualidade da *inteligência*; a justiça, da *vontade*; a temperança e a fortaleza são como colunas que sustentam esta última faculdade. A prudência é como que o olho que olha para as coisas celestes; a temperança não procura e não emprega os bens terrenos senão como meio para atingir êsse fim; a fortaleza vence com *intrepidez* todos os obstáculos que a êle se *opõem*. Estas virtudes são como os quatro corséis que arrastaram para o céu o carro de Elias. — Os próprios filósofos pagãos reconheceram o valor da temperança e da fortaleza; tinham resumido a sabedoria da vida nesta máxima: *renuncia e suporta* (*abstine et sustine*); tinham para si que estas duas virtudes eram capazes de levar o homem a uma vida honesta e à suprema felicidade (Epicteto).

A **prudência** é uma virtude da inteligência pela qual reconhece os bens eternos e os meios de os adquirir.

A mais alta prudência é a que sabe *distinguir o divino do humano* (S. Ambr.). O homem prudente **em tudo** tem sempre **em vista o seu último fim**; o nego-

ciente prudente não tem em vista senão o seu lucro, o cristão prudente sómente a sua salvação. As serpentes são um símbolo da prudência: dirigem sempre o olhar para longe e sacrificam o corpo únicamente para salvar a cabeça; Jesus diz-nos que sejamos prudentes como elas (S. Mat. X, 16) neste sentido: que devemos sempre dirigir nossos olhares para a eternidade e estar sempre dispostos a sacrificar o corpo (as coisas terrestres), para salvar a cabeça (a união com Ele, nosso chefe). Para a disposição **dos meios** em ordem ao fim, temos por modelo o *pescador*, que põe no anzol a melhor isca e se esconde, e o caçador, que se esconde e imita o canto dos pássaros para os atrair aos seus laços. Foi com esta prudência que os Santos souberam calcular suas empre-
sas e levar tudo a bom termo. S. Paulo, por exemplo, aproveitou, em Atenas, o altar erigido a um *Deus desconhecido*, para pregar o Evangelho (Act. Ap. XVII). A prudência é uma virtude muito importante, porque a vontade é dirigida pela razão; se a razão não é capaz de ver o que é moral, a vontade vai por caminhos falsos e transgride a lei de Deus. A prudência é, pois, o *olho* da alma (S. T. de Aq.), sem o qual ela não pode achar o caminho do céu, nem a virtude pode ser praticada cristãmente, assim como o uso regular dos membros do corpo não é possível sem a vista. A prudência é o *leme* do navio (S. Bern.), a bússola de todas as virtudes (S. Fr. de As.), o piloto de todas as acções morais; auxilia todas as virtudes (S. Antão) e a sua ausência a todas corrompe em vícios (S. Bern.) — O contrário da prudência cristã é a *prudência mundana* (S. Luc. XVI, 8), a prudência da carne (Rom. VIII, 6), que ensina ao homem a discernir os *interesses terrenos*, e os prazeres sensíveis, mas que é uma loucura diante de Deus (I Cor. III, 19). — Em julho de 1900 ateou-se um grande incêndio nos navios ancorados no porto de Nova Iorque. Milhares de pessoas, aflitíssimas, procuravam escapar dos barcos abrasados. Os marinheiros que corriam em escadaria a prestar-lhes socorro, preguntavam primeiro a cada um se tinha dinheiro para lhes pagar os seus serviços. Quem o não tinha era lançado ao mar sem compaixão. Estes marinheiros tinham diante dos olhos a ganância temporal, e de forma alguma os bens eternos. O contrário fizeram os santos, os quais socorriam freqüentemente os pobres que lhes não podiam pagar, porque tinham presente o prémio eterno a que aspiravam. Estes pos-

suíam a prudência cristã, que antes de mais nada procura os bens eternos; aqueles marinheiros desapiedados tinham a prudência mundana, que olha só ao interesse.

A justiça é uma inclinação poderosa da vontade para dar a cada um o que lhe pertence.

A justiça dispõe-nos a caminhar pela *estrada estreita* dos mandamentos; a alma justa recua diante de qualquer transgressão da lei, e é por isso que foi dado o título de justo a José, pai nutrício de Jesus. Emprega-se muitas vezes a palavra justiça no sentido de graça santificante, mas aqui não é tomada nessa acepção. O justo é, pois, *honesto*, isto é, dá a cada um o que lhe é devido: a Deus pela adoração, à autoridade pela obediência, aos inferiores pelas recompensas e pelos castigos, ao próximo por uma verdadeira caridade. — Mas como a vontade encontra no exercício do bem **obstáculos exteriores e interiores**, tem necessidade de dois apoios, a temperança e a fortaleza.

A temperança leva o homem a não usar dos bens temporais senão na medida em que êles servem para adquirir os bens eternos.

O homem temperante contentar-se-á, pois, com o alimento e a bebida necessária ao mantenimento da saúde e da vida, ou ao cumprimento das boas obras. Não terá, também, o desejo desordenado das honras, dos prazeres, dos gozos sensíveis; é a águia que não baixa à terra senão para se alimentar e que, afora isso, paira sempre nas alturas. Devemos usar os bens terrenos como se os não usássemos (I Cor. VII, 31), como os passarinhos que nunca tomam o seu alimento senão olhando para um e outro lado, a-fim-de não serem apanhados. Seria bom que todos pudéssemos dizer como S. Francisco de Sales: «Só amo poucas coisas neste mundo, e essas poucas só as amo muito pouco». — A temperança não consiste todavia em tomar menos do que é indispensável para cumprir os próprios deveres; semelhante temperança seria falta de prudência.

A fortaleza leva o homem a fazer voluntaria-

mente os sacrifícios necessários para a salvação eterna.

O cristão forte não se deixa intimidar nem pelos mo-
rejos nem pelas ameaças, nem pelas perseguições, nem mesmo pelo perigo de morte, como o leão que não re-
cua diante de nada; suporta com paciência todos os ma-
les a que está exposto, como o diamante, que nenhum corpo risca. «A fortaleza manifesta-se muito mais em su-
portar grandes dores que em praticar acções árduas, por-
que sofrer é mais penoso que operar» (S. T. de Aq.). Temos um modelo de fortaleza em Abraão, disposto a
sacrificar seu filho; em David lutando contra Golias; na
mãe dos Macabeus e nos seus 7 filhos, que desprezaram
todos os tormentos (II Mac. VII, 12); em S. Leão I, que
foi corajosamente ao encontro de Átila, e, sobre tudo, nos
santos mártires. Há também uma fortaleza dos réprobos,
os quais, a-pesar dos castigos do Criador, não cessam de
cortar atrás de bens perecedouros, a custo mesmo
da sua vida (S. Greg. M.). As virtudes cardiaias simboli-
zam-se às vezes em figura de quatro mulheres, das quais
a prudência tem na mão um livro; a justiça, uma balança;
a temperança, uma taça voltada para baixo; a fortaleza,
um capacete e uma espada.

5. Tôdas as virtudes perfeitas derivam do amor de Deus e são inseparavelmente unidas por esta caridade (I Cor. XIII).

Tôdas as virtudes perfeitas não são mais do que for-
mas, manifestações diversas de uma só e a mesma cari-
dade. A modéstia, a mansidão, a castidade, a temperança,
etc., não são mais do que a caridade que se dirige a dife-
rentes objectos (Mons. Martin), segundo estas palavras
de S. Agostinho: a «virtude não é senão a caridade bem
ordenada». Todos os ramos de uma árvore saem duma
mesma raiz (Efés. III, 7); assim nascem as diferentes vir-
tudes de uma mesma caridade (S. Greg. M.). Cuidai, pois,
bem da raiz, porque então os ramos e os frutos, isto é,
as virtudes não faltarão. A caridade é com razão chama-
da rainha das virtudes, porque é ela que impele a von-
tade para o cumprimento de tôdas as boas obras. O que
a bandeira é para um exército, é a caridade para as vir-

tudes; é sob este estandarte que elas devem combater (S. Fr. de S.). Elas são inseparáveis como as *flores de uma coroa* ou os *ramos de uma árvore*, e o *laço* que as une é a caridade (Col. III, 14).

Todo aquêle que não tem a caridade, não tem nenhuma *virtude perfeita*; mas aquêle que a possui, possui-as tôdas, embora em graus diferentes.

A caridade pode comparar-se com o *sol*: quando desaparece no inverno, as flores, as plantas, os prados e outros seres da natureza perdem a sua beleza; assim tôdas as virtudes perdem a sua beleza sobrenatural quando a caridade se afasta de uma alma (Scaram.). Contudo, aquêle que não tem a caridade pode ter certas *virtudes imperfeitas* (naturais); cada homem, com efeito, tem da natureza um certo conhecimento do bem e uma certa inclinação para o bem, e pode portanto realizar freqüentes vezes a mesma boa acção e adquirir com isso uma certa facilidade. (S. T. de Aq.). Pode-se portanto praticar *virtudes morais imperfeitas* sem a caridade, como se viu entre os pagãos (Id.), como se vê entre os mundanos que são afáveis, temperantes, generosos, etc.—Pode-se até possuir *virtudes teológicas imperfeitas* sem a caridade (Conc. Trid., 6). Com efeito, a fé e a esperança não se perdem senão por pecados directamente opostos a essas virtudes, a fé pela infidelidade, a esperança pelo desespérado (ainda que se perde também a esperança quando falta a fé).—Mas aquêle que possui a caridade possui tôdas as *virtudes perfeitas*, ainda que em graus diversos, como quem apanha uma abelha mestra atrai a si todo o enxame (Scaram.). Assim que o verão se aproxima, o *sol* reveste as flores, os prados e toda a natureza da plenitude da sua beleza, e assim que a graça santificante entra nas almas orna-as de tôdas as virtudes, diviniza-as e torna-as capazes de merecer para a eternidade (Scaram.). Os santos praticaram tôdas as virtudes perfeitas, mas um possuía tal virtude numa medida maior que outro. Abraão possuía num grau superior a obediência, Job a paciência, David o espírito de conciliação, S. Luís Gonzaga a castidade, S. Inácio de Loiola o zélo, S. Francisco de Sales a mansidão.

Todo aquêle a quem falta uma só virtude perfeita (sobrenatural), faltam-lhe tôdas as outras

(S. T. de Aq.), e todo aquêle que possui uma, possui-as tôdas (S. Agost.).

Uma virtude sem outra, ou não é uma virtude, ou é sómente uma virtude imperfeita (S. Greg. M.). Uma alma irascível não possui nem a virtude da mansidão, nem a generosidade, nem a humildade, nem as outras. Uma virtude imperfeita pode existir sem as outras; um homem avarento, por exemplo, pode ser meigo de carácter (1).

6. A virtude mais excelente e mais perfeita é o amor de Deus, porque só ela une o homem a Deus, só ela torna as outras virtudes meritórias e só ela subsiste depois da morte.

As mais preciosas de tôdas as virtudes são as teologais, porque o seu objecto é Deus; e das três a mais excelente é a caridade, como diz S. Paulo: «Agora estas três virtudes, a fé, a esperança e a caridade permanecem; mas entre elas a mais excelente é a caridade» (I Cor. XIII, 13). Tem o primeiro lugar entre as virtudes, como o fogo entre os elementos, o ouro entre os metais, o sol entre os astros, os serafins entre os anjos (Merchant). A caridade une o homem a Deus. «Aquêle que me ama, diz Jesus, será amado por meu Pai, e eu também o amarei» (S. Jo. XIV, 21), viremos para junto dêle e estabeleceremos nêle a nossa habitação (id. 23). E S. João diz nas suas epístolas (I cap. IV, 16): «Aquêle que permanece na caridade, permanece em Deus e Deus nêle». Só a caridade torna as outras virtudes meritórias. «Se eu tivesse, diz S. Paulo, o dom da profecia, se conhecesse todos os mistérios... se tivesse uma fé capaz

(1) Nas virtudes «infusas» é exacto que quem tem uma as tem tôdas, porque tem a graça santificante, de que tôdas derivam. Pela razão contrária aquêle a quem falta uma carece de tôdas, pois isso é sinal de que não está em graça. Pelo que respeita às virtudes «adquiridas» é com efeito verdade que é preciso possuir-las tôdas, para ter uma «com perfeição», pois sempre se dão casos em que para praticar uma é mister outra; podem-se possuir porém muitas virtudes adquiridas, sem essa perfeição absoluta, ainda que se careça de outras, também «adquiridas».

de transportar montanhas... se desse tudo aos pobres... se sofresse o martírio, mas não tivesse a caridade, isso de nada me serviria» (I Cor. XIII). — A *caridade subsistirá depois da morte*; ela não cessará nunca, diz S. Paulo (ibid.), ao passo que a fé será absorvida na visão de Deus e a esperança na sua fruição. As virtudes morais, por sem dúvida, subsistirão também na vida de além-túmulo, porque ali não se perde nenhuma perfeição natural, mas serão completamente transfiguradas (S. T. de Aq.).

7. As virtudes crescem pelo aumento da graça santificante e pela prática.

A virtude assemelha-se a uma propriedade situada *no cume de uma montanha*; quem sobe a essa montanha, ora está mais perto ora mais longe do cimo, pode ter companheiros de estrada, já adiante, já atrás de si. Os homens não possuem todos em cada momento o mesmo grau de virtude. Quando esta atinge um certo grau que nos faz aproximar dos eleitos do céu e que exprime o mais possível a semelhança com Deus, chama-se **heróica** (1). O heroísmo nas virtudes teológicas e cardiaias (sobretudo no que se refere ao cumprimento dos deveres do próprio estado) é exigido para a beatificação e para a **canonização** de um santo. As virtudes heroicas não são compreendidas, são até motejadas pelos homens que não vivem santamente. — As três virtudes teológicas são aumentadas pelo aumento da graça santificante e pelos actos delas que se praticam. Como ao desembaraçar-se a alma espiritual das faixas da infância, se vão manifestando ao mesmo tempo todas as suas potências, assim ao aumentar a graça santificante, que é como a natureza da ordem sobrenatural, aumentam na mesma proporção as virtudes infusas, que são potências desta segunda natureza do justo. A possibilidade d'este aumento prova-se pela *Colecta* do 13.º domingo depois de Pentecostes: «Dai-nos Senhor, o aumento da fé, da esperança e da caridade». Quanto mais o sol iluminina e aquece a atmosfera, tanto melhor se vêem as coisas e mais se sente o calor, e quanto mais a *graça santificante aumenta*, mais a alma

(1) Contava-se que os «heróis» da antigüidade haviam praticado actos sobre-humanos.

se torna capaz de crer em Deus, mais ardente se torna o amor de Deus. Os teólogos admitem além disso que as virtudes teológicas se aumentam praticando actos freqüentes dessas virtudes, por exemplo, que a fé se fortalece por um acto de fé, etc.; S. Tomás admite pelo menos que, se o aumento não é imediato, estes actos dispõem a alma para um desenvolvimento nessas virtudes. — O mesmo se dá com as **virtudes morais**; o exercício aumenta a *felicidade na prática* dessas virtudes e o aumento da graça santificante *inclina mais* a vontade para o objecto delas. — Devemos procurar que cresça em nós pelo menos uma virtude, porque o crescer de uma arrasta o crescer de outra. Como o agricultor semeia os campos metódicamente, assim devemos tomar uma virtude como ponto de partida de outra (S. Jo. Cris.). A virtude que mais devemos cultivar é a que responde melhor à *nossa situação social* ou às nossas *inclinações* particulares. Para isto é um exercício de inestimável vantagem o *exame particular*, que se pratica a fim de eliminar um defeito ou adquirir uma virtude especial (S. Inác, de Loiola). Quanto mais progressamos na perfeição de uma virtude, maiores progressos fazemos nas outras, como os ramos de uma árvore são tanto mais fecundos quanto mais vigoroso é o tronco.

8. Tôdas as virtudes perfeitas se *perdem* por um só pecado mortal; porque por ele se perde a caridade sem a qual não há virtude perfeita.

Por um pecado mortal perde-se a perfeição de tôdas as virtudes e todos os merecimentos, como um naufrago (I Tim. I, 20) perde todos os seus bens. — Por maior que seja a aptidão de uma alma para fazer o bem, a sua liberdade subsiste sempre e ela é sempre capaz de pecar. «Aquele que ainda está seguro, tenha cautela em não cair» (I Cor. X, 12), como David e S. Pedro. — Perde-se a virtude mais facilmente do que se adquire; a pedra rebola mais rapidamente ao descer a montanha do que de ladeira acima. Um só pecado mortal destrói a virtude, como a quebra de uma corda destrói tôda a harmonia de um instrumento, como uma pinçelada de um vândalo estraga todo um quadro. É preciso não confundir as *tribulações* com o pecado: elas não destroem a virtude, co-

mo a lama não tira o valor a uma pérola que cai no chão; ao contrário, é nos sofrimentos que a virtude adquire o seu maior brilho. As estrélas brilham nas trevas e não em pleno dia (S. Bern.), e as especiarias não dão o seu aroma senão reduzidas a pó (S. Greg. M.). A *aparência da virtude* fica muitas vezes, a-pesar-do pecado; a virtude assemelha-se então a um cadáver de que se retirou a alma. Pode-se infelizmente, como os hipócritas, ter uma piedade tóda exterior, sem virtude alguma na alma.

As virtudes perfeitas *diminuem* logo que há afrouxamento na prática do bem.

A alma está já em perigo de perder a virtude quando faz ostentação dela; levar um tesouro à vista é pôr-se em risco de se ser roubado (S. Greg. M.). Expor o ouro e as vestes preciosas que se possuem é provocar o roubo (S. João Cris.); descobrir um vaso é fazer evaporar o perfume. É necessário pois não praticar o bem diante dos homens senão com a intenção de agradar só a Deus. A *inconstância* também faz perder facilmente a virtude: as plantas que se mudam muitas vezes de lugar não medram nem dão fruto; ao invés, estão em risco de secar, de perecer. O mudar freqüentes vezes de habitação, de estado, de cargo é muito nocivo ao progresso da virtude (S. Nilo); raras vezes, diz a *Imitação*, se sancificam aquêles que andam freqüentes vezes em viagem (peregrinações).

3. O pecado

1. Comete-se um pecado quando se transgride uma ordem de Deus, *sciente* e *livremente*.

Adão e Eva no paraíso *conheciam perfeitamente* a ordem de Deus que transgrediam, e a serpente de *nenhum modo* os obrigou a fazê-lo; cometeram portanto um pecado. — A vontade de Deus é notificada pelo *decálogo*, pela ordem de praticar as obras de misericórdia, pelas ordens da autoridade que representa a Deus; ela *proíbe* ou *prescreve* um acto, e daí a distinção entre pecados de

comissão e pecados de omissão; refere-se à majestade divina, ou ao nosso proveito, ou ao dos nossos semelhantes, daí os pecados contra o próximo. — O pecado é pois uma resistência, uma **desobediência a Deus** (Rom. IV, 15; S. Jo. III, 4), às ordens celestes (S. Ambr.); uma rejeição do jugo divino pelo homem que diz: «*Non serviam, não servirei*» (Jer. II, 20); um ataque violento à Divindade, que procura aniquilá-la, para que ela não possa nem ver nem punir este delito (S. Bern.). O pecado é uma declaração de guerra a Deus (B. Henrique Suso), *crucifica novamente a Jesus* (Heb. VI, 6), porque torna o seu sangue inútil (B. Humberto). A malícia do pecador é mais sensível ao coração de Jesus que a sua paixão, como a recusa do salário é mais custosa para um operário, que o seu trabalho (Fr. Luís de Gran.). — O pecador é um *inimigo da sua própria alma* (Tob. XII, 10). Seria loucura insultar um homem de quem dependesse toda a nossa felicidade neste mundo; é uma loucura maior ofender aquélle de cujo auxílio temos sempre e em toda a parte necessidade e de quem depende a nossa eternidade bem-aventurada. Quem ousaria insultar aquélle que nos tivesse suspensos por uma corda fraca do alto de uma torre? e ousamos ser bastante insensatos para provocarmos a cólera daquele que tem a nossa vida suspensa por um cabelo, e que poderia deixar-nos cair no nadal (Fr. Luís de Gran.). Nós, pobres criaturas, não toleramos a mínima ofensa dos nossos inferiores, que contudo nos são originariamente iguais em dignidade, e todavia desprezamos a vontade divina! (Salviano).

Não se comete pecado quando se ignora, sem culpa própria, a malícia de um acto, nem quando se não consente no acto pecaminoso.

Suponhamos que um menino de dois ou três anos ouve umas palavras más e as repete. Como não pode ainda discernir o bem do mal não conhece a malícia dessas palavras e por isso não peca. Noé não teve culpa do pecado de embriaguez, porque ignorava os efeitos do vinho; nem seria culpado quem comesse carne em dia proibido sem pensar nisso. Pelo contrário, há certamente pecado quando, por **mau hábito**, já se não reflecte na culpabilidade de uma acção ou quando se ignora a lei

por negligência própria; porque uma coisa é não saber, e outra coisa é não querer saber: aquêle que voluntariamente se desvia da verdade, para a não conhecer, é um desprezador da lei (S. Greg. M.); aquêle que neste mundo procura esquivar-se à palavra de Deus não achará nenhuma desculpa diante d'Ele. — Não se comete pecado quando se não consente numa acção má. Aquêle que, tendo sido mordido por uma víbora, bebe tanta aguardente, para neutralizar a acção do veneno, que chega a embriagar-se e a perder o juízo, não peca, porque o seu intento não era beber de mais, mas sim tratar da saúde. O mesmo se diga de quem, em defesa da própria vida, fere ou mata o injusto agressor. Os primeiros cristãos a quem os algozes obrigavam à força a deitar incenso sobre os altares dos ídolos não eram culpados; também não somos responsáveis pelos maus pensamentos que o demónio nos sugere, enquanto nêles não nos comprazemos. As representações da imaginação durante o sonho não são pecaminosas, porque não está em jôgo a nossa liberdade; não nos devemos afligir com elas, mas rejeitá-las ao despertar. Jesus diz, expressamente que todos os pecados vêm do coração (S. Mat. XV, 19), isto é, da vontade; quando esta falta, não existe pecado. Todavia há culpa quando se põe voluntariamente a causa indirecta do pecado; aquêle que se embriaga é responsável pelos actos que comete no estado de embriaguez, porque sabia de antemão, pelo menos confusamente, que a embriaguez arrasta a tôda a espécie de pecados.

2. Na sua essência o pecado é uma afecção criminosa à criatura e um afastamento de Deus.

O voltar-se para as criaturas é a causa do pecado (S. Boav.). As criaturas não são senão meio para atingirmos o nosso último fim, mas não são em si mesmas este fim; são como os remédios: o uso moderado das criaturas torna-as úteis, o excesso torna-as nocivas e impede-nos de atingirmos o nosso último fim. Foi por isso que Deus não permitiu o uso das criaturas senão na medida necessária ou útil para chegar ao céu: dos alimentos, por exemplo, na medida precisa para o manutenimento da vida. Deus permitiu a posse dos bens terrenos, mas somente dos adquiridos legitimamente. Aquêle que usa das criaturas

além da medida permitida, ou por forma diversa da que Deus prescreve, violenta as criaturas (Rom. VIII, 22) e desvia-se de Deus, seu último fim; troca pelos prazeres passageiros a verdadeira felicidade (Sab. II, 1-9). O pecador procede como uma criança, que, entre uma pedra de açúcar e uma moeda de ouro, escolherá a pedra de açúcar: abandona a Deus, nascente das águas vivas, para abrir cisternas que não conservam a água (Jer. II, 13). — O pecado é uma espécie de **idolatria**: é a adoração de uma criatura em lugar de Deus; o pecador tem e adora tantos ídolos quantos são os pecados mortais que cometeu (S. Jer. e S. Ant. de Lisboa). Pelo pecado o homem torna-se escravo da criatura (S. Jo. VIII, 34) e nela fica preso como o peixe no anzol; o pecador é mesmo mais lamentável que um escravo porque o escravo pode fugir, ao passo que o pecador não pode: o seu pecado persegue-o por onde quer que vá (S. Agost.).

3. O pecado é o único mal verdadeiro, porque expõe o homem à vergonha e à desgraça eterna.

O pecado é o único mal verdadeiro, ao contrário do que pensam os homens, que têm por desgraça os sofrimentos e as privações desta vida, ao passo que no fundo elas são graças, porque, longe de nos fazerem perder alguma coisa aos olhos de Deus, granjeiam-nos lucro⁽¹⁾. O pecado é o único mal, porque nos faz perder todo o valor aos olhos de Deus (S. Jo. Cris.); faz, por assim dizer, recair o homem no nada donde foi tirado (S. Agost.). Pensem o que pensarem a maior parte dos homens, eu não cessarei de pregar que a maior desgraça não é mesmo a condenação eterna, mas a ofensa a Jesus Cristo (S. Jo. Cris.). O pecado é um mal maior que o aniquilamento do mundo, mesmo de um número infinito de mundos cheios de criaturas (S. Ant.). A única coisa vergonhosa e degradante para o homem é o pecado; os homens viciosos são os únicos que consideram a pobreza e a obrigação de trabalhar com uma vergonha. S. Francisco Xavier, apóstolo das Índias, embora revestido da dignidade de legado da Santa Sé, lavava él mesmo a sua roupa; a alguém, que lhe dizia que não era isso conveniente, respondeu: «Uma só coisa é inconveniente para o cristão, o pecado».

(1) Ver primeira parte, pág. 165.

4. O pecado faz perder ao homem a beleza sobrenatural da alma, torna-o semelhante ao demónio e infeliz já nesta vida.

O pecado faz perder à alma a **sua beleza sobrenatural**. Como o corpo se mancha ao contacto das imundícies, assim a alma, cuja beleza consiste na graça santiificante, mancha-se ao contacto criminoso com as criaturas, o pecado faz-lhe perder esta beleza, ou toda, ou em parte (S. T. de Aq.). Um vestido de brilhante alvura mancha-se com o mínimo salpico de lama; assim a alma se mancha com as coisas terrestres, logo que se afasta de Deus e se prende às criaturas por um afecto desordenado (Fr. Luís de Gr.). Diziam um dia a Santa Francisco Chantal, quando estava tratando um leproso, que poderia contrair a doença: «Não temo outra lepra, respondeu ela, senão o pecado». — Pelo pecado o homem **torna-se semelhante ao demónio**, porque o **pecador imita a Satanás** (Sab. II, 25); pelo pecado torna-se **participante da natureza dêle**, porque aquêle que comete o pecado é de Satanás (I S. Jo. III, 8); torna-se mesmo **filho de Satanás** (ib. 10). Vós tendes, disse Jesus aos fariseus no templo, o demónio por pai, e quereis obrar segundo a sua vontade (S. Jo. VIII, 44). O pecador, diz S. Cipriano, come o **alimento do demónio**. — Pelo pecado o homem torna-se **infeliz desde esta vida**, como o astro que saísse da sua órbita se despedaçaria, como o **combóio** que salta dos trilhos produz uma catástrofe. Os homens que abandonam o caminho traçado pelos mandamentos caminharam para os abismos. A **ordem** contra a qual o pecador se insurge esmagá-lo-á, e êle insurge-se contra a ordem da sua razão, contra a ordem social e contra a ordem da providência divina. É por isso que sofre os tormentos do remorso, e, em certos casos, os castigos das autoridades humanas e, enfim, os castigos de Deus (S. T. de Aq.).

1. A origem e o progresso do pecado

As casas não abatem de repente; primeiro infiltram-se nas paredes algumas gotas inadvertidas de chuva, amolecem a argamassa e deslocam as pedras, de forma que por fim o edifício vem abaixo. É assim que procede

o demónio na alma (Rodriguez), como se vê na história de Eva.

Eis como nasce ordinariamente o pecado:

1. Vem um mau **pensamento**; este não é, em si, um pecado; só se torna pecado quando há nêle demora voluntária.

Há na nossa alma como que dois senhores, *de um temperamento completamente oposto*: o que é louvado por um é censurado por outro. São a sensualidade e a consciência. Assim que um mau pensamento se apresenta *trava-se uma luta violenta*; a consciência adverte e sustém, a concupiscência excita e impele para o mal. Não podemos impedir que surjam os maus pensamentos, como uma ilha não pode impedir que as ondas do mar a batam de todos os lados; mas assim como a ilha resiste às ondas, que se quebram contra ela, assim nós devemos repelir os maus pensamentos (S. Efrém). É preciso **desviar** logo a **alma do mal**, quer pela oração, quer pela recordação dos novíssimos. «Lembra-te, diz o Eclesiástico (VII, 40), dos teus novíssimos, e nunca pecarás». Ou então deve-se pensar nas *consequências* desastrosas do pecado; a reflexão que só chega depois do pecado é inútil. Esta imediata repulsa do pensamento mau desde o princípio é da mais alta importância, porque o incêndio que começa a lavrar ainda se extingue facilmente. «Matai o vosso inimigo, enquanto é pequeno e fraco (S. Jer.), afogai o mau pensamento na sua origem, logo que ele se apresenta» (S. Bern.).

2. Muitas vezes experimenta-se **complacência** no mal; esta torna-se pecado, quando se não reprime imediatamente.

Essa complacência pode ir até ao *pecado mortal*, se se refere a um objecto proibido sob pena de pecado grave. — Os maus pensamentos são como *ovos* que o demónio deposita nas nossas almas, e assim como o óvo chocado dá um pintaíño, assim o mau pensamento gera o pecado quando se conserva completamente no coração. Quem pegar em *carvões ardentes* queima cruelmente a mão; os maus pensamentos queimam profundamente a alma que nêles se detém e se deleita (S. Agost.). Quan-

do a concupiscência concebe, gera o pecado (S. Tiago, I, 13). Os maus pensamentos são uma abominação para o Senhor (Prov. XV, 26).

3. Pode também nascer em nós um **mau desejo**; quando se consente nêle comete-se um pecado, da mesma malícia e da mesma espécie que o próprio acto a que se refere.

O mau desejo voluntário é já *um acto da vontade*; o mal que procede do coração (da vontade) é pecado (S. Mat. XV, 19), porque diante de Deus a *intenção* (o desejo, a vontade) é *como a acção*, e aquêle que se detém num mau desejo comete já uma acção pecaminosa no seu coração (Id. V, 28). Aquêle que dá consentimento a um mau desejo é como um *veado* ferido de morte: pode escapar aos caçadores, mas não deixará de morrer (S. Efrém). Os maus desejos são como o *peixinho do mar* chamado *rémora*, de que fala Plínio, que atravessa o casco dos navios, fá-los parar e causa muitas vezes o naufrágio; o mau desejo parece pouca coisa, e contudo pode sustar no seu curso e até precipitar no abismo da morte eterna as almas mais piedosas e mais perfeitas, que navegam para o porto da pátria celeste (S. Greg. Naz.). Quando o acto é um *pecado mortal*, o mau desejo também o é (Conc. trid. XIV, cap. 5). Aquêle que não sabe reprimir os seus maus desejos assemelha-se a um cavaleiro arrastado pelo cavalo desenfreado através de mil precipícios; também ele é arrastado para os mais graves pecados e precipitado no abismo do inferno (S. Ambr.). O mau desejo assemelha-se ainda a uma *môsca*, que atraída pela avidez para o açúcar, o azeite, o mel, acaba por se afogar, ou à que doideja em torno duma chama até queimar as asas.

4. O **propósito** de fazer o mal é sempre pecado.

O desejo não é senão uma aspiração ao mal, um movimento da vontade para o objecto proibido. O propósito implica a *decisão de empregar também os meios* que conduzem ao fim. Os *irmãos de José* haviam formado o propósito de o matar; era um grande crime, ainda que não executaram o seu plano. — Até aqui falámos apenas do *pecado interior*.

5. O pecado exterior é mais grave que o pecado interior por causa das más conseqüências que pode trazer consigo.

O pecado exterior aumenta a malícia da vontade, destrói o sentimento da vergonha, causa muitas vezes escândalo, lança o homem na miséria e atrai castigos divinos mais severos. O homem que pecou exteriormente parece-se com o peixe já caído no anzol. A nossa alma é como uma fortaleza, de que Deus nos deu o comando. Vem o inimigo, envia um espião que oferece ao comandante uma grande quantia para entregar a praça. Este pode tomar três partidos: pode repelir as ofertas e mandar prender o espião, ou entabular primeiro negociações com ele e rompê-las depois, ou enfim consentir em abrir as portas ao inimigo. Podemos fazer a mesma coisa quanto à nossa alma e ao inimigo, Satanás. Este envia seus espiões para nos desviar de Deus com toda a espécie de promessas e carícias. Se repelirmos as suas ofertas com desgosto, mais nos fortaleceremos na fidelidade a Deus; se temos nelas complacência, começamos já a atraíçoe a Deus e a merecer o seu desagrado; se, finalmente, praticamos o mal, entregamos a nossa alma a Satanás, que nela entra com todo o seu séquito.

6. Depois de cada pecado a alma entra no **estado de pecado**.

Quando a água está gelada, fica no estado de gelo até que o calor de novo a liquefaça, e quando o nosso hemisfério toma a posição de inverno em relação ao sol, o calor e a duração dos dias diminuem, até que esta posição se mude. Assim o homem depois do acto do pecado mortal fica neste *estado de pecado*, até que se converta; eis por que se diz: esta alma está em pecado, este homem morreu em pecado. O homem que vive em pecado mortal compara-o Cristo como o adormecido (na parábola das dez virgens) (S. Mat. XXV, 5). O adormecido não faz nada; apenas sonha diferentes coisas, por exemplo, que é rico, ou grande senhor, etc. Mas quando desperta, ao raiar do dia, reconhece que tudo aquilo eram fantasias do sonho. O mesmo sucede com o pecador, o qual acalenta muitas ilusões a seu respeito e a respeito das coisas do mundo, e tem por verdadeira fe-

lícia de o possuir-las e disfrutá-las; mas quando, com a luz do Espírito Santo, alcança o verdadeiro conhecimento, começa então a ver o engano em que estava. Por isso adverte S. Paulo os pecadores: «É já hora de acordar do nosso sono» (Rom. XIII, 11).

7. A repetição freqüente de um pecado grave produz um **vício** (mau hábito, paixão desordenada, costume pecaminoso).

Basta que este pecado grave se repita *uma ou mais vezes por mês* para constituir o vício; o pecador adquire então uma certa facilidade em praticar o mal e a sua vontade contrai uma certa *inclinação* para o pecado. Os SS. Padres representam-nos os três mortos ressuscitados por Jesus, como a imagem do pecado interior, do pecado exterior e do pecado de hábito. A filha de Jairo, que está ainda *na casa mortuária*, é o símbolo do pecado do coração; o jovem de Naim que levam *para fora da cidade*, é o do pecado exterior, e Lázaro, cuja decomposição já começa, é o do pecado de hábito. Aos dois primeiros Jesus dá simplesmente ordem de se levantarem; ao último dirige um grande grito depois de ter tremido no seu coração, chorado e ordenado que afastassem a pedra do sepulcro: queria dêste modo indicar como é grande a dificuldade de fazer voltar à vida da graça um homem entregue ao vício.

8. Todo o pecado mortal e todo o mau hábito arrastam, como castigo, para outros pecados, e outros vícios.

É a *graça de Deus*, e não a tentação, que abandona o que pecou gravemente; o demónio redobra de esforços para apertar os seus laços. E, como a tentação não pode ser vencida senão pela graça de Deus, segue-se que o pecador cai sempre mais profundamente de um pecado noutro. «É a maldição do crime o ele continuar a gerar o mal» (Schiller). Os pecados que são consequência do pecado podem, pois, ser considerados como seu castigo (S. Boav.), porque os vícios são punidos pelos vícios (S. Greg. M.). A Sagrada Escritura exprime o afastamento da graça pelas fórmulas seguintes: «Deus cega, endurece o pecador; a Faraó, por exemplo, abandona-o à corrupção do seu sentir» (Rom. I, 28).

9. Quando um vício está enraizado, arrasta atrás de si as maiores desordens, as mais horríveis faltas de caridade: **os pecados que bradam ao céu** e finalmente o endurecimento completo do pecador: **o pecado contra o Espírito Santo.**

Aquêle que se entrega ao vício durante muito tempo torna-se capaz dos maiores delitos, do homicídio, da opressão dos fracos, da subtração do salário, capaz das mais horríveis desordens, como o pecado de Sodoma (Gén. XII, 20). E assim como a virtude torna o homem feliz sobre a terra e o conduz à união perfeita com Deus, como no-lo ensina Jesus nas 8 bem-aventuranças, assim o vício tem os seus graus pelos quais a alma desce até *ao estado dos espíritos réprobos e chega até à separação absoluta de Deus*. O homem vicioso acaba por odiar a Deus e resiste livremente e de propósito deliberado à ação do Espírito Santo, resistência que se chama pecado contra o Espírito Santo. É a *consumação* do pecado (S. Boav.), que leva à impenitência final.

2. As espécies do pecado

Há diferentes espécies de pecado.

As circunstâncias que mudam a espécie devem ser declaradas na confissão (Conc. Trid. XIV, 5).

O pecado varia de espécie quando se transgridem *mandamentos diversos* ou se ofendem *virtudes diversas*, ou então quando se transgride um mesmo mandamento, e se ofende uma mesma virtude, mas de modo notavelmente diferente.

O *roubo* e a *mentira* diferem quanto à espécie, porque um transgride o 7.^º e a outra o 8.^º mandamento; o *orgulho* e a *avareza*, porque se ofendem duas virtudes diferentes, a humildade e a generosidade. O *roubo* e a *fraude* diferem também quanto à espécie; são, sem dúvida, transgressões do mesmo 7.^º mandamento, mas cometidas dum modo diferente. A *presunção* e o *desespéro* diferem de espécie porque contrariam a virtude da esperança de um modo inteiramente contraditório.

1. Distingue-se ainda o pecado em pecado de *pensamento*, de *palavra* e de *obra*.

O ódio e o homicídio diferem de espécie porque transgridem o 5.^º mandamento, um por pensamento, outro por obra. A jactância e a vaidade no vestir são de espécie diferente, porque ofendem a humildade, uma por palavras, outra por obras.

2. Distingue-se além disso o pecado *personal* do pecado *alheio*.

Os pecados **pessoais** são aquêles que nós mesmos cometemos.

Os pecados **alheios** são aquêles que nós não cometemos pessoalmente, mas nos quais temos parte, quando os ordenamos, ou os aconselhamos, aprovamos, louvamos, auxiliamos, desculpamos, ou quando induzimos a êles, quando os toleramos, quer pelo silêncio, quer pela impunidade, devendo e podendo impedi-los.

O pecador é como um leproso que pega aos outros a lepra de que está atacado; é responsável por esse contágio. Aquêle que lança fogo a uma casa é causa do incêndio, e quem fornece o veneno é responsável pela morte que ele produz; assim o pecador é responsável pelos pecados que manda ou que deixa cometer a outrem porque também se ensina o vício não o punindo! (S. Greg. Naz.). Se aquêles que têm a missão de guardar a César subbessem que ele fôra alvo de um atentado, ficariam bem aterrados, porque saberiam que não lhes seria fácil desculparem-se dizendo: «Não tivemos parte nêle». Também nós devemos temer quando Deus foi ofendido por nossa negligência ou cobardia (S. Jo. Cris.). Aquêle que pode e deve impedir um pecado e o não faz é responsável por ele. — Eis alguns exemplos desta participação no pecado. Herodes ordenou a matança dos inocentes; Rebeca aconselhou a Jacob, seu predilecto, que enganasse Isaac (Gén. XXVII); Aarão consentiu o pecado dos Israelitas fundindo-lhes o bezerro de ouro; os judeus louvaram Herodes por ter man-

dado dar a morte a S. Tiago e assim o impeliram a encarcerar S. Pedro (Act. Ap. XII); Saulo auxiliou os assassinos de S. Estêvão guardando-lhes os fatos; as espôsas de Job e de Tobias pecaram excitando seus maridos a murmurarem. Aquêles que escrevem livros imorais ou pintam imagens indecentes, as mulheres que usam *toillettes* provocadoras, têm parte nos pecados dos outros. O sumo sacerdote Heli calou-se diante dos crimes de seus filhos e deixou-os impunes, por isso Deus o mandou censurar por Samuel e o castigou severamente (I Reis, III). É também pecado, quando se é membro de um conselho, não votar contra as propostas más, por respeito humano; o profeta compara êsses homens a cães mudos, que não ladram (Is. XLVI, 10).

Os poderosos dêste mundo, os membros dos parlamentos e doutras assembleias, os pais, os superiores, os patrões, os redactores de jornais, os literatos estão facilmente expostos a terem parte nos pecados de outrem.

Há soberanos que declararam injustamente guerra e que, por conseguinte, são responsáveis por todos os crimes que nela se cometem. Os eleitores são responsáveis pelas leis anti-religiosas que elaboram os seus mandatários. Certos jornalistas são, pelas suas excitações, causa dos ódios políticos e religiosos que dividem muitas vezes o mesmo povo.

Aquêle que tem parte no pecado de outrem é pelo menos tão *culpado* como se o tivesse cometido ele próprio.

Aquêle que induz outros ao pecado pode ser mais culpado que as suas vítimas. Eva, que seduzira Adão, foi castigada mais severamente do que êle, e ainda hoje a mulher sofre as conseqüências dêste castigo mais que o homem. Aquêle que leva os outros a pecar peca *contra a caridade*, imita o demónio que não é mau só para si, mas que se esforça também por tornar maus os outros. Por isso Jesus exclama: Desgraçado daquele por quem vem o escândalo! (aquele que é a causa do pecado de outrem), mas lhe valera que lhe atassem ao pescoço uma pedra de moinho e o afogassem no fundo dos mares (S. Mat. XVIII, 6).

3. A gravidade do pecado

1. Os pecados não são todos por igual graves.

Jesus compara certos pecados a *camelos*, outros a *mosquitos* (S. Mat. XXIII, 24); uns a *palhas*, outros a *traves* (ib. VII, 3; a dívida de 10:000 talentos é contraposta à de 10 dinheiros (ib. XXIII, 23). «Aquêle que me entregou, disse êle a Pilatos, cometeu um pecado maior» (S. Jo. XIX, 11).

1. A gravidade do pecado depende da *importância do mandamento violado*, da *clareza do conhecimento da lei*, e do *grau da liberdade na acção*.

Quanto mais importante é a **ordem violada** tanto mais grave é o pecado. Se êle é dirigido contra *Deus*, é mais grave do que contra o *próximo*; o pecado contra a *vida* dos nossos semelhantes é mais grave que o pecado contra a *propriedade*. A segunda condição da gravidade do pecado é a **consciência** da culpabilidade; o pecado de um cristão é mais grave que o de um pagão, o de um simples fiel menos grave que o de um sacerdote, que conhece melhor a lei divina. «O servo, dizia o Senhor, que conhecia a vontade de seu amo e não a observou, será duramente castigado; o servo que a transgrediu, sem a conhecer tão bem, receberá menos castigos» (S. Luc. XII, 47). O que é pecado venial num principiante, torna-se grave no cristão perfeito (S. Isid.); quanto mais soberdes mais severamente sereis julgados, se a vossa ciência não tiver sido a regra da vossa conduta (T. de Kempis); quantas mais graças receberdes, mais graves serão as vossas ofensas (S. Cesário). Emfim a grandeza da falta depende do grau de **liberdade** que se tinha ao cometê-la. Aquêle que operou sob a influência do *temor* ou de uma *tentação* muito violenta, é menos culpado que aquêle que procedeu em plena liberdade: a negação de S. Pedro era menos criminosa que a traição premeditada de Judas.

2. O pecado pode ser *agravado* pelas *circunstâncias* de pessoas, de objecto, de tempo, de lugar, de

fim, dos meios, das conseqüências desastrosas (previstas).

O pecado público de um soberano é mais grave que o dos seus súbditos; um pecado cometido diante de muitas pessoas é mais grave que um pecado secreto. Fazer trabalhos servis durante um domingo inteiro, é mais grave do que trabalhar só uma hora; a rapina (roubo com violência), mais que o latrocínio; o roubo com prejuízo de um rico, menos grave que o roubo a um pobre. Um roubo numa igreja (além de mudar de espécie como sacrilégio) é mais grave que um roubo num lugar profano.

II. Muitos pecados são tão graves que nos separam completamente de Deus, e privam-nos da sua amizade: chamam-se pecados mortais; os pecados menos graves chamam-se veniais.

Os pecados são como as doenças: tal doença apenas nos debilita, tal outra custa-nos a vida; tal pecado é apenas um obstáculo, que nos atrasa no caminho para Deus, e tal outro priva-nos completamente da vida da alma, da graça santificante (S. T. de Aq.). No comércio da amizade pode sobrevir uma divergência de sentimentos: se é apenas ligeira, a amizade subsiste; se, pelo contrário, é séria, pode levar a uma ruptura. O mesmo sucede com a amizade com Deus, os pecados veniais deixam-na subsistir, os pecados graves destroem-na. A Sagrada Escritura, com efeito, fala-nos de pecados que fazem *perder a graça divina*, como o de David, e de outros em que o justo cai 7 vezes, isto é, muitas vezes (Prov. XXIV, 16), sem deixar de ser justo (Conc. Trid. VI, cap. 11); fala-nos de pecados que *excluem do reino dos céus* e chamam sobre nós um castigo eterno, entre os quais S. Paulo (I Cor. VI, 9; Gál. V, 19) conta a idolatria, o homicídio, a impudicícia, a intemperança, a avareza, etc., e de outros pecados que não têm essas conseqüências. Poucos pecados há que não tenham hoje apologistas⁽¹⁾; não nos deixemos

(1) Segundo Lutero, o pecado, por maior que seja, não é imputado ao pecador uma vez que seja acompanhado pela fé (confiança) nos merecimentos de Jesus Cristo.

seduzir por essas máximas do mundo, mas julguemos o pecado segundo a palavra de Deus, explicada pela Igreja: é Deus, e não o mundo, quem nos julgará. — O pecado mortal é assim chamado, porque dá a morte à alma; a alma não cessa de existir, mas perde o Espírito Santo, que é a sua vida. «O corpo morre quando a alma o deixa, e a alma quando Deus a deixa» (S. Agost.); o pecado grave é a morte, porque nos separa de Deus, nossa vida (S. Isid.); pecar gravemente é extinguir a chama da vida (S. Bern.). é portanto, uma espécie de *suicídio espiritual* (Lehmkuhl). — O pecado venial tira o seu nome do latim *venia* — perdão — porque obtém **mais facilmente o perdão** que o pecado mortal; isto não quer dizer que se deva ter o pecado venial em pouca conta; ele não nos desvia do caminho que leva a Deus mas faz-nos parar (S. Fr. de S.). De mais, o pecado venial é, também, uma ofensa à majestade infinita de Deus, e «não se deve considerar com leviandade a mínima ofensa a Deus» (S. Jer.). Aquêle que serve a Deus como um filho e não como um escravo, temerá ofendê-lo nas mínimas coisas (S. Bas.); se caísse o céu e a terra, era um mal menor que um pecado venial (S. Agost.). Os milhões de mártires são, a-pesar dos seus merecimentos, incapazes de satisfazer plenamente à justiça divina por um só pecado venial; foi necessário, para isso o sangue precioso de Jesus (S. Cat. de S.).

O pecado mortal é essencialmente diferente do pecado venial.

O pecado grave é uma *ferida de que se morre*; o pecado venial uma ferida ligeira que apenas faz sofrer. «O pecado mortal põe o machado à raiz, o pecado venial é um golpe feito na casca da árvore, que a põe doente» (S. Lour. Just.). O que peca mortalmente, *rebela-se* formalmente contra Deus e renuncia à sua amizade e à sua herança do céu, o que não sucede no pecado venial.

É muito difícil e muito perigoso decidir se um pecado é venial ou mortal. Pode-se afirmar com certeza sómente isto: há pecado mortal, quando a vontade do homem já se não dirige para Deus, como fim último.

S. Agostinho e S. Tomás de Aquino, e segundo a sua doutrina todos os moralistas, afirmam esta dificuldade e êste perigo. Contudo nunca se deve designar um pecado como mortal, quando isso não é absolutamente certo (S. Af.); aliás, impelir-se-iam as almas para a desesperação (S. Raim.), para o inferno (S. Ant.); longe de as tirar do abismo do pecado, mais se afundariam nêle (Gerson). — Só há pecado mortal quando Deus já não é o centro para o qual a alma gravita (S. T. de Aq.), porque o pecado mortal é o afastamento total de Deus, como fim último, e a conversão total das almas às criaturas, como soberano bem (S. Agost.).

1. Há pecado mortal quando de propósito formado se ofende gravemente a Deus na sua honra, ou o homem num bem importante, como a vida, os haveres, a honra.

A idolatria, a heresia, a blasfêmia, o perjúrio, a profanação (considerável) do domingo e dos dias santos, são certamente pecados mortais, porque ofendem gravemente a honra de Deus. Um dano ligeiro causado à própria saúde é um pecado venial; o suicídio, um pecado mortal. O que só dá um empurrão a outrem, comete uma falta leve; mas o que o maltrata grosseiramente, comete um pecado mortal. Roubar alguns escudos é um pecado venial, roubar uma soma considerável é um pecado mortal. Descobrir um pequeno defeito do próximo é menos grave que acusá-lo injustamente. No segundo caso é um bem considerável do próximo que é gravemente lesado. — Contudo, não há pecado mortal senão quando o pecador reconhece claramente a gravidade da falta. Crianças que não compreendem o alcance das suas ações não cometem facilmente um pecado mortal. Requere-se também a plena liberdade; uma ameaça muito grave pode desculpar de um pecado mortal (quando se trata de uma lei humana); assim também quando uma tentação violenta perturba a visão clara da consciência ou é ocasionada por um caso de grande necessidade. Deste modo foi julgada a acção dos soldados hebreus, que caíram na batalha, depois de se haverem apoderado no saque, a-pesar-de uma ordem em contrário, das ofertas destinadas aos ídolos. Judas Macabeu não os considerou culpados de um pecado

grave, pois mandou oferecer por êles sacrifícios (II Mac. XII). Uma doença pode perturbar a inteligência a ponto de se ficar sem consciência alguma do que se faz; mais do que um suícidio pode estar inocente, e é necessário toda a reserva ao ajuizar do próximo, porque êsse juízo a Deus pertence, pois só êle sabe tudo. Contudo, não desculpam de pecado mortal, quando a coisa é *intrínseca*mente má, o medo ou a ameaça e menos ainda o ardor das paixões; pois o homem está obrigado a arrostar ainda que seja com a morte, antes que renunciar à amizade de Deus, cometendo uma acção gravemente má. Estas circunstâncias, se não chegam a perturbar a razão, só diminuem a gravidade, mas não fazem que a transgressão seja leve.

2. Comete-se um *pecado venial* quando se ofende só um *bem de menos importância*, ou quando se ofende um *bem importante*, mas ou de um modo ligeiro, ou com a *consciência im-*
perfeitamente esclarecida, ou com a *liberda-*
de coarctada.

Por outro lado um *pecado venial* pode tornar-se *mortal*, se com êle se causa um *escândalo* grave, ou um *dano considerável*, ou quando se comete *por desprêzo* pela lei.

Os ataques contra a religião ou a honra do próximo, na *imprensa*, serão raras vezes veniais, porque causam um escândalo e um mal consideráveis. A *mentira*, que de sua natureza não é grave, pode tornar-se mortal, se tem conseqüências sérias, como a dos exploradores da Terra da Promissão, enviados por Moisés. — O desprêzo da lei consiste em cometer o pecado precisamente por causa da sua proibição: este desprêzo é geralmente grave.

Muitos pecados veniais podem constituir um *pe-
cado mortal*, quando do seu conjunto resulta um mal considerável.

Muitos pequenos furtos cometidos sucessivamente acabam por constituir um pecado grave, por causa da soma considerável que se é obrigado a restituir, como a adição de *numerosas unidades* pode dar uma soma importante (S. Isid.). A água que penetra num navio por um pequeno buraco pode fazê-lo ir ao fundo: muitos fios finos de cânhamo podem formar um cabo bastante grosso para prender um navio; assim muitos pecados veniais podem, em certos casos, prender a alma no seu caminho para Deus e fazê-la naufragar (1).

III. Nem todos os pecados mortais têm a mesma gravidade, como também os pecados veniais: os pecados mortais mais graves são os pecados contra o *Espirito Santo* e os que bradam ao céu.

1. O pecado contra o *Espirito Santo* consiste em resistir habitual e obstinadamente às inspirações do *Espirito Santo*.

Sucede muitas vezes que o *Espirito* nos exorta à oração e a outras boas obras e nós não respondemos à sua voz por distração ou por excessivo cuidado das coisas temporais: isto não seria o pecado contra o *Espirito Santo*. Esse pecado só existe quando se lhe resiste obstinadamente e se morre nessa resistência. Os Fariseus e os *Escrivais* podiam deduzir a divindade de Jesus, e a sua qualidade de Messias, dos seus milagres, da sublimidade da sua doutrina, do cumprimento das profecias na sua pessoa, de todos os seus ensinamentos; mas o orgulho impedia-os de o confessar, porque seriam obrigados a mudar de conduta. Contra a própria consciência, chamavam-

(1) Não obstante, os pecados veniais, ainda que multiplicados, não privam só por si a alma da graça santificante, nem se somam para formar um pecado mortal, a não ser pela retenção de bens mal adquiridos, em quantidade grave, ou pelo dano causado ao próximo. Mas quem não faz caso dos pecados veniais, a pouco e pouco, pela diminuição das graças actuais, vem a cair em pecado mortal, e então forma-se o cabo de que fala o autor, e vai o barco ao fundo, como dizia S. Agostinho.

-lhe possesto (S. Jo. VIII, 48), atribuiam seus milagres a Belzebu (S. Mat. XII, 24), e perseguiam-no por todos os modos. **Contradisseram a verdade conhecida por tal.** Faraó teria podido, perante a conduta e os numerosos milagres de Moisés, reconhecer que Deus exigia a partida dos Israelitas, e contudo não renunciou à sua ímpia resolução: tinha **endurecido o coração para as inspirações divinas.** Renan (falecido em 1892) proibira, muito tempo antes da sua morte, a entrada do padre junto do seu leito de morte: não queria, portanto, voltar a melhores sentimentos; é assim que procedem os membros das seitas maçónicas: «tapam os ouvidos para não ouvir e endurecem o coração como diamante» (Zac. VII, 11). Também se pode dizer que os pecados contra o Espírito Santo são os que mais se opõem às três virtudes teologais; são contra a fé (resistência à verdade cristã conhecida), contra a esperança (a presunção e a desesperação), contra a caridade para com Deus (obstinação e impenitência), e contra a caridade para com o próximo (inveja das mercês que Deus faz a outrem). **Persistem obstinadamente na impenitência final.** Que diríamos de um homem *adormecido ao ar livre no frio mais rigoroso* e que, se o seu maior inimigo o acordasse, para não morrer gelado, o repelisse violentamente, a-fim-de continuar a dormir? E sem embargo é assim que o pecador trata o Espírito Santo, que ofendeu e pelo qual não querer ser acordado (Alb. Stoltz). É a loucura do doente que não querer ser curado (S. Jo. Cris.), e que além disso faz tudo o que poderia precipitar a sua morte.

O pecado contra o Espírito Santo é geralmente conseqüência de uma vida muito viciosa ou de um orgulho desmedido.

O *pecado mortal* obscurece a razão e desvia de Deus a vontade; quanto mais freqüente é o pecado, *mais espessas se tornam as trevas da razão e mais se endurece no mal* a vontade, até que a alma chega à cegueira, ao endurecimento absoluto (Luís de Gr.). A nossa alma é como um aposento em que os pecados não deixam entrar a luz (Card. Galura). S. Agostinho considera o endurecimento do coração de Faraó (Ex. IX, 12) como um castigo dos seus crimes. Muitos homens são tão doentes que *todos os alimentos se lhes transformam em sucos mórbidos*; assim também certos homens têm as faculdades da alma tão

corrompidas que a acção do Espírito Santo fica neles sem influência (S. Dorot.). As *plantas venenosas* não só ficam o que são sob a influência benéfica do sol e da chuva, mas ainda crescem; assim o homem mau torna-se pior sob a acção do Espírito Santo. O coração é como uma coluna; quando é direita e se lhe coloca em cima um objecto pesado, fica mais firme; quando pelo contrário se inclina, um pequeno peso a derruba: a verdade fortalece os corações rectos e faz vacilar os corações pecadores (S. Greg. M.). — A obstinação no mal provém da **má educação**, das **máis leituras**, de um grande **orgulho**. Os pagãos são apegados às suas superstições, perseguem e matam os missionários, porque são obcecados pela *sua educação* e pelas suas práticas idolátricas. São as **máis leituras** absorvidas todos os dias pelos assinantes dos jornais *anti-católicos*, que os enchem de preconceitos contra as doutrinas e as instituições da Igreja. Foi o **orgulho** que, após o concílio Vaticano, levou o cônego Doellinger († 1890) a revoltar-se contra a infalibilidade pontifícia, a-pesar das decisões do concílio e das exortações dos seus superiores eclesiásticos.

O pecado contra o Espírito Santo *impede o perdão de Deus*, porque o pecador repele precisamente as graças necessárias à sua conversão.

«A blasfêmia (o pecado) contra o Espírito Santo, diz Jesus, **nunca será perdoada** nem neste mundo nem no outro» (S. Mat. XII, 31). É impossível curar um doente, se êle repele o único remédio eficaz; assim o pecado não se pode curar sem a graça, o seu único remédio (Cat. Rom.). A impenitência voluntária é o único crime irremissível (S. Jer.); ofende mais a Deus do que qualquer outro pecado (S. Jo. Cris.).

Os homens que pecam contra o Espírito Santo *morrem muitas vezes miseravelmente e são condenados às penas eternas*.

Deus compara-se a um vinhateiro que fêz quanto podia pela sua vinha; mas se esta, a-pesar-de tudo, não dá uvas, o dono arranca-lhe a sebe, deixa-a ao abandono, pelo que virá a ser roubada e calcada (Is. V, 17). Com

efeito, o pecado contra o Espírito Santo não é um pecado de fraqueza, mas um pecado de maldade diabólica, que merece uma pena maior que os outros. Faraó pereceu no Mar Vermelho com todo o seu exército (Ex. XIV); os Judeus, que haviam resistido a todos os profetas e até lhes haviam dado a morte (S. Mat. XXIII, 27), expiram cruelmente a sua obstinação no ano 70; sucumbiram numa catástrofe tal como nunca houvera outra e não haverá jamais (ib. XXIV, 21); Jerusalém foi destruída desde os fundamentos e um milhão de judeus pereceram de fome, de peste, na guerra civil e sob o gládio dos romanos (Fláv. Josef.). Deus procede como um *médico prudente*; não cessa de cuidar do doente e de o exortar a tomar os medicamentos, ainda quando não obtém melhorias imediatas; mas se o doente se recusa obstinadamente a seguir as suas ordens, e vai até lançar os remédios pela janela, o médico retira-se; Deus *retira-se para sempre* daquele que resiste obstinadamente à graça actual (S. Af.). «Porque repeliste a palavra do Senhor, diz Samuel a Saúl, o Senhor por sua vez te reprovou» (I Reis, XV, 36). Quando os botões das flores desabrocham, são penetrados pelo calor e pela luz, e desenvolvem-se depois mais e produzem frutos; mas quando permanecem fechados, estiolam e morrem na esterilidade. Aquêle que morre no pecado contra o Espírito Santo não pode entrar no céu, porque no momento da sua morte não possui o Espírito Santo, nem, por conseguinte, a graça santificante⁽¹⁾; encontra-se no estado dos espíritos réprobos.

2. Chamam-se pecados que bradam ao céu os pecados de malícia tal que clamam vingança do céu contra os seus autores: são o homicídio voluntário, a opressão das viúvas, dos órfãos e dos pobres, a retenção do salário devido e o pecado de Socloma.

Estes crimes são tão abomináveis que **revoltam o senso moral do homem**. Quando Caim matou Abel, disse-lhe Deus: «O sangue de teu irmão bradou a mim vingança» (Gén. IV, 10); por isso os códigos de todos os

(1) Veja-se o capítulo que trata da graça.

povos punem o homicídio com as mais severas penas, até com a pena de morte. Nota-se, além disso, a acção da justiça de Deus no facto de que raramente os assassinos ficam impunes. A *opressão dos Judeus no Egípto* clamou a Deus vingança (Ex. III, 7); era também o pecado dos *Fariseus*, que oprimiam os pobres e recitavam depois longas orações (S. Mat. XXIII, 14); o pecado é mais grave quando atinge viúvas e órfãos (Ex. XXII, 22; Ecles. XXIX, 26). Este pecado é cometido também por aqueles que, num incêndio ou numa inundação, roubam os haveres dos sinistrados. Igual delito cometem os *agentes ou intermediários* que abusam, em proveito próprio, da indigência dos *criados e trabalhadores* para os quais procuraram colocação (por exemplo, extorquindo-lhes uma espórtula sem, com efeito, lhes procurarem a colocação desejada, ou anunciando na imprensa colocações de que não dispõem, ou exigindo pela colocação efectiva uma gratificação exorbitante, etc.). Até se têm já visto, nas guerras (e nas epidemias), casos em que os encarregados de tratar os feridos lhes roubam o dinheiro e quanto têm de valor, em vez de os curar. Que inaudita crueldade, sob a capa de misericórdia! — Provoca principalmente a indignação de Deus o dano que se causa às viúvas e órfãos (Ex. XXII, 22; Ecli. XXXIV, 26), porque as viúvas têm uma vida cheia de cuidados e incómodos, obrigadas a levar sobre os ombros um fardo feito para ombros varonil, governando a casa e cuidando da sustentação dos filhos. Por isso, até o simples sentimento de humanidade exige que as auxiliemos, e oprimi-las seria um pecado de refinada malícia. — Do mesmo modo pecam aqueles que demoram o pagamento do *seu salário* ao operário (Deut. XXIV, 14) ou que procuram pretextos para o *cercear* (S. T. V, 4). Por isso na Idade Média as causas relativas ao salário tinham a primazia sobre todas as outras; os tribunais deviam sentenciar em três dias (Alb. Weiss: *Apolog.*). O *pecado de Sodoma* é o pecado de impureza contra a natureza, a que se entregavam os habitantes daquela cidade, que pereceu sob uma chuva de fogo e enxofre (Gén. XVIII) e da qual desapareceram todos os vestígios debaixo das águas do Mar Morto. Nas suas epístolas S. Paulo manda os seus discípulos que se guardem deste vício (Rom. 1, 26), tão abominável que se não pode designar pelo nome próprio, para que se não manche a bôca do cristão que o pronuncia, nem o ouvido do que o ouve (S. Ago.).

O pecado que brada ao céu é cometido muitas vezes no nosso tempo, contra operários sem defesa, por *patrões* sem consciência.

Obrigam a trabalhar os seus operários em locais sujos, sem ventilação, sem calor suficiente no inverno; privam-nos do tempo necessário para comerem tranqüilamente, obrigam-nos a profanar o domingo e os dias de festa, dão-lhes um salário insuficiente para viverem com decência, exigem dêles um trabalho superior às forças humanas e muitas vezes acções contrárias à moral, à sua dignidade de homens. — É em grande parte a estas desordens que se deve o nascimento e o desenvolvimento do socialismo⁽¹⁾. Em muitos Estados tem-se procurado melhorar por meio de leis (como a do descanso dominical, das aposentações operárias, acidentes de trabalho, etc.), a condição dos operários.

IV. Convém distinguir do pecado venial as imperfeições; estas são faltas que não provêm de um acto mau da vontade, mas da *fraqueza humana*.

O mau humor, os ditos de espírito irreflectidos, as distrações involuntárias durante a oração, etc., são imperfeições, que não têm a sua raiz na malícia da vontade, como o pecado venial propriamente dito. Ainda que as imperfeições não sejam pecados, não são *absolutamente isentas de culpa*, e é necessário fazermos esforço para nos corrigirmos delas.

4. O castigo do pecado

O pecado mortal é a maior desgraça do homem; oprime-o com numerosos flagelos (Ps. XXXI, 10). «Experimentarás, diz o Senhor ao pecador, como é duro e amargo ter abandonado o Senhor, teu Deus» (Jer. II, 19). O pecador é como aquêle homem que deixava Jerusalém, habitação do Deus vivo, para se ir para o deserto de Jericó infestado por bandidos. «O castigo segue-se imedia-

(1) Ver o décimo mandamento da lei de Deus.

tamente ao crime, ainda que o dia do julgamento não tenha ainda chegado» (S. Cip.).

Os castigos do pecado mortal são:

1. A perda da graça santificante.

O Espírito Santo **abandona imediatamente** a alma do pecador culpado de um pecado grave, como a pomba foge dos depósitos de imundícies (S. Fr. de Sales). O ímpio diz ao Senhor: «Afastai-vos de mim» (Job XXII, 17), e o pecado é um ladrão que se introduz no santuário do coração e lhe rouba o tesouro da *graça* (S. Boav.). O pecado *faz perder* ao homem a *vida da graça*; é um suicídio espiritual (Sab. XVI, 14), gera a morte (S. T. I, 15) de uma alma imortal. «O pecador está morto durante a vida, e o justo vive depois da morte» (S. Jo. Cris.); «chorais um corpo que a alma abandonou, e não chorais uma alma que Deus deixou» (S. Agost.). — A Escritura compara a alma pecadora a uma vinha *cujos muros caíram* e que está à mercê de todas as devastações dos animais selvagens. Quando Deus abandona uma alma, **entra nela o demónio** (S. Ambr.), o templo do Espírito Santo torna-se um covil de ladrões e a irmã dos anjos uma companheira dos espíritos maus (Id.). O navio que perdeu o *leme* é arrastado ao sabor das correntes, assim a alma privada da *graça* é arrastada para o abismo pelas correntes de Satanás (S. Cris.). O pecado é uma cadeia que nós mesmos forjamos e com a qual Satanás nos liga os pés e as mãos (S. Agost.). O pecado *entrega o homem ao poder de Satanás* (S. Jo. Cris.), ou antes o homem submete-se a élle pela sua desobediência (Rom. VI, 16). Uma pobre viúva abandonada está à mercê de todas as perseguições; assim a alma abandonada por Deus está à mercê de todos os caprichos dos demónios. «Deus, parecem élles dizer, abandonou-a: persegui-a, apanhai-a, porque não tem quem a salve» (Ps. LXX, 11).

A *perda da graça santificante* traz consigo as consequências seguintes: 1.º o pecador perde a beleza sobrenatural da alma, que se torna *impura* aos olhos de Deus; 2.º perde o *amor de Deus* e dos homens; 3.º a sua inteligência é *obscurecida* e a sua vontade *enfraquecida*; 4.º perde os *merecimentos de*

tôdas as boas obras passadas e não ganha nenhum por aquelas que pratica em estado de pecado; 5.º cai sob o jugo do demónio, que facilmente o precipita *noutros* pecados graves.

Quando um rei deixa a sua residência de verão, segue-o para a nova morada toda a corte. Assim acontece também quando Deus, por causa do pecado, abandona uma alma: ausentam-se dela a graça, os merecimentos, etc. — Pelo pecado mortal o pecador perde a **beleza sobrenatural da alma**, que se torna **impura** aos olhos de Deus, como Giezi, o servo do profeta Eliseu, foi coberto de lepra depois do pecado cometido contra Naamán (IV Reis, V). O pecado é para a alma o que o **apodrecimento** é para a **fruta**: tira-lhe a cõr, o perfume, o sabor, numa palavra, toda a beleza e todo o valor (S. Boav.). Seria uma tremenda desgraça para uma *noiva* que uma doença a desfigurasse a ponto que o seu noivo a repudiasse; a desgraça da alma pecadora é maior, porque ela é tão desfigurada que o seu espôso, Cristo, a repele com horror (Id.). O pecador assemelha-se a um homem *vestido de branco*, cujo fato de-repentê se *mancha* todo; a um cadáver que *espalha* em volta de si uma terrível infecção (S. Ans.). — O homem **perde** pelo pecado o **amor de Deus e do próximo**. Assim que a terra recebe menos verticalmente os raios do sol, aproxima-se o inverno; assim o frio apodera-se do coração do homem logo que êle se subtrai à influência de Deus; o pecado é uma geada que apaga em nossas almas o fogo da caridade (S. T. de Aq.). Sem dúvida certos pecadores vivem exteriormente em santidade, mas a sua piedade é como um cadáver, porque lhe falta alma e vida. Pode-se, infelizmente ter aparências de piedade e ser-se mau! (S. Fr. de S.). — O pecado **obscurece a inteligência**: é como uma *espessa nuvem* que se põe entre o sol e a nossa vista, e nos não deixa ver a luz divina da graça (S. Teóf.). O pecador já *não comprehende o que é do espírito de Deus* (I Cor. II, 14), como um espelho oxidado já não reflete os objectos que lhe põem diante (S. Teóf.). O homem que sofre um resfriamento, perde o gôsto e o olfacto: assim o pecador perde o gôsto e o sentido da verdade; está como obcecado e não reconhece a sua deplorável situação, como um viajante que em *profundas trevas* não vê o *abismo a cuja beira caminha*, ao passo que a alma em estado de graça é como

o viajante à luz do dia, que conhece perfeitamente o risco em que vai (L. de Gr.). Esta cegueira explica por que é que o pecador às vezes está *alegre*, como o doido furioso que dilacera as próprias carnes e ri. O corpo vivo sente a mínima picada, o cadáver é insensível a tudo; a alma virtuosa sente dolorosamente o mínimo remorso, mas a alma pecadora fica impassível às mais severas acusações da consciência (id.). O inverno do pecado *entorpece o senso moral* (S. Jo. Cris.). Quando alguém quer dormir de dia, corre as cortinas para não deixar entrar a luz: assim o pecador é subtraído aos raios da verdade por uma *cortina de preconceitos e de dúvidas*, que o impede de acordar; é como Sansão, ao qual haviam vasado os olhos, cortado os cabelos em que residia a sua força sobrenatural, e ligado com fortes laços (Juízes, XVI). — O pecado **enfraquece consideravelmente a vontade**, como o grande frio paralisa todos os membros; tira todas as forças para o bem; é como o visco que não deixa voar o passarinho. Como as águas que penetraram no casco de um navio lhe atrasam a marcha e o fazem ir ao fundo, assim o pecado faz parar o homem na sua marcha para o pôrto do céu e arrasta-o para o abismo. — O pecador perde os **merecimentos** de todas as boas **obras passadas**. «Se o justo se desvia da justiça e pratica o mal, toda a justiça que tiver praticado será esquecida» (Ezeq. XVIII, 24). O justo que peca assemelha-se a um *negociante* que recolheu enormes tesouros e que os perde à entrada do pôrto (S. Bas.). O pecado é como uma geada da primavera que destrói todas as flores, como uma *saraivada* que destrói num instante todos os frutos. — O pecado tira também o **merecimento de todas as boas obras praticadas neste estado**. A *vara cortada da cepa* fenece e torna-se estéril: assim a alma separada do Espírito Santo não pode praticar acto algum meritório, bem como um corpo separado da alma não pode operar de modo algum. Os *apóstolos haviam trabalhado toda a noite* sem apanharem peixe nenhum; assim a alma na noite do pecado não recolhe dos seus grandes esforços, o mínimo fruto para o céu; é como um *deserto*, onde não há senão silvas e animais ferozes. O que deserto selvagem sem Deus! Que sequidão onde não cai o orvalho divino! Que esterilidade onde o sol da justiça não luz! (S. T. de Vilan.). A alma separada de Deus é como a vinha a que tiraram o valado, e que as feras podem devastar à vontade. — Um pecado mortal arrasta facilmente para **outros pecados**. O

cadáver entra logo em *corrupção*, assim a alma privada do Espírito Santo cai logo na decomposição espiritual. A graça é o *sal* da alma, logo que este sal desaparece a alma apodrece e espalha mau cheiro (L. de Gran.). Novos pecados são o *castigo* do pecado que não é imediatamente expiado (S. Greg.); o pecador impenitente amontoa vícios sobre vícios (S. Agost.). Como uma pedra lançada na água produz círculos, cada um dos quais dá origem a outro (Id.), assim cada pecado mortal é preparação para outro maior.

2. A morte eterna.

O pecado mortal incorre na **condenação eterna**; assim como lançamos fora um *fruto podre*, assim Deus lança de si o homem que morreu em pecado. Aquél que está em pecado não tem a *teste nupcial*, a graça santificante; será, portanto, lançado nas *trevas exteriores* (S. Mat. XXII, 12). O pecado mortal é um crime de *lesa majestade*; como a majestade de Deus é infinita, é necessário que o castigo corresponda a esta grandeza. O pecador comete a loucura de *Esaú*, que vendeu o seu direito de primogenitura por um prato de lentilhas; sacrifica ao prazer de um momento os seus direitos ao reino celeste (Hebr. XII, 16); o prazer dura um instante, o castigo, uma eternidade. A esposa de S. Tomás Moro, chanceler de Inglaterra, procurava depois da sua condenação à morte fazer-lhe assinar a apostasia exigida pelo rei, ao que elle respondeu: «Como eu seria insensato trocando por uma felicidade passageira de alguns anos, uma felicidade e uma glória eternas.

3. Os castigos temporais.

Deus, como um bom médico, submete o pecador a penas temporais para o curar (Ecli. XVIII, 15). A primeira e a mais inevitável destas penas é o **remorso** que perturba a paz, o contentamento da alma, como a tempestade encrespa o espelho das águas. «Os ímpios são como um mar enfurecido que nada pode amansar» (Is. LVII, 29). O temor, o terror vem após o crime, como a sombra vai com o corpo (L. de Gr.). A alma em estado de pecado mortal *leva consigo o inferno*, segundo o exemplo de Caim (Gén. IV, 14); a sua consciência grita a cada instante: «Onde está o teu Deus?» (Ps. XLI, 2). Que re-

pouso pode ter o pecador ao ver êste braço omnipotente sempre armado contra êle? (S. Jo. Cris.). A luz dos relâmpagos, o ribombo do trovão, o bater da chuva atormentam o pecador, assim como a oração do justo, porque em tudo êle descobre a sua condenação (Meh.). Deus quis com efeito que cada desordem moral trouxesse consigo mesma o seu castigo. As consolações da alma e os prazeres sensuais são tão incompatíveis como a água e o fogo (S. Bern.); os que se entregam a estes são incapazes de gozar aquelas (S. Fr. de S.). O pecado mortal é a nascente de **tôdas as misérias**. Adão e Eva por terem pecado foram expulsos do Paraíso, sujeitos ao trabalho e à morte, etc., e esta é a sorte de todos os pecadores. A Sagrada Escritura diz que o pecado faz desgraçados os povos. Dos judeus afirma a Escritura: enquanto não pecaram diante de Deus, tudo lhes correu bem; mas quando se afastaram do caminho que Deus lhes havia prescrito, foram vencidos na guerra por muitos povos e levados cativos para terra estranjeira (Jud. V, 21). O pecado traz consigo muitas vezes **doenças**; foi por isso que Jesus disse ao paralítico depois de o ter curado: «Vai e não tornes a pecar, a-fim-de não incorreres num castigo ainda mais severo» (S. Jo. V, 14). O pecado é muitas vezes punido com a fome, como no-lo mostra a parábola do filho pródigo, e a estiagem de três anos e meio que no tempo de Elias castigou os Israelitas por se terem entregado à idolatria (III Reis, 17). Costuma também ser consequência do pecado a perda dos haveres e da honra, como se vê nos que se embriagam, nos ladrões, etc. — O pecador perde a protecção dos *anjos da guarda*; o pecado expulsa os anjos como o fumo as abelhas (S. Bas.). Quando um escravo atraíçoa o seu senhor, excita a cólera não só dêste, mas de tôda a sua família (S. Agost.); os anjos são tão hostis ao pecador como os servos de David contra Semei, que atirava pedras ao seu rei. — Não é, portanto, uma loucura dos homens temerem comer uma coisa mortalmente venenosa, e não temerem o pecado que lhes causa a morte eterna? (S. Beda).

5. Os castigos do pecado venial

O pecado venial parece não ser senão coisa de pouca monta, e contudo priva-nos de muitos bens; como um cabelo que se apega ao aparo não deixa escrever bem.

1. O pecado venial conduz a pouco e pouco ao pecado mortal e à perda da graça santificante.

O pecado venial **conduz facilmente ao pecado mortal**. Assim como uma maçã que *começa a estragar-se* depressa apodrece tôda, assim o homem que comete o pecado venial cai de-pressa no pecado mortal. «A doença prepara o caminho para a morte, e o pecado venial abre o caminho para o pecado mortal» (L. de Gr.). Quando numa casa não se trata de evitar que *as gotas de água da chuva se infiltrarem nas paredes*, o edifício deteriora-se e arrisca-se a cair em ruínas: assim o homem que despreza a princípio as pequenas faltas acaba por chegar a uma queda grave (S. Cass.). Se não se presta atenção ao *pó* que se pega aos fatos, estragam-se; o mesmo sucede à alma, quando se não tem cuidado com as suas pequenas nódosas (S. Isid.). Os pecados veniais são como a *traça*, que devora a veste da graça santificante (embora não diminuam a graça santificante, privam-nos das graças actuais para vencer as tentações). Deus permite que aquêles que não ligam importância ao pecado venial caiam no pecado mortal *em castigo da sua negligência* (S. Isid.). — Evitai os pequenos pecados: êles dão origem aos grandes (S. Cris.). Começa-se pelas coisas pequeninas e acaba-se pelas grandes. «Aquêle que é injusto nas pequenas coisas, é injusto também nas grandes» (S. Luc. XVI, 10). Aquêle que quere *rachar* um grande madeiro faz primeiro uma pequena fenda, na qual introduz a cunha: assim faz o demónio, arrasta-nos primeiro para o pecado venial e, a pouco e pouco, para crimes (Diez). Para nos fazer cair, o demónio lança diante de nossos pés uma pequena pedra. — O pecado venial conduz-nos facilmente ao pecado mortal, sobretudo porque nos priva de **multas graças actuais**, sem as quais não podemos vencer as tentações que nos vêm assaltar. — Um espelho *coberto de pó* não mostra já a imagem bem nítidamente: assim a alma coberta da poeira do pecado venial, não reflecte já bem nítidamente os raios do sol de justiça (L. de Gran.). A alma, coberta de pecados veniais, torna-se impura, como um homem que tem uma úlcera repelente, ou sobre cujo fato há uma mancha de lama. «Quando um homem está desfigurado por uma letra horrenda, um grande do mundo evitara aproximar-se dêle, beijá-lo ou dar-lhe a mão: as-

sim Deus vos negará a sua amizade particular e as suas carícias, se a vossa alma estiver desfigurada pelo pecado venial» (S. Agost.). Fugi do pecado venial, porque ele vos priva das numerosas graças que Deus vos daria se não estivésseis nesse estado (Maria Lat.). — O pecado venial **diminui o zélo pelo bem**. Como uma ligeira *constipação* ocasiona muitas vezes uma indisposição e nos não deixa cumprir os deveres do nosso estado, assim faz o pecado venial: enfraquece a nossa vontade e desvia-a do bem. Assim como as *nuvens* interceptam os raios quentes do sol, o pecado venial afrouxa o fogo do amor divino. «Os pecados veniais diminuem o ardor da caridade» (S. T. de Aq.) e tornam o homem *tíbio* e *preguiçoso* no serviço de Deus (S. Boav.). É a élle que são dirigidas as palavras da Escritura: «Mas por tu seres tíbio, por não seres frio nem quente, eu te expelirei da minha boca» (Apoc. III, 16).

2. O pecado venial atrai sobre nós castigos temporais, que nos chegam ou neste mundo, ou depois da morte no purgatório.

Zacarias perdeu a fala, porque não quisera dar crédito ao anjo (S. Luc. I, 20). Moisés, em castigo da sua dúvida, foi excluído da Terra da Promissão (Núm. XX, 12). Aquêles que no momento da morte são culpados de pecado venial passarão pelas chamas do purgatório, assim-de o expiarem antes de entrarem no céu; por isso os santos se penitenciam dos mínimos pecados, impondo-se graves mortificações (S. Greg. M.). — O pecado é certamente um grande mal, pois Deus, que é o melhor dos pais, pune tão severamente a alma que o comete, excluindo-a do seu reino e lançando-a nos longos sofrimentos do purgatório (L. de Gr.).

4. O vício

Ao passo que o homem que cometeu um pecado mortal se assemelha a um morto, o vicioso é como um cadáver já prêsa da corrupção. Aquêle que peca mortalmente é como uma vinha devastada passageiramente pelo frio ou pela saraiva; o vicioso é como uma vinha inteiramente devorada pela filoxera.

1. O vício é a facilidade de praticar o mal contraída por hábito, e a inclinação da vontade para o mal.

Chama-se *mal* tudo o que é contrário à vontade de Deus. Um *boi* ou um *cavalo* que vai aos varais pela primeira vez, procura sacudir o jugo; a pouco e pouco acostuma-se, e logo que o soltam do estábulo vai por si mesmo fazer-se atrelar, a-pesar-do suor e da opressão que o esperam. Assim procede o homem com o pecado (S. Agost.). Ao princípio era preciso conduzir os *cães de caça* à presa, mas quando estão acostumados a persegui-la vão êles adiante do caçador, lançando-se sobre ela; é assim que o homem preso nos laços do pecado está mais disposto ao pecado do que o demónio a tentá-lo (Santa Brígida). Como o boi e o cavalo adquirem a pouco e pouco uma certa *facilidade* em puxar o carro, e os cães de caça em apanhar a presa, assim o pecador adquire insensivelmente uma certa facilidade em praticar más acções.

Cai-se *fácilmente* no vício, mas são necessárias grandes lutas, para se sair dêle; serão tanto maiores quanto mais tempo o homem tiver perseverado no vício.

Nada se **aprende tão facilmente** e nada se esquece tão dificilmente como o vício, vai-se na corrente; para as virtudes é preciso ir contra ela (L. de Gr.). Acha-se dificuldade em praticar boas obras: mas pratica-se facilmente o mal. Custa a levantar uma *pedra*, mas cair, cai ela por si mesma (S. Vic. Ferr.). O **sair do vício** só se faz à custa de um rude **combate**. É mais fácil *cair* num poço que sair dêle (S. Bern.). O demónio enreda o pecador em *seus laços*, como a aranha envolve as móscais na teia: se o pecador então quere sair, descobre que êles se transformaram em pesadas cadeias. É tão difícil reprimir as próprias inclinações más como domar um cavalo desenfreado (Bel.). Sobre um rio, um navio sólto da bóia a que estava amarrado, já não pode ser preso nem por uma corda muito sólida, porque a quebra como um fio; assim um homem vicioso: nem os avisos, nem as exortações, nem nada o pode reter quando se deixou arrastar por suas paixões. — **Quanto mais** se vive atolado

no vício, tanto mais difícil é a conversão; tanto mais difícil é arrancar um prego, quanto mais profundamente pregado está: o mesmo sucede com o pecado. Tanto mais custa a sair-se dêle quanto mais tempo nêle se viveu (L. de Gran.). Aquêles que vivem muito tempo no vício parecem-se com os que primeiro não ousam saltar um riacho e que, continuando seu caminho, reparam que o *pequenino arroio se tornou um rio impossível de vadear* (S. Vic. Ferr.). O mau hábito enraíza-se tão profundamente que é tão difícil e até tão impossível livrar-se dêle como arrancar a pele do corpo (Card. Hugo). O hábito, o mau costume, provém da repetição do pecado; daí a necessidade e ao mesmo tempo a impossibilidade de o extinguir. Esta impossibilidade leva à *desesperação* e à condenação eterna (S. Agost.).

Um homem vicioso não pode corrigir-se pelas suas próprias fôrças; tem necessidade de grandes auxílios da graça divina. Também não pode corrigir-se (sem milagre) *de repente*, mas precisa de um trabalho sério e perseverante. É, além disso, necessário que combatá primeiro *um só vício*, e, em primeiro lugar, o vício dominante.

Os *flocos de neve* não se mudam em água se sobre eles não sopra um vento quente: assim o homem não pode levantar-se do pecado sem a graça de Deus (S. Agost.). Aquêle que caiu no *abismo* do pecado não pode sair dêle sem o auxílio da graça de Deus (S. Bern.). Uma árvore que já é *vélha*, e que tem por isso raízes profundas, não se pode torcer, nem arrancar: só uma violenta tempestade a pode quebrar; assim o homem vicioso precisa de **uma graça actual enérgica**, como por exemplo S. Paulo. Fala-se no Evangelho, como dissemos, de três ressurreições: da filha de Jairo, do jovem de Naim e de Lázaro. Os dois primeiros representam aquêle que acaba de cair no pecado mortal; Lázaro, pelo contrário, que está no túmulo há quatro dias, representa o pecador inveterado, prisioneiro da sua paixão. Nos dois primeiros casos Jesus Cristo não fez um grande esforço para os ressuscitar; à filha de Jairo ordenou-lhe que ressuscitasse e pegou-lhe pela mão; ao mancebo ordenou-lhe que se levantasse e tocou-lhe no esquife; mas para ressuscitar Lázaro, Jesus Cristo perturbou-se em seu espírito, entriste-

ceu, chorou, mandou levantar a pedra do sepulcro e chamou-o em alta voz. É assim que o pecador inveterado é o mais difícil de fazer regressar à vida da graça (S. Agos.). Santa Mónica teve de orar com lágrimas durante 18 anos para obter a conversão de seu filho Agostinho. — O vicioso deve, portanto, primeiramente pedir a graça de Deus, sem o que não chegará nunca a converter-se: mais de pressa o conseguirá se outros juntarem às dêle as suas orações. — Um homem vicioso **não pode corrigir-se de repente**, mas precisa de uma força de vontade perseverante e séria. O hábito não pode vencer-se senão com o hábito (T. de K.). *Doenças antigas* não podem curar-se senão por meio de uma longa cura; assim as doenças inveteradas da alma não podem ser curadas senão por uma força de vontade perseverante (S. Bas.). porque mesmo depois de ter feito penitência fica no homem *uma tendência para o vício de que tinha o hábito*. Depois da penitência, as más inclinações assemelham-se a serpentes que se apanharam e que podem sempre dar sinais de vida e ser nocivas, se não se tem cuidado com elas (S. Greg. Niss.). Contudo, como, à força de aplicação, um homem pode chegar a caminhar sobre uma corda estendida, desde uma extremidade à outra, assim um homem virtuoso pode, por uma aplicação constante, chegar a uma vida virtuosa (Oríg.). — Se o homem vicioso quere corrigir-se, não deve **combater a princípio senão um vício**, e em primeiro lugar o seu vício dominante. Não se pode partir de uma só vez um *feixe de varas*; é necessário pegar nas varas *uma após outra* e facilmente se consegue o escopo: assim sucede com os vícios (S. Vic. Ferr.). — Combatendo um vício combatem-se todos os outros (Rodr.). Um *general* ataca o *exército inimigo* por onde ele é mais forte, sabendo bem que uma vez destruída aquela parte todo o exército cairá em seu poder; assim nós dominamos facilmente as outras paixões quando a paixão dominante está vencida (Scaram.). Se cada ano destruíssemos um só defeito, quão cedo seríamos perfeitos! (T. de K.). Infelizmente muitos cristãos não se corrigem senão dos *defeitos secundários*, deixando crescer a paixão dominante; são como pessoas em cujas casas a água penetra pelo tecto e que em vez de o mandarem consertar se contentam em reparar as paredes deterioradas e aparar a água em reservatórios; a-pesar destas precauções a casa cairá em ruínas. Outros libertam-se de um vício mas sucumbem a outro; são escravos que

fogem de casa de um senhor para irem submeter-se a outro (S. Gr. Niss.).

2. O homem vicioso é profundamente infeliz; não tem a graça santificante, é insensível à graça actual; é desgraçado neste mundo e será condenado depois da morte.

O Espírito Santo não habita no homem vicioso. A gente honesta não vai para os hotéis onde há dissolução e muito rumor, porque o homem de bem não gosta da sociedade dos perversos; assim Deus não quer habitar no coração manchado dos pecadores (S. Macário). Como se prefere habitar uma pequena choupana a um palácio sujo e fétido, assim a Deus repugna habitar numa alma que o pecado suja e empesta, por mais dons naturais que possua. O homem vicioso encontra-se **integralmente sob o domínio do demónio**. O pecador inveterado assemelha-se a um pássaro preso por um pé e com o qual uma criança se diverte: o pássaro tenta voar para se libertar, mas a criança retém-no, puxando o fio; é assim que o demónio brinca com o vicioso (S. Ans.). O imperador romano Valeriano caído em poder de Sapor, rei da Pérsia, era obrigado a servir-lhe de estribo quando este monarca montava a cavalo; desta sorte também, pela sua conduta viciosa, o homem, filho do rei eterno, cai nas cadeias e na escravidão do demónio. O justo, mesmo nas cadeias da escravidão, conserva a sua liberdade; o vicioso, pelo contrário, é escravo mesmo colocado num trono, e arrasta tantas cadeias aviltantes quantos são os seus vícios (S. Agost.). O **vicioso é insensível à graça**. É como um *espelho* sujo, que não recebe impressão alguma e não pode reflectir as imagens. Tais foram os *contemporâneos de Noé*, que foram surdos a todos os avisos do patriarca; tais os *Fariseus*, que não se deixam converter nem pelas palavras, nem pelos milagres de Jesus Cristo. O **vício atrai já neste mundo grandes desgraças**: a perda dos haveres, da honra, da saúde, cuidados pelo sustento, descontentamento, etc. Daí o nome de *paixão*, que faz padecer. Como a virtude procura suaves prazeres, assim o vício causa sofrimentos horríveis (L. de Gran.), como o atesta o estado miserando do filho pródigo, a destruição das cidades de Sodoma e Gomorra e o dilúvio.

Ainda hoje Deus manda doenças contagiosas, tremores de terra, guerras, fome, etc., para castigar os povos viciosos. O pecado torna os povos desgraçados (Prov. XIV, 34) e explica-nos por que é que se chamava ao rei dos Hunos, Átila, o flagelo de Deus. — Os homens viciosos **não podem entrar no céu** (Cor. VI, 9). Se viveis segundo a carne, morrereis (Rom. VIII, 13). Aquêles que praticam as obras da carne não obterão o reino de Deus (Gál. V, 19). Um príncipe organizou um dia grandes divertimentos para obsequiar muitos outros príncipes. Convidou-os a subirem com ele a uma varanda enquanto se soltava no pátio um *urso*. Fôra de antemão colocado no meio do pátio um prato com mel a ferver; o urso deu imediatamente pelo cheiro do mel, precipitou-se para ele e queimou horrivelmente o focinho. Correu dorido aos urros, até às extremidades do pátio; pouco depois, porém, voltou, queimou-se segunda vez e fugiu, mas já não para tão longe. Voltou ainda, depois engoliu tudo e rebentou. Eis a imagem do homem vicioso: quando descobre as tristes consequências do seu pecado, toma as melhores resoluções e deixa-se novamente seduzir. Quanto mais peca tanto menos capaz é de resistir, e finalmente perde-se para este mundo e para a eternidade.

Como o homem vicioso não tem a graça santiificante, a sua *inteligência* está extremamente *obscurecida* e a sua vontade extremamente enfraquecida.

A *inteligência* do vicioso está **extremamente obscurecida**. Assim como as trevas não deixam os olhos do corpo ver, assim os vícios obscurecem os olhos da alma (S. Agost.). As paixões que habitam o coração do pecador amontoam nuvens diante do seu espírito e obscurecem-lhe a razão (S. Teófil.). O homem apaixonado assemelha-se a um *ébrio* (S. Bas.); a ambos falta o conhecimento claro do seu estado. Aquêle que olha através de um *vidro amarelo* vê tudo amarelo; o homem apaixonado já não julga as coisas segundo as suas qualidades reais, mas segundo as ilusões do seu espírito cheio de preconceitos (S. Cir. Jer.). O homem apaixonado não chega ao conhecimento de si próprio; é como a água agitada em que ninguém pode ver a sua própria imagem (S. Vic. Ferr.). O vicioso está de tal modo obcecado que toma por

virtude o vício mais detestável e insulta e injuria aquêle que lhe chama a atenção para a vergonha e para as fúnebris consequências do seu mau hábito (S. Agost.). Contudo a inteligência não se corrompe essencialmente pelas más inclinações (S. T. de Aq.). — A **vontade** do vicioso está **extremamente enfraquecida**, não tem *energia alguma* para o bem; quanto mais se peca, mais fraco se fica (S. Dor.). Quando se sacode ou se chama em altos gritos alguém que está *mergulhado em profundo sono*, o dormente abre os olhos e tenta levantar-se, mas recai na sonolência. Tal é o homem mergulhado no sono do pecado; ainda que o advirtam seriamente, ainda que lhe ponham diante dos olhos a morte, o inferno, o juízo e a eternidade, êle ouve o que se lhe diz, reconhece que é a verdade e faz alguns esforços para se corrigir, mas recai logo no vício, arrastado pelo mau hábito e pelo amor do mundo (L. de Gr.). Assim como num pano vêlho a costura já não se segura, assim todos os remédios no pecador inveterado são inúteis (Card. Hugo). Aquêle que está habituado ao mal já não pode praticar o bem, como um negro não pode mudar a cor da pele (Jer. XIII, 23). De mais, o vicioso não luta contra o pecado. «A primeira, à segunda, à terceira mancha que cai num fato, incomodamo-nos; depois considera-se o fato como já sujo e já se não faz caso, mesmo quando está todo coberto de lama» (S. Cris.).

3. Os vícios mais comuns são os 7 pecados capitais: a soberba, a avareza, a luxúria, a ira, a gula (ou intemperança no comer e beber), a inveja, a preguiça.

São **sete disposições Interiores más**, são a origem de todos os pecados; todos os outros pecados provêm delas como da sua fonte. Com razão se lhes dá o nome de *vícios*, porque produzem na alma uma *desordem permanente*. Chama-se-lhes também *simplesmente pecados* (7 pecados capitais), porque nas suas manifestações não são muitas vezes senão pecados veniais e não se tornam mortais senão quando offendem obrigações graves. Assim como algumas boas obras, como a esmola, não conferem ainda a virtude da generosidade, assim também algumas acções más, por exemplo, de ira, não constituem ainda o vício

da ira. Chamam-se pecados ou vícios capitais, porque cada uma destas más inclinações é o princípio, a fonte de outros vícios e pecados. Os pecados capitais são como *generais* que levam consigo um exército de pecados e entregam o coração à devastação (S. Greg. M.). Cada vício capital é uma raiz *envenenada* que produz por sua vez frutos venenosos. As inclinações da nossa natureza estão unidas como os *anéis de uma cadeia*; logo que se puxa um, todos os outros se movem (S. Greg. Nis.). Os 7 vícios capitais provêm por sua vez das tentações da ambição, da avareza e da sensualidade (I Jo. II, 16). Não é possível dar uma *nomenclatura exacta* dos vícios que merecem o nome de capitais, porque cada homem tem disposições diferentes mas inclinações. O papa S. Gregório Magno e outros admitem oito, porque contam também a tristeza, a van glória, etc. Noutras nomenclaturas coloca-se entre os pecados capitais a desobediência, que outros chamam *filha da soberba*. Mas em todas a soberba é assinalada na primeira plana como raína dos vícios. — Aquêle que se entrega constantemente a um vício capital é um *ídolatra* (Ef. V, 5), porque toma por fim de todos os seus esforços uma simples *criatura* (êle próprio, o seu semelhante, o dinheiro, os alimentos, etc.), ama o mundo em lugar de amar a Deus, porque Jesus Cristo diz: «Não podeis servir a Deus e ao dinheiro» (S. Mat. VI, 24). — Como os 7 vícios capitais fecham a entrada do céu, assemelham-se aos 7 povos que impediam aos judeus a entrada na Terra da promissão (Deut. VII, 1). Os 7 pecados capitais são os 7 demônios que Jesus Cristo expulsou de Maria Madalena (S. Marc. XVI, 19); são os 7 espíritos maus que voltam ao corpo de um homem que perdeu a graça santificante (S. Luc. XI, 26). Os 7 vícios capitais são 7 *perigosas doenças da alma*, que podem tornar-se *mortais*. A soberba pode comparar-se com a loucura, a desobediência com a paralisia, a ira com a febre, a avareza com a tísica, a intemperança com a hidropsia, a luxúria com uma doença contagiosa, a preguiça com o enervamento. — Se se quere ser amigo de Deus, é necessário expelir todos os vícios; se se quere plantar um bom jardim, é necessário primeiro arrancar dêle os espinhos e as más ervas; se se quere ser santo, é necessário primeiro destruir os próprios defeitos (S. Af.).

5. A tentação

1. A tentação é uma influência que o demónio exerce sobre o homem para o arrastar ao pecado; o demónio desperta em nós a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida, as três más inclinações da nossa natureza (S. Jo. II, 16).

É este o fundo da tentação de Eva no paraíso terrestre, e da tríplice tentação de Jesus no deserto, no templo e na montanha. As três tentações que Satanás propôs a Cristo foram: de prazer sensitivo (comida), de vaidade e de ambição. Porque tenta os homens com freqüência, o demónio é chamado na Sagrada Escritura o tentador (S. Mat. IV, 3). Todos os santos tiveram fortes tentações. S. Hugo, bispo de Grenoble († 1132), foi atormentado durante muito tempo por pensamentos blasfemos; S. Francisco de Sales, bispo de Genebra († 1622), pela ideia de que estava condenado; S. Bento († 543), por imagens impuras tão violentas que se revolveu sobre espinhos e silvas. S. Francisco de Assis († 1226) sofreu as mesmas tentações, e lançou-se sobre a neve. Muitos santos tiveram também tentações contra a fé, até durante muitos anos. É também tentação quando, antes da confissão ou de se praticar uma boa obra, se é atormentado por inquietação ou temor. — Deus não tenta ninguém (S. T. I, 13); apenas permite a tentação. É o demónio que vos fere cada vez que sois tentados (Orig.); temos de combater contra os espíritos malignos que vagueiam no ar (Ef. VI, 12). Sobre a terra estamos rodeados de salteadores e parecemo-nos com o judeu que ia de Jerusalém a Jericó. A luta com o demónio não é tão fácil, porque se faz secretamente, e contra um adversário mais forte, que não conhece nem cansaço, nem vergonha e que, vencido uma vez, volta com maior audácia (S. Cassiod.). O demónio faz guerra ao homem desde o paraíso: este longo exercício fêz-lhe conhecer a fundo todos os seus artifícios (S. Cip.). — O espírito mau desperta em nós a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos, ou a soberba da vida (I S. Jo. II, 16), como no exemplo da tentação de Cristo. — Muitas tentações nos sobrevêm sem culpa da nossa parte (Job),

outras vezes por negligência nossa. — Em regra geral o demónio aproveita as nossas fraquezas, isto é, o nosso apêgo às coisas terrenas: procede como um general, que para tomar uma cidade ataca sempre pelo lado mais fraco; como um caçador que para apanhar os pássaros lhes apresenta o alimento que êles preferem. «A falta de asseio gera os vermes, e as inclinações impuras excitam maus pensamentos importunos» (Wen). As *doenças corporais* facilitam também ao demónio a sua influência sobre nós (S. T. de Aq.); os doentes facilmente são de mau humor, impacientes, ingratos. O demónio *trabalha com muita habilidade*; «toma até a forma de um anjo de luz (II Cor. XI, 14), isto é, cega muitas vezes os homens, sob a aparência da verdade e da piedade, como fazia a São Paulo, perseguidor dos cristãos». A sua perfídia deixa-nos adivinhar a sua impotência: se tivesse bastante força, não se serviria de astúcias (S. Cipr.).

A tentação em si não é pecado; só o consentimento dado à tentação é que constitui o pecado.

Se não tocamos no carvão ardente, êle não nos poderá queimar; e se nos não entretemos com os maus pensamentos, não é possível cometermos pecado. — Não devemos, pois, temer nem sobretudo **inquietar-nos** se sentimos as excitações ao pecado, mas contar confiadamente com o auxílio de Deus, dizendo: «Senhor, apressai-vos a socorrer-me! Jesus, Maria, salvai-me!» O temor no meio da tentação prova que se tem pouca confiança na assistência de Deus; e aquêle que tem receio é punido por assaltos muito mais fortes do demónio. Conservar a tranqüilidade é a condição essencial da vitória, «porque um *Estado agitado por perturbações interiores* é incapaz de resistência» (S. Fr. de S.). Um homem inquieto que perde a serenidade na tentação tem a mesma sorte que os pássaros num laço: quanta mais violência empregam para se desprenderm, mais prendem os pés e as asas (S. Fr. de S.). Segundo a promessa de Jesus Cristo, «é na nossa paciência que possuiremos as nossas almas» (S. Luc. XXI, 19). Os verdadeiros cristãos devem ser como os soldados, partem ordinariamente contentes para a guerra, porque esperam um rico despojo.

2. Deus permite as tentações para a salva-

ção de nossas almas; dá-nos assim ocasião de adquirirmos merecimentos.

O professor submete o seu aluno a um exame para lhe poder dar uma boa nota: Deus permite que a tentação nos coloque numa situação difícil, e assim dá-nos ocasião de lhe provarmos a nossa fidelidade e de adquirirmos direitos a uma recompensa; na sua misericórdia não tem em vista senão o nosso bem. O tentador, ao contrário, o demónio, não tem a nosso respeito boas intenções, não procura senão a nossa ruína, como o demonstra a história de Job. Pode, portanto, dizer-se: as tentações são um sinal dos favores divinos, por isso o arcanjo Rafael dizia a Tobias: «Porque tu eras agradável a Deus, era necessário que a tentação te experimentasse» (XII, 14). Deus dá prova da sua confiança àquele a quem envia tentações, como o general não coloca em postos difíceis senão os soldados nos quais tem confiança. Por isso a maior parte das tentações não atacam senão as pessoas tementes a Deus; o demónio não tenta aquél que já lhe pertence, mas aquél que quere fugir-lhe ou que lhe causa dano⁽¹⁾. Do facto de um homem ser atormentado por tentações pode-se concluir que é amigo de Deus, alheio ao demónio e seu inimigo. — Os cães não ladram contra a gente de casa, mas sempre contra os estranhos (S. Fr. de S.); os piratas nunca atacam navios vazios, mas sim aquéllos que regressam ao pôrto carregados de riquezas (S. Cris.); nunca se faz guerra aos súbditos fiéis, mas só contra rebeldes (Scar.). Onde há muitas tentações, portanto, aí se pode dizer que habita a virtude (S. Cris.). Todos os santos tiveram grandes tentações, os mundanos quase não as têm. — Além disso as tentações procuram-nos grandes vantagens: despetram-nos da nossa tibieza (como a espuma excita o cavalo); purificam-nos das nossas imperfeições (o mar agitado arremessa às praias as imundícies); tornam-nos humildes, porque nos fazem reconhecer a nossa fraqueza; aumentam a

(1) S. Efrém, da Síria, teve um dia uma visão. À entrada de uma cidade dissoluta não viu senão um demónio adormecido sobre os muros e que a espaços fazia um movimento para se voltar; no deserto, pelo contrário, viu em volta de um santo eremita um «enxame» de demónios na maior actividade. A razão é porque os cidadãos de maus costumes fazem já o que o demónio quere, e por isso nada tem que fazer com eles; mas os solitários resistem-lhe com todas as forças, pelo que ele procura tentá-los por todos os modos possíveis.

nossa *energia* (a árvore sacudida pela tempestade lança raízes mais profundas); aumentam o nosso amor de Deus (o fogo torna-se mais ardente com o vento); ajudam-nos a *expiar* já neste mundo as penas do purgatório; enfim, servem-nos para aumentar a nossa felicidade eterna (a *pedra* preciosa, facetada, adquire mais brilho). — O demónio põe-se, pois, ao nosso serviço e as suas tentações são os degraus da escada do céu. Na tentação não se deve, portanto, orar nunca para que *ela desapareça inteiramente*, mas pedir força para a vencer: S. Paulo suplicou em vão a Deus que afastasse dèle a tentação (II Cor. XII, 9), e a sexta petição do *Padre-Nosso* deve entender-se assim: meu Deus, não deixeis vir sobre nós uma tentação tão forte que nos faça cair em pecado.

Deus permite que as tentações ataquem todos os homens, mas não que *sejamos tentados além das nossas forças*.

Todos os homens sofrem tentações. «Aquêles que querem ganhar o reino dos céus devem ter tentações» (S. Ped. Dam.). Ninguém será coroado se não tiver logrado vitória; ninguém pode vencer sem combate, ninguém pode combater sem inimigo: são, pois, necessárias as tentações (S. Agost.), e Deus submeteu os anjos e nossos primeiros pais à prova. Mesmo depois do pecado original não deixa de experimentar os homens (Job, Tobias); «a vida do homem sobre a terra é um combate» (Job VII, 1), o cristianismo é uma luta (I Cor. IX, 25). Mas Deus nunca permite que *sejamos tentados além das nossas forças* (I Cor. X, 13): é como um bom pai que não carrega os filhos com fardos que eles não possam levar. O oleiro não deixa por demasiado tempo os vasos no forno, com receio que rebentem (S. Efr.). Vê-se pela história de Job (I 12) que o demónio não tem mais poder além do que Deus lhe concede; e quando Deus nos deixa expostos a violentas tentações, dá-nos graças suficientes para as podermos vencer (II Cor. XII, 9). Quanto mais violenta for a tentação, mais poderosa será a graça; quanto maior for o perigo, mais enérgico será o auxílio de Deus: ninguém pois se pode desculpar dizendo que a tentação foi demasiado grande (Mar. Lat.).

3. Devemos armar-nos contra as tentações

trabalhando com assiduidade, pensando freqüentemente em Deus e exercitando-nos com ardor em nos vencermos a nós mesmos.

Para manter uma *fortaleza* são necessárias: 1.º sólidas muralhas e sentinelas às portas; 2.º em caso de ataque, uma valente *defesa*; é assim que devemos proteger a nossa alma, contra os planos do demónio. Eis as muralhas que é necessário erguer: **Uma ocupação Ininterrupta** é o melhor meio contra tôdas as tentações; as móscaas não gostam de pousar num prato a escaldar; os ladrões não entram de vontade numa casa onde ouvem trabalhar; assim o demónio também se afasta das pessoas ocupadas. A *ociosidade* é a mãe de todos os vícios. — Vencemos também facilmente as tentações **pensando freqüentemente em Deus**; quem se lembra de Deus guarda-se de o ofender. Um viajante que tem um passaporte nunca se vê em dificuldades, mas sim um vagabundo que caminha à ventura e cai facilmente nas mãos da polícia. Esta comparação aplica-se tão bem ao cristão que pensa em Deus e no seu fim supremo, como àquele que não pensa em tal. É por isso que Jesus Cristo nos adverte que pensemos sem cessar em Deus e nos diz: «*Vigiai e orai para não cairdes em tentação*» (S. Mat. XXVI, 41). O demónio é como uma serpente que rasteja pelo chão: não pode atingir aquêle que se ergue para o céu (S. Agost.), não se aproxima daquele que está vigilante, como o lobo se não aproxima do fogo (S. Cris.). Caminhar constantemente na presença de Deus é ter sempre na mão fechada uma coisa preciosa, a-fim-de a não perder (S. Fr. de S.). Sucede conosco como com Moisés: enquanto levantamos as mãos para o céu logramos vitória, mas se as deixamos cair o inimigo retoma o seu poder (S. Efr.). A maior parte das faltas que cometem as pessoas piedosas provêm de se não lembrarem bastante da presença de Deus (S. Fr. de S.). O hábito de se dominar a si próprio (repressão da curiosidade, mortificação nas refeições, etc.), procura a vitória nas tentações; exercitar-se em se dominar a si próprio é assemelhar-se aos soldados que, antes da guerra, se exercitaram convenientemente no combate e no manejo das armas. Não foi sem razão que Jesus Cristo jejuou antes da tentação: mostrou-nos com o seu exemplo o que devemos fazer nós. Exercitando-nos em nos vencermos adquirimos uma grande *fôrça de vontade*, ao passo que

um demasiado apêgo às coisas da terra nos fará sucumbir facilmente nos ataques do demónio, como um homem carregado com um grande fardo, que não pode fugir aos salteadores (S. Bern.), como um homem que traz fatos muito compridos pelos quais o podem agarrar (S. Greg. M.).

4. Mas, quando somos tentados, devemos imediatamente recorrer à oração, ou pensar nos novíssimos ou nas funestas consequências do pecado.

Se a-pesar das muralhas o inimigo se atreve a atacar a fortaleza, é necessário defendê-la valorosamente. É preciso precavermos-nos ao primeiro sinal de alerta, porque muito importa repelir enérgicamente o primeiro assalto. Quanto mais nos mostramos decididos mais o nosso inimigo desanimará; se somos tímidos como lebres, tornar-se-á como um leão; mas se somos leões, ele será uma tímida lebre. Se nós hesitamos, ele avançará e se apoderará da nossa imaginação, como o inimigo que conquista os canhões do seu adversário. «Aquêle que não resiste imediatamente à tentação já está meio vencido» (S. Jer.); um princípio de incêndio é fácil de apagar, e uma árvore nova deixa-se vergar sem dificuldade. Os alimentos envenenados nem se devem sequer provar. — Mas como nós nada podemos com as nossas forças próprias, devemos implorar a graça divina. Portanto, aquêle que é tentado deve imediatamente recorrer à oração, como os Apóstolos sobre o lago de Genesaré no momento de tempestade, como a criança que vê vir para ela um grande cão e corre logo para sua mãe (S. Fr. de S.). Para fugir a um animal feroz que se aproxima sobe-se logo para uma árvore; para fugir à tentação do demónio é necessário elevar-se para Deus pela oração. Aquêle que não ora durante a tentação é como um general sitiado que não pede auxílio ao seu rei (S. Af.). Adão sucumbiu ao pecado porque não pediu o auxílio de Deus quando foi tentado (S. T. de Aq.). No momento da tentação é útil recitar a **Ave Maria** ou pelo menos pronunciar devotamente o nome de **Jesus** e de **Maria**. «Estes santos nomes têm em si virtude contra o demónio; estes nomes são terríveis para o inferno» (S. Cris.). Ante o nome de Maria, os

demónios caem transidos de terror, como o homem junto ao qual cai um raio (T. K.); a cera derrete-se perto do fogo e os demónios perdem o seu poder quando se invoca piedosamente o nome de Maria (S. Boav.); a oração é a arma de que precisamos munir-nos para afrontar os ataques do demónio (S. Cris.). A oração é ainda mais poderosa que todos os demónios, porque a oração obtém-nos o auxílio de Deus; ora nada pode resistir ao poder divino (S. Bern.). A oração opõe-se eficazmente à tentação; esclarece a inteligência e fortifica a vontade. — **O sinal da Cruz e a água benta** têm também um grande poder contra o demónio. O demónio foge diante da cruz como o cão diante do pau. «Os espíritos maus fogem diante da cruz, mas voltam logo ao ataque; fogem para mais longe diante da água benta e durante muito tempo não voltam» (S. Teresa). A água benta recebe das orações da Igreja esta virtude (1). — Um segundo meio de vencer as tentações é este: volver imediatamente o espírito para outros objectos, e **pensar** particularmente nos **novíssimos**: na morte, no juízo, nas penas eternas. Assim como Dâmocles perdeu o apetite ao ver sobre a sua cabeça a espada suspensa por um cabelo, assim a lembrança da morte nos desvia do pecado. «Lembra-te dos teus novíssimos, e nunca pecarás» (Ecli. VII, 40). Ou então devemos **pensar nas funestas consequências do pecado**. Já os Romanos diziam: «Faze com ponderação o que queres fazer, e pensa no resultado.» O **proceder** primeiro e **reflectir** depois causa muitas vezes grandes ruínas. — Em muitos casos, sobretudo nas tentações contra a fé e a pureza, é melhor **desprezar** as tentações, do que combatê-las. O melhor meio de domar o orgulhoso, e, por conseguinte, o demónio, é fazer que se não conhece. «É necessário fazer dos maus pensamentos o mesmo caso que se faz das fôlhas que caem ou da megera que grita: segue-se caminho sem se olhar para trás» (S. Cl. Hofbauer). Quando o viandante não olha para o cão, este deixa de ladrar (S. Cris.); se se fica quieto ao pé de um cortiço, as abelhas não fazem mal; mas, se se faz movimen-

(1) S. Tomás de Aquino e muitos outros santos faziam imediatamente com grande êxito o sinal da cruz na tentação Santa Teresa, ao contrário, empregava sempre a água benta. Ao domingo antes da missa cantada, o sacerdote asperge os fiéis com água benta, e é bom dar muitas vezes água benta aos doentes e aos moribundos. Deve-se fazer uso da água benta ao entrar na Igreja.

to, picam (S. Fr. de S.).—Pode-se imitar o divino Salvador e **repelir directamente** o tentador; repeliu-o por estas palavras: «Retira-te, Satanás» (S. Mat. IV, 10). Por isso S. Tiago nos diz: «Resisti ao demónio, e fugirá para longe de vós» (IV, 7). O demónio assemelha-se a uma mulher má que se enfurece quando seu marido treme diante dela, mas que cede logo que este mostra energia (S. In. Loi.). Pode-se, pois, como fez Jesus Cristo, *opor ao tentador a palavra de Deus* (Ef. VI, 17). «Resisti-lhe fortemente na fé», diz S. Pedro (I S. Ped. V, 9). O demónio é fraco como uma formiga contra aquêlos que lhe resistem, forte como um leão contra aquêlos que consentem na tentação (S. Greg. M.). — Um outro meio de vencer as tentações é **humilhar-nos** diante de Deus, que dá a sua graça aos humildes (I S. Ped. V, 5). Na tentação S. Agostinho dizia: «Senhor, eu sou pó e uma fraca criatura». Quando desprezamos tudo o que é passageiro, saímos sempre vencedores dos ataques do demónio (S. J. Vianney); nas grandes tentações é, pois, útil irmo-nos confessar dos pecados graves da nossa vida que mais nos cobrem de vergonha; é assim que se repelem as mais violentas tentações. «Em geral é vencido pela tentação aquele que não teme ser vencido por ela» (Teodoreto). O melhor é traçar nas tentações uma *regra* pessoal, que se segue sempre (S. Fr. de S.). — Aconselha-se que se **descubram** o mais cedo possível ao **director espiritual** todas as tentações, porque o demónio impele-nos sempre para o silêncio; faz o contrário do que faz Deus, que quer que nós submetamos até as suas inspirações ao exame dos nossos superiores e directores (id.). A confissão de um coração inquieto procura tão rapidamente alívio como o abrir-se uma veia a um homem que arde em febre (id.). Logo que se comunicam ao confessor os maus pensamentos, a tentação está meio vencida (S. F. Neri).

5. Aquêle que vence na tentação recebe novas graças.

Depois da vitória, costuma Deus mostrar especialmente o seu agrado com novas graças. Quando Jesus Cristo venceu o demónio, os anjos aproximaram-se para lhe prestarem serviço (S. Mat. IV, 11). O que venceu felizmente a tentação, receberá por isso prémio eterno, pois diz a Escritura: Ao que vencer darei a comer do fruto da

árvore de vida, que está no paraíso do meu Deus (Apoc. II, 7). *Sê fiel até à morte, e eu te darei a coroa da vida* (ib. II, 10). — As tentações violentas são ordinariamente precedidas de favores particulares da parte de Deus; é necessário, pois, *aproveistar bem* cada tentação. Elas assemelham-se aos exames escolares; não se é examinado todos os dias nem todos os dias se pode ter uma boa nota.

6. A má ocasião

A tentação é uma atração *interior* para o pecado; há também uma atração *exterior*, que é a má ocasião.

1. Chama-se má ocasião o lugar, a pessoa, o objecto e tudo o que em regra geral nos leva ao pecado.

Muitas coisas são *para todos* ocasião de pecado, como o convívio com os dissolutos, a leitura dos livros ímpios; daí o adágio: «dize-me com quem andas, e dir-te-ei as manhas que tens». Outras coisas são as ocasiões más para *certas pessoas* que têm tendências para tal ou tal acto pecaminoso: assim a taberna é uma ocasião má para um bêbedo. As más ocasiões são como os *empestados*, que infestam ordinariamente aquêles que se aproximam dêles, ou como o *fogo*, que queima tudo o que lhe toca, ou como a pedra do caminho, que causa quedas.

A má ocasião é voluntária ou necessária. A taberna é para o ébrio uma ocasião *voluntária*, porque ele não é obrigado a ir à taberna; é, ao contrário, ocasião *necessária* para um taberneiro intemperante, que tem de viver ali.

2. Aquêle que *procura* temerariamente uma má ocasião comete por esse mesmo facto um pecado: a graça de Deus abandona-o imediatamente e cai em pecado mortal.

É já digno de castigo aquêle que vai, com um archote na mão, a um sítio onde há palha, feno ou outras

matérias inflamáveis (S. Cris.). Amar a má ocasião e cair, são uma e a mesma coisa (S. Agost.). S. Pedro procurou presunçosamente a companhia dos inimigos de Jesus Cristo no pátio do sumo pontífice; por isso Deus lhe retirou a sua graça, e Pedro caiu imediatamente no pecado mortal. «É difícil estar no meio do fogo e não se queimar; com mais razão, estar numa ocasião má e não pecar» (Inoc. XI). Aquél que ama o perigo nêle morrerá (Ecl. III, 27); aquél que tocar no pez sujará as mãos (Ecl. XIII, 1). A ocasião faz o ladrão.

3. Aquél que por casualidade se encontra numa ocasião má e não se *afasta* dela imediatamente, podendo-o fazer, comete um pecado: a graça de Deus abandona-o e cai ordinariamente em pecado mortal.

Foi por isso que no paraíso terrestre *Eva* pecou por não se afastar da árvore; Deus retirou-lhe a sua graça e ela caiu no pecado mortal. «Nossos primeiros pais não deviam ter tocado nem uma vez sequer no fruto proibido» (S. Agost.). Querendo um príncipe estrangeiro decidir Cleómenes, rei de Esparta, a atraigá-lo a sua pátria, ofereceu-lhe grande cópia de riquezas. «Pai, afasta-te, exclamou a filha do rei, ou este estrangeiro vai seduzir-te». O rei seguiu esta inspiração e expulsou o estrangeiro. Procedei desta sorte com as ocasiões perigosas.

4. Aquél que não quere *fugir* da ocasião de pecado não pode receber neste mundo o perdão de seus pecados, e não obterá, quando morrer, a felicidade eterna.

Um homem assim não tem *arrependimento* (não se desvia seriamente da criatura para se volver para Deus); ora o arrependimento é uma condição indispensável para obter o perdão dos pecados. Aquél que pode afastar-se da ocasião do pecado *sem grandes dificuldades*, e que o não faz, **não pode receber a absolvção**. O sacerdote poderia, quando muito, absolvê-lo uma vez ou outra, no caso de él mostrar um arrependimento extraordinário e

prometer seriamente corrigir-se. Mas aquêle que *não pode fugir à ocasião do pecado sem grave prejuízo da sua honra, dos haveres, da sua posição, receberá mais facilmente a absolvção*; contudo, se não se emenda, o sacerdote recusar-lhe-á a absolvção até que se emende ou fuja da ocasião. As palavras de Jesus Cristo são formais: aquêle que *não quere fugir à má ocasião só tem o inferno em perspectiva*. «*Se a tua mão ou o teu pé te escandalizam, corta-os e lança-os para longe de ti: vale mais que entres mutilado ou coxo na vida, do que ser lançado ao fogo eterno com duas mãos e dois pés*» (S. Mat. XVIII, 9). Isto é: se um objecto que tu estimas tanto como a tua mão ou o teu pé é para ti ocasião de pecado, deves separar-te dele; se o não fizeres, irás para o inferno. Como são insensatos os homens! Nos incêndios, ou diante dos animais ferozes, fogem, porque a vida do corpo está em perigo, mas não querem abandonar o que arrasta, para a alma, a condenação eterna. «*Que sacrifícios se impõem os homens para conservarem a vida corporal! não olham nem a despesas, nem a súplicas; mas para a vida eterna não querem fazer sacrifício algum*» (S. Agost.). Assim como o homem deixa cortar o pé ou a mão, para salvar a vida do corpo, assim o pecador deve separar-se do que mais ama para salvar a sua alma (Corn. a Lap.). Numa tempestade os negociantes alijam a carga para salvar o navio e ao mesmo tempo a própria vida; assim devemos nós deixar tudo, mesmo o que mais amamos e temos a peito, quando a nossa alma corre perigo (S. Greg. M.).

Por isso os maiores santos nunca se expuseram levianamente ao perigo de pecar.

A divisa dêles era: «A salvação está na fuga». Diz-se que S. Pedro abandonou Roma no princípio da perseguição contra os cristãos, porque temia encontrar-se noutra ocasião má, como no pátio de Caifás. Foi só quando Jesus Cristo lhe apareceu às portas da cidade e o animou a voltar para trás, que ele ousou expor-se ao perigo. E tu, homem sensual, tu consideras supérflua a vigilância? Tu que não sabes nadar, não temes lançar-te à água? Fugir das ocasiões de pecado não é cobardia, mas sim fidelidade a Deus.

Mas aquêle que pelo seu ofício ou por outra ne-

cessidade deve expor-se a uma ocasião má, pode contar com o auxílio de Deus.

Os superiores, os sacerdotes, os médicos, etc., têm muitas vezes de expor-se por dever ao perigo de pecado. Se não tentam a Deus por presunção, podem contar com a assistência da graça (S. Fr. de S.); mas não assim aquêles que se expõem sem mandato e sem graves motivos a semelhantes perigos (S. Fr. de S.). O padre Baltasar Álvares, da Companhia de Jesus, costumava dizer: «Mais segura tenho a pureza, andando, entre mulheres perdidas, por vontade de Deus, conhecida pela obediência, do que estando no meu retiro por vontade própria».

5. As ocasiões de pecado mais ordinárias e mais perigosas são: a taberna, a dança, o teatro, os maus jornais e os romances.

Muitos dirão: «Será necessário, então, viver como um eremita e como um misantropo?» S. Agostinho responde-lhes: «Outros melhores e mais perfeitos que vós renunciaram a êsses divertimentos; se êles o puderam fazer, não o podeis vós fazer também?» Não são privados de alegrias aquêles que se consagraram a Deus, mas são-lhes trocadas por outras melhores (S. Agost.). O mesmo santo doutor exclama: «Oh! como se me tornou suave o privar-me dos vãos prazeres do mundo! Temia perdê-los, e agora folgo de os ter perdido!» E S. Bernardo diz dos mundanos: «Eles vêm bem nossas tribulações, mas não vêm as nossas consolações». Não é vida a que não vem de Deus, porque só Deus é a origem da vida (S. Ant. de Lisb.). Não se pode gozar verdadeira alegria senão no Criador; qualquer outro prazer, comparado com aquela, não é senão tristeza (S. Bern.).

1. A **taberna** (o café, o botequim) é perigosa sobretudo para aquêles que para lá vão todos os dias, sem necessidade, e lá permanecem muito tempo.

A freqüentação dos botequins (ou melhor, dos estabelecimentos recreativos) não é em si proibida, porque é

lícito recrear-se aí um pouco depois do trabalho; é até necessário às vezes entrar na taberna, por exemplo, quando se vai em viagem. Mas neste caso é preciso não freqüentar senão botequins honestos, e sómente aquêles em que se encontra gente da nossa condição. Depois é preciso ser moderado, sobretudo nas bebidas alcoólicas, e evitar conversações desonestas. Infelizmente, para muitos a taberna torna-se uma *paixão* e a experiência ensina que aquêles que a freqüentam entregam-se às bebidas, tornam-se desordeiros, suscitam inimizades, perdem dinheiro ao jôgo, contraem dívidas, desprezam inteiramente os deveres do seu estado e o cuidado da sua alma. «A taberna é um prado para as ovelhas do demónio; pastam aí até estarem bastante gordas para o inferno» (Kotte).

2. A **dança** é sobretudo perigosa para as pessoas que dançam *muitas vezes* e *por muito tempo*, ou que por ocasião da dança tenham já caído em *peccado mortal*.

A dança em si mesma não é nem má, nem proibida, porque não é mais do que um meio de se *recrear e reposar o espírito* depois de cumprido o dever; é também um meio de aumentar a *benevolência* entre os homens. Entre os Judeus a dança (ainda que por uma forma inteiramente diversa da dança moderna) fazia até parte do culto religioso; assim o Rei David dançava diante da arca num santo entusiasmo (II Reis VI, 14), as donzelas israelitas organizavam danças em diferentes festas religiosas (Juiz. XXI, 21; Ex. XV, 20). Os próprios anjos, segundo S. Basílio e S. Gregório Magno, dançam no céu diante do trono de Deus. Mas *não se deve dançar em tempo proibido* (durante o ofício divino, no Advento e na Quaresma), nem com pessoas *pouco convenientes* (como acontece ordinariamente nos bailes públicos), nem quando uma dança é acompanhada de *gestos sensuais* (S. T. de Aq.; Bento XIV; S. Af.). Contudo é necessário **absolutamente desaconselhar a dança**, sobretudo na nossa época, porque na maior parte das danças a *atitude habitual* dos dançadores ofende as *regras da moralidade e das conveniências*. Para a maior parte dêles a dança degenera em *paixão*; desperta más inclinações, expulsa inteiramente o *espírito de piedade* e é muitas vezes mais tarde uma causa de *perversão moral*. Demais, a dança é

nociva à saúde: respira-se um ar carregado de poeira, apanham-se constipações, bebendo, sem pensar, bebidas muito frias; uma fadiga excessiva (pois em algumas horas de baile anda-se uma distância equivalente ao percurso de vários quilómetros) produz muitas vezes a tísica e doenças de coração. É por isso que muitos padres apositólicos reprovaram a dança e disseram como S. Cipriano: «A dança é a tristeza dos anjos e a alegria do demónio». Não é possível divertir-se e dançar neste mundo e gozar no outro os prazeres do céu, porque o Senhor disse: «Infeazes vós que folgais, porque gemereis e chorareis» (S. Efr.). — Contudo algumas vezes **não podem** certas pessoas **escusar-se** de tomar parte numa dança, por exemplo, numa boda, num banquete, em divertimentos, ou quando os pais, o marido, a noiva ou os membros da família o pedem. Mas neste caso, dançai **pouco** e **não muitas vezes** (S. Fr. de S.). Seja então a dança para vós uma recreação e não uma dissolução, nem esqueçais a presença de Deus. — Mas aquêle que, *por ocasião duma dança, caiu uma vez em pecado mortal*, deve para o futuro evitar quanto possível esta ocasião de pecado, aliás nenhum padre poderá dar-lhe a absolvição (em quanto perseverar neste intento, já se vê). Se o convidam para tomar parte numa dança, deve simplesmente desculpar-se e dizer: Faz-me mal (para a salvação). É aqui que se aplicam as palavras do Salvador: «Se o teu pé ou a tua mão te escandalizam...» (S. Mat. XVIII, 9), isto é, vale mais renunciar à dança e salvar-se, que dançar para ser um dia condenado eternamente.

3. O teatro e o cinema são perigosos para todos, porque constituem muitas vezes escolas de imoralidade.

O teatro destrói a fé cristã e a moralidade do povo; precisa de muitos espectadores e de aplausos: para esse fim procura lisonjear quanto possível as paixões dos homens; por isso o *assunto* da maior parte das peças de teatro é moralmente mau. Ordinariamente representa-se um vício, sobretudo o amor pecaminoso, com côres sedutoras; as virtudes são apresentadas como desprezíveis, ou então metem-se a ridículo os ministros e as práticas da Igreja. A moral do teatro é diametralmente oposta à do Evangelho. «Julga-se lícito ver no teatro o que é pecado

fazer» (Tert.). *Os pormenores da representação, o vestuário, os gestos, a voz dos actores têm uma funesta influência sobre o coração do homem, e propinam-lhe veneno pelos olhos e pelos ouvidos. Os actores não representam senão paixões para as inflamarem* (Fenelon). Os teatros são os templos do espírito do mundo (Stolberg). O próprio Rousseau, espírito forte, dizia: «Sim, na verdade o teatro é uma bela escola! o ensino que aí se recebe é na verdade o mais amável! Cultivam-se aí e mantêm-se todas as nossas perversas inclinações; tornamo-nos aí incapazes de resistir ao impulso das paixões e destrói-se aí o amor ao trabalho e à actividade.» No teatro perde-se mais do que se ganha: por isso só um louco sustentará que o teatro *ennobrece* a alma. Pode-se ver entre os que freqüentam cada dia o teatro, quanto êle os aperfeiçoa: o teatro torna-se para êles uma necessidade como a aguardente para o bebedor. Se o teatro apresentasse peças morais, por exemplo, a vitória da inocência e da virtude, um amor heróico da religião, da pátria, do próximo, o fim lastimável do vício, etc., então seria moralizador; mas semelhantes peças não se representariam hoje senão diante de plateias vazias. — O freqüentar o teatro é *nocivo à saúde*, porque durante longas horas não se respira senão um ar envenenado. E quantas inconveniências, à saída do teatro, ao voltar a casa de noite, e sobretudo no momento em que as paixões estão sobre-excitadas! Que falta de cuidado, finalmente, em dispender com êsses divertimentos um dinheiro com o qual se poderia aliviar a indigência e a miséria de tantos *pobres*! Já os sábios da Grécia e de Roma, Sócrates, Sólon, Cícero, Séneca, se manifestaram contra o teatro, que contudo, no tempo dêles, não era tão imoral como hoje. Nos primeiros séculos do cristianismo os actores eram olhados como *infames* e não eram recebidos na Igreja; reconhecia-se então que alguém se tornara cristão, quando houvesse renunciado ao teatro (Tert.).

4. Os **maus jornais** são perigosos, porque quem os lê regularmente perde a pouco e pouco a fé e por isso mesmo a paz interior; aquêle que os sustenta ou vende é um inimigo da sua própria religião.

A leitura da *imprensa periódica* é útil, enquanto por ela podemos informar-nos das novas leis e disposições, dos

novos inventos e experiências. Para um homem de negócios é necessária a leitura de alguns jornais. Os Romanos tinham o seu *Foro*, os Atenienses o seu *Areópago*, onde todos os dias se anunciam e divulgavam as notícias. Agora para este fim temos os jornais. Como presentemente o povo tem maior interferência no governo, pelo direito de voto, para a eleição dos seus representantes, convém que esteja mais ao facto dos acontecimentos políticos. Mas por desgraça os jornais, pela maior parte, faltam à sua missão e tornam-se instrumento de ruína. A má imprensa não imprime senão o que o público gosta de ler: não publica, portanto, senão comadrices de soalheiro; calunia muitas vezes pessoas respeitáveis, sobretudo ministros da Igreja; excita os diferentes partidos (e até nações) uns contra os outros, mofa das instituições religiosas e eclesiásticas, conta com viva satisfação as infâmias dos mais refinados patifes, excita os prazeres criminosos por meio de anúncios imorais, defende sobretudo os transgressores das leis de Deus e da Igreja, etc. Deixa-se comprar para induzir o povo em êrro. (Preconiza negócios escuros, louva traficantes, oculta os perigos que especuladores pouco conscientes fazem correr, etc.). A má imprensa *transgride audaciosa-mente todos os mandamentos de Deus e da Igreja e desvia o espírito do homem das coisas divinas para o inclinar para a terra*. São muitas vezes *indivíduos pervertidos*, sem posição, que se tornam *redactores* e repórters desses jornais. Que pode produzir essa gente? «Se os leitores conhecessem os homens que cada dia lhes servem o alimento do espírito, enchiham-se de repugnância e cortavam com elas todas as relações. Os professores que ensinam as crianças devem primeiro submeter-se a um exame para provarem a sua capacidade, e ao mesmo são obrigados os médicos, os notários, os empregados do Estado; para a maior cátedra do mundo moderno, a imprensa, aproveitam-se todas as existências perdidas; um evadido das prisões pode discutir todos os dias sobre a ordem divina, civil, moral, social e pública» (Ambr. Opitz). A imprensa anti-religiosa é a maior corrupção para a família (Ketteleit), é uma fonte envenenada onde muitos vão beber a instrução religiosa (bispos de Áustria, 1885). Pode-se com razão atribuir aos maus jornais uma grande parte dos numerosos acontecimentos desgraçados e das tristes conjunturas da nossa época (Leão XIII). A má imprensa é a culpada de estarem muitos milhares de pessoas processadas ou metidas nas prisões. — Um católico, que sustenta a má imprensa com o seu di-

nheiro, faz guerra à sua própria Igreja (Bispo de Seckau, 1884); isto deveria fazê-lo corar, porque faz o que não faria à sua religião um judeu nem um pagão. — Devemos lutar contra a má imprensa **sustentando a boa** (Leão XIII). Aquêle que tem meios de fortuna deve portanto *assinar* um jornal diário; quem tem pouco, pelo menos um jornal semanal. É necessário *recomendar* também os jornais cristãos nos círculos de amigos ou *dá-los a ler* e pedi-los sem temor em viagem ou nos hotéis. Depois podem-se auxiliar enviando-lhes artigos interessantes (correspondências), anúncios, comunicados; é preciso também fazer as compras nas casas comerciais que trazem reclamos nos jornais cristãos. Setia também bom lembrar-se da imprensa *no testamento*; esta seria uma maneira de fazer muito bem. «O ler ou emprestar jornais cristãos é hoje obra tão meritória como outra obra de justiça ou de misericórdia; sim, hoje é uma das obras mais meritórias, um dos maiores deveres de um católico» (Mons. Wahl). Por meio da imprensa católica, muitos daqueles que os órgãos do ensino católico não atingem *são a pouco e pouco reconquistados para a fé*, e perdem inteiramente os seus preconceitos contra a religião e a Igreja. Além disso a imprensa influí nas eleições dos deputados e mesmo sobre os chefes de Estado. Aquêle que menospreza a importância da imprensa em nossos dias não comprehende o seu tempo. A imprensa diária é uma *potência prodigiosa*, sobretudo depois que tem ao seu serviço o telégrafo e o telefone e pode dar as notícias mais recentes. Assim a massa do povo recebe os jornais e os lê com verdadeira avidez. Como além das notícias a imprensa dá um juízo público sobre a religião, a política, a ciência, as artes e a indústria, ela é para a grande massa do povo uma *cátedra*, o intermediário da ciência e pretensa civilização; com razão se diz: «É a imprensa que faz a opinião pública». Já ao alvorecer do século passado, quando a imprensa começava apenas a desenvolver-se, Napoleão, impressionado com a influência do *Mercúrio renano* (Rheinischen Merkur) fundado por Görres, lhe chamava «a sexta grande potência». Pode dizer-se com segurança: «Dize-me os jornais que lês, e dir-te-ei o que tu és».

5. Os maus **romances** são perigosos para todos, porque os seus leitores caem em muitos excessos e enchem a cabeça de ideias exaltadas.

Os romances encerram veneno numa taça de ouro; a maior parte das vezes descrevem **crimes** (suicídio, duelo, imoralidade, etc.), como **virtudes**, e debaixo de uma forma sedutora; *despertam as paixões* que dormitam no homem. Visitava um dia um romancista uma prisão, e dois jovens fizeram-lhe a seguinte declaração: «O senhor é que merece as cadeias que nós arrastamos; porque nós não estamos aqui senão porque o senhor nos seduziu». O leitor de romances adquire **ideias exaltadas**, porque se transporta para um mundo melhor que na realidade *não existe*, e já *não julga com justiça o mundo real*. Não há dúvida que há também bons romances, moralmente honestos, mas são poucos. As **vidas dos santos** e dos **homens célebres** exercem influência bem melhor; encerram factos reais e instruem melhor que tôdas as ficções. As **máis revistas** e os **maus almanaque**s são tão perigosos como os romances. Não escolhais, pois, as vossas leituras senão nos escritos verdadeiramente nobres e úteis.

7. As 7 virtudes principais e os 7 vícios capitais

1. A humildade

1. O homem humilde é aquêle que reconhece o seu próprio nada e o nada de tôdas as coisas terrenas, e que procede em conformidade com esta convicção.

O centurião pagão de Cafarnaúm deu um grande exemplo de humildade, quando disse a Jesus Cristo: «Senhor, eu não sou digno de que entreis na minha casa, mas dizei apenas uma palavra e o meu servo será curado» (S. Mat. VIII, 8). Este homem tinha-se em pouca conta a-pesar-do seu cargo, dos seus haveres e das suas boas obras (mandara construir uma sinagoga para os judeus). — Assim a humildade comprehende dois elementos: o primeiro refere-se à *inteligência*: o homem reconhece claramente o seu nada; o outro refere-se à *vontade*: o homem procede em conformidade com este conhecimento: humilha-se e reputa-se menos que outros (Scar.). Seria portanto uma *falsa humildade* humilhar-nos exteriormente, se não tivéssemos no coração sentimentos de humildade, ou vice-versa. «A hu-

mildade é um menosprêzo voluntário de si mesmo, porque se reconhece a própria fraqueza» (S. Boav.).

O homem chega à humildade pela consideração da *Majestade de Deus* e da *fragilidade* das coisas terrenas.

O pobre reconhece melhor a sua pobreza comparando-se com o rico. S. Agostinho dizia a Deus: «Se eu vos conhecesse, também me conheceria a mim». Reconhece-se sobretudo a **majestade de Deus** na criação (Ps. XVIII, 12). No firmamento gravitam milhões de estrélas, consideravelmente maiores que a nossa terra, que em si mesma não é mais do que um grão de poeira no espaço. Como o homem isolado é pequeno! Por isso o sábio italiano Mantegazza dizia: «Diante das legiões infinitas dos mundos, para as quais não bastam os nossos cálculos, nenhum orgulho pode manter-se erguido, mas todos são humilhados». — Sobre a terra vivem 2134 milhões de homens. Quantos milhões viveram já? quantos milhões viverão ainda? Que é, pois, um indivíduo no meio desta imensa multidão? sobretudo quando ele pensa que a sua inteligência e o seu corpo foram criados do nada pela omnipotência de Deus! Tudo o que é **terreno passa** como sombra e não tem nenhum valor diante de Deus: «o túmulo é a escola em que se aprende a humildade» (S. Cris.). Há um provérbio que diz: olha a «caveira de um morto, e ela te mostrará o nada das riquezas, das honras e da beleza». A riqueza nada vale para o homem; numa noite pode perdê-la (como Creso), e perde-a certamente na morte; ainda que possuisse todo o universo, nada teria, e não o teria mesmo em seu poder. O homem não pode ensoberbecer-se com os seus *dotes corporais*, uma doença pode desfigurar o corpo, que, aliás, depois da morte, será pasto dos vermes. Não pode ensoberbecer-se com os seus *conhecimentos*, que esquece com uma rapidez assombrosa! E demais, que *infinidade* de coisas que ele ignora! Já um filósofo da antigüidade dizia: «Sei que não sei nada», e Newton, autor de tantas descobertas, que, com o seu telescópio, havia sondado todo o espaço, fazia esta confissão: «Parece-me que sou uma criancinha que brinca à beira-mar e encontra de vez em quando uma pedra lisa ou uma bela concha, ao passo que o Oceano permanece inexplicável diante dêle». «Se por acaso fosses um grande sábio,

pensa que ainda há muitas mais coisas que não sabes» (T. de K.). De mais a nossa ciência, comparada com a de Deus, é uma completa ignorância (S. Agost.). O homem também não pode ensoberbecer-se com as *honrarias terrenas*, porque os homens clamam hoje: «Hosana!» e amanhã: «Crucifical-o!» Poderosos monarcas perderam rapidamente o seu poder e a consideração que desfrutavam. Ah! o homem nem sequer pode ensoberbecer-se com as *graças* que recebe de Deus; podem perder-se a cada instante, e são além disso bem pequenas, porque Deus poderia multiplicar os seus dons infinitamente; e, além disso, aumentam a nossa responsabilidade. Também ninguém se deve ensoberbecer com as suas *boas obras*: Deus não precisa delas (Ps. XV, 2), nós somos sempre servos inúteis (S. Luc. XVII, 10). Assim possua o que possuir o homem, nada possui ou muito pouco. A alma humilde não é hipócrita: tem o verdadeiro conhecimento de si mesma.

O homem humilde ama a humilhação, não se julga melhor que os outros, não prende o coração aos bens da terra, não confia senão em Deus e não teme os homens.

O homem humilde ama a **humilhação**: *nunca se faz notar pelos seus semelhantes, sem motivo*: não há portanto nada de extraordinário na sua conduta, no seu andar, nas suas palavras, nos seus gestos; nas suas orações, no seu vestuário, nas suas refeições. Não faz tampouco *ostentação da sua humildade*, revirando os olhos, arrastando os pés, mostrando-se acabrunhado, cabisbaixo, dando suspiros; não é humilde no exterior, mas de coração, como o divino Salvador; não descobre a sua humildade senão por necessidade, mas sem constrangimento. Evita também o *censurar-se a si mesmo* e nunca diz que é o maior pecador; censurar-se a si mesmo é muitas vezes sinal de orgulho. Além disso *oculta as suas boas qualidades*: ele sabe que Deus cobre o que o homem descobre e revela o que o homem oculta (S. Agost.). Santo António de Lisboa ocultou por muito tempo a sua erudição, até que Deus a fez conhecer. — O homem humilde **nunca se julga melhor que os outros**, mas considera os outros melhores que ele (Fil. II, 3); portanto *nunca fala das faltas dos outros*, não procura *nunca o primeiro lugar* (S. Luc. XIV, 10), folga até quando se não repara nêle, quando lhe faltam com

as atenções devidas, quando o humilham: sabe que Deus em recompensa o exaltará (Id. XIV, 11). Tal foi o procedimento do publicano no templo (Id. XVIII, 13). O homem humilde **não procura senão os bens eternos e não prende o coração aos bens transitórios**. Os bens d'este mundo, como as riquezas, as honras, os prazeres, os louvores dos homens, os manjares delicados não conseguem atraí-lo; sabe que essas coisas não o tornam melhor diante de Deus e que podem até fazer-lhe perder a felicidade eterna. «As distinções oferecidas ao homem humilde contristá-lo-iam profundamente» (S. Alb. M.). Os sofrimentos d'este mundo (desprezo, censuras amargas, afrontas, perseguições) não podem desanimá-lo, ao contrário alegra-se com êles, porque por êles não se torna pior diante de Deus, antes por êles se torna merecedor do céu. Despreza portanto o desprezo, que não pode fazer-lhe mal; por isso diz, com S. Paulo, por exemplo: «Por mim, pouco se me dá de ser julgado por vós ou por um tribunal humano» (I Cor. IV, 3). — O humilde **não confia senão em Deus**. Como conhece a própria fraqueza, não se fia nas suas próprias fôrças, para praticar as boas obras, como S. Pedro na última ceia, nem no seu valor, como Golias, mas sómente *na graça de Deus*, como José no Egípto antes da interpretação dos sonhos (Gén. XLI, 16). Não atribui a si mesmo as virtudes que adquiriu, nem as boas obras que faz, mas sómente a Deus, porque sabe que Deus não se serve d'ele senão como de um meio, assim como o sol pela sua influência sobre a terra faz sair dela as plantas. Mas o homem humilde *reconhece os benefícios de Deus* e atribui-lhos segundo o exemplo da Mãe de Deus, que exclamava: «Aquêle que é poderoso operou em mim grandes coisas» (S. Luc. I, 49), e é precisamente este conhecimento que aumenta n'ele o seu amor e a sua gratidão para com Deus. Sem este conhecimento não se iria nunca por diante no caminho da perfeição: «nunca fará coisa alguma verdadeiramente grande para Deus aquêle que não sabe que d'Ele recebeu grandes benefícios» (Santa Teresa). Pensando na sua indignidade, o homem humilde verá nos dons de Deus uma ocasião para se humilhar ainda mais. — O homem humilde **não teme os homens**, porque não se preocupa com uma humilhação que d'elos lhe venha, antes folga com ela; sabe, além disso, que está sob a protecção de Deus, e que Deus não permitiria nada que lhe fôsse nocivo, porque «tôdas as coisas cooperam para o bem daquêles que o amam» (Rom. VIII, 28):

o que Deus acha bom, ele também o acha bom. O desânimo e a cobardia não são sinais de humildade: a humildade desalentada é humildade falsa (S. Fr. de S.); se os Apóstolos não tivessem sido humildes, não teriam ousado tentar a luta contra o paganismo.

2. O mais belo exemplo de humildade fomos dado por Jesus Cristo: ainda que filho de Deus, tomou *a forma de escravo*; viveu voluntariamente numa grande humilhação; era muito condescendente nas suas relações com os homens e, finalmente, aceitou a morte ignominiosa *da cruz*.

Jesus Cristo aniquilou-se a si mesmo tomando **a forma de escravo**, isto é, a *natureza humana* (Fil. II, 7). Se o filho de um rei trabalhasse muitos anos em ofícios servis para salvar seus súbditos da escravidão, todo o mundo pasmaria da sua humildade; mas quanto maior não é a humilhação de Cristo na sua Incarnação? No Santíssimo Sacramento do Altar toma até a figura de um simples *alimento*; e no seu baptismo o Espírito Santo apareceu sob a forma de uma *pomba*, isto é, de uma simples criatura. Jesus fizera-se anunciar como *Cordeiro de Deus*. Vemos, pois, que o mesmo Deus é extraordinariamente humilde. Cristo viveu numa profunda humilhação. Para lugar de seu nascimento não escolheu um paço real, mas um estábulo, e para seu berço uma manjedoura; sua mãe não foi uma rainha, mas uma pobre virgem, e seu pai nutrício foi um pobre carpinteiro; o lugar onde viveu, Nazaré, era uma cidade desprezada. Para apóstolos não escolheu filósofos, mas pobres e simples pescadores, etc. — Jesus Cristo era extremamente **condescendente** nas suas relações com os homens. Gostava de estar com as crianças, conversava mesmo com os pecadores (falou com Samaritana no poço de Jacob, acolheu com benevolência a Madalena pecadora que se prosternava a seus pés, e cobriu com a sua protecção a mulher adultera que os Fariseus queriam apedrejar); Jesus chegou até a lavar os pés aos seus Apóstolos na última ceia, também não pôs dificuldade ao pedido do centurião de Cafarnaum para ir ver o servo dele e curá-lo (S. Mat. VIII, 7). — Ao tempo de Jesus a **cruz**

era o suplício *mais ignominioso* (Cicero), e foi esta a morte que ele escolheu. — Jesus Cristo, portanto, mostrou em si mesmo que a humildade é a estrada real para chegar a Deus (S. Greg. M.).

Nas suas *palavras* Jesus Cristo exorta-nos constantemente à humildade. Diz, por exemplo: «Aquêle que quiser ser o maior entre vós, seja vosso servo» (S. Mat. XXIII, 11); e ainda: «Depois de terdes feito tudo o que vos foi mandado dizei: Somos uns servos inúteis» (S. Luc. XVII, 10).

Recomenda ainda a humildade na parábola do fariseu e do publicano que oravam no templo (Id. XVIII, 13). Um dia apontou para uma criança e disse: «Aquêle que se faz pequenino como esta criança será o maior no reino dos céus» (S. Mat. XVIII, 4). Dá-se a si mesmo por *nossa* modelo quando diz: «Aprendei de mim que sou manso e humilde de coração, e achareis o repouso de vossas almas» (Id. XI, 29). Promete finalmente aos humildes a exaltação (S. Luc. XIV, 2) e a *felicidade eterna* (S. Mat. V, 3) (1).

3. A humildade leva a uma grande perfeição, à exaltação e à felicidade eterna. Por ela a inteligência é esclarecida; obtém-se a *verdadeira paz da alma, o perdão dos pecados, uma eficácia mais pronta da oração, uma vitória mais fácil nas tentações.*

Deus está com aquêle que é humilde. «Quando alguém tem humildes conceitos de si mesmo e se reputa menor que os outros, é sinal indubitável de que tem em si o *Espírito Santo*» (Scar.). A alma humilde tira grande proveito da sua virtude; em primeiro lugar chega a uma grande **perfeição**: um homem quanto mais humilde, tanto mais perfeito é, e vice-versa. A humildade é para o homem o que a raiz é para a árvore: quanto mais funda é

(1) Ver mais adiante as outras sentenças de Jesus Cristo.

a raiz tanto melhores frutos produz a árvore, e quanto mais humildade tem o homem tanto mais virtuoso se faz (Rodr.). O humilde conhece a sua fraqueza, e esforça-se por se tornar cada dia melhor. Um casco vazio ou meio cheio flutua na água, mas cheio vai ao fundo; as espias, cheias, inclinam-se para o chão; vazias, alteiam-se acima das outras. As árvores carregadas de frutos vergam ao peso dêles; as estéreis têm os ramos direitos. Os cogumelos bons têm, geralmente, um aspecto escuro; os venenosos apresentam cores atraentes. Os tonéis vazios fazem eco; os cheios não. O mesmo se dá com os homens: os que são perfeitos são modestos e humildes, e os que nada valem são orgulhosos. Quanto mais alto é o edifício, mais profundos devem ser os alicerces; e onde há grande santidade aí há-de haver por força grande humildade. «Aquêle que julga valer muito não vale nada; aquêle que cuida valer pouco, vale muito» (Santa Teresa). A humildade é, pois, a mais segura pedra de toque da perfeição. Tendo sido enviado S. Filipe Neri pelo Papa a uma religiosa dos arredores de Roma, que gozava reputação de santidade, entrou no parlatório e pediu que lhe limpassasse as botas cheias de lama; recusou-se a freira com grosseria, e voltando S. Filipe ao Papa, disse-lhe: «Não é santa e não faz milagres, porque lhe falta a virtude principal — a humildade». — A humildade conduz à **exaltação**. Na vida de Jesus Cristo a Páscoa seguiu-se à sexta-feira de Paixão. A humildade é o escabelo da elevação (S. Agost.). Jesus Cristo disse: «Aquêle que se exalta será humilhado e aquêle que se humilha será exaltado» (S. Luc. XIV, 11). «Ninguém pode subir sem primeiro ter descido» (S. Bern.). «Humilhai-vos diante do Senhor e êle vos exaltará» (S. T. IV, 10). A Mãe de Deus atribui à sua humildade as grandes graças que recebeu de Deus: «olhou para a humildade da sua serva, e eis que dora-avante tôdas as gerações me chamarão bem-aventurada» (S. Luc. I, 48). Aquêle que foge às honras é seguido por elas (Galura). A modéstia é para os merecimentos o que a sombra é para as figuras de um quadro: fá-los sobressair. — A humildade leva à **felicidade** eterna. «Bem-aventurados, diz Jesus, os pobres de espírito, porque dêles é o reino dos céus» (S. Mat. V, 3), isto é: felizes aquêles que reconhecem que, a-pesar-de todos os bens terrenos, são pobres diante de Deus. «A porta do céu é estreita e só os pequenos, isto é, os humildes podem passar por ela» (S. Bern.). Ninguém tomará parte

na glória de Jesus se não tiver tomado parte nas suas humilhações (S. Áng. Fol.). — As almas humildes têm uma **inteligência mais esclarecida** pelo Espírito Santo; só elas penetram o espírito dos ensinamentos do divino Salvador. É por isso que Jesus Cristo dizia: «Meu Pai, eu vos dou graças porque haveis ocultado estas coisas aos sábios e aos prudentes e as haveis revelado aos pequeninos» (S. Mat. XI, 25). S. Pedro escreve: «Deus resiste aos soberbos, mas dá a sua graça aos humildes» (I S. Ped. V, 5). Deus fala às almas simples (Prov. III, 32), isto é, esclarece-as; por isso se encontram muitas vezes pessoas sem ilustração, que conhecem melhor as doutrinas de Jesus Cristo que as pessoas da alta sociedade; o poeta canta, pois, com razão: «Aquilo que a inteligência dos inteligentes não vê, um carácter ingênuo o comprehende na sua simplicidade.» — O nascimento de Jesus Cristo foi revelado aos pastores, mas não aos doutores da lei, nem aos fariseus: para beber na nascente das graças divinas é preciso curvar-se. A chuva junta-se nos vales; e escorre, pelo contrário, das montanhas sem árvores. «Um só dia em que nos humilhamos diante de Deus, ganha-nos mais graças do que muitos dias passados em oração» (Santa Teresa). — O homem humilde obtém a **verdadeira paz da alma**. Jesus Cristo disse: «Aprendei de mim que sou manso e humilde de coração, e encontrareis o repouso de vossas almas» (S. Mat. XI, 29). O homem humilde não é arrogante na prosperidade, nem pusilânime na adversidade. «A humildade, por maior que seja, nunca nos tira a paz» (Santa Teresa). O homem humilde obtém o **perdão de seus pecados**. O publicano, no templo, contentava-se com bater no peito, dizendo: «Senhor, tende piedade de mim que sou um pecador!» e voltou para casa já justificado (S. Luc. XVIII, 13). Um carro carregado de pecados, mas puxado pela humildade, conduz ao céu; um trem carregado de boas obras, mas puxado pelo orgulho, leva ao inferno (S. Bern.). O homem humilde vê a sua **oração prontamente atendida**. O centurião pagão de Cafarnaum foi rapidamente atendido por causa da sua humildade (S. Mat. VIII). A oração do homem que se humilha penetra as nuvens (Ecli. XXXV, 21). — O homem humilde **vence facilmente as tentações**. A arma mais poderosa para vencer o demônio é a humildade (S. Fr. de S.): ele nada teme tanto como um homem humilde (S. Antão), e a humildade é a única virtude que ele não pode macaquear.

O vício contrário à humildade: a soberba

1. Ser soberbo é exagerar o próprio valor ou o valor dos próprios bens terrenos, e manifestar exteriormente este sentimento de exageração.

Golias era soberbo, porque tinha um conceito exagerado da sua força (I Reis, 17). Muitos exageram o valor do seu corpo (têm vaidade da sua compleição, dos olhos, da voz, etc.), outros o valor do seu dinheiro, da sua ciência, da sua linhagem, da sua pretensa virtude, etc. O nome de soberbo vem do latim *super ire*, porque o orgulhoso imagina sobrepujar a todos. Aquêle que quere elevar-se acima dos outros, é orgulhoso (S. Isid.); é mau comerciante porque se avalia em mais do que vale (S. Boav.). O soberbo é como o demónio que está cheio de orgulho, ou como o homem embriagado (Hebr. II, 5); porque o orgulhoso, como o embriagado, presume muito de si e pronuncia palavras vangloriosas (S. Vic. Ferr.); um e outro nunca fazem nada razoável, nunca se saciam e, enfim, dão graves quedas. A soberba é um *inchaço* que não tem senão um volume aparente (S. Agost.); assemelha-se a uma *côr postiça*, que parece bela, mas desaparece aos raios do sol; o orgulhoso perseverará no seu lastimável estado até ao dia em que aparecer diante do sol de justiça. Assemelha-se a uma águia sem asas (S. Efr.); ao *pavão* que abre a cauda (S. Vic. Ferr.) e mostra uma quantidade de olhos que o não são. É como a rã da fábula, a qual querendo igualar-se ao boi, tanto inchou que rebentou.

O soberbo mostra a *estima exagerada* em que se tem, fazendo-se notar pelas *palavras* e pelo *vestuário* entre as pessoas com quem convive; procura as *honras*, as *dignidades* e os bens terrenos, despreza o *auxílio* e a *graça de Deus*, e não conta senão *consigo mesmo e com as coisas da terra*.

O soberbo é uma caricatura de Deus (S. Agost.); quer parecer maior do que é (S. Isid.). — Quere sobrenadar sempre como o azeite. — **Gaba-se** assim que faz algum bem, como a galinha cacareja assim que põe um ôvo (S. Vic. Ferr.); é um canal que deixa passar tudo o

que recebe (S. Bern.). O soberbo *censura-se muitas vezes a si mesmo*, para receber ainda mais louvores. Assemelha-se às colunas na oficina de um canteiro: estão deitadas para que se lhes note o comprimento e as mandem levantar. O orgulhoso *diz mal dos outros* e considera-os pecadores, como fazia o fariseu no templo (S. Luc. XVIII, 40); vê o argueiro no olho do vizinho, mas não vê a tra ve no seu. (S. Mat. VII, 4). — Os soberbos fazem-se notar pelo **vestuário**: trajam de **maneira pretenciosa**, e **superior à sua posição**, enfeitam-se com *peças de vestuário supérfluas*, e, como o macaco, imitam imediatamente tôdas as *loucuras da moda*. «Aquêles que amam a *toilette* idolatram ridiculamente o seu corpo» (Alb. Stolz); diante de Deus estão cobertos de lepra. Aquêles que se vestem preciosamente, estão ordinariamente *cheios de vícios*: são como esquifes chapeados de ouro, que só contêm podridão e ossadas infectas (S. P. Dam.). São dissipadores, impiedosos para com os pobres, hipócritas (com efeito, trajando de modo superior à condição, cometem uma mentira pública), e tornam-se imorais. O amor da *toilette* é um veneno que mata a inocência (S. Jer.). Essas pessoas tornam-se de ordinário sujas na velhice. (Os extremos tocam-se). Ocupando-se da *toilette* esquecem o *fini principal da sua existência*, e levam quase sempre uma vida ímpia. Afectar-se na *toilette* é uma loucura que aspira a substituir exteriormente o que falta interiormente; a *estultícia e a soberba crescem na mesma árvore*. Os amadores da *toilette* arruínam com a sua prodigalidade *famílias inteiras*, e fazem nascer a *inveja* entre as *classes da sociedade*. Aquêle que verdadeiramente tem algum valor diante de Deus não precisa de atavios. Todos os homens, tôdas as mulheres verdadeiramente nobres trajaram sempre com simplicidade. O imperador Heráclio não pôde reconduzir para Jerusalém a Cruz do Salvador, que havia reconquistado, senão depois de se ter despojado das suas vestes preciosas: retinha-o uma força invisível (628). Contudo as *vestes asseadas, conformes com a posição social*, não são sinal de orgulho; a limpeza exterior é muitas vezes sinal da pureza interior, ao passo que falta de asseio revela muitas vezes uma vida dissoluta, porque a experiência ensina que um vestuário conveniente é obstáculo para um mau procedimento. — Os soberbos **correm atrás das honras**, como as *crianças atrás das borboletas*: caminham com precaução, e quando apanham uma, dão gritos de alegria como se tivessem feito alguma acção

grandiosa, ainda que na verdade nada valha (S. Ans.). As honras e os louvores dos homens são como nuvem da manhã, que scintila de ouro e púrpura e que não tarda a rasgar-se em chuva; como o orvalho matutino, que rebrilha das mais belas côres e se evapora aos raios do sol; como o fumo que sobe e logo se esvai. Oh! como são insensatos os que correm atrás das honras terrenas! — **O soberbo despreza o auxílio e a graça de Deus** e não conta senão consigo mesmo e com as coisas da terra, porque não tem religião nenhuma. «O começo da soberba do homem é o apostatar de Deus» (Ecli. X, 14). O soberbo apostata do bem supremo, ao qual deve agradar mais que a si mesmo (S. Agost.), não reza, não se aproxima dos sacramentos, etc. Não reconhece nem os seus pecados nem a sua miséria, e se os reconhece, não recorre ao médico, mas querer curar-se a si mesmo (S. Ambr.). É por isso que Deus é inimigo do soberbo. «Deus resiste aos soberbos (I S. Ped. V, 5). A soberba é odiosa a Deus e aos homens (Ecli. X, 7). E não há maior mal do que ter a Deus por inimigo! (S. Jer.).

2. A soberba conduz a todos os vícios e loucuras; à humilhação e à condenação eterna; destrói também o valor das nossas boas obras.

A soberba leva a todos os vícios. A soberba é o princípio de todos os pecados (Ecli. X, 15); é a raínha de todos os vícios, porque dela provém uma multidão imensa de vícios (S. Greg.). A soberba é uma mãe que dá à luz muitos maus filhos (S. Greg. M.). A soberba conduz sobretudo à desobediência (Absalão); à crueldade (Herodes, que mandou assassinar os Santos Inocentes); à apostasia (Lutero, que se ofendeu porque Roma não lhe dispensou bastantes atenções); às rixas, ao ciúme, à ingratidão, mas sobretudo à impudicícia. «Deus pune a soberba oculta por uma impureza pública» (S. Agost.). Deus permite que o soberbo caia em tão graves pecados, a fim de que reconheça a sua miséria e se corrija. Aquêle que venceu a soberba, venceu por isso mesmo todos os vícios. Quando Golias fugiu, todos os Filisteus se puseram em fuga; se se arranca a raiz, a árvore seca. A soberba conduz a mil loucuras. Note-se o andar cómico, o

trajar ridículo das pessoas soberbas. Na China as mulheres estropiam os pés para serem mais formosas, conforme o seu modo de ver. Mesmo entre nós as pessoas vaidosas usam sapatos apertadíssimos para mostrarem um pé pequeno, ou apertam ferozmente a cintura, para simular um busto elegante, etc. Com razão diz o povo: «muito custa ser bonito». — A soberba conduz à **humilhação**. Jesus diz: «Aquêle que se exalta será humilhado» (S. Luc. XIV, 11). O raio cai nos cumes e muitas vezes derruba uma bela árvore por ser muito alta. Daí o provérbio: «Deus não deixa crescer as árvores até ao céu». O altivo Golias foi profundamente humilhado (1 Reis, XVII). Amán, o primeiro ministro do rei dos Persas, perseguiu os Judeus e exigia dêles honras divinas: acabou na fôrça (Est. VI, 7). Herodes fez-se invocar como Deus: caiu logo doente e foi devorado vivo pelos vermes. Deus derruba os tronos dos *príncipes soberbos* (Eccli. X, 17) (recordemos o fim do imperador Napoleão † 1821) e provoca por isso a queda das nações inteiras e destrói até à raiz os *povos orgulhosos* (a ruína do império romano); aniquila até a memória dos soberbos (Eccli. X, 21), como o prova a história da torre de Babel (Gén. X). A exaltação segue-se a queda. — A soberba conduz também à **condenação eterna**. A soberba expulsou do céu legiões de anjos, e os nossos primeiros pais do paraíso terrestre (S. Bern.). Assim como numa balança um prato desce quando o outro sobe, aquêle que se tiver exaltado neste mundo será humilhado no outro (S. Bern.). Quando o demónio quere precipitar um homem no inferno condu-lo ao cimo de uma montanha (S. Boav.). A soberba **aniquila o valor das nossas obras**. O soberbo recebeu já a sua recompensa neste mundo (S. Mat. VI, 5). A soberba derruba o que a justiça ergueu (S. Bern.). Assim como a ferrugem rói o ferro, a soberba devora as boas obras (S. Fr. de S.); um pouco de fel basta para azeitar o vinho mais doce; assim a soberba estraga as virtudes. A soberba assemelha-se ao verme que roeu o caule da hera de Jonas. Se, portanto, alguém fez muita coisa boa e disso tem vaidade, não passa de um miserável mendigo (S. Cris.). A flor murcha quando a cortam e a separam da raiz; assim se perde toda a virtude se não está enlaçada com a humildade.

2. A obediência

1. Obediente é aquêle que está disposto a cumprir de boa vontade as ordens dos seus superiores.

A obediência não consiste, pois, em princípio, em fazer o que se manda, mas em estar **de boa vontade disposto a fazê-lo** (S. Vic. P.). Muitos fazem o que lhes mandam, mas não o fazem de boa vontade; tal obediência não é virtude porque está envolvida no véu da malícia (S. In. de L.). A virtude da obediência não existe senão quando nos submetemos à vontade de outrem **por amor de Deus** (Ven. Humbert). Abraão, por ocasião do sacrifício de seu filho, foi um modelo de obediência (Gén. XXII). O próprio filho de Deus foi obediente: esteve sujeito a duas criaturas, a Maria e a José (S. Luc. II, 51). O Criador do céu esteve sujeito a um operário, o Deus de eterna glória esteve sujeito a uma pobre virgem. Quem jamais ouviu, quem jamais viu humilhação semelhante? (S. Bern.). Jesus Cristo foi também obediente a seu Pai até à morte da cruz (Fil. II, 8), e muitos foram justificados pela obediência de um só (Rom. V, 19). No Jardim das Oliveiras diz êle: «Meu pai, não se faça a minha vontade, mas sim a tua!». Admirei o menino de Belém: tinha um grande poder e contudo executava sem proferir uma palavra tudo o que se queria (S. Fr. de S.). O Filho de Deus, que governa o sol no céu, fez-se obediente na terra.

1. Os que devem obedecer são: os *filhos* aos pais e àqueles que fazem suas vezes, as *mujeres* a seus maridos, os *criados* a seus amos e *todos os homens* aos seus superiores espirituais e temporais.

Para estabelecer entre as criaturas um laço de unidade harmoniosa Deus pô-las numa certa relação de dependência umas das outras. A lua gira em redor da terra e os planetas em redor do sol, de volume muito maior; há uma relação semelhante entre os anjos, bem como entre os homens. — No quarto mandamento Deus ordenou em particular aos *filhos* a obediência a seus pais. Deve-se-lhes obediência, porque êles representam a Deus. «Filhos, diz

S. Paulo, obedecei em tudo a vossos pais» (Col. III, 20) e numa outra epístola: «Aquêles que não obedecem a seus pais são dignos de morte» (Rom. I, 30-32). Na escola os professores ocupam o lugar dos pais. — As **mulheres** devem obediência a seus maridos: Deus assim o quis, sobretudo depois que no paraíso terrestre Deus disse a Eva culpada: «Estarás sob o poder do homem e ele te dominará» (Gén. III, 16). A sua origem, aliás, adverte a mulher que ela deve obedecer a seu marido; foi formada de uma das costelas do varão, portanto pertence-lhe; e é em sinal desta submissão que a mulher deve ter sempre a cabeça coberta (I Cor. XI, 7). — S. Pedro exorta os **criados** a servirem a seus amos: «Vós, servos, submetei-vos com todo o temor a vossos amos, não sómente aos bons e moderados, mas também aos de dura condição» (I Ped. II, 18). Jesus Cristo ordena a obediência aos **superiores eclesiásticos** dizendo: «Aquêle que não escuta a Igreja deve ser para vós como um pagão e um publicano» (S. Mat. XVIII, 17). É porque os cristãos devem obedecer aos seus superiores, que ele lhes chama ovelhas, e, aos superiores, pastores. Devemos obedecer aos nossos **superiores temporais**, porque o seu poder lhes vem de Deus. S. Paulo diz: «Não há poder que não venha de Deus, e aquêle que existe foi estabelecido por Deus. É por isso que aquêle que resiste às autoridades resiste às ordens de Deus» (Rom. XIII, 1). Isto está conforme com a resposta que Jesus deu a Pilatos: «Não terias poder algum sobre mim, se ele te não fôr dado lá de cima» (S. Jo. XIX, 11).

2. Contudo a obediência tem certos *limites*: não somos obrigados a obedecer aos nossos superiores nas coisas em que não lhes estamos sujeitos; temos até o dever de lhes não obedecer quando nos ordenam o que está proibido por Deus.

Os pais, por exemplo, não têm o direito de obrigar um filho a escolher um estado para o qual ele não tem vocação, porque a vocação é Deus que a dá (Ver pág 156). S. Francisco de Assis († 1226) foi obrigado por seu pai a consagrar-se ao comércio; não obedeceu, e com razão, porque sentia vivamente em si o desejo de uma santidade mais alta. S. Luís Gonzaga importunou continuamente seu pai, até que lhe deu licença para entrar na Companhia de Jesus, e Santo Estanislau Kostka fugiu de casa da família

para se alistar na mesma Companhia; pois tanto um como o outro se sentiam claramente chamados por Deus. Procederam portanto com toda a correção e justiça. Os pais também não têm o direito de obrigar os seus filhos ao casamento; semelhante violência tornaria o matrimónio inválido: Houve santos que resistiram a esta injusta imposição até ao ponto de arrostar com o martírio. Assim Santa Rosa de Lima († 1617) não obedeceu a seus pais que a queriam casar, na idade de 20 anos, com um homem rico. Pelo mesmo motivo os superiores eclesiásticos não podem dar ordens em coisas puramente civis, nem as autoridades políticas em coisas puramente espirituais (como Carlos III, que pretendeu impôr os exercícios espirituais e a freqüência dos sacramentos aos estudantes). Temos o dever de não obedecer aos nossos superiores quando nos ordenam o que Deus proíbiu, segundo as palavras dirigidas pelos Apóstolos ao Sinédrio, que lhes proibia que pregassem: «Deve-se obedecer antes a Deus que aos homens» (Act. Ap. V, 29). É esta a fórmula da liberdade cristã contra todos os cestatismos e tiranias. Quando César ordena uma coisa e o prefeito outra, deve-se obedecer à ordem de César; mas quando Deus ordena uma coisa e César outra, deve-se obedecer a Deus (S. Agost.), porque a sua cólera nos castigaria, se temessemos os homens mais do que a Deus (id.) (1).

2. A obediência é a mais custosa mas tam-

(1) Os três jovens de Babilónia não se prostraram diante do ídolo, a-pesar da ordem do rei, embora soubessem que iam ser lançados na fornalha. — Os sete Irmãos Macabeus, a-pesar da ordem do rei Antíoco, não comeram carne de porco. — S. Maurício e a legião tebana não obedeceram ao imperador que lhes ordenava que sacrificassem aos ídolos, pelo que foram primeiramente dizimados e depois passados todos a fio de espada (nas proximidades do lago de Genebra † 286). — O pai de Santa Perpétua († 203) em Cartago exigia de sua filha a apostasia da fé cristã; ela respondeu-lhe: «Não posso obedecer; fazel de mim o que a Deus aprovver». E logo a lançaram às feras. — O mesmo sucedeu com S. Vito, menino († 303), cujo corpo repousa na catedral de S. Vito em Praga. Santo Hermenegildo resistiu a seu pai e rei, o ariano Leovigildo, e negando-se a receber a comunhão das mãos de um ariano, foi degolado. Santa Bárbara, protectora dos moribundos, foi maltratada por seu pai e finalmente decapitada, porque, a-pesar das ordens dele, não apostatara do cristianismo († 306). «É melhor contristar os pais do que a Jesus Cristo» (S. Jo. Clim.).

bém a mais excelente das virtudes morais (S. T.).

A obediência é a **mais custosa** de todas as virtudes. Todos os homens são naturalmente propensos a mandar e têm aversão à obediência (S. Fr. de S.). A obediência é a *imolação da própria vontade* (S. Boav.), e é um grande sacrifício para o homem, quando se lhe manda fazer alguma coisa que repugna à sua propensão ou ao seu interesse (Af. Rodr.). A obediência é a *penitência da razão* (S. Fr. de S.), um *martírio sublimado*, pois, pela obediência o homem é em certo modo decapitado na sua própria vontade (S. Boav.); uma morte voluntária (S. J. Clím.). O *pecado original* é a causa por que os homens têm de obedecer uns aos outros (S. Agost.), por toda a parte onde o pecado se introduziu, a liberdade foi destruída para dar lugar à escravidão (S. Cris.). — A obediência é a **mais excelente** de todas as virtudes. «O homem não pode oferecer a Deus maior sacrifício do que o de submeter, por amor d'ele, a sua vontade à de outro homem» (S. T. de Aq.). A obediência é o melhor holocausto que podemos oferecer a Deus no altar do nosso coração (S. Fil. N.); é melhor que o sacrifício (I Reis XV, 22): o sacrifício imola uma carne alheia, a obediência uma vontade própria (S. Greg. M.). Por ela não oferecemos um dom estranho a nós mesmos, mas oferecemo-nos nós mesmos em sacrifício (S. T. de Aq.).

3. É pela obediência que cumprimos mais seguramente a vontade de Deus e chegamos certa e prontamente à mais alta perfeição.

É pela obediência que cumprimos **mais seguramente a vontade de Deus**, porque os nossos superiores ocupam o lugar de Deus e, por conseguinte, as suas ordens são ordens de Deus. Nós não obedecemos a homens, mas a Deus (Ef. VI, 7). Não se deve olhar à pessoa que ordena, mas à vontade de Deus que se manifesta por intermédio dos nossos superiores (S. Fr. de Ass.). Aquêle que obedece não terá de prestar contas do que tiver feito, é o superior que será responsável. «Não se vos preguntará se o que vos foi ordenado era bom. Não é isso convosco mas com o vosso superior» (Rodr.). — A obediência (como o vo-

to) aumenta o valor das nossas obras; as mais simples acções feitas por obediência, têm aos olhos de Deus maior valor que as mais duras mortificações: «as refeições e o sono, tomados por obediência, agradam mais a Deus que os jejuns e as vigílias voluntárias dos eremitas» (S. Fr. de S.). É mais mérito levantar uma palha por obediência do que jejuar e disciplinar-se até fazer sangue (Af. Rodr.). Por obediência chegamos segura e rapidamente à **mais alta perfeição**. A obediência preserva de muitos pecados (S. Greg.); ela é o contraveneno do orgulho (S. Alb. M.), porque, quando se tem dominado o orgulho, vencidos estão todos os vícios. O exercício das outras virtudes é a luta contra os demónios; a obediência é a vitória (S. Greg. M.); e é justo que os obedientes triunfem das tentações do inferno, porque pela obediência mostram-se superiores aos demónios, que caíram por desobediência (S. Greg. M.). A obediência planta na alma todas as outras virtudes (S. Greg. M.). É por isso que as almas perfeitas amam a obediência (S. Fr. de S.); de mais, todas as virtudes não são mais do que actos de obediência a Deus. «A obediência é a maior virtude, a mãe e a origem de todas as virtudes» (S. Agost.). Nenhum caminho leva, como ela, tão rapidamente aos cémos da perfeição; é por isso que o demónio emprega todos os meios para nos desviar dela (Santa Teresa). A obediência é o caminho direito para chegar prontamente à perfeição (S. Fil. N.); é a chave que abre o céu (S. Boav.); o navio em que se chega ao porto da salvação eterna (S. Bern.). A desobediência fechou o céu e abriu o inferno; por sua vez a obediência abre o céu e fecha o inferno (Patiss.), onde Deus não castiga senão a má vontade; todo aquél que se despoja da sua própria vontade pela obediência, não pode, portanto, cair no inferno (S. Lour. Just.). Para aprenderdes a bem obedecer aos vossos superiores, habituai-vos a querer *condescender aos desejos dos vossos semelhantes* (S. Fr. de S.). Fazei conhecer as vossas ordens aos vossos subordinados duma maneira conveniente (S. Fr. de S.). Quando tendes de obedecer, é necessário não perder muito tempo em reflexões. «Costuma-se vendar os olhos dos cavalos que fazem andar um moíño, porque a vista não toma parte alguma neste trabalho, ainda que ela é o primeiro dos nossos sentidos corporais: assim também a razão, que é a primeira faculdade da nossa alma, pode ser um obstáculo à obediência a Deus» (S. Cris.). Eva começou a titubear logo que se pôs a discutir a ordem de Deus.

A desobediência

1. A desobediência consiste em não cumprir as ordens dos superiores.

Nossos *primeiros pais*, no paraíso terrestre, deram-nos o exemplo da desobediência. Aquêle que não obedece aos seus superiores assemelha-se a *um membro tolhido*, que se recusa a mover às ordens da vontade (S. Boav.).

2. O homem, pela desobediência, cai em desgraça temporal e eterna.

A desobediência torna o homem **infeliz já neste mundo**, como o atestam as consequências do pecado original. A desobediência de *Adão* precipitou o género humano todo nas desgraças temporais (Rom. V, 12 e seg.). *Faraó* e os seus súbditos foram flagelados com pragas horríveis e sepultados no Mar Vermelho, por terem desobedecido a Deus! Que triste sorte teve no mar o profeta Jonas, por ter desobedecido ao Senhor! Que horrível época a do Terror! — O desobediente cai também na **desgraça eterna**; o desobediente é repelido por Deus, como a falsa moeda é recusada pelo cambista» (S. Bern.); deve esperar um juízo muito severo, porque o desprêzo do seu superior é dirigido ao próprio Deus, cujo lugar ele ocupa (S. Agost.). Aquêle que não quere obedecer não precisa demónio nenhum para o tentar: *ele mesmo já se tornou Satanás* (Gerson). — O desobediente **perde os seus merecimentos**. «Nenhuma virtude é agradável a Deus, quando é manchada pela nódoa da desobediência» (P. de Blois). As mais duras mortificações, sendo feitas contra a obediência, são mais caminho do vício do que da virtude (S. Jo. da Cr.). — A desobediência faz perder também muitas **graças**. Um caçador que puxa o laço, assim que vê nêle o primeiro passarinho, procede como um insensato; se esperasse pelo sinal de quem está de longe a observar, apanharia vinte vezes mais. O insubordinado procede de modo igualmente insensato: se tivesse sido obediente, quantas **graças** teria recebido de Deus! (Wen.).

3. Paciência, mansidão, carácter pacífico

A. Paciência

1. Homem paciente é aquél que, por amor de Deus, aceita dócilmente as contrariedades da vida.

Muitos são pacientes para se fazerem admirar pelos outros; outros não aceitam dócilmente senão uma parte dos seus sofrimentos: por exemplo não se impacientam com a doença, mas sim porque ela os torna pesados aos outros: não é essa a verdadeira paciência. — O modelo mais sublime da paciência é *Jesus Cristo na Paixão*. O *Pai celeste* é também um modelo de paciência, porque suporta os pecadores, ainda aquéllos que provocam a sua justiça, como os perjuros e os blasfemos. *Job* e *Tobias* foram também modelos desta virtude. Aquél que é paciente é como um *rochedo*, contra o qual as ondas do mar vão quebrar. Um estômago sadio digere os alimentos mais fortes; assim o homem paciente suporta as adversidades da vida (S. Greg. M.); é como um cordeiro que se deixa degolar sem queixume.

As *contrariedades* que sobretudo devemos suportar, são as doenças, os acidentes, a reincidência nas nossas faltas, os trabalhos numerosos ou penosos do nosso estado.

As **doenças** e os **acidentes** não são verdadeiros males, que antes são graças: Deus não as manda senão para salvação de nossas almas e nós deveríamos propriamente folgar com elas. — É necessário não nos pormos de mau humor, nem irritados, se, por fraqueza, *recaímos nas nossas antigas faltas*, e se reconhecemos que somos mais homens do que anjos. Devemos suportar-nos a nós mesmos com paciência, tanto como ao nosso próximo (S. Fr. de S.); é por isso que Jesus Cristo nos diz que dêmos fruto pela paciência (S. Luc. VIII, 15). — Também não devemos exasperar-nos pelos *numerosos* ou *custosos trabalhos* que nos traz o **nosso estado**. Mostra-se a nossa irritação na precipitação, que é sempre nociva; ela é como um rio ou uma torrente que devasta e destrói tudo, como uma bátega de água ou uma chuva tempestuosa, que

causa grandes estragos nos campos e nos prados (S. Fr. de S.). Devemos assemelhar-nos aos anjos, que servem aos homens sem perturbação, nem precipitação apaixonada (S. Fr. de S.). *Apressa-te devagar*, diz um provérbio. — Devemos também aguardar com paciência o fim da nossa vida e a eterna bem-aventurança (Rom. VIII, 25).

A aceitação dócil das contrariedades manifesta-se sobretudo em não nos irritarmos nem entristecermos excessivamente, em não nos queixarmos continuamente, e em não desejarmos que nos lastimem.

Portanto é necessário não nos **irritarmos**. A ira nunca é permitida; ela perturba a razão e leva sempre para a injustiça (S. T. I, 20). Um juiz cego pela paixão nunca pronuncia sentenças justas (S. Fr. de S.). — Nas adversidades nunca devemos **entristecer-nos demais**. Há, é certo, uma tristeza agradável a Deus, que é a de ter perdido os bens **eternos**, segundo estas palavras de Jesus: «Bem-aventurados os que choram porque êles serão consolados» (S. Mat. V, 5). Não é, pois, esta a tristeza que desagrada a Deus, mas aquela que lamenta a perda dos bens temporais: «a tristeza do século (dos mundanos, pela perda dos bens temporais) produz a morte» (II Cor. VII, 10). «A tristeza não tem vantagem nenhuma» (Ecli. XXX, 25). *Viver contente, morrer santamente, é destruir o ofício do demónio*. É, contudo, lícito **queixar-se** nas grandes dores do corpo e da alma; o próprio Jesus Cristo gemeu na cruz, e o Pai celeste muitas vezes se queixou dos pecadores pela bôca dos profetas. Job mesmo, esse modelo de paciência, fez ouvir seus queixumes; mas é necessário não **exceder a medida**, e portanto não se queixar de coisas de pouca importância, nem por muito tempo, nem muito vivamente; semelhantes lamentações seriam sinal de amor próprio e de *fraqueza*. «Só a Deus nos devemos queixar dos nossos padecimentos, tanto e em quanto quisermos, porque estas queixas são então orações para pedir o seu auxílio» (Mat. Lat.); elas são até agradáveis a Deus. «Se não falais ao vosso amigo senão das vossas tribulações, cedo achará a vossa conversação fastidiosa; mas Deus escuta sempre atentamente, e êle vos fará mesmo sentir tal consolação que fará esquecer a vossa dor» (Id.). Por isso Jesus Cristo nos diz: «Vin-

de a mim todos os que estais fatigados e oprimidos, e eu vos aliviarei» (S. Mat. XI, 28). Muitas pessoas não se impacientam nas dores, mas querem que as *lastimem*, que se tome parte na sua tristeza, ou que lhes louvem a sua paciência; esta paciência é simplesmente um orgulho disfarçado (S. Fr. de S.). Se nos interrogam, devemos revelar sinceramente o nosso mal, sem o exagerar (S. Fr. de S.).

2. A paciência traz consigo a fortaleza e a felicidade.

Quando se suportam com paciência os pequenos males, ganha-se **coragem e fortaleza** para os grandes (Santa Ter.); assim Jacob adquiriu uma energia admirável nos sofrimentos. O homem paciente mostra uma fortaleza semelhante à dos mártires: «sendo constantemente pacientes, tornamo-nos mártires sem o gládio» (S. Greg. M.). A paciência é a *raiz e a guarda de todas as virtudes*; toda a boa obra encontra obstáculos que só se podem vencer com uma grande paciência (S. Greg. M.). Possui-la vale mais que fazer milagres (Id.). — A paciência conduz à *bem-aventurança* e guarda do pecado. «É na vossa paciência que possuïreis as vossas almas» (S. Luc. XX, 19). As *coisas frágeis* não se quebram muito facilmente quando as envolvemos em lã ou estofos macios; assim a nossa alma não se perde tão facilmente quando nos armamos de paciência. Um homem paciente assemelha-se a um navio num porto seguro e tranquilo, ao abrigo da tempestade (S. Cris.). Como a paciência nos proporciona já gostos, mesmo neste mundo, diz o provérbio: «A paciência produz rosas».

3. Aquêle que quere suportar com paciência as adversidades, deve meditar vivamente na *Paixão de Jesus Cristo* e convencer-se de que os sofrimentos são *graças de Deus*.

Pensai na **Paixão de Jesus Cristo**. Jesus Cristo fez como um médico que toma ele próprio um remédio amargo, a-fim-de tirar a repugnância ao doente. O divino Salvador sofreu primeiro, a-fim-de não temermos as dores (Teóf.). Pensai a-miúde em Jesus Crucificado: os vossos

sofrimentos não são comparáveis com os dêle, nem em intensidade, nem em número (S. Fr. de S.). Um soldado quase não repara nas suas feridas quando vê o seu general cheio delas (S. Bern.). Os doentes devem oferecer a Deus as suas dores, pedindo-lhe que as aceite em união com as de Jesus Cristo (S. Fr. de S.). A recordação da cruz de Cristo produz a paciência. Coloca-se um pedaço de madeira no orifício da vasilha para que a água não se entorne; assim acalmaremos as agitações do nosso coração, figurando-nos o madeiro da cruz (S. Fr. de S.). — Os sofrimentos são verdadeiramente **graças de Deus**. Assim o vemos na vida do patriarca Jacob e de seu filho José, no Egípto. «Por tu seres agradável a Deus, dizia Rafael a Tobias, é que era necessário que a tentação te provasse» (Tob. XII, 14). *Sem sofrimentos não há bem-aventurança*; porque é por meio de muitas tribulações que se entra no reino de Deus (Act. Ap. XIV, 21). Mistura-se açúcar às coisas amargas para se poderem tomar; assim o cális dos sofrimentos perde o amargor, quando pensamos na imensa recompensa que elas preparam (Wen.). Os operários não teriam ânimo de se entregarem a seus custosos trabalhos, se não pensassem no salário; nós também sofremos com paciência, pensando na recompensa eterna (S. Hugo). Ninguém quereria levar publicamente para casa uma cruz pesada; mas se ela estivesse coberta de ouro, todos arrostariam com a fadiga; assim também vós suportareis com paciência os vossos sofrimentos, pensando nos méritos eternos que adquiris. — *Comparai-vos com os mártires*, com aquêles que sofrem mais do que vós, e os vossos espinhos vos parecerão rosas (S. Fr. de S.). Muitos não têm sofrimento algum, mas criam-no, pondo na balança o que não deve ser pesado (Suso). Não devemos invocar a paciência em nosso auxílio para cada bagatela (S. Fr. de S.). Não esqueçais que *pela impaciência perdeis todos os vossos merecimentos*: «ou queríais ou não, haveis de sofrer: se vos conformais, com os sofrimentos, tereis grandes merecimentos; se vos não conformais, os vossos sofrimentos, em vez de diminuirem, aumentarão» (S. Cris.). A paciência manifesta-se sobretudo pela mansidão e por um carácter pacífico.

B. Mansidão

1. Ser manso por amor de Deus é não se irritar quando se é ofendido.

Muitos são mansos por timidez, por amor das suas comodidades: esta mansidão não é virtude. O homem manso não se irrita, isto é, cala-se quando o ofendem; é até *delicado*, servicial para o seu adversário; é como o *rochedo do mar*, contra o qual as vagas vêm quebrar. — A mansidão é uma *coisa divina*: o mesmo Deus é manso, ele tem o poder e não se serve dêle contra aqueles que o ofendem; suporta durante muito tempo os pecados dos homens esperando que se convertam. Não foi sem motivo importante que Deus apareceu a Moisés *na sarça ardente* (Ex. III), a Elias numa *brisa ligeira* (III Reis, XIX, 12), que o Espírito Santo apareceu sob a figura de uma *pomba* (S. Mat. III, 16), e que Jesus Cristo se fez anunciar pelos profetas como o *Cordeiro de Deus* (Jer. XI, 19). A mansidão admirável de Deus revela-se sobretudo no divino Salvador pregado *na cruz*. Aquêle que é manso é, portanto, muito agradável a Deus (Ecli. I, 35). Ele amava muito a Moisés, porque era manso (Ecli. XLV, 4).

2. Pela mansidão dominamos os nossos semelhantes, obtemos a paz da alma e a vida eterna.

«Bem-aventurados, diz Jesus, os mansos, porque *êles possuirão a terra*», isto é, porque serão senhores do mundo. O homem manso conquista o *coração*, a simpatia e a benevolência dos seus semelhantes, e predispõe-nos para um juízo desapaixonado. «Quando um homem irritado encontra um homem manso, é como se se mergulhasse em água um ferro em brasa» (S. Cris.). A mansidão debela a *rispidez* de caráter, como os primeiros raios do sol dissipam as trevas (S. Jo. Clím.). Uma resposta mansa quebra a *colera* (Prov. XV, 1), uma boa palavra torna bons os maus (S. Mac.); aquêle que domina as suas más inclinações tem o mesmo êxito sobre os outros (S. Fr. X.)⁽¹⁾. Aquêle que é *senhor de si e sabe dominar*

(1) S. Clemente Hofbauer deu magnífico exemplo de mansidão, quando no ano de 1800 andava esmolando para os órfãos de um asilo de Varsóvia. Um dos assistentes, que estava jogando as cartas, cuspliu-lhe na cara. «Senhor, disse-lhe o santo sacerdote, limpando a face, isto é para mim: dê-me agora alguma coisa para as crianças». Correu-se tanto o outro, que lhe deu todo o seu dinheiro e alguns dias depois fazia-lhe uma confissão geral. Eis os efeitos da mansidão.—S. Francisco Xa-

-se, vê todo o mundo a seus pés. **Com a mansidão alcança-se mais do que com a ira:** Dá-se com os homens o mesmo que com as rosas, que fecham a corola ao vento gelado e se abrem aos ténues raios do sol. Também o homem é mais acessível à boa doutrina, quando o tratam com brandura, «Com uma colher de mel apanham-se mais moscas do que com cem tonéis de vinagre» (S. Fr. de S.); não se acalma o furor com a ira, como não se extingue o fogo com o fogo (S. Cris.). Se dois corpos duros se chocam, ouve-se um grande rumor; se um corpo duro choca com um corpo mole, não se ouve nada; não se expulsa um demónio com outro. Não foi o vento da tempestade, diz a fábula (S. P. Dâm.), mas o raio de sol que obrigou o viandante a tirar o chapéu. Deve-se ter dó de um homem encolerizado, como de um homem que está ardendo em febre (S. Cris.); a cólera, com efeito, é uma doença da alma, e só os homens fracos se deixam combater pela cólera: «ela só existe no coração do insensato» (Ecles. VII, 10). — Com a mansidão adquirimos a verdadeira paz da alma. «Aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração, e achareis o repouso de vossas almas» (S. Mat. XI, 29); por isso o homem manso está sempre contente. Pela mansidão tornamo-nos merecedores da vida eterna. A terra que Jesus Cristo promete aos que são mansos é o céu, isto é, a terra dos vivos (Ps. XXXVI, 11).

3. O meio eficaz para adquirir a mansidão é dominar-nos a nós mesmos e pensar na recompensa eterna.

S. Francisco de Sales lutou durante 20 anos para obter a mansidão exercendo um grande domínio sobre si próprio (1).

vier, Apóstolo das Índias, foi um dia, durante um sermão, apedrejado pelos idólatras; continuou a predicar e aquêles pagãos, maravilhados de tal mansidão, escutaram as suas palavras e foram os primeiros a pedir o baptismo. — S. Francisco de Sales foi chamado, pela sua grande mansidão, «o domador das vontades».

(1) Certo criado, a-pesar dos avisos e reclamações de seu amo, continuava a encolerizar-se. Prometeu-lhe então o amo um «florim» (moeda) se não se agastasse durante um dia inteiro. Dessa vez soube o servo dominar-se, a-pesar das excitações dos seus companheiros. A noite deu-lhe o amo o «florim» prometido, dizendo: «Pudeste conter-te por amor dêste miserável dinheiro e não o poderás fazer por amor da recompensa eterna?»

4. Devemos ser mansos sobretudo para com os membros da nossa família; os superiores devem ser mansos para com os seus subordinados.

Deveremos ser mansos especialmente para com os membros da nossa família, contrariamente ao costume de muitas pessoas que em público são anjos e em sua casa verdadeiros demónios (S. Fr. de S.). — Os superiores devem ser mansos para com os seus subordinados. A mansidão dos superiores chama-se indulgência. Pela indulgência obtém-se mais do que por severidade exagerada, o espírito do homem é feito de modo que resiste à severidade e mostra-se dócil à mansidão (S. Fr. de S.). Os superiores que querem corrigir por meio da cólera, assemelham-se àqueles que se afogam juntamente com os que querem salvar (S. Fr. de S.); um superior deve ser severo para consigo mesmo e indulgente para com os seus subordinados (S. Cris.). A mansidão era a principal qualidade dos Apóstolos: «Eis que eu vos envio, diz Jesus, como ovelhas ao meio dos lóbos» (S. Mat. X, 16); deve ser também a virtude principal de um cristão, porque Jesus chama muitas vezes aos fiéis ovelhas (S. Jo. X, 1), cordeiros (Id. XXI, 15), animais conhecidos pela sua mansidão.

C. O carácter pacífico

1. Ser pacífico é fazer de boa vontade sacrifícios para conservar ou restabelecer a paz entre os seus semelhantes.

Abraão contentou-se com a região pior, a fim de conservar a paz com os servos de Lot (Gén. XIII). S. Francisco de Sales alugara um quarto num hotel de Roma e expulsaram-no dêle injustamente; partiu, e durante a noite veio uma tromba de água que derribou o hotel. S. Inácio de Loiola, quando abandonou a Terra Santa, subiu para um navio donde o expulsaram com palavras grosseiras; embarcou noutro, que chegou felizmente à Europa, ao passo que o primeiro naufragou junto da ilha de Chipre. — A paz é um bens precioso: desejaram-na os anjos aos homens no nascimento de Jesus (S. Luc. II, 14).

Jesus Cristo promete aos seus Apóstolos a verdadeira paz (S. Jo. XIV, 27), e deseja-lha quando os saúda (Id. XX, 26), e ordena aos Apóstolos que a desejem. Entrarem nalguma casa (S. Mat. X, 12). Todos os bens da terra não podem dar-nos prazer quando não há paz, porque sem ela não os podemos gozar (S. Greg. Naz.). Os homens pacíficos parecem-se muito com Deus. «Deus não é Deus de discórdia, senão de paz» (I Cor. XIV, 33). Deus é o Senhor da paz (II Tes. III, 16). Os profetas anunciam Jesus Cristo como Príncipe da Paz (Is. IX, 6), e ele nasceu quando o templo de Jano foi encerrado em Roma, porque a paz reinava em todo o universo.

2. Os homens pacíficos gozam de uma protecção particular de Deus e recebem o cêntuplo de tudo o que sacrificaram pela paz.

«Bem-aventurados os pacíficos, diz Jesus, porque êles serão chamados filhos de Deus» (S. Mat. V, 9). Os saltadores não atacaram a Abraão; mas a Lot, o egoísta. S. Francisco de Sales e S. Inácio de Loiola foram preservados de numerosos acidentes por causa do seu carácter pacífico. — Deus restituir-nos-á o cêntuplo do que houvermos sacrificado pela paz, porque Jesus promete recompensar a cem por um neste mundo e no outro o que houvermos feito por amor d'ele (S. Marc. X, 29). Consideremos quanto enriqueceu o pacífico Abraão. «Combarter-se mútuamente com ira, é sujeitar-se ao demónio» (S. Cris.).

3. Cada um deve, pois, fazer concessões para conservar a paz; deve mesmo evitar, tanto quanto possível, tudo o que poderia produzir descontentamento.

É necessário, por amor da paz, fazer algumas concessões, pois um bem tão precioso, como é a paz, merece que por êle façamos alguns sacrifícios. «Levai os fardos uns dos outros» (Gál. VI, 2). Muitos são pacíficos enquanto os deixam em paz e tudo caminha segundo os seus desejos, mas irritam-se à mais pequena contrariedade; são como as águas dormentes que não incomodam ninguém enquanto se lhes não toca, mas ao pri-

meiro movimento espalham um odor fétido (S. Alb. M.). — Deve-se **evitar** cuidadosamente **tudo o que possa conduzir à desunião**; deve-se sobretudo **evitar o contradizer** sem motivo grave. «Não discutais por coisas sem importância» (Santa Teresa). É preciso observar este preceito especial em *família*; ela tem a mesma sorte que a casa onde mora: se as pedras da abóbada se desunem, a casa vem abaixo e causa grandes estragos. Um navio cujas *tábuas* não estão bem ajustadas mete água por todos os lados e submerge-se; assim uma sociedade morre quando os seus membros não estão unidos pelos laços da caridade (S. Bern.). Os membros da família devem ser como os olhos: um não olha para cima nem para baixo nunca sem o outro (S. Vic. Fer.). Para altercar são precisos dois. Cala-te tu, e acabará a contenda.

Contudo não se pode omitir por amor da paz o que Deus manda fazer, nem *fazer o que Deus proíbe*.

É essa uma paz que desagrada a Deus; por isso Jesus Cristo disse: «Não julgueis que vim trazer a paz ao mundo: não vim trazer a paz, mas a espada» (S. Mat. X, 34). Não se pode ter paz com certa gente senão consentindo na sua maldade: é uma paz proibida (S. T. de Aq.). Contra êsses precisamos conseguir a paz, pelejando com a espada da verdade.

O contrário da mansidão: a *Ira*

1. É iracundo aquele que se enfastia com as coisas que lhe não agradam, e procura vingar-se.

O iracundo perde até o aspecto de homem e toma o de *fera* (S. Bas.). Contraí o rosto, revira os olhos, faz ranger os dentes, grita, escandece-se, dá pancadas com as mãos, bate com os pés, destrói os objectos que tem ao seu alcance, etc. Este tal deveria contemplar-se a um espelho. O iracundo *leva consigo a ira para toda a parte*. Parece-se com a serpente a qual sempre leva consigo o veneno; com uma arma carregada, que dispara logo que se lhe toca no gatilho; com um cão bravio, que se põe

a ladrar apenas o atiçam; com uma pederneira que lança a faísca assim que lhe dão com o fuzil; com uma pessoa muito doente, a qual não admite alimento algum forte; com uma praia arenosa, que se deixa arrebatar pelas ondas; e ainda com uma panela vazia, que, posta ao lume, se quebra imediatamente, o que não sucederia se estivesse cheia de água; assim como também se não quebraria a paciência se o homem estivesse cheio de graça (S. Boav.). Os iracundos costumam imputar aos outros a culpa da sua irritação; porém, a experiência mostra-nos que eles se irritam *ainda* quando sóis, por exemplo no trabalho. O zélo pela honra de Deus costuma chamar-se **ira santa**. Tal foi a que teve Cristo, quando expulsou os vendilhões do Templo (S. Jo. II), ou Moisés, quando ao descer do Monte viu a adoração do bezerro de ouro (Ex. XXXII). Era também esta a ira que Heli deveria ter experimentado contra os seus dois filhos (S. Gr. M.). Mas a ira santa não é *propriamente ira*; pois provém da caridade, e como a caridade é paciente, benigna, sem ódio, sem perturbação (S. Fr. de S.). Esta é lícita e louvável. «Irai-vos e não queirais pecar» (Ps. IV, 5). Só é pecaminosa a ira à qual vai unido o desejo da vingança pessoal (M. Lat.).

2. O homem iracundo causa dano à sua saúde, perde o uso da razão, torna-se odioso e corre o risco de perder a sua alma.

O homem iracundo é insensato; pune em si mesmo as faltas que outrem cometeu. — A ira **destrói a saúde** e abrevia a vida; nesses acessos a *bilis* derrama-se, espalha-se no sangue e envenena-o; por isso os homens irascíveis contraem muitas vezes a ictericia. São como a cal que entra em efervescência quando se lhe lança água em cima e logo cai em pó; como a abelha irritada que perde o ferrão assim que pica; como a cratera de um vulcão em actividade, que, quanto mais ele se enfurece, mais ela se esboroa e alarga. A ira sacode o corpo todo; «quando o homem está sob o império da ira, o coração palpita, o corpo trema, a língua paralisa-se, o rosto afogueia-se, os olhos flamejam, a boca expele gritos» (S. Greg. M.). Nem um leão, nem uma víbora revolveriam as entranhas do homem como a ira (S. Cris.); como o verme rói a raiz da árvore, assim a ira corrói o fio da vida;

«a inveja e a ira abreviam os dias» (Ecli. XXX, 26); os acessos de ira causaram muitas vezes *apoplexias mortais*. A história menciona muitos potentados que morreram dessa sorte. «Se a ira abala já de tal modo o corpo, que fará a alma» (S. Cris.). O homem irado **perde o uso da razão**. «Tôda a emoção violenta perturba a razão» (S. Fr. de S.). O espírito do homem iracundo é semelhante ao espelho das águas batido pelo vento: não podemos ver nêle a nossa imagem; a cólera perturba o espírito, como o fumo faz mal aos olhos (Arist.). O homem exaltado *acha tôdas as afrontas maiores do que são*; a ira é como um nevoeiro que aumenta os objectos (Plut.). Como a superfície da água agitada pelo vento faz parecer monstruosas as coisas mais belas, assim o homem irado acha mal até nas *palavras benévolas*: tem como que acessos de febre: já *não sabe o que faz* (S. Cris.); é como um homem embriagado (S. Cris.), como um louco, porque nada se parece tanto com a loucura como a ira (Cícero): por isso S. Francisco de Sales dizia falando de um homem irado: «Senhor, perdoai-lhe, ele não sabe o que faz». Quando a ira se apodera da razão, o homem torna-se *um irracional* (S. Bas.), assemelha-se a um possesso (S. Cris.). Um homem irado **deixar-se-á** portanto **arrastar a muitas injustiças**. «A ira do homem não faz o que é justo diante de Deus» (S. T. I, 20). O homem exaltado é como um *juiz cego de paixão*, que não pronuncia nunca uma sentença justa (S. Fr. de S.); como os *marinheiros*, que durante a tempestade lançam tudo ao mar e lamentam-se disso quando passada a tempestade (S. Cris.); como uma *torrente* devastadora ou uma *tromba de água* (S. Fr. de S.); é mesmo pior que um *animal feroz*, porque a ferocidade do leão desaparece quando encontra outro, e as aves de rapina não se atacam nem se dilaceram umas às outras (S. Boav.); o homem exaltado, ao contrário, volta o seu furor contra os seus semelhantes. É até pior que os *demónios*: estes são os autores de tôdas as discórdias, mas estão sempre unidos entre si; ao contrário, o homem, enfurece-se contra o seu irmão, e da ira provêm muitas feridas e assassinios, inimizades e demandas. — O homem exaltado **torna-se odioso aos seus semelhantes**; ninguém gosta das tempestades, nem dos furacões e menos ainda do homem irascível: desviam-se dele como de cão ruim e nunca *se podem travar laços de amizade* com ele. «Não queiras ser amigo do homem iracundo, nem andes com o homem furioso» (Prov. XXII,

24). Vê-se com prazer um príncipe que percorre os seus estados pacificamente, mas não agrada vê-lo marchar contra os seus vassalos à frente do exército: assim não se gosta de ver um homem que vem contra nós com a soldadesca da alma, com a ira e a irritação (S. Fr. de S.). Quando a razão se alia à ira, excita mais o temor que o amor (S. Fr. de S.); ora o homem deixa-se de boamente guiar pela razão, ao passo que se obstina quando o querem dominar com paixão (S. Fr. de S.). É mais fácil viver com um animal do que com um homem irado, porque o animal deixa-se domesticar e o homem exaltado não (S. Cris.). — O homem exaltado corre o risco de ser **eternamente condenado**, porque se priva da graça. «O espírito de Deus não habita onde mora a ira» (S. Cris.), porque ela rouba a paz do coração, expulsa também o Espírito Santo (S. Greg.), e Jesus declara: «todo o que se ira com seu irmão é réu no juízo» (S. Mat. V, 22); a ira mata o insensato (Job. V, 2). Se Deus prometeu o céu aos humildes e àqueles que são mansos não resta senão o inferno para os orgulhosos e exaltados. Assim como uma casa de madeira está sempre exposta a um incêndio, assim o homem exaltado está sempre ameaçado de perder a sua alma e de cair no inferno (S. Boav.); já neste mundo ele traz o inferno no coração, com uma inquietação contínua.

3. Para vencer a ira é necessário *não falar, nem proceder sob o império dumia emoção*, mas, sendo possível, recorrer imediatamente à oração. Se com a nossa ira ofendemos alguém, devemos *reparar a nossa falta imediatamente*.

Durante o acesso da ira não se deve falar, nem proceder, mas imitar os *marinheiros*, que durante a tempestade seguram o navio por meio de uma âncora e não continuam a viagem senão quando a tempestade passou. S. Francisco de Sales, interrogado sobre a maneira como tratava os homens exaltados, respondeu: «Fiz um pacto com à minha língua: ela não deve pronunciar nem uma palavra enquanto o meu coração referve» (1). «Seja cada

(1) Um filósofo pagão, Atenodoro, aconselhou ao imperador Augusto que recitasse, nos momentos de ira, as 24 letras do alfabeto grego. Outro pagão, de nome Clíniás, costumava entoar uma canção quando sentia os primeiros movimentos de ira.

um de vós tardo para falar e tardo para se irar» (S. T. I, 19); o silêncio, com efeito, é um acto de paciência, é por êle que se alcança a vitória. Logo que se restabeleça a paz de espírito, já se pode fazer o que convém. — A **oração** também dissipá a cólera. Quando nos sentimos irritados devemos imitar os Apóstolos, que, durante a tempestade, recorreram a Jesus Cristo; êle ordenará às vagas agitadas e elas serenarão (S. Fr. de S.). Os santos recomendam que se recite interiormente uma **Avé-Maria**, que expulsará o tentador, ou se diga: *Gloria Patri*, etc.; mas à oração deve-se recorrer imediatamente: pode-se apagar um incêndio ao começar, vergar uma árvore nova, curar uma doença que principia, e mais tarde já não é tão fácil. — Quando ofendemos alguém com um acto de vivacidade, é preciso **reparar** imediatamente a nossa falta com um acto de cortesia e humildade (S. Fr. de S.): «Que o sol se não ponha sobre a vossa ira» (Ef. IV, 26). Da ira nasce ordinariamente o ódio. Se uma pessoa se não reconcilia logo com aquêle a quem molestou com a sua ira, às vezes cria-se uma inimizade que dura anos. Consideremos a conduta de S. João Esmoler, Patriarca de Alexandria, que soube abrandar os ânimos mais irreconciliáveis. Ofendido uma vez pelo governador Nicetas, ao cair da tarde enviou-lhe um mensageiro a-fim-de lhe dizer: — «Nicetas, o sol está a pôr-se». O governador, compreendendo o sentido destas palavras, mandou imediatamente dar satisfação pela sua ofensa. Vale mais nunca se irritar que usar da ira com prudência e moderação (S. Fr. de S.); porque a ira assemelha-se à serpente, cujo corpo passa pela abertura por onde passou a cabeça: quando se deixou entrar é difícil expulsá-la (S. Fr. de S.).

4. A liberalidade

i. O homem é liberal ou generoso quando, por amor de Deus, está disposto a ajudar com os seus haveres os seus semelhantes que estão em necessidades.

Aquêle que vem em auxílio dos indigentes para receber louvores não tem a virtude da liberalidade, porque o não anima o amor de Deus. Até um pobre pode ser liberal, porque a generosidade não se avalia pelo valor da

dádiva, mas pela bondade do coração de quem a dá (S. Leão M.): a disposição do coração do bemfeitor torna a dádiva grande ou mesquinha (S. Ambr.). O homem generoso é como a terra que produz frutos para os outros (id.); é **muito semelhante** a Deus nosso pai, do qual se diz que êle é a misericórdia por excelência» (S. Cris.). Já o pagão Séneca dizia: «O que derrama benefícios é semelhante aos deuses». «Ser generoso para com os outros é em verdade imitar o Pai celeste» (S. Cipr.).

2. Com a liberalidade obtemos o perdão dos nossos pecados, a recompensa eterna e as bênçãos temporais; as nossas orações são prontamente atendidas e ganhamos a amizade dos nossos semelhantes⁽¹⁾.

Ama-se o homem generoso como se ama o sol, que alegra o coração com os seus raios luminosos. «Jesus Cristo sugeriu-nos o motivo mais poderoso para nos dedicarmos às obras de misericórdia, dizendo-nos que os benefícios feitos aos pobres são feitos a êle mesmo» (S. Cipr.).

O contrário da liberalidade: a avareza

1. Avarento é aquêle que procura com demasiada solicitude o dinheiro e os bens dêste mundo e se recusa a dar alguma coisa aos pobres.

Deve-se, sem dúvida, ser económico, isto é, fazer economias para o tempo da doença ou da velhice, e também para a família. Mas é **necessário não procurar com demasia** o dinheiro e os bens dêste mundo, isto é, não adquirir *mais* do que é *necessário* para si e para os seus. A avareza revela-se quando se não está nunca satisfeita, por mais haveres que se possuam; ela é como um *tonel sem fundo* que fica sempre vazio por mais água que lhe deitem; como o *lôbo* que tem sempre fome (S.

(1) Já tratámos de todas estas felizes consequências.

Greg. M.); como o fogo que tanto mais devora, quanto mais o alimentam (S. Tomás Moro); como o *inferno*, que a-pesar-de tudo o que devora, nunca diz: basta! (S. Agost.); como a *âncora* que está sempre aberta ainda que a água se entorne (S. Greg. M.). — Não se chama avarento únicamente àquele que se apodera dos bens alheios, mas também àquele que **conserva** com avidez o que é seu (S. Agost.). Aquêle que ama com *demasiado apêgo* o cabedal, que ajuntou, é *sórdido* e *mesquinho*, aquêle que recua diante das mínimas despesas é um *sovina*; é como o *cão* que guarda ciosamente a casa e repele com os seus latidos todos os que se aproximam. Encontram-se avarentos tanto entre *pobres* como entre os *ricos*; em muitos ricos encontra-se dinheiro e não avareza, e em muitos pobres há avareza e não há dinheiro (S. Agost.). — O avarento é um **ídolatra** (Ef. V, 5), cujo Deus é o dinheiro; é a êste ídolo que ele consagra todos os seus pensamentos, todos os seus desejos e os seus esforços, o suor do seu rosto, e até a sua alma e a sua eternidade (Tert.). Os anjos do céu encontram a sua felicidade na visão de Deus; o avarento faz consistir a sua felicidade em ver, palpar e contar o seu dinheiro; não o considera como um *meio* de assegurar a sua existência e adquirir a sua felicidade, mas como o próprio fim supremo; adora verdadeiramente o dinheiro, como os Israelitas que, ao sopé do Sinai, dançavam em torno do bezerro de ouro. Oh! terrível pecado que nos torna escravos das coisas criadas para nosso serviço! (S. Fr. de S.). Deves reinar sobre o dinheiro e não ser escravo dêle (Séneca). *Não considereis o dinheiro senão como um meio de fazer bem; o dinheiro não é verdadeiro tesouro senão quando serve para fazer bem.*

2. O avarento nunca está satisfeito, é vicioso, incrédulo, cruel para consigo mesmo e para com o próximo, e será um dia eternamente desgraçado.

A avareza é a **raiz de todos os males** (I Tim. VI, 10). O demónio esconde-se atrás das riquezas como a serpente detrás de uma sebe; assim que vos aproximais avidamente, a serpente infernal morde-vos com o seu veneno (S. Cris.). Aquêle que ajunta dinheiro e não dá

nada aos pobres, é como um *poço*, do qual se não tira água e que por isso espalha mau cheiro (S. Bas.). A riqueza assemelha-se a um *montão de estrume*, que tornaria os campos férteis se o espalhassem; ela não é verdadeiramente útil senão repartida pelos pobres (S. Boav.); é semelhante a um *animal feroz*, que se torna furioso quando o encerram num recinto escuro; o ouro, a riqueza brame e ruge mais forte que o leão, quando se tem encerrada (S. Cris.). Aquêles que querem enriquecer caem na tentação e nos *laços do demónio*, e em muitos desejos inúteis e nocivos, que sepultam os homens na ruína e na perdição (I Tim. VI, 9). O avarento **perde a paz do coração**, porque vive num *temor* contínuo de perder os seus bens. «Se as riquezas aumentam, acabrunham o seu possuidor; se diminuem, crucificam-no» (S. Bern.); assim como os *espinhos* causam dor, se se aparam na mão, assim o nosso coração sofre dolorosas picadas quando nos apegamos aos espinhos agudos das riquezas. A avareza é um tirano que não deixa repouso algum aos seus favoritos (S. Astério); ela é para o coração o que a *traça* é para a roupa: rói-o (S. Efrém). O *vinho encerrado no tonel* não pode matar a sede, o dinheiro guardado no cofre não extingue os desejos do avarento (Gem.). — O dinheiro faz cometer ao avarento **muitos pecados**, a sua alma está à venda (Ecli. X, 10). A avidez (de riquezas) enche os bosques de salteadores, as casas de ladrões, os mercados de fraudes, os tribunais de falsos juramentos, os olhos dos pobres de lágrimas, as prisões de criminosos e o inferno de condenados (S. Bas.). Por trinta dinheiros atraiçou *Judas* a seu Senhor e Mestre; e ver-se-á no juízo final quantas guerras a cupidiz ateou, quantos milhões de homens caíram nos campos da batalha vítimas dêste ídolo! — O avarento **perde a fé**. «O maior de todos os males que produz a avareza, é o desvario na fé» (S. Leão M.). Com os seus cuidados temporais o avarento nunca pensa na eternidade, porque não se pode servir ao mesmo tempo a Deus e às riquezas (S. Luc. XVI, 13). S. Cesário conta que um sacerdote procurava converter um rico negociante no leito da morte; depois de sérias exortações apresentou-lhe um crucifixo de prata. O moribundo olhou para ele comovido e o sacerdote sentia já uma viva alegria, quando o avarento exclamou: «Quanto pode valer essa cruz?» Todas as exortações do sacerdote haviam sido inúteis. — O avarento torna-se **cruel para si próprio**. Não con-

cede nada a si mesmo, e vive muitas vezes no meio das maiores privações; «não come quanto deseja, e vive na indigência» (Ecl. XIV, 9); assemelha-se aos bois que transportam os feixes na granja, mas que não comem senão palha (S. Agost.). Como o Tântalo da fábula que, no fundo do Tártaro, morria de sede no meio da água, assim ao avarento tudo lhe falta no meio das riquezas (Inoc. III). Com esta fome voluntária, a justiça de Deus vinga as lágrimas dos pobres no avarento (S. Ambr.), que muitas vezes cai também na miséria (1). — O avarento é cruel para com o próximo. Não tem nem compaixão daqueles que sofrem, nem piedade dos desgraçados aos quais não quere socorrer (Inoc. III). O seu coração é como uma bigorna que não amolece ainda que lhe batam continuamente com um martelo; com efeito, mesmo perante uma extrema necessidade do próximo nunca está disposto à piedade (S. Vic. Fer.); os seus sacos de dinheiro encerram a vida de muitos pobres, que facilmente podia sustentar com o seu supérfluo (S. Ambr.). O avarento não quere senão receber; como um cão dandado, que morde toda a gente, não quere tirar dos seus semelhantes senão lucro (S. Vic. Fer.); como o tubarão, que devora os outros peixes, êle arruina o seu próximo (Card. Hugo). O avarento ajunta para os outros, que esbanjarão os seus bens (Ecli. XIV, 4), como cervado que não é útil senão morto (S. Boav.); além disso é detestado. Um rei de Babilónia tinha uma torre cheia de ouro, prata e pedras preciosas; como se recusasse a reparti-las pelos seus soldados, estes encerraram-no na torre e disseram-lhe: «Sacia-te agora dêsses tesouros de que tão cioso foste» (Mehler, VI, 65). — Os avarentos serão condenados eternamente, segundo a sentença de Jesus Cristo no juízo final contra aqueles que estiverem à sua esquerda (S. Mat. XXV); não possuirão o reino de Deus (I Cor. VI, 10). «É mais fácil, diz o Salvador, passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino dos céus» (2) (S. Mat. XIX, 24). O avarento não tira absolutamente vantagem nenhuma das suas riquezas. Assim

(1) Um médico anunciou a um avarento a sua morte próxima; êste queimou logo todas as suas notas do banco, a-fim-de que depois da sua morte ninguém encontrasse dinheiro. Recobrou a saúde e foi obrigado a mendigar.

(2) Entre os pagãos o deus dos infernos e o deus do dinheiro tinham um nome idêntico Plutão e Pluto, como dando a entender que as riquezas levam ao inferno.

como as crianças correm todo o dia na rua atrás de coisas sem importância e entram à noite em casa sem nada útil, assim os avarentos correm todo o mundo, expõem-se a mil fadigas e perigos para ajuntarem dinheiro; depois chega a morte, leva-lhes tudo (S. Boav.) e não lhes deixa senão uma mortalha, um caixão de madeira, sete palmos de terra para fria sepultura, e herdeiros que se riem da sua sórdida economia (Ps. XC VIII, II). Todos os esforços do avarento se parecem com a *teia de aranha*, tecida à custa de muitas canseiras e destruída num momento (S. Boav.).

3. Para vencer seguramente a avareza é necessário cada um esforçar-se por *dar esmola*. É bom também meditar muitas vezes na *pobreza de Jesus Cristo* e na *fragilidade* dos bens d'este mundo.

Os vícios curam-se com os seus contrários, portanto a avareza com a **liberalidade**. O avarento deve por conseguinte obrigar-se a dar esmola (S. Fr. de S.). — «Quem pode curar a nossa avareza melhor que a **pobreza do Filho de Deus!**» (S. Agost.). Lembra-te, ó avarento, que o teu Senhor e teu Deus, descendido do céu à terra, não quis possuir as riquezas atrás das quais tu corres; que ele amava a pobreza e não escolheu para mãe uma rainha poderosa, mas uma pobre virgem; que não veio ao mundo num palácio, mas num estábulo; que não repousou num leito fôfo, mas numa miserável manjedoura; que não elegeu para mensageiros da sua palavra homens ilustres, mas pobres pescadores. E o que o Senhor de tôda a criação desprezou há-de procurá-lo uma miserável criatura com avidez? (Luis de Gr.). Lembrai-vos também que **na morte abandonareis** tudo o que possuirdes; não trouxemos nada connosco ao vir ao mundo e também nada levaremos (I Tim. VI, 7). A hora da morte deixareis tudo e os vossos bens cairão talvez nas mãos de herdeiros que os empregarão mal e atraírão assim a própria condenação eterna (S. Fr. de S.). Não se pode curar melhor a doença da avareza do que pensando cada dia na morte (S. Agost.). Em lugar de procurar o dinheiro procurai *antes as virtudes* (I Tim. VI, 11): porque os bens da terra não são as verdadeiras riquezas, mas sim as virtudes, que são os bens que os ladrões não podem desenterrar nem roubar, que a ferrugem e a traça não podem devorar (S. Bern.).

A riqueza passa, a virtude fica. Para que havemos de nos ocupar de um lucro passageiro? A vida eterna é que é preciso comprar (S. Faustino).

5. A temperança no beber e no comer

1. Ser temperante é não comer e não beber senão o necessário, e não ser sôfrego, nem esquisito nas refeições.

O homem temperante não faz uso de alimento e bebidas senão enquanto o exige a conservação da vida (S. T. de Aq.); considera o alimento como um remédio (S. Agost.). Já um sábio da antiguidade dizia: «Nós não vivemos para comer, mas comemos para viver». O temperante não come, portanto, até não poder mais e sentir-se doente; tem um tempo fixo para as suas refeições, come o que lhe servem (S. Luc. X, 8) e não se incomoda quando um prato não está preparado segundo todas as regras; a fome é o seu melhor cozinheiro (Sócrates). O que ele sobretudo procura são os pratos que não sejam prejudiciais à saúde e lhe dêem forças para o trabalho ⁽¹⁾.

2. A temperança aumenta a saúde, prolonga a vida, fortalece as faculdades intelectuais, conduz a muitas virtudes e à vida eterna.

A temperança é útil ao corpo e à alma e abre o caminho para muitas virtudes ⁽²⁾. *Sêde moderados no beber e no comer e chegareis a vélhos e raras serão as vosas doenças.* — Não se encontrará ninguém no céu que para lá não tenha aberto a entrada com a temperança, no beber e no comer (S. Cipr.). Um viajante anda mais facilmente sem bagagem inútil; também nós chegamos mais facilmente ao céu se das coisas dêste mundo não levamos para a viagem senão o que é necessário (S. Bern.).

(1) Estas considerações explicam por que é que certas pessoas podem comer muito e ser temperantes, ao passo que outras comem pouco e são intemperantes.

(2) Ver mais atrás a utilidade do jejum.

3. Chegamos facilmente à temperança meditando com diligência as *verdades* da nossa santa religião.

Há também um *manjar espiritual*; o que se afeiçoa a ele não apetecerá o corporal com tanta avidez. Lembremo-nos que as turbas que escutavam a palavra de Cristo se esqueciam de comer. O que enche a alma de *alimentos espirituais* não procurará ávidamente *alimentos corporais*: o amor dos bens celestes extinguirá poderosamente os desejos da carne (S. Greg. M.). «O homem, diz Jesus Cristo, não vive sómente do pão, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus» (S. Mat. IV, 4); levantemos pois os olhos para o céu, a fim de que a terra não nos engane com seus engodos (S. Cipr.); reflitamos em particular nas privações de tantos *pobres* e sobretudo naqueles a que Jesus Cristo se sujeitou. Há sobre a terra tantos pobres que se julgariam felizes se tivessem pão e água para aliviar a fome e a sede; como o Senhor é, portanto, generoso connosco, pois nos deu mais do que a elles! Que mal andarieis se abusásseis da sua generosidade únicamente para a satisfação da vossa gula! (L. de Gr.). Se aquelle que nutre os anjos só com a sua presença quis passar fome por vós, com mais razão deveis ser temperantes para vosso próprio interesse! (Id.).

Intemperança no beber e no comer (gula)

1. Ser intemperante (glutão) é comer e beber mais do que o necessário, e ser sôfrego e esquisito nas refeições.

O alimento não é mais do que um *remédio* para manter o corpo; não deve servir para satisfazer a gula (S. Agost.). A intemperança é, portanto, de várias espécies: **gula** ((o rico avarento), **embriaguez** (Baltasar), **voracidade** (pressa em saciar o apetite — Esaú diante do prato de lentilhas), **gulodice** (os judeus que no deserto suspiravam pelas viandas do Egípto (Ex. XVI, 3). A este último pecado se reduz o amor dos pratos esquisitos. O guloso e o bebedor são mais insensatos que os animais porque estes ordinariamente cessam de comer e beber

quando saciados, ao passo que o homem faz o contrário (S. Ces.). O glutão que se lança sobre os alimentos e não tem hora fixa para comer assemelha-se à *ave de rapina* que, levada pela sua sofreguidão, se precipita das alturas para cair sobre a presa que descobre. Oh! como o intemperante é insensatol Não alimenta senão os *vermes* que um dia o hão-de roer no túmulo. — A intemperança causa muitos males. Pensai que foi a gula que chamou a morte sobre todo o género humano (L. de Gr.).

2. O intemperante faz mal à sua saúde, enfraquece as faculdades do espírito, perde a honra e os haveres, cai em todos os vícios, tem ordinariamente um triste fim e condena-se por toda a eternidade.

A intemperança *destrói a saúde*. O excesso no comer e no beber faz adoecer o corpo e a alma. Muitos comem para morrer mais de-pressa (Leão XIII). Aquêle que oferece combate a um gigante sucumbe; o mesmo sucede ao estômago quando absorve demasiados alimentos; o forno cai em ruínas quando se encheu demais de carvão; o mesmo acontece ao corpo que se sobrecarrega de alimentos. Demasiada bebida arruina o corpo, como água demais estraga o moíño, como chuva demasiada devasta os campos. O corpo enfraquece com a intemperança, como com a febre (S. Cris.). *Doenças do estômago, perda do apetite, hidropisia, apoplexia*, tais são as consequências ordinárias da embriaguez. Muitos bebedores têm o *delirium tremens* e acabam numa casa de alienados; muitos morreram da sua intemperança (Ecli XXXVIII, 34), que tem feito morrer muita mais gente que a espada. Todo o excesso é prejudicial e a intemperança tem mesmo terríveis consequências para a *posteridade*. Os médicos declaram que cerca de metade das crianças idiotas vêm de pai alcoólico. — A intemperança **enfraquece as faculdades do espírito: obscurece a inteligência**, como a nuvem obscurece o sol (S. Nil.); torna os homens incapazes de elevar o espírito para Deus, como uma ave que comeu de mais não pode levantar vôo para o céu (S. Jo. Clím.). Os intemperantes são sempre imbecis, com o estômago sobrecarregado não gostam de se consagrar ao estudo. —

A intemperança enfraquece a vontade; por isso o intemperante não tem *nenhuma energia no momento da tentação* e cai no pecado mortal, como o navio sobrecarregado naufraga na tempestade (S. Cris.), como a ave voraz cai no laço, como o peixe morde no anzol (S. Boav.).

— O intemperante perde a **sua honra**. Noé, depois de ter bebido vinho, foi encontrado sem vestes na sua tenda (Gén. IX). O ebrio revolve-se muitas vezes na lama como um animal imundo; fala como um doido e torna-se o ludibrijo dos rapazes (S. Agost.); estes, entre os Lacedemónios, eram encarregados de lhes atirar imundícies.

— O intemperante perde **os seus haveres**: dissipá o dinheiro: num dia perde o dinheiro de uma semana (S. Ambr.); torna-se incapaz de trabalhar durante muitos dias. Um operário que se entrega às bebidas não se enriquece (Ecli. XIV, 1). — A intemperança **leva a todos os vícios**, sobretudo à *imoralidade*, e a uma completa *incredulidade*: a humidade favorece o desenvolvimento dos vermes, e o intemperante é como um pântano onde nascem serpentes, sanguessugas, sapos e vermes (S. Agost.). — Como de um pântano se levantam vapores deletérios, assim de um corpo muito bem nutrido nasce toda a casta de maus desejos. O intemperante profere sobretudo palavras ímpias e desonestas. O mosto, ao fermentar, faz trasbordar tudo do tonel, assim o vinho que fermenta no estômago expulsa tudo o que está no coração (L. de Gr.). — O intemperante perde o seu dinheiro no jôgo, injuria, mente, despreza em sua casa a *oração da noite* (resultado da indolência que o domina), a *oração da manhã* (porque tem dor de cabeça ou está mal disposto), não assiste ao Domingo aos *ofiícios divinos* (prefere estar no café ou dormir à vontade), é *avarento* (precisa de muito dinheiro para si), contrai dívidas e não as paga, vive em *discórdia* com a sua família (porque esta lhe exprobra a miséria que a devora), etc. A intemperança foi a causa do crime de Herodes — foi ela que fez degolar S. João Baptista — (S. Marc. VI); de Baltasar, que, na sua embriaguez, profanou os vasos sagrados do templo (Dan. V), do rico avarento, que recusou até um bocado de pão ao pobre Lázaro (S. Luc. XVI). Assim como o azeite alimenta o fogo, assim a intemperança alimenta a *impureza*; como não se pode apagar fogo com estôpa, nem uma chama com azeite, assim não se pode conservar a castidade se se é intemperante (S. Nilo); a *impureza* é inseparável da embriaguez (S. Jer.), e é necessário fugir de uma para não cair na

outra (S. Agost.). Sem a temperança no comer é impossível conservar a inocência (S. Cat. Sen.). — O intemperante cai numa completa incredulidade. Já não pensa no fim supremo da sua existência, parece-se com o *abutre* que não procura senão carnes corrompidas e não dá atenção a mais nada enquanto as está devorando. — O intemperante não entende nada das verdades da religião; o homem sensual não comprehende as coisas do espírito de Deus (I Cor. II, 14). — Os intemperantes, sobretudo os ebrios, **acabam mal e morrem muitas vezes de morte repentina**. Assim o Salvador faz-nos êste aviso: «Velai, pois, sobre vós, para que não suceda que os vossos corações se façam pesados com as demasias do comer e do beber e com os cuidados desta vida, e para que aquêle dia *vos não apanhe de repente*» (S. Luc. XXI, 34). Sim, verdadeiramente o provérbio tem razão: *Tal vida, tal morte*. Judit cortou a cabeça a Holofernes mergulhado em embriaguez (XIII); Baltasar, o dissoluto, foi assassinado durante a noite no leito por inimigos que haviam penetrado na cidade (Dan. V). Muitos bêbedos caem à água e afogam-se, morrem gelados na neve, caem das carruagens para baixo das rodas; muitos glutões morreram porque um pequenino ôsso se lhes atravessou na garganta. — A morte do intemperante é desgraçada, porque morre muitas vezes sem contrição e sem sacramentos, porque é raro que a enorme vermelhidão do vinho ou do alcool se transforme nas faces do bêbado em nobre rubor de vergonha. — Os impudicos muitas vezes convertem-se, os bebedores *raras vezes*; e quando se convertem, não é infelizmente senão por pouco tempo: não tardam a recair no vício, como uma multidão de sacerdotes podem atestar. — Os intemperantes serão **eternamente condenados**. O rico avarento foi sepultado nos infernos (S. Luc. XVI). Jesus Cristo exclama: «Ai de vós, os que estais fartos» (S. Luc. VI, 25) e S. Paulo acrescenta que os bebedores não entrarão no reino dos céus (I Cor. VI, 10) e que aquêle que semeia na sua carne, colherá da carne a corrupção (Gál. VI, 8): aquêle que é muito gordo não passará pela porta estreita do céu (S. Gre. Niss.). É necessário portanto pensar nas chamas do inferno para reprimir a violência da natureza (S. Jer.) e tomar a boa resolução de *orar antes e depois da refeição* (é o melhor remédio contra a gula), nunca escolher as porções, mas tomar a que nos é apresentada (remédio contra a gulodice recomendado por Jesus Cristo (S. Luc. X, 8) e em-

fim nunca comer nas refeições até aos *últimos limites do apetite* (remédio contra a voracidade). *Dize-me quanto comes, dir-te-ei o que tu és*, isto é; nas refeições se conhece o carácter do homem.

6. A castidade

1. Ser casto é preservar o espírito e o corpo de tudo o que ofende a inocência.

S. Estanislau Kostka († 1568), S. Luís Gonzaga e outros fugiam quando ouviam uma única palavra, por pouco que fosse, desonesta; muitos até preferiram perder os bens e a vida a perder a castidade; tais foram José no Egípto, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Ursula, Santa Agueda, etc. — A castidade é muito mais que perfeição humana (S. Cip. Jer.), é de *origem divina*: foi Deus que a trouxe do céu à terra (S. Ambr.). Aquêles que vivem inocentes são semelhantes ao lírio (Cant. II, 1), cuja branura o mais pequenino insecto mancha e desfeia, assim como a inocência se mancha com o mínimo pensamento impuro. Todo o contacto grosseiro tira ao lírio o seu brilho e o murcha: assim o inocente corre à perdição pondendo-se imprudentemente em contacto com o mundo exterior. O lírio cresce elevando-se directamente para o céu e as suas fôlhas são em forma de línguas; assim o homem inocente encontra-se no caminho do céu, mas deve saber refrear a língua. O lírio enche uma casa toda do seu perfume; assim o homem que vive na inocência edifica sobretudo aquêles que o rodeiam. A alma de um homem casto assemelha-se a uma água limpida: quando se lhe lança uma pedra, agita-se, mas sem se turvar (S. Vic. Ferrer).

Os homens que levam uma vida casta são semelhantes aos anjos e agradáveis a Deus.

Aquêles que levam uma vida casta são **anjos na carne** (S. Bas.). A castidade é uma virtude angélica, porque torna o homem semelhante aos anjos (S. Cris.). As almas castas formam uma família de anjos que Jesus Cristo colocou sobre a terra, a fim de que os anjos o louvem e adorem não só no céu, mas também aqui (S. Jer.);

sobrelevam aos próprios anjos, porque combatem na carne, o que os anjos não fazem (S. Cip.); são anjos de uma ordem superior, porque os anjos não têm de suportar lutas, ao passo que elas guardam a sua pureza angélica, a-pesar-das contínuas tentações do demónio (S. Bas.). Há contudo uma diferença entre o homem casto e um anjo, mas na felicidade e não na virtude; a pureza do anjo é mais feliz, a do homem é mais forte (S. Ambr.). A vida dos santos mostra que os anjos gostam de conversar com os homens castos: é uma prova de que êles os consideram seus semelhantes. «Os demónios, ao contrário, sabendo que pela castidade os homens se elevam à dignidade que êles perderam, esforçam-se por fazer nascer na alma imagens impuras» (S. Isid.). — Os homens que levam uma vida casta são **multo agradáveis a Deus**. As almas puras eram as que Jesus mais amava: escolheu para sua mãe *a mais pura das virgens*, ao *casto* José para seu pai nutrício, para precursor a S. João Baptista *já santificado antes de nascer*, para seu apóstolo predilecção a S. João a quem na última ceia deixou repousar sobre o seu peito; quis ter duas almas puras ao pé da cruz. A sua grande afeição às crianças provinha da pureza delas. «Aquêle que ama a pureza do coração terá como amigo o rei do céu» (Prov. XII, 11). Deus chama à alma casta sua irmã, sua bem-amada, sua espôsa (Cant. IV, 6, 8); as virgens têm por *espôso* o rei dos anjos (S. Ambr.). Toda a alma casta é uma *rainha*, porque está unida a Deus, rei dos reis (S. Ambr.). A virgindade encantou tanto o Filho de Deus que quis nascer de uma Virgem e viveu sempre virgem (S. Jer.). — Os homens castos gozam de uma **estima particular junto dos seus semelhantes**; já os *pagãos* os tinham em muita consideração. Sabe-se de que honras os Romanos rodeavam as Vestais, que durante os trinta anos do seu serviço deviam guardar a virgindade; quando passavam nas ruas prestavam-se-lhes honras públicas e se encontravam um criminoso a caminho do cidadafalso era imediatamente posto em liberdade. «Vêde, dizia Santo Ambrósio, os pagãos recompensavam as suas donzelas que preferiam ao matrimónio a castidade e a virgindade, e, entre nós, cristãos, ousaríamos olhar com desprêzo a virgem que por inspiração divina não se casasse!» (S. Ambr.). Oh! como é bela uma geração casta e gloriosa! porque a sua memória é imortal e ela é ilustre diante de Deus e dos homens (Sab. IV, 1).

2. Aquêles que levam uma vida casta têm um conhecimento mais perfeito de Deus, uma vontade enérgica, uma grande paz de alma e recebem no céu uma recompensa particular.

A pureza do coração é a saúde do espírito (S. Bern.). As pessoas castas têm a **inteligência muito esclarecida**; principalmente claro conhecimento de Deus. A elas se referem as palavras de Cristo: «Bem-aventurados os limpos de coração porque eles verão a Deus» (S. Mat. V, 8). Assemelham-se ao *cristal* límpido, que o sol atravessa todo com os seus raios (M. Lat.), a uma *onda* pura e tranquila na qual êle se reflecte. A pureza de coração, a beleza interior e a liberdade do anjo produzem os sábios, os mestres, os homens cultos, os filósofos, os teólogos, os enciclopédistas (S. Agost.); a castidade torna-nos capazes de fixar constantemente olhares puros no *sol* de justiça (S. Isid.). Foi a sua grande pureza que tornou S. João Evangelista capaz de penetrar os mistérios da religião; desde o princípio do seu Evangelho, êle eleva-se como uma águia ao seio da divindade. — É a castidade que dá às almas **uma coragem heróica** (S. Ambr.). A tímida Judit mostrou por ocasião do cerco de Berúlia uma coragem tão heróica que chegou a ir ela mesma ao campo inimigo cortar a cabeça a Holofernes. «Tu procedeste virilmente, diz falando dela a Sagrada Escritura, porque amaste a castidade» (XV, 11). Os homens castos chegam assim *rapidamente a todas as virtudes*; a côr branca é composta de todas as outras côres, assim a castidade é o fundamento de todas as virtudes (S. Boav.). — Uma vida casta obtém já a **felicidade neste mundo**; traz consigo um encanto e uma *doçura* indescritíveis; causa um prazer mais suave que todos os prazeres da carne (S. Isid.). A castidade é também a saúde do corpo (S. Isid.); comunica já neste mundo a glória da ressurreição (id.); é uma figura da eterna incorruptibilidade dos corpos (S. Agost.) e espalha uma graça encantadora por todo o corpo do homem (S. Ef.). Em geral os homens que vivem na inocência têm uma côr *viva*, sinal de saúde, e atingem uma idade avançada; se por exceção morrem prematuramente, é que Deus na sua Sabedoria retira-os do mundo, a-fim-de que a malícia dos pecadores no meio dos quais viviam não

lhes perverteresse a inteligência (Sab. IV, 11), e porque aquél que viveu bem viveu bastante. — Aquéllos que levam uma vida casta receberão um dia **no céu uma recompensa particular**. As almas virgens estarão muito perto de Deus no cortejo do Cordeiro, que elas seguirão para onde quer que élé fôr, cantando um cântico que os outros santos não poderão cantar (Apoc. XIV, 1-5). Deus coroará no céu as almas castas (Cant. IV, 8), isto é, dar-lhes-á, de preferência aos outros santos, uma glória particular: «a geração casta triunfa eternamente, levando a coroa da vitória» (Sab. IV, 2). As almas virgens terão no céu a sua parte com a SS. Virgem (S. Cip. J.) e já sobre a terra Deus as favorece muitas vezes com *revelações* especiais: «são como os secretários de Deus, que lhes revela seus mistérios» (S. T. de Vil.). Como vivem em comunicação com Deus, o seu estado chama-se freqüentemente desposório com Deus, ou núpcias espirituais. Deus mostra-se também sempre disposto a atender as suas *orações*: Ester obteve tudo do seu real espôso, porque lhe era fielmente dedicada; assim o Espôso celeste deferirá às almas castas todos os pedidos que lhe dirigirem.

3. Todo o cristão é estrictamente obrigado a guardar castidade até contrair matrimónio.

É o escopo do 6.^o mandamento. Entre os Hebreus era apedrejada a mulher que houvesse perdido a virgindade antes de casar (Deut. XXII, 21) e entre os Romanos as Vestais que violavam o voto eram enterradas vivas, tanto estes povos honravam e protegiam a castidade.

4. Para conservar a castidade deve o cristão empregar os **meios** seguintes: Exercitarse em se vencer a si próprio, observar a temperança no comer e no beber, freqüentar os Sacramentos, invocar a Mãe de Deus, meditar nas verdades da religião, sobretudo na presença de Deus e nos novíssimos. É necessário também evitar quanto possível a dança, o teatro, a intimidade com pessoas de sexo diferente.

De todas as lutas do cristão aquela que se sustenta para guardar a castidade é a mais custosa (S. Agost.).

Os gregos tinham entre os seus deuses uma virgem chamada *Minerva*, que representavam revestida de uma armadura guerreira, com capacete, escudo e lança; queriam com isto fazer ver que a castidade não se pode conservar senão com um combate violento (S. Jer.). Os doutores da Igreja chamam à castidade *um martírio*; é um martírio incruento, sob certos pontos de vista, é ainda maior que o martírio cruento, porque êste não dura senão alguns instantes e chega-se imediatamente à glória do céu; ao passo que para conservar a castidade ocorre uma luta contínua que dura toda a vida (1). É necessário combater sobretudo a *intemperança da língua e a curiosidade dos olhares*; é difícil considerar casta uma pessoa faladora ou curiosa: está em muito perigo (S. Agost.). A morte entra na alma pelas janelas dos olhos (Jer. IX, 21); mas o leão perde a sua ferocidade e torna-se tímido quando lhe vendam os olhos (Plínio) e da mesma sorte são reprimidos os maus desejos quando se vigia sobre os próprios olhares. — O **jejum** ajuda também a manter a castidade. Toma-se mais facilmente uma *fortaleza* quando se lhe cortam os víveres; a carne rebelde (recalcitrante) doma-se mais facilmente quando a privam de alimentos (S. Boav.). Pela intemperança perde-se a inocência do baptismo, como Esaú perdeu o seu direito de primogenitura (S. Efr.); a impureza encontra-se em toda a parte onde reina a intemperança (S. Ambr.). O Etna e o Vesúvio, que vomitam chamas, não têm tanto furor como o sangue dos jovens escandecido pelo vinho e por uma alimentação supérflua (S. Jer.). Não vos embriagueis com vinho, porque no vinho reside a luxúria (Ef. V, 18), e a má concupiscência alimenta-se nos banquetes (S. Ambr.). — Por meio dos **sacramentos** e da **oração** obtém-se a *graça de Deus*, sem a qual ninguém se pode dominar. «É uma ilusão cuidar alguém que pode vencer por suas próprias fôrças a sensualidade e conservar a castidade; é a misericórdia de Deus que deve extinguir a chama ardente da natureza» (S. Cris.). Não podemos ser continentes se Deus nos não concede que o sejamos (Sab. VIII, 21). A castidade é como a neve: vem do alto. Pela confissão e pela sagrada comunhão o homem adquire *energia de vontade* e fica assim isento do pecado (2). O SS. Sacramento do altar é o pão dos eleitos e o vinho que

(1) Sobre o domínio de si mesmo (a renúncia) ver os meios de perfeição.

(2) Ver os efeitos destes sacramentos.

faz germinar as virgens (as almas puras) (Zac. IX, 17). O vinho da terra faz mal à castidade; mas o vinho celeste, o santíssimo sacramento, conserva a castidade (S. Afonso). Entre tódas as orações tem particular eficácia para êste fim a oração à Mãe de Deus. Oh, quantos jovens se têm conservado puros como anjos, por meio da devoção a Maria Santíssima (id.) (1). — A **meditação das verdades da religião** destrói o atractivo dos prazeres sensuais. «Vivei segundo o espírito e não obtemperareis aos desejos da carne» (Gál. V, 16); logo que experimentais um santo prazer em pensar em Deus, tudo o mais já não terá para vós valor algum, porque todo aquêle que experimentou os prazeres espirituais já não tem senão repugnância pelos carnais (S. Alb. M.), e sobretudo quem reflecte que Deus está em *tôda a parte e tudo* vê nunca fará o que lhe desagrada (S. Jer.), como José (Gén. XXXIX) e Susana (Dan. XIII, 25). Não vos deixais seduzir pelo pretexto de que o vosso pecado é oculto: Deus está presente em *tôda a parte*; nada é oculto para êle, nada lhe passa despercebido (S. Ambr.). Em tódas as vossas obras, lembrai-vos dos *vossos novíssimos* e nunca pecareis (Ecli. VII, 40); quando o fogo da impureza começa a lavrar em vossos membros, apagai-o pensando no fogo eterno (S. P. Damião). S. Martiniano, solitário da Palestina, punha os pés no fogo quando era tentado; a dor fazia-o exclamar: «se não posso suportar um fogo tão fraco, como poderei suportar o do inferno?» Onde há temor de Deus há também castidade; mas em vão procurareis castidade onde não há temor de Deus (S. Cris.). — Acerca da **dança** e do **teatro** não repetiremos aqui o que já dissemos mais atrás, tratando da ocasião do pecado (2). A dança é uma das principais causas da *vaidade*, e a vaidade é a melhor preparação para sentimentos pecaminosos (S. Fr. de S.). Há o costume de organizar danças *durante a noite*, como se se quisesse indicar que nessa ocasião o mal e as trevas entram na alma (S. Fr. de S.). As danças são os *esquifes da inocência* e o túmulo do pudor (S. Ambr.), celebra-se ne-

(1) Segneri, pregador italiano, conta que um sacerdote tinha recomendado no confessionário a um monge depravado que recitasse tódas as manhãs 3 Ave-Marias em honra da pureza da SS. Virgem; volvidos alguns anos voltou o pecador e declarou-lhe que devia a sua completa conversão à oração cujo hábito contraira.

(2) Ver página 407 desta segunda parte.

las a festa do demónio (S. Efr.); são círculos dos quais o demónio é o centro S. C. Borr.), e é preciso ser-se anjo para não sucumbir. A maior parte das *peças teatrais* hoje são *imorais*; um espectáculo moralmente puro será representado em nossos dias diante de plateias desertas. O teatro moraliza durante um instante e seduz durante anos. Evitai igualmente certos gabinetes de *figuras de cera*, certas barracas e os *espectáculos de feira* que parecem feitos expressamente para seduzir e desmoralizar as crianças e os jovens. — O *trato demasiado livre* entre pessoas de sexo diferente é igualmente nocivo à castidade, «como é perigoso aproximar a palha do fogo» (S. Vic. Ferr.). Bem se diz: «Esta pessoa é muito honesta!» mas S. Jordão replicava a alguém que assim falava: «Vede, o caminho é bom, a chuva também, e contudo quando ela cai sobre o caminho produz lama». — Na verdade, os pretensos *conhecimentos* são a agonia de uma castidade moribunda (S. Jer.). Amai o *retiro no seio da família*; não quereis que a luz se apague? deixai-a na lanterna; quereis permanecer casto? não façais *demasiadas visitas* (S. T. de Aq.).

A impureza

1. Impudico é aquêle que em seus pensamentos, palavras e obras ofende a pureza.

Ao passo que o homem casto se assemelha ao lírio, o impudico assemelha-se a uma *moita de silvas* onde nos ferimos. Foi para expiar o crime da impureza que Jesus Cristo se submeteu aos tormentos da flagelação e da coroação de espinhos.

O impudico assemelha-se ao irracional; nêle a imagem de Deus está horrivelmente desfigurada; desagrada a Deus e os homens o desprezam.

A luxúria faz do homem um **Irracional** (S. Bern.); já os pagãos o reconheciaram. O filósofo Diógenes foi uma vez, em pleno dia, à praça pública de Atenas, com uma lanterna na mão, como se procurasse alguma coisa. «Que procuras?» — lhe perguntaram. — «Procuro um homem.» — «Mas não vês que há muitos aqui?» — «Estes não são

homens, respondeu, mas animais, porque se deixam guiar, como êles, pelos seus instintos bestiais.» O impudico assemelha-se ao animal imundo que, entre um leito de rosas e um charco de lama, escolhe a lama para se revolver; êle prefere os prazeres pecaminosos à felicidade do paraíso (S. Berd.); é a êle que se aplicam as palavras da Escritura: «O homem, quando estava na honra, não o entendeu, foi comparado aos brutos irracionais». Submeter-se de modo desordenado a ínfimas criaturas e adorá-las como seu Deus, é uma desonra para o homem que foi elevado a uma dignidade sublime, e que a incarnação de Jesus Cristo tanto aproximou de Deus (S. T. de Aq.). — O impudico já não é como a imagem de Deus. Pelo pecado impuro o homem mancha a imagem de Deus que tem em si; ofende a Deus, como a mim me ofendem quando cospem no meu retrato ou me sujam (S. Agost.); procede como aquêle que lança um crucifixo a um esgôto, porque lança na cloaca do pecado a imagem da divindade que tem em si (S. Vic. Fer.). Porque êste pecado é o que mais mancha o homem, por isso lhe chamam por excelência «impureza.» — O impudico desagrada extremamente a Deus. Quando nos primeiros tempos do mundo o homem caíu em diferentes crimes e mesmo na idolatria, Deus suportou-o com paciência; mas quando se entregou ao vício da impureza, Deus teve tal desgôsto que se arrependeu de o haver criado (Gén. VI, 6). O impudico, a-pesar do seu trajo elegante e dos seus perfumes, exala diante de Deus um odor mais infecto do que as *carnes podres* (S. Af.); para Deus, para os Anjos e para os homens cheira à infecção (S. João Cap.); e S. Filipe tinha, segundo se diz, recebido de Deus o privilégio de reconhecer as almas puras pelo seu perfume, e os impudicos pelo seu fedor. E ao impudico que se referem estas palavras das Lamentações de Jeremias: «Como se obscureceu o ouro? como se mudou a sua cor tão bela? Como é que os filhos de Sião, outrora tão brilhantes e cobertos do mais puro ouro, foram vasos de terra?... Aquêles que se alimentavam das viandas mais esquisitas estendem as mãos para apanhar imundícies» (Lam. IV). — Os impudicos são considerados gente sem honra; são calcados aos pés como a lama das ruas (Ecli. IX, 10). Com efeito torna-se a impureza ordinariamente pública; ela ama a solidão e esconde-se, mas é como um fogo que lava e se descobre pelo fumo e por um cheiro (S. Vic. Fer.).

2. Os impudicos caem em inumeráveis vícios e loucuras, chamam sobre si severos castigos de Deus e a condenação eterna.

A impureza é o anzol com que o demónio arrasta para o abismo aqueles que abocam esta isca (S. Bas.); o seu fim é mais amargo que o absinto e mais cortante que uma espada de dois gumes (Prov. V, 4), os seus frutos são mais amargos que o fel (S. Jer.). O *pecado que te promete prazer é um veneno adoçado com mel: não te fies nêle.* — O impudico é abandonado do Espírito Santo, a sua **inteligência** está portanto inteiramente **obscurecida**; torna-se um bruto e já não tem inteligência nem aquela luz do espírito que o distingua do animal (S. Bern.); é como o cavalo e o macho que *não têm inteligência* (Ps. XXXI, 9); tem diante dos olhos uma nuvem espessa e não vê o abismo do inferno (Cor. II, 14). Por este pecado Salomão perdeu a sabedoria e tornou-se tão *ímpio* que adorou até os ídolos das suas mulheres pagãs (III Reis, XI). — Os impudicos vestem às vezes como loucos. — A **vontade** do impudico está **enfraquecida**. O impudico é como um homem agrilhoado não por mão estranha, mas por laços de ferro que ele mesmo a si pôs, por isso a sua conversão é muito difícil (S. Agost.). A impureza é um vício de que *não é fácil livrar-se* (S. T. de Aq.); é uma rede do demónio da qual os homens, uma vez apanhados, não podem sair (L. de Gr.). Por isso o impudico *cai facilmente em todos os outros pecados*: ciúme, inveja, ódio, crueldade, homicídio, prodigalidade, sacrilégio, desesperação, etc. Vê-se na história de Henrique VIII, rei de Inglaterra, até a que excessos este pecado pode conduzir; ele que merecera nome de *defensor da fé*, apostatou da fé católica e introduziu na Inglaterra uma nova heresia, saqueou os conventos, mandou matar mais de 25 bispos, 500 sacerdotes e religiosos e muitas outras pessoas. — **Castigos severos** ferem o impudico. Perde, primeiramente, a **paz da alma**: é a ele que se dirige o grito de S. Crisóstomo: «Ó desgraçado homem, como és digno de lástima! Podes tu contar em toda a tua vida uma hora tranquila?» «A impudicia causa uma sede ardente (uma consciência inquieta) que faz perecer» (Corn. a Lap.). O impudico perde também a saúde **corporal**. Qualquer outro pecado é es-

tranho ao corpo: o impudico peca contra o seu próprio corpo (I Cor. VI, 18), isto é, a impureza mancha o corpo mais que qualquer outro pecado, porque o reduz a uma vergonhosa escravidão. Por isso este pecado chama *sobre o corpo castigos especiais*; a beleza do corpo do homem, ainda do mais gracioso, não durará muito tempo, se a sua alma se mancha com o pecado (S. Efr.); a impureza corrói a flor da juventude e traz uma velhice prematura (L. de Gr.). Visitai os hospitais e as casas de alienados, e ficareis aterrados perante as consequências dêste pecado. — O impudico sofre além disso **castigos extraordinários**. O dilúvio foi um castigo da impudicícia (Gén. VII, 7). Sodoma e Gomorra foram, em castigo dêste pecado, destruídas por uma chuva de fogo e de enxofre (Gén. XVIII, 20). Deus já não faz morrer hoje os impudicos por uma chuva de fogo mas reserva aos pecadores um fogo infinitamente mais terrível, uma pena infinitamente mais dolorosa (S. Cris.). — Os impudicos **não possuirão o reino de Deus** (I Cor. VI, 9), não têm parte no reino de Jesus Cristo (Ef. V, 5), porque coisa alguma manchada entrará no reino dos céus (Apoc. XXI, 27); a alma do impudico será arrancada do número dos vivos (Ecli. XIX, 3) e se viveis segundo a carne, morreis (Rom. VIII, 13). O prazer dura um instante, a pena eternamente (S. Ambr.). S. Afonso pensa que a maior parte dos condenados o terão sido por causa dêste pecado.

3. O melhor meio de combater o pecado da impureza é a fuga.

Assim fez José no Egipto (Gén. XXXIX); mas há ainda outros meios, como a freqüência dos sacramentos, a devoção à SS. Virgem, etc.; contudo o meio mais excelente é fugir das tentações (S. Af.). S. Paulo (I Cor. VI, 18) diz que se deve resistir a todos os vícios; mas com relação à impureza diz que se deve fugir dela (S. Agost.). Na luta contra os sentidos são os *medrosos* e os *tímidos*, isto é, aquêles que fogem, os que ganham a vitória (S. Fil. Néri). Não é vergonha fugir, para ganhar a palma da castidade (S. Agost.).

7. O zêlo pelo bem

1. Ter zêlo pelo bem é trabalhar seriamente pela nossa própria santificação.

Este zêlo, para ter valor, deve proceder do *amor de Deus*; deve além disso ser *razoável*, alias é mais nocivo que útil (S. Fr. de S.). O zêlo indiscreto é o do homem que, para limpar o seu campo, arranca o trigo e a cizânia (S. Mat. XIII, 39). *Um zêlo cego não faz senão mal.* Se a esperança de uma glória terrena impeliu Alexandre Magno para emprêsas grandiosas, que não devemos nós fazer, nós que temos em perspectiva a glória eterna? (Corn. a Lap.). Se tantos cuidados se empregam para prolongar um pouco a vida, quanto maior solicitude se não deve empenhar para viver eternamente (S. Agost.). Devemos servir a Deus em cada dia, como se este dia fosse o da nossa entrada ao seu serviço (S. Antão). Devemos assemelhar-nos aos comerciantes, que não se contentam nunca com a fortuna que têm, mas aspiram incessantemente a novas riquezas (S. Bern.); aos viajantes prudentes, que não olham para o caminho já percorrido, mas para o que lhes falta andar, porque o primeiro de nada lhes serve, se não chegam ao termo da sua viagem (S. Greg. M.). Aquêle que tem zêlo pelo bem aproveita, tanto quanto pode, *as fontes de graça que lhe oferece a Igreja*. Como um activo jardineiro, que, para embelezar o seu jardim, emprega todos os meios — adubos, sementes escolhidas, regas com critério, etc., assim o cristão zeloso emprega todos os meios de santificação: entrega-se à oração, recebe com freqüência os sacramentos da penitência e da eucaristia, assiste muitas vezes às práticas, dá-se a piedosas leituras, etc., aproveita todas as ocasiões, que se apresentam, *de fazer uma boa obra*. Não deixa nunca partir um pobre sem lhe dar uma esmola, observa exactamente os jejuns prescritos pela Igreja, aproveita todos os momentos livres para se dar à oração, e gosta de fazer sacrifícios pelo amor de Deus. Sente-se feliz quando o metem a ridículo ou o perseguem por causa da sua fé, alegra-se no meio dos sofrimentos que Deus lhe envia, sacrifica tudo para não ser obrigado a cometer um pecado; está até, se for necessário, pronto para morrer por Jesus Cristo. Aquêle que é zeloso do bem faz também sérios esforços para salvar as almas dos seus semelhantes; preserva do

pecado os seus subordinados, os seus amigos, os membros da sua família, instrui-os e ora por êles; ora mesmo por aquêles que lhe são totalmente estranhos ou desconhecidos, pelos infieis, hereges e pecadores: os santos, a êste respeito, têm uma acção muito fecunda. O zélo assemelha-se ao fogo que inflama primeiro o que está perto, depois estende-se ao longe.

2. O zélo pelo bem é absolutamente necessário para chegar à felicidade eterna, porque o reino dos céus sofre violência.

Jesus deu-nos repetidas vezes a entender que temos de trabalhar muito para alcançar a bem-aventurança. «Não é aquele que me diz: Senhor, Senhor! — diz Ele — o que entrará no reino dos céus» (S. Mat. VII, 21); «o reino dos céus sofre violência e só os que fazem violência o conquistam» (id. XI, 12). Só é premiado na arena quem corre valentemente (I Cor. IX, 24). Não imaginemos, portanto, que nos salvaremos sem esforços! A felicidade eterna chama-se *reino*, cidade de Deus, paraíso de delícias, coroa; ora tôdas estas coisas não se adquirem, senão à custa de grandes esforços ou de consideráveis somas de dinheiro. Só recebem *grandes ordenados* aquêles que durante longos anos estudaram com aplicação. Contudo o reino dos céus é ainda muito mais barato: paga-se sempre por menos do que vale (S. Antônio). — De mais, *sem zélo*, não podemos **realizar nenhum bem**; Deus permite, com efeito, que cada boa obra encontre obstáculos, muitas vezes da parte do demónio; a virtude *portanto* não pode adquirir-se sem combate — (*sem zélo*). «Não fareis progressos na perfeição, senão enquanto houverdes feito violência a vós mesmos» (T. K.). As nossas mesmas orações não são atendidas senão enquanto oramos com perseverança, com zélo, a-pesar-de todos os obstáculos; temos a prova na oração do cego no caminho de Jericó (S. Luc. XVIII, 35) e nas de Santa Mónica. Reflitamos também que, mesmo neste mundo, sem diligência nenhuma coisa se pode levar a cabo. Todos os homens que alcançaram celebridade, foram de uma actividade extraordinária. O imperador Napoleão, um dos maiores guerreiros que tem havido, passava as noites de vigia para receber importantes relatórios e dar ordens, e pouco descanso dava a si mesmo. Quanto mais fervorosos não devemos ser

nós para alcançar a bem-aventurança! Os que semeiam com lágrimas, ceifarão com júbilo (Ps. CXXV, 5). Sem diligência não há prémio.

O contrário do zélo: a preguiça

1. Ser preguiçoso é recuar diante de qualquer esforço que contribua para o nosso bem temporal ou eterno.

A preguiça manifesta-se como **ociosidade**, horror ao trabalho, quando se não querer fazer nada, ou se não querer cumprir os próprios deveres de estado; como **tíbleza no bem**, quando se não querer fazer nada pela salvação da alma. O preguiçoso é como um homem que tem *mau estômago*: sente repugnância pelo bem, como éle por todos os alimentos (S. Vic. Ferrer): é como um homem *dorminhoco*, que não acorda senão quando lhe tiram a almofada (S. Boav.). Encontra-se em tôda a natureza a actividade e a vida: os exércitos angélicos cantam sem cessar os louvores do Senhor; os corpos celestes giram constantemente no espaço; as plantas e as árvores crescem continuamente até feneçarem; as formigas ajuntam no verão provisões para o inverno; as abelhas fazem seus favos e dão morte aos zangões — e o homem havia de estar inactivo quando tôdas as criaturas, por seu instinto natural, têm uma antipatia evidente à ociosidade! (L. de Gr.). Olha para a formiga, preguiçoso, e aprende a sabedoria! (Prov. VI, 6). O preguiçoso *deixa para mais tarde o seu trabalho e não procura senão os prazeres sensuais; «amanhã, amanhã! hoje não!»* dizem os preguiçosos. O preguiçoso querer e não querer; quereria possuir, mas sem fazer nada, as recompensas que Deus promete: recua desde que se trate de fazer violência a si próprio (S. Beda); para abrir as portas ao demónio expõe a mil riscos os seus haveres, a honra, a saúde, etc.; mas para Deus nada faz (Diez); a-pesar-disso, imagina que faz muito mais bem que os outros. Ao passo que as almas piedosas consideram nos outros o que há de melhor para se humilharem, o preguiçoso não olha nunca às boas qualidades do próximo, mas para as suas próprias pretensas virtudes (S. Greg. M.), como o estudante que se compara aos mais cábulas e aos de pior conduta, mas nunca aos melhores. Assim os preguiçosos *nunca chegam à perfeição*. «Vimos grandes peca-

dores chegarem à perfeição; mas cristãos tibios, nunca» (S. Cass.).

2. A preguiça leva a todos os vícios, à miséria neste mundo e à condenação eterna.

A *ociosidade* é a mãe de todos os vícios, porque ensina muita maldade (Ecli. XXXIII, 29), é a mestra de todos os vícios (S. Bas.). Como um tonel vazio que pode receber toda a espécie de líquidos, o preguiçoso é acessível a todos os vícios; como o solo produzirá mil ervas más se não se semeia nêle boa semente, assim o homem, que, mau grado seu, está continuamente em actividade, entregar-se-á a ocupações pecaminosas, se não se consagrar a coisas úteis (S. Cris.). O ferro enferruja-se quando se não usa; o ar corrompe-se e gera doenças quando fica por muito tempo sem ser agitado; uma água que não tem corrente torna-se fétida e produz toda a sorte de insectos; assim o corpo que se corrompe pela preguiça torna-se sede de todas as más inclinações (S. Bern.). O preguiçoso está sujeito a mil tentações; um homem ocupado não é tentado senão por um demónio; o preguiçoso tem cem à roda dêle (S. Ces.). Um pássaro está em segurança enquanto voa; podem matá-lo logo que poisa ou descansa: assim sucede ao homem que descura o seu trabalho (S. T. Vil.). A preguiça destrói toda a virtude e aniquila todo o bem (S. Clem.); é um tronco de árvore sem fôrmas e sem frutos (S. T. Vil.). — A preguiça conduz à **miséria neste mundo**: faz cair na pobreza (Prov. VI, 11), é a mãe da indigência, a raiz da desesperação (S. Cris.). Vemos por toda a parte na natureza que a preguiça arrasta consigo funestas conseqüências. A água parada corrompe-se, o ar não renovado torna-se doentio, o corpo morre quando o sangue deixa de circular. Da mesma forma o preguiçoso cai na miséria e vive aborrecido. — A preguiça leva à **condenação eterna**. O preguiçoso, com efeito, não faz o bem e é como se praticasse um grande mal. Um servo pode não roubar seu amo, não se embriagar, não ser grosseiro: se é preguiçoso, seu amo o despedirá, sem embargo, do serviço e recusar-lhe-á a soldada: Deus faz o mesmo (S. Cris.). Toda a árvore que não dá bons frutos será cortada e lançada ao fogo (S. Mat. VII, 19); e o servo que não faz render o único talento que Deus lhe confiou, será lançado nas trevas exteriores onde

há lágrimas e ranger de dentes (id. XXV, 30). — Na verdade o reino dos céus não será partilha dos preguiçosos, porque se diz: «Chama os operários laboriosos e dá-lhes o salário combinado» (S. Prósp.). Deus não torna para amigos aqueles que não gostam senão das suas comodidades (Santa Teresa); declara mesmo que *expelirá da sua boca* aqueles que não são nem frios nem quentes, mas tibios, isto é, inspiram-lhe repugnância (Apoc. III, 16). Deus é um fogo devorador: não quere ser servido senão por Serafins ardentes de amor, é por isso que odeia a tibia (Corn. a Lap.) e suporta mais pacientemente um incrédulo que um cristão tíbio (S. Ambr.).

3. O preguiçoso para se corrigir deve pensar a miúdo nas *recompensas* temporais e eternas dos laboriosos, e assim se resolverá mais facilmente a trabalhar.

Tu olhas sómente ao incômodo que há-de causar-te o trabalho; mas olha também ao descanso e aos gozos que Deus te promete, com os quais o incômodo não se pode comparar (S. Agost.). Pratiquemos pois o bem e não desfaleçamos, pois a seu tempo colheremos abundante messe (Gál. VI, 9). Só o diligente pode colher, e não o preguiçoso.

C. A perfeição cristã ou a santidade

Um bom arquitecto não deixa por concluir um edifício começado; se empreendeu construir uma casa, não toma um momento de repouso, enquanto a não terminar; nenhum pintor entregará um retrato, antes de ter dado os últimos retoques nas feições com muita precisão. O cristão deve fazer o mesmo: se começou a trabalhar para a salvação da sua alma, e se se encontra em estado de graça, deve esforçar-se por acabar o edifício da virtude e por se tornar uma imagem muito fiel de Deus. *Melhorar-nos cada dia, tal deve ser o fim da nossa vida sobre a terra.*

1. A tendência para a perfeição cristã

1. Devemos esforçar-nos por alcançar a perfeição cristã, porque Deus o ordena, e porque sem isso voltaríamos para trás.

O dever de tender para a perfeição está já incluído no mandamento do amor de Deus, porque nêle Deus exige que o amemos o mais que pudermos. Isto não significará que devemos sempre avançar no caminho do bem? Aquêle que é justo torne-se mais justo; aquêle que é santo faça-se mais santo (Apoc. XXII, 11), segundo esta ordem de Jesus Cristo: «sede perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito» (S. Mat. V, 48). Deus não quer outra coisa senão que sejamos santos (I Tess. IV). Aquêle que não aspira à perfeição cristã corre risco de se perder eternamente. Vemos que todos os animais, as árvores e as plantas e o próprio homem, desde que não crescem e não aumentam, decrescem e vão perecendo. «O na-

vio que não sobe contra a corrente é arrastado por ela» (S. Greg. M.). Quem não avança recua: entre estas duas coisas não há meio termo no caminho da virtude (S. Bern.). Parar é recuar, se portanto estás satisfeito contigo mesmo e dizes: «Agora basta» estás perdido (S. Agost.). Devemos mesmo pôr a mira *no mais alto grau* de santidad, como os comerciantes que pedem primeiro *mais* que o valor da mercadoria, ou como o caçador que desejando matar um pássaro a vôo aponta sempre um pouco mais alto (S. Af.).

2. O modelo mais sublime da perfeição cristã é Jesus Cristo; os santos são também, depois dêle, modelos de perfeição.

Ainda mesmo nas coisas dêste mundo, se buscam exemplares ou ideais. Os amantes da poesia propõem-se por modelo, por exemplo, Camões, Garrett ou Castilho; os músicos, Mozart, etc., e assim o cristão há-de dirigir os seus olhares, na sua aspiração à virtude, para Cristo e para os santos. Jesus diz-nos: «*Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida*» (S. Jo. XIV, 6). Quando o jovem rico preguntou ao divino Salvador o que devia fazer para alcançar a perfeição, recebeu esta resposta: «*Segue-me*» (S. Mat. IX, 21); e S. Paulo faz-nos esta exortação: «*Revesti-vos do Senhor Jesus Cristo*» (Rom. XIII, 14). Como um aprendiz toma atenção na maneira como o seu mestre trabalha, assim nós devemos observar exactamente a Jesus Cristo nosso Mestre; por isso os santos meditaram continuamente a vida e a Paixão do divino Salvador. Ele é **um modelo para todos**. Há retratos tão artisticamente pintados que parecem olhar para todos aquêles que param diante dêles; o mesmo se pode dizer de Jesus Cristo; porque este modelo foi composto pelo divino Mestre com tão admirável sabedoria que cada um deve dizer para si: este modelo convém-me perfeitamente (L. de Gr.). — Os **santos** são também **modelos de perfeição**, porque imitaram a Jesus Cristo, por isso S. Paulo convida os cristãos a imitarem-no a Ele mesmo (I Cor. IV, 16), bem como aos santos (Hebr. VI, 11). E porque é que a Igreja celebra durante o ano de maneira ininterrupta a memória dos santos? É evidentemente para nos excitar a imitá-los. Mas os santos, em comparação com Jesus Cristo, são como estrelas diante do sol: Jesus Cristo supera-os todos em

santidade. Por isso nos é mais fácil imitar os santos. Um principiante terá dificuldade em fazer uma cópia reduzida de um grande e belo quadro, ao passo que lhe custará menos a reproduzi-lo do mesmo tamanho; assim também nos é impossível imitar os exemplos inacessíveis de Jesus Cristo, ao passo que podemos mais facilmente imitar os santos. Na vida dos santos vê-se como êles lutaram com as suas *fraquezas*, e os seus combates servem-nos de exemplo e de animação. É contudo necessário notar que quase todos se distinguiram por *uma* virtude especial (S. Fr. de S.), e que a sua actividade se regrava segundo as *circunstâncias* particulares da sua vida: por ex.: a vocação, a riqueza, a força física, o temperamento, o clima, etc.; devemos, portanto, imitar sobretudo os santos da nossa mesma *condição* e da nossa *vocação*, e não servilmente, mas tendo em conta a sua e a nossa *situação pessoal*.

3. A perfeição do cristão consiste no amor de Deus e do próximo, e no desprendimento do coração, das coisas dêste mundo.

A **caridade** é o complemento da lei (Rom. XIII, 10); ela é o laço da perfeição (Col. III, 14). Tendo preguntado alguém a S. Agostinho em que consistia a perfeição, respondeu o santo bispo: «*Ama a Deus e faze o que quiseres*». (Com efeito aquêle que ama a Deus jamais fará coisa alguma que lhe possa desagradar). «*Não há outra perfeição além da que consiste em amar a Deus de todo o coração e ao próximo como a si mesmo: qualquer outra perfeição é falsa*» (S. Fr. de S.). A santidade é o rendimento completo de nós mesmos a Deus (S. T. de Aq.). A perfeição não consiste em *fazer muitos exercícios de piedade*, em ir muitas vezes à igreja, em receber frequentemente os sacramentos, em jejuar e dar esmolas: todos estes actos *não são mais do que meios* para atingir a perfeição. «*Se tendes começado a jejuar, escrevia S. Paulino a uma dama, e a viver na continência, não vos considerais já santa: essas coisas não são mais do que meios para chegar à virtude*». A perfeição também não consiste em ser *inteiramente isento de pecado*; manifesta-se muito mais numa luta enérgica e constante contra o pecado, porque Deus permite muitas vezes que os santos caiam no pecado para os manter em humildade (a negação de S.

Pedro). A perfeição ainda muito menos consiste nas *obras extraordinárias* que assombram o mundo. A Mãe de Deus fêz porventura alguma coisa extraordinária? ou S. José, pai nutritório de Jesus Cristo? Entre as legiões de santos haverá um número considerável que o mundo nem sequer notou; «a sua vida estava oculta em Deus com Jesus Cristo» (Col. III, 3). — Ao amor de Deus alia-se sempre o **horror ao mundo**, isto é, aos prazeres sensuais, às delícias pecaminosas do mundo. «Aquêle que ama o mundo não possui o amor do Pai celeste» (I S. Jo. II, 15). Quanto maior é o amor de Deus num cristão, tanto mais êle detestará o mundo; «o amor de Deus tanto menos lugar encontra no coração, quanto mais reinam nêle os desejos terrenos» (S. Af.); mas o aumento da caridade diminui a concupiscência (S. Agost.). Para atingir o *cimo de uma torre* põe-se primeiro o pé no primeiro degrau, depois no segundo, terceiro, etc.; e quanto mais nos afastamos da terra mais nos aproximamos do alto; é preciso proceder da mesma sorte para atingir o cimo da perfeição, isto é, afastarmo-nos o mais possível das coisas da terra (S. Cris.). Assim o nosso amor de Deus e do próximo, a nossa perfeição, crescerão em proporção do nosso horror ao mundo.

4. Aquêle que aspira seriamente à perfeição cristã chega certamente a ela, ainda que lentamente.

Com efeito, Jesus Cristo diz: «Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque **êles serão fartos**» (S. Mat. V, 6). O esforço constante para a perfeição, o desejo sincero que se tem dela, conduzem lá (S. Bern.). O desejo só por si forma *uma parte considerável da vitória*, porque aumenta as fôrças, suaviza o trabalho, enfraquece o inimigo, torna-nos agradáveis a Deus e atrai graças (S. Lour. Just.). Perguntavam a S. Tomás de Aquino como é que se podia chegar a ser santo: «querendo» respondeu êle. Nunca ninguém chegou à santidade sem ter tido um ardente desejo disso, assim como sem êle também se não chegou à perfeição numa *sciênciâ* ou numa *arte* (S. Af.). — Aquêle que não deseja sequer chegar ao *cume duma montanha* ficará em baixo sem dar um passo (S. Af.). — Mas só se chega à perfeição **muito lentamente**. Degrau a degrau se sobe a escada; passo a passo se vence a ladeira. A nossa santificação não é obra de um dia (S. Fil. Neri); não se chega à perfeição em

pouco tempo, a não ser com um favor extraordinário de Deus (S. Ter.). O mesmo sucede na natureza; uma *pequenina planta* não pode enflorar numa noite; uma *criança* não se torna em poucos dias homem feito; não se sobe a uma alta montanha em poucos minutos. Os tratamentos médicos duram muito, e os mais lentos são os mais seguros. — Distinguem-se **três graus** no caminho da perfeição: os *principiantes*, que têm ainda uma grande inclinação para o pecado mortal; os *adiantados*, que não podem livrar-se ainda de cometer pecados veniais, e que, atento o seu apêgo às coisas da terra ainda não têm uma paz completa; e os *perfeitos*, cujo espírito está inteiramente desprendido da terra e voltado para Deus, e gozam por conseguinte uma grande paz (Bento XIV). Chamam-se estes três graus as vias *purgativa*, *iluminativa* e *unitiva*. Estes três graus da vida sobrenatural correspondem aos graus da vida natural: a *infância*, idade da fraqueza física e espiritual; a *adolescência*, idade do crescimento, do desenvolvimento; e a *idade viril*, idade da maturidade (S. T. de Aq.). Os principiantes devem meditar as verdades eternas (os novíssimos); os adiantados, a Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo; e os perfeitos, a bondade de Deus e as alegrias do céu (S. In. de L.). Contudo na perfeição **nunca** se pode chegar ao **término extremo**, porque o amor de Deus não tem limites. Aquél que é justo, que se faça ainda mais justo, e aquél que é santo, que se faça ainda mais santo (Apoc. XXII, 11); o homem pode contudo chegar a um tal grau de santidadade que se aproxima, já sobre a terra, do estado dos espíritos bem-aventurados no céu.

5. *Em qualquer estado, em qualquer posição, se pode chegar à perfeição cristã.*

Assim como de qualquer madeira o escultor pode talhar um santo, assim também se pode fazer um santo de qualquer homem. A santidade não é prerrogativa de nenhum estado. Houve e há santos em todos os estados, nas posições mais altas como nas mais humildes: papas, bispos, sacerdotes, imperadores, reis, soldados, médicos, artistas, operários, servos, etc. Qualquer homem *pode, na verdade, amar a Deus e ao próximo*; porque isto é fácil, não custa fadiga nem prejuízo, e nada é mais agradável ao coração do que amar a Deus (S. Boav.). Para todas as outras boas obras poderia dar-se o pretexto de uma

desculpa; pode-se dizer: «Não posso jejuar porque sou doente, nem dar esmola porque sou pobre, etc.» mas ninguém pode desculpar-se dizendo: «Não posso amar» (S. Jer.). Contudo os exercícios de piedade devem ser acomodados às fôrças, às ocupações, aos deveres de cada um; a piedade é como um líquido que toma a forma do vaso em que se encontra (S. Fr. de S.).

2. Meios gerais de perfeição

Há meios que todos têm de empregar (*meios gerais*) e outros cujo emprêgo é de mero conselho (*meios particulares*).

Para chegar seguramente à perfeição cristã é necessário empregar os seguintes meios:

1. É necessário ser fiel nas coisas pequenas; dêste modo obtém-se maiores graças e não se cai tão facilmente em pecado mortal.

A bolota é pequena e contudo é dela que nasce o carvalho robusto; na vida espiritual dá-se o mesmo que na natureza, onde se vê uma coisa pequena produzir grandes efeitos. Estai atentos, portanto, às coisas pequenas; não furteis nada, evitai cuidadosamente a mais pequenina mentira, uma palavra leviana ou ofensiva; cumprí fielmente as vossas promessas; não pronuncieis levianamente a palavra «Deus», etc. Aquêle que é fiel nas pequenas coisas obtém de Deus maiores graças; é a êle que são dirigidas estas palavras de Jesus Cristo: «Muito bem, servo bom e fiel, já que foste fiel nas coisas pequenas, dar-te-ei a intendência das grandes» (S. Mat. XXV, 21). Ao passo que aquêle que é infiel nas pequenas coisas perde muitas graças e castiga-o Deus severamente, como fêz a Moisés, Zacarias, etc.: Moisés, por ter duvidado da palavra de Deus, foi excluído da terra da Promissão; Zacarias, em castigo da sua dúvida, perdeu a fala. Para castigar pequenas faltas tirou Deus a alguns santos tôdas as consolações e deixou-os em grande sequidão espiritual, como as plantas que pendem tristemente, porque não são regadas. Aquêle que é fiel nas pequenas coisas não cai tão facilmente no pecado mortal. Jesus Cristo disse:

«Aquêle que é fiel nas coisas pequenas é fiel também nas grandes; aquêle que é injusto nas coisas pequenas é também injusto nas grandes» (S. Luc. XVI, 10). Por isso aquêle que está atento às coisas pequenas avança rapidamente. O mesmo sucede na vida ordinária: a maior parte dos comerciantes enriqueceram porque tomaram cuidado nos pequenos interesses (S. Ambr.). Tudo o que é grande provém de uma reunião de coisas pequenas (S. Fr. de S.). Uma reunião de grãos de areia forma uma montanha; os pequenos riachos formam um rio, muitas casas formam uma cidade e uma multidão de árvores uma floresta. «Queres ser grande? começa pelo que é mais pequeno» (S. Agost.). Aquêle que *despreza as coisas pequenas* caminhará a pouco e pouco para a sua ruína (Ecli. XIX, 1). Muitas imprudências pequenas ocasionam às vezes grandes desgraças e envenenam a vida inteira de um homem; uma pequena *scentelha* produz muitas vezes um grande incêndio; uma pequena *fenda* num navio causa o seu naufrágio; uma casa na qual se descutam as pequenas reparações cedo ameaçará ruína. O mesmo sucede com o pecado. Judas roubou primeiro pouca coisa, e por fim atraíçoou Jesus e suícidou-se. Caim começou por ter inveja de seu irmão e acabou por matá-lo. O desprezo que se tem pelas coisas pequenas revela um orgulho secreto. «A grande fidelidade para com Deus mostra-se sempre nas coisas pequenas; nas grandes ocasiões basta uma fidelidade menos perfeita» (S. Fr. de S.).

2. Devemos exercitar-nos em nos dominarmos a nós mesmos (na abnegação).

Portanto, não deve o cristão ser curioso, nem olhar para um e outro lado quando vai pela rua, nem pôr-se a cada momento à janela, nem travar conversações inúteis, nem gritar em alta voz, nem rir às gargalhadas, nem queixar-se desde as primeiras aparências de mau tempo ou de doença, nem comer sem necessidade fora das refeições, nem comer com muita sofreguidão, nem pedir guloseimas, nem criticar os pratos que lhe servem, nem escolher os bocados nos pratos, nem abrir as cartas com precipitação, nem dormir demais, nem falar de si próprio sem razão, nem contradizer ninguém sem motivo grave. É necessário também abster-se de certos entretenimentos e retirar-se de vez em quando para a solidão.

Estas mortificações são fáceis; os santos impuseram a si mesmos outras muito *mais severas* que não se podem recomendar indiferentemente a todos. João Baptista praticou o domínio sobre si mesmo no mais alto grau. «Castigo o meu corpo e reduzo-o à escravidão, a fim de não ser reprovado no fim de ter pregado aos outros» (I Cor. IX, 27). A abnegação de si mesmo é, propriamente, um *jejum*, é mesmo muitas vezes mais útil que a abstinência dos alimentos; é uma espécie de *martírio* (S. Bern.): não é um *martírio*, diz S. Gregório, jejuar no meio da abundância de iguarias, sentir, no meio das riquezas, o fardo da pobreza? (S. Greg. M.). Aquél que pode dominar-se a si mesmo é um *rei*, porque senhoreia os seus desejos, em lugar de se deixar arrastar por êles: é um vencedor que ganha a vitória sobre as suas más inclinações, e isto sem derramar suores nem sangue (S. Cip.). Podem aplicar-se aos homens mortificados estas palavras da Escritura: «Felizes os que morrem no Senhor!» (S. Ambr.) — A abnegação de si mesmo é o **carácter próprio do verdadeiro cristão**. «Aquél que quere seguir-me, imitar-me, diz Jesus Cristo, deve negar-se a si mesmo» (S. Marc. VIII, 34), isto é, aquél que quere ser cristão, meu discípulo, deve exercitar-se na renúncia de si mesmo; e S. Paulo acrescenta: «Aquêles que são de Cristo crucificaram a sua carne com seus vícios e apetites» (Gál. V, 24). Aquél que é mortificado é um santo (S. Fr. de Bórgia). Um peixe vivo nada contra a corrente; um peixe morto é levado por ela: podeis portanto reconhecer se sois vivificados pelo Espírito Santo ou se estais mortos; basta-vos ver se lutais contra a corrente das vossas más inclinações, ou se a seguis (Rod.).» Pelejar consigo mesmo é a mais dura guerra; mas vencer-se a si mesmo é a mais gloriosa vitória.

Pelo exercício da abnegação a nossa inteligência é esclarecida, a nossa vontade robustecida contra o mal e a alma adquire uma verdadeira paz.

Temos em nossos membros uma lei que combate a lei do nosso espírito (Rom. VII, 23); em nossos membros residem *máis inclinações*, que devemos reprimir (Col. III, 5); a carne combate cada dia contra a alma e cada dia temos de lutar contra a carne (S. Agost.). O cristão deve tratar-se como um doente, ao qual se negam mui-

tas coisas inúteis que deseja (S. Bern.). Aquêle que faz tudo o que lhe é permitido cedo fará o que lhe não é permitido (S. Agost.); aquêle que a si próprio nega o que lhe é permitido, tanto melhor evitará o que lhe é vedado (S. Greg. M.). O homem, ainda o mais perfeito, cai em pecado, logo que afrouxa no exercício da renúncia, assim como o campo, ainda o mais fértil, se torna estéril, logo que deixam de o cultivar (Rodr.). — **A abnegação de si mesmo ilumina a inteligência;** «aquilo de que privamos os nossos sentidos exteriores recebemo-lo centuplicado no interior» (Cat. Em.); quando damos a Deus o nosso corpo, ele dá-nos o seu espírito (Santa Brígida). Assim como numa balança um prato sobe quando o outro desce, o mesmo sucede ao homem: a clarividência do seu espírito será tanto maior quanto mais reprimir as suas inclinações carnais. «Mortifiquemos a vida e a paz» (S. Bas.). — **A abnegação de si mesmo fortalece a vontade;** a nossa vontade, tão fraca, fortalece-se então, como os líquidos podem transformar-se em sólidos. Se a vontade é forte, o homem reprime prontamente os *desejos pecaminosos* do corpo e triunfa facilmente de tôdas as *tentações* do demónio; um soldado prático no exercício das armas ganhará facilmente a vitória no combate, e o carvalho robusto quebra mas não verga; o homem que se não mortifica não é mais do que uma cana que o vento inclina para todos os lados. — Pela abnegação de si mesmo **a alma obtém uma verdadeira paz.** Uma casa não goza tranqüilidade alguma quando se está sempre a entrar e a sair; assim a alma não goza paz alguma se se não vigiam os sentidos, isto é, se os olhares vagueiam por toda a parte, se se fala demais, se se dá ouvidos a tudo, sem discernimento, etc. Se se fecha a porta, a casa estará tranqüila; se se vigiam os sentidos, se se pratica a renúncia, obtém-se prontamente o contentamento interior. As nossas más inclinações são como as tempestades do mar: pelos seus movimentos desordenados perturbam o coração; se sabeis dominar os ventos das vossas paixões gozareis uma paz admirável e um repouso delicioso (Rodr.). Aquêle que, por amor de Deus, sacrificou todos os desejos da carne, sentirá as mais suaves consolações do Espírito Santo (T. K.). Aquêle que venceu as suas más inclinações, a si mesmo conferiu uma paz duradoura (S. Cip.). O homem adquire uma verdadeira paz quando a carne se deixa dirigir pela alma e a alma pelo impulso de Deus (S. Leão M.), e a paz de alma con-

quistada neste mundo é o ante-gôsto da felicidade eterna (S. Cris.). A alma habituada à renúncia não será facilmente perturbada; a abnegação tem duas filhas: a mansidão e a paciência» (Alb. Stolz).

Os mesmos gentios entenderam que, pela própria abnegação, podemos alcançar a estima de Deus e fazer-nos perfeitos.

Os romanos tiveram suas Vestais, que não podiam casar-se, e pensavam que esta sua abnegação era agradável a Deus e atraía a felicidade sobre o Império. Na superstição budista encontram-se os chamados *faquires*, que se ocupam toda a sua vida em castigar o próprio corpo de um modo exagerado, e por isso são tidos pelos budistas por santos. Com razão disse Tertuliano, que «a alma humana é naturalmente cristã». (Quere dizer, que lhe quadram e são como conaturais as verdades cristãs). Os gentios procuravam o caminho da felicidade, mas não o encontravam, porque lhes faltou a luz da Revelação.

3. É necessário evitar todos os excessos, sobretudo nas refeições e conversas.

«Todo o excesso de algum modo é pecado» (Cat. Em.), e, entre outros, o vestuário sumptuoso, os móveis preciosos, as danças, os teatros, os banquetes organizados ou aceites, etc. Aquél que nestas coisas tem prazer nunca chegará à perfeição; com efeito, o Espírito Santo nunca desce a um coração cheio de ideias mundanas, não ama senão os corações puros. «Se se quere tomar o caminho da virtude e da perfeição, é necessário primeiramente combater com um zélo particular a gula» (S. André Avel.). Não pode ser soldado de Cristo aquél que ainda não venceu a gula (S. Greg. M.). Comer e beber mais do que o necessário, é expor-se a perder muitas graças e a cair em tentação; é por isso que Jesus Cristo diz: «Ai de vós, os que estais fartos!» (S. Luc. VI, 25) e S. Pedro acrescenta este aviso: «Sede sóbrios e estai atentos, porque o demónio, vosso inimigo, anda em volta de vós como leão a rugir, procurando a quem devorar» (I S. Ped. V, 8). Aquél que bebeu ou comeu demais assemelha-se a um navio excessivamente carregado, que corre

risco de ir ao fundo com qualquer vento de tentação (Santa Cat. de Sena). — Deve-se também evitar a intemperança da língua (tagarelices). A loquacidade é sempre sinal de orgulho e de loucura e conduz a muitos pecados. O estado da língua revela a saúde do corpo, e a linguagem o estado da alma; a desordem nas rodas de um relógio vê-se pelo ponteiro — assim a desordem da paixão que perturba a alma vê-se pela linguagem, como o som de um sino mostra se está rachado, como o som de um vaso faz distinguir se está cheio ou vazio; do mesmo modo pela linguagem de um homem sabe-se se a sua cabeça está cheia ou vazia (Rod.). A abundância de palavras é sinal manifesto de pobreza de espírito (Prov. XIV, 23); aquél que modera as suas palavras é sábio e prudente (Ib. XVII, 27); o *insensato* multiplica as suas palavras (Ecli. X, 14), e os *insensatos* que falam muito, querem fazer crer que têm muito espírito e prudência. No excesso de palavras nunca deixa de haver pecado (Prov. X, 19); um *aposento* sempre aberto perde o calor e uma bôca sempre aberta para falar não pode conservar o ardor do amor de Deus, nem por conseguinte a *graça santificante* (S. Bern.). A intemperança de linguagem é também origem da *discórdia* (S. Greg. M.). Aquél que não peca por palavras é um homem perfeito (S. T. III, 2), e aquél que não mortifica a sua língua nunca chegará à perfeição (S. Fil. Neri). «Se alguém cuida que é religioso e não põe um freio na sua língua, ilude o seu próprio coração e a sua religião é vã» (S. T. I, 26); aquél que é inconsiderado nas suas palavras, cairá no mal (Prov. XIII, 3); por isso S. Paulo diz: «Evitai as conversações profanas e vãs» (II Tim. II, 16). O alto valor da *discrição* é-nos indicado pelo provérbio que diz: «A palavra é de prata e o silêncio de ouro»; contudo, nas relações com os nossos semelhantes é preciso não ser *demasiado taciturno*, para não lhes deixar crer que os desprezamos. A *discrição* é uma virtude só quando se observa uma certa medida e quando se não fala nem demais nem de menos (S. Fr. de S.).

4. É preciso observar a ordem: com ela adquire-se a tranqüilidade do espírito, e, em pouco tempo, grande proveito no trabalho.

Fazei tudo com ordem e decência (I Cor. XIV, 40).

— É necessário fixar uma hora para o levantar e deitar, para a oração e as refeições, o trabalho, o recreio, etc., e amar a ordem nos próprios aposentos. «Aprende a ordem e observa-a, e pouparás tempo e trabalho. A ordem conduz a Deus, porque tudo o que vem de Deus é ordenado» (S. Agost.); Deus dispôs a mais bela ordem no firmamento; e as escolas, as igrejas e os conventos, etc., conduzem a Deus, porque nêles reina a ordem. Os soldados, por exemplo, são facilmente religiosos, porque estão habituados à ordem.

5. É necessário orar incessantemente, dêste modo afastam-se muitas tentações e chama-se o Espírito Santo à nossa alma.

A oração contínua (lembrança de Deus, ainda mesmo durante o trabalho) afasta muitas tentações. As muralhas protegem os soldados contra os inimigos e a oração perseverante protege-nos contra o demónio; o fogo afasta os animais ferozes e o demónio expulsa-se alimentando no coração o fogo do amor de Deus por meio de uma oração contínua. «Vigiai e orai, diz Jesus Cristo, a-fim-de não cairdes em tentação» (S. Mat. XXVI, 41), e S. Paulo acrescenta: «Orai sem cessar» (I Tess. V, 17). Orando constantemente atraímos sobre nós o Espírito Santo (S. Ef.). Quanto mais tempo o sol luzir sobre uma árvore, mais ela crescerá e dará frutos abundantes: assim a alma que na oração o sol divino da graça inunda com seus raios, fará grandes progressos na perfeição. «Aquêles que estão constantemente em volta do rei, têm uma grande influência sobre ele e obtêm tudo o que desejam; o mesmo sucede com aquêles que pela oração vivem constantemente em sociedade com Deus, o Rei dos reis» (S. Cris.). Todos os santos oraram muito (1). Os santos obtiveram a sua santidade pela oração, mais do que pela sua actividade (S. Af.). «Adquiri, portanto, o costume de recitar orações jaculatórias»; aquêle que se habituou a dízê-las é como o viajante que de tempos a tempos toma

(1) S. Clemente Hofbauer (+ 1820) rezava ao caminhar pelas ruas de Viena o rosário ou o Padre Nossa. — Mons. Wittmann, bispo de Ratisbona (+ 1833), fazia de quarto em quarto de hora um acto de amor a Jesus Cristo, se deixava de o fazer era assaltado de uma violenta tentação.

um pouco de vinho para poder caminhar melhor (S. Fr. de S.).

6. Convém também confessar freqüentemente os pecados mais graves da nossa vida passada, e receber com freqüência a Sagrada Comunhão.

Não há dúvida de que os pecados de que nos arrependeremos e confessaremos estão perdoados; por isso não existe obrigação de os **confessar outra vez**; é um simples conselho que os santos seguiram. Aquêle que não acusa senão pecados veniais, sem recordar os pecados mortais da vida passada, pode conceber pensamentos de orgulho e imaginar que é já um santo: ao passo que aquêle que nas suas confissões torna a confessar os pecados graves da sua vida passada, mantém-se em *humildade*. — Aquêle que **comunga com freqüência** progredirá na perfeição, como uma árvore plantada à margem de um arroio, ou regada freqüentemente, atingirá uma grande altura (S. Agost.). Nós admiramos a perfeição dos primeiros cristãos, mas não esqueçamos que êles comungavam todos os dias. «Perseveravam todos na comunhão da fracção do pão» (Act. II, 42).

7. Deve-se ler assiduamente a vida de Jesus Cristo e dos santos e meditar as verdades da religião.

Os **exemplos dos santos** excitam-nos poderosamente a imitá-los e fazem-nos dizer como S. Agostinho: «O que estes e aquêles fizeram, não o poderei eu fazer?» Os santos gostavam de ler as vidas dos santos; imitavam seus exemplos e faziam como o pintor que dirige muitas vezes os olhares para o modelo que deve copiar (S. Bas.); como as abelhas que recolhem o suco de muitas flores antes de fazerem o mel (S. Gr. M.). Contudo, com um amor de Deus fraco não se chega a imitar as sublimes virtudes dos santos; parecer-nos-íamos com o corvo que tentasse imitar o canto do rouxinol. Somos como pobres que não podem chegar a têdas as espécies de iguarias,

sem distinção, porque com efeito não as poderiam supor-
tar tódas, nem sobretudo pagá-las (S. Bern.); Convém
ler, de preferência, as vidas dos santos da *nossa condição*,
porque os seus exemplos nos são mais úteis (S. Fr. de
S.). A vida dos Santos e as suas acções são o Evangelho
em prática (id.), o Evangelho em exemplos (S. Af.).
— A **meditação** das verdades religiosas não é menos útil:
ilumina a nossa inteligência, *determina* poderosamente a
nossa vontade para o bem e procura-nos a verdadeira *paz*
da alma. As verdades religiosas são um fogo que *alu-
mia* e aquece aqueles que dêle se aproximam; são para a
nossa alma um alimento capaz de a *saciar* (palavras de
Jesus Cristo à Samaritana (S. J. IV, 14), e o mundo es-
tá em desolação, cheio de imoralidade, porque ninguém
reflecte em seu coração, ninguém medita nestas verdades
(Jer. XII, 11). Todos os santos se santificaram pela me-
ditação (S. Af.).

8. Devemos amar a solidão. É no retiro
que obtemos muitas graças *actuais*, estamos ao
abrigo de muitas tentações e pecados e faze-
mos progressos na virtude.

Jesus Cristo mesmo retirava-se para a solidão, ora
para uma montanha (S. Jo. VI, 15), ora para o deserto
(S. Luc. V, 16), ora para o monte Olivete (id. XXII,
39), e passava esse tempo em oração; até aos 30 anos
viveu constantemente na obscuridade. Os santos também
se retiraram muitas vezes para a solidão, a fim de se en-
tregarem melhor aos exercícios espirituais; S. Bento viveu
durante 3 anos numa gruta no meio das montanhas, e S.
Inácio de Loiola esteve por muito tempo na gruta de Man-
resa. Aquêles que vivem agora desconhecidos e ocultos em
Deus, aparecerão um dia na glória (Col. III, 3-4). A vida
solitária é, de algum modo, a vida de um anjo sobre a ter-
ra (S. Cris.). — No retiro obtemos muitas graças *actuais*.
É na solidão que o **Espírito Santo nos fala** (Os. II, 14);
não se ouve uma agradável melodia senão quando se foge
do tumulto, nem a voz de Deus senão quando se foge
do tumulto do mundo; quanto mais nos afastamos dê-
le mais nos aproximamos do Criador (T. K.). O solidão!
é no teu silêncio que desabrocham as flores de Jesus Cris-
to e que se vive na intimidade de Deus (S. Jer.). A so-

lidão é também a morada da verdadeira paz; a felicidade é um fruto que não cresce senão à sombra do retiro. Se a vaidade vos faz abandonar o retiro, notareis logo que o mundo é um vasto campo onde se colhem mais desgostos que prazeres (Galura). — A solidão **põe-nos ao abrigo das tentações e dos pecados** como o pôrto assegura o navegante contra a tempestade e os escolhos. Adão não pecou enquanto esteve só, mas sim quando teve uma companheira (S. Ambr.), e Noé livrou-se do dilúvio refugiando-se na arca. Durante a tempestade apressam-se as abelhas a voltar ao cortiço, os pássaros ao ninho, e os veados escapam ao caçador refugiando-se nas matas: assim a solidão nos põe ao abrigo dos ataques do demónio; já o filósofo Séneca dizia: «Cada vez que vivi entre os homens voltei menos homem». — A solidão contribui para se **conservar e aumentar a virtude**. As plantas preciosas conservam bem o seu perfume se as conservam encerradas, mas perdem-no se estão expostas ao ar; a fruta mantém-se fresca enquanto se não descasca — assim também a virtude só se conserva no retiro, e não no bùlico do mundo. A luz numa lanterna brilha; numa corrente de ar apaga-se: assim a luz do Espírito Santo conserva-se na solidão e não no tumulto do mundo. Todos aquêles que chegaram à perfeição, chegaram lá por meio do retiro (S. Bas.); ao contrário, aquêles que tomam parte em todos os divertimentos, que freqüentam todos os espectáculos, que são assíduos na taberna ou no clube, numa palavra, aquêles que buscam os gozos do mundo, nunca serão nem moralmente perfeitos, nem felizes.

Todavia não se há-de exagerar o amor à solidão, nem buscá-la com mau fim.

Aqui, como em tudo, vale o princípio: «No meio está a virtude». O que vive longe dos homens, fica-se em muitas coisas atrás dêles. Com muita razão disse Goethe: «Um talento forma-se na tranquilidade, mas um carácter na corrente do mundo». Também o dever ou a caridade para com o próximo nos chama bastas vezes à sociedade dos homens. Note-se que também a Mãe de Deus visitou a sua prima santa Isabel, para congratular-se com ela (S. Luc. 1, 39). Foge do mundo, não com o corpo, mas com o coração, foge do seu trato freqüente, pois não é da mesma natureza que o demónio, mas só corrompido por êle (S. Cris.).

9. Devemos guardar as regras usuais da delicadeza e da cortesia.

A *delicadeza* é o empenho em *não ofender* na sociedade pessoa alguma com o nosso proceder, e em mostrar sem constrangimento a nossa *benevolência* para com o próximo.

As regras comuns de delicadeza provêm do desejo de evitar no trato humano tudo o que possa incomodar os outros. Actualmente exige-se de uma pessoa educada, por exemplo: 1) Que ao entrar em casa alheia, limpe o calçado, se fôr necessário, fora da porta; que deixe fora a bengala e o charuto; que chame à porta e espere que o mandem entrar; tire o chapéu à mesma porta e saúde à entrada; que se não aproxime em demasia da pessoa a quem fala e que pare a certa distância, etc. 2) Nas saudações na rua, deve cortejar a alguns passos de distância, não estando à espera de chegar ao pé da pessoa que se saúda. Ordinariamente saúda-se, descobrindo a cabeça. O que fuma deve, ao saúdar, tirar o cigarro da bôca. Não é conveniente fitar por muito tempo uma pessoa, o que dá mostras de provocação ou descaramento. As senhoras saúdam com uma leve inclinação; e não devem antecipar-se à saudação dos cavalheiros. Na igreja não se trocam saudações, porque é lugar de oração e trato com Deus. 3) No trato com pessoas de respeito, devemos dar-lhes o título ou tratamento que lhes competir (pelo menos até que o dispensem) e usar as formas da cortesia (por exemplo: «sr. doutor, desejo... peço a V. Ex.^a...» E não: «Olhe! Quero...»). A tais pessoas não devemos adiantar-nos a estender-lhes as mãos, mas sim esperar que elas o façam. Falando, não se tenham as mãos nos bolsos, nem se ponham atrás das costas, e aprume-se o inferior quâsi como os militares. Indo pela rua com uma pessoa de respeito, dê-se-lhe a direita, e se são três, dá-se o lugar do meio ao mais respeitável, e o inferior toma a esquerda. Ao entrarmos em uma casa, devemos ceder o passo à pessoa de maior autoridade e abrir-lhe a porta. É necessário evitar as seguintes faltas ou grosserias: cuspir no chão (faça-se no lenço, com a máxima de cência e, podendo ser, sem dar a perceber o que fazemos); escutar com a bôca aberta, romper em gargalhadas.

falar em sociedade, em alta voz, com o que se estorvaria a conversação dos outros, e se chamaria a atenção para o que fala (como costumam fazer os pretenciosos); bocejar, tossir com a bôca aberta (ponha-se a mão diante); muito mais o vomitar e o interromper, ou tirar a outro a palavra da bôca. Também é incorrecto, quando se pregunta uma coisa em geral, ou tomar logo a palavra para responder, não sendo a pessoa mais autorizada do círculo; ou pretender adivinhar o que outra pessoa vai dizer, etc.

A cortesia não deve ser *exagerada*, aliás, converter-se-á em ridículo.

Também não devemos ter em excessiva conta as regras da cortesia, pois não é *ela a própria perfeição*. Pessoas há que, com a escrupulosa observância das regras exteriores da civilidade, procuram ocultar as suas faltas e torpezas. Estes são como os sepulcros cajados, brancos por fora e cheios de podridão por dentro. A cortesia é apenas um *meio remoto para a perfeição*.

A cortesia contribui para a *formação do carácter*, porque a-miúde nos preserva de faltas contra a moral, e é um exercício de humildade e mortificação.

As regras de cortesia são para o homem o que os *arcos são para o tonel*; pois o contém num porte regular e o preservam de expansões desabridas. O que são as *balaustradas à beira do precipício*, é também a cortesia no trato com os homens; pois o que segue as regras da civilidade evita muitas grosserias e baixezas, e, em muitas ocasiões de pecado, mantém-se irrepreensível na sua conduta. A observância das regras de conveniência social é um contínuo exercício de **humildade e de mortificação**, pois a cortesia manda-nos freqüentemente ceder a outras pessoas, deixar-lhes a palavra, renunciar à nossa comodidade e ter muitas considerações para com o próximo. A civilidade é pois um verdadeiro *exercício de virtude*. Mas para que este exercício tenha valor diante de Deus, é necessário ter ante os olhos não tanto os motivos terrenos, como a honra de Deus. S. Francisco de Sales chama à delicadeza a *flor da caridade*.

A delicadeza traz-nos ainda os bens seguintes: Desperta em nós o respeito à *velhice* e à *autoridade*, aumenta o nosso *amor* e *benevolência* para com o *próximo*, evita as *contendas*, e granjeia-nos a *estima* e *consideração* dos nossos semelhantes.

A civilidade desempenha um papel importante na educação do homem, porque nos inocula o *respeito* aos superiores e a *cordialidade* com os nossos semelhantes. O homem bem educado e cortês é mais *acessível* a toda a boa doutrina, e fácil em deixar os prejuízos. O trato fino **embeleza a existência**; faz com que os homens se sofram mútuamente os seus defeitos, e tornem a vida mais agradável. O homem delicado é *amado* pelos seus semelhantes e pode com mais facilidade obter seus fins. É por isso que os governos não costumam enviar como diplomatas e embaixadores senão homens de irrepreensível delicadeza. A experiência mostra-nos também que os comerciantes descorteses não têm tanta freguesia; os que têm boas maneiras têm mais clientela, do que os *mal educados*. O que é fora de dúvida é que a grosseria de certos potentados tem por vezes originado guerras sangrentas, por exemplo a injúria feita pelo *bei* de Argel ao embaixador de França e que provocou a conquista de Argel, 1830. Por isso é um prejuízo para o homem erudití ou piedoso o ser pouco correcto nas suas maneiras: perde muito na consideração dos outros. O que se aparta dos usos comuns da cortesia, é um original, geralmente ridículo.

3. Meios particulares de perfeição

Na conversa com o mancebo rico do Evangelho, Cristo deu a entender que há certas coisas *não preceituadas*, mas de *conselho*.

I. Para chegar a uma perfeição muito elevada é necessário seguir os *conselhos* evangélicos, isto é, praticar a obediência perfeita, a castidade perpétua e a pobreza voluntária.

Estas três virtudes chamam-se **conselhos**, porque Jesus Cristo não as prescreveu, mas apenas as *recomendou*.

dou: aquêle que não as pratica não comete pecado algum. Convém que haja conselhos na *lei* do *Novo Testamento*; com efeito na *Nova Aliança* Deus procede para connosco como *amigo*, e, como tal, dá-nos conselhos e não ordens. A nova lei é mais antes uma lei de *liberdade*, ao passo que a antiga era uma lei de escravidão; aos escravos ordena-se, aos homens livres aconselha-se. Pelos conselhos evangélicos oferece-se a Deus, em sacrifício, a própria *vontade*, o próprio *corpo* e os *bens exteriores*. — Os três conselhos evangélicos são como os três braços da cruz espiritual sobre a qual nos sacrificamos com Jesus Cristo (S. Fr. de S.). Aquêles que praticam estes conselhos sofrem um *martírio* (T. Kemp.), não breve como o dos santos que dão o seu sangue por Jesus Cristo, mas um *martírio contínuo* (Rod.): não é, na verdade, tão terrível como o dos mártires aos quais se cortam os membros com a espada, mas é mais cruel pela duração (S. Bern.). Aquêle que segue os conselhos evangélicos obterá **uma felicidade mais perfeita** (S. Agost.), porque o que se faz livremente é digno de maior recompensa que o que é feito por constrangimento (Jer.).

1. A obediência perfeita é a inteira submissão da vontade a um superior.

Todos são obrigados à *obediência cristã*, isto é, à obediência para com os superiores espirituais e temporais; mas esta obediência não se estende a tôdas as ações. A-pesar desta obediência, temos ainda muita liberdade; a autoridade eclesiástica manda sómente ouvir a missa aos domingos e dias santos, receber a comunhão pela Páscoa, mas deixa-nos a liberdade de escolher a igreja e a hora para cumprir êste dever. A *obediência perfeita*, pelo contrário, obriga a obedecer *em tudo* (quando não seja pecado). Esta obediência voluntária é o maior sacrifício que podemos fazer a Deus; quem jejua, quem dá esmola, quem sacrifica a sua honra por Deus não dá a Deus senão uma parte de si mesmo; mas quem lhe sacrifica sua vontade não tem mais nada que dar: dá-lhe tudo (S. Af.). A obediência a um superior não é de modo nenhum *irracional*, nem indigna do homem; pois êle submete-se *voluntariamente*, de uma vez para sempre, à vontade do superior; e há a notar que de ordinário se submete a alguém que tem mais *sabedoria* e ex-

periéncia, é como um viajante que segue sem o contratar um guia experimentado. É extremamente difícil conhecer-se alguém a si mesmo, ao passo que é fácil ser conhecido por outrem (S. Bas.). Quem se escandaliza da obediência (suave e voluntária) dos religiosos, olhe para a disciplina férrea do exército.

2. A castidade perpétua consiste em o homem se abster do casamento durante toda a vida, assim como dos desejos impuros.

Todo o homem, em virtude do 6.º mandamento de Deus, é obrigado a combater todos os desejos contrários à castidade; pelo conselho evangélico obrigamo-nos, além disso, a abster-nos do casamento. Aquél que segue este conselho leva sobre a terra a vida dos anjos (S. Atan.), vence mesmo os anjos em dignidade, porque os anjos não conhecem os desejos sensuais, ao passo que o homem vive com o seu corpo e tem por conseguinte de suportar muitas tentações (S. Bas.). Aquél que observa este conselho é um rei, porque adquire o império sobre si mesmo (S. Amb.). O celibato é melhor que o estado matrimonial (Conc. Trid. sess. XXIV, 10), vale mais portanto ficar celibatário do que casar (I Cor. VII, 38); a vida conjugal, com efeito, alimenta e desenvolve os instintos da vida corporal, e os cuidados que dão uma esposa e os filhos preocupam demasiado o espírito e prendem-no à terra (S. T. de Aq.).

3. A pobreza voluntária é a renúncia aos bens terrenos.

Todo o homem é obrigado a sacrificar uma parte de seus haveres ao próximo necessitado; mas o sacrifício é certamente ainda maior quando, por amor de Deus, se renuncia a toda e qualquer propriedade para viver na pobreza, que traz consigo tantos incômodos. A esmola é para a pobreza voluntária o que a parte é para o todo (S. Jer.), contudo a pobreza cristã voluntária é inteiramente diversa da pobreza voluntária dos filósofos pagãos. Estes, com efeito, desprezavam as riquezas por motivos humanos: queriam ser isentos de todos os cuidados, ao

passo que nós, cristãos, praticamos a pobreza voluntária para podermos servir melhor a Deus e atingir com mais segurança os bens eternos. Há uma *pobreza involuntária*: é a de quem não tem nada, ou quase nada; há depois uma *pobreza de espírito*, à qual todos estamos obrigados. O pobre de espírito é aquél que, a-pesar das suas dignidades, dos seus conhecimentos, etc., reconhece que é muito pobre diante de Deus. — No conselho evangélico, porém, trata-se da pobreza voluntária. «Aquél que é pobre com Jesus Cristo é soberanamente rico» (S. Jer.).

II. Estes três conselhos chamam-se evangélicos, porque Jesus Cristo os recomendou ao anunciar o Evangelho e Ele mesmo os observou.

Jesus Cristo recomendou *obediência perfeita* e a pobreza voluntária no seu colóquio com o jovem rico; a *castidade perpétua* no seu discurso sobre a indissolubilidade do matrimónio.

Ao jovem rico o divino Salvador disse: «**Vem e segue-me!**» (S. Mat. XIX, 21), isto é, vem e deixa-me dirigir-te inteiramente; recomendava deste modo a obediência perfeita. — Falando da indissolubilidade do matrimónio, disse que havia certas pessoas que por amor do céu ficavam **sem se casar** e acrescentou: «Quem puder entender, entenda» (id. XIX, 12); recomendava deste modo a castidade perpétua. — Disse ainda ao jovem rico: «Se queres ser perfeito, vai, **vende tudo o que tens e dá-o aos pobres**» (id. XIX, 21); deste modo recomendava a pobreza voluntária. Foram estas últimas palavras as que ouviu Santo Antão, patriarca dos eremitas († 356), uma dia ao entrar na igreja, e que o resolveram logo a abraçar a pobreza voluntária.

O próprio Jesus Cristo praticou estes três conselhos evangélicos; não fez a sua vontade mas a do Pai que o enviou (S. Jo. V, 30), viveu virgem e era inteiramente pobre.

Jesus Cristo era muito pobre: escolheu um estábulo para lugar do seu nascimento, uma virgem pobre para sua mãe, um pobre carpinteiro para seu pai nutrício; não tinha sequer onde reclinar a cabeça (S. Mat. VIII, 20).

III. Os três conselhos evangélicos conduzem à mais alta perfeição, porque destroem no homem até à raiz a tríplice concupiscência, e removem os maiores obstáculos que se opõem à salvação eterna.

Aquêle que segue estes três conselhos não combate uma ou outra paixão, mas arranca a *raiz* de todas as paixões, e lança assim o mais sólido fundamento de todas as virtudes (S. T. de Aq.). Todos os pecados provêm da *tríplice concupiscência*: concupiscência dos olhos, concupiscência da carne e soberba da vida, isto é, do desejo desordenado dos bens da terra, dos prazeres sensuais, e das dignidades (I S. Jo. II, 16). Assim como em medicina há *remédios* mais ou menos enérgicos, assim acontece aqui. Os meios *menos enérgicos* contra esta tríplice concupiscência são a oração (contra o orgulho), o jejum (contra a carne), a esmola (contra a concupiscência dos olhos); mas para se *curar radicalmente* a tríplice concupiscência é necessário seguir os três conselhos evangélicos. A obediência destrói radicalmente o orgulho; a castidade, a concupiscência da carne; a pobreza, a concupiscência dos olhos. E pela observância dos conselhos evangélicos que se removem os maiores obstáculos à salvação da alma; seguindo-os desprendemo-nos inteiramente de todos os *laços terrenos* e chegamos mais facilmente ao nosso fim supremo. Pela pobreza a alma renuncia aos bens terrenos, pela castidade aos prazeres sensuais, pela obediência à sua mesma liberdade; não conserva portanto já nada como seu. Os bens terrenos são para nós um grande impedimento à nossa união com Jesus Cristo, como o demonstra a história do *jovem rico* (S. Mat. XIX). As riquezas assemelham-se aos *vestidos compridos*, que embaraçam o andar (Sócrates). Um viajante que leva *pouco* chega mais de pressa ao fim, o atleta leve corre mais rápido na arena e ganha mais facilmente o prémio (I Cor. IX, 24). O que se diz das riquezas pode aplicar-se ao casamento: quem é casado procura agradar a *uma criatu-*

ra; quem não é casado não procura agradar senão a Deus (id. 32). O homem livre dos laços terrenos torna-se capaz de fixar com um olhar puro o sol de justiça (S. Cris.), e adquire um conhecimento sublime de Deus, como o ensina a sexta bem-aventurança, que se aplica perfeitamente àqueles que seguem os conselhos evangélicos. E não se diga que *quem tem meios* pode *fazer mais bem ao próximo* e adquirir mais merecimentos do que quem é pobre voluntário; quem dá esmola não dá senão uma parte, ao passo que o pobre voluntário dá tudo. É precisamente pela sua pobreza, que os pobres voluntários, tais como S. Vicente de Paulo, e em geral todas as ordens religiosas, têm espalhado largas bênçãos sobre a humanidade.

Contudo os conselhos evangélicos não são a própria perfeição, mas somente *meios* eficazes de se chegar a ela.

A mais alta perfeição é o mais alto grau de amor de Deus. Os conselhos evangélicos, em si mesmos e por si, não nos tornam ainda perfeitos; porque podemos comprometer-nos solenemente e não cumprir a promessa. Um pai mandou seus dois filhos trabalhar na sua vinha; um disse: «Eu não vou lá», mas foi; o outro disse: «Eu vou», mas não foi. Pode pois acontecer também que nos encontremos num estado de perfeição sem sermos perfeitos (S. T. de Aq.). Por isso aquél que segue os conselhos evangélicos e que, todavia, é intemperante no beber e no comer, e se abandona à ira, à ambição, a uma vida cómoda ou a outros vícios é tanto mais culpado, como um viajante que não leva nada consigo e contudo caminha preguiçosamente.

IV. Nem todos são chamados por Deus a seguir os conselhos evangélicos; Jesus Cristo disse: «Nem todos compreendem estas palavras, mas somente aquéllos a quem isto foi dado» (S. Mat. XIX, 11).

Todos aquéllos que querem (seguir estes conselhos) e se dão a esse trabalho são chamados a receber esta graça (S. Jer.). Aquél que não é chamado não deve desprezar

os conselhos evangélicos; «se um anel precioso não serve no vosso dedo, nem por isso o lançareis na lama» (S. Fr. de S.).

V. Os religiosos obrigam-se por voto a seguir os conselhos evangélicos; podem-se fazer os mesmos votos continuando a viver no século.

Ordem religiosa é uma associação de pessoas que seguem um teor de vida ordenado conforme a doutrina de Cristo. Por meio destas instituições oferece a Igreja a seus filhos oportunidade para conseguirem mais elevada perfeição. Assim como o servo deve servir o seu senhor segundo as obrigações que aceitou, um religioso, em virtude dos votos que livremente fez, tem o dever de tender à mais alta perfeição, observando os conselhos evangélicos (S. T. de Aq.). Eis como nasceram as ordens religiosas: **S. Antão** abade (1) reuniu em volta de si, no deserto de Tebaida no Egípto, um certo número de discípulos, que viviam uns ao lado de outros em celas, entregando-se à oração e ao trabalho e praticando os três conselhos evangélicos. **S. Pacóvio** († 348) convidou estes solitários dispersos a habitar numa *mesma casa* e a viver nela observando uma regra determinada. Foi este o primeiro mosteiro, levantado numa ilha do Nilo. O abade **S. Hilarião** († 371) transplantou a vida monástica para a Palestina e Síria, reúnindo cerca de 3000 discípulos em volta de si; e **S. Basílio** († 379) introduziu-a também na Ásia Menor. No ocidente os fundadores da vida monástica foram **S. Martinho** de Tours († 397) e **S. Bento** († 543). Cedo se levantaram ao lado dos conventos de homens mosteiros de *mulheres*, isto é, associações que viviam em conformidade com os ensinamentos de Jesus Cristo. Os membros dos mosteiros de homens foram chamados *monges* (do grego *monachoi*, que quere dizer: eremitas, solitários); as mulheres que se retiravam aos mosteiros foram chamadas «monjas». As ordens mais célebres são: a dos *Agostinianos*, fundados por Santo Agostinho, a dos *Franciscanos*, fundados por S. Francisco de Assis († 1226), os *Dominicanos*, fundados por S. Domingos († 1216), os *Jesuítas*,

(1) S. Antão morreu no ano 356, com 105 anos de idade.

por S. Inácio de Loiola († 1556), os Irmãos da Misericórdia, por S. João de Deus (1550); os Lazaristas, por S. Vicente de Paulo († 1660), os Redentoristas, por S. Afonso de Liguori († 1787), etc. A mais austera de todas as ordens é a dos Trapistas. Cada ordem tem um **fim particular**: cuidar dos doentes, educação da juventude, missões, trabalho manual, etc., cada ordem tem também o seu hábito (menos a Companhia de Jesus). Todos os membros são obrigados a viver *num sítio designado*, ou numa casa (convento), ou em determinados recintos (clausura), e estão sob a autoridade de um superior que é ordinariamente eleito por três anos. — A entrada na ordem faz-se pela *profissão*, isto é, pelos votos, que são precedidos do *noviciado*, quere dizer, de um tempo de prova, que é ao menos de um ano. Cada convento é como que uma paróquia que subsiste por si mesma. — Quando o Estado impede os seus súbditos de se submeterem a uma regra comum de vida exerce um *despotismo inaudito*, porque entrava o exercício de um *direito natural ao homem*; além disso as ordens religiosas não são um simples ornamento da Igreja, mas uma *parte integrante* do cristianismo. A proibição da vida monástica pelo Estado não é, portanto, senão uma violenta mutilação do cristianismo (Mons. Martin). — Na vida religiosa a **salvação é mais segura** que no mundo; nela se pode, com efeito, beber mais facilmente e com mais freqüência *nas fontes da graça* (orações, sacramentos, santo sacrifício da missa). Lá vive-se como plantas em terreno fértil, está-se ao abrigo das freqüentes *ocasiões de pecado* que se encontram no mundo; porque a vigilância dos superiores e o hábito monástico preservam de muitos pecados. Mas aquêle que *não cumpre* os seus deveres religiosos (que *não respeita* os seus votos) cai numa vida desordenada, e corre tanto *mais seguramente para a condenação eterna*; esta violação dos votos é geralmente pecado mortal. Por isso S. Agostinho diz: «Assim como nunca vi melhores homens que os bons religiosos, assim também nunca encontrei no mundo *piores homens* que os maus religiosos». — A história prova que a maior parte das ordens religiosas **foram beneméritas da humanidade**, sobretudo exercitando as obras de *misericórdia e cultivando as sciências*. Os membros das ordens religiosas tratam dos enfermos (Irmãos da Misericórdia, Irmãs de Caridade), instruem a mocidade (Jesuítas, Piaristas, Irmãos e Irmãs da Doutrina Cristã), pregam a palavra de Deus (Franciscanos, Domini-

canos, Redentoristas), cultivam as artes, a indústria, as ciências (Beneditinos); foram os beneditinos que na Idade Média desbravaram as florestas para tornarem o solo fértil. As mesmas ordens contemplativas, que não se ocupam senão da meditação das verdades religiosas, contribuíram com os seus escritos para favorecer a piedade e o temor de Deus, semelhantes aos mineiros que trazem à luz os metais preciosos escondidos nas profundidades da terra; todos os conventos se distinguiram sempre pelas suas liberalidades para com os pobres. Por certo não se pode negar que em certas épocas alguns conventos se tenham relaxado em sua austeridade para levarem uma vida *mole* e *sensual*; mas também quantas vezes sentiram a vara da justiça divina! — Há muitas pessoas que mesmo no mundo se obrigam muitas vezes por voto a seguir o conselho evangélico da castidade: Santa Inês em Roma preferiu sofrer o martírio a violar o seu voto de castidade desposando o filho do proconsul († 304). Os homens do mundo dificilmente se podem comprometer a praticar os outros dois conselhos (ainda que algumas pessoas fazem voto de obediência ao seu confessor, o que raras vezes se deve permitir e só com muita ponderação).

Os padres seculares são também obrigados à obediência ao seu bispo e ao celibato.

Os padres seculares são obrigados a obedecer ao seu bispo; contraem este dever, assim como a obrigação de rezar o breviário, ao receberem a ordem de sub-diácono. — A **lei do celibato** não existe senão desde o concílio de Elvira (em 306). Durante os três primeiros séculos esta lei não existia porque os sacerdotes, entusiasmados pela sua vocação, viviam espontâneamente no celibato. Algumas vezes, é certo, em virtude da escassez de padres, admitiam-se ao sacerdócio pessoas casadas; contudo aquêle que era ordenado padre já não podia casar. Em casos extraordinários e por motivos muito importantes, os Soberanos Pontífices dispensaram alguns sacerdotes do celibato; mas nestes casos os dispensados perdiam imediatamente todos os seus benefícios e não podiam exercer nenhuma função eclesiástica; todavia continuavam a ser, e por toda a vida, obrigados ao breviário. Na Idade Média o papa Gregório VII (1074) procedeu enérgicamente contra os padres concubinários e vedou-lhes as funções eclesiásticas, e o concílio de Trento renovou a declara-

ção de nulidade do casamento dos sacerdotes (XXIV, 9). Jesus Cristo, nosso *sumo sacerdote*, viveu no celibato, e depois da sua vocação os Apóstolos abandonaram tudo o que tinham; muitos profetas, como Elias, Eliseu, Jeremias e S. João Baptista, viveram também no celibato. Os próprios pagãos tinham as suas Vestais. Um sacerdote deve *consagrarse inteiramente à salvação das almas*; deve ministrar os sacramentos aos enfermos em perigo de vida, aliviar os pobres, dar-se com assiduidade à oração, exortar as pessoas do mundo à continência, oferecer o santo sacrifício da missa com a maior pureza de coração, etc.: tudo isto seria quase impossível a um sacerdote casado. O povo tem um grande respeito pelo sacerdote celibatário e confessa-se a ele com mais franqueza; além de que o casamento dos sacerdotes tornaria a Igreja demasiado dependente dos homens. — Na Igreja grega católica permite-se aos sacerdotes que continuem no matrimónio que tenham contraído antes de se ordenarem.

4. As oito bem-aventuranças

Aquêles que observam exactamente os mandamentos de Deus são felizes já neste mundo; Jesus Cristo no-lo assegura proclamando as **oito bem-aventuranças** (S. Mat. V, 3-10).

1. Bem-aventurados os **pobres de espírito**, porque dêles é o reino dos céus.

O sentido destas palavras é este: «Bem-aventurados aquêles que a-pesar das suas riquezas, dignidades, saúde e ciência reconhecem que são *pobres* diante de Deus: gozam já sobre a terra uma *paz* celeste e depois da morte obtêm a *felicidade eterna*.»

Os pobres de espírito, portanto, não são os homens destituídos de espírito (os loucos), mas os **humildes**, aquêles que se tornaram simples como crianças. Os *ricos de espírito* são os orgulhosos, que se estimam pelo que possuem; um *rico* pode, pois, ser *pobre de espírito*, reconhecendo que os seus haveres, em si, não têm valor algum diante de Deus, como o farmacêutico que tem venenos no seu laboratório e que nem por isso é envenenado (S. Fr. de S.). Um *pobre*, pelo contrário, pode ser

rico de espírito, quando se envaidece com uma ou outra qualidade que possui, ou deseja as riquezas com avidez. Os ricos correm grave perigo de serem ricos de espírito, mas aos pobres é-lhes muito fácil serem pobres de espírito. — Os pobres de espírito possuem já neste mundo uma paz celeste; por isso Jesus Cristo assegura que o reino dos céus lhes pertence. São como essas montanhas que por fora são *escalavadas e estéreis* mas *encerram nas entranhas* filões de ouro; são de um valor muito superior ao do terreno mais fértil. Eles aparecem aos olhos dos homens como privados de todas as alegrias, e contudo possuem uma abundância de consolações de que os homens do mundo não formam ideia alguma; são como palmeiras que têm uma haste nua, mas que se elevam assim mais para céu (S. Ef.). — Depois da morte os pobres de espírito obtêm a **felicidade eterna**. O céu pertence-lhes como a pérola é de quem a pagou pelo cêntuplo, porque, renunciando a todas as coisas da terra, *deram pelo céu tudo o que possuíam* (Rodr.).

2. Bem-aventurados os **mansos**, porque êles possuirão a terra.

Quere dizer: «Bem-aventurados aquêles que, a-pesar-do mal que lhes fazem, conservam a paz de alma (não se afigem); dominarão os seus semelhantes (conquistarão o coração dos seus semelhantes) e depois da sua morte chegarão ao céu» (1).

3. Bem-aventurados os que choram porque êles serão consolados.

«Bem-aventurados os que choram (se contristam) pela perda dos bens imperecíveis; Deus os encherá de alegria, a-fim-de que esqueçam a sua dor e depois da sua morte lhes dará as alegrias eternas».

Os que choram não são, portanto, aquêles que se afigem e entristecem *pela perda dos bens terrenos*, por exemplo de um prazer de que os privam; semelhante tristeza prova que o coração do homem não está desprendido das coisas da terra; ela não lhe dá *proveito* algum, assim como o curativo nada cura se o fazem ao lado da

(1) Expusemos mais atrás a doutrina sobre a mansidão (pág. 430, desta 2.ª parte).

ferida. A tristeza não deve ser senão um remédio contra os pecados. As imundícies sujam tudo num quarto, mas se as espalham convenientemente nos campos torná-los-ão férteis; o mesmo sucede com a tristeza: ela é útil não quando se espalha sobre as coisas terrenas, mas sim quando tem por objecto os pecados (S. Agost.); pelo contrário, é nociva ao coração do homem como a traça ao fato e o verme à madeira (Prov. XXV, 20), e como se não pode usar nem um fato roído da traça, nem a madeira carcomida, assim também um homem devorado pela tristeza para nada serve (Rodr.). A tristeza é para a alma o que o frio excessivo é para o corpo; a tristeza do mundo produz a morte (II Cor. VII). Um disposição de espírito melancólica é para o demónio a ocasião mais propícia para nos tentar e nos perder, como a noite é para os animais ferozes o tempo mais favorável para espreitarem a presa (Rodr.). É por isso que a Sagrada Escritura nos convida muitas vezes a estar contentes, porque a alegria do coração é a vida do homem e um tesouro inexaurível de santidade (Ecli. XXX, 23). — Só é agradável a Deus e conduz à **alegria** e às **consolações** a **tristeza** que nos causam os nossos próprios pecados. Que festas não preparou o pai em sua casa ao filho **pródigo** quando este sentiu uma grande tristeza pelos seus pecados (S. Luc. XVI). O **bom ladrão** depois da tristeza sentiu uma grande alegria, quando Jesus Cristo lhe prometeu o paraíso (Id. XXIII), e o mesmo sucedeu à **Madalena** quando Jesus louvou o seu amor e lhe perdoou os pecados (Id. VII). **David** foi consolado quando, depois de ter composto o **Miserere** (Ps. L) sob o influxo de um profundo arrependimento, o profeta Natán lhe anunciou da parte de Deus que os seus pecados estavam perdoados (II Reis, XII, 13). Que alegria sentiu Santa Mónica no fim da vida pela conversão de seu filho Agostinho, depois de a ter pedido durante 18 anos derramando torrentes de lágrimas! A tristeza que se sente pelos próprios pecados não é **uma verdadeira tristeza**, porque é acompanhada de alegria interior; o penitente está sempre triste, mas folga com a sua tristeza (S. Fr. de S.). «A-pesar-de todas as minhas lágrimas de penitência e dos meus suspiros, diz S. Jerónimo, sinto às vezes tanta alegria que me cuido transportado ao meio das legiões dos anjos». — Não é proibido sentir **uma tristeza resignada pelos sofrimentos** que nos envia a *Providência divina*; esta é **uma causa de alegrias e consolações**. Jesus Cristo

no Jardim das Oliveiras entristeceu-se ao aproximar-se a hora da Paixão, e imediatamente um anjo desceu do céu para o animar. A viúva de Naim chorava e afligia-se seguindo o esquife do seu filho único, e logo sentiu uma viva consolação quando Jesus Cristo o ressuscitou. Os Apóstolos estavam tristes por ocasião da Ascensão de Jesus Cristo, e dois anjos vieram para os consolar. Que ditoso fim não tiveram os padecimentos de Job, de Tobias! Antes de nos conceder uma alegria Deus costuma enviar-nos primeiro uma dor, para que aceitemos as suas dádivas com *humildade* e com *maior reconhecimento*; por sua bondade, quere assim *aumentar a nossa alegria*. «Depois de uma aflição, a alegria é sempre mais agradável, assim como a luz é mais agradável depois das trevas e a saúde depois da doença» (S. Bern.). — Os que choram e estão tristes **serão também consolados na eternidade**. «Deus enxugará tôdas as lágrimas de seus olhos, e já não haverá nem morte, nem luto, nem suspiros, nem dor» (Apoc. XXI, 4). Os que semeiam chorando colherão em alegria (Ps. CXX, 5); por lágrimas de alguns dias neste mundo adquirem-se alegrias eternas (S. Ped. Dam.).

4. Bem-aventurados os que têm **fome e sede de justiça**, porque êles serão fartos.

«Bem-aventurados os que aspiram sériamente à *verdade* ou à *perfeição moral*; chegarão a ela com certeza, e no céu serão inteiramente satisfeitos com a visão da divindade.»

O centurião pagão *Cornélio*, de Cesareia, que **aspirava à verdade**, buscava-a, juntando à oração o jejum e a esmola: Deus por fim mandou-o instruir por um anjo e depois por S. Pedro (Act. X). O filósofo pagão *Justino* estudou a fundo todos os sistemas de filosofia para descobrir a verdade: Deus depois fêz-lhe conhecer o cristianismo por um velho das margens do Tibre. O protestante conde de *Stolberg* procurou durante sete anos a verdadeira religião e acabou por encontrá-la. — Assim também aquêle que **tende sériamente para a santidade** será certamente santo ⁽¹⁾. Como *Esaú* vendeu o seu di-

(1) S. Clemente Hofbauer, de Taswsitz, na Morávia, moço de padreiro aos 21 anos, queria a todo o custo ser padre. Teve de vencer grandes obstáculos, mas conseguiu o seu desejo e chegou a ser santo (+ 1820, em Viena). O mesmo se deu com *Kolping*, sapateiro em

reito de primogenitura, aquêle que é atormentado pela fome ou pela sede, sacrifica tudo para poder satisfazer os seus desejos. Assim fazem os que têm fome espiritual: empregam todos os meios (jejum, oração, amor das humilhações, etc.), para satisfazerem a sede da sua alma. Ao passo que a fome e a sede são desagradáveis, o desejo de progredir nas ciências e na santidade, *longe de desassossegar a alma*, é acompanhada de alegrias (Santa Teresa). Tendendo seriamente para a santidade (justiça) tornamo-nos capazes de receber as graças de Deus; como aquêle que quere meter muitos objectos num saco, lhe alarga as pregas — assim pelos nossos desejos dilatamos o coração (S. Agost.), transformamo-lo como que em lenha seca, facilmente inflamável. — Aquêles que têm sede de justiça esperam com razão a **bem-aventurança eterna**, porque aquêle que tende para a justiça cuida que nunca chegou ao fim, nunca diz: «Basta» e tem sempre fome; ora uma fome eterna merece também uma saciedade eterna (S. Bern.).

5. Bem-aventurados os que usam misericórdia, porque êles alcançarão misericórdia.

«Bem-aventurados aquêles que correm em auxílio dos seus semelhantes na indigência. Deus lhes concederá o perdão de seus pecados e na morte os julgará com clemência (1).

Colónia, mais tarde fundador dos círculos católicos de operários († 1865). O célebre padre Kneipp, de Worishofen, na Baviera († 1897), encontrou obstáculos quase invencíveis para realizar o seu desejo irresistível de ser padre. Solicitou com as mais vivas instâncias cerca de 20 sacerdotes, trabalhou durante 3 anos como jornaleiro e juntou para os seus estudos algumas economias que foram destruídas no incêndio da sua aldeia. Então foi trabalhar para o estrangeiro, aos 22 anos, como operário tecelão; finalmente, um sacerdote mandou-o estudar, mas os esforços sucessivos que fez nos estudos esgotaram-no a pouco e pouco. Recobrou a saúde, tornando continuamente banhos de água fria no Danúbio. Finalmente após 14 anos de lutas, conseguiu o seu fim e recebeu ordens em 1852. Deus recompensou a sua energia, tornando-o um dos maiores benfeiteiros da humanidade. A sua obra: «Tratamento pela água», teve em 10 anos mais de 50 edições.

(1) Esta recompensa das obras de misericórdia já ficou mais atrás explicada (pág. 322 desta 2.ª parte).

6. Bem-aventurados os limpos de coração, porque êles verão a Deus.

«Bem-aventurados são aquêles cujo coração não está apegado às coisas da terra; já neste mundo conhecerão a Deus de uma maneira mais perfeita, e depois da mortevê-lo-ão face a face» (I Cor. XIII, 12).

Aquêle que é orgulhoso, avarento, intemperante, etc., não tem um coração puro, porque contém coisas fúteis, a honra, o dinheiro, o amor das iguarias; só têm o coração puro aquêles que estão inocentes de todo o pecado (S. Cris.). Foi porque tinha o coração puro que S. João Evangelista penetrou tão profundamente no espírito da religião (nas profundidades de Deus), e os santos todos tiveram, pelo mesmo motivo, o mesmo privilégio, a pesar de ignorantes que eram, segundo o mundo. O homem animal não entende o que é do Espírito de Deus (I Cor. II, 14); a sabedoria não entrará numa alma malévolas, não habitará num corpo dominado pelo pecado (Sab. I, 4). A verdade não se mostra às almas impuras, mas revela-se a uma alma verdadeiramente pura (S. Bern.); é impossível que um coração impuro possua o dom da ciência divina (Cassiano). O papel para receber a escrita deve ser limpo: assim Deus não pode produzir impressões por meio do Espírito Santo, senão numa alma pura de todo o desejo carnal (Rod.). O sol não penetra senão numa água limpida (1).

7. Bem-aventurados os pacíficos, porque êles serão chamados filhos de Deus.

«Bem-aventurados os que fazem sacrifícios para conservar a paz; pois já neste mundo gozarão de uma proteção especial de Deus, e depois da morte serão recompensados, no céu, das vitórias que tiverem ganho sobre si mesmos» (2).

8. Bem-aventurados os que sofrem perseguição por amor da justiça, porque dêles é o reino dos céus.

(1) Ver a doutrina sobre a incredulidade, 1.ª parte, pág. 90.

(2) Veja-se a doutrina sobre o amor da paz, na página 287 desta segunda parte.

«Bem-aventurados aquêles que pela sua fé ou por uma *virtude cristã* têm de sofrer da parte dos seus semelhantes; serão já neste mundo cheios de *alegria interior* e depois da sua morte terão um alto grau de felicidade».

Que indizível alegria era a de S. Estêvão, enquanto o apedrejavam! Via o céu aberto e Jesus em toda a sua glória (Act. VII, 55). S. Lourenço, martirizado em Roma († 258), deve ter sentido prazeres semelhantes; enquanto o assavam numa grêlha ardente, gracejava com os seus tormentos e dizia ao prefeito pagão: «Já estou bem assado dêste lado, manda-me voltar para queimar o outro». S. Paulo dizia: «Trasbordo de alegria no meio das minhas tribulações» (II Cor. VII, 4). Como teriam podido os santos mártires suportar com tanta serenidade tão cruéis suplícios, se aquelas torturas se não tivesse misturado uma *doçura celeste*? (S. Agost.). Oh! como é grande a consolação de sofrer por Jesus Cristo! (S. Cris.). Falando daqueles que sofrem por ele, o divino Salvador disse: «A sua recompensa será grande no céu» (S. Mat. V, 12). As perseguições são aquelas pedras preciosas de que está ornada no céu a coroa dos santos (C. Hugo); quereis reinar um dia com Jesus Cristo: sofrei neste mundo com ele! (Euseb. de Cesar.). Padecer por Deus é a maior honra que há sobre a terra (1).

A série das bem-aventuranças ensina-nos que há *três graus* no caminho do céu: 1.º é necessário combater tudo o que é pecado, pela humildade, pela mansidão e pela tristeza que se sente pelos próprios pecados; 2.º é preciso santificar-se pela misericórdia e pelos esforços que fazem para chegar à santidade; 3.º é preciso unir-se a Deus pela pureza do coração, pelo amor da paz e pela resignação nos sofrimentos. — As bem-aventuranças começam e acabam pela *promessa do reino dos céus*, para se nos fazer compreender que todas as bem-aventuranças terão como recompensa a felicidade eterna. O reino dos céus prometido aos pobres de espírito propõe-se como reino da terra aos que são mansos, como consolação aos que jazem na tristeza, como sacramento aos que têm fome e sede de justiça, como penhor de misericórdia aos misericordiosos, como visão de Deus aos corações puros, como adopção da parte de Deus aos pacíficos, outra vez como reino do céu aos perseguidos. — Como era a vista

(1) Sobre os santos mártires veja-se a 1.ª parte, pág. 96.

desta recompensa eterna o que excitava os santos a praticar a virtude, a Igreja manda ler o Evangelho das oito Bem-aventuranças na festa de Todos os Santos.

Os mundanos têm por loucos aquêles que Jesus Cristo proclama bem-aventurados.

Os homens mundanos têm por seu turno outras máximas: 1) o maior bem é a riqueza, a pobreza o maior dos males. O que tem muito há-de mostrá-lo para valer alguma coisa no mundo. 2) Não se deve deixar perder ocasião alguma de nos elevarmos. 3) Ditoso o que vive sem cuidados nem aflições. 4) Devemos tratar de entesourar alguma coisa. 5) O que sacia é o comer. 6) É necessário gozar do mundo tanto quanto se possa. 7) Devemos defender-nos quando nos fazem injustiça. 8) Feliz o que nada tem que sofrer. — Com razão, pois, diz S. Paulo: «A sabedoria dêste mundo é estultícia diante de Deus» (I Cor. III, 19).

FIM DA SEGUNDA PARTE

Índice da segunda parte

A. Os mandamentos de Deus.

	Pág.
1. Quais são os mandamentos (leis) que Deus nos deu?	5
2. Os dois mandamentos do amor	12
3. O mandamento do amor de Deus	15
4. O contrário do amor de Deus: o amor do mundo	27
5. O mandamento do amor do próximo	31
6. A falta de caridade	37
7. A amizade	41
8. O mandamento do amor dos inimigos	45
9. A tolerância	49
10. Deveres nacionais do cristão	54
11. O amor de si mesmo	61
12. Os dez mandamentos de Deus	63

I Mandamento da lei de Deus.

1. A adoração ou o culto que se deve prestar a Deus	68
2. A idolatria	76
3. O falso culto de Deus	78
4. O culto dos Santos	84
5. O culto especial da Mãe de Deus	92
6. O culto das imagens	101
7. O culto das relíquias	107
8. O culto extraordinário de Deus	110
1. O juramento	111
2. O voto	115

II Mandamento da lei de Deus.

III Mandamento da lei de Deus.

1. A santificação do domingo	135
2. O mandamento do trabalho	145
3. As recreações do cristão	153
4. A escolha do estado	155
<i>Os mandamentos da Igreja</i>	163

1 Mandamento da Igreja: santificação dos domin- gos e festas, e assistência à missa	165
--	-----

	Pág.
O ano litúrgico	169
II e III Mandamentos da Igreja: a confissão anual e a comunhão pascal	173
IV Mandamento da Igreja: a lei do jejum e da abstinência	175
A abstenção do alcool	184
V Mandamento da Igreja	189
A lei do tempo	190
IV Mandamento da lei de Deus.	
1. Deveres para com os pais	192
Pecados contra o IV Mandamento de Deus	198
2. Os deveres para com os superiores	200
3. Os deveres da autoridade	209
V Mandamento da lei de Deus.	
1. Deveres para com a nossa própria vida	214
2. Deveres para com a vida do próximo	222
Motivos que nos devem dissuadir de atentar contra a nossa vida e contra a do próximo	232
3. A maneira de tratar os animais	235
VI Mandamento da lei de Deus.	240
VII Mandamento da lei de Deus.	
1. O direito de propriedade	244
2. Pecados contra o VII mandamento	247
3. A restituição	251
4. Motivos para não transgredir o 7.º manda- mento	253
VIII Mandamento da lei de Deus.	
1. Proibição de ofender a honra	256
Motivos que nos devem guardar das ofensas contra a honra do próximo	265
2. Proibição da falsidade	268
Motivos que nos devem afastar da falsidade	270
3. Meios de combater os pecados da língua	276
IX Mandamento da lei de Deus.	
A situação da mulher na sociedade	278
X Mandamento da lei de Deus.	
O socialismo	290

	Pág.
O cristão na pobreza	297
As obras de misericórdia	302
1. Valor e emprêgo dos bens terrenos	302
2. O preceito de praticar as obras de misericórdia	304
3. Principais obras de misericórdia	308
4. Como devemos praticar as obras de misericórdia	318
5. Da utilidade das obras de misericórdia	322
6. O dever da gratidão	326

B. As boas obras, a virtude, o pecado, o vício.

1. As boas obras	331
2. A virtude	340
As diversas espécies de virtudes cristãs	346
3. O pecado	358
1. A origem e o progresso do pecado	362
2. As espécies do pecado	367
3. A gravidade do pecado	370
4. O castigo do pecado	380
5. Os castigos do pecado venial	385
4. O vício	387
5. A tentação	395
6. A má ocasião	403
7. As 7 virtudes principais e os 7 vícios capitais	412
1. A humildade	412
O vício contrário à humildade: a soberba	420
2. A obediência	424
A desobediência	429
3. Paciência, mansidão, carácter pacífico	430
O contrário da mansidão: a ira	438
4. A liberalidade	442
O contrário da liberalidade: a avareza	443
5. A temperança no beber e no comer	448
Intemperança no comer e no beber (gula)	449
6. A castidade	453
A impureza	459
7. O zélo pelo bem	463
O contrário do zélo: a preguiça	465

C. A perfeição cristã ou a santidade.

1. A tendência para a perfeição	468
2. Meios gerais da perfeição	473
3. Meios particulares de perfeição	485
4. As oito bem-aventuranças	494